

100 ANOS

do **CONTESTADO**: *memória, história e patrimônio*

Organização: Arno Wehling, Augusto César Zeferino, Aureliano
Pinto de Moura, Gunter Axt e Helen Crystine Corrêa Sanches



100 ANOS

do **CONTESTADO:**
memória, história e patrimônio

Coordenação: CEAf - Memorial MPSC

Organização: Arno Wehling, Augusto César Zeferino,
Aureliano Pinto de Moura, Gunter Axt e Helen Crystine
Corrêa Sanches

Florianópolis

2013

ISBN: 978-85-62615-08-5

Organização: Arno Wehling, Augusto César Zeferino, Aureliano Pinto de Moura, Gunter Axt e Helen Crystine Corrêa Sanches

Supervisão editorial: Gunter Axt

Revisão: Renato Deitos

Capa e editoração eletrônica: Comunicação Social do MPSC

Foto da capa: Sentados, prisioneiros. De pé, Alemãozinho, soldados e moradores da região, em Canoinhas. Foto de Claro Gustavo Jansson.

Apoio de produção: Adriano Enderle, Cassio Bogdan, Mariane Julia dos Santos e Tupiara Machareth

Impressão: Copiart

Tiragem: 3600 exemplares

Cem anos do Contestado : memória, história e patrimônio / organizado por Arno Wehling ... [et al.]. - Florianópolis : MPSC, 2013.
446 p.

Memorial Ministério Público de Santa Catarina.
Bibliografia.
ISBN 978-85-62615-08-5

1. Campanha do Contestado (1912-1916). 2. Santa Catarina – História.
I. Wehling, Arno. II. Título: memória, história e patrimônio.

CDD – 981.40

Ficha Catalográfica: Magda Daré (CRB-14/982)

Paço da Bocaiúva – R. Bocaiúva, 1.750
Centro – Florianópolis – SC
CEP 88015-904
(48) 3229.9194
memorial@mp.sc.gov.br
www.mp.sc.gov.br

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

Procurador-Geral de Justiça

Lio Marcos Marin

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Antenor Chinato Ribeiro

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais

Walkyria Ruicir Danielski

Colégio de Procuradores de Justiça

Presidente: Lio Marcos Marin

Anselmo Agostinho da Silva

Paulo Antônio Günther

José Galvani Alberton

Robison Westphal

Odil José Cota

Paulo Roberto Speck

Raul Schaefer Filho

Pedro Sérgio Steil

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Humberto Francisco Scharf Vieira

João Fernando Quagliarelli Borrelli

Hercília Regina Lemke

Mário Gemin

Gilberto Callado de Oliveira

Antenor Chinato Ribeiro

Narcísio Geraldino Rodrigues

Jacson Corrêa

Anselmo Jeronimo de Oliveira

Basílio Elias De Caro

Aurino Alves de Souza

Paulo Roberto de Carvalho Roberge

Tycho Brahe Fernandes

Guido Feuser

Plínio Cesar Moreira

Francisco Jose Fabiano

André Carvalho

Gladys Afonso

Paulo Ricardo da Silva

Vera Lúcia Ferreira Copetti

Lenir Roslindo Piffer

Paulo Cezar Ramos de Oliveira

Gercino Gerson Gomes Neto

Francisco Bissoli Filho

Newton Henrique Trennepohl

Heloísa Crescenti Abdalla Freire

Fábio de Souza Trajano

Norival Acácio Engel

Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes

Ivens José Thives de Carvalho

Walkyria Ruicir Danielski

Alexandre Herculano Abreu

Durval da Silva Amorim

Ernani Guetten de Almeida

Vânio Martins de Faria

Américo Bigaton

Eliana Volcato Nunes

Sandro José Neis

Mário Luiz de Melo

Rogério Antônio da Luz Bertoncini

Secretário: Genivaldo da Silva

Conselho Superior do Ministério Público

Membros Natos

Presidente: Lio Marcos Marin - Procurador-Geral de Justiça

Gladys Afonso - Corregedora-Geral

Representantes do Colégio de Procuradores

Odil José Cota

Humberto Francisco Scharf Vieira

Jacson Corrêa

Representantes da Primeira Instância

Pedro Sérgio Steil

Narcísio Geraldino Rodrigues

Vera Lúcia Ferreira Copetti

Gercino Gerson Gomes Neto

Heloísa Crescenti Abdalla Freire

Fábio de Souza Trajano

Américo Bigaton

Sandro José Neis

Secretário: Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Corregedora-Geral do Ministério Público

Gladys Afonso

Subcorregedor-Geral

Ernani Guetten de Almeida

SUMÁRIO

O Ministério Público e a Guerra do Contestado.....	9
---	----------

Lio Marcos Marin

Cem anos do Contestado: memória, história e patrimônio	11
---	-----------

Arno Wehling, Augusto César Zeferino, Aureliano Pinto de Moura, Gunter Axt e Helen Crystine Corrêa Sanches

CONTEXTO E CENÁRIO

Contextualizando o Contestado	21
--	-----------

José Murilo de Carvalho

O Contestado: um centenário	31
--	-----------

José Arthur Rios

OCUPAÇÃO DA TERRA, FORMAÇÃO SOCIAL E RELIGIOSIDADE POPULAR

Campesinato, magia, religião e movimento social	51
--	-----------

Margarida Maria Moura

Uma constelação de concentrações: a tradição de “São João Maria” e movimentos rurais no Sul do Brasil.....	71
---	-----------

Paulo Pinheiro Machado

João Maria de Agostini: o monge da monarquia brasileira e das repúblicas americanas	107
--	------------

Alexandre Karsburg

Encantado no meio do povo. A presença do profeta São João Maria em Santa Catarina	125
--	------------

Tânia Welter

EMPREENHIMENTOS ECONÔMICOS NA REGIÃO DO CONTESTADO

Um breve histórico sobre a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande159

Márcia Janete Espig

A instalação e a atuação da Lumber193

Delmir José Valentini

DIMENSÕES JURÍDICAS.....227

A questão de limites e as dimensões jurídicas do Contestado229

Aluizio Blasi

Litígio judicial e conflito armado.....247

Paulo Roberto Hapner

A “Contestação” terminou; mas... e a controvérsia?265

Elisio Eduardo Marques“

O EXÉRCITO E AS FORÇAS ESTADUAIS

O Exército Brasileiro e a Insurreição do Contestado275

Aureliano Pinto de Moura

A Guerra do Contestado e a história militar brasileira325

Rogério Rosa Rodrigues

A Polícia Militar do Estado do Paraná no Contestado351

Janary Maranhão Bussmann

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E LEGADO

Um território de invisibilidade e miséria: cem anos da maior guerra camponesa da América do Sul369

Nilson Cesar Fraga

O Acervo documental do IHGSC sobre o Contestado.....393

Augusto César Zeferino

As memórias do General José Vieira da Rosa como fonte para o estudo do Contestado.....401

Gunter Axt

Como filmar o Contestado durante a ditadura militar.....421

Sylvio Back

O Memorial do Contestado: memória e cidadania no Irani429

Vicente Telles

Contestado, memória e identidade regional.....445

Esperidião Amin Helou Filho

O MINISTÉRIO PÚBLICO E A GUERRA DO CONTESTADO

O Ministério Público de Santa Catarina sentiu-se imensamente honrado em promover a organização do evento *Seminário Nacional 100 Anos da Guerra do Contestado*, acontecido em princípios de agosto de 2012, em Florianópolis, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça. A iniciativa foi uma organização conjunta do nosso Memorial com o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, recebendo ainda o apoio de importantes universidades, como a UFSC, a Unoesc, o Unilasalle e a USP.

A temática, que em princípio pode parecer exótica ao Ministério Público, ajusta-se perfeitamente a um dos objetivos estratégicos do Memorial, qual seja, o diálogo com a comunidade em torno de questões de grande centralidade para a memória, para o patrimônio e para a história do Estado de Santa Catarina. Outrossim, como ente constitucionalmente compromissado com a defesa da ordem jurídica e democrática, regozija-se o Ministério Público com a possibilidade de colaborar para a formulação de espaços dedicados ao debate em torno do exercício da cidadania, ontem e hoje.

A Guerra do Contestado foi desses episódios seminais que estão entranhados na essência de nossa identidade cultural coletiva. O conflito prolongou-se por anos, envolvendo uma área de cerca de 40 mil quilômetros quadrados, mobilizando expressivo montante de combatentes e ceifando milhares de vidas. Pode ser considerado uma das maiores insurreições camponesas da história da Humanidade e foi, sem dúvida, um dos mais sangrentos e complexos conflitos

civis estalados no Brasil. Compreender as causas e as consequências dessa hecatombe, cujos vestígios pontilham ainda hoje o meio oeste e o planalto sul e norte catarinense, é concorrer para o melhor entendimento dos caminhos pelos quais seguiu o processo de construção da cidadania em nosso Estado e em nosso País.

Lio Marcos Marin

Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina

CEM ANOS DO CONTESTADO: MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

O livro que o leitor tem em mãos é o resultado da reunião de conferências proferidas no âmbito de dois eventos de abrangência nacional que dialogaram entre si: o Seminário Nacional 100 Anos da Guerra do Contestado, promovido pelo Memorial do Ministério Público de Santa Catarina e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, entre os dias 1 e 3 de agosto de 2012, em Florianópolis; e o Seminário Contestado, Leituras e Significados, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, nos dias 26 e 27 de setembro de 2012, no Rio de Janeiro. Ambas as iniciativas contaram com o apoio de diversas entidades da área acadêmica e cultural, como o Núcleo Diversitas, da Universidade de São Paulo (USP); o Departamento de História, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); o Mestrado em Memória Social e Bens Culturais, do Unilasalle/Canoas; a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); a Fundação Catarinense de Cultura; e os Institutos Históricos e Geográficos do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Tratou-se o Contestado de um conflito com múltiplos desdobramentos e cuja eclosão se preparava desde os albores do século XX. Em 1904, o Supremo Tribunal Federal decidiu a favor de Santa Catarina numa disputa de divisas com o Paraná, iniciada em 1900. A discussão vinha de longe e envolvia a chamada zona do Contestado, cerca de 40.000km², então com cerca de 40 mil habitantes, que compreendia os atuais municípios de Lages, Curitiba, Porto União, Itaiópolis, Rio Negro, União da Vitória, Campos Novos, entre outros.

A presença do poder público nesta região de campos e florestas era precária, a propriedade fundiária mal regularizada, figurando a madeira e a erva-mate dentre as principais riquezas.

O Paraná invocou o direito de posse e não acatou a decisão do Tribunal. Interpostos embargos, em dezembro de 1909 de novo decidia o Supremo em favor de Santa Catarina. Houve protestos. No Rio de Janeiro, a imprensa chegou a repercutir a tese do *perigo alemão*, sustentando a ideia de que, em função da colonização teuta, Santa Catarina seria um enclave estrangeiro no Brasil. Julgando novos embargos, em julho de 1910 o Supremo manteve o acórdão. O juiz seccional foi designado para executar a sentença, procedendo à marcação. Não conseguindo levar a efeito uma tarefa hercúlea, foi pronunciado por crime de responsabilidade junto ao Supremo, que, em 1913, o condenou a nove meses de suspensão do cargo e multa.

Entrementes, explodia na região em litígio a insatisfação popular. A companhia concessionária da estrada de ferro que estava em construção, ligada a um conglomerado estado-unidense, pertencente ao célebre Grupo Farquhar, desalojara grande quantidade de moradores. Empresas de colonização e serriarias, que vieram na esteira da estrada de ferro, também expulsavam sistematicamente os nativos desde 1911. Em 1905 e em 1909, já haviam acontecido levantes na área fronteiriça. Em 1912, o descontentamento sertanejo, que não encontrava eco junto aos tribunais, atingiu o ápice e seria catalisado por um monge pregador ali surgido. A lembrança de Canudos ainda estava viva.

Em outubro de 1912, deu-se um primeiro choque armado entre os sertanejos e as forças paranaenses, no Irani, no qual, aliás, morreu o Monge José Maria, terceiro dos monges a pontificarem na região, tendo sucedido a dois João Maria. Mas o levante prosseguiu, agregando marginalizados – posseiros destituídos, caboclos perseguidos, operários demitidos pela estrada de ferro.

Nessa região erma e desassistida, movimentos messiânicos eram conhecidos, sendo não raro reprimidos com extrema violência. O messianismo do Contestado adquiriu musculatura, organizando-se militarmente, com o apoio inicial de alguns fazendeiros e madeireiros, igualmente incomodados com a ação da companhia construtora da estrada de ferro e exploradora das reservas florestais, mediante concessão federal. A República brasileira, instalada em 1889, foi percebida pelas lideranças dos caboclos como a origem dos males que afligiam a população, e o movimento adquiriu feições restauradoras. Havia convívio e interlocução com ex-combatentes derrotados da Revolução

Federalista, que talara campos, florestas e cidades dos três estados do Sul do Brasil, entre 1893 e 1895.

Em dezembro de 1913, depois de um enfrentamento com as forças catarinenses, cerca de 10 mil pessoas se embrenharam nas florestas. Em setembro de 1914, os governos dos dois estados solicitaram uma intervenção federal. A essa altura, fazendeiros da região sentiam-se pressionados pela ação dos caboclos, que passaram a operar saques e roubar gado das propriedades próximas. Forças do Exército foram então lançadas contra os caboclos anatematizados de jagunços fanáticos, cujo reduto foi inteiramente destruído em abril de 1915, pondo fim à fase mais aguda da campanha. Estima-se que as forças unidas do Exército brasileiro e dos estados do Paraná e de Santa Catarina somaram 8 mil homens. Pela primeira vez, na América do Sul, se tentou usar aviões em combate – para reconhecimento do terreno.

Em 1915, depois de uma malograda conferência entre os governadores promovida pelo Presidente da República Venceslau Brás, novos embargos foram interpostos pelo Paraná contra a execução da sentença. Novo impasse. Em outubro de 1916, o Presidente Venceslau Brás conseguiu que os governadores assinassem um acordo, o qual foi ratificado pelo Congresso Nacional em 5 de agosto de 1917.

A Guerra do Contestado teve seu auge em 1915 e se estendeu de 1912 a 1916. Calcula-se que os mortos no conflito tenham chegado a 9 mil pessoas, sendo a maioria caboclos. O Contestado prolongou-se por mais tempo e numa disputa muito mais sangrenta do que a Guerra dos Canudos, desferida entre 1896 e 1897.

Tudo em boa parte da interpretação sobre o Contestado é superlativo. Considera-se o conflito como uma das maiores insurreições camponesas da História. A Brazilian Lumber foi uma das maiores e mais poderosas indústrias madeireiras já conhecidas, e a sua obra foi talvez a maior operação de devastação ecológica organizada do planeta. O conflito foi um divisor de águas na história do Sul do Brasil, um marco no processo de derrocada do mundo caboclo, e suas consequências e sequelas ainda hoje se fazem sentir.

Refletir sobre os diversos aspectos envolvidos em tão dramático episódio foi a missão dos dois seminários. Para além do simples registro do centenário da efeméride, o que se quis foi “problematizar a visão adquirida das coisas”, como ensina o historiador português António Manuel Hespanha, bem como despertar a atenção das pessoas para sagas que repousam ou fermentam no silêncio, auscultando a multivocalidade dos personagens e intérpretes envolvidos

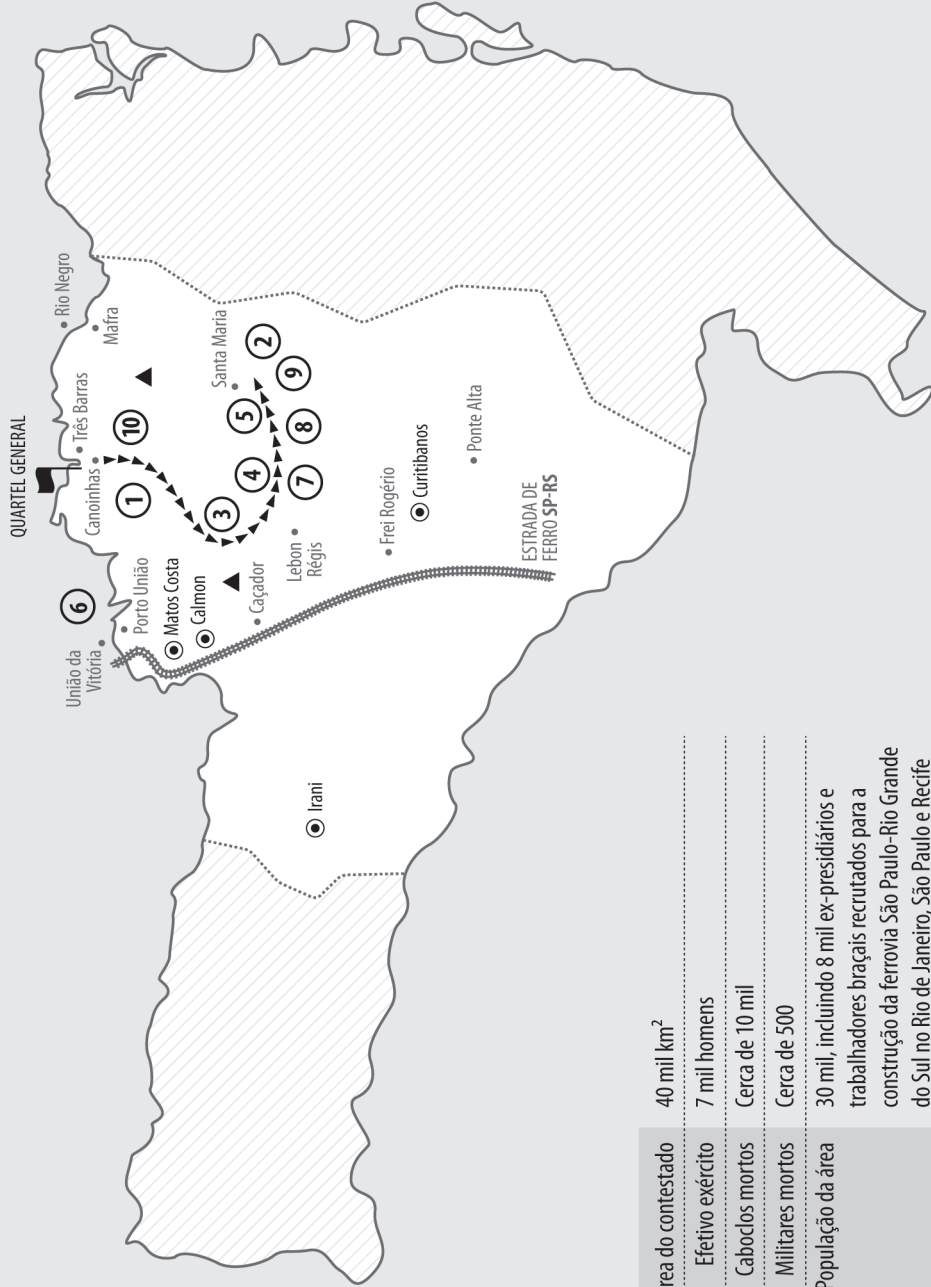
e seus discursos polifônicos, acrescentando complexidade a visões correntes, acessando o conteúdo de novas pesquisas, ouvindo a memória. Quis-se ao mesmo tempo regionalizar e nacionalizar o debate sobre o Contestado, levá-lo para o interior, onde se armou o teatro dos acontecimentos, integrá-lo com as capitais, chamando, na medida do possível, a atenção do País para um evento que, embora já bastante estudado em círculos específicos, ainda é pouco conhecido do grande público. Sobretudo, desejou-se oportunizar uma interlocução entre as instâncias, sabidamente distintas, da memória, da história e do patrimônio, reunindo suas vozes e versões num mesmo espaço, num entrançado inequívoco com a interdisciplinaridade. É por isso que o leitor encontrará nas páginas que seguem textos de *scholars*, de agentes comunitários ligados à gestão local da memória, de próceres políticos, de historiadores, geógrafos, sociólogos, antropólogos, juristas, militares, jornalistas, artistas, escritores...

Os artigos que seguem abordam as dimensões jurídicas do Contestado, com o longo processo judicial arbitrado pelo Supremo Tribunal Federal em torno da questão de limites entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina; exploram o meio geográfico e suas dobras, os humores do clima, a pujança da vegetação, a especificidade da ocupação humana; discutem o conflito à luz da História Social; percebem-no no contexto das relações coronelistas de poder da Primeira República brasileira; reconhecem-no como reação ao imperialismo capitalista norte-americano. Identificam-se, ainda, conexões com o Partido Federalista sul-rio-grandense, reconhecendo-se ali um federalismo de feição popular. Debulham-se aspectos variados das operações militares. Esmiúça-se a vida dos monges que povoaram o universo espiritual dos caboclos, recorrendo-se à Antropologia e à História das Religiões. Mostra-se a atualidade da crença joanina, isto é, no Monge João Maria, que o povo da região ainda espera ver beatificado pela Igreja Católica. Visita-se a dor dos vencidos e mostra-se que o Contestado não terminou, vez que a região ainda apresenta o menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de Santa Catarina. Dá-se conhecimento dos emocionantes esforços de educação patrimonial e de valorização da memória coletiva. Descrevem-se ossadas que ainda jazem esquecidas em valas comuns. Invoca-se a memória dos mortos, que se produziram aos milhares, não apenas durante o período mais aceso do conflito, mas também depois dele, quando vaqueanos e coroneletes da região levaram o terror aos sobreviventes, numa verdadeira política de extermínio e genocídio.

Diante da magnitude do Contestado, face à dramatização do encontro, ou desencontro, nem sempre confortável entre as sensibilidades do presente e

aquelas que moldaram as ações humanas pretéritas, como sublinhou o folclorista Vicente Telles, é importante seguirmos acalentando o sentimento e a capacidade de nos indignarmos contra as injustiças que mancham nossa trajetória comum, não para remirmos nossa consciência dos erros e crimes de antanho – pois a ideia de responsabilização histórica sequer é moralmente saudável, e, afinal, o que foi não pode ser reformado –, mas para que aqueles que têm pela frente mais futuro do que passado possam viver num mundo mais humano.

**Arno Wehling, Augusto César Zeferino, Aureliano Pinto de Moura,
Gunter Axt e Helen Crystine Corrêa Sanches**



Área do contestado	40 mil km ²
Efetivo exército	7 mil homens
Caboclos mortos	Cerca de 10 mil
Militares mortos	Cerca de 500
População da área	30 mil, incluindo 8 mil ex-presidiários e trabalhadores braçais recrutados para a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife

LEGENDA

▲ Serraria Lumber

►► 23 de março a 3 de abril de 1915
Deslocamento de dez dias da tropa especial comandada pelo capitão Potyguara.

● Irani

22 de outubro de 1912
Primeiro combate entre a força de Segurança do Paraná e os caboclos ocorreu em Irani. Morreram o monge José Maria e o Coronel João Gualberto.

● Calmon

setembro de 1914
Caboclos incendiaram a serraria da Lumber e a estação ferroviária de Calmon.

● Matos Costa

5 de setembro de 1914
Morte do Capitão Matos Costa em São João dos Pobres, atual cidade de Matos Costa.

● Curitibaanos

26 de setembro de 1914
Ataque de caboclos a Curitibaanos.

①

Dezembro de 1914

O General Setembrino de Carvalho decide bloquear o acesso de armas e alimentos para os redutos.

②

Janeiro de 1915

Caboclos se concentram no reduto de Santa Maria. Aumento da população da "cidade santa".

③

Janeiro de 1915

Queda do reduto de Tavares.

④

3 de fevereiro de 1915

Queda do reduto de Santo Antônio.

⑤

4 de fevereiro de 1915

Queda do reduto de Tamanduá.

⑥

1º de março de 1915

Cai avião do Tenente Ricardo Kirk, em General Carneiro, Paraná.

⑦

1º de abril de 1915

Combate no Rio Caçador Grande, que resulta na morte de cem caboclos e seis militares. Morre a "virgem" Maria Rosa e dezenas de mulheres.

⑧

2 de abril de 1915

Queda do reduto de Aleixo.

⑨

3 e 4 de abril de 1915

Entrada dos militares e destruição do reduto de Santa Maria. É o fim da guerra na visão dos militares.

⑩

6 de abril de 1915

Setembrino ordena perseguição ao líder caboclo Adeodato Ramos, que só é capturado em agosto de 1916. Surgem os novos redutos de São Pedro e Pedras Brancas. São formados campos de prisioneiros nas cidades da região.



Contexto

e cenário

CONTEXTUALIZANDO O CONTESTADO¹

José Murilo de Carvalho²

INTRODUÇÃO

Coube-me, neste seminário, localizar a Guerra do Contestado no contexto nacional. Minha primeira opção foi centrar a análise no cenário político. Mas logo me dei conta de que, ao optar pela dimensão política, estava sendo vítima de tendência quase geral, qual seja, a de tratar o Contestado como outro Canudos. É, sem dúvida, possível comparar os dois movimentos, uma vez que apresentam aspectos comuns. Ambos têm a ver com populações marginalizadas, com lideranças messiânicas, com envolvimento do governo federal, com o emprego de forças do Exército. Mas as conjunturas da política nacional em que se verificaram os dois movimentos eram muito distintas. O conflito baiano foi imediatamente nacionalizado pelo fato de ter ocorrido em contexto de grande insegurança por parte dos donos do regime que se implantara oito anos antes. Por conta do fantasma da restauração, o que se passava no sertão baiano repercutiu imediatamente nas ruas da capital. A derrota das primeiras expedições militares e, sobretudo, a morte do Coronel Moreira César provocaram reações históricas de setores jacobinos. Lembre-se que a chegada ao Rio de Janeiro das

- 1 Conferência proferida no seminário *Contestado: leituras e significados*, realizado no IHGB entre 26 e 27 de setembro de 2012, sob título “O Contestado e os povos da Primeira República”.
- 2 Pós-doutorado em História pela Universidade de Stanford e pela Universidade de Londres. Professor titular do Departamento de História da UFRJ. Membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Ciências. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

tropas que combateram em Canudos deu azo ao atentado contra o Presidente Prudente de Moraes, que acabou vitimando o Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt. E foram a repercussão nacional e o receio da restauração que motivaram o envio do republicano roxo Euclides da Cunha a Canudos como repórter de *O Estado de São Paulo*, jornal que publicara seu artigo sintomaticamente intitulado *A nossa Vendeia*. A obra de Euclides contribuiu ainda mais para dar maior visibilidade nacional a Canudos.

Com o Contestado foi diferente. Mesmo tendo havido também lá manifestações de simpatias monárquicas, a República, em 1912, não se sentia mais ameaçada, desaparecera o fantasma da restauração. Havia, sem dúvida, as turbulências políticas que marcaram a eleição e o governo de Hermes da Fonseca (1910-1914). Mas o causador das perturbações era antes o governo federal com sua política de “salvações” levada a efeito sob a batuta de Pinheiro Machado. Os Estados do Paraná e de Santa Catarina não foram vítimas de tais intervenções. O único marco do governo Hermes que pode ter de alguma maneira afetado o conflito do Contestado foi o esforço de renovação do Exército. O Marechal, ainda como Ministro da Guerra, iniciara a batalha para modernizar a força enviando, a partir de 1906, jovens oficiais para estagiarem no Exército alemão. O General Setembrino de Carvalho, que passou a comandar a repressão no Contestado em 1914, era partidário desse esforço de modernização e, como mostrou Rogério Rosa Rodrigues, usou a luta para testar as novas práticas. Mas nem por isso a rebelião ganhou grande repercussão nacional.

O que, sim, afetou o movimento do Sul foi o federalismo introduzido junto com a República. A descentralização política e a eleição dos presidentes dos estados, como se dizia na época, exacerbou o sentido de identidade das novas unidades da Federação e provocou em mais de um caso disputas territoriais adormecidas sob a monarquia centralista que controlava a nomeação dos presidentes de província. Reconhecidamente, o conflito territorial entre Paraná e Santa Catarina foi um dos fatores importantes na gênese do movimento, não por acaso chamado de Contestado. Mas, de novo, conflitos locais, sobretudo em estados periféricos, não eram de molde a despertar comoção no centro político do País. Além do mais, o Contestado não teve a sorte de contar com um cronista do calibre de Euclides da Cunha, já tragicamente morto quando de seu início. Algumas tentativas de reproduzir no Contestado a obra do grande escritor resultaram em desastre literário.

O CONTEXTO SOCIAL

Em vez de me concentrar, então, na dimensão estritamente política do cenário nacional, pareceu-me mais adequado acentuar o contexto social, isto é, a demografia, a estrutura agrária, a escolaridade, a ocupação, a estratificação social. O lado político voltará ao final na análise da relação dos vários estratos sociais com o Estado. O exercício permitirá mostrar em que sentido o Contestado, apesar de sua especificidade, não se distancia muito dos outros episódios ocorridos no País durante o Império e a Primeira da República. Nesse esforço, serei forçado a utilizar algumas tabelas. O leitor desculpará esse recurso deselegante. Ele pode conferir maior concisão à exposição. Usarei, sobretudo, os dados do censo de 1920, que é bastante confiável e é o mais próximo da época em que se deu a revolta.

Começo com dados demográficos:

Tabela 1 - População, 1920 (em 1.000).

Brasil	30.635
MG	5.888
SP	4.592
BA	3.334
RS	2.182
SC	668
PR	686

Vê-se que o País, na época, tinha população reduzida, concentrada em alguns estados. Santa Catarina e Paraná iam pouco além do meio milhão de pessoas cada. O censo indica, também, o que é relevante para o caso, presença substancial de estrangeiros em Canoinhas, equivalente a 10% da população. Essa porcentagem era o dobro da que se verificava no País como um todo, embora fosse a metade da existente no Distrito Federal. Quanto à ocupação, o censo nos dá os números que estão na Tabela 2.

Tabela 2 - Ocupação, Brasil, 1920 (%).

População ocupada	30
Agricultura, pecuária, extração	70
Comércio	5
Indústria	13
Não declarada e sem ocupação	70
População das cidades de + de 20 mil	17

Surpreendentemente, o censo de 1920 indica que a população ocupada não passava de 30%. Destes, 70% estavam na agricultura, pecuária e extração, 5%, no comércio, e 13%, na indústria. Se se acrescenta a esses dados o fato de que a população das cidades com 20 mil habitantes ou mais era de apenas 17%, pode-se concluir que se tratava de um país profundamente agrário. Mas quem seriam os 70% não ocupados ou de ocupação não declarada? Seguramente, não eram vagabundos e ociosos. O censo simplesmente não os conseguiu classificar. Pode-se supor que se tratava de gente que não trabalhava (crianças), ou que trabalhava em casa, ou em profissões não registradas, o que hoje se chamaria de setor informal. Na zona rural, seriam posseiros, sitiantes, camaradas, peões, além das donas de casa. Nas cidades, pequenos comerciantes, ambulantes, prestadores de serviços, empregados em serviço doméstico. Focando em dois municípios da região do Contestado, temos os seguintes dados:

Tabela 3 – População e ocupação em Canoinhas e Curitiba, 1920.

CANOINHAS	
População total	20.801
População ocupada	5.998 (29%)
Agricultura e pecuária	5.008 (24%, 83%)
CURITIBANOS	
População total	12.637
População ocupada	3.335 (26%)
Agricultura e pecuária	2.979 (24%, 89%)

São municípios pequenos, predominantemente rurais. A estrutura ocupacional é muito semelhante à que vimos para o Brasil como um todo. Em Canoinhas, 29% das pessoas eram ocupados, mas, desses, 83% o eram na agricultura e na pecuária. O censo incluía nessas duas categorias agricultura, criação, caça, pesca e extração. Mesmo assim, restavam mais de 5 mil pessoas de 15 anos ou mais classificadas como sem profissão ou de profissão não declarada. Elas respondiam por 25% da população total. Os dados para Curitiba são semelhantes: 26% ocupados, e, desses, 86% na agricultura e na pecuária. Ali, também, mais de 3 mil pessoas de 15 anos ou mais, ou 27% da população, não tinham ocupação definida. Novamente, um grande buraco no censo que acabava escondendo a maior parte das pessoas que se envolveram na revolta.

A situação da escolaridade era a seguinte:

Tabela 4 – População alfabetizada, 1920 (%).

Brasil	24
SC	29
PR	39
RS	39
SP	30
MG	21
Canoinhas	23
Curitibanos	19

Aqui, novamente, há pouca distância entre os estados em que se verificou a revolta e o Brasil como um todo. Na verdade, Santa Catarina e, mais ainda, Paraná, tinham índices de alfabetização superiores à média nacional. Paraná suplantava mesmo São Paulo, igualando-se ao Rio Grande do Sul, com o índice mais alto do País. O índice, no entanto, caía bastante nos municípios de Canoinhas e Curitibanos: 23% de alfabetizados no primeiro, 19% no segundo, ambos abaixo da média nacional.

Outro dado importante, tendo em vista a natureza do conflito, é o da distribuição da propriedade da terra.

Tabela 5 – Estrutura da propriedade rural, Brasil, 1920.

	Estabelecimentos (no.)	Área (ha)
Até 100 ha	72%	9%
100 a 1.000 ha	24%	28%
Mais de 1.000	4%	63%

Vê-se o grande peso das grandes propriedades, de 1.000ha ou mais. Elas representam apenas 4% do número das propriedades, mas correspondem a 63% da área ocupada. As pequenas, até 100ha, são 72% do número, mas ocupam apenas 9% da área. Não tenho os dados para Canoinhas e Curitibanos, mas seguramente não serão muito distintos. Em todo o País, era imensa a concentração da propriedade nas mãos de poucos e grande o número de pequenos proprietários e sitiantes.

OS POVOS DO BRASIL

Como é que a população do País, marcada pela grande ruralidade, pela baixa escolaridade, pela imensa informalidade ocupacional e pela desigualdade na distribuição da propriedade, se comportava coletivamente, sobretudo em suas relações com o Estado? Começo com o que se poderia chamar de povo eleitoral, isto é, com as pessoas que votavam. A legislação da época previa o direito de voto aos homens alfabetizados com 21 anos ou mais. Embora a Constituição não proibisse o voto às mulheres, elas não votavam. As que tentaram não conseguiram. Além disso, a República herdou do Império o grande recuo operado pela lei da eleição direta de 1881 pela proibição do voto aos analfabetos, que, como vimos, compunham em 1920 quase 80% da população. O quadro deprimente da participação eleitoral na República é mostrado na Tabela 6.

Tabela 6 – O povo eleitoral, 1910 (%).

	Eleitores/população	Votantes/população
Brasil	5,0	2,7
SC	5,9	3,2
PR	6,9	3,4
RS	7,4	4,3
SP	4,5	3,1
MG	5,7	3,1
DF	2,7	0,5

Fonte: Estatística Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil, 1914, p. 244 e 245.

Os dados referem-se à eleição presidencial de 1910, a mais próxima do início das hostilidades, disputada pelo Marechal Hermes da Fonseca e Rui Barbosa. A primeira coluna indica a porcentagem de eleitores inscritos em relação à população total, a segunda, a porcentagem dos votantes, também em relação à população. Vê-se que, em 1910, apenas 5% dos brasileiros eram registrados como eleitores e que os votos efetivamente dados correspondiam a 2,7% da população. Isso em uma eleição que foi a mais concorrida da Primeira República, excetuada a de 1930. Na eleição seguinte (1914), em que saiu vencedor Venceslau Brás, a participação foi de 2,4% da população, e na de Rodrigues Alves (1918) chegou-se a um dos mais baixos índices da Primeira República, 1,5%. Nesse quadro desolador, a posição de Santa Catarina e do Paraná não era das piores. De fato, só perdiam para o Rio Grande do Sul, ganhando de

longe do Distrito Federal. Mesmo assim, Curitibanos tinha, em 1892, apenas 115 eleitores. A exclusão eleitoral era quase total. Tratava-se, literalmente, de uma República sem povo.

E o resto da população? Podemos aqui distinguir os que se alheavam totalmente de qualquer ação coletiva, limitando-se à dura tarefa de sobreviver, e os que de alguma maneira assumiam, pelo menos esporadicamente, posição mais ativa no mundo das relações sociais e políticas. Inspirando-nos na distinção feita por Roberto da Matta, chamemos aos primeiros de povo da casa e aos segundos de povo da rua. A distinção é apenas um precário recurso classificatório, porque, dependendo das circunstâncias, o povo da casa poderia transformar-se em povo da rua e vice-versa.

O povo da casa é difícil de qualificar e quantificar. É razoável supor, no entanto, que compunham majoritariamente os 70% da população que o censo mostra como não ocupados ou sem ocupação definida. Estariam aí, sem dúvida, incluídos os menores de idade, as mulheres dedicadas a trabalhos domésticos, mas também muitos dos homens maiores de 15 anos. Em Canoinhas, por exemplo, o censo de 1920 registra como sem profissão ou de profissão não declarada 5.242 pessoas com mais de 15 anos, ou 25% da população total. Em Curitibanos, esse grupo era de 26%. O povo da casa no Brasil foi bem representado na figura do Jeca Tatu criada por Monteiro Lobato.

O que chamo de povo da rua também não votava nem participava da vida pública em instituições como a Guarda Nacional, o Exército, o serviço do júri. Mas tinham maior consciência de seus direitos. Poderíamos localizá-lo, na área rural, entre os milhões de pequenos proprietários, legalizados ou posseiros. Aliás, a maior parte dos proprietários rurais, grandes e pequenos, era formada de posseiros, uma vez que a Lei de Terras de 1850 pouco fez em matéria de demarcação e legalização de propriedades, em boa parte por causa da resistência dos grandes posseiros em admitir redução no tamanho de suas propriedades. A situação da propriedade da terra, além de desigual, era caótica. Mas quem era prejudicado pelo caos eram os pequenos posseiros e sitiantes, submetidos constantemente à pressão e mesmo violência dos grandes proprietários que avançavam, protegidos por capangas, sobre as terras dos mais fracos.

Não era outra a situação no Contestado. Conforme mostrou Tarcísio Motta de Carvalho, esses pequenos proprietários, posseiros e sitiantes, além da pressão tradicional dos coronéis, passaram a sofrer o assédio ainda maior das grandes empresas que se estabeleceram no local, a Brazil Railway e sua

subsidiária, a Southern Brazil Lumber and Colonization. A primeira recebeu do governo a cessão de 15km de terras à margem da ferrovia que construía entre São Paulo e Rio Grande, usando para ocupá-las, se necessário, seu corpo de segurança, que nada mais era do que uma versão moderna dos capangas dos coronéis; a segunda comprou 180 mil hectares para abastecer suas serrarias, além de empregar quase só trabalhadores de origem estrangeira.

Esse povo da rua manifestou-se no Brasil desde a independência, sobretudo desde a Regência. A Guerra dos Cabanos entre Pernambuco e Sergipe (1832-33), a Cabanagem no Pará (1835-1840), a Balaiada no Maranhão (1838-41), para citar apenas as mais importantes, foram exemplos dessas manifestações. Todas tiveram como protagonistas pequenos proprietários, camponeses, índios, escravos fugidos.

No Segundo Reinado, não foi menor a presença desse povo. Ele se revoltou contra o recenseamento na Guerra dos Marimbondos e no Ronco das Abelhas em 1851 e 1854; contra o recrutamento militar em várias ocasiões, sobretudo a partir da lei de recrutamento de 1874; contra a introdução do sistema métrico e prisão dos bispos no Quebra-Quilos, em 1874; contra impostos, a separação da Igreja e do Estado e a República em Canudos, em 1897. No caso da reação ao recrutamento, vale registrar que houve intensa participação feminina, a primeira em nossa história. Mães e mulheres de recrutas em potencial saíram para as ruas, invadiram igrejas, quebraram imagens, rasgaram livros de registros, expulsaram o responsável pelo alistamento. Foi talvez o melhor exemplo de transformação do povo da casa em povo da rua sob a pressão das circunstâncias. Na revolta do Quebra-quilos, também houve quebra de pesos e medidas, destruição de documentos, queima de cartórios.

No mundo urbano, pode-se mencionar a revolta do Vintém em 1881, contra o aumento da tarifa dos bondes e a revolta contra a vacina obrigatória em 1904. Todas essas revoltas reagiam contra medidas legais, votadas pelo Congresso, mas que foram percebidas como agressão a interesses, costumes e valores tradicionais. Eram movimentos defensivos contra a modernização e a secularização do Estado, mas estavam longe de serem destituídos de sentido participativo. Revelavam a existência de uma clara percepção de direitos, inclusive do direito de protesto.

O conflito do Contestado insere-se nesse tipo de reação. O grosso da população rural da área, excluído o pequeno mas poderoso grupo dos grandes proprietários, era formado de pequenos proprietários, sitiantes, posseiros,

peões. O gatilho da revolta, neste caso, não se deveu a interferência direta do Estado, mas a uma interferência sancionada pelo Estado e levada a efeito pelas duas grandes empresas capitalistas já mencionadas. A ação dessas companhias, sobretudo a expropriação das terras, às vezes realizada de modo violento, acompanhada da não oferta de empregos para os deslocados, atingiu profundamente a economia e os valores da população. A forma messiânica assumida pela revolta, como em Canudos, não ocultava a percepção clara da violação de direitos.

Em trabalho anterior, chamei esse atores sociais de “cidadãos em negativo”. A expressão parece um tanto contraditória, porque cidadão é, por definição, ativo. Mas o “negativo” aqui significa apenas que se tratava de reações e não de reivindicações. Na terminologia de hoje, tratava-se de ações reativas e não proativas. O contato desse povo da rua com o Estado era escasso, quase que limitado à ação repressora da polícia. Mas havia entre essas pessoas como que uma noção de pacto não escrito entre eles e o governo no sentido de não se meterem na vida umas do outro e vice-versa. Elas não queriam nada com o governo e esperavam que o governo não se metesse em suas vidas. Havendo violação do pacto por interferência do governo, sentiam-se autorizadas a reagir. O “negativo” também indica o fato de que essas reações em geral não tinham consequência em termos de ganhos para os rebeldes, sempre derrotados, se não massacrados, como em Canudos e no Contestado. Na melhor das hipóteses, havia adiamento das medidas invasoras, como no caso do recenseamento e da vacinação. O “negativo”, então, não significa passividade, apenas a ausência de participação formal no sistema político e exclusão social.

Tudo isso indica a existência de grande divórcio entre povo e governo, denunciado como crime de Estado por Euclides da Cunha. O Contestado foi um dos exemplos mais dramáticos desse divórcio, e nesse sentido inseria-se plenamente no cenário nacional. Poucas pessoas, como o Segundo-Tenente Demerval Peixoto, viram com lucidez a situação de vítimas dos rebeldes, vítimas dos grandes proprietários, das grandes companhias, das forças militares estaduais e nacionais. Nada se aprendeu com a denúncia de Euclides feita em 1902. Os canhões que troaram em Canudos voltaram a troar no Contestado.

Todos esses movimentos, o Contestado incluído, exibiam a chaga da exclusão gravada em nossa sociedade, o cancro, como dizia José Bonifácio em relação à escravidão, uma chaga ainda não de todo cicatrizada. Por essa razão, a revolta do Contestado deve ser discutida e está sendo felizmente discutida, inclusive fora dos estados em que teve lugar. Ela é tema de interesse nacional.

Não há nem pode haver nesses debates qualquer toque de celebração. Trata-se de relembrar e alertar para consertar. Ao relembrar essas revoltas populares, lembro-me sempre do verso de Carlos Drummond de Andrade: “Toda história é remorso”.

O CONTESTADO: UM CENTENÁRIO

José Arthur Rios¹

I

A Guerra do Contestado é fenômeno de grande complexidade e, até há pouco, quase esquecido, riscado dos compêndios escolares, ou, o que é pior, tratado sob o ângulo ideológico como “guerra camponesa” ou revolta proletária, o que lhe deturpa inteiramente o sentido.

Faltou ao conflito um Euclides da Cunha, um Erico Verissimo, enfim, um escritor cujo talento teria dado a esse episódio o merecido relevo.

Grandes as semelhanças entre o que Mario Vargas Llosa chamou *A Guerra do Fim do Mundo* e a luta sangrenta travada nas florestas de araucárias do Paraná. No entanto, agudas diferenças e distâncias entre os dois episódios, separados apenas por pouco mais de uma década.

A região onde se travou o conflito era isolada e remota à civilização ancorada na antiga Capital Federal, nas calçadas da rua do Ouvidor e nas mesas da Confeitaria Colombo.

Nos vastos espaços entre o rio Canoas e os contrafortes da Serra do Mar, entre Paraná e Santa Catarina, abria-se, até meados do século XIX, um deserto

¹ Bacharel em Ciências Jurídicas, Master of Arts em Sociologia pela Universidade Estadual de Lousiana, foi professor na PUCRJ e na UFRJ. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Carioca de Letras.

de campos, matas e bosques de madeira preciosa. Aos poucos, foi sendo invadido e povoado por tropeiros, criadores de gado, mascates itinerantes, em luta permanente com os índios caingangues e carijós. À margem dos caminhos que levavam o gado do Sul para o mercado de Sorocaba iam se fundando entrepostos, pousadas, arraiais, vilas mesquinhas – Lages, Curitiba, Campos Novos. Reuniam oficinas, ferrarias, fabriquetas, curtumes, artesanatos de uso, comida, a igreja e o indispensável matadouro.

Nesses centros, fazendeiros prósperos construía casas alpendradas de onde governavam latifúndios de muitos alqueires e milhares de cabeças de gado. Daí, senhores de barão e cutelo, como se dizia em tempos coloniais, ditavam leis, faziam justiça. Eram todos “coronéis” – entenda-se, da Guarda Nacional, criação do Império. Um deles, no início do século XX, resolveu dividir em lotes uma das suas fazendas e vendeu-os a colonos de várias nacionalidades – poloneses, alemães, italianos. Introduziram na população novos contingentes étnicos, os mazombos – filhos de europeus e nativos –, mesclados aos caribocas – mestiços de índio e branco –, e mais mulatos e negros africanos, resíduo da escravidão.

À criação do gado e à exploração da madeira veio somar-se o cultivo da erva-mate. Antes da chegada dos brancos, os guaranis já a conheciam. Índios escravizados transmitiram o hábito aos brancos, paulistas e portugueses vindos do Rio Grande do Sul, que, em contato com os espanhóis do Prata e os indígenas dos Sete Povos, já mamavam o chimarrão.

O monopólio da erva imposto pelo governo revolucionário do Paraguai forçou os exportadores a buscarem os campos e matas de Santa Catarina e do Paraná. Peões plantavam o erval em clareiras abertas na selva, desmatadas a machado, queimando a erva em processo manual, rústico. “Os homens que descobriam os ervais e se internavam na floresta para o trabalho extenuante ao longo dos meses mais rigorosos, mal ganhavam às vezes para comer durante a maior parte do ano” (Queiroz, 1966, p. 27-28). E continua o historiador: “... imensa a população seminua que povoa nossas cidades ervateiras, alguns mal calçados, a maioria descalça e maltrapilha”.

Saint Hilaire, percorrendo a região antes da Independência, viu e descreveu com a precisão habitual essa população cabocla, vivendo na floresta, em roças e casebres. E, mais tarde, Avé Lallemand corroborava a descrição do naturalista francês: “No centro de um milharal murcho, pequena casa de barro, coberta de palha, na qual arrasta a vida, um ou outro negro, o índio

manso, em constante perigo de ser atacado e assassinado pelos bugres, pois precisamente os negros e índios mansos são os mais odiados pelos selvagens” (Queiroz, 1966, p. 23).

É precisamente essa população – índios, mansos e selvagens, negros dantes escravos, depois libertos, imigrantes acaboclados, gaúchos maragatos, egressos das hostes de Gumerindo Saraiva, foragidos da ditadura castilhistas, fazendeiros, ervateiros, roceiros – toda essa massa humana é que vai formar o exército dos chamados “fanáticos” do Contestado.

Faltava a esse conglomerado de classes e etnias o enquadramento institucional, a essência de uma sociedade agrária, um sistema organizado de colonização e propriedade da terra.

As vastas e indeterminadas sesmarias dos tempos coloniais foram se fragmentando pelo simples e direto apossamento dessas vastas extensões. O ocupante chegava, tocava fogo no campo virgem, exterminava os bugres ou os escravizava, soltava o gado, esse era seu título de propriedade.

Ninguém, do fazendeiro, grande ou pequeno, até o roceiro, era, rigorosamente, juridicamente, proprietário. Eram todos posseiros. O preço da terra era o risco de vida, a flecha do índio ou o punhal do capanga².

A norma era a violência. O Conselheiro Zacarias, ainda em tempos do Império, descrevia hábitos e trajes dessa população da Serra-Acima: “O ponche, as largas chilenas mais a indispensável cartucheira, a faca, as pistolas, de que não se separavam ‘até nos templos do Senhor’. Enquanto os peões seminus dos ervais manejavam o facão afiado, arma e ferramenta”.

O esteio do poder do “coronel” era o jagunço. Surpreende esse designativo nos relatórios oficiais como no noticiário da época. Estávamos acostumados ao personagem nas páginas clássicas de Euclides da Cunha e na história social e política do Nordeste. Para o autor de *Os Sertões* seriam os descendentes dos paulistas que subiam pela calha do São Francisco em busca de ouro e preando índio. A origem do termo seria uma arma de vaqueiro, o pau ferrado, o chuço. Passou depois a designar o homem que o usava, o cabra, o guarda-costas dos políticos do senhor de engenho. É o homem de guerra, não forçosamente o cangaceiro, o bandido, o fora da lei, no qual, todavia, a perseguição policial e a conjuntura da vida poderão transformá-lo. Da Bahia o termo passou a todo

2 Sobre a importância da “Posse e do Posseiro na História Agrária do Brasil”, José Arthur Rios, in CNC, *Carta Mensal*, v. 53, n. 634, p. 3-21, janeiro 2008.

o Nordeste e reaparece inesperadamente nos sertões de Santa Catarina e do Paraná³.

Os primeiros autores que descrevem o jagunço pintam-no quase como um tipo racial, preocupados com a dosagem do seu sangue, paulista, cariboca ou mulato. Outros o descrevem como um degenerado, o criminoso nato de Lombroso. Quando menos, aplicam-lhe classificações biológicas: é um ciclo-tímico, fanático por determinismo. Outros relevam no jagunço “a fisionomia mental do índio ressabiado” e lamentam que “a função arianizante” (*sic*) tivesse sido lenta na miscigenação.

Do jagunço ao cangaceiro há uma distância. Explicam-na as condições sociais. As lutas contra o índio primeiro, depois as disputas, não menos ferozes, entre famílias, produzem esse tipo social. Emerge do fundo arcaico dessa sociedade, segundo a viu Djacir Menezes no Nordeste. Mergulha raízes no retardamento cultural onde nascem “esses desequilíbrios e desajustamentos que despertam na mentalidade coletiva, o pensamento soterrado de idades passadas”. Mais incisivo: “não vale a pena querer encontrar, nos traços somatopsicológicos do cangaceiro os estigmas da degenerescência e do crime... O cangaceiro não é muitas vezes o indivíduo que biologicamente está fadado à ação antissocial” (Menezes, 1958, p. 174-75, e p. 186-190).

Seriam foragidos do Nordeste migrantes evadidos da polícia baiana ou pernambucana esses jagunços que vão lutar nos campos de Irani? Ou seria a designação mero sinônimo de sertanejo, generalização inspirada nos flagrantes recentes de Canudos?

Não se pense que essa estrutura de classes baseava-se apenas na violência. Era todo um sistema de dependências. No topo dessa pirâmide vertical – os coronéis, os latifundiários, criadores e comerciantes, os donos da terra, patriarcas, de grandes famílias, apoiados em extensas redes de parentesco, hostes de agregados, peões, semiescravos e, ou escravos, não por mera coincidência, chefes políticos – no Estado, por delegação do governo constituído de “coronéis” e “bacharéis” esses dependentes do Governo Central, de um caudilho como Pinheiro Machado ou de um militar como o Marechal Hermes da Fonseca, o mesmo que inaugurara o exercício do poder central pelo sistema dito das “salvações”, ou seja, das intervenções discricionárias nos Estados.

3 Luiz da Câmara Cascudo, *Dicionário do Folclore Brasileiro*, INL/MEC, Rio de Janeiro, 1962, v. II, v. “Jagunço”, v. Antonio Joaquim de Macedo Soares, *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (1875-1888)*, Rio de Janeiro, 1954, v. “Jagunço”.

Um desses “coronéis” acendeu o estopim da Guerra, Francisco de Albuquerque, de Curitiba, pedindo ao Governo Federal a intervenção militar, Henrique Rupp, de Campos Novos, assinava em 1911, com o representante de uma empresa norte-americana, o edital de expulsão dos posseiros das terras concedidas de mão beijada pelo governo do Paraná àquele truste.

Oposição? Sim havia, quando surgia um conflito de interesses entre coronéis, brigas de vizinhos pela posse da terra, ou de mulher, de marcação fraudada, registro falseado ou título contestado, partidário insubmisso – coisa que não podia ser resolvida a ponta de faca ou um tiro de Winchester. Um “opositor” como Henriquinho de Almeida, Curitiba, que enfrentava o poderoso Chiquinho de Albuquerque, apresentava-se como “pai da pobreza ou defensor dos fracos”. Depois, muito depois, continuamos a ouvir essa toada.

Em geral, compunham-se porque o vulto dos interesses assim o exigia. “A diferença de condição entre o proprietário e o camarada era de tal sorte manifesta que suas relações em muito se assemelham às que deveriam existir entre escravos e senhor”. Quem o diz é o General Setembrino de Carvalho, comandante da expedição militar enviada contra os chamados fanáticos.

Abaixo desses “coronéis”, os posseiros, os caboclos, roceiros, os ervateiros, os agregados obrigados, no sistema tipicamente feudal, a prestar serviços gratuitos ao senhor em troca de um pedaço de terra. “Sua pobreza era permanente, como era a necessidade de sua existência para a conservação do latifúndio e a prosperidade do pistoleiro”. A descrição é de um filho de fazendeiro da região (Ribas, apud Queiroz, 1966, p. 41).

Por último, vinham os peões, homens do trabalho pesado, sem eira nem beira, raro assalariados, trabalhando por um prato de comida e um canto no galpão, ganhando um pouco mais nos ervais, ou em três ou quatro meses por ano nas fazendas de gado. Ocupavam nessa sociedade rústica um lugar que mais lembrava os escravos domésticos do que a condição de proletários do campo. E ainda os toeiros ou lenhadores, como os que trabalhavam para encher de madeira os trens da Brasil Railway e os domadores, e os taipeiros, que levantavam muros de pedra, “em toda Serra-Acima eram poucos assalariados rurais”.

Em vão se buscaria nesse aglomerado uma classe média consolidada, talvez se encontrasse um embrião dela, abortado em certos agregados que cultivavam seu pedaço de terra, plantando milho e feijão, criando porcos, em

alguns pequenos criadores, empreiteiros do mate, plantadores de fumo, ou vendeiros à margem das picadas – e nos colonos dispersos, alguns alemães acabocladados, oriundos da colônia do rio Negro, ou rutenos desalojados das fazendas cafeeiras de São Paulo. “Tinham perdido todos os traços de sua origem alemã” (Willems, 1946, p. 34; Queiroz, 1966, p. 36).

II

Inesperadamente, essa sociedade isolada do mundo, encapsulada num arcaísmo irrecuperável, se vê envolvida no rodamoinho do processo de globalização desfechado pelas necessidades de expansão do capitalismo internacional, industrial e financeiro.

A Guerra do Contestado começa de fato em um escritório na Pensilvânia, nos Estados Unidos, quando um empresário, aventureiro e especulador, informado do potencial de riqueza inexplorado dessa região perdida, resolve voltar os olhos para o Brasil como possível campo para suas empresas. Percival Farquhar tinha a obsessão das ferrovias. Sonhava com locomotivas como outros sonham com mulheres.

Os “coronéis”, principalmente, os políticos e prefeitos, viram nessa arrojada iniciativa a possibilidade de maior circulação de bens em região de difíceis transportes. E, sem dúvida, anteciparam grandes lucros. Logo abraçaram a ideia do norte-americano. Do encontro dessas forças de modernização com a sociedade arcaica e seus valores não poderia resultar convívio cordial.

Os nacionalistas da época se inquietaram – Salvador de Mendonça, em 1913, denunciava essa expansão que parecia não ter limites. Em 1914, Alberto Torres acusava o empreendimento de “ocupação imperialista por escalada e por assalto”.

Percival Farquhar, em 1908, adquiriu o controle da São Paulo-Rio Grande e fundou a Southern Brazil Lumber and Colonization Co, que passou a ser conhecida como Lumber. Incumbiu o engenheiro Achilles Stenghel de dirigir o empreendimento. Na sua visão, antecipava lucros obtidos com a exploração da madeira cortada nas florestas de araucárias. Sob as araucárias, imbuías centenárias, algumas com dez metros de circunferência.

A ferrovia foi inaugurada em 1909, no trecho Porto União a Taquaral Liso, pelo Presidente Afonso Pena. A ponte sobre o rio Uruguai, destruída por uma enchente, foi reconstruída em 1912, de aço, e presta serviço até hoje. Stenghel, competente e mão de ferro, tocou a obra, a poder de pás e picaretas, sem dispor de maquinários. A ferrovia foi construída em ritmo alucinante de 516m por dia.

A União garantiu à Brazil Railway uma subvenção de 30 contos de réis por quilômetro construído e mais juros de 6% sobre o capital investido pela concessionária. Além disso, obteve a concessão de 15km de cada lado da ferrovia. Para isso iniciou a desapropriação de uma área de 7.000km² (equivalentes a 276.694 alqueires). O governo brasileiro, ao firmar o contrato com a Brazil Railway, declarou as terras devolutas, ignorando os posseiros que a vinham ocupando e cultivando de longa data (Queiroz, 1966, p. 73).

A ferrovia empregou, a princípio, 4 mil trabalhadores, depois passaram a 8 mil, contratados principalmente no Rio de Janeiro, pura mão de obra bruta, sem maiores qualificações.

Esses operários, organizados em turmas, eram entregues a taifeiros que recebiam por empreitada e se encarregavam de pagar seus salários. Abasteciam-se e endividavam-se – nos treze grandes armazéns da companhia.

Policiados por serviços de segurança da empresa a pretexto de protegê-los dos bugres, eram assaltados por bandidos no ato do pagamento, e seus protestos e insubordinações duramente reprimidos. A empresa se comprometera a devolver os operários, findos os trabalhos, a seus lugares de origem. Tal não aconteceu.

Quando os trilhos chegaram às barrancas do rio Uruguai, foram abandonados à sua sorte. Passaram a vaguar erráticos pela região, numa luta pela sobrevivência de vale-tudo. O General Setembrino de Carvalho, com autoridade de comandante das forças federais que participaram da Guerra, atribuía a esses operários desempregados “o fermento de graves acontecimentos posteriores”⁴.

Em 1911, foram expulsos todos os posseiros que ocupavam a área concedida pelo governo à Brasil Railway. Ao arrepio da Lei de Terras de 1850, então vigente – que proibia a aquisição de terras devolutas a não ser por compra –, o Estado do Paraná reconheceu os direitos da empresa, sem estabelecer qualquer

4 Ver resumida a história dessa ferrovia em Brasil Gerson, *Pequena História dos Fanáticos do Contestado*, Rio de Janeiro, 1955, p. 11 e sgs.

indenização aos posseiros ou prever novas glebas para assentá-los. A época era favorável à advocacia administrativa. Figura eminente da política situacionista e vice-governador do Estado – Afonso Camargo era advogado da Brasil Railway.

Não valeu aos posseiros a invocação de usucapião, foram despejados pelos seguranças da empresa, duzentos homens comandados por antigo oficial da força pública do Paraná. Os casebres eram incendiados, as famílias lançadas ao mato.

III

Todo messianismo é um movimento de esperança. Traz expectativas de justiça e paz, a visão de um mundo transcendente que surge primeiro anúncio e promessa, depois construção deliberada – por magia, rito, sacrifício. Quando enfrenta resistências, oposições de governos ou dominações, o movimento transforma-se em cruzada, seu desfecho é sangrento.

Assim aparecem nas mais diversas culturas, no Ocidente cristão, no Oriente⁵ muçulmano, na Melanésia ou na tribo tupi. Estudos recentes abandonaram a ideia de um só messianismo, judaico-cristão. Muitos pesquisadores, desde o artigo inaugural de Hans Cohn (1935), vieram a identificá-lo entre os índios tupis nas suas migrações em busca de um paraíso perdido, fatigosamente descritas por Levy Strauss, Emilio Willens, Sergio Buarque de Holanda e Egon Shaden. Curiosamente, na última metade do século XIX, quando se gestava na Europa e nos Estados Unidos uma sociedade industrial baseada na máquina, na fábrica e no capital e ao mesmo tempo se eliminavam os últimos resíduos do Antigo Regime na família e na organização social, explodiram movimentos messiânicos na Rússia, no Sudão – e no Brasil, talvez os últimos arquezos das sociedades pré-modernas.⁶

O messianismo aparece em *urbe et orbi* e em vários episódios como uma linha de ruptura nas sociedades arcaicas resilientes à modernização quer social, política ou religiosa. Nesse atormentado século XIX – século, é bom lembrar, de revoluções decisivas –, repontam esses movimentos de fundo religioso, quase todos rebentos torcidos de um tronco judaico-cristão.

5 Ver “Messianismo” in *Encyclopedia of the Social Sciences*, New York, 1933, v. X, p. 357-364, extensa bibliografia. De lembrar sua concisa definição “A Crença Religiosa na vinda de um redentor que terminará a ordem atual das coisas, quer no universo quer em favor de um único grupo, e instituirá uma nova ordem de justiça e felicidade”.

6 Citado em Jean Claude Bernardet, *Guerra Camponesa no Contestado*, São Paulo, 1979, p. 57.

Não hesitamos em recuperar suas origens em aspirações místicas difusas, embora possam consorciar-se com temas políticos ou ecoar surdas reivindicações sociais. Nascem em uma estrutura social que hoje ainda permanece com sua retórica e é pretexto maior das repressões que o liquidam. O que torna por vezes difícil ao historiador destrinçar nessa teia apertada os fios dominantes, obrigando-o a um verdadeiro trabalho de decodificação.

Razão assiste a Mircea Eliade, quando se referiu aos movimentos messiânicos, que seria ocioso insistir no caráter político, social e econômico desses movimentos, tão evidente é. Mas sua força, sua irradiação e sua credibilidade não residem unicamente nesses fatores socioeconômicos. Trata-se de movimentos religiosos. Os adeptos esperam e proclamam o fim do mundo, a fim de atingir melhor condição econômica e social – mas, sobretudo, porque esperam uma nova criação e uma restauração da criatura humana. Têm fome e sede dos bens terrestres – também de imortalidade, de liberdade e da beatitude paradisíaca. Para eles o fim do mundo tornará possível a instauração de uma existência beatífica, perfeita e sem fim” (Eliade, 1966, p. 91).

No caso do Contestado, essas perplexidades ecoam nas vozes, às vezes, discordantes, de seus protagonistas. O bravo Capitão Mattos Costa, por exemplo: herói e vítima, achava que “o Contestado é apenas uma ressurreição de sertanejos espoliados de suas terras, nos seus direitos e na sua esperança”. Mas reconheceu que a revolta poderia ter sido pacificada “com um pouco de instrução e o suficiente de justiça”. Não foi ouvido. O governo da República não mandou padres ou professores ou juízes (porque antropólogos não havia) para intermediar o conflito. Atendeu ao apelo dos “coronéis”, mandou tropa, metralhadoras e canhões.

Pairava nas elites a sombra de Canudos. Pouco mais de duas décadas tinham se passado sobre o massacre do arraial. O espectro de Antônio Conselheiro assombrava os bem-pensantes. A República estava em perigo. A imprensa açulava a repressão. Era “o monarquismo revolucionário” apostado em destruir a República mais uma vez, romper a unidade do Brasil. E na frase candente de Euclides, na sua descrição, esse era o clima da época: cumpria agir. “E agir era isto: agremiar batalhões” (Cunha, 2001, 376).

Havia em tudo isso trágico equívoco. Na verdade, os jagunços do Contestado erguiam as mãos para o céu, clamavam pela monarquia, mas era a monarquia celeste, os exércitos eram celestiais, o Imperador invocado era figura da folia do Divino. Era Carlos Magno, rei de França, retratado no

folhetim de cordel, que passava, em todo o interior, de mão em mão, era São Sebastião, anúncio de um reino de paz e justiça. E o messias, sem dúvida, era o mesmo Dom Sebastião de Canudos, vivo e presente no imaginário popular, agora santificado.

O Contestado se desdobra em duas fases nítidas: a primeira, mística, liderada pelos monges, é sucedida por uma fase política onde emergem chefes militares, maragatos, egressos da Revolução Federalista de 1893, que contribuíram com a estratégia militar e a experiência das armas. A mensagem messiânica continua presente nas declarações dos fanáticos, na insistência com que anunciam a Guerra Santa na espera de São Sebastião e do exército celeste e na nítida demarcação dos acampamentos e redutos como espaços sagrados.

Outro equívoco talvez inspirado em Canudos foi criado na opinião pública, e na mídia da época, por uma imagem construída do “fanático”, do inimigo. Seu retrato falado, bosquejado a carvão, traz as tintas do complexo colonialista e do racismo incubado da época. O inimigo era o caboclo. Assim o descrevia a imprensa local: “A primeira característica do caboclo catarinense é a indolência, a inatividade mais absoluta. A maioria não sabe contar além de cem”. O que não os impediu de manejar armas modernas tomadas ao Exército e de lutar duramente, anos, numa resistência feroz, de árvore em árvore, de penedo em penedo, recuando e atacando, usando a técnica da guerrilha, a estratégia dos pobres, que àquele tempo já havia derrotado grandes exércitos.

Max Weber viu nos movimentos messiânicos alguns elementos comuns: 1) o profetismo; 2) o milenarismo; 3) a mensagem; 4) a vinda do messias; 5) um ritual, magia ou milagre; 6) os crentes; 7) a guerra santa, a cruzada; e 8) o massacre, a morte do líder e a diáspora. Todos esses traços aparecem no Contestado.

O profetismo aparece encarnado nos monges

Quem eram esses monges? Nada tinham a ver com ordens religiosas, mosteiros beneditinos ou conventos franciscanos. O primeiro de grande fama foi João Maria, depois santificado na credence popular como São João Maria. Um frade franciscano encontrou-o em Lages, em 1897. Descreveu-o: de estatura mediana, alourado, barba branca. Era abstinência, vegetariano. Profetizava, dizia-se que tinha vindo do mar, mas parece que fora criado em Buenos Aires, falava com sotaque castelhano. Um sonho o impeliu à pregação, inspirava-se numa Bíblia interpretada a seu modo que levava em alforje a tiracolo, com os

poucos pertences. Não aceitava dinheiro, só pousada, um pouco de verdura, um naco de queijo e gole de leite. Pedia ao povo que rezasse, plantava grandes cruzes pelos caminhos, fazia milagres, diziam que até ressuscitava mortos.

O franciscano Frei Rogério Neuhaus tentou dissuadi-lo de pregar, aconselhou-o a ter vida social normal, mas o “santo” alegava que, no sonho, recebera a intimação de caminhar pelo mundo profetizando. Sua fama espalhou-se por todo o Sul.

De repente, desapareceu, mas até data próxima o povo não acreditava na sua morte. Nunca foi político, sua pregação sempre foi mística, e até hoje é venerado, tornou-se personagem da literatura de cordel.

Como não reconhecer nesse “santo” um personagem típico do Nordeste – o beato, o penitente retratado nas páginas de Euclides e por outros estudiosos.

Aparece com o largo camisolão, arrimado a um cajado, coberto de rosários e bentinhos, puxando uma cabra que lhe dá o leite de que se alimenta. Como aquele beato José Lourenço, penitente negro que reuniu adeptos no sítio Caldeirão, município de Juazeiro, dando azo a brutal intervenção policial, tudo descrito com talento no romance de Claudio Aguiar. Mas o próprio Antônio Conselheiro não teria começado sua carreira trágica como beato ou penitente? Assim o descreveu Euclides no seu estilo convulso: “Surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até os ombros, barba inculta e longa, face escaveirada, olhar fulminante, monstruoso, dentro de um hábito azul de brim ordinário, abordado ao clássico bastão em que se apoia o passo tardo dos peregrinos”.

O beatismo é contradição em sociedades pré-modernas, produto de uma religiosidade arcaica, de fé, que não encontra apoio institucional em uma igreja e um clero organizado e atuante. O intenso sentimento religioso disperso nessas populações vitimadas pela miséria, a doença, a exploração dos poderosos, traduz-se na invocação de uma santidade que adota formas e protagonismos inesperados.

O profetismo pode assumir várias formas. O monge, beato penitente, difere radicalmente do sacerdote, padre ou pastor, como evidenciou o diálogo de surdos entre José Maria e Frei Rogério Neuhaus. O beato não está vinculado a uma hierarquia, age em função da mensagem que recebeu e vai transmiti-la a uma comunidade carismática. Os “irmãos” se submetem a disciplina rigorosa, a uma ordem, o que implica prêmios e punições, culpa e redenção. Cria-se um ritual – a forma, ocasião de rezas, invocações, estímulos

e castigos. A lei é rígida. Transgressor é chicoteado, espancado ou morto. Punidos o roubo, o adultério.

Aparentemente tranquilo e inocente, o beatismo pode assumir formas caudalosas e tumultuadas, quando se funde em vasto movimento de massas. Arrasta multidões, destrói igrejas e edifícios públicos, provoca até sacrifícios humanos (como em Pedra Bonita, em Pernambuco, em 1836), pode assumir ideologias, contaminar partidos e ameaçar governos. Foi o que aconteceu no Contestado.

Já o sucessor de João Maria, o monge José Maria de Agostini, revela traços bem diversos. Trazia biografia, antecedentes, antes de abraçar a carreira mística. Sua identidade é conhecida: chamava-se na realidade Miguel Lucena da Boa Ventura, era desertor da Polícia Militar do Paraná e tinha à sua conta várias tropelias quando apareceu nos sertões de Santa Catarina, por volta de 1911. Assumia a qualidade de irmão de São João Maria, que o incumbiu de completar sua missão.

Como seu precursor, ia pelo vasto interior, entre rezas e benditos, mas além de rezador era curandeiro, conhecia a propriedade medicinal das ervas, tratava doentes. Temos receitas de seu próprio punho. Ia mais longe: era organizado, talvez tivesse em mira criar um movimento, uma seita, uma igreja. Criou a Irmandade. Arregimentava os adeptos em divisões, “os quadros santos”. Um grupo de moças, supostamente virgens, o acompanhava. Inspirado na história do Imperador Carlos Magno, escolheu 24 sertanejos, dentre os mais robustos e destemidos para sua guarda pessoal. Denominavam-se os 12 pares de França, o que devia ser má interpretação da palavra “par”. Ora, a pregação de João Maria não era apenas mística, passou a atacar a República.⁷

Foi crescendo o número de seus adeptos. Estabeleceu-se em Taquaruçu, onde criou um reduto. Entre os sequazes de José Maria não se achava apenas a arraia miúda dos agregados e peões. Fazendeiros também o seguiam.

Entre eles, certo Manuel Alves de Assunção Rocha, que, induzido ou não pelo monge, proclamou-se imperador de uma monarquia sul-brasileira. Aceitou e usou o Dom no prenome. Deitou manifesto, uma “Carta aberta ao povo brasileiro”, datada do reduto de Taquaruçu do Bonsucesso a 5 de agosto

⁷ Segundo explica o autor de uma Proclamação atribuída a José Maria, a guerra é santa porque é a Guerra de Santa Catarina “muito milagrosa e protegida de São Sebastião”. Só depois é que vira guerra de São Sebastião. “A qual ainda falta muitos anos para começar. Esta é a guerra que eu falava há 30 anos passados da liquidação dos limites dos Estados de Santa Catarina e Paraná.” O profeta definia um lugar sagrado, a Serra do Taió, “divino e encantado”, onde os fiéis deverão buscar abrigo quando começar a falada guerra de São Sebastião, a quem morar neste Estado ficará livre das pestes e mais castigos horríveis que Deus mandará contra os hereges. É quando virá a restauração da monarquia (cit. em Bernardet, 1979, p. 9).

de 1914 – exatamente quando começavam a troar na Europa, na frase da historiadora Barbara Tuchman, os “canhões de agosto”, inaugurando a Primeira Guerra Mundial, fruto podre da primeira globalização.⁸

A carta merece análise. É curiosa mistura de messianismo e bacharelismo. Além do mais, reflete uma ideologia. Teria sido redigida por certo negociante, Guilherme Gaertner. É de assinalar a presença desse teuto, como outros tantos entre os fanáticos.⁹

O manifesto é declaradamente monarquista e antirrepublicano, temperado de ideias liberais, às vezes românticas. É também secessionista: demarca o território da monarquia abrangendo as três províncias: (*sic*) do Sul do Brasil, Rio Grande, Paraná e Santa Catarina. Pede a anexação do Uruguai. Garante a liberdade de voto, a liberdade de culto, da imprensa, a unificação judiciária do País, a inviolabilidade do lar, cria o serviço militar obrigatório; não satisfeito, organiza o exército e a armada, dignos da monarquia, e cria o “exército aviador, que atualmente está dando resultado na guerra europeia”. Mal podia prever que as forças federais teriam pequeno e breve apoio aéreo pela esquadrilha do Tenente Kirk, vítima de uma pane no aparelho, quando tentava sobrevoar os redutos dos rebeldes.

Prosseguia o manifesto proclamando e reconhecendo a religião católica, apostólica e romana como religião oficial. Decretava a pena de morte pela força e a lei marcial para os inimigos da monarquia. Era protecionista, mas prometia “a redução dos impostos de importação e exportação, o livre câmbio e a emissão provisória de um numerário nominal seguido de conversão metálica” (*sic*).

Transparece nesse documento o dedo de imigrantes, gente alfabetizada e informada, nas hostes fanáticas. Quando abre os portos do “Império a todo estrangeiro sem cogitar de raça, crença etc.” e quando considera nacionais todos os estrangeiros que residissem havia mais de dois anos no país. Não parava aí: ainda previa um esboço de reforma agrária, estabelecendo a distribuição gratuita das terras públicas uma espécie de socialização do domínio público.

Esse documento de natureza pré-constitucional reflete as contradições que já cindiam o movimento e sua grande linha de ruptura: de um lado, a facção propriamente política, que aspirava a uma tomada de poder e talvez

8 De um jornal de Ponta Grossa (*O Paraná*, de 21/2/1914), citado em Bernardet 1979, p. 55.

9 Ver transcrição da carta em Bernardet 1979, p. 30-31, e em Cascudo, 1962, v.2, p. 486-487, v. “Monarquia Brasileira”.

a uma restauração da monarquia, e a massa fanatizada, que continuava a ver nela um reino que não era deste mundo.

José Maria, este falava em linguagem obscura. Levava consigo “história de Carlos Magno e dos 12 pares de França”, que corria por todo o interior, praticamente a única leitura dos recém-alfabetizados. Frei Rogério Neuhaus tentou trazê-lo à prática da missa convidando-o a confessar-se. O monge chamou à confissão – bobagem. “Confissão e santa missa não valiam nada”. Criticava e corrigia o Padre-Nosso.¹⁰

Participava de festas religiosas em Taquaruçu, montado em cavalo branco, que recebera de presente e, acompanhado por cerca de 300 pessoas, homens, mulheres e crianças, permaneceu algum tempo nessa localidade presidindo terços, recitando narrativas sacras, contando histórias de Carlos Magno e receitando.

O município era feudo do Coronel Francisco de Albuquerque, fazendeiro e comerciante que enfrentava a oposição de outro coronel, Henriquinho de Almeida. Foi este que presenteou José Maria com sua espada de coronel da guarda nacional – gesto simbólico.

A influência do monge crescia. Albuquerque resolveu intimá-lo a vir tratar de uma pessoa doente em sua casa. O monge recusou-se, talvez porque visse em Albuquerque um concorrente no manejo da botica. De qualquer modo, o ajuntamento em torno do monge aumentava, tornando difícil dispersá-lo com um simples destacamento policial.¹¹

Albuquerque usou o pretexto de uma “coroação” numa folia do divino, que costuma ser presidida por um “imperador”, um “imperador” festeiro. Telegrafou então para o governador de Santa Catarina comunicando que “fanáticos haviam proclamado a monarquia no sertão”. O telegrama alarmou as autoridades em Florianópolis, despertando pânico em Curitiba e repercutindo na imprensa do Rio de Janeiro.

O governador de Santa Catarina afirmou que “o movimento surgido em Taquaruçu era semelhante ao de Canudos”. O Presidente da República recebeu comunicado de “grave sublevação com intuito de restaurar a monarquia”. Mas, antes que fossem enviadas forças federais, seguiu para o Arraial um contingente da Polícia Militar catarinense.

¹⁰ Sobre a mensagem religiosa de João Maria e seus seguidores v. entrevista de Frei Rogério Neuhaus com o monge em Bernardet, 1979, p.24-25.

¹¹ Receitas de José Maria e algumas transcrições por Paulino Ferreira, in Bernardet, 1979, p. 19-21.

Pairavam no ar desconfianças e ressentimentos criados pelo Contestado, isto é, a questão dos limites entre o Paraná e Santa Catarina. Havia suspeita de forças ocultas por trás de tudo isso. O movimento do monge podia ser manobra dos políticos de Santa Catarina para garantir a vitória na questão judicial pendente de decisão do Supremo Tribunal.

Mobilizou-se o regimento da Segurança do Paraná

Com a aproximação da força policial sob o comando do Coronel João Gualberto, lideranças locais promoveram reuniões, tentaram uma intermediação. A sugestão de uma conciliação foi rejeitada por João Gualberto. Segundo Dermerval Peixoto, os fanáticos não desejavam luta e propunham dispersar-se pacificamente. O que foi recusado pelo coronel Gualberto, que até já levava cordas para prender os fanáticos. Para isso confiava na sua tropa e na metralhadora que arrastava.

Não chegou a ser usada. Caiu num rio. Emperrou. Na madrugada, o contingente de 64 homens atacou o arraial. Prevenidos, os fanáticos, pouco mais de 200, armados de garrucha e de espadas de pau, surpreenderam os soldados. Na refrega, José Maria caiu morto, e João Gualberto, cercado por um grupo de fanáticos, foi trucidado. O monge não foi enterrado, mas deitado numa cova, coberto de tábuas. Para facilitar sua ressurreição. Os adeptos acreditavam que ele iria ressuscitar a qualquer hora e reapareceria na cidade santa em data certa e prefixada. José Maria apareceu a uma menina. Começam milagres e visões. É então que cria força o mito do exército encantado, que teria à sua frente São Sebastião. Tem início a guerra santa.

José Maria aparece entre nuvens. Quem não o visse era duramente castigado, chibatado ou sovado a espada. Não escapavam nem as mulheres.

Foi quando os fanáticos começaram a raspar a barba e cortar o cabelo à escovinha. Daí foram chamados de “pelados”, depreciativo que indicava sua condição de pobreza. Por sua vez, os inimigos da Santa Religião começaram a ser denominados de “peludos”. Etnólogos constataam que o corte de cabelo pode ser um traço iniciático ou rito sacrificial. Como em povos comuns, primitivos e bárbaros. Nem se fale na depilação hoje corrente.

Telegramas foram enviados ao Governador do Estado e deste ao Governo Federal. Resultariam em novo movimento de tropas. Frei Rogério Neuhaus foi

enviado para tentar dispersar os adeptos de José Maria. Ameaçado de morte, o frade conseguiu partir incólume.

A 8 de fevereiro de 1914, moveu-se o segundo ataque a Taquaruçu, desta vez com 700 soldados reforçados por canhões e metralhadoras. Atiraram sobre o arraial, apesar da oposição de alguns oficiais. Incendiaram as casas de madeira onde se concentravam 600 mulheres e crianças.

De um oficial da expedição, temos a descrição do efeito desse ataque sobre a Cidade Santa: “O estrago da artilharia sobre o povoado de Taquaruçu era pavoroso. Grande número de cadáveres, quarenta e tantos, e por outros noventa e tantos; pernas, braços, cabeças e animais mortos. Dois cavalos, casas queimadas. Para pavor e pena o espetáculo que se desenhava aos olhos do espectador. Pavor motivado pelos destroços humanos; pena das mulheres e crianças que jaziam inertes por todos os cantos dos redutos”. Os atacantes só tiveram um morto e três feridos.

A guerrilha continua. Os fanáticos resistem de reduto em reduto, árvore em árvore, até no alto dos galhos. Sucedem-se os líderes. Chefes de experiência militar vão substituindo os monges, embora continuem em cada reduto as procissões, as “formas”, e todo o ritual introduzido por José Maria. O caráter mágico messiânico persiste até a destruição do último reduto, em Santa Maria, nos campos do Irani, e a morte ou a dispersão dos fiéis.

A Guerra do Contestado durou de outubro de 1912, quando foram enviadas as primeiras forças para debelar a insurreição, a 8 de fevereiro de 1915. Caiu o último reduto, Santa Maria, de difícil localização e penoso acesso.

Logo depois, o Supremo Tribunal Federal punha fim ao litígio entre Paraná e Santa Catarina em sentença salomônica – que deu 20.000km² ao Paraná – 28.000km² a Santa Catarina – dos 48.000km² da área contestada. Parece que também se deveu essa solução à intervenção direta do Presidente Wenceslau Braz.

O conflito cobriu uma área aproximadamente de 25 a 28.000km² – quase igual ao do Estado de Alagoas, e envolveu uma população de 20 mil pessoas. A estimativa dos rebeldes enumera 8 mil, mas só a população dos redutos chegava a 5 mil. As forças repressoras regulares contavam 6 mil homens. Parece pouco? Representavam um terço do efetivo do Exército Nacional na época. A eles se somam os civis, os “vaqueanos”, cerca de mil homens. O número de mortos, segundo um autor, teria chegado a 8 mil.

O Contestado durou mais tempo e produziu mais mortes que Canudos. Em cinco anos de guerra, 9 mil casas foram incendiadas e 20 mil pessoas mortas. O custo para o País foi, na época, de cerca de 3 mil contos de réis (Queiroz, 1966, p. 79 e seguintes)

Teria cessado a guerra? O acordo de limites assinado em 20 de outubro de 1916 entre o Paraná e Santa Catarina não foi aceito pacificamente. Gerou manifestações contrárias – no Contestado Paranaense, em novembro de 1916. E em maio de 1917, uma sublevação popular leva ao assassinato de um monge, Jesus Nazareno. Afinal, a homologação do acordo em agosto de 1917 e a criação de novos municípios permite o reinício da colonização, em 1918.

O fogo continua sobre as cinzas

Nos anos de 1950, no Oeste do Paraná, rompeu uma revolta de posseiros que se organizaram para lutar contra a expulsão de suas terras por interesses imobiliários patrocinados pelo Governo do Estado, representado pelo governador Moisés Lupion. A revolta terminou sem derramamento de sangue, com a vitória dos posseiros e o pleno reconhecimento de seus direitos.

Não houve nesse episódio nenhum traço messiânico. Os tempos haviam mudado. Agora, numa sociedade secularizada, o tema das sublevações agrárias será a indefinição dos títulos de propriedade ou o esbulho, sem vergonha, dos ocupantes de terras devolutas.

O messianismo, em seu caráter profético, diminui mas não desaparece nas sociedades modernas. Max Weber, no rastro de Nietzsche, considerou fundamental o ressentimento na formação dessa ética singular dos oprimidos. Para eles a distribuição desigual dos bens materiais é causada por uma situação de pecado, isto é, de perda de carisma, extinguindo toda possibilidade de salvação. Cedo ou tarde, a cólera divina irá destruí-los. Para Weber só resta a compensação futura, a esperança, a mesma que resta hoje aos marginais da civilização, a legião dos oprimidos pela fome, o genocídio, a insegurança e o medo.

REFERÊNCIAS

BERNARDET, Jean Claude. *Guerra camponesa no Contestado*. São Paulo: Global, 1979.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1962, v. II.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

ELIADE, Mircea. *Aspects du Mythe*. Paris: Gallimard, 1966.

GAULD, Charles, in *Carta Mensal*, v. 53, n. 634, janeiro 2008.

GERSON, Brasil. *Pequena História dos Fanáticos do Consulado*. Rio de Janeiro: s/n, 1955.

LATINI, Sidney, in *Carta Mensal*, v. 53, n. 634, janeiro 2008.

MENEZES, Djacir. *Outro Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

MESSIANISMO. In: *Encyclopedia the Social Sciences*, New York, 1933, v. X.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RIOS, José Arthur. Posse e posseiro no Brasil. In: CNC, *Carta Mensal*, v. 53, n. 634, p. 3-21, jan. 2008.

SOARES, Antonio Joaquim de Macedo. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (1875-1888)*. Rio de Janeiro: 1954.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1946.

Ocupação da terra,

formação social e

religiosidade popular

CAMPESINATO MAGIA, RELIGIÃO E MOVIMENTO SOCIAL

Margarida Maria Moura¹

1 HOMENAGEM

Foi Maria Isaura Pereira de Queiroz a primeira pesquisadora a investigar, através de pesquisa sistemática, o movimento messiânico do Contestado, num texto denominado “La Guerre Sainte au Brésil; le Mouvement Messianique du Contestado”, publicado no Boletim n. 187, *Sociologia I*, n. 5, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1957.

Suas três interrogações mais veementes são: (1) O que pode levar membros de uma coletividade a pretenderem mudar, imediatamente, o mundo em que vivem? (2) Quais são as condições necessárias e suficientes para que produzam surtos messiânicos? (3) Quais as condições tidas como insuportáveis que levam à aspiração messiânica?

Maria Isaura enquadra metodologicamente suas interrogações nas noções dos fatores estruturais e do choque cultural. Duas vertentes interpretativas distintas mas igualmente valiosas para a compreensão do evento dentro do modo de vida.

¹ Livre-docente em Antropologia Social, é professora do Departamento de Antropologia da FFLCH-USP. Membro efetivo do Centro de Estudos Rurais e Urbanos e do Diversitas, FFLCH-USP.

2 CONTESTADO: SOCIEDADE CAMPONESA AMEAÇADA

A indefinição legal do direito da propriedade sobre áreas ocupadas ou reclamadas, as dificuldades materiais para o exercício de um efetivo controle e o significado econômico reduzido de glebas muito distantes dos centros de consumo tornaram possível, como ocorreu em outras partes do Brasil, a disseminação de pequenos posseiros, além dos agregados das fazendas. Dos primeiros, diz-se que atuavam em uma estrutura econômica que combinava “sujeição e dependência”, outros exercendo suas atividades independentemente do coronel, de modo individual. O patrão não o fiscaliza desde que as contra-prestações sejam seguramente cumpridas. Esta estreita margem de autonomia para o agregado, e, com muito maior peso, a possibilidade de abrir *posses*, onde então ela se alargava, mesmo dentro das limitações de uma certa insegurança, seduzia o império a uma situação vexatória de dependência (Monteiro, 1974: 41).

A fazenda – com a roça e a casa do agregado no seu interior, a terra do sitiante nas suas extremas e a terra de posse nas áreas para onde quer expandir-se – cria diferentes tipos de dependência dessas frações sociais em face do grande proprietário. Essa dependência, que enredava e enreda os lavradores em relações sociais que envolvem tanto o trabalho quanto outras importantes díades socioculturais, com a amizade, o compadrio e o compromisso ritual para com as festas de padroeiro, tem como núcleo a questão de terras dotadas de distintos regimes de apropriação em face da fazenda. A expulsão e a invasão seriam, assim, o cume da supressão de tais convivências, que se sustentavam de modo tenso (Moura, 1988: 15).

A comunidade rural do Contestado combinava dominantes e dominados que se consorciavam na terra, através de uma rede de relações mais aproximativas que distanciadoras – referência ao parentesco de substância sanguínea e afim, e ao parentesco de substância mística, o compadrio já citado.

Os pobres da terra, fossem eles agregados dos fazendeiros, posseiros e sítiantes com formas de direito costumeiro apoiando os modos de apropriação e transmissão da terra e ainda os moradores de favor, que estavam localizados nas franjas mais extremas da fazenda, davam seus filhos – bebês – para os grandes proprietários batizarem.

Desde que a renda capitalizada da terra passa a se salientar pelo advento da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, parte componente da Brazil Railway e comandada pelo Sindicato Farquhar, alteram-se as relações

constituídas entre grandes e pequenos, proprietários ou apropriadores de diferentes regimes sociais de uso da terra e de diferentes formas culturais de relações sociais, consórcio inextricável até então.

Os mais ricos se aproximam majoritariamente dos novos ricos, que, além de estrangeiros poderosos, vêm explorar a *Araucaria brasiliensis*, pinheiro abundante na região, que além de fornecer madeira de exportação e alimento de valor nutritivo calórico, o pinhão, permite a confecção de vagões da nova estrada de ferro que recebe o nome nacional de E. F. São Paulo-Rio Grande. Os mais pobres perdem seus laços tradicionais – de troca social, de troca econômica, de troca religiosa – pela expulsão de seus trabalhadores de diversos tipos, aliás, famílias trabalhadoras, para um limbo social que se fortalece através das representações mentais fornecidas pelo rico imaginário mágico e religioso, ambos definidores, segundo Emile Durkheim, de um campo mais vasto que o autor denomina de representações coletivas. Suas características mais notórias são a noção de sagrado e a busca do divino, formas de imaginação que estão na mente de todo e cada um, carecendo mesmo de qualquer materialidade concreta (Durkheim, 1960: 65).

Apropriando-nos igualmente de Paul Ricoeur, “é preciso crer para compreender” e pode-se aqui inverter com felicidade o texto de *Finitude et Culpabilité*, deste autor, e dizer que é preciso “compreender para crer”. Crendo, compreendia-se, e o camponês – fosse ele agregado, posseiro, ervateiro – gesta sua própria poesia, sua própria arte marcial passível de alcance no âmbito material do seu entorno, como no âmbito mental da religião e da magia (Monteiro, 1974: Epíteto).

Esta capacidade dos grupos humanos, de fabular e representar, criando e recriando a realidade cultural de modo preferencialmente mitológico e artístico – pela poesia e pela prosa, seja em oralitura, seja em literatura; místico – pela religião e pela magia; pelas mutações linguísticas, que criam e recriam categorias singulares, ou ainda através de uma caminhada política que é costumeira e local, sem conexão necessária com os partidos da Grande Tradição, é, visivelmente, representação daquilo que Franz Boas viu de mais expressivo nas culturas – parciais ou totais – *sua idêntica propensão para criar* (Moura, 2004: 215-237).

Parece que este aspecto tão fundante da práxis humana é o que explica a perplexidade dos “de fora” e dos “de dentro” com o comportamento dos

rebeldes rurais sob análise. Reflexões estas que, com a ajuda de grandes mestres das ciências sociais, de Boas e Durkheim a Ricoeur e Maria Isaura, nos permitem criticar contundentemente o etnocentrismo com que muitos querem rotular sociedades indígenas e camponesas de “primitivas”. Reflexões estas que devolvem à mitologia, à arte, à poesia, à mística, à magia, à religião, à língua um significado criador que não se atrela com facilidade ao chamado mundo envolvente, canônico, financeiro e legal. A terra é terra sociedade, a que não é mercadoria, a terra é santa e não pode ser de negócio, a terra é de herança por que depende do parentesco e não dos contratos de compra de venda e de trabalho.

São outras realidades, outras linguagens, outros sentidos que são preferenciais. A diferença tinha expressões nodais na Guerra do Contestado tais como messianismo, milenarismo, sebastianismo e magia.

3 MESSIANISMO CAMPONÊS

O messianismo do Contestado liga-se a um processo de reconstrução de valores ameaçados pelas crises na região conflagrada; crise da lavoura para a despesa, crise do compadrio com os fazendeiros, até então patrões diretos ou indiretos dos camponeses – crise dos valores morais antigos como as festas periódicas dos santos, crise nas desobrigas, que faziam os camponeses ter contato periódico com o catolicismo oficial, crise da paisagem do entorno, com as araucárias imensas, que cinco homens não conseguiam o tronco abraçar, sendo derrubadas, crise com as sociedades indígenas, especialmente a caingangue, que, numerosa no seu contingente, como nos campos de Palmas, por exemplo, via com apreensão a presença de negociantes estrangeiros e pobres produtores neobrasileiros se avizinhar de suas terras, sempre vorazmente cobiçadas.

Este novo quadro conclama novas lideranças que aderiram aos grupos contestadores com o fito de discursar, dirigir, ensinar e favorecer uma organização sociocultural em novas bases. Bases não tão novas, pois, embora o discurso dos camponeses fale de um novo século – o século da cruz verde, cor do Espírito Santo –, a violência que se estabelece nos redutos contestadores da ordem rural até então estabelecida pelos coronéis-fazendeiros e pelos frades católicos e que se baseia no costume contra lei é, na verdade, ingrediente constitutivo das sociedades rurais.

Chegam as novas leis. Não é possível ver atributos da lei tão somente onde esta se encontra codificada nas leis do Estado. Há lei onde há compulsão ao cumprimento de regras determinadas, onde há *obligatio*, onde há sanções de uma força moral reconhecida para os que cometem infrações de qualquer forma.

Por mais genérica que possa parecer esta afirmação, ela nada tem de frágil. Caso contrário, como compreender e entender formas alternativas a discursos dominantes, como a pesquisa de antropólogos e historiadores têm revelado em grupos e frações em diferentes partes do mundo? O atrito entre códigos nacionais e códigos locais é notável na relação do campesinato com o Estado Nacional, de modo igualmente marcante.

Grupos camponeses pobres ameaçados por um novo elenco de regras que inclui processos de expulsão de suas famílias, de sua parentela, bem como a evaporação e o apagamento de suas representações mentais tradicionais, evadem-se para terras devolutas ou ainda indefinidas no direito de propriedade e para reinventar, restabelecer o modo de vida baseado na roça, na família, no parentesco, na festa e no reavivamento de um inconsciente cultural que dormita no tempo, provido de formas antigas ou de novíssimas condutas que devolvem *sentido* à vida do grupo.

A pregação dos monges é messiânica porque se torna imperativo devolver aos espoliados a crença num devir libertador que depende de sua liderança para se concretizar. Ao mesmo tempo, a sustentação representacional religiosa e mágica oferece uma leitura esperançosa e expectante de um novo tempo, em que se opõe o antigo cativo à nova liberdade. Ainda que haja nitidamente uma referência ao Velho Testamento da Bíblia católica, há uma autonomia relativa no modo de explicação e realização do messianismo, já que os próprios monges vêm a ser a encarnação do mistério que o quadro envolve. Trata-se de presenças cotidianas que irão interferir diretamente na vida cultural da sociedade rural.

Se o peso específico da religião e da magia foi o de tornar-se mais pregnante na contestação aguda ocorrida no Contestado, é porque fornecem explicações cheias de sentido e sinais para quem observa diariamente o mistério da água, da terra e do ar, tanto quanto a incompetência dos poderes seculares para continuar a atender às necessidades inerentes (aliás, poucas até então) ao seu modo de vida ameaçado. O fato de a religião dos errantes do Novo Século, na expressão feliz de Douglas Teixeira Monteiro, não conter uma teologia compilada não lhe torna sinônimo de superstição. A magia, ela também uma construção do pensamento, viaja na crise com uma força ainda mais abaladora,

o que advém do fato de que – como nos mostra Marcel Mauss, no *Esboço de uma teoria geral da magia*: “as provas tradicionais serem suficientes; crer-se nos contos mágicos como nos seus mitos (...) A crença na magia ser, pois, quase obrigatória *a priori*, e perfeitamente análoga àquela que se liga com a religião” (Mauss, 1950: 85).

Neste contexto, pode-se entender o sentido da frase do depoimento Lemos: “Nos redutos tinha mistério”.

Foi, portanto, no âmago de uma visão do mundo dotada destas características que se gestaram os messias do Contestado: os monges João Maria, o Agostini e João Maria, o Marcaf, e posteriormente José Maria, que se comportavam como agentes carismáticos. Falavam ardentemente de um paraíso para os espoliados.

Um dia virá quando a gente pode permanecer deitado na rede ou na cama, e as enxadas saindo sozinhas para capinar roça e as foices para colherem por si, e o carro indo por sua lei buscar a colheita e tudo, o que não é homem, é sua, dele, obediência. (João Guimarães Rosa apud Moura, 1988: 23)

Críticos acerbos dos grandes e governantes, tornam-se o centro de gravitação cultural da sociedade camponesa ou da fração camponesa. Vargas Llosa nos descreve seu ponto de vista crítico do seguinte modo, referindo-se à Revolta de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro.

Uma manhã de 1893, entrando em Natuba, o conselheiro e os peregrinos ouviram um zumbido de vespas enraivecidas que subia ao céu da praça da Matriz, onde homens e mulheres tinham se juntado para ler ou ouvir a leitura de uns editais recém-colocados nas tabuletas. Cobrariam impostos, a República queria cobrar impostos. Mas o que eram os impostos? – perguntavam muitos. Como os dízimos, explicavam outros. Igual a antes; se uma pessoa tinha 50 galinhas devia dar cinco à missão e uma arroba a cada dez que colhia, os editais estabeleciam que se desse à República uma parte de tudo que se herdava ou produzia. Todos deveriam declarar nos municípios, agora autônomos, o que tinham e ganhavam para saber o que lhes cabia pagar. (...) O instinto animal, o bom senso e séculos de experiência fizeram aquela gente compreender que isso seria talvez pior que a cerca (...) mais vorazes que abutres e bandidos. (Mario Vargas Llosa apud Moura, 1988: 23-24)

Daí o governo despótico dos homens poder ser redimido por um generoso místico vindo de Deus, capaz de substituir a desigualdade crescente dos bens terrenos pela igualdade evangélica à semelhança do Paraíso, mas que, ainda na Terra depende de representações mentais e práticas sociais enérgicas e sustentadas pela cultura – vigente e mutante ao mesmo tempo – para sua realização.

4 MILENARISMO – “MILHARÁS MAS NÃO DOBRARÁS”

O convívio com algumas áreas camponesas de nosso país permitiu ouvir reiteradamente este dito roceiro e familiar: “Milharás mas não dobrarás”. Nas áreas rurais pobres do Contestado não se dispõe de etnografia para comprovar o dito, mas certamente o seu sentido está presente e se presta à interpretação.

Já iam longínquos os milenarismos europeus do ano mil, que advertiam os grupos sociais diversos de um continente então predominantemente agrário dos pecados mundanos de tal modo acumulados e piorados que o fim dos tempos ou, ainda mais radicalmente, o fim do mundo viria alguns meses ou dias antes do ano mil.

Como já se estava, no Contestado, sabidamente no ano de 1912, mais próximos, portanto, de dobrar os mil precedentes, era líquido e certo esperar que um *debâcle*, da magnitude que vinha ocorrendo e que anunciava um freio transformacional no tempo histórico, inaugurando-se, da noite para o dia, ou do dia para a noite, um tempo místico. A evidência deste tempo sagrado dava sinais concretos. A ruptura dos pressupostos fundantes das sociedades camponesas do meio rural brasileiro, como a fidelidade, a lealdade, a união, a consideração, a confiança, a honra e a fé, que também se apresentavam na região em apreço, mostravam tanto sinais de amolecimento, contradição e desgaste de tal modo que a Providência certamente interviria, apresentando-se, revestida de glória, a homens e mulheres lavradores.

A Pequena Tradição, como a dos pobres camponeses, tem na Grande Tradição uma de suas forças culturais originárias, o que não exclui movimentos de criação internos, como mencionado na obra de Franz Boas. Mas neste aspecto particular – o do milenarismo –, vale a pena retomar alguns aspectos que esta grande crise social absorveu da visão geral da história para os cristãos: começo, meio e fim.

A escatologia – *eskaton* quer dizer esperança no fim – provém do cristianismo, e antes deste do judaísmo antigo. É um milenarismo que espera o Messias ou que entra em expectativa pela segunda vinda de Jesus Cristo (ou seja, Jesus, o Messias). Quando os tempos chegassem à plenitude, Jesus retornaria à Terra. A segunda vinda ocorrerá após um período fixo, denominado de “mil anos”.

Há ainda um outro milenarismo que não se atém a um período fixo, mas à existência notória de “sinais”. Um dos sinais é a Grande Tribulação, que se consubstancia em embustes do Inimigo – ou sinais demoníacos na práxis humana. Os sinais podem ser dessacralizantes, como a perda da crença em Deus, ou profanos, como a dissolução da solidariedade dos filhos com os pais, dos afilhados com os padrinhos, dos fiéis com os sacerdotes, dos camponeses com os seus patrões.

Duas orientações ainda emanam deste contexto descrito. O pré-milenismo, segundo o qual Jesus, o Cristo, na sua segunda vinda, vem *antes* do Milênio propriamente dito, quando todos os seus filhos e filhas já estarão vivenciando a Grande Tribulação, com perdas notórias como guerras e genocídios no planeta. Uma outra corrente fala da Pregação do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo. Quando todos os povos da Terra tiverem participado de sua pregação, então virá o fim.

Outras representações mentais de cunho messiânico falam a) do recolhimento da Igreja, isto é, dos que creem, antes da Grande Tribulação, b) da aceitação de Jesus como o Messias pelo judaísmo, judaísmo este que ainda aguarda a pessoa divina e humana capaz de efetuar a salvação dos que creem, c) da salvação após a Grande Tribulação, quando então se dará o Arrebatamento – fileiras e fileiras de multidão humana seguirão pelos ares com Cristo e seu Pai, Deus Todo-Poderoso, para reinar no Céu (Bueno, Apostila para Grupo de Estudos Bíblicos, 2011, s. p.).

Como a vida cultural e histórica das sociedades apresenta-se de muitas formas corrompidas, a Plenitude dos Tempos, ou seja, a evidência de aproximação iminente de um tempo sagrado, poderá ser abreviada, chegar mais depressa, por misericórdia do Céu para com seus filhos. Nota-se que a Guerra do Contestado falou-nos sempre em termos de uma escatologia, esperança e expectativa sobre o tempo do fim. Era preciso abolir o velho século, da violência e da dor, em prol de um novo século de efetivo “descimento das forças do Céu à Terra”.

O seguinte documento escrito, recolhido pelo Coronel Estillac Leal, comandante da Coluna que combateu no sul da região contestada, diz o seguinte:

Carta de Jezuscristo para dar conzelho aos erante do novo seculo o qual apareceo no mundo para livrar pecadores das penas do ynferno que estam merecendo pelos grande erro que estam cometendo. Jamais ninguem adorão santo. Jamais ninguem tem piedade dos necessitados até pella ambição perderão amizade de seus próprios pais, emfim a uma tão orrenda contrariedade entre o povo. Já não procuram ensinál vossos filhos arezarem a dotrina cristam, ensinarem alêr para instruiem vossas familia abrirem os olhos da seguera em que se criam os seos pais de familia que só pella grande ambição do trabalho brutal não fazem o menos sacrificissio para educaçam de suas familias não sabem o grande erro que cometem talvez robando a filicidade. Seos filhos nem ao menos as creanças sabem fazer o sinal da crus. Quem não acreditar neste conzelho terá no anno siguinte de sofrer medonhos castigo; no dia 20 de junho desaparecerá o sol e aparecerá no dia 23 do mesmo meis, no dia 3 de agosto aparecerá um cometa muito visível e com uma cauda muito cumprida que terá 40 metro de cumprimento, no dia 24 de 7bro aparecerá uma peste tanto nos cristam como na criação que não terá remédio; enfim tantos castigos mais adiante os cafanhotos que fazerão pior do que já fizerão; portanto filhos cada um morador deve ter uma copia desse conzelho para livrar de serem castigado com os rigores do Ceo e da divindade; quem não acreditar e não tiver esta se arrependerá no anno vindor pagará 100 rs. para trasladarem; quem ganhar este dinheiro entregará ao Vigário a favor do Santo monge para missa entenção; quem acreditar e tiver em sua casa será livre com vossa família com vossos fructos com vossos Bens.

Pode-se ler a Carta de Jesus Cristo como “variante” das representações mentais de cunho escatológico antes apresentadas. Elas possuem de fato um forte sabor local e camponês, ainda que a noção de tempo do fim seja de consistência muito antiga. Não são representações do eterno retorno das estações do ano, mas de um caminho que culmina em um cenário representacional que não é deste século. Neste sentido, há também um trinitarismo subjacente a este milenarismo. Findou-se há muito o tempo de Deus Pai. Foi o início dos tempos. Naquela época, a Lei sobrepujava o Amor. Com a encarnação de seu filho Jesus Cristo, inicia-se a sobrepujança do Amor sobre a Lei. É o tempo do Evangelho. Com a aproximação do Fim dos Tempos, inaugura-se um novo

século, o século da terceira pessoa da Trindade, o Espírito Santo. O novo século está simbolizado na bandeira dos combatentes dos redutos pela cruz verde sobre o fundo branco. Dentro e fora do ambiente camponês, tem-se a cor verde como símbolo do Espírito Santo, o verde da esperança no mundo que há de vir.

Ocorre também lembrar que as Bandeiras Verdes do Maranhão rural contemporâneo têm como “razão cultural” um tempo novo de liberdade na terra, associado à apropriação pela posse de terras livres nas áreas pré-amazônicas próximas aos grandes rios, ainda no estado mencionado (Maristela de Paula Andrade, comunicação pessoal).

Da perspectiva da organização dos novos ritos de compadrio, o monge, ou melhor, os monges passam a ser batizadores e padrinhos dos bebês e compadres dos pais das crianças; da perspectiva da festa permanente, malgrado as agruras das mortes e dos ferimentos, onde se dava a distribuição gratuita e abundante da comida invertia ao bem limitado do passado e velava a percepção das fomes iminentes ou futuras; das perspectivas, enfim, messiânica e milenarista que, tornadas abrangentes, afastavam todos do velho século. A adesão aos monges já mencionados recusa lideranças eclesiásticas: o italiano, o árabe, o alemãozinho, “os de fora” antitéticos aos outros também de fora: o Percival de sangue árabe que encarna a renda territorial capitalizada, o frade, de sobrenome alemão Neuhaus, que atraía os rebeldes – diga-se, de passagem, com brandura – para a missa dominical rezada durante as desobrigas periódicas nas capelas rurais, e os comandantes e soldados do Exército Brasileiro, que chegam à região contestada com contingentes que chegaram a somar, segundo os dados do General Setembrino, 6 mil homens, cerca de metade dos efetivos do Exército em 1914. Isso para não falarmos nas forças vaqueanas, originárias da região conflagrada, e até mesmo de outras áreas do País, que também combateram.

O incontornável abandono do Velho Século exigiu também a adoção de uma nova personalidade mística para revestir São Sebastião, o santo do Contestado que concretizou uma fração importantíssima da feição particular do messianismo e do milenarismo sertanejo, caboclo e camponês.

5 SEBASTIANISMO

São Sebastião, nascido em Narbona no século 3 e depois cidadão de Milão, foi morto durante uma perseguição aos cristãos efetivada pelo imperador

romano Diocleciano. É digno de nota que seu nome tenha uma altitude divina e não somente de santidade.

De acordo com Actos apócrifos, atribuídos a Santo Ambrósio de Milão, Sebastião era um soldado que teria se alistado no exército romano por volta de 283 d.C. com a única intenção de afirmar o coração dos cristãos, enfraquecido diante das torturas. Era querido dos imperadores Diocleciano e Maximiano, que o queriam sempre próximo, ignorando tratar-se de um cristão, e, por isso, o designaram capitão da sua guarda pessoal, a Guarda Pretoriana. Por volta de 286, a sua conduta branda para com os prisioneiros cristãos levou o imperador a julgá-lo sumariamente como traidor, tendo ordenado a sua execução por meio de flechas (que se tornaram símbolo constante na sua iconografia). Foi dado como morto e atirado no rio, porém Sebastião não havia falecido. Encontrado e socorrido por Irene (Santa Irene), apresentou-se novamente diante de Diocleciano, que ordenou então que ele fosse espancado até a morte. Seu corpo foi jogado no esgoto público de Roma. Luciana (Santa Luciana, cujo dia é comemorado em 30 de junho) resgatou seu corpo, limpou-o, e sepultou-o nas catacumbas (Wikipédia).

Segundo outra versão, São Sebastião morreu jovem, como soldado do império romano no norte da África. Desde as terras portuguesas, formava um retrato espelhado com o jovem rei português, Dom Sebastião, que morreu em Alcácer Quibir em campanha contra os muçulmanos, chamados mouros. Sua presença é insinuante não somente na religião, como na pintura também. No Brasil, a representação em quadro de sua figura é numerosa e expressiva. Tanto se encontra representado como um homem jovem e alourado, reduzido na veste a um pano vermelho que lhe cobre o sexo, amarrado com cordas a um tronco e severamente setado, imagem visível tanto na roça, em igrejas e capelas católicas, como em inúmeros oratórios domésticos, bem como sua imagem pode ser vista em vários tamanhos nestes mesmos lugares, assim como nos altares da umbanda carioca e do xangô pernambucano.

Sua representação em pintura mais esplendorosa de autor da classe artística urbana é a de autoria de Elyseu d'Angelo Visconti, que em 1898 no Rio de Janeiro, pintou um santo moreno e musculoso amarrado a um tronco e severamente flechado também, mas cujo rosto agonizante mostra-nos o fenótipo mestiço de grossas sobrancelhas pretas, nariz robusto, lábios polpudos, cabelos escuros semilongos divididos ao meio, como que à Nazareno, mas lembrando também um "menino do Rio" dos anos 70 e 80 do século passado. A coroa do martírio é-lhe oferecida por uma jovem de feições europeias, que sorri delicada

diante de sua vitória contra as forças da guerra e da morte, sugerindo ela uma angelitude que parece preceder seu alçar iminente aos páramos do céu.

Não é difícil ver ali semelhanças simbólicas e pictóricas com o sacrifício de Jesus Cristo na cruz, crivado de cravos, com um dos lados torácicos perfurado pela lança de um soldado romano, vestido simplesmente com um pano branco que lhe oculta as partes íntimas.

São Sebastião é padroeiro de uma infinidade de bairros rurais, vilas e cidades do meio rural brasileiro. Devoção portuguesa antiga, tornou-se padroeiro da nascente cidade do Rio de Janeiro desde sua fundação em 20 de janeiro de 1565. A vila de Passa Quatro, na província de Minas, e nos dias de hoje, de Minas Gerais, tem como padroeiro São Sebastião. Inúmeros municípios mineiros foram consagrados ao padroeiro São Sebastião. O município de Nova Lima tem dois oragos de São Sebastião, o do bairro do Queiroz e o do bairro de São Sebastião das Águas Claras, também em Minas Gerais.

Algo comparável ocorre no catolicismo rústico do Contestado. Venerava-se São Sebastião a ponto de, em Perdizes Grandes, centro devocional dos mais antigos na região, se darem celebrações de vulto em homenagem ao santo: “Para lá, por ocasião das festas de São Sebastião, afluía gente vinda de até dez léguas de distância. Os encargos materiais dessas comemorações recaíam sobre a comunidade, e as tarefas organizatórias sobre um festeiro assessorado por parentes e por sua clientela” (Monteiro, 1974: 82). As festas religiosas não excluía nem necessariamente repelia a presença dos padres, das novenas, da santa missa, dos sacramentos, todos ingredientes constitutivos das desobrigas periódicas da Igreja Católica Romana pelas capelas rurais. Após as cerimônias nas capelas, explode a festa popular na terra de santo envolvente ao templo, prolongando-se muitas vezes nas ruas principais do vilarejo mais próximo, ensejando danças e cânticos de todo tipo, que ocorriam sucessivamente ou simultaneamente e que selavam os vínculos com o que é de fora e os vínculos com o que é de dentro.

Essa presença forte do sagrado nas vilas, agora santas, e no meio ambiente mais de mato do que de roça prefigurava o sebastianismo do novo século: “quando o sol estava bem quente, eles, “os fiéis”, sem chapéu, ficavam o dia inteiro olhando pelas frestas das madeiras (dos seus ranchos); logo começava a tremer a vista, então aparecia o que eles desejavam, mas só para eles; os que diziam nada ver eles (?) obrigavam a dizer “o que viu” isto é, o exército de São Sebastião nas nuvens (Monteiro, 1974: 139-140, citando o depoimento Lemos,

que menciona também o clima de festa permanente que aponta um freio aplicado ao tempo histórico).

Não se tratava da anulação do Deus católico, nem do Cristo católico por um monge, fosse o primeiro ou o segundo; ou José Maria transformado em santo até se chegar a um líder interno ao grupo como o caboclo Adeodato. Estava-se assistindo à intervenção do novo sagrado ao próprio modo local, culturalmente falando. E o santo escolhido como principal visagem do que vem do céu é São Sebastião, o santo mais próximo da vida cotidiana rural e camponesa, pois é também padroeiro de roças e vilas, tendo portanto a mesma consistência de um pai ou de um padrinho para sitiantes, ervateiros, agregados e posseiros envolvidos na grande mudança. Que não se esqueça, no entanto, da presença saliente se São Jorge e São Miguel, ambos guerreiros, um da terra antes de ser do céu e outro arcanjo do Exército Celeste, venerados em verso e prosa junto com a Virgem Maria.

A morte de José Maria, nas proximidades das terras caingangues de Palmas, ilustra bem as primícias do novo século: José Maria é sepultado em cova aberta, coberta apenas com tábuas, pois os camponeses davam como certa a sua ressurreição. Como o monge anunciara em vida que “retornaria”, previa-se com sua volta o desencadeamento do período sacral mais denso da Guerra do Contestado, já que se dava por definitivo e certo que então começaria a Guerra de São Sebastião. Se o exército de São Sebastião é um “exército encantado”, então o santo pode ser o “rei da glória”.

6 MAGIA

No movimento social do Contestado, deve-se conferir à magia um papel de fenômeno de força coletiva atuante; a magia, como também a religião, é feita de crenças e ritos, e tem também cerimônias, rituais e sacrifícios; os seres que a magia e o mágico invocam podem ser, ainda que não exclusivamente, da mesma natureza que aqueles que invoca a religião. Assim, em *As formas elementares da vida religiosa*, é quando Durkheim nos ensina que desde as sociedades mais antigas (que ele ainda denomina de inferiores) as almas dos mortos são coisas essencialmente sagradas e objeto de ritos religiosos, e, pode-se acrescentar, de ritos mágicos.

Cita-nos ele, entre outros exemplos etnográficos, que na Grécia Antiga, tanto quanto entre povos cristãos, as almas dos mortos, seus ossos, seus cabelos,

valem como intermediários dos quais se servem o religioso e o mágico. Pense-se no caso nas relíquias dos santos. Invocam-se entidades durante as sessões mágicas; coincidem muitas delas com as das igrejas, como, por exemplo, a católica, mas também outras que moram ou se escondem entre as forças da natureza e que vêm colaborar com a magia e com o mágico na obtenção de resultados, seja o consultante do ato uma só pessoa ou uma coletividade. Tomem-se como exemplo os mágicos gregos, que convidavam a estarem e intervirem nos atos mágicos deuses egípcios, assírios ou judeus (Durkheim, 1960: 59). O que torna espinhosa a separação entre magia e religião é a hostilidade da religião oficial face à magia. Há, nos procedimentos mágicos, algo profundamente antirreligioso: a magia nunca se organiza em igreja, e, mesmo que se esteja diante de um catolicismo rústico, negador da Igreja Católica Apostólica Romana em tantos pontos, tornando-se em larga medida um catolicismo de crise, ou seja, questionador e negador de premissas canônicas, pontificias, constituídas e oficializadas, ainda se reconhece neles vasos comunicantes com o catolicismo, malgrado a tendência a construir uma simbologia própria.

Ocorre algo distinto com a magia, pois não existe igreja mágica, a magia é oracular, propiciatória e curativa. Não depende de um universo de regras prescritivas imobilizadas, seja na oralitura, seja na literatura, seu campo de atuação não demarca os lugares imóveis nem dos fiéis nem dos sacerdotes. O mágico tem uma clientela, sem dúvida, mas ela é movente, mutante, provém de denominações religiosas variadas. Os próprios agentes da magia independem de uma associação estável, que os sacerdócios religiosos buscam, organizam e reproduzem constante e rigorosamente (ver Durkheim, *idem*: 58-62).

Assim, as práticas mágicas correspondem ao domínio das representações mentais ditas coletivas, mas num sentido diverso da religião, o mínimo de representação que comporta todo ato mágico é a representação do seu efeito: se é oracular, é preciso que a performance ofereça um caminho, um indicativo, uma resposta; se é propiciatória, é necessário que a performance viabilize de algum modo ao consulente o que ele ou ela deseja ver realizado. Se ela é curativa, é necessário que se tornem reconhecíveis e palpáveis as melhoras, ou as curas psíquicas, físicas ou espirituais do consulente representante ou do consulente paciente (Mauss, 1950 [1ª edição 1902-1903]: 53).

Para atingir tais resultados, são necessários as preces, as orações, as oferendas, os sacrifícios, a gestualidade particular, o todo compondo uma coreografia mística que coloca o consultante e o consultado, ou consultados,

dentro de uma atmosfera alterada da consciência: meditação, êxtase ou mesmo transe. Diz-nos mais uma vez Marcel Mauss:

o indivíduo se sente constantemente subordinado a poderes que o ultrapassam e que o incitam a agir, se pudermos mostrar que em toda a extensão da magia reinam forças semelhantes àquelas que agem na religião, teremos demonstrado desse modo que a magia tem o mesmo caráter coletivo que tem a religião, só nos restará fazer ver como estas forças coletivas foram produzidas apesar do isolamento em que parecem estar os mágicos (...). (Mauss, idem [idem]: 83)

Crê-se, portanto, ser possível mostrar como a magia presente nas sociedades camponesas em particular e nas sociedades rurais num sentido mais amplo se adensa na situação de crise do modo de vida como ocorriam então nos redutos, nas vilas, nas roças, nas matas do contestado, justamente pela ameaça que a guerra trazia à integridade física, psíquica e espiritual das pessoas. A possibilidade próxima da dor, da destruição e da morte, que incita invocar, propiciar e proteger-se tanto no plano religioso quanto no plano mágico. Um exemplo inicial está numa reza de defesa que um informante recita na sua expressão originalmente utilizada:

Ritmando os versos com batidas dos pés no chão, das mão e no peito começa assim:

“Com os poderes de São Cipriano, te passo em
Cima e te bebo o sangue”

Segue-se a reza propriamente dita:

“Deus e homem para na guia

Deus na minha companhia

Deus em frente, Deus em monte

Que meus inimigos não me encontre

Nem de noite nem de dia

Nem amanhã por todo o dia

Que serei guardado no ventre de

Nossa Mãe Maria Santíssima

Como nove meses foi guardado Jesus Cristo

No ventre de sua mãe Santa Maria”

Segue-se o sinal da cruz e três batidas de pé no chão.

“Com os poderes de São Cipriano”

Um exemplo de magia curativa está no texto de outros dois depoentes:

a) Antes de irem [para Santa Maria], seu pai, junto com os vizinhos e alguns parentes, tinha ido a Taquaruçu procurar remédio com José Maria, que andava recolhendo dinheiro para fazer uma farmácia (...) o pai de ego pede receita para a sua mulher que sofria periódicos e inexplicáveis acessos de choro. Receita uma garrafada na qual entravam incenso e cachaça, ao voltar comunica a ego o resultado dessa consulta o informante providencia o aviamento da receita. Ministra o remédio à esposa, que, prontamente, sara.

b) Referindo-se (ego) a um velho muito devoto (segundo padrões aceitos por Frei Narciso), conta que ele era inabalável na fé em São João Maria – vira-o fazer uma cura usando cinzas de seu (ego) fogão.

O relato de uma magia oracular fica notório no seguinte caso: o informante teve um irmão carnal preso pelos rebeldes. Chegando ao reduto na condição de prisioneiros disse aos irmãos (de irmandade) que acreditaria em suas crenças se lhe fosse dado “ver” alguma coisa extraordinária. Mas o que viu foi, durante a noite, alta madrugada, sentado à frente de sua barraca, um macaco sem rabo aproximar-se e sentar-se sobre uma fogueirinha que estava acesa. Rezou pedindo a Deus que afastasse aquela visagem. Por este fato não adere e consegue escapar. Esse irmão (carnal) de ego tinha um compadre do lado dos rebeldes.

Uma reza forte, reza de fechamento de corpo como a que se segue, vinha associada ao uso de patoás usados em volta do pescoço, uma fita fina da qual pendiam na frente e no lado das costas duas almofadinhas de no máximo 2cm de comprimento por 1cm ou 1,5cm de largura, confeccionadas em tecido de duas faces costurado, em cujo interior estava dobrada várias vezes uma reza protetora que livrava o portador da morte por armas de fogo, facões, cordas e correntes. A reza forte de defesa de um Par de França é a seguinte:

Espada luserna! Aqui está o apostulado Jerônimo Antônio Pereira o belo cavaleiro de São Sebastião quem atirar no seu corpo atira na hóstia consagrada por que entre a pólvora e a espoleta Jesus Cristo fez morada. Deus adiante, paz na guia de Jerônimo Antônio Pereira. Encomento à Deus e à Virgem Maria que seu corpo não seja preso nem atado, e nem do demônio atentado, e seja guardado por São Silvestre, com 47 anjos, 7 quebra pedra, 7 quebra ferro e as armas e faça que apontarem no seu corpo na água ficará e os ferros que apontarem em pedaços ficará. Os seus inimigos conheceram que Deus é Vivo. Pater, Filho, Espírito Santo. Pela Óstia Consagrada, Amém Jesus. (seguem-se os sinais B + H + B + D etc.) (Monteiro, 1974: 235-259; todos os depoimentos)

As passagens entre religião e magia foram no Contestado elásticas e aproximativas. Diferentemente de uma área rural que vivencia o tempo comum da reprodução social, a religião e a magia se combinavam no Contestado em crise, transitava-se da oração católica para um ritual propiciatório dentro da mata envolvente; transitava-se do ritual curativo de um parto humano doméstico para um penhorado agradecimento ajoelhado diante de um oratório familiar presidido por São Sebastião, São Jorge e São Miguel. Na região estudada, a religião e a magia foram mais do que vasos comunicantes. Tornaram-se fronteiras em movimento, porque, além de estarem radicadas em um tempo social mais acelerado, vivenciou-se ali uma verdadeira *pregnância*² dos dois fenômenos.

7 GRANDE MEDO

A título de conclusão, é sugestivo e provocante lembrar a análise de Georges Lefebvre no livro denominado *O grande medo de 1789 – Os camponeses e a Revolução Francesa* (Lefebvre, 1979: 191-192), que descreve fenômeno de mesmo nome como nascido do medo do “bandido”, que por sua vez é explicado pelas circunstâncias econômicas, sociais e políticas da França em 1788 e 1789. Embora o contexto epocal do grande medo seja outro, o de uma revolução camponesa dentro de uma revolução burguesa, as *Jacqueries* têm um parentesco histórico e etnológico com a Guerra do Contestado. O Contestado exprimiu simultaneamente o Medo dos Camponeses e o medo dos camponeses. Assim

2 Conforme *Dicionário Latim-Português*, *pregnância* provém de *prægnans, tis*, que quer dizer prenhe, pejado, cheio, inchado, como em árvore cheia de seiva, como em folhas prestes a abrir, como pancadas que deixam inchaço. P. 622, op. cit.

mesmo. O contexto francês convida a ler com Lefebvre as inarredáveis possibilidades comparativas que surgem entre o período entre 1788-89 na França, sobretudo rural e camponesa, e a região sob análise no Sul do Brasil, entre 1912 e 1916, também rural e camponesa. Tanto lá como cá o conteúdo social e cultural das duas grandes revoltas não foram epifenomênicos em comparação com os fenômenos propriamente ditos, a saber, a perda da terra e a luta pela terra: tudo dentro do quadro estrutural e cultural acontecido, as fomes, a errância, o armamento popular, a reação das províncias, o medo dos bandidos e fanáticos, os pânicos de aviso, os mensageiros e, sobretudo, as queixas, que no caso francês apareceram redigidas nos *Cahiers des doléances* – e no caso brasileiro se expressavam por uma oralitura e por uma literatura de sabor sertanejo –, convidam a uma apreciação e a uma compreensão comparadas. Esta vocação comparativa inclui a gesta carolíngia e os pares de França que estão presentes nas representações coletivas tanto das Jacqueries quanto dos Joãoarianismos.

Pede-se à antropologia e à história de nossos dias não somente ser preciso crer para compreender, mas também compreender para crer. Retorno nesta conclusão a um dos epítetos do trabalho de Douglas Teixeira Monteiro (Monteiro, 1974: Epíteto).

REFERÊNCIAS

Livros

ALMEIDA JÚNIOR, J. *A religião contestada*. Elementos religiosos formadores do messianismo no Contestado. São Paulo: Fonte Editorial, 2011.

DURKHEIM, E. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. 2. ed. Paris: Quadrige/Press Universitaires de France, 1990.

LEFEBVRE, G. *O grande medo de 1789*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

MAUSS, M. *Sociologie et Anthropologie*. 4. ed. Paris: Press Universitaires de France, 1968.

MONTEIRO, D. T. *Os errantes do novo século*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MOURA, M. M. *Camponeses*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil – Coleção Corpo e Alma do Brasil, 1988.

_____. *Nascimento da Antropologia Cultural: a obra de Franz Boas*. São Paulo: Hucitec, 2004.

Artigo

QUEIROZ, M. I. P. La Guerre Sainte au Brésil; le Mouvement Messianique du Contestado. *Sociologia I*, n. 5, São Paulo, Boletim n. 187, 1957.

Página na internet

Wikipédia. São Sebastião. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Sebasti%C3%A3o. Acesso em: 27 set. 2012.

Teses

ALMEIDA JÚNIOR, J. *Sementes da esperança: floresce a “Santa Religião” em solo catarinense. Elementos formadores do Messianismo no Contestado*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

RIBEIRO, L. M. P. *Religião/Magia/Vida de um protestantismo rural* (uma análise do bairro rural São João da Cristina, MG). 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Apostila

BUENO, R. M. *Apostila para Grupo de Estudos Bíblicos*. São Paulo, 2011.

Comunicação pessoal

ANDRADE, M. P. Comunicação pessoal.

Dicionário

Dicionário Latim-Português. Etymologico, prosódico e orthographico. N° 6, A-O. 12. ed. Rio de Janeiro/Lisboa: Livraria Francisco Alves/Livraria Bertrand, s/d.

UMA CONSTELAÇÃO DE CONCENTRAÇÕES: A TRADIÇÃO DE “SÃO JOÃO MARIA” E MOVIMENTOS RURAIS NO SUL DO BRASIL

Paulo Pinheiro Machado¹

Num período de aproximadamente 100 anos, 1848 a 1942, ocorreram concentrações camponesas² no Sul do Brasil em torno da figura do Monge João Maria, um andarilho leigo que se apresentava como curandeiro e penitente. Essas concentrações eram iniciadas quando grandes grupos de camponeses deslocavam-se de suas regiões em busca, principalmente, de curas. Esses movimentos assumiram uma linguagem religiosa, com fortes noções messiânicas e milenares. Como não eram movimentos patrocinados por autoridades ou por membros do poder local, essas concentrações foram alvo da ação da polícia e das Forças Armadas. Ao longo do período, a devoção a João Maria foi assumindo aspectos locais, mas em todas as experiências é possível identificar, em comum, a formação de um ambiente cultural de autonomia do campesinato nacional.

É evidente que, dentro do período cronológico, outros movimentos camponeses desenvolveram-se no sul do Brasil sem uma conexão direta com

1 Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

2 Utilizo o termo “camponês” para caracterizar os peões, agregados e sitiantes independentes, proprietários e não proprietários de suas terras, que praticavam agricultura familiar de subsistência, com relativo grau de autonomia, mesmo em regiões de pecuária. O termo “camponês” não era empregado na época, os termos que eram ligados a esta condição social aparecem nas fontes como “lavradores”, “caboclos”, “sertanejos” e “matutos”. De igual maneira, emprego a expressão “camponês nacional”, para diferenciar os caboclos dos imigrantes europeus e seus descendentes.

a tradição de São João Maria. Nosso objetivo, neste capítulo, será um estudo comparativo e sistematizado unicamente dos movimentos relacionados à tradição do Monge João Maria. Fica aqui registrada a advertência de que não são os únicos movimentos camponeses do sul do Brasil neste século indicado. Assim, analisaremos a concentração do Campestre (Santa Maria/RS, 1848), o movimento do Canudinho de Lages (Lages/SC, 1897), o movimento dos Monges do Pinheirinho (Encantado/RS, 1902), a Guerra do Contestado (PR e SC, 1912-1916), o movimento de Fabrício das Neves (Irani e Concórdia/SC, 1924), o movimento dos Monges Barbudos do Fundão (Soledade/RS, 1935-1938) e o movimento dos Sertanejos do Timbó (SC, 1942).

João Maria de Agostini, o primeiro andarilho de origem italiana, chamava a atenção dos moradores das regiões rurais do sul do Brasil por apresentar-se apenas como um conselheiro. Aceitava poucos alimentos que eram oferecidos. Era um indivíduo com barbas e cabelos longos, usava um pequeno boné com pele de jaguar e caminhava segurando um cajado de pastor. Vivia peregrinando entre as Províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. João Maria recomendava que os agricultores defendessem as vertentes de água, evitassem queimadas e não maltratassem animais. Conhecia um conjunto de ervas nativas e seus efeitos terapêuticos. Durante as décadas de 1840 e 1850 do século XIX, João Maria teve uma relação amistosa com o clero católico. Participou de missas e fez pregações nas Igrejas de Sorocaba/SP, Lapa/PR e Santa Maria/RS (Cabral, 1960; Fachel, 1995, p. 35-40). Costumava batizar crianças a pedido dos moradores das regiões por onde passava. Ao longo desse extenso período cronológico, diferentes indivíduos assumiram esta identidade (Welter, 2007).³

A CONCENTRAÇÃO DO CAMPESTRE

A primeira concentração aconteceu em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em 1848-1849, quando o monge italiano Giovanni Maria d'Agostini passou a recomendar curas na fonte de águas do Campestre. O monge andarilho tinha passado várias vezes pela região do Campestre, em Santa Maria, pelo Cerro do Botucaraí, em Rio Pardo, pelas Missões e pelo planalto norte da Província. Consta que com a autorização do Vigário-Geral do Rio Grande do Sul, em

³ É importante considerar que existem algumas diferenças marcantes entre os diferentes indivíduos que assumiram a identidade de João Maria. Neste texto, não vamos proceder a este levantamento, considerando que, para a população sertaneja, só existiu um São João Maria, legenda que acabou por incorporar as qualidades e as características de diferentes indivíduos.

Porto Alegre, João Maria conseguiu transportar uma estátua de Santo Antônio das Missões para uma capela que estava construindo no Campestre. Além da capela, o Campestre era o local de uma vertente de águas que, segundo o Monge, tinha propriedades curativas. Logo João Maria organizou na capela do Campestre uma estrutura para atender doentes que chegavam de vários pontos do município e de muitas outras regiões da Província.

A concentração de pessoas, que em alguns meses chegou a mais de cinco mil, assustou as autoridades. Principalmente porque naquela conjuntura algo muito sensível precisava ser realizado – o recrutamento militar. O aumento das tensões com os governos de Oribe, do Estado Oriental, e com Rosas, de Buenos Aires, fazia com que o Império tomasse uma série de medidas para uma nova invasão do Prata. O Presidente da Província do Rio Grande do Sul, General Francisco Soares de Andrea, enviou força de linha para a dispersão dos seguidores do Campestre, e João Maria foi preso e remetido para Santa Catarina. Para atacar a credibilidade das águas do Campestre, foi aprovada uma Lei Provincial autorizando o governo a realizar exame laboratorial nas águas⁴. Um médico foi enviado da Capital para examinar os pacientes tratados por João Maria e apresentar uma estatística e um relatório, que deveria ser publicado na imprensa. O Presidente Soares Andrea queria combater o “*fanatismo*” com a ciência.

Soares de Andrea era um militar português que já tinha servido ao Império na repressão dos movimentos Farroupilha (RS), na Cabanagem (PA) e Juliana (SC), e, como estava preparando a invasão do Uruguai, afirmou que “não podia deixar o fanatismo crescer sem controle”, mesmo sendo um movimento pacífico (Machado, 2004). A concentração em torno do Campestre prejudicava os preparativos de guerra. Naquele momento, o General estava interessado em formar Guardas Municipais, subordinadas à Guarda Nacional, onde deveria ser alistada toda a população masculina entre 12 e 60 anos de idade, para daí tirar os efetivamente recrutáveis.⁵

Segundo Oswaldo Cabral (1960), depois deste incidente do Campestre nunca mais João Maria permitiu que pessoas se aglomerassem nos locais onde pousava. O monge procurava locais ermos, seu contato com os moradores era sempre rápido, mas seu prestígio continuou crescendo entre toda a população

4 Lei Provincial n. 141, de 18/7/1848. Autoriza o Governo Provincial a destacar um médico para analisar as curas e o valor terapêutico das águas do Campestre. *Coleção de Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 1888.

5 Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Tenente-General Francisco José de Souza Soares de Andrea, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no 1º de junho de 1849. Porto Alegre: Typographia do Porto-Alegrense, 1849, p. 25.

do planalto meridional. Sua relação com o clero católico continuou amistosa. Grande quantidade de fontes de água em muitos municípios do planalto meridional são atualmente chamadas de “águas santas”, por ser atribuída sua descoberta ao monge, que o povo chama de “São João Maria”. O culto a Santo Antônio ficou restrito ao Campestre, em Santa Maria. Em outros pontos do planalto João Maria é lembrado pelas “águas santas” e pelos pontos de parada e pouso do andarilho, que foram santificados com a ereção de grandes cruzeiros.⁶

Depois da dispersão da concentração de Campestre, João Maria foi enviado pelo General Soares de Andrea para a ilha de Santa Catarina. De lá o Presidente da Província o enviou para a ilha do Arvoredo, local de onde foi retirado alguns meses depois, uma vez que estava começando uma romaria de pescadores de Porto Belo na ilha. Consta que João Maria foi visto no Rio de Janeiro, em Sorocaba e novamente em Lapa, no Paraná. A partir de 1870, não há mais registros sobre a passagem de Giovanni Maria d’Agostini pelo sul do Brasil; consta que tenha morrido no deserto do Novo México, nos Estados Unidos (Karsburg, 2010).⁷

JOÃO MARIA DE JESUS

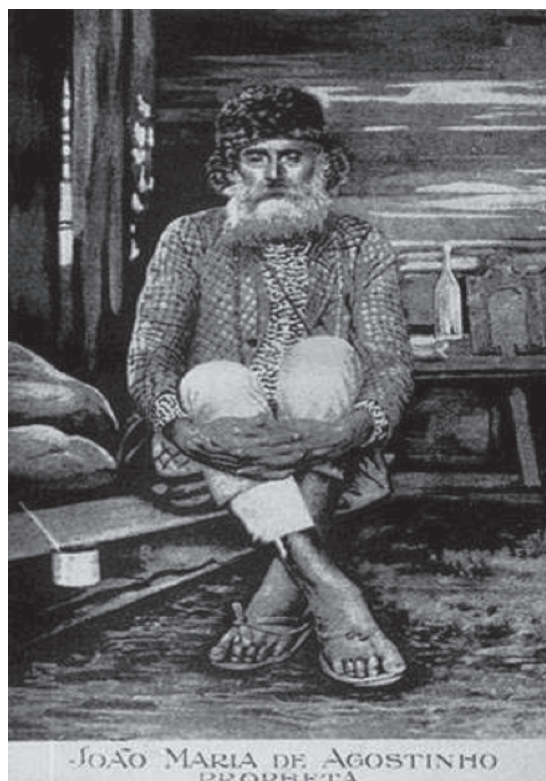
No final do século XIX, outro andarilho (grego de origem síria, de fala acastelhanada), Anastas Marcaf, assumiu a identidade de João Maria e, nas décadas finais do século XIX e na primeira década do século XX, passou a trilhar os mesmos caminhos do antigo monge, aumentando a sua área de abrangência mais para o oeste, para os Campos de Palmas. Segundo muitos depoentes da região do planalto de Santa Catarina, este segundo João Maria, a quem também chamavam de João Maria de Jesus, é o indivíduo que aparece em milhares de gravuras que são copiadas, como *vulgata*, a partir de uma fotografia original, de autor desconhecido, como abaixo:

João Maria de Jesus deixou prédicas mais detalhadas sobre a defesa das fontes de águas, sobre o respeito aos animais e à natureza, palavras que ainda sobrevivem na memória da população cabocla do planalto. Para João Maria, “planta é quase bicho e bicho é quase gente”. As pessoas deveriam evitar as

6 Os cruzeiros de São João Maria são pontos de culto usualmente confeccionados com madeira de cedro falquejadas que brotam folhagens na primavera, demonstrando um aspecto impactante. Em alguns locais os cruzeiros são usados como cemitérios de “anjinchos” (crianças natimortas).

7 Segundo Alexandre Karsburg, João Maria seguiu para os Estados Unidos, tendo entrado por Nova Iorque em 1861 e morrido no Novo México, em 1869.

queimadas, defender as fontes d'água e evitar os maus-tratos a todo tipo de ser vivo. João Maria dizia que “quem não sabe ler a natureza é analfabeto de Deus”. Na tradição popular, o monge também era conhecido por determinadas propriedades extranaturais, tais como as atribuídas a Cristo – como a capacidade de caminhar sobre as águas, de adivinhar o pensamento das pessoas e de multiplicar alimentos. João Maria recomendava a todos que plantassem cruzeiros em frente das suas casas. As pessoas que assim procedessem estariam protegidas no momento em que aconteceria de o Sol não nascer no período de três dias. João Maria profetizava que o mundo passaria por transformações catastróficas, sendo a República seu primeiro sinal (Vinhas de Queiroz, 1966; Monteiro, 1974).



A partir de 1890, o clero católico, que vivia um processo de profunda transformação com a romanização dos sacerdotes, dentro do espírito ultramontano de recuperação da autoridade da hierarquia da Igreja, passa a hostilizar a figura de João Maria, a condenar publicamente suas práticas. Os padres advertiam as pessoas – sem sucesso – para que não batizassem as crianças com o andarilho (Serpa, 1997).

O CANUDINHO DE LAGES (1897)

Entre os anos 1893 e 1895, o sul do Brasil passou por um conflito de grandes proporções, conhecido como Revolução Federalista. A luta colocou em lados diferentes facções da classe dominante em disputa pelo poder local. De um lado, os políticos republicanos com forte apoio do Exército, de outro lado os federalistas, herdeiros políticos do Partido Liberal, dominante no regime monárquico, que tinham o apoio da oficialidade da Marinha e de políticos ligados ao Partido Blanco, no Uruguai, como Gumercindo Saraiva. A luta se prolongou por três anos, atingindo fortemente o planalto sul do Brasil, o que representou o recrutamento forçado, para ambos os lados, de muitos peões e agregados de fazendas e pequenos sitianteiros do planalto. Os deslocamentos de tropas ocorreram da fronteira com o Uruguai até a cidade de Curitiba, último ponto dominado pelos rebeldes federalistas. A historiadora Zélia Lemos registra que a tragédia desta guerra serviu para introduzir uma prática na população pobre do planalto, o “arrebanhamento de gado alheio e a degola dos adversários políticos” (Lemos, 1983).

Indícios apontam que a aproximação do federalismo à religiosidade popular no planalto ocorreu durante a própria Revolução Federalista. Frei Rogério Neuhaus, franciscano alemão que atuava em Lages desde 1891, afirma que João Maria passou a condenar a República e a divulgar um discurso apocalíptico com grande receptividade entre os sertanejos. Com frequência a população identificava os federalistas com a monarquia (já que muitos eram antigos políticos do Partido Liberal). Quem relata uma aproximação de João Maria com os federalistas é o médico baiano Ângelo Dourado, que acompanhou a coluna do federalista e *blanco* Gumercindo Saraiva. Dourado afirma que, na região dos campos de Palmas – que era “território do monge” –, João Maria acompanhou alguns combates, ajudou a tratar rebeldes feridos, mas dizia que não era federalista, porém era “a favor da justiça e dos que sofrem” (Dourado, 1977, p. 196).

É importante considerar que o monarquismo sertanejo, presente nestes movimentos sociais rurais, como também no norte do Brasil, no grande movimento de Canudos, não significa uma contrarrevolução monárquica ao jovem regime republicano. Estes camponeses jamais se manifestaram pela restauração da família Bragança ao trono brasileiro. O monarquismo sertanejo precisa ser entendido como parte da experiência traumática da República, que, no Brasil, significou para a população pobre do interior do País maior tributação, guerras e aumento do poder político dos terras-tenentes.

Os federalistas tinham uma plataforma política muito genérica, seus principais pontos eram a autonomia local para os estados-membros da Federação e o parlamentarismo como forma de governo. Porém, é possível localizar, em crônicas e relatos de soldados e outros adeptos, uma vertente popular do federalismo, uma apropriação muito peculiar que era realizada por pequenos sitiantes e combatentes “a pé”, que definiam o federalismo como uma bandeira contra a opressão e a tirania. Ser federalista significava lutar por autonomia local e opor-se a qualquer autoridade “de fora”. Esta noção popular do federalismo se enraizou na cultura política da bacia platina desde o início do século XIX (Lemes, 1993).

A aglomeração de camponeses no Canudinho de Lages começou a acontecer em julho de 1897, na chamada região de Entre Rios, fundos de Campo Belo, a oeste da cidade de Lages. Consta que um indivíduo chamado Miguel, ou Miguelito, apresentou-se a um comerciante local, dono de um engenho de cana, Francelino Subtil de Oliveira, afirmando ser irmão do Monge João Maria. Miguel estabeleceu-se no engenho de Subtil e passou a ministrar curas e penitências a todos os doentes que começaram a afluir em grande número para o local. As curas eram feitas com chás, e as penitências eram realizadas carregando-se pedras nas cabeças e fazendo várias orações por dia para uma grande pedra que existia no rochedo da barranca do rio Pelotas. A rocha lembrava as feições de uma figura humana, que os devotos acreditavam tratar-se de uma santa “encantada”. As preces, penitências e procissões deveriam “desencantar” a santa, libertando-a da pedra. Entre os habitantes de Entre Rios criou-se a noção de que este desencantamento deveria acontecer antes da virada do século, em 1900, onde uma noite de três dias poderia acabar com a vida dos que não seguiam esta devoção. Em um mês de duração, o engenho já era circundado por 70 casas habitadas por mais de 400 pessoas. O povoado de Entre Rios recebeu doentes e moradores de uma ampla região do planalto catarinense e do norte do Rio Grande do Sul, inclusive alguns veteranos da campanha federalista, encerrada havia dois anos (Machado, 2008).

Como ao longo do ano de 1897 corria a guerra de Canudos, na Bahia, logo a imprensa de Florianópolis e de Lages deu o nome de “Canudinho” à concentração de sertanejos de Entre Rios. O jornal *Região Serrana*, de Lages, assim explicava a formação do povoado do Canudinho e exigia providências do governo:

Estamos atravessando uma quadra excepcional a respeito do FANATISMO RELIGIOSO. Qualquer indivíduo de cabelos e barbas longas e um tanto encanecidas embrenha-se

pelos sertões, explora a ignorância dos pobres matutos e eis que, em pouco tempo, tem ao seu lado um exército, disposto a lutar até a morte em defesa de tal indivíduo, uma vez que se apregoe enviado ou representante de Jesus Cristo, como meio mais fácil de iludir essas infelizes criaturas! Reclamamos do poder competente urgentes providências para que os fundos de Campo Belo não se transformem em um novo CANUDOS, pois já ninguém ignora que o célebre CONSELHEIRO da Bahia começou como Miguelito e, entretanto, por causa da inércia dos governos assistimos hoje... uma das mais cruentas lutas em que têm perecido os mais devotados soldados da República. (grifos do original – Região Serrana, 8/8/1897)

A formação da concentração e a disposição de luta das pessoas em defesa do novo povoado são interpretadas pelo jornal apenas como manifestação de ignorância dos “pobres matutos”. Nessa época, em meados de 1897, o exército organizava uma quarta expedição a Canudos, após o fracasso da terceira, em março do mesmo ano. Havia uma verdadeira histeria da imprensa de todo o País com os seguidores de Antônio Conselheiro. Para os governantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul a concentração em si de devotos de João Maria não era a principal preocupação. O temor existia pelo fato desse povoado receber veteranos *maragatos*, federalistas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que estavam em Entre Rios.

Em 17 de agosto de 1897, uma primeira volante policial, composta em sua maioria por guardas municipais de Lages, comandados pelo Alferes Inácio Casimiro de Góes, soldados do Regimento de Segurança de Santa Catarina, comandados pelo Alferes Firmino Rodrigues Neto e reforçados por capangas do Coronel Henrique Rupp (Superintendente Municipal de Campos Novos) e de Lucidoro Matos, tentou dispersar o ajuntamento sertanejo. Entretanto, parece que os caboclos já estavam informados da expedição oficial e receberam a força policial com fogo cerrado. Os sertanejos conseguiram abater quatro soldados (dois mortos e dois seriamente feridos) e fizeram recuar a força oficial. Para aumentar o pânico das autoridades locais, os caboclos perseguiram os policiais até a entrada da Vila de Campos Novos, a aproximadamente 40km de distância de Entre Rios (*Região Serrana*, 29/8/1897).

A partir desse primeiro confronto, a imprensa passou divulgar que a resistência armada dos camponeses foi atribuída à presença de federalistas e de um “castelhano” dentro da cidadela atacada. Consta que, no piquete armado,

os camponeses de Entre Rios usavam uma fita branca, com 1,70m, amarrada aos chapéus. A cor branca significava a marca dos federalistas catarinenses e 1,70m era a altura de João Maria. A presença de uruguaio e argentinos – denominados como “castelhanos” pela população local – significaria mais um indício da presença federalista em Entre Rios.

O governador de Santa Catarina, Hercílio Luz, combinou com o Presidente do Rio Grande do Sul de realizarem um ataque conjunto ao Canudinho de Lages. Júlio de Castilhos temia um novo levante federalista, que poderia ser iniciado com uma invasão via fronteira uruguaia e, pior, com uma dupla invasão, ao sul pelo Uruguai e ao norte pelo planalto catarinense. A fronteira Brasil-Uruguai estava desguarnecida de várias unidades do exército brasileiro, que tinham sido deslocadas para combater na Bahia. Não paravam de circular, em Porto Alegre, diferentes versões sobre o fim da guerra civil uruguaia, que teria encerrado com um acordo entre os federalistas rio-grandenses exilados no Estado Oriental e o vencedor Partido Colorado. Retribuindo o apoio federalista, o novo governo uruguaio apoiaria uma nova ofensiva dos exilados federalistas no território rio-grandense⁸. O trágico destino do Canudinho de Lages foi definido por uma mudança política dentro do Uruguai, que precipitou o ataque do governo do Rio Grande à população de Entre Rios.

Na manhã do dia 29 de agosto de 1897, o povoado de Entre Rios foi atacado pela polícia rio-grandense. Quando a força catarinense chegou ao local, o povoado já estava destruído. Nos dias seguintes, os policiais dos dois estados passaram a caçar os sertanejos fugitivos pelas matas da região e pelas furnas então existentes ao longo dos rios Canoas e Pelotas. Miguelito foi capturado no Rio Grande do Sul, na localidade de Barracão, município de Lagoa Vermelha, acompanhado da filha de Francelino Subtil de Oliveira e identificado como um soldado desertor da guarnição de Curitiba. Francelino Subtil de Oliveira fugiu pelas matas do vale do rio Canoas com um grupo de 20 homens, mas apareceu morto em outubro do mesmo ano. Os jornais de Lages e Florianópolis apontam para a existência de uma grande operação de extermínio dos sertanejos que participaram do povoado destruído.

As autoridades sonhavam que com a destruição do Canudinho colocariam fim às crenças dos sertanejos e assegurariam a paz aos proprietários. Uma mistura de sentimentos, que vão da intolerância religiosa ao preconceito de classe, estava presente no balanço final do massacre:

8 Todas essas informações constam na correspondência de Júlio Prates de Castilhos e de seu secretário Aurélio Bittencourt. Fundo Aurélio Bittencourt, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

À louvável presteza desenvolvida pelos governos unidos do nosso Estado e do Rio Grande do Sul devemos a completa dispersão do bando fanático e perverso de Entre Rios que como uma ameaça à tranquilidade pública e um polvo à propriedade individual, se arregimentava e crescia à sombra mal velada de manifestações religiosas. O fato do contumaz fanatismo largamente propellido pelas práticas da vulgaridade forasteira de um João Maria de Agostini, mal pode distender as garras de uma terrível ignorância feroz e arrebatadora, perante a vigorosa providência oficial que em tempo realmente abreviadíssimo estancou com um vigoroso golpe definitivo os desenvolvimentos do núcleo de Entre Rios, onde reinava a promiscuidade animal de envolta com a orgia das paixões. (*Região Serrana*, 12/9/1897)

O Bispo de Curitiba, Dom José de Camargo Barros, em visita à região do conflito um ano após a destruição de Entre Rios, afirmava que ali vivia “um povo atrasado, cheio de vícios e muito fanático e seguidor do célebre João Maria” (Serpa, 1997, p. 144). O crescimento e a consolidação da liderança mística de João Maria já era uma realidade entre vários habitantes da região. Havia um forte sentimento de crise no planalto no início do período republicano (Monteiro, 1974). Os republicanos eram acusados de criar novos impostos, de atribuir maior poder aos coronéis e por serem autores de atrocidades durante a guerra federalista. A população camponesa do planalto procurou intérpretes, como o profeta João Maria (Gallo, 1999, p. 177), para expressar seu descontentamento com o estado de coisas.

O culto a João Maria, independente da estrutura do clero oficial e por ele hostilizado, continuou vigente entre a população trabalhadora do planalto e ofereceu a base cultural para a formação dos redutos sertanejos do movimento do Contestado, quinze anos depois. No povoado de Entre Rios já se estabelecia uma praça central onde todos se reuniam em determinados momentos do dia. As relações comunitárias de auxílio mútuo são identificadas. Em grande medida, há uma confluência crescente de pontos de vista entre antigas lideranças federalistas avulsas e exiladas no planalto e os sertanejos que se dispunham a abandonar suas casas e pequenas lavouras para viver em torno de algum representante de João Maria. O episódio do Canudinho significou um momento importante desta confluência de duas tradições: o profetismo de João Maria e uma vertente popular do federalismo.

MONGES DO PINHEIRINHO

No Rio Grande do Sul, veteranos da campanha federalista também estavam disponíveis a participar de levantes junto à população cabocla. Embora não seja possível fazer uma conexão direta com o “Canudinho de Lages”, na região de Encantado, então município de Lajeado, em 1902, também houve uma confluência entre o federalismo popular e a tradição de João Maria. Consta que os sertanejos de Encantado compunham uma curiosa síntese de uma segunda geração de Muckers, descendentes dos seguidores de Jacobina, imigrantes alemães empobrecidos que conviviam com caboclos, e de alguns andarilhos que eram identificados como João Maria.

A região vivia uma forte crise. A população cabocla era cada vez mais empurrada por especuladores e grileiros, que ocupavam suas terras para vendê-las a imigrantes europeus. Os caboclos atacaram alguns loteadores de terras e autoridades de Lajeado. Um bem armado Batalhão da Brigada Militar do Estado, em setembro de 1902, abriu fogo contra centenas de caboclos, dispersando-os pelas matas da subida de serra, no alto vale do rio Taquari (Ferri, 1975).

A GUERRA DO CONTESTADO

Movimento mais conhecido, neste conflito, não há qualquer aparição de João Maria. Mas a tradição de João Maria estará presente através do curandeiro José Maria e de muitos outros monges que irão pontificar nos redutos e “cidades santas”, construídos pelos devotos que vão se convertendo em rebeldes, na medida em que são implacavelmente atacados pelas forças oficiais. O culto a João Maria era forte não só entre os redutários, mas também entre fazendeiros e “vaqueanos civis” que lutaram ao lado do exército. Portanto, não há um corte de classe nesta tradição. Mas, a partir de Taquaruçu (1913) e Caraguatá (1914), ocorre um processo de reelaboração da memória e das experiências de João Maria que toma um significado especial para a população cabocla.

É no movimento do Contestado que o monarquismo sertanejo tem o seu principal desenvolvimento. As noções de “Monarquia celestial” deixam de ser apenas críticas saudosas à República e passam a compor um projeto político sofisticado, baseado em fortes relações comunitárias de auxílio mútuo, uma espécie de “comunismo caboclo” que regulava a vida nas “Cidades Santas”. A

proibição do comércio interno, a socialização dos bens e meios de subsistência são as principais características deste monarquismo caboclo: “Quem tem, mói, quem não tem, também mói, e no final todos ficam iguais!” Esta fala, atribuída a José Maria, virou lei nos redutos. Pode-se afirmar que é o desdobramento final da fusão das tradições de João Maria com o federalismo. A construção dos “Quadros Santos” ou “Cidades Santas” seguia um plano urbanístico comum. Uma praça central, onde toda a população poderia se reunir, uma Igreja na parte do centro, frontal à praça, e cruzeiros nos vértices do quadrado. Monges e virgens videntes, junto com comandantes de briga e chefes de piquetes de cavalaria compunham as lideranças do movimento e um verdadeiro padrão de regulação e convívio social.

Instituições caboclas foram criadas ao longo do conflito como processo peculiar de apropriação de antigas tradições, como a Gesta Carolíngia e o grupo de Pares de França, uma noção peculiar de “Guerra Santa” e o crescente envolvimento de um grupo muito mais amplo que o número restrito de devotos iniciais (Espig, 2004).

A ruptura dos camponeses com o Estado, com os fazendeiros e com a Igreja chegou ao clímax. Mesmo com a derrota militar do movimento (1915-1916), depois do emprego de 8 mil soldados do exército somados às polícias de Santa Catarina e Paraná, ainda houve repiques de mobilização com os grupos de Fabrício das Neves e Palhano, na região de Concórdia e Xanxerê (1924) (Silveira Jr., 2008), reproduzindo o mesmo padrão de “Cidade Santa”, monge, praças e fortes relações comunitárias de auxílio mútuo.

OS MONGES BARBUDOS DE SOLEDADE (1935-1938)

Depois da Guerra do Contestado, os aparelhos policiais dos estados meridionais ficaram particularmente vigilantes quanto a uma possibilidade de retomada de levantes camponeses tendo como pano de fundo o ambiente de culto a João Maria e a possibilidade de organização autônoma dos “matutos” tendo as experiências anteriores como base.

Em 1935, na região de Lagoão e Soledade, no planalto norte do Rio Grande do Sul, há uma nova aparição de João Maria. Desta vez ele é recebido pelo caboclo Deca França (André Ferreira França). Em poucos meses, cresce em torno de Deca França uma comunidade de devotos de João Maria que passam a deixar as barbas e os cabelos crescerem, desenvolvendo fortes laços

comunitários de auxílio mútuo. Uma jovem assume a condição de *virgem* vidente. Para aumentar a preocupação dos comerciantes locais, chamados de bodegueiros, que viviam da comercialização dos excedentes produzidos pelos agricultores da região, os seguidores de Deca França passaram a dizer que iam apenas plantar o que fossem comer, não estavam mais interessados na lavoura de fumo e outros artigos com fins comerciais.

A região também vivia uma tensão agrária provocada pelo avanço de companhias de colonização sobre terras públicas, que eram habitadas por caboclos. O ambiente político do Estado Novo foi decisivo para o desencadeamento da forte repressão sobre o movimento. Os caboclos foram acusados de “comunistas” e sob este pretexto foram atacados sem piedade pela Brigada Militar numa rápida ação na Sexta-feira Santa de 1938. A ação policial causou as mortes de Deca França e outro líder, vários foram presos e espancados, e mulheres foram violentadas. Os sertanejos ficaram proibidos de se reunir e praticar suas crenças.

MOVIMENTO DO TIMBÓ

Em 1942, alguns fazendeiros do planalto catarinense chamaram a polícia para desbaratar e prender um núcleo de caboclos que voltava a se reunir em nome de João Maria. Trata-se do movimento do Timbó, então Distrito do Município de Porto União. Consta que um indivíduo chamado Elias da Mota era o líder do grupo, que possuía vários acampamentos de seguidores nos vales dos rios Tamanduá e Timbó.

A ação da polícia foi assim descrita, em abril de 1942, por notícia montada no DEIP-SC (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina), divulgada para a Agência Nacional:

Graças à serena atuação das autoridades catarinenses achase restabelecida a normalidade das zonas marginais do rio Tamanduá, Município de Porto União, onde vários grupos de fanáticos chefiados pelo Monge Elias Mota provocaram pânico, levando vários caboclos a abandonarem suas casas e seus fazeres. A escolta da Força Policial, sob comando do Tenente Otaviano Raimundo Colônia, atacou o reduto principal estabelecido no lugar denominado Saltinho prendendo todos os fanáticos, inclusive o Monge Elias. Em seguida, o Tenente Otaviano fez destruir todos os acampamentos. A

polícia apurou que, antes de ser monge, Elias foi palhaço de circo e vagabundo. Dissolvidos os grupos, presos os seus componentes e destruídos os acampamentos, o Tenente Colônia procurou as famílias fugitivas, reconduzindo-as às suas propriedades. Entre os fanáticos presos acha-se Júlio Alonso, que, em 1914, foi um dos mais audaciosos e sanguinários adeptos do Monge João Maria.

As reportagens dos jornais *O Estado*, *A Gazeta* (ambos de Florianópolis, do dia 24 de abril de 1942), além de repetirem esta nota acima citada, colocam uma fotografia de um grupo de 10 caboclos aprisionados.



Jornal O Estado, Florianópolis, 24 de abril de 1942.

Os jornais insinuaram que os caboclos estariam a serviço de agentes de potências estrangeiras: “as autoridades acham-se empenhadas em averiguar se a constituição de tais grupos é ou não obra de quinta-colunistas no sentido de criar uma atmosfera de intranquilidade, em proveito das suas atividades contra o Brasil” (*A Gazeta*, 24/4/1942).⁹

⁹ No vocabulário político utilizado durante a Segunda Guerra Mundial, quinta-colunas eram como se denominavam os sabotadores. O termo tem origem na Guerra Civil Espanhola (1936-39), quando a cidade de Madri foi cercada por quatro colunas franquistas, mas, além disso, sofria o ataque de sabotadores fascistas internos, que possuíam a eficácia de uma “quinta coluna”.

A imprensa e o governo fizeram de tudo para liquidar e desacreditar o movimento. A divulgação de que o monge Elias teria sido um palhaço e a associação à atividade “quinta-coluna”, numa conjuntura impactante, quando navios de cabotagem brasileiros estavam sendo torpedeados pelos submarinos alemães na costa, deixavam os caboclos num forte isolamento social. O reconhecimento de um participante da Guerra do Contestado, Júlio Alonso, parece confirmar os temores da polícia. Como a ação foi muito rápida, ocorrida com a denúncia das primeiras reuniões do grupo de Elias, não é possível avaliar os laços comunitários e os projetos dos sertanejos do Timbó.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, procuramos inventariar diferentes concentrações sertanejas influenciadas pela tradição de João Maria. Essa tradição foi se formando não só pela aparição dos monges andarilhos, mas como um conjunto de experiências ligadas aos problemas cotidianos de saúde e subsistência. A persistência desses movimentos em toda a região sul do Brasil revela, mais do que as concentrações em si, um ambiente cultural de afirmação de determinados valores tradicionais e de resistência anticapitalista à especulação com terras, políticas modernizadoras, ao recrutamento militar compulsório e ao mandonismo local.

Longe de ser um fenômeno do passado, ainda hoje muitas comunidades do planalto possuem como guia e conselheiro diferentes indivíduos que assumem a posição social do profeta São João Maria.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A campanha do Contestado*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1960.

DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977.

ESPIG, Márcia Janete. *A presença da Gesta Carolíngia no movimento do Contestado*. Canoas: Ed. ULBRA, 2004.

FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre/Florianópolis: Ed. UFRGS/Ed. UFSC, 1995

FELIPE, Euclides José. *O último jagunço: o folclore na História da Guerra do Contestado*. Curitiba: Unc, 1995.

FERRI, Gino. *Os monges do Pinheirinho*. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1975.

GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. *O Contestado: o sonho do Milênio igualitário*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A odisseia de um monge peregrino pela América no século XIX. In: Carlos Andre S. de Moura; Eliane Moura da Silva; Mário R. dos Santos; Paulo Julião da Silva. (orgs.). *Religião, Cultura e Política no Brasil: Perspectivas Históricas*. Campinas/SP: Unicamp, 2011.

_____. O indivíduo por trás da crença: o eremita italiano Giovanni Maria de Agostini e sua trajetória na América. In: *Revista História Catarina*. Lages, Ano IV, n. 17, março de 2010, p. 35 a 42.

KUJAWA, Henrique Aniceto. *Cultura e religiosidade cabocla – Movimento dos Monges Barbudos no Rio Grande do Sul – 1938*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2001

LEMES, Honório (org. de Corálio Cabeda). *Lei Militar*. Porto Alegre: Inst. Est. Livro, 1993.

LEMO, Zélia Andrade. *Curitibanos da História do Contestado*. Curitiba: Imprensa Frei Rogério, 1981.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

_____. O Canudinho de Lages. *Revista de Sociologia*. São Paulo, v. 13, n. 24, 2008.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1997.

SILVEIRA JR, Celso Martins da. *O mato do tigre e o campo do gato: José Fabrício das Neves e o combate do Irani*. Florianópolis: Ed. Insular, 2007.

THOMÉ, Nilson. *Os iluminados*. Florianópolis: Insular, 1999.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WELTER, Tânia. *O profeta São João Maria continua encantando no meio do povo*. Um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina. Tese de Doutorado em Antropologia Social. UFSC. Florianópolis, 2007.

FONTES:

- *Coleção de Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 1888.
- Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Tenente-General Francisco José de Souza Soares de Andrea, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no 1º de junho de 1849. Porto Alegre: Typographia do Porto-Alegrense, 1849.
- *Jornal Região Serrana*, Lages, 1897. Museu Thiago de Castro – Lages.
- *Jornal A Gazeta*, Florianópolis, 1942. Biblioteca Pública do Estado de SC.
- Correspondência do Presidente Júlio de Castilhos. Fundo Aurélio Bittencourt, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- *Cadernos do DEIP-SC* (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Santa Catarina), 1942. Arquivo Público de Santa Catarina, Florianópolis.



Piquete de vaqueanos em Três Barras. Todas as fotos estão em domínio público, são de autoria de Claro Gustavo Jansson e integram o acervo de Paulo Jansson Moretti.



Coronel Fabrício Vieira, à esquerda, e seus vaqueanos.



Alemãozinho (Henrique Wolland) e o Tenente Castelo Branco, Canoinhas.



Rendição de Bonifácio "Papudo" Alves dos Santos ao Tenente Castelo Branco.



Alemãozinho.



Movimentação de tropas em Porto União da Vitória.



Procissão na Divisa, moradores de Canoinhas.



Família de sertanejos rendida.



Tropas do governo conduzindo peça de artilharia.



Soldados em marcha em Porto União da Vitória.



Vista geral de Canoinhas (1913).



Hotel para viajantes (provavelmente Três Barras).



Soldados em Porto União da Vitória.



Soldados em Porto União da Vitória.



Tropas acampando na cabeceira da ponte do rio Iguaçu, Porto União da Vitória.



Tropas acampando na cabeceira da ponte do rio Iguaçu, Porto União da Vitória.



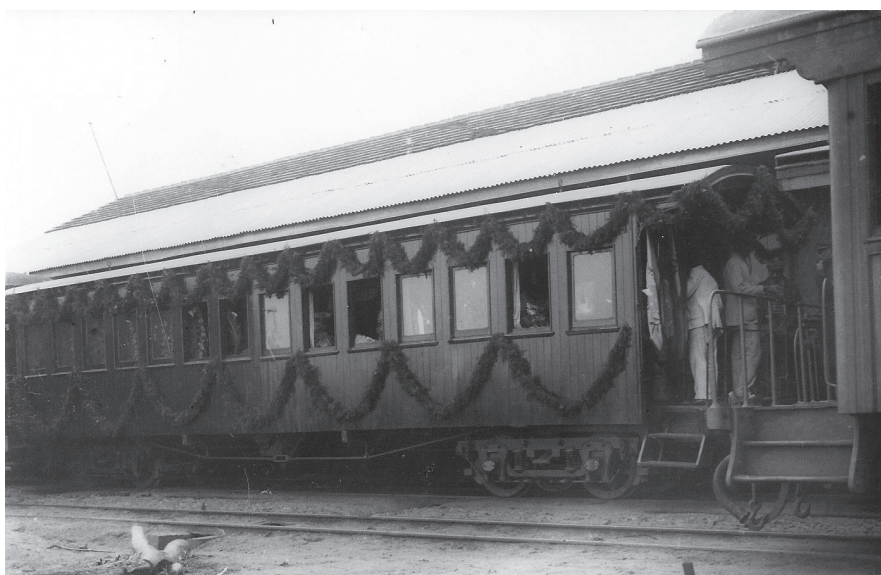
Porto União da Vitória.



Soldados do Regimento de Segurança do Paraná em Porto União da Vitória.



Última foto do Coronel João Gualberto vivo (a cavalo, com espada). Porto União da Vitória, outubro de 1912.



Composição de trem com o corpo do Coronel João Gualberto, Porto União da Vitória.



Guarnição dos Pardos – Região de Canoinhas.



Morto sendo conduzido, provavelmente na Lumber, em Três Barras.



Procissão da Divisa, Canoinhas.



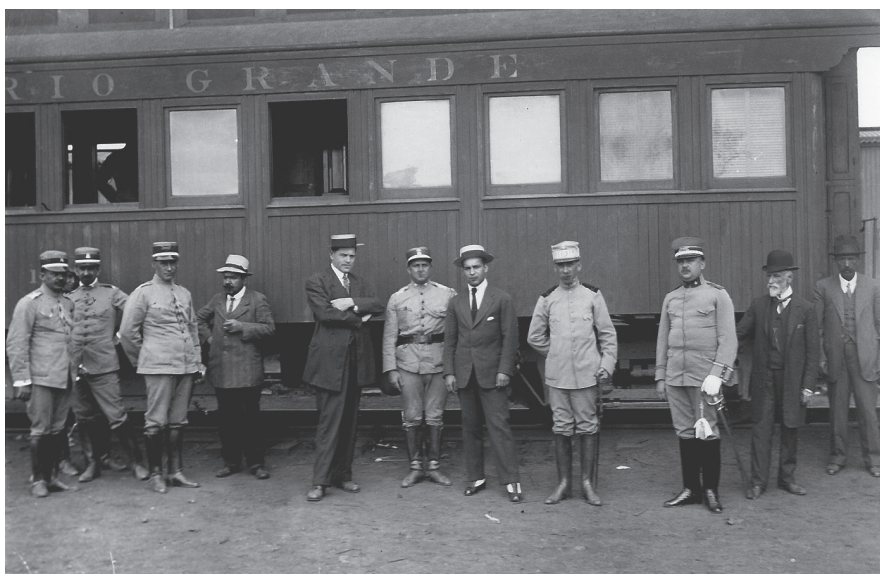
Procissão da Divisa, Canoinhas.



Fortificação em dormentes para proteger a Lumber, Três Barras.



Fortificação montada por soldados do Corpo de Segurança da Lumber.



General Setembrino de Carvalho (quarto da direita para a esquerda) à frente de um carro da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.



General Setembrino de Carvalho (terceiro sentado, da direita para a esquerda), a seu lado o Capitão Tertuliano Potyguara. Foto em frente à casa de Claro Jansson. Na porta, sua esposa Leonor Deflon Jansson com o filho Antônio nos braços. Três Barras.



Tropeiros em Três Barras.



Ao centro, rebeldes capturados. Nas laterais, vaqueanos.



Vaqueanos contratados pela Lumber.



Foto emblemática do conflito, muitas vezes apontada como um grupo de rebeldes. Trata-se de piquete de vaqueanos, em Três Barras.



Transporte de peças de artilharia pelo exército, Porto União da Vitória.



Coronel Fabrício Vieira (último à esquerda) e seus vaqueanos, Canoinhas, 1914.



Corpo de Segurança da Lumber.



Estação férrea de Canoinhas.

JOÃO MARIA DE AGOSTINI: O MONGE DA MONARQUIA BRASILEIRA E DAS REPÚBLICAS AMERICANAS

Alexandre Karsburg¹

Considerado santo por milhares de pessoas, Monge João Maria é venerado há mais de um século em uma extensa região do planalto meridional brasileiro. Devoção, aliás, que pode ser visualizada em dezenas de lugares, espalhados do Rio Grande do Sul a São Paulo. No alto de montanhas, no interior de grutas e cavernas, ao lado de fontes de água, foram construídos, ao longo dos últimos 160 anos, oratórios, capelinhas, ermidas, vias-sacras, cruzeiros, comprovando a fé popular neste “santo milagreiro”. Canonizado pelo povo, até o momento não foi reconhecido pela Igreja Católica, o que não minimiza sua importância para o fiel que reserva lugar especial para ele em seus altares domésticos. As histórias de façanhas, milagres, aparições e profecias – histórias, aliás, sempre atualizadas e ressignificadas – servem como elementos de consolidação da crença, fazendo com que o nome Monge João Maria seja lembrado e reverenciado por tantos e há tanto tempo.

Sabe-se, contudo, que sob o nome Monge João Maria vários indivíduos se apresentaram, não obstante a crença popular acreditar ter havido somente um. Na historiografia, criou-se consenso de que foram três os monges a se destacar

¹ Pesquisador recém-doutor da FAPERGS/CAPEs. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Autor do livro *Sobre as ruínas da velha matriz*, Editora da UFSM, 2007.

entre os devotos: o primeiro deles, o monge italiano João Maria de Agostini, foi peregrino que esteve no Brasil em meados do século XIX; o segundo, inspirado no anterior, aumentou o prestígio do nome, ficando conhecido como Monge João Maria de Jesus, atuante em todo o planalto meridional brasileiro entre 1893 e 1906; e um terceiro, denominado José Maria de Santo Agostinho, sendo o único dos monges a ter participado da Guerra do Contestado, conflito ocorrido no interior de Santa Catarina entre 1912 e 1916.²

O movimento ou Guerra do Contestado foi um conflito de grandes proporções, largamente combatido pelo exército brasileiro. Em seu auge, no ano de 1914, os rebeldes chegaram a somar cerca de 20 mil pessoas. Suas características religiosas levaram os primeiros comentaristas a incidirem sobre os participantes um forte julgamento moral, retratando-os como “fanáticos”, “bandidos” ou mesmo “loucos”. O movimento do Contestado possui inegável importância para a história do Brasil. Contudo, a crença no Monge João Maria não se restringe ao interior de Santa Catarina, palco do conflito, bem como é uma devoção que tem suas origens décadas antes da conflagração da guerra, ultrapassando-a temporalmente e espacialmente. Em nome do Monge João Maria, não só o conflito do Contestado, mas várias concentrações camponesas surgiram nos últimos 160 anos no território que vai do Rio Grande do Sul a São Paulo.³

Algumas informações foram apresentadas por pesquisadores brasileiros para esclarecer quem foi o primeiro dos monges: João Maria de Agostini, o iniciador da crença nos “monges santos”. Sabe-se que era italiano, do Piemonte, nascido por volta de 1800, e que chegou ao Brasil em 1844, apresentando-se como “solitário eremita” que exercia trabalhos religiosos que ele próprio chamou de “seu ministério”. Esteve no Rio de Janeiro em duas oportunidades: em 1844 e em 1849, além de ter percorrido ampla região que se estende de Sorocaba (SP) a Santa Maria (RS), onde angariou fama por ser considerado

2 A historiografia sobre a Guerra do Contestado é vasta, destacando-se Maria I. P. de Queiroz (1965), Maurício Vinhas de Queiroz (1966) e Douglas Teixeira Monteiro (1974), considerados os autores “clássicos” do tema. Além deles, temos os importantes estudos de Paulo R. Derengoski (1986), Marli Auras (1995), Elío C. Serpa (1999), Nilson Thomé (1999), Ivone Gallo (1999), Paulo P. Machado (2004) e Márcia J. Espig (2006), para indicar somente alguns que estão publicados em livro.

3 A concentração do Campestre em Santa Maria (RS, 1846 a 1849); a do Cerro do Botucaraí nas proximidades do atual município de Candelária (RS, 1848); o “Clube do Santo Monge” em Triunfo (RS, 1853, sendo reprimido em 1855); a do monge de Cachoeira do Sul (RS, 1876); o Canudinho de Lages (SC, 1897); o movimento dos Monges do Pinheirinho em Encantado (RS, 1902); a dos Monges Barbudos em Soledade (RS, 1938); a dos rios Timbó e Tamanduá, quando a polícia de Porto União (SC) prendeu mais de 20 caboclos, em 1942; além de devoções espontâneas que nasceram sob inspiração do monge nos municípios de Castro, Lapa, União da Vitória (PR) e Sorocaba (SP). Nos chamados Campos de Palmas e Guarapuava (PR), na serra catarinense, na região das Missões Jesuíticas (RS), bem como do outro lado do rio Uruguai, na atual cidade argentina de *San Javier* (província de *Misiones*), a presença do monge também deixou fortes marcas na memória local, e em todos estes lugares ergueram-se capelas, cruzeiros e vias-sacras até hoje preservadas por empenho dos devotos do “santo monge”, ou Monge João Maria.

santo e milagroso. Porém, para além disso, tudo mais eram suposições. A rota percorrida, os caminhos tomados e os locais habitados são imprecisos, assim como onde, quando e como morreu.

Ao tomar como objeto de estudo o primeiro dos monges, pretendia percebê-lo em interação com o contexto em que viveu. O meio e a época são fatores que permitem compreender a trajetória dos indivíduos e os acontecimentos que os envolveram. Porém, essa tentativa de reconstituição do contexto não significa que eu tenha analisado o italiano João Maria de Agostini como uma produção óbvia do cenário. Como veremos, ele foi um sujeito absolutamente particular, dotado de racionalidade própria – ainda que limitada – que o capacitava a adotar estratégias variadas visando continuar em sua jornada de peregrino pela América. Mas, um detalhe: só foi possível entender suas ações com a ampliação do campo de observação à sua volta.

As informações conhecidas a respeito de João Maria de Agostini eram poucas, esparsas, e algumas já apresentadas por estudiosos. Geralmente entendido como “santo dos excluídos” (Fachel, 1995), o primeiro dos monges foi o iniciador de uma longa tradição religiosa que sobrevive até os dias atuais entre os habitantes do interior do sul do Brasil. Ao adotar procedimentos investigativos centrados em análise detalhada dos documentos, atento a informações consideradas como secundárias que foram negligenciadas pelos demais pesquisadores, procurei os documentos conhecidos, já citados por outros, buscando vestígios que me indicassem caminhos alternativos ou que pudessem me levar a diferentes arquivos a fim de encontrar fontes inéditas. Este foi o primeiro passo dado, ainda no princípio da pesquisa, e que logo me fizeram descobrir informações inesperadas.

Um dos documentos mais citados sobre a presença do italiano João Maria de Agostini no Brasil foi feito na freguesia de Sorocaba, interior paulista, no dia 24 de dezembro de 1844. No Livro de Registros de Estrangeiros, o escrivão Procópio Luiz Freire escreveu ser este indivíduo natural do Piemonte, Itália, de idade 43 anos, estando no Brasil a serviço de seu ministério. Registrou ainda que “Frei João Maria” tinha vindo da província do Pará, tendo desembarcado no Rio de Janeiro pelo vapor *Imperatriz* no dia 19 de agosto de 1844. Além desses dados, o escrivão fez uma descrição física do italiano: “estatura baixa, cor clara, cabelos grisalhos, olhos pardos, nariz regular, boca dita, barba cerrada, rosto comprido”, finalizando com o seguinte detalhe: “Aleijado dos três dedos da mão esquerda”. Adiante, comentarei sobre essa “deficiência” física do “Frei João Maria”.

Com as informações registradas no Livro de Sorocaba, iniciei uma investigação por caminhos até então inexplorados, como, por exemplo, a chegada de “Frei João Maria” ao Rio de Janeiro em agosto de 1844. Pesquisando nos arquivos do Rio de Janeiro e procurando nos jornais de 1844 referências sobre a presença de João Maria de Agostini na Corte Imperial, cheguei ao nome do “italiano Giovanni Ma de Agostini”, desembarcado no vapor *Imperatriz* no dia 18 de agosto de 1844.⁴ A surpresa maior não foi o fato de ter se confirmado o itinerário do Pará ao Rio de Janeiro – conforme descrito no Livro de Registro de Estrangeiros de Sorocaba em 24 de dezembro de 1844 –, mas o seu nome italiano: *Giovanni Ma de Agostini*. Uma vez descobrindo se chamar *Giovanni Ma de Agostini*, investi tempo para tentar chegar às suas origens e ao seu paradeiro. Contudo, as novas informações sobre ele não me foram reveladas por seu nome em italiano, antes por uma tradução para o castelhano onde era chamado de *Juan Maria de Agostini*.

Ao perseguir este nome, descobri que um eremita chamado *Juan Maria de Agostini*, nascido em 1801, na região do Piemonte, havia peregrinado por desertos e montanhas do sul dos Estados Unidos, entre 1863 e 1869, tendo percorrido, até então, vários países da América Latina, dentre eles Brasil, Argentina, Peru e México. Presente nas tradições de uma região do estado do Novo México por sua opção de vida eremítica, mas também por seu assassinato em circunstâncias não esclarecidas, deixou uma série de objetos pessoais que foram recolhidos por moradores locais depois de sua morte, acontecida em abril de 1869: hábito, manto, rosários, crucifixos, Bíblia e cajado. Junto ao corpo do “solitário” foram encontrados diversos papeis, como passaportes e cartas de recomendação indicando os lugares e países por onde passou, escritos em vários idiomas. Também existiam folhas avulsas que, posteriormente, foram identificadas como sendo as memórias do próprio eremita. Além disso, havia duas fotografias, com datas de 1861 e 1867, indicando a cidade de Havana (Cuba) e Las Vegas, no estado do Novo México, como locais dos retratos. Em uma das fotografias, a mão esquerda do eremita apresentava nitidamente um “defeito” em seus dedos. A dúvida foi imediata: seria possível ser o mesmo indivíduo que se apresentou em Sorocaba, em 24 de dezembro de 1844, e foi descrito como “Frei João Maria d’Agostinho”, do Piemonte, “aleijado de três dedos da mão esquerda”?

Assim como os documentos históricos conhecidos – mas não explorados – por pesquisadores, havia obras historiográficas que poderiam indicar novos caminhos de investigação. Privilegiei autores que viveram no século XIX, pois

4 Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de agosto de 1844, p. 8, Biblioteca Nacional, Setor de Periódicos, edições microfilmadas, Rio de Janeiro.

eles foram testemunhas oculares da passagem de João Maria de Agostini pelo Brasil, como o pároco do município sul-rio-grandense de São Borja, padre João Pedro Gay. Em 1863, ele publicou artigo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*⁵ narrando que um monge italiano havia residido em um cerro do outro lado do rio Uruguai, no povoado de San Javier, no ano de 1852. Este cerro se tornou “local de intensas romarias de vizinhos que aí têm concorrido, e mesmo de São Borja as pessoas têm ido com o fim de obter alívio das enfermidades”, afirmou padre Gay. Estas informações transmitidas pelo sacerdote não foram considerados pelas pesquisas subsequentes.

Outro contemporâneo da passagem do monge pelo sul do Brasil foi Heme-tério José Veloso da Silveira, que escreveu um livro sobre as Missões Jesuíticas, publicando-o em 1909. Neste livro, Hemetério afirmou que a presença do Monge João Maria no Cerro do Campestre – perto de Santa Maria – “movimentou bastante a população da freguesia. quer urbana e quer camponesa, fazendo soar bem longe o nome de Santa Maria da Boca do Monte”. Destacou que “a imprensa do Rio de Janeiro e de outras cidades cultas do Brasil se ocuparam deste personagem [o monge] que, no pleno século das luzes, estabeleceu, por sua conta e risco, uma missão e operou milagres”. Comentou que tinha em mãos o jornal “[*Nova*] *Gazeta dos Tribunaes*, de Antônio Manoel Cordeiro, n. 162 de 1848 [n. 43, 6 de dezembro de 1848, p. 4]”, no qual o editor fazia “elogiosas referências” ao eremita João Maria de Agostini. Esta indicação do autor me fez procurar os principais jornais publicados no Rio de Janeiro de meados do século XIX. Ao pesquisá-los,⁶ de fato encontrei numerosas referências, não necessariamente do Monge João Maria, mas de um evento ao qual ele se ligava: “os milagres nas Águas Santas”.

Alguns observadores da passagem do monge pelo sul do Brasil não escreveram livros, antes fizeram discursos ou elaboraram crônicas que vieram a ser fontes importantes que permitiram alcançar novos detalhes sobre o personagem. Em 1874, na bancada do Senado Federal, o médico e senador José Martins da Cruz Jobim fez longo comentário sobre o italiano João Maria de Agostini e sua presença no Rio Grande do Sul, ligando-o ao culto de Santo Antônio. Além disso, ressaltou a crença que se desenvolveu entre milhares de pessoas que acreditaram ser o monge o responsável por tornar milagrosas as águas de uma fonte no Cerro do Campestre.⁷ Em 1895 e 1898, Felicíssimo de

5 “História da República Jesuítica do Paraguai, desde o descobrimento do Rio da Prata até os nossos dias, ano de 1861”. *RIHGB*, Tomo 26, 1863. (Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>.)

6 Além do jornal *Nova Gazeta dos Tribunaes*, pesquisei no *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Correio Mercantil* (Biblioteca Nacional – BN, Rio de Janeiro).

7 *Anais do Senado Federal*, 1874, Sessão em 15 de junho, p. 261 (BN, Setor de Periódicos).

Azevedo escreveu, em jornais de Porto Alegre, crônicas sobre as origens da devoção criada pelo Monge Agostini em 1848: a romaria do Campestre de Santo Antônio, na cidade de Santa Maria da Boca do Monte.⁸

Interessante ressaltar que Felicíssimo de Azevedo, José Martins da Cruz Jobim, Hemetério da Silveira e o padre João Pedro Gay foram contemporâneos ao italiano, sendo, portanto, testemunhos diretos – mas não imparciais – dos fatos desenrolados em meados do século XIX no Rio Grande do Sul. Outro ponto que chama a atenção é que todos estes cronistas ligavam o monge ao tal episódio das “Águas Santas”, acontecimento emblemático ocorrido no interior sul-rio-grandense no ano de 1848. Pesquisando nos jornais, cheguei a pormenores inéditos, entendendo a verdadeira amplitude do evento denominado Águas Santas. O então desconhecido italiano *Giovanni Ma de Agostini* saía do anonimato e entrava para a história como Monge João Maria. Este foi o primeiro momento em que o nome Monge João Maria repercutia nacionalmente – o segundo seria durante a Guerra do Contestado, meio século depois.

O episódio das “Águas Santas” envolveu milhares de devotos que se deslocaram até Santa Maria em busca da cura para suas doenças. Pessoas de São Paulo, Rio de Janeiro, das províncias argentinas de Corrientes e Entre-Rios, do Uruguai e do Paraguai afluíram ao centro do Rio Grande do Sul. Isso atraiu a atenção, também, de jornalistas, missionários religiosos – que estavam em trabalho de catequese no interior do RS –, deputados e presidentes de província, chefes de Polícia, delegados e subdelegados, bispos, padres, médicos, ministros e até do Imperador dom Pedro II. Definitivamente, eu estava diante de um evento extraordinário, emblemático, e pouco analisado pelos pesquisadores. E a este fato se ligava o nome de um eremita italiano – que logo passou a ser conhecido como Monge João Maria de Agostini, ou “monge milagroso do Rio Grande”.

Por acreditarem que o monge tornara milagrosas as águas de uma fonte, milhares de pessoas se dirigiram até o cerro do Campestre, na vila de Santa Maria da Boca do Monte, em busca de cura para as mais diversas enfermidades. Repercutindo na imprensa, no meio político e entre o clero, o presidente da província sul-rio-grandense ordenou que um médico fosse até o local para ver se as chamadas “Águas Santas” tinham, de fato, algum princípio medicinal. O resultado das análises feitas pelo profissional da área médica comprovou serem

8 “Morro das Cruzes I”, *Jornal A Federação*, 15 e 18 de março de 1895 (Museu de Comunicação Hipólito José da Costa – MCHJC, Porto Alegre). Em janeiro de 1898, escreveu mais dois artigos no jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, onde novamente retomou o assunto: “Festa do Campestre I”, *Jornal Correio do Povo*, 27 de janeiro de 1898, n. 21, p. 1; e “Festa do Campestre II”, *Jornal Correio do Povo*, 28 de janeiro de 1898, n. 22, p. 1 (BN, Setor de Periódicos).

as águas unicamente potáveis, o que não diminuiu a crença popular nos poderes miríficos da fonte tornada santa pela ação do monge. Quanto a este, o governo do Rio Grande do Sul o deteve e o enviou degredado para Santa Catarina, em fins de 1848. Em Santa Catarina, Agostini permaneceu autoexilado na Ilha do Arvoredo, entre dezembro de 1848 e maio de 1849. Ao buscar solidão na ilha, deparou-se com nova aglomeração, atraindo a atenção de pessoas como o pároco de Desterro Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva.⁹

Ao tomar conhecimento do envolvimento de um *religioso* no caso das “Águas Santas”, no interior do Rio Grande do Sul, o ministro da Justiça, Euzébio de Queiróz, coordenou uma investigação a respeito da vida de João Maria de Agostini. Por iniciativa do ministro, articulou-se uma rede de informantes que visava esclarecer quem era o “monge milagroso do Rio Grande”, como o chamavam. Desde a Corte no Rio de Janeiro, passando pelas capitais Desterro e Porto Alegre, até o interior do Rio Grande do Sul, delegados, subdelegados, inspetores de quartirão, padres, presidentes de província, chefes de Polícia, imigrantes franceses e pessoas anônimas deram depoimentos a respeito do “célebre” monge. Desse modo, muitos documentos foram produzidos para que o ministro tivesse claro o papel desempenhado pelo italiano no Brasil e a forma de punição a ser aplicada. Com estes documentos formou-se um “dossiê” a respeito do monge, descobrindo-se, por exemplo, que Agostini era leigo, sem pertencimento a quaisquer ordens monásticas. Portanto, não poderia ser monge. E, como leigo que era, ficou sob custódia do poder secular do Império, mais precisamente sob o olhar vigilante do chefe de Polícia da Corte.

Na tentativa de reconstruir a trajetória do italiano em território americano, as principais informações que consegui foram provenientes de testemunhos que viveram no século XIX e foram contemporâneos ao monge Agostini. Isso nos indica um caminho até então pouco explorado, pois, se a crença no “Monge João Maria” tem no interior de Santa Catarina e do Paraná seu centro e polo irradiador, onde ela é marcante e verificável, não significa que a crença tenha ali surgido. O circuito da fé pode não ter coincidido com o itinerário daquele que inspirou esta fé. Do mesmo modo, constatei que a Guerra do Contestado (SC, 1912-1916) não

⁹ Interessado em desvendar quem era aquele a que chamavam de “monge milagroso do Rio Grande”, o padre Joaquim foi até a Ilha do Arvoredo em 10 de fevereiro de 1849. Dias depois, o sacerdote escreveu um relatório que foi encaminhado ao presidente interino da província catarinense, afirmando que o monge possuía bons conhecimentos das Escrituras, era versado em “Teologias” e sabia “perfeitamente as línguas latina e francesa”. Descreveu-o, ainda, como um “verdadeiro Eremita, ou Anacoreta, que, deixando a sociedade, convenceu-se de que melhor poderia servir a Deus buscando o ermo e a solidão, onde, seguindo o Instituto de Santo Antônio Abade, vive em contínua oração, na mais completa abstinência, e entregue a vigílias e mortificações”. Arquivo Nacional – AN, Rio de Janeiro, Série Justiça, IIJ-558. Vila de São José, 23 de fevereiro de 1849, Vigário Joaquim Gomes de Oliveira Paiva ao vice-presidente da província de Santa Catarina, Severo Amorim do Valle.

poderia ser tomada como elemento central para investigar a vida e a trajetória do Monge Agostini, pois este antecedeu o conflito em mais de meio século, apesar de seu nome ser constantemente ligado ao evento. Foi por dar atenção a isso que concentrei minhas pesquisas, principalmente, em arquivos do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, pois naquele ocorreu o episódio das “Águas Santas” e neste estava o centro do poder imperial de onde partiram as ordens para que se investigasse a vida do referido monge. O que eu tinha em mãos era um “Dossiê” quase completo sobre um sujeito ilustre, mas desconhecido.

A repercussão da descoberta de uma fonte de água medicinal no interior do Rio Grande do Sul legou ao italiano fama indesejada. Enquanto esteve no Rio de Janeiro, em 1849, Agostini foi recebido pelo jovem monarca dom Pedro II, que devia estar curioso em conhecer o tal “monge milagroso”. Como resultado deste possível encontro, dom Pedro II colocou-se como benfeitor do eremita. Nas Memórias escritas por Juan Maria de Agostini quando estava no Novo México, na década de 1860, o eremita comentou sobre a audiência com Sua Majestade: “O Imperador Pedro II concedeu-me a sua amizade, dando-me obséquios e favores que ele não daria para qualquer pessoa. Estas honras, contudo, não eram úteis para alguém que procurava uma vida de solidão e sofrimento; após isso, deixei a capital brasileira para nunca mais retornar” (Wolfe, 1925). Contando com a proteção e a augusta amizade do monarca, dificilmente ele ficaria à mercê de punições e constrangimentos, por isso o ministro da Justiça na época, Euzébio de Queiróz, inocentou-o das suspeitas de charlatanismo, exercício ilegal da medicina, falsas promessas de cura e impostura religiosa.

Depois de sua segunda passagem pelo Rio de Janeiro (1849), o monge não permaneceu muito tempo no Brasil. Sem informações precisas, pesquisadores sugeriram hipóteses até hoje não confirmadas sobre seu paradeiro e local de falecimento. Ao não aceitar as proposições que asseguravam ser praticamente impossível desvendar o paradeiro do monge, empreendi uma busca sistemática em arquivos tendo por base suposições nascidas de pistas presentes em autores que escreveram sobre o eremita italiano no Rio Grande do Sul. Um destes autores se chamava João Pedro Gay, que assumiu o cargo de pároco da cidade fronteira de São Borja em 1849. Em um documento, padre Gay dizia ter autorizado o monge Agostini a pregar no púlpito da Igreja Matriz de São Borja no dia 24 de dezembro de 1851.¹⁰

10 “São Borja, 7 de janeiro de 1852. Do vigário João Pedro Gay” (AHRS, Assuntos Religiosos, Maço 24, Cx 12). A carta foi destinada ao presidente da província o Barão de Caxias, mas, como este estava em campo na guerra contra Juan Manuel de Rosas, quem a recebeu foi o vice-presidente Luis Alves de Oliveira Bello. Datada do dia 7 de janeiro de 1852, a carta só chegaria a Porto Alegre no início de março.

Aprofundando as pesquisas, descobri que João Maria de Agostini se apresentou à secretaria de Polícia em Porto Alegre no dia 10 de fevereiro de 1852, requerendo passaporte para o Paraguai. O chefe de Polícia, surpreso com a inusitada presença, emitiu o passaporte com a observação de que o monge “saísse da província no prazo de 30 dias”. Se assim não procedesse, deveria “ser preso e remetido para esta Capital”.¹¹ A seguir, enviou circulares para diversos delegados e subdelegados do interior do Rio Grande do Sul avisando que mantivessem o monge sob vigilância.¹² As autoridades tinham receio da influência exercida pelo monge sobre a população que o considerava *santo*, por isso a precaução do chefe de Polícia. Ao deixar Porto Alegre, em fevereiro de 1852, o eremita encaminhou-se para o noroeste do Rio Grande do Sul, atravessou a fronteira e estabeleceu-se no Monte Palma. Hoje conhecido como “Cerro del Monje” e pertencente à província argentina de Misiones, em 1852 era um morro isolado em meio às arruinadas reduções jesuíticas do Paraguai. O italiano nunca mais retornou ao Brasil, pois deu prosseguimento às suas peregrinações por outros países da América.

PASSAPORTE No. 73

Concedido a 11 de Fevereiro de 1852
a João M^a Agostini

natural de Itália subdito
Italiano para o
Profissão de Monge
Paraguay

vendo em sua companhia o seu tutor
doutor João de Deus improrrogáveis
para sair para fora da Província
e caso de exceder ao prazo
marcado

Idade 51 anos
Estatura regular
Rosto comprido
Cabellos curtos
Olhos pardos
Nariz regular
Boca regular
Cór branco
Barba serrada

Passaporte N° 73

Concedido a 11 de Fevereiro de 1852 a João M^a Agostini, natural da Itália, subdito italiano. Profissão de Monge para o Paraguai. E este tem valor somente por 30 dias improrrogáveis para sair para fora da Prov^a, sendo preso e remetido para esta capital no caso de exceder ao prazo marcado. Idade 51 anos; Estatura regular; Rosto comprido; Cabellos curtos; Olhos pardos; Nariz Boca regulares; Cor branca; Barba serrada. Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, AHRs, Fundo Polícia, Códice P-143.

11 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. AHRs, Fundo Polícia, Códice P-143.

12 Secretaria da Polícia em Porto Alegre, 11 de fevereiro de 1852. AHRs, Fundo Polícia, Códice P-231.

Em agosto de 1853, João Maria de Agostini estava, novamente, em Buenos Aires.¹³ Na capital portenha, tomou barco e subiu o rio Paraná até a cidade de Rosário. Depois, galgou a Cordilheira dos Andes para chegar ao Chile, onde permaneceu de 1855 a 1858. Seja como habitante de alguma montanha, seja como pregador do Evangelho, o italiano foi levando sua existência dessa maneira, passando por Bolívia (1858), Peru (1859), México (1861), Cuba (1861), até atingir o Canadá (1862), na cidade de Quebec, onde permaneceu poucas semanas. Em todos estes locais, a sua estada não foi tranquila, pois atraía grande número de seguidores, causando a desconfiança das autoridades. No início de 1862, o peregrino entrou no país que seria a sua última morada, tomando o caminho do oeste dos Estados Unidos.¹⁴

Realizando longa viagem a pé, o italiano percorreu quase mil quilômetros até parar no Novo México. De 1863 a 1869, morou em várias montanhas, preservando seus hábitos de vida. No início de 1869, dirigiu-se a uma gruta em cerro próximo à vila de Las Cruces. Alertado por moradores de que era perigoso viver sozinho por causa da presença de índios selvagens, o idoso eremita deu a seguinte resposta: “Toda sexta-feira acenderei uma fogueira para avisar que continuo vivo e orando por vocês”. E assim foi durante alguns meses. Nesse tempo, Agostini descia ao povoado para catequizar crianças, pregar e tratar enfermos. Em abril de 1869, uma sexta-feira, a fogueira no alto do cerro não se acendeu. O eremita tinha o costume de se deslocar ao povoado aos domingos, mas não o fez naquele fim de semana, preocupando os moradores da vila, que subiram até a caverna. Encontraram-no estendido, de bruços e segurando firmemente seu rosário. Havia sido assassinado, crime jamais solucionado.¹⁵

No jornal *The Rio Grande Republican*, do dia 30 de junho de 1869, foi publicada a seguinte notícia: “Índios cometem depredações perto da vila de Las Cruces”, acrescentando a nota: “Abril, 29, eremita italiano é assassinado nas Montanhas dos Órgãos, no condado de Dona Ana”. Junto ao corpo do *solitário* foram encontrados diversos papéis, como passaportes e cartas de recomendação indicando os lugares e países por ele percorridos, escritos em vários idiomas. Também existiam folhas avulsas que, posteriormente, foram

13 Ele havia estado em Buenos Aires em 1845, quando foi requisitado por Juan Manoel de Rosas para trabalhar na catequização de índios Charrua nos campos uruguaios.

14 Dados que estão nas Memórias do eremita Juan de Agostini. In: Wolfe (1925).

15 Informações apresentadas por: Campa (1994: 195-196). A 1ª edição de seu livro é de 1963.

identificadas como sendo as Memórias do eremita¹⁶. Além disso, havia uma fotografia, com data de 1867, indicando a cidade de Santa Fé, Novo México, como local do retrato.¹⁷



Eremita Juan Maria de Agostini, 1867. Fonte: Arquivo da Universidade do Novo México, Coleções Especiais.

Ao posar para a fotografia, Agostini vestiu roupa condizente com a imagem que queria transmitir. Lembra um religioso, mais precisamente um eremita, com manto longo cobrindo os ombros e amarrado com cordão branco na altura do peito; o manto é mais escuro que o hábito com capuz. Fez questão de colocar a Bíblia embaixo de um dos braços para demonstrar de onde vinha a inspiração para a vida que escolhera. Devido à demora para tirar a foto, o cajado serviu de apoio para permanecer imóvel durante vários minutos. Os cabelos estão curtos; a barba branca, sem bigode, que se estende até o peito, lembra o estilo dos capuchinhos italianos; a pele é clara, e não parece ser de estatura elevada. Cenário montado e pose escolhida, o eremita resolveu tirar a luva de uma das mãos. A mão direita, apoiada no cajado, está com luvas; a mão *esquerda*, postada no abdômen, apresenta um “aleijão” nos dedos. Não há mais

16 Campa, op. cit.

17 Arquivo da Universidade do Estado do Novo México, Coleções Especiais. Foto sob o negativo n. 10777.

dúvidas: o italiano descrito em Sorocaba, interior paulista, em 24 de dezembro de 1844, como “Frei João Maria de Agostinho” – o “Solitário Eremita” que veio para exercer o seu ministério e era aleijado de três dedos da mão esquerda –, e depois chamado de monge manifestando sua beatitude tornando “milagrosas” as águas de uma fonte no interior do Rio Grande do Sul, encontrou a morte trágica numa caverna do Novo México em 17 de abril de 1869.



Roteiro percorrido por Agostini entre 1838 e 1869. Passou pelas três Américas, não tendo preferências por monarquias ou repúblicas.

Giovanni Maria de Agostini viveu no Brasil por quase dez anos, de 1843 a 1852, entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, com passagem pela Argentina em 1845, onde atuou como missionário de índios. Itinerante como os padres jesuítas de outrora, usava longas barbas que o deixavam com a aparência dos profetas bíblicos, chamando a atenção por onde passava. Vestia hábito religioso e calçava sandálias rústicas, carregando objetos como bíblia, medalhas de Nossa Senhora e cajado. Peregrino por ofício, palmilhou, a pé, imenso e hostil território do planalto meridional do Império brasileiro. Passou por grandes cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Desterro (atual Florianópolis) e Porto Alegre. Nestes lugares, foi recebido por bispos e presidentes de província, buscando autorização para atuar como pregador do Evangelho. Oficialmente habilitado, partia para o interior, dando início ao exercício de seu ministério,

amalgamando vida solitária com a de catequista, sem, contudo, prestar serviços que visassem à construção dos Estados nacionais de meados do século XIX.

Os seus sermões eram comparáveis aos dos capuchinhos italianos que estavam no Brasil no mesmo período. Linguagem severa e apocalíptica, falavam do fim do mundo, das penas do inferno e das possibilidades para a salvação da alma. Os discursos eram complementados por gestos teatralizados que causavam admiração aos ouvintes. Buscavam apaziguar desavenças entre famílias, condenavam o luxo e a avareza e criticavam a falta de moral dos que viviam longe dos ensinamentos de Cristo.¹⁸ Nem sempre as pregações eram bem recebidas, sendo os frades, e o próprio Agostini, hostilizados em alguns lugares.¹⁹ Como símbolos da missão religiosa criavam cruzeiros ou vias-sacras para que os fiéis, em procissão, se penitenciassem e diminuíssem o débito com Deus. Fizeram isso em vários locais do Brasil.²⁰

Agostini possuía habilidades manuais para fabricar rosários e crucifixos de madeira e chumbo, que eram trocados por alimentos e dinheiro para prosseguir peregrinando. Estudioso da natureza, aprendeu a combinar ervas, plantas, raízes e folhas com água de certas fontes para uso medicinal. Receitava chás e preparava unguentos para curar enfermos com problemas de pele. Ao se demorar nos lugares, o número de pessoas a procurá-lo aumentava sem que ele pudesse colocar obstáculos, e o povo já o via como “santo” capaz de realizar milagres, venerando-o e seguindo seus passos.

Por vários países do continente americano Agostini ergueu cruzeiros, criou caminhos de vias-sacras para que todos se penitenciassem, deixando como legado devoções como o culto a Santo Antônio Abade, ao Nosso Senhor dos Desertos e a Virgem Maria. Instruiu milhares a como perseverarem na graça, salientando que quem troca “Deus e Sua eterna glória pelos prazeres infames e desagradáveis deste mundo só pode ser louco. Posou para fotografia, além de aceitar relatar sua vida de eremita peregrino para alguém de confiança. Definitivamente, queria ficar registrado na memória dos outros para que suas

18 No volume II de *O pecado e o medo*, Jean Delumeau nos apresenta a difusão da pastoral do medo nos países católicos entre os séculos XVI e XIX. Afirma o autor que os missionários destacavam o inferno, os pecados e o julgamento final para introduzir assuntos de moral e provocar reconciliações entre inimigos, chamando todos à conversão sincera e a práticas de virtudes, ensinando, ao final, como perseverarem na graça (Delumeau, 2003: 18-19). Entre o final do século XVIII e início do XIX, os missionários endureceram o discurso por causa das mudanças de toda ordem que atingiram a Europa (Delumeau, 2003: 43).

19 Agostini foi hostilizado nas cidades sul-rio-grandenses de Rio Pardo (1846) e São Borja (1851). Os detalhes da oposição que o pregador italiano sofreu em ambos os locais são apresentados em minha tese de doutorado: Karsburg, 2012.

20 Sobre a ação missionária dos capuchinhos no período imperial, consultar: Primério (1940), Silva (1982), Azzi (1975: 123-139), Amoroso (2005) e Hoornaert (2008: 21-152).

façanhas não caíssem no esquecimento. E, para coroar os mais de trinta anos de peregrinação na América, alcançou o martírio de sangue ao modo dos primeiros cristãos, cumprindo a promessa de servir a Deus até a morte nos mais terríveis desertos do mundo.



Placa que conta a parte final da vida do eremita Juan Maria de Agostini, demarcando o local de seu derradeiro martírio em 17 de abril de 1869. Vila de Mesilla, Novo México (EUA).



Lápide do peregrino no cemitério de Mesilla. O sobrenome Justiniani demonstra que a história contada pelo eremita – de que descendia do Imperador romano Justiniano – ganhou credibilidade entre seus admiradores do Novo México.

REFERÊNCIAS

- AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.
- AZZI, Riolando. Os religiosos e o movimento de reforma católica no Brasil durante o século XIX. *Convergência*. Rio de Janeiro, ano 8, n. 82, 1975, p. 301-317.
- _____. Os capuchinhos e o movimento brasileiro de reforma católica do século XIX. *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 35, fasc. 137, março de 1975(b), p. 123-139.
- _____. Eremitas e irmãos. Uma forma de vida religiosa no Brasil Antigo. I parte. *Convergência*. Rio de Janeiro, ano 9, n. 94, jul-ago 1976, p. 370-383.
- _____. Eremitas e irmãos. Uma forma de vida religiosa no Brasil Antigo. II parte. *Convergência*. Rio de Janeiro, ano 9, n. 95, set 1976, p. 430-441.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. (Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais). São Paulo: Ática, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Tradução de Fernando Tomas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 183-191.
- CABRAL, Oswaldo R. *João Maria: interpretação da Campanha do Contestado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- CHÂTELIER, Louis. *A religião dos pobres: as missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno*. Séc. XVI-XIX. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente (séculos XIII-XVIII)*. 2 volumes. Tradução de Álvaro Lorencini. Bauru/SP: Edusc, 2003.
- DERENGOSKI, Paulo Ramos. *O desmoronamento do mundo jagunço*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1986.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DURKHEIN, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ESPIG, Márcia Janete. *A presença da gesta carolíngia no movimento do Contestado*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (orgs.). *A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre/Florianópolis: Editora da UFRGS/Editora da UFSC, 1995.

FILATOW, Fabian. *Do sagrado à heresia: o caso dos monges barbudos (1935-1938)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

GAJANO, Sofia Besch. Santidade. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol. II. Bauru/SP: Edusc, 2006, p. 449-463. Tradução do verbete: Eliana Magnani.

GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1999.

GÉLIS, Jacques. O Corpo, a Igreja e o Sagrado. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo*. Vol. 1 – Da Renascença às Luzes. Trad. Lúcia M. E. Orth. Revisão de tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008, p. 19-130.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. Detalhes, primeiros planos, microanálises; Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito; O inquisidor como antropólogo. In: *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 231-293.

GOES, César Hamilton Brito. *Nos caminhos do Santo Monge: religião, sociabilidade e lutas sociais no sul do Brasil*. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro – 1550-1800*. Ensaio de interpretação a partir dos oprimidos. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1974.

_____. *O cristianismo moreno do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *O eremita do Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHIS, 2012.

LACARRIÈRE, Jacques. *Padres do deserto: homens embriagados de Deus*. 2. ed. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LE GOFF, Jacques. As ordens mendicantes. In: BERLIOZ, Jacques (org.). *Monges e religiosos na Idade Média*. Lisboa, Portugal: Terramar, 1994, p. 227-241.

LEVI, Giovanni. *Centro e periferia di uno Stato Assoluto*. Turin: Rosenberg & Seller, 1985

_____. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 167-182.

LIMA FILHO, Henrique Espada. *A micro-história italiana*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Representações da cura no catolicismo popular. In: ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs.). *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 1994, p. 57-71.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1974.

PEREIRA DE QUEIRÓZ, Maria Isaura. *O Messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus Editora – Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, S. et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 307-330.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

REVEL, Jacques (org.). Microanálise e construção do social. In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. A história aos rés do chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SERPA, Élio Cantalício. *A Guerra do Contestado (1912-1916)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

THOMÉ, Nilson. *Os iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado*. Florianópolis: Insular, 1999.

VAUCHEZ, André. O Santo. In: LE GOFF, Jacques (dir.). *O homem medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 211-230.

_____. *A espiritualidade na Idade Média ocidental: séculos VIII a XIII*. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República rio-grandense (1889-1928)*. Bauru/SP: EDUSC; Santa Maria: Editora UFSM, 1999.

WEBER, Max. *Sociologia das religiões*. Tradução Paulo Osório de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 – 1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

WOLFE, Charles. New Mexico's Hermit. *San Miguel News*, volume 2, fevereiro de 1925.

XAVIER, Regina. Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas oitocentista. In: CHALHOUB, S. et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 331-354.

XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

ZALUAR, Alba. Milagre e castigo divino. In: *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, n. 5, junho, 1980.

ENCANTADO NO MEIO DO POVO. A PRESENÇA DO PROFETA SÃO JOÃO MARIA EM SANTA CATARINA¹

Tânia Welter²

O profeta São João Maria não morreu: ele
continua encantado no meio do povo.

(Joaquim Machado, José Boiteux/SC)

INTRODUÇÃO

Em 2012, completam-se 100 anos do início da Guerra do Contestado. Em torno desta guerra, uma enorme e diversificada produção bibliográfica, artística, literária, cinematográfica, turística e midiática foi elaborada, envolvendo e comprometendo intelectuais de diversas áreas de conhecimento, instituições e recursos financeiros. Este seminário reúne um pouco dessa diversidade: intelectuais e profissionais com formações e atuações diversas, produções acadêmicas, literárias e cinematográficas em torno da questão da terra, empreendimentos econômicos, patrimônio, aspectos jurídicos, operações militares, religiosidades, entre outras questões.

1 Comunicação apresentada na mesa-redonda “Contestado e religiosidade popular”, realizada durante o “Seminário Nacional 100 anos da Guerra do Contestado”, em Florianópolis, no período de 1 a 3 de agosto de 2012. Este texto busca sistematizar e refletir sobre dados de pesquisas realizadas pela autora, grande parte disponíveis em Welter (2007).

2 Doutora em Antropologia Social (UFSC), professora da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó.

Interessada em compreender a contemporaneidade dos discursos sobre o caráter sagrado dos monges/profetos, aproximo-me particularmente do estudo de Monteiro (1974), sobre o Movimento do Contestado, e de Mourão (1975). Compartilho de suas buscas em compreender o significado das ações a partir da própria especificidade histórico-cultural do caso e dos protagonistas. Esses autores não utilizam métodos explicativos ou leis gerais para analisar o movimento, mas mecanismos para captar o significado que os próprios agentes atribuem à sua ação. Para tanto, observam práticas, crenças, ritos, mitos, a apropriação de noções como pureza-impureza, culpa-expição, sacrifício, sagrado, penitência, apocalipse e, dessa maneira, constroem um campo semântico singular. Além disso, ao lado dos significados conscientes e das consequências pretendidas, levaram em conta as não pretendidas e nem esperadas. Assim observaram, de um lado, as condições histórico-sociais e, de outro, o universo de significados construídos pelos protagonistas.

De forma ainda mais específica, este trabalho busca observar os discursos contemporâneos em torno do profeta São João Maria em diversas regiões de Santa Catarina para entender como se articulam com a vida e são reveladores de visões de mundo dos sujeitos discursantes³.

Para realização deste trabalho me inspirei e segui pistas de autores que levaram em conta a popularidade contemporânea de João Maria⁴. Inspirada pela noção de discurso como ação humana significativa (Ricoeur, 1990), observei João Maria como “evento fundante”, em torno do qual gravitam “múltiplos sentidos” (Ricoeur, 1978: 41).

1. ENCONTRANDO JOÃO MARIA: TRAJETÓRIA ACADÊMICA

O interesse por João Maria foi despertado por fatos acontecidos em dois momentos da minha caminhada acadêmica: como pesquisadora, na Comunidade Cafuza de José Boiteux⁵, e como professora, na cidade de Lages/SC. Os

3 Estou considerando discursos de homens e mulheres com diversas origens, contextos, idades e religiosidades.

4 Dentre inúmeros, gostaria de destacar os trabalhos de pesquisa realizados por Cabral (1979), Oliveira (1992), Oliveira (1996), Fachel (1995), Thomé (1999), Vieira (1996), Lazzarini (2003), Crepeau (2004), Goes (2007), Marcon (2008), Valentini (2003), Machado (2004) e Iunskovski (2008), entre diversas populações vivendo em contextos urbanos, rurais e aldeias indígenas dos estados do Sul do Brasil. Destaco também os resultados de pesquisa inédita de Karsburg (2007 e 2012).

5 A Comunidade Cafuza é um grupo étnico formado pela miscigenação entre negros e índios e “partilha de maneira mais ampla a cultura cabocla própria dos segmentos marginalizados da população camponesa ‘nativa’ de Santa Catarina” (Martins, 2001). Este grupo constituiu-se no final do século XIX e, depois de ter participado da Guerra do Contestado, passou a integrar o contingente de expropriados da terra. Depois de quase um século de perambulação, conquistou sua propriedade na localidade de Alto Rio Laeisch, município de José Boiteux/SC, em novembro de 1992.

relatos orais (dos cafuzos e dos estudantes) sinalizavam que João Maria tinha uma importância significativa para essas pessoas, as quais eram vinculadas a diversos contextos, condições econômicas ou credos religiosos e viam João Maria como alguém próximo, querido, aguardado e, muitas vezes, vivo. Percebi, também, que suas “orientações e ensinamentos” sobre a vida eram seguidos com seriedade e que suas “mensagens proféticas” eram frequentemente apropriadas para interpretação de eventos do passado e situações cotidianas, inclusive pelos estudantes universitários.

2. ENCONTRANDO OS DISCURSOS A RESPEITO DE JOÃO MARIA – TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Inspirada por esses dados, realizei pesquisa específica objetivando conhecer os discursos a respeito de João Maria, na contemporaneidade, por sujeitos com recorte étnico diverso, com pertença religiosa diversa, residentes em contextos rurais e urbanos da região central de Santa Catarina. De forma específica, percebia a importância de buscar as referências contemporâneas (ostensivas e não ostensivas, Ricoeur, 1990) a João Maria destes sujeitos, investigar as formas e argumentos utilizados por eles em seu reconhecimento, de que modo ele se inseria ao modo de vida dessas pessoas e o que adicionava ao mesmo. Segundo Weber (2000 e 2002), o reconhecimento é o aspecto central da legitimidade. Uma autoridade, ordem ou ação podem ser validadas aos olhos daqueles que lhe são sujeitos: pela tradição, em virtude de ligação emocional, pelo fato de uma crença racional ou por terem sido instituídas. Assim, por meio de atitude externa de imposição ou interna do sujeito, algo só é legítimo enquanto encontra reconhecimento por parte de alguém.

a) Referencial teórico-metodológico

Busquei referenciais que orientassem meu olhar sobre o objeto de pesquisa e que pudessem ampliar a perspectiva da abordagem empírica. Considerei que as categorias de discurso e interpretação de Ricoeur (1977, 1978, 1989, 1990), Velho (1995) e Geertz (1978) possibilitariam orientar e ampliar meu olhar sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria.

Parti da noção de que todo discurso é uma ação humana significativa e possui referências ostensivas e não ostensivas (Ricoeur, 1990). Aquilo que é

explicitado pelos sujeitos é uma significação, não condiz mais com a situação inicial e, como significado revelado, se autonomiza e fica disponibilizado para outras leituras. Para Ricoeur, “há interpretação onde houver sentido múltiplo; e é na interpretação que a pluralidade dos sentidos torna-se manifesta” (1978:15)⁶. Toda interpretação, no entanto, tem por base um reservatório de experiências prévias. Ricoeur (1989) considera que a ação comunicativa é articulada a partir de normas, símbolos e signos próprios dos sujeitos, sem contar o não dito, como os preconceitos. Velho (1995) define isso como pré-texto (eu diria pré-discurso, no sentido mais amplo) ou “cultura profunda”, ou seja, as referências históricas e culturais que fundamentam a significação e a interpretação dos sujeitos, definida aqui como cultura histórica.

Além de explicitar significados produzidos e interpretados, o discurso abre a possibilidade de produção de significados novos segundo interpretações novas, inseridas em situações novas, envolvendo novos interesses, sempre no sentido de refazer as leituras possíveis segundo a cultura na qual estão inseridos o discurso e seu interlocutor (Geertz, 1978). Assim, os discursos, além de explicitarem um mundo, mediarão a compreensão do ser-no-mundo ou compreensão de si, podem revelar um mundo desejado ou um poder-ser.

b) Definição dos sujeitos da pesquisa

Diante de inúmeras dificuldades, optei por chamar de joaninos os sujeitos da pesquisa que reconhecem João Maria na contemporaneidade a partir de referenciais culturais, históricos, religiosos, políticos, turísticos, comerciais, entre outros. Quando necessário ou prudente especificar mais esse sujeito, utilizo o termo joanino acrescido de adjetivos como católico, devoto, pentecostal ou outro. Assim como em Dickie (1996: s.p.), esta “é uma abordagem processual em que os significados são pensados como integrantes das relações entre os sujeitos e, portanto, como sendo construídos e reconstruídos junto com a dinâmica destas relações”. No caso deste trabalho, o acesso aos significados dá-se por meio dos discursos dos joaninos a respeito de João Maria.

Inspirada pelo sentido amplo possibilitado pela hermenêutica de Ricoeur, “da práxis à história” (1989), considerei, neste trabalho, todas as práticas discursivas a respeito de João Maria, na forma oral, escrita, performática

6 Para Ricoeur (1978), interpretação “é o trabalho de pensamento que consiste em decifrar o sentido oculto no sentido aparente, em desdobrar os níveis de significação implicados na significação literal. Guardo assim a referência inicial à exegese, isto é, à interpretação dos sentidos ocultos. Símbolo e interpretação tornam-se, assim, conceitos correlativos” (p. 15).

(ritual) e expressiva (iconográfica, musical, cinematográfica, cênica, televisiva, documental).

c) Apresentando os dados de campo

Percebendo o campo da pesquisa como o corte espacial de abrangência empírica e a pesquisa qualitativa como aquela que trabalha com atores sociais em relação e grupos específicos, realizei pesquisa de campo em diversos municípios de Santa Catarina entre 2004 e 2005. Posteriormente, fiz pequenas incursões em campo, realizei assessorias a projetos institucionais e particulares, participei de formações e eventos e de rituais coletivos na Comunidade Cafuza (José Boiteux) e no Planalto Catarinense e orientei projeto de mestrado. Realizei pesquisa com sujeitos catarinenses residentes em comunidades, localidades, assentamentos da reforma agrária vinculados ao MST ou ao Incra, ou residentes na sede do município de Abdon Batista, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Caçador, Campos Novos, Cerro Negro, Correia Pinto, Curitibanos, Fraiburgo, Frei Rogério, José Boiteux, Lages, Lebon Regis, Monte Carlo, São José do Cerrito e Santa Cecília, no Estado de Santa Catarina, Brasil.

Os discursos dos joaninos a respeito de João Maria constituíram a base desta pesquisa, embora todos os demais dados coletados tenham sido importantes para complementar as informações e reconstituir até certo ponto o universo habitado por João Maria. Os joaninos, de ambos o sexos, com idade entre 10 e 98 anos, afirmaram ser católicos ou pentecostais; têm condições econômicas e profissões diversas, como estudantes, agricultores, comerciários, funcionários públicos, aposentados, professores (todos os níveis, inclusive universitários), advogados, vereadores, historiadores, escritores, jornalistas, radialistas e sindicalistas; e residem em contextos rurais e nas sedes dos municípios-alvo da pesquisa.

Sua origem étnica é também diversificada: alguns se consideram “de origem”⁷, outros, cafuzos, quilombolas⁸, jagunços⁹, brasileiros, caboclos ou

7 Trata-se de imigrantes ou descendentes de imigrantes de origem europeia (especialmente alemães e italianos) que participaram do processo de colonização nos estados do Sul do Brasil, entre os séculos XIX e XX.

8 Segundo Leite e Fernandes (2006: 06), a ideia de “comunidade remanescente de quilombos” passou a ser veiculada no Brasil, principalmente no final da década de 80, “para se referir às áreas territoriais onde passaram a viver os africanos e seus descendentes no período de transição que culminou com a abolição do regime de trabalho escravo, em maio de 1888. [...] As terras dos quilombos foram consideradas parte do patrimônio cultural desses grupos negros e enquanto tais deveriam ser alvo de proteção por parte do Estado”.

9 Denominação positiva assumida por algumas pessoas que residem em Taquaruçu (município de Fraiburgo), antiga “Cidade Santa”, embora em passado recente ou em outros contextos tenha um significado pejorativo.

“de origem cabocla”¹⁰. Esse destaque se contrapõe à grande parte dos textos literários e não literários que vincula João Maria apenas ao segmento caboclo ou sertanejo.

Na questão específica do vínculo religioso institucional, grande parte dos joaninos declarou ser católico (cerca de 94%), outra declarou ser evangélico¹¹ (cerca de 6%), vinculados a denominações religiosas pentecostais¹², como: Igreja Assembleia de Deus, Igreja Obra da Palavra, Igreja da Redenção, Igreja Pentecostal Verdade Presente e Igreja do Evangelho Quadrangular. Apenas um entrevistado afirmou não ter religião ou ser “eclétrico”, embora tradicionalmente estivesse vinculado à Igreja Católica.

Todos os pentecostais entrevistados afirmaram ter uma formação religiosa inicial católica e, em alguns casos, ter assumido posições de liderança laica (ministros, catequistas, capelães) antes de mudar para o vínculo atual. Isso leva a concluir que todos os entrevistados são cristãos, não havendo qualquer registro, por parte deles, de vínculo com outras religiões. Grande parte dos joaninos católicos não fizeram exatamente uma escolha pela religião, mas foram introduzidos diretamente nas práticas realizadas na vida familiar e comunitária. Essa capacidade para englobar o sujeito é uma das características observadas no “catolicismo tradicional” (Steil, 2004). Já os joaninos pentecostais, frequentemente nascidos em lares católicos, optaram pela outra religião quando adultos.

3. O MUNDO HIERÁRQUICO E ENCANTADO DOS JOANINOS

a) Mundo hierárquico

Considero que o “mundo” dos joaninos está mais próximo de um “holismo” ou perspectiva “hierárquica”, em que o todo é mais importante que a parte e onde há mais pessoas que indivíduos, do que da perspectiva “individualista”, na qual o indivíduo é o valor supremo (Dumont, 1985 e 1992; Da Matta,

10 A noção de caboclo, cultura cabocla e “de origem cabocla” estão inspiradas em Martins (2001).

11 O termo evangélico é genérico e serve para referir-se a todos os cristãos protestantes vinculados a diversas denominações religiosas (Pierucci, 2000).

12 Nas primeiras décadas do século XX, começaram a chegar ao Brasil igrejas protestantes pentecostais. As igrejas pentecostais diferenciam-se das outras igrejas protestantes (guardadas as diferenças) por conservar um estilo de culto fortemente emocional, voltado para o êxtase, com papel de destaque para a glossolalia, o exorcismo e o milagre, visando sempre resultados palpáveis a serem experimentados de imediato (Pierucci, 2000: 288). Neste trabalho, utilizo o termo pentecostal para me referir aos cristãos vinculados às diversas denominações pentecostais.

1990)¹³. Não estou afirmando com isso que o joanino não possui particularidades ou importância para o grupo, mas que este está articulado em torno de algo mais amplo – a família, o grupo doméstico, a comunidade, sendo incorporado neste “todo” a partir de sua participação nos espaços de sociabilidade, rituais religiosos (em destaque o batismo), organização do trabalho ou qualquer atividade em que a relação seja mais complementar do que individualista.

O “mundo hierárquico” dos joaninos é composto mais por grupos domésticos ou famílias extensas do que por famílias nucleares, visto aqui como o grupo constituído por pessoas com relações de consanguinidade, afinidade ou outra relação de parentesco que vivem numa casa¹⁴.

As redes de solidariedade e reciprocidade dos joaninos são acionadas sempre que surgem dificuldades concretas no trabalho cotidiano, nas dificuldades de saúde, dinheiro, transporte e outros. Isso não significa que essas redes funcionem a contento e nem que as dificuldades sejam satisfatória e definitivamente solucionadas. Tomando como referência Mauss (1974), observamos que as trocas, teoricamente voluntárias, são, na realidade, obrigatoriamente dadas e retribuídas, porque o que trocam não são exclusivamente bens e serviços, mas colaborações entre coletividades, nesse caso, famílias ou grupos domésticos. Além da obrigação de retribuir, há a obrigação de dar e de receber. Deixar de dar ou recusar-se a receber equivale a recusar.

É comum em diversos países mediterrâneos, latino-americanos e também entre os joaninos a estratégia de estender a rede de parentesco através de outra rede – a rede de compadrio¹⁵. A relação de compadrio, definida por adultos, é constituída a partir de rituais como o batismo e possibilita ampliar a rede de reciprocidade e solidariedade¹⁶ na linha horizontal (compadres e comadres recrutados na mesma camada social) e na linha vertical (recrutados em outras camadas)¹⁷. No primeiro caso, há uma tendência de escolha do compadre por relações afetivas e, no segundo, a possibilidade de um patrocínio econômico, político e social. O duplo batismo possibilita ampliar ainda mais esta rede,

13 Velho (1995: 25) sugere que o holismo deve ser entendido apenas como uma tendência (em certas situações como dominante), mas não “como uma anulação ou exclusão da individualidade em qualquer contexto”.

14 Noções inspiradas em Woortmann (1977), Mendras (1978) e Auge (1978).

15 Guardadas as diferenças de abordagem, ver especialmente Arantes (1994), Monteiro (1974), Woortmann (1990), Fonseca e Brites (1988) sobre os desdobramentos das relações de compadrio em contextos rurais e urbanos.

16 A partir desta constatação, Serpa (1997) sugere que o sacramento do batismo não se configura apenas como uma significação religiosa, mas também como realização de interesses sociais e econômicos para além das relações familiares.

17 Lembrando que a reciprocidade só ocorre entre pessoas (não indivíduos) (Woortmann, 1990).

sendo recorrente a escolha dos compadres localizados na linha horizontal no batismo não eclesial e, na linha vertical, no batismo eclesial. Frequentemente, toda a família e amigos são envolvidos na relação de compadrio, mais cedo ou mais tarde, por meio de rituais de Batismo, Primeira Eucaristia, Crisma ou Casamento.

b) A vivência religiosa

Observei que os joaninos vivenciam, de forma amalgamada, elementos próprios de várias religiões e rituais e elementos não institucionais. No caso dos joaninos católicos, a amalgamação ocorre entre elementos e rituais próprios do catolicismo “popular”, denominado também de “tradicional” (Steil, 2004) ou “rústico” (Monteiro, 1974)¹⁸, do catolicismo romano, catolicismo da libertação¹⁹/catolicismo inculturado (Locks, 1998) e, mais raramente, catolicismo carismático²⁰. Os dois primeiros modelos de catolicismo estão na base daquilo que estou chamando como “catolicismo difuso” (Steil, 2004), pois, embora suas raízes estejam na Idade Média europeia, influenciaram profundamente a sociedade brasileira e catarinense e se apresentam, ainda hoje, como o principal referencial religioso dos joaninos. As duas outras formas de catolicismo (catolicismo da libertação e carismático) têm como marcos o Concílio Vaticano II, o diálogo com o “mundo dos pobres” (no caso da Teologia da Libertação) e com o “mundo moderno” (no caso da Renovação Carismática) (Oliveira, 2003). Embora não tenha percebido grande influência do segundo modelo no “catolicismo difuso”, os joaninos foram muito influenciados pelos padres ligados à Teologia da Libertação no reconhecimento de João Maria²¹.

Em termos históricos, é possível afirmar que o catolicismo catarinense foi formado, ainda no período colonial, a partir dos conteúdos devocionais do

18 Cândido (1987) emprega o termo “rústico” já na década de 50, fazendo referência à cultura camponesa e cabocla. A partir daí, este termo é utilizado por Monteiro (1974) referindo-se à religiosidade das populações caboclas do planalto catarinense.

19 Sobre a Igreja da Libertação ou Catolicismo libertador ver também Libânio (2003), P. Oliveira (2003) e Steil (2003 e 1998).

20 Há outras formas de classificar os vários catolicismos. Apenas para exemplificar, P. Oliveira (2003) percebe quatro modelos na trajetória do catolicismo brasileiro: 1) catolicismo da salvação individual (religião de compensação), 2) catolicismo popular (religião de compensação), 3) catolicismo da libertação (anos 70 e 80, religião da redenção) e, 4) catolicismo carismático (mundo moderno e pós-moderno, década de 90, religião de aperfeiçoamento). Ao analisar o processo histórico do catolicismo no Rio Grande do Sul (aliado ao processo histórico mais amplo), Steil (2004) observa uma divisão semelhante à anterior: catolicismo moderno de origem ibérica e catolicismo tradicional (entre os séculos XVI e XVIII), catolicismo de imigração (final do século XIX e início do XX), catolicismo romanizado (segunda metade do século XIX), catolicismo libertador (década de 70 e 80), catolicismo carismático (década de 90) e catolicismo difuso e cultural.

21 Sobre a formação do catolicismo catarinense e brasileiro, destaco a obras de Serpa (1997).

catolicismo português. Estes conteúdos foram mesclados, no território catariense, primeiramente com as “populações nativas” (indígenas, descendentes de africanos e caboclos) e, posteriormente, com as dos “colonos de origem” (Serpa, 1997). Neste processo, elementos da religião institucional foram reinterpretados, transformados e adaptados pelas populações de acordo com as especificidades de cada grupo e contexto. Dessa maneira, as práticas do catolicismo, embora semelhantes na base, foram transformadas no contexto. Esse processo e a falta de uma presença mais efetiva da Igreja teriam gerado um catolicismo de caráter leigo, marcado pelo culto aos santos e a outros habitantes a quem se atribuem poderes taumatúrgicos (João Maria, por exemplo), devoções penitenciais, procissões, romarias, festas, bênçãos, curas e proximidade com elementos naturais como grutas, fontes de água e remédios naturais. Essa situação qualificaria o que Monteiro (1974: 84) denominou como “impregnação religiosa na vida quotidiana” ou “inexistência de demarcação entre os fenômenos da natureza, da sociedade e do sobrenatural” viabilizada por uma concepção de mundo cosmicizante.

Os joaninos explicam que os elementos que caracterizam a “religião dos antigos” ou “fé dos antigos” foi transmitida oralmente aos demais. Quanto à fé, explicam que “é a mesma fé da Igreja, a diferença é só no praticar a fé”. Ressaltam, também, que algumas práticas foram criadas, recriadas e vividas nas comunidades²², mas que sua presença é, muitas vezes, criticada pelo clero local. Em grande parte das localidades observadas, a hierarquia eclesial (tanto sacerdotes católicos, quanto pastores evangélicos) está muito ausente no cotidiano das comunidades e, em alguns casos, sua presença não é muito apreciada. Além disso, geralmente são as pessoas que constroem e administram as capelas ou casas de oração. O que pretendo destacar aqui, portanto, é que a religiosidade dos sujeitos é vivenciada para além da hierarquia eclesial e que nem sempre há acordo ou harmonia na relação da comunidade com esta.

4. JOÃO MARIA E OS RITUAIS RELIGIOSOS

a) João Maria: a salvação e a purificação

João Maria está inserido em quase todos os rituais da “religião dos antigos”²³. É recorrente entre os joaninos a utilização de diversos batismos,

²² Comunidade está sendo usada aqui para definir o conjunto de pessoas ou famílias ligadas, pela cultura histórica, a uma organização religiosa, não necessariamente institucional.

²³ Tomo ritual como discurso simbólico, apropriado para transmitir, reproduzir e legitimar sistemas de va-

nos quais João Maria opera. Embora não lhes seja uma característica específica, os joaninos batizam a criança assim que nasce, em casa ou em outro local, na presença de familiares e padrinhos numa cerimônia geralmente coordenada pelo “apresentador”²⁴. É uma cerimônia simples, sem necessidade de festa ou presentes, objetiva batizar e “salvar a alma” da criança e, dessa maneira, possibilitar a ela uma proteção divina, ou seja, apresenta-se como “rito propiciatório” porque, por meio dele, Deus se torna propício para ajudar e proteger a criança batizada.

Perguntados sobre como é o procedimento do batizado, relatam que o “apresentador” pede aos padrinhos para segurar a criança, enquanto diz as seguintes palavras, aspergindo sobre ela a água benta com um ramo de arruda (ou outro ramo verde): “Eu te batizo fulano(a) de tal, com o nome de Deus, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, amém!”. No caso dos joaninos, é frequente a incorporação do nome de São João Maria nesse texto.

O batismo não eclesial envolve todos os interessados, tendo como oficiantes centrais os padrinhos, os quais geralmente são escolhidos na rede social da família e a partir de critérios próprios, mas frequentemente sem limite numérico, restrições à idade, condição econômica ou ao vínculo de parentesco, sendo possibilitada a participação de crianças, pessoas com outros vínculos religiosos ou sem religião e até de santos, como João Maria²⁵. As crianças participam de forma semelhante aos adultos, assumindo o mesmo compromisso que um adulto assumiria com o afilhado e a família deste, como mencionei anteriormente.

O rito do batizado não eclesial entre joaninos é frequentemente realizado em casa ou em fontes de água de João Maria. A água é um dos elementos centrais no ritual do batismo e, para ser usada, deve estar benta, ou seja, tornada sagrada²⁶. Para os joaninos, o processo de consagração da água pode ocorrer de duas formas: 1) pegar água comum e solicitar uma benção de uma

lores, mostrar como alguns elementos podem ser transformados em símbolos que edificam e solidificam a identidade dos participantes, instituem ordem nas relações sociais, amenizam incertezas e inseguranças, e, com isso, também constroem realidades (Miranda, 1999). Além disso, penso nos rituais como discursos performativos, porque possibilitam ao sujeito experimentar, viver, criar, resolver, construir e interpretar símbolos, crenças, emoções, sentimentos e conflitos (Turner, 1974, e Steil, 1996).

24 Este é o nome dado à pessoa adulta (homem ou mulher) que coordena o batizado não eclesial, função frequentemente assumida por aquele que, notadamente, conhece as regras ritualísticas tradicionais necessárias.

25 Nesse caso, o padrinho seria representado por meio de uma imagem.

26 Este processo ocorre a partir do investimento de uma autoridade na transformação do caráter da água – de água comum para “água sagrada”. Segundo Goedert (2004), antes do Concílio Vaticano II, abençoar a água significava retirar dela o domínio do maligno e assim habilitá-la para realizar batizados, abençoar pessoas, lugares e objetos. Após este concílio, a Igreja abençoa a água para louvar a Deus e colocar em evidência a dimensão salvífica da mesma.

autoridade eclesiástica, ou, mais frequente, 2) coletar água na fonte de João Maria e, neste caso, seu processo de consagração já terá ocorrido porque, para os joaninos, tudo o que foi tocado ou pertenceu a João Maria possui caráter sagrado. A água retirada da fonte de João Maria é denominada pelos joaninos como “água santa” e possui, para eles, capacidades curativas, além de ter uma “relação simpática” com João Maria (Mauss, 1974) e, portanto, embora retirada de seu *habitat*, mantém consigo parte de João Maria e é detentora de seu poder.

Ao passar pelo processo de consagração, a água fica habilitada para purificar e promover a salvação das pessoas por meio do batismo ou de outro ritual, curar doenças (internas e externas), proteger espaços e pessoas, fertilizar a terra, expiar os males e propiciar proteção divina. Muitos relatam o desejo e o grande esforço empreendido para conseguir a “água santa”, sendo comum buscá-la em longas distâncias²⁷. Diante da dificuldade de obtenção de “água santa” e de sua preciosidade, muitos joaninos misturam uma pequena quantidade dela com água corrente até obter o volume desejado, operando uma nova etapa no “processo simpático”.

A partir do relato anterior, é possível observar uma série de simbologias relacionadas à “água santa”, utilizada também no batizado não eclesial: bem sagrado, fonte de cura, retira o mal, propicia proteção divina, coloca o sujeito em contato com o divino, purifica a alma e promove a salvação. Essa água é assumida como dádiva de João Maria por meio da qual seu poder se difunde para as pessoas, balizando suas vidas e propiciando-lhes uma vida boa e purificando seus males.

Apenas após ter sido estabelecida a “relação simpática” com João Maria por meio da “água santa” utilizada no ritual do batismo não eclesial, e quando as condições para o batizado eclesial forem reunidas, ele pode ou não ser promovido na Igreja²⁸. O rigor do cerimonial eclesial não inviabiliza uma participação diferenciada das pessoas durante o batismo na Igreja. Visto de forma comparativa, é possível perceber que, diferente do rito eclesial, o batismo não eclesial é mais dinâmico, pois possibilita uma maior participação de padrinhos, colocando em destaque pessoas que ficariam em segundo plano no rito eclesial (mulheres e crianças), e, portanto, provoca uma inversão na

27 Ouvi depoimentos de pessoas que se deslocaram mais de 300 quilômetros para buscar esta água.

28 Este mesmo procedimento ocorre entre as populações rurais catarinenses analisadas por Bloemer (2000), Renk (1997) e Locks (1998).

ordem do cerimonial²⁹. A participação de crianças, portadores de necessidades especiais, adultos não católicos e santos como padrinhos são também formas de transgressão ao modelo institucional. Na questão da legitimação das relações horizontais e verticais do compadrio, o batismo eclesial pode ser complementar ao não eclesial. É neste que João Maria atua como integrador horizontal.

Independente da forma, eclesial ou não eclesial, o batismo é uma das formas de incorporar o indivíduo em redes sociais, tanto pessoais como institucionais. Possibilita, também, ampliar as redes de parentesco para outra rede, a do compadrio, e, com isso, estabelecer novas ou ampliar as já existentes relações de confiança, de solidariedade e reciprocidade.

Há um outro tipo de batismo, no entanto, denominado por mim de batismo de cura. Embora seja chamado de batismo pelo joaninos, o batismo de cura não tem as mesmas implicações sociais que o batismo não eclesial. É, também, um rito de purificação, mas é, acima de tudo, um ritual de cura, frequentemente operado por João Maria.

Dentre os rituais de batismo observados entre os joaninos, foi possível constatar a importância fulcral de João Maria na introdução de indivíduos nas diversas redes sociais, na legitimação do batismo horizontal, na ampliação das redes de parentesco e de reciprocidade por intermédio do compadrio, nos procedimentos de cura a partir da “água santa” e na sua atuação como padrinho.

b) João Maria em rituais coletivos

A maioria dos católicos catarinenses tem o hábito de participar de forma coletiva em rituais religiosos que, apesar de comporem o conjunto de práticas devocionais católicas, adquirem, no contexto, características próprias, na forma, periodicidade, espaço e coordenação. Tendo como pano de fundo o desejo de sentir-se mais seguro e, de certa forma, domesticar aquilo que é indeterminado no mundo, os joaninos promovem e participam frequentemente de rituais que são realizados em momentos próprios, com data predefinida, e de outros que são realizados sem combinação anterior e ocorrem somente numa eventualidade, como adoecimento, morte, nascimento e visita. Estes

29 Estes aspectos foram observados por Fonseca e Brites (1988) entre grupos populares urbanos da região de Porto Alegre/RS.

rituais são, em grande parte, coordenados por lideranças religiosas laicas, ocorrem sem participação eclesial e recorrem a João Maria. Trata-se, por exemplo, da reza de terço (com orações cantadas muitas vezes), realização de procissões, via-sacra³⁰ e novenas³¹.

Destaco primeiramente os rituais penitenciais que “objetivam auxiliar as almas a encontrar o caminho”, como, por exemplo, a “Recomendação de almas”, realizada preferencialmente durante a Quaresma ou a participação em eventos religiosos no “dia das almas” (2 de novembro). Nesses eventos, é central a preocupação com as almas dos parentes e, frequentemente, é solicitada sua presença para proteger os vivos no cotidiano.

Outro ritual religioso, classificado como penitência pelos joaninos e conhecido como Reza do 25, é realizado anualmente no dia 25 de março, geralmente coincidindo com o período da Quaresma, em diversas localidades do município de Campo Belo do Sul³².

Observei diversos eventos desta natureza e considero importante ressaltar algumas características desses rituais, como sua capacidade adaptativa, sua dinamicidade interna, a ampla participação do público interessado (inclusive crianças e portadores de necessidades especiais). Outros aspectos relevantes desses rituais: o reforço dos laços de sociabilidade e das redes de reciprocidade, estímulo de valores sociais fundamentais como honra, hierarquia, solidariedade, respeito e justiça. Além disso, esses rituais configuram-se como espaços para desenvolvimento e exercício de liderança e de talentos individuais, para ostentação e exercício da política, de reforço da tradição religiosa, do exercício da religiosidade não institucional e, por último, mas igualmente importante, para contato com o sagrado e com João Maria.

Outro aspecto é a destacada capacidade dos joaninos de transposição de supostas fronteiras entre entidades (Deus, diabo, santos, almas), espaços (sagrados e não sagrados) e ritos (domésticos, institucionais), possibilidade de proteção divina por meio dos mediadores, além de apropriação e expressão de uma infinidade de crenças e simbologias provenientes de diversas organizações religiosas. Outro aspecto a ser destacado é a impregnação da religiosidade na vida cotidiana ou que esses rituais acontecem num mundo impregnado da simbologia religiosa.

30 Recurso pedagógico utilizado milenarmente pela Igreja Católica para ensinar as mensagens do cristianismo.

31 A novena é composta por um ritual que será repetido nove vezes (dias, semanas, meses).

32 Recebi informações de prática deste ritual em outros municípios da Serra Catarinense e no Oeste de Santa Catarina.

Por fim, estamos diante de rituais que misturam elementos que, por um lado, legitimam a instituição e, por outro, reivindicam uma espécie de “poder local” sobre a esfera do religioso e do divino. A convivência dessas atitudes resulta num amálgama que define uma religiosidade própria que não pode ser classificada dualisticamente.

c) João Maria e os procedimentos de cura

Assim como em outros lugares do Brasil, em Santa Catarina encontrei diversos especialistas conhecidos como curandeiros, benzedores³³, puxadores de reza, adivinhos, penitentes e capelães³⁴. Embora se afirme que se estabelece uma hierarquia entre os especialistas, alguns dedicados mais às atividades religiosas e outros às práticas curativas, é mais comum encontrar os que assumem diversas funções e especialidades. Como mencionei anteriormente, o batismo de cura não requer um especialista dos tipos mencionados acima, mas um que conheça os procedimentos de cura associados a João Maria. Nada impede, no entanto, que o apresentador seja também um benzedor(a) ou capaz de outra especialidade.

Os benzedores costumam utilizar diversos procedimentos de cura diante de problemas de saúde em humanos e animais, malefícios sem origem nítida, problemas concretos e como forma de proteção de um espaço (casa, instituição, plantação). Esses procedimentos de cura vão desde benzimentos (utilizados em caso de doenças físicas, machucados, doenças psíquicas, doenças dos nervos), utilização de medicamentos naturais (ervas ou remédios naturais), até procedimentos rituais e pouco explicitados para enfrentar e proteger dos malefícios como quebranto, mau-olhado, susto, feitiçaria e bruxaria. Além de curar, estas pessoas também benzem e abençoam casas, construções, plantações, reuniões e até viagens. Esses especialistas podem estar vinculados e serem procurados por pessoas com vínculos religiosos diversos, inclusive não católicos.

O especialista que se dedica a produzir e orientar o uso de medicamentos naturais para problemas diversos é denominado de curandeiro ou “remedeiro”. O primeiro difere do segundo apenas na sua profissionalização – enquanto o

33 Segundo Brandão (1987), a prática da benzedura e do curandeirismo ocorre no interior de diversos segmentos religiosos, e estes “especialistas” apropriam-se de saberes de diversas religiões, como a católica, pentecostal, kardecista, umbandista e esotérica, para orientar sua prática.

34 Estes especialistas são classificados como “mediadores” (Mourão, 1975), “especialistas para o controle sobrenatural” (Queiroz, 1977) ou “agentes religiosos populares” (Brandão, 1980).

primeiro realiza um trabalho voluntário, o segundo geralmente se profissionaliza nele, sendo recorrente sobreviver da venda dos medicamentos naturais que produz ou de consultas. O procedimento, tanto de um quanto do outro, no entanto, geralmente vem acompanhado da utilização de procedimentos religiosos e aqui, de novo, João Maria é presença recorrente.

João Maria é reconhecido pelos joaninos como exímio benzedor e profundo conhecedor de ervas medicinais e de procedimentos de cura. Algumas pessoas afirmam ter recebido de João Maria o conhecimento dos procedimentos de cura e que, em alguns casos, o próprio João Maria era convocado pelos humanos para auxiliar nos procedimentos, fornecendo mais eficácia ao procedimento. Esses conhecimentos são apropriados pelos joaninos e adaptados às situações contemporâneas, como problemas de saúde, dicas sobre uma boa produção agrícola ou para combater pragas, como enfrentar e prevenir dificuldades, entre outros. O discurso sobre estas receitas geralmente é acrescido de outros elementos, como valores éticos e religiosos, e sua reprodução serve para transmissão destes princípios. Esta é outra mostra de que há uma impregnação de valores religiosos no cotidiano dos joaninos (noção desenvolvida por Monteiro, 1974, e Serpa, 1997).

d) A cruz de João Maria

Os joaninos afirmam que, quando João Maria peregrinou na terra, tinha o hábito de plantar uma cruz de cedro em cada local que pousava ou chegava, fundando religiosamente o lugar pela plantação da cruz.

Afirmam também que, por sua capacidade divinizadora, isso fazia com que o local e as pessoas ficassem protegidos diante das catástrofes naturais ou de quaisquer dificuldades. Assim, a cruz de cedro tornou-se um símbolo de João Maria e passou a ser plantada por católicos e pentecostais diante de casa ou em qualquer espaço que se queira protegido. Após ser plantada, frequentemente a cruz brota e transforma-se novamente em árvore, mas as pessoas referem-se a ela ainda como a “cruz de João Maria”. Os devotos afirmam que o brotamento é indicativo de que João Maria abençoou a casa/ espaço e aqueles que ali estão.

A cruz, de maneira geral, é reconhecida como um dos símbolos religiosos mais importantes e usada, especialmente por católicos, como forma

de proteção contra qualquer perigo ou ameaça³⁵. No caso da “cruz de João Maria”, denominada muitas vezes como “Santa Cruz”, mais do que um símbolo religioso, é demonstração da fé em João Maria, mas também presença de sua proteção contra perigos externos. Além de proteger a pessoa e a casa, a cruz de cedro identifica também o devoto de João Maria. Cruzes de cedro são plantadas também em eventos coletivos e anuais como a Romaria da Terra, realizada em Santa Catarina desde 1986, coordenada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)³⁶ e, neste caso, possui forte conotação política. A plantação da cruz de cedro é realizada durante o ritual ecumênico. Ocorre desde a primeira Romaria da Terra e é justificada da seguinte maneira pelas lideranças do movimento: “plantando a cruz, o povo lembra João Maria e recorda os mártires na luta pela terra”³⁷.

O importante a destacar aqui é que a plantação da “cruz de João Maria”, além de ser outra tentativa (pessoal ou coletiva) de controlar a indeterminação do mundo (Quintais, 1998) porque possibilita criar uma aura de proteção ao ambiente e às pessoas, promove uma espécie de sacralização do lugar. Tanto a água como a cruz de cedro são “elementos simpáticos” de João Maria. São, portanto, veículos de seu poder, seja ele de cura, proteção contra os males ou o mal, e a favor dos joaninos nas suas lutas políticas. A cruz traz a proteção para o espaço e para as pessoas no espaço definido como de abrangência do efeito da cruz. Assim, a cruz traz de João Maria, tornando-o presente, proteção, devoção e força política.

Nesta parte tentei demonstrar como o “mundo” dos joaninos foi definido como “hierárquico”, porque há mais pessoas que indivíduos e estas são incorporadas na totalidade, também, por meio de rituais religiosos. O cotidiano é impregnado de uma visão de mundo religiosa, possibilitando o exercício de práticas que não obedecem necessariamente aos cânones da instituição religiosa. Permite, também, o exercício da liberdade de crença, sem deixar de reconhecer a autoridade institucional. É a cultura católica que está na base do “mundo” dos joaninos e que, como observei, pode estar difusa e profunda, mas disponível para ser apropriada a qualquer momento. Dessa maneira, pode-se considerar a existência de um “mundo” com valores religiosos e um “mundo” religioso não vinculado necessariamente a uma organização religiosa.

35 Monteiro (1974) sugere que a cruz é o símbolo mais importante da “fé rústica” e um escudo mágico contra todos os perigos.

36 A Comissão Pastoral da Terra surgiu em 1975 durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (informação disponível em www.cptnac.com.br, acesso em janeiro de 2007). Sobre a trajetória da CPT, ver também Campigoto (1996) e Castells (2001).

37 Informativo da 1ª Romaria da Terra – SC, 14/9/1986.

Este “mundo” é encantado por João Maria, que opera em rituais e no controle da “indeterminação do mundo” (Quintais, 1998) e é constantemente apropriado também como referente ético, prático e religioso.

5. RECONHECIMENTOS DE JOÃO MARIA

Os discursos dos joaninos a respeito de João Maria são percebidos como ações significativas, formulados a partir de referências próprias do sujeito (valores, símbolos, preconceitos) e da interlocução. Os discursos são interpretações, embora muitas vezes estes afirmem estar reproduzindo o discurso “original” e servem como mecanismos de legitimação destes discursos e, conseqüentemente, de João Maria. Ao apropriá-los, os sujeitos transformam estes discursos legitimados em mecanismos de legitimação dos discursos dos próprios sujeitos. Assim, ao mesmo tempo em que legitimam os “discursos de João Maria”, são legitimados por eles. Frequentemente, os discursos se autonomizam das referências ostensivas e tornam-se disponíveis para novas interpretações.

a) Como divindade

João Maria é reconhecido como divindade pelos joaninos a partir de critérios como: características físicas e modo de vida, família, capacidades especiais, missão na terra e atribuída imortalidade. Os sujeitos o percebem como uma entidade ambivalente (humana e não humana ao mesmo tempo) e imortal. Ao afirmar que ele não pode ter morrido porque é “um santo homem” ou “profeta de Deus”, estão reforçando sua noção de que João Maria é uma entidade com potencialidades semelhantes a Jesus Cristo e Deus, ou, como sugere Mourão (1975), um homem que alcançou a perfeição da condição humana, afastou-se dos males, purificou-se e conquistou definitivamente a vida. Nessa conquista, digo eu, incorporou todas as qualidades dos seres sagrados: como capacidade de onisciência, onipotência, onipresença, invisibilidade, inatingibilidade, longevidade ou imortalidade, capacidade de mudar de forma, ficar invisível, levitar ou locomover-se sobre as águas, modificar o estado das coisas e interferir na vida das pessoas, conhecer “o coração dos homens”, punir pecadores, limpar aquilo que está sujo ou tornar sagrado aquilo que toca. Esses elementos confirmam sua caracterização como divindade, embora indiquem outras atribuições humanas como benzedor, milagreiro, educador, sacerdote,

apóstolo enviado de Deus para trazer a vitória do bem contra o mal ou para corrigir a imperfeição do mundo, salvando os homens pelas suas penitências e permitindo o advento do paraíso terrestre. É interessante que o que Mourão caracterizou como atitude dos seguidores de José Maria à época da Guerra Santa ainda se encontre hoje entre os joaninos. Nem todos estiveram envolvidos na Guerra, mas João Maria cruzou as fronteiras do episódio histórico, tornando-se personagem viva da história dos sujeitos pesquisados e parte integrante da dinâmica de seu cotidiano.

Comparando os discursos dos joaninos a respeito de João Maria e de Jesus Cristo, foi possível constatar que ambos são vistos como ambivalentes na condição simultânea de homem/Deus, tiveram uma trajetória difícil, possuem conhecimento religioso profundo e sensibilidade para “conhecer o coração das pessoas”.

Ainda que nem todos os entrevistados tenham sugerido a mesma coisa, o que é significativo neste é o reconhecimento de que Jesus e João Maria podem vir a ser um, reforçando a identidade divina de João Maria. Se em outras falas João Maria era equiparado com Deus em seus atributos e a Jesus por seus ensinamentos, nesta ele é afirmado como a própria possibilidade de encarnação de Deus.

b) Como santo

O reconhecimento de João Maria como santo é o mais recorrente entre os joaninos católicos e pentecostais, denominado como São João Maria, São João Maria do Agostinho ou profeta São João Maria. A construção deste, como indivíduo venerável, é elaborada a partir dos elementos selecionados pelos joaninos como qualidades, atitudes e capacidades especiais.

Fazendo uma comparação entre a devoção a João Maria e a outros santos, é possível constatar que a caracterização do primeiro é mais detalhada e cuidadosa do que a dos outros. Referem-se às suas características físicas e comportamentais, modo de vida, trajetória pessoal, capacidades especiais, dons, poderes, além de enfatizar sua proximidade e comprometimento com os necessitados. Este cuidado, ao caracterizar João Maria, instiga a reflexão sobre sua suposta condição de equivalência com os santos canonizados pela Igreja. É raro ouvir devotos dos santos canonizados contarem sobre a vida e os feitos

de seu santo de devoção da mesma forma que relatam quem foi João Maria, como se vestia e vivia, o que falou e onde passou.

Conforme afirmação anterior, tudo o que, supostamente, pertenceu ou foi tocado por João Maria, no passado, foi transformado em símbolo e espaço sagrado. Durante a pesquisa, conheci diversos espaços onde João Maria teria supostamente “pousado”. Estes locais estão geralmente demarcados por fontes de água, cruzeiros ou árvores. Os joaninos afirmam que João Maria tinha o hábito de plantar uma cruz de cedro e fazer brotar uma água, caso não tivesse, no local onde dormia ou passava.

Além da água, da cruz de cedro e de imagens de São João Maria, encontrei outros objetos sagrados atribuídos a João Maria, como cópias de orações, supostamente escritas por ele; “medidas de João Maria”; objetos que teriam pertencido a ele (castiçal, panela, cachimbo, pedaço da barraquinha, talheres, bastão) ou relacionados a ele como “ervinha” (vassourinha), milho³⁸ e couve de São João Maria. Os proprietários dos objetos guardam-nos como relíquias sagradas. De forma semelhante aos outros símbolos de João Maria, estes são apropriados para proteção pessoal e do ambiente e utilizados em procedimentos de cura.

c) Como profeta

Embora com diferenças, grande parte dos discursos identifica João Maria como profeta e santo ao mesmo tempo. Dessa forma, demonstra outra das suas ambivalências, o que me autoriza a falar em multivalências, ou seja, com possibilidades múltiplas de identificação a partir das mesmas capacidades: enquanto alguns o identificam com Deus, outros com Jesus, há aqueles, ainda, que o identificam como um profeta enviado de Deus.

A maioria dos pentecostais com quem dialoguei durante a pesquisa reconhece João Maria como profeta, mas frequentemente referem-se a ele como São João Maria, ou seja, como santo.

João Maria está sendo percebido aqui como profeta no sentido idealizado por Weber (2000), ou seja, como portador de um “carisma puramente pessoal” (neste caso, atribuído pelos joaninos), o qual, “em virtude de sua missão,

38 No Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curitiba havia (maio de 2005), em exposição, algumas espigas de milho e, entre elas, uma espiga do milho de São João Maria, sem fins curativos.

anuncia uma doutrina religiosa ou um mandado divino” (p. 303). É a vocação pessoal que distingue o profeta do sacerdote – enquanto o segundo “reclama autoridade por estar a serviço de uma tradição sagrada” ou distribui bens de salvação e permanece legitimado por causa de seu cargo, o profeta o faz “em virtude de sua revelação pessoal ou de seu carisma” (idem). “*Carisma*”³⁹ aparece em Weber como uma qualidade em virtude da qual se atribuem a uma pessoa “poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como ‘líder’” (2000: 158/9).

Para os joaninos, o profeta João Maria assume sua missão ou poder profético por “usurpação”, não porque foi encarregado pelos homens, mas por revelação divina e preponderantemente para fins religiosos (Weber, 2000: 306). Além disso, há nele tanto traços do mestre ético, especialmente ético-social, como do profeta “exemplar”. Aproxima-se do primeiro nos ditames que deixou para a conduta na vida, pleno de sabedoria, aconselhando pessoas em assuntos privados, definindo as fronteiras do bem e do mal, os traços do mestre ético. Na sua vida ascética, peregrina, simples, pobre, no seu desprezo pelos bens materiais e elevação dos bens espirituais, os traços do profeta exemplar, mostrando aos seus seguidores o caminho da salvação.

Os joaninos afirmam que João Maria, a exemplo de outros profetas e de Jesus Cristo, é um homem especial que foi enviado por Deus para anunciar aos homens uma doutrina religiosa e aconselhar as pessoas a respeito dos desígnios divinos. Sua legitimidade e capacidade para anunciar estão nesta iluminação divina.

Os discursos proféticos atribuídos a João Maria são formulados e reproduzidos pelos joaninos no presente, embora se refiram frequentemente ao passado e ao futuro. Possuem referências ostensivas dos sujeitos que os elaboraram, podendo estar vinculados a preocupações ou situações concretas ou com o futuro. Os discursos, portanto, são formas apropriadas de exprimir desejos, emoções, refletir a respeito de aspectos, às vezes, confusos da vida ou reforçar valores éticos, religiosos e sociais. Esses discursos, uma vez formulados, assumem uma autonomia que favorece outras interpretações, por parte de outros sujeitos, para lidar com seu mundo. Os discursos proféticos estão legitimados no “exemplo” e “ética” de João Maria, mas referenciados na cultura histórica dos joaninos. Além disso, os discursos proféticos aparecem no formato de metáforas, o que é próprio dos profetas, e exigem uma interpretação.

39 No discurso teológico cristão, carisma significa o dom da graça.

Segundo eles, todas as profecias de João Maria (mudanças nas relações sociais, inovações tecnológicas, carências, alterações climáticas, catástrofes e guerras) são sinais, avisos, sobre a chegada do final dos tempos para todos os pecadores. O momento deste fim, no entanto, seria marcado por uma escuridão de três dias e pela vinda do diabo que tentaria os humanos. Este período seria marcado por muita angústia, sofrimento, mortes e provas para a maioria das pessoas. Outros passariam por este período dormindo e não perceberiam nada. A diferença entre os dois estaria no comportamento respeitoso e religioso do segundo grupo: “temente a Deus e respeitoso dos preceitos”, “só sobram as pessoas que têm fé em Deus”. Alguns afirmam que João Maria teria sugerido que Deus teria a possibilidade de revogar este fim e era para rezar para isso acontecer. Os joaninos atribuem a João Maria o poder para definir quem seria punido ou salvo e, dessa maneira, o Apocalipse se desdobraria completamente.

d) Outros reconhecimentos e apropriações

A partir da observação de obras arte, instalações, acervo de museus, grutas/santuários, músicas, poesia, dança, peças teatrais e cinema, foi possível constatar que os discursos expressivos⁴⁰ apresentam duas caracterizações de João Maria vinculadas às temporalidades diferentes: como liderança religiosa e política (do passado) ou como santo (presente). João Maria é apresentado, no século XIX, como reconhecido monge peregrino com capacidade profética e milagrosa. Num segundo momento, João Maria é reconhecido como liderança dessacralizada de um movimento social que culminou numa sangrenta guerra e na derrota dos protagonistas. Alguns discursos ressaltam também as repercussões dessa liderança do passado nas lutas atuais por justiça social, nas quais João Maria aparece configurado como símbolo de luta dos “excluídos”.

A representação de João Maria como santo nos discursos expressivos catarinenses configura a segunda forma. Os sinais desse reconhecimento são encontrados em grutas, santuários, capitéis e capelas, espaços usados para devoção pessoal. Também aqui, aparece frequentemente vinculado a uma determinada população, os “caboclos”.

A partir daí, poderíamos compor um quadro um pouco diferente, o esforço demonstrativo não estaria propriamente naquilo que caracteriza o

40 Ideia inspirada em Martins (2009) como categoria de análise que deve englobar todas as manifestações capazes de exprimir uma forma ou conteúdo estético aliado a qualquer conteúdo identitário.

“caboclo”, mas na “opção” de João Maria por eles, os pobres e “excluídos”. Esta opção está próxima do ideário da Igreja Progressista. Este dado deve ser somado a outro: a década de 1980 foi um período de grande efervescência política e de surgimento de diversos movimentos sociais inspirados, em grande parte, neste ideário cristão de “opção pelos pobres”⁴¹. Esse período coincide com a popularização dos discursos expressivos a respeito de João Maria em Santa Catarina. Assim, esses discursos poderiam estar explicitando esse ideário cristão na pessoa de João Maria, reconhecido como “santo dos caboclos”, tanto em sua configuração no passado quanto no presente.

João Maria foi incorporado também num projeto político e governamental, de resgate da memória do Contestado. A ideia do projeto surgiu em 1980, a partir do então candidato ao governo do Estado de Santa Catarina (Esperidião Amin) que buscou na Guerra do Contestado e nos valores do “vencido” a inspiração para criar aquilo que chamou de identidade catarinense⁴².

São discursos que se constroem, não pelos joaninos, mas por interesses diferenciados em usar, seja a imagem de João Maria, seja a de sua vinculação com a Guerra do Contestado, com diferentes finalidades. A confusão que foi apontada antes entre Guerra do Contestado e Guerra Santa aparece aqui em toda sua clareza: é na manipulação da santidade de João Maria – como santo ou profeta, como benzedor ou líder político/religioso – que é construída a legitimidade de projetos políticos e empresariais. Diferente das práticas cotidianas dos joaninos, estas práticas não se pautam pela fé ou pela religiosidade, mas por metas ou bandeiras que tratam João Maria como um personagem especial, mas não o equiparam a um santo. Antes, retiram-lhe a santidade explicitamente, em alguns casos, manipulando, no entanto, sua legitimidade como santo entre a população (o Projeto de Amin e a Igreja Progressista); manipulam-na simplesmente em outros (os empreendimentos turísticos); em outros, ainda, usam-na de forma ambígua, como em projetos artísticos que têm a finalidade de ressaltar bandeiras políticas de esquerda (os filmes, documentários e peças de teatro).

41 Sobre perspectiva do “fazer político” ou da intermediação entre “fé e vida”, ver Castells (2001) e Reis (1998).

42 Sobre uma leitura crítica e os desdobramentos deste projeto, ver Auras (1991).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Interessada em interpretar os discursos contemporâneos a respeito de João Maria, busquei referenciais histórico-culturais e teórico-metodológicos que pudessem contribuir neste processo. Considerei que categorias como discurso, interpretação, mundo, calendário vivencial, religiosidade, devoção e campesinidade poderiam orientar e clarear os caminhos da interpretação. Assumi discurso como ação humana significativa no sentido amplo possibilitado pela hermenêutica de Ricoeur – da práxis à história, ou seja, na forma oral, escrita, performática e expressiva.

Observei que os discursos acadêmicos e não acadêmicos insistiam na afirmação de que o João Maria, que habitava a contemporaneidade, era o líder religioso surgido no Brasil no século XIX, denominado como monge/profeta que teria sido mantido no imaginário “popular” especialmente por meio de lendas, histórias e mitos. Afirmavam também que este teria inspirado a organização de um movimento de “rebeldia” de sertanejos pobres contra as elites locais e nacionais no início do século XX, denominado oficialmente como Guerra do Contestado. Esses autores informavam ainda que, após o término da guerra, João Maria teria passado por um processo de canonização “popular” e continuava sendo vinculado a uma religiosidade tradicional, rústica e “popular” de populações pobres, ignorantes, neste caso “os caboclos”, cujos aspectos marcantes eram sua impregnação na vida cotidiana, proximidade com a natureza, práticas mágicas e autonomia da instituição religiosa (neste caso, católica).

A pesquisa empírica mostrou-me que o vínculo atual das populações com João Maria é muito mais amplo e complexo do que santo devotado pela população pobre. Este é legitimado por joaninos com vínculos econômicos, étnicos, culturais e religiosos diversos. Além disso, é legitimado por lideranças de movimentos sociais que buscam nele o fortalecimento de lutas políticas, especialmente pela terra. Sua imagem e símbolos são também utilizados com fins comerciais e turísticos. Todavia, de forma mais fundamental, este é caracterizado com grande especificidade e contextualidade e relacionado aos referentes culturais e históricos dos joaninos. Essas relações são fundamentais para perceber que, mais do que lenda ou mito, João Maria é uma referência para os sujeitos para explicitar, em ação discursiva significada, elementos cruciais de seu mundo. Constatei que os discursos a respeito de João Maria são construídos pelos joaninos no presente, estão referenciados em sua cultura

histórica, servem como reforço dos valores sociais hierárquicos e como forma de encantamento do mundo. Seu vínculo com a natureza legítima, para os joaninos, uma campesinidade, que persiste mesmo em contexto urbano.

A descrição dos diversos aspectos que compõem o mundo religioso dos joaninos indicou uma impregnação da vida cotidiana neste e uma concepção de mundo cosmicizante. Além de o mundo religioso estar impregnado da vida cotidiana, constatei que o mundo dos joaninos está integrado com uma cultura religiosa (especialmente católica) difusa e profunda, mas disponível para dar sentido para o mundo a qualquer momento. Assim, tanto seu mundo possui valores religiosos quanto o mundo religioso está impregnado da vida cotidiana, e não há uma separação nítida entre o que é o não religioso. Isso estaria possibilitando o exercício de práticas diversas, inclusive aquelas que não obedecem necessariamente aos cânones da instituição religiosa, o exercício da liberdade de crença, sem deixar de reconhecer a autoridade institucional.

Constatei também que o mundo religioso dos joaninos está habitado por almas, santos, Deus, diabo e lideranças laicas, mas também, de forma significativa, por João Maria, que opera junto aos católicos e pentecostais no controle de indeterminação do mundo e é constantemente apropriado também como referente ético, prático e religioso.

Observando os discursos dos joaninos, constatei que João Maria está inserido em sua cultura histórica e, a partir dela, é apropriado na contemporaneidade. Os joaninos referem-se a João Maria a partir daquilo que conhecem e vivem, e o ambiente da interlocução apresentou-se como adequado para transmissão também de mensagens significativas. Além disso, embora muitos afirmem que os discursos são “de João Maria”, estes são atribuídos a ele pelos joaninos e, portanto, são sempre interpretações, de segunda ou terceira mão, como diria Geertz (1978). A base do discurso é o conhecimento familiar daquele que exprime o discurso, mas, a partir daí, novas interpretações são formuladas.

De uma forma ampla, João Maria foi percebido pelos joaninos como um sujeito simples, despojado e desapegado de valores “mundanos”. Vivia só, embora possuísse irmãos e irmãs, era detentor de muitas capacidades especiais, mas marcadamente era visto como próximo e comprometido com os sujeitos, especialmente empobrecidos. Além disso, os discursos evidenciam outras características de João Maria, em sua trajetória na terra, como capacidade de onisciência, onipotência, onipresença, invisibilidade, inatingibilidade, longevidade ou imortalidade, ou seja, possuía capacidade de mudar de forma, ficar

invisível, levitar ou locomover-se sobre as águas, modificar o estado das coisas, interferir na vida das pessoas. Essas capacidades teriam sido possibilitadas especialmente por sua condição de enviado de Deus na terra, e somente esta posição o habilitaria a premiar os puros e justos e punir os injustos, avarentos e egoístas. Os joaninos indicam outras capacidades em João Maria que o aproximam da posição de benzedor, milagreiro, guia, profeta, apóstolo, divindade, embora se diferenciasse dele por sua característica humana.

Sua ambivalência o aproximou da condição de outro enviado de Deus na terra, Jesus Cristo. Comparando os discursos dos joaninos a respeito de João Maria e de Jesus Cristo, foi possível constatar que ambos são vistos como humanos e não humanos ao mesmo tempo, tiveram uma trajetória difícil, possuem conhecimento religioso profundo e sensibilidade para “conhecer o coração das pessoas”. Sua condição de penitente pelo bem da humanidade o habilitou para assumir a condição de salvador, equivalente a Jesus Cristo.

Sua caracterização também como profeta “ético” e “exemplar” me permitiu afirmar sua multivalência. Segundo os joaninos, o dom de Deus o habilitou a anunciar os desígnios divinos, ensinar e aconselhar o comportamento não aprovado por Deus e, como divindade, punir os pecadores e premiar os justos, trazer a vitória do bem contra o mal, corrigir a imperfeição do mundo, salvar os homens pelas suas penitências e permitir o advento do paraíso terrestre, e, dessa maneira, possibilitar que o apocalipse se complete.

Entre os joaninos católicos, João Maria é reconhecido como santo e devotado de forma semelhante aos santos canonizados pela Igreja Católica, mas opera também entre pentecostais no controle da indeterminação do mundo. Os elementos de sua sacralidade estão em sua condição de peregrino penitente, poder milagroso de cura, atribuída imortalidade, comprometimento com os necessitados, capacidade de conhecer o “coração dos homens”. Sua condição de santo o habilitaria a punir pecadores, limpar aquilo que está sujo e tornar sagrado aquilo que toca. Os objetos que teriam pertencido a João Maria ou tocados por ele teriam sido embebidos de sua consagração e apresentam-se como habilitados para purificar e promover a salvação, curar doenças (internas e externas), proteger espaços e pessoas, fertilizar a terra, expiar os males e propiciar proteção divina. Portanto, é santo protetor e purificador. Como indivíduo venerável, alcançou a perfeição da condição humana, a condição de purificado e conquistou definitivamente a vida e, portanto, é argumento de legitimação dos devotos frente à hierarquia católica. A cruz de cedro e a “água santa” foram os símbolos atribuídos a João Maria mais destacados neste trabalho e são

utilizados, inclusive, por pentecostais. Outros símbolos como orações, objetos pessoais, “medidas do santo” e imagens são também apropriados.

Os dados da pesquisa possibilitaram afirmar que a relação contemporânea da oficialidade católica com João Maria não é tão conflituosa quanto se ressaltou na literatura e que o movimento legitimador de João Maria ocorre também a partir da hierarquia religiosa, especialmente aquela vinculada à Igreja Progressista, conhecida também como Igreja ou Catolicismo da Libertação, e as Pastorais Sociais (como CPT). Isso ficou evidenciado no apoio aberto (ou mais discreto) de parte do clero às atividades religiosas não institucionais, especialmente devocionais e penitenciais envolvendo João Maria e da apropriação deste em lutas promovidas por pastorais e movimentos sociais.

Muitas lideranças, partidos políticos e movimentos reivindicatórios, com características populares, democráticas, autônomas e inspiradas numa perspectiva cristã da “opção pelos pobres”, surgiram no âmbito desta Igreja Progressista. Para fundamentar um “fazer político” ou a intermediação entre “fé e vida” junto às populações, esta Igreja e os movimentos sociais de Santa Catarina promoveram, a partir da década de 1980, uma releitura da Guerra do Contestado e das populações envolvidas nela. Refletiram sobre a perspectiva “oficial” e propuseram pensar nela como um movimento legítimo e organizado de camponeses pelo acesso à terra e por condições de trabalho nela. Além disso, estimularam a leitura da história a partir dos protagonistas, no caso, os camponeses, mas também de líderes como João Maria. Esta interpretação transformou o caráter dos protagonistas, que tinham sido considerados anteriormente como “perdedores”, em símbolos da luta dos movimentos sociais atuais. Para tanto, esses movimentos, nomeadamente a CPT e o MST, lançam mão de recursos pedagógicos, discursos, mitos, rituais, místicas, símbolos (como João Maria e a cruz de cedro), organizam eventos, como romarias, caminhadas, marchas e celebrações, para viabilizar e implementar os valores e princípios reivindicativos, especialmente junto à população-alvo, mas também junto à população em geral e ao Estado. Disso, observei um movimento duplo de legitimização – ao mesmo tempo que João Maria foi legitimado por lideranças sociais e pela Igreja da Libertação, instrumentalizou os movimentos reivindicatórios, as lideranças e as organizações. Neste movimento, João Maria passou por um processo ressemantizador – de santo legitimado, passou a líder político atualizado.

Uma forma diferenciada de legitimidade política de João Maria foi possibilitada por um projeto governamental na década de 1980. Numa tentativa

de construir uma identidade catarinense, o governador do Estado de Santa Catarina buscou, no Movimento do Contestado e naquele que denominou de “homem do Contestado”, o caboclo/jagunço, uma alternativa para representar o “homem catarinense”. Durante sua gestão (1983-1986), estimulou várias ações ligadas ao resgate da memória, na ótica deste governante, daquele conflito armado e de seus protagonistas. Na prática, a memória do Contestado foi folclorizada por esse governo e pelo Projeto do Contestado, congelando a luta dos sertanejos no passado e negando qualquer vínculo destes com os dilemas sociais contemporâneos. Esta perspectiva é diferente daquela assumida pela Igreja Progressista, pastorais e movimentos sociais e posteriormente pelo próprio Esperidião Amin, qual seja, o fortalecimento dos movimentos reivindicatórios atuais a partir da memória do Contestado. É inegável, no entanto, que esta legitimidade fortaleceu ou foi fortalecida pela outra, empreendida pelos movimentos sociais no mesmo período. Dessa maneira, não parece estranho que hoje se fale mais abertamente sobre a Guerra do Contestado, tão silenciada nas décadas seguintes aos combates, ou sobre João Maria, configurado também como símbolo da luta pela terra, além de profeta e santo.

Os discursos expressivos a respeito de João Maria se popularizaram em Santa Catarina especialmente na década de 1980, período marcado pela abertura política, surgimento de diversos movimentos sociais e pelo projeto governamental. A observação de obras de arte, instalações, acervo de museus, grutas/santuários, músicas, poesia, dança, peças teatrais e cinema permitiu-me constatar que os discursos explicitam basicamente duas caracterizações de João Maria: como liderança religiosa e política ou como santo. Os sinais destes reconhecimentos, encontrados em grutas, santuários, capitéis e capelas, indicam que sua imagem e símbolo são constantemente apropriados nas lutas coletivas por justiça social ou particulares no controle da indeterminação do mundo.

De maneira geral, os discursos orais, escritos, performáticos e expressivos a respeito de João Maria em Santa Catarina na contemporaneidade foram construídos pelos joaninos na sua cultura histórica, possuem temporalidade e expressam algo. No entanto, reforçando o processo sugerido pela hermenêutica de Ricoeur, observei que os discursos dos joaninos, embora formulados e expressados a partir das referências históricas dos joaninos e ostensivas da interlocução, afastam-se, num segundo momento, destas referências, ultrapassam o caráter individual para assumir uma dimensão inter-humana e histórica e são objetivados, autonomizam-se e tornam-se “obras abertas” a leituras e

múltiplas interpretações. Nesse contexto, percebo que é o próprio discurso autonomizado dos joaninos, a princípio a respeito de João Maria, que serviu como mecanismo de legitimação deste (como divindade, profeta, santo, guia de procedimentos de cura ou símbolo da luta pela terra), dos discursos atribuídos a ele, dos próprios discursantes (joaninos) e de sua cultura histórica. Com base nesta legitimação é que os discursos a respeito de João Maria se tornam apropriados para interpretação do mundo dos joaninos, para controlar a indeterminação do mundo, para anunciar e acabar com o mal, reagir contra aquilo que não está de acordo com sua cultura, estimular a luta política ou anunciar o mundo desejado.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio A. Pais, padrinhos e o Espírito Santo. In: ARANTES, A. A. et al. *Colcha de retalhos – Estudos sobre a família no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Unicamp, 1994.

AUGÉ, Marc. *Os domínios do parentesco*. Lisboa: Edições 70, 1978.

AURAS, Marli. *Poder oligárquico catarinense: da guerra dos fanáticos do Contestado à opção pelos pequenos*. (Tese em Educação) São Paulo: PUC, 1991.

BLOEMER, Neusa M. S. *Brava gente brasileira*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BRANDÃO, Carlos R. *Os deuses do povo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *Festim dos bruxos*. Campinas/São Paulo: Unicamp/Ícone, 1987.

CABRAL, Osvaldo R. *A campanha do Contestado*. 2. ed. revisada. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CAMPIGOTO, José A. *Roças, empresas e sonhos: jogos e discursos (A CPT em Santa Catarina)*. (Dissertação em História) Florianópolis: UFSC/CFH/PPGHST, 1996.

CASTELLS, Alicia N. G. de. *A criatividade dos sem-terra na construção do habitat – Um olhar etnográfico sobre a dimensão espacial do MST*. (Tese em Ciências Humanas) Florianópolis: PPGICH/UFSC, 2001.

CREPEAU, Robert R. *Le Saint auxiliaire des chamanes. La figure de “Saint” João Maria d’Agostinho chez les Kaingang du Brésil méridional*. Quebec: Département d’anthropologie/Université de Montreal, 2004.

DA MATTA, Roberto. Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: *Carnavais malandros e heróis –*

- Para uma sociologia do dilema brasileiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
- DICKIE, Maria Amelia S. *Afetos e circunstâncias*. (Tese em Antropologia) São Paulo: PPGAS/USP, 1996.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- _____. *Homo Hierarchicus – O sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 1992 [1966].
- ESPIG, M. J.; MACHADO, P. P. (orgs.). *A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o Movimento do Contestado*. Florianópolis: EdUFSC, 2008.
- FACHEL, José F. *Monge João Maria – Recusa dos excluídos*. Porto Alegre: EdUFRGS/ Florianópolis: EdUFSC, 1995.
- FONSECA, Cláudia; BRITES, Jurema. O batismo em casa: uma prática popular do Rio Grande do Sul. *Cadernos de Estudos do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social*, n. 14. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 1988.
- GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOEDERT, Valter M. O simbolismo da água. In: *Revista Encontros Teológicos*, ano 19/1, n. 37. Florianópolis: ITESC, 2004.
- GOES, César Hamilton Brito. *Nos caminhos do Santo Monge: religião, sociabilidade e lutas sociais no Sul do Brasil*. (Tese em Sociologia) Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- GOEDERT, Valter M. O simbolismo da água. In: *Revista Encontros Teológicos*, ano 19/1, n. 37. Florianópolis: ITESC, 2004.
- IUNSKOVSKI, Roberto. O Contestado e a experiência sociorreligiosa de migrantes caboclos em Florianópolis. In: ESPIG, M. J.; MACHADO, P. P. (orgs.). *A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o Movimento do Contestado*. Florianópolis: EdUFSC, 2008.
- LAZZARINI, Sergio. *A religiosidade popular da Guerra do Contestado preservada nos descendentes dos caboclos no “reduto” de Taquaruçu*. (Monografia de Especialização em Metodologia do Ensino da História) Joaçaba: Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), 2003.
- LEITE, I. B.; FERNANDES, R. C. Fronteiras territoriais e questões teóricas: a antropologia como marco. *Boletim Informativo do Nuer*, v. 3, n. 3 – Quilombos no Sul do Brasil – Perícias antropológicas. Florianópolis: NUER/UFSC, 2006.
- LOCKS, Geraldo A. *Identidade dos agricultores familiares brasileiros de São José do Cerrito*. (Dissertação de Mestrado) Florianópolis: PPGAS/ UFSC, 1998.
- KARSBURG, Alexandre de O. O eremita do Novo Mundo – A odisseia de um

monge peregrino na América Católica do século XIX. *Anais Simpósio Centenário do Contestado*. Florianópolis: UFSC, maio 2012.

_____. O eremita do Novo Mundo: a trajetória de um italiano pelos sertões brasileiros no século XIX. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, v. 9, n. 2, Jul-Dez 2007. Juiz de Fora: UFJF.

MACHADO, Paulo P. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: EdUnicamp, 2004.

MARCON, Telmo. Cultura e religiosidade: a influência dos monges do Contestado. In: ESPIG, M. J.; MACHADO, P. P. (orgs.). *A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o Movimento do Contestado*. Florianópolis: EdUFSC, 2008.

MARTINS, Pedro. Cabo-verdianos em Lisboa: manifestações expressivas e reconstrução identitária. *Revista Horizontes Antropológicos*, v. 15, n. 31. Porto Alegre Jan./June 2009.

_____. *Comunidade cafuza de José Boiteux – História e antropologia da apropriação da terra*. (Tese em Antropologia.) São Paulo: PPGAS/USP, 2001.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. *Sociologia e antropologia*, v. I. São Paulo: Epu/Edusp, 1974 [1902/3].

MENDRAS, Henri. Grupos Domésticos. In: *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MIRANDA, Júlia. *Carisma, sociedade e política*. Novas linguagens do religioso e do político. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

MONTEIRO, Duglas T. *Os errantes do novo século – Um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MOURÃO, Laís. Contestado: a gestação social do messias. In: *Cadernos Ceru*, n. 7. São Paulo: Humanitas FFLCH/ USP, 1975.

OLIVEIRA, Célio. *A construção e a permanência do mito de João Maria de Jesus na região do Contestado, Santa Catarina*. (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre: PPGAS/ UGRS, 1992.

OLIVEIRA, Pedro A. R. O catolicismo: das CEBs à renovação carismática. In: *Teoria e Sociedade – Passagem de milênio e pluralismo religioso na sociedade brasileira* (Número Especial, maio/2003). Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia/UFMG, 2003.

OLIVEIRA, Maria da Conceição. *Os especialistas caingangue e os seres da natureza*. Florianópolis: FCC, 1996.

PIERUCCI, Antônio F. Apêndice: as religiões no Brasil. In: HELLERN, V. et al. *O livro das religiões*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

QUEIROZ, Maurício V. *Messianismo e conflito social* – A guerra sertaneja do Contestado 1912-1916. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.

QUINTAIS, Luís. Memoriais da indeterminação do mundo – A coleção de ex-votos do Museu Antropológico de Coimbra. In: QUINTAIS, L. et al. *Milagre que fez*. Coimbra: Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, 1998.

REIS, Maria José. *Espaços vividos, migração compulsória, identidade* – Os camponeses do Alto Uruguai e a hidrelétrica de Itá. (Tese em Ciências Sociais) Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.

RENN, Arlene. *A luta da erva* – Um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

_____. *O conflito de interpretações*. Rio de Janeiro: Imago, 1978 [1969].

_____. *Hermeneutics and the Human Sciences – Essays on language, action and interpretation*. Cambridge/Paris: Cambridge University Press/Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1990 [1981].

_____. *Do texto à acção* – Ensaios de Hermenêutica II. Porto, Rés, 1989.

SERPA, Élio C. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: EdUFSC, 1997.

STEIL, Carlos A. Catolicismo e memória no Rio Grande do Sul. in: *Debates do NER*, ano 5, n. 5. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2004.

THOMÉ, Nilson. *Os iluminados* – Personagens e manifestações místicas e messiânicas do Contestado. Florianópolis: Insular, 1999.

TOMAZI, Gilberto. Mística da água e cidadania: uma análise a partir das águas santas de “São” João Maria no Contestado. In: *Revista Encontros Teológicos*, ano 19, n. 37. Florianópolis: ITESC, 2004.

TURNER, Victor. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.

VALENTINI, Delmir J. *Da cidade santa à corte celeste*: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. 3. ed. Caçador: UNC, 2003.

VELHO, Otávio. *Besta-fera* – Recriação do mundo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

VIEIRA, Elenir Marlene. “A casa do monge” – Pesquisa etnográfica na Gruta do Monge - Lapa/PR. (Trabalho de Conclusão de Curso) Florianópolis: UFSC/ Departamento de Ciências Sociais, 1996.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. *Sociologia da Religião. Economia e Sociedade*, v. 1. 3. ed. Brasília: UnB, 2000.

WELTER, Tânia. *O profeta São João Maria continua encantando no meio do povo – Um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina*. (Tese de Doutorado) Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2007.

_____. *Revisitando a comunidade cafuza a partir da problemática de gênero*. (Dissertação de Mestrado.) Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1999.

_____. *As relações de gênero na comunidade cafuza de José Boiteux/SC: o cotidiano familiar e a organização comunitária a partir da fala das mulheres*. (Monografia de Especialização) Florianópolis: FAED/UDESC, 1997.

WOORTMANN, Klass. Reconsiderando o parentesco. In: *Anuário Antropológico*, 76. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

_____. Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico*, 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Brasília: UnB, 1990.



Empreendimentos

econômicos na região

do Contestado

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO-RIO GRANDE

Márcia Janete Espig¹

Neste artigo, pretendo traçar um breve histórico sobre a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), enfatizando sobretudo os desdobramentos da construção de sua Linha Sul (1907-1910). A seguir, traçarei algumas relações com o desenvolvimento do movimento do Contestado, ocorrido na mesma região alguns anos após.

Como ressalta a bibliografia sobre o Contestado, a construção da EFSPRG representou a inserção de poderosas forças capitalistas na região. Maurício Vinhas de Queiroz (1966), Duglas Teixeira Monteiro (1974), Rosângela Cavallazzi (2003),² além de vários autores mais recentes, como Paulo Pinheiro Machado (2004), Delmir José Valentini (2009) e outros, assinalam as profundas alterações gestadas a partir da introdução da *holding* norte-americana Brazil Railway Company no espaço então disputado entre os estados de Santa Catarina e Paraná.

Monteiro, em obra de 1974, analisa a existência de uma crise de desencantamento do mundo entre os rebeldes do Contestado. Esta representou uma quebra da unidade entre consenso e coerção, e se ligou à crise do mandonismo local e ao caráter singular que este assumiu, relacionando-se à penetração de

1 Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

2 A dissertação de Rosângela Cavallazzi foi defendida em 1983, porém apenas publicada em 2003.

empresas capitalistas modernas, interessadas na exploração madeireira, em negócios de terras, na extração de erva-mate e na construção de uma ferrovia. Nesta fase, segundo Monteiro, aconteceu a ruptura de antigas formas de associação entre a população local e os coronéis ou grandes fazendeiros. Se antes o sistema de dominação baseava-se, sobretudo, em uma espécie de associação moral, esta foi rompida pela classe dominante, ao sabor de circunstâncias em que critérios de racionalidade econômica sobrepõem-se.

Com a entrada em cena de modernas forças econômicas, a concomitante transformação da terra de bem de uso em bem de troca e a introdução na região de novas relações de trabalho, tiveram início as expulsões de posseiros. Além de se formar assim uma numerosa massa marginalizada, criou-se um clima de incerteza para os pequenos e médios fazendeiros, que passaram a vivenciar uma nova situação:

Os “coronéis”, ou se tornavam incapazes de manter suas posições tradicionais de ascendência moral com relação a esta gente espoliada, ou então se associavam abertamente às forças espoliadoras, econômicas e políticas, que estavam emergindo. (Monteiro, 1974: 46)

Rosângela Cavallazzi argumenta na mesma direção. A autora considera de forma bastante convincente a penetração da Brazil Railway Company na região como um passo fundamental para a institucionalização da propriedade privada no Meio-Oeste catarinense (Cavallazzi, 2003). Em obra mais recente, fundamental para os estudos sobre o Contestado, Machado (2004: 142) confere destaque à presença das companhias estrangeiras na região, representadas sobretudo pela Brazil Railway Company e por sua subsidiária Southern Brazil Lumber and Colonization. Segundo este autor, a introdução da ferrovia “[...] contribuiu fortemente para a instabilidade social na região contestada, bem como no conjunto do planalto catarinense [...]”. O autor cita como problemas decorrentes deste processo histórico a questão de terras, visto a concessão recebida pela EFSPRG ao longo da linha, assim como a extinção quase completa do antigo caminho das tropas, que trouxe como consequência a depressão econômica para vendas, locais de pouso, descanso e internada, em locais do interior de vários municípios da região.

Em minha tese de doutorado, recentemente publicada pela Editora da UFPel, estudei a EFSPRG e sua inserção na região com o objetivo de vir a conhecer os “turmeiros”, trabalhadores braçais que desempenharam as funções mais básicas em sua construção. Sobre estes operários incidia a suposição de que haviam

se transformado em uma massa de revoltosos, constituindo lideranças e soldados na Guerra do Contestado. Esta afirmação veio a ser desconstruída através de minha pesquisa (Espig, 2011). No percurso da formulação desta hipótese, analisei a construção deste caminho de ferro, que será o objeto do presente trabalho.

FERROVIAS NO BRASIL

Os primórdios da construção de ferrovias datam da Europa do século XVI e ligavam-se originalmente à exploração de minas de carvão. Como afirma Hobsbawm, “Tecnologicamente, a ferrovia é filha das minas e especialmente das minas de carvão do norte da Inglaterra” (2001: 61). Esta exploração era feita originalmente através de vagonetes com rodas de madeira, que se deslocavam em trilhos igualmente feitos de madeira e movimentados por tração animal ou humana (Setti, 2000: 3). No século XVIII, a invenção da máquina a vapor impulsionou não apenas a Revolução Industrial, mas levou a um evento incomparável: a criação de um veículo que utilizava o vapor d’água para sua movimentação. Muitos engenheiros e inventores contribuíram para seu desenvolvimento, merecendo destaque o nome do inglês George Stephenson, cuja locomotiva conseguiu arrastar alguns vagões em 1814. A viagem inaugural foi feita em setembro de 1825, em um trecho de 25km percorridos com a velocidade de 25km/h (Brina, 1983: 1). Não tardou para que a surpreendente invenção, que aos poucos se tornou símbolo de progresso e do desenvolvimento capitalista, se espalhasse pelos continentes e países. Apenas se provara sua viabilidade na Inglaterra (em torno de 1825-30) e sua expansão pelo mundo ocidental teve início: Estados Unidos (1827), França (1828), Alemanha e Bélgica (em 1835) e Rússia (1837) inauguraram suas primeiras linhas, via de regra ainda pequenas (Hobsbawm, 2001: 61). Em 1855, todos os continentes já possuíam ferrovias, e, em 1875, havia no mundo 62 mil locomotivas e 112 mil vagões de passageiros. O século XIX passou a ser considerado o “século do caminho de ferro” (Azevedo, s/d: 18) ou, segundo Hobsbawm, a “idade das estradas de ferro” (2004: 72). As ferrovias tornaram-se a condição de um mundo progressivamente unificado, ligando regiões remotas do globo com regularidade, capacidade de transportar vastas quantidades de mercadorias e pessoas e, sobretudo, com velocidade. Assim, em 1870, o mundo era mais conhecido do que nunca fora antes.

Símbolo maior do progresso e do desenvolvimento tecnológico do século XIX, os caminhos de ferro representaram uma espetacular evolução para um sistema capitalista em processo de expansão. Impressionante, atingia diretamente as pessoas comuns:

[...] nenhuma invenção revelava para o leigo de forma tão cabal o poder e a velocidade de uma nova era; a revelação fez-se ainda mais surpreendente pela incomparável maturidade técnica mesmo das primeiras ferrovias. [...] A Estrada de Ferro, arrastando sua enorme serpente emplumada de fumaça, à velocidade do vento, através de países e continentes, com suas obras de engenharia, estações e pontes formando um conjunto de construções que fazia as pirâmides do Egito e os aquedutos romanos e até mesmo a Grande Muralha da China empalidecerem de provincianismo, era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia. (Hobsbawm, 2001: 61)

A América do Norte teve um desenvolvimento ferroviário destacado, influenciando as Américas Central e Latina. Cuba foi o país latino pioneiro na introdução das ferrovias, em 1837, seguindo-se México e Peru (1849), Chile (1850), Brasil (1854), Colômbia (1855) e Argentina (1857) (Thomé, 1983: 19).

No Brasil, a primeira ferrovia inaugurada, a Estrada de Ferro de Petrópolis, ligava o Rio de Janeiro àquela cidade e foi organizada e construída pelo empresário brasileiro Irineu Evangelista de Souza, por este motivo agraciado com o título de Barão de Mauá. Faltava à elite brasileira, entretanto, o capital a ser investido na construção dos caminhos de ferro, cujos valores eram altíssimos. Não tardou para que o capital internacional dominasse os negócios referentes à construção e à exploração de estradas de ferro em nosso país. O sistema de concessões, privilégios e subvenção quilométrica mostrava-se um excelente negócio, e aos poucos a preponderância absoluta passou a se dar através de capital estrangeiro, fosse inglês, francês, belga ou alemão. Apenas no Centro-Sul do Brasil as empresas estrangeiras contavam, no final do século XIX, quase duas dezenas; em princípios do século XX, monopolizavam quase 100% da malha ferroviária por concessão ou arrendamento (Thomé, 1983: 24). Ao longo da primeira República, no entanto, a participação estrangeira decaiu bastante, devido à ação dos governos federal e estadual através de compras e desapropriações (Topik, 1987).

Desde os primórdios, a União assumiu uma posição fundamental. Concedendo variados benefícios às empresas, assumindo ferrovias privadas à beira da falência ou arrendando-as por valores módicos, buscava assim atrair e preservar os investimentos estrangeiros em nossa malha ferroviária, a um custo muitas vezes bastante alto. Entende-se, assim, por que a questão política era tão importante na constituição de uma ferrovia.

Através do decreto referente a uma concessão, o governo garantia ao concessionário o privilégio de “construção, uso e gozo” de uma certa ferrovia durante um tempo determinado. Garantia-se a não concessão de caminhos de ferro que pudessem fazer concorrência com a concessionária original. O período de vigência de um privilégio era variável e, na verdade, obedecia a critérios pouco claros, podendo variar entre 40 e 90 anos. Supostamente, o prazo mais dilatado, de 90 anos, seria destinado às estradas de ferro de maior importância; porém na prática isso nem sempre funcionou, e ferrovias importantes receberam privilégios menos relevantes que outras menos significativas, havendo inclusive o surpreendente caso de uma empresa que conseguiu uma concessão estadual perpétua (Benévolo, 1953: 138 e segs.). Durante o Império, estabeleceu-se que as concessões seriam de alçada do governo central quando servissem a mais de uma província, e provinciais quando se referissem apenas a uma unidade do País. Este modelo continuou vigendo após a República.

Havia ainda o chamado privilégio de zona. Com origem em países como Itália e Alemanha, tornava ainda mais atraente o negócio, pois concedia à empresa construtora a posse de terras lindeiras à estrada de ferro. No Brasil, o primeiro privilégio de zona data de 1840, com dez léguas de extensão. Em 1852, um decreto geral tornou o mesmo constante para todas as concessões, variando apenas a largura. Esta era extremamente variável, indo desde 40km até 1km, e novamente se observa a falta de critérios, pois estradas importantes podiam receber uma zona inferior à de pequenos ramais. Paulatinamente, ocorreu uma diminuição desta largura, que chegou a 10km em 1880 (Benévolo, 1953: 173 e segs.). As variações que apontei acima se deviam, certamente, à força política e econômica da empresa ou pessoa concessionária. Como veremos adiante, a concessão original da EFSPRG concedia a João Teixeira Soares um privilégio de 90 anos e de 30km para cada face da ferrovia, ou seja, valores bem dilatados.

Outra forma de atração dos capitais estrangeiros foi a Lei de Garantia de Juros (Decreto 641, de 26 de junho de 1852), através do qual se assegurava 5% de juros sobre o capital utilizado na construção de ferrovias, mais adiante incrementado para 6% ou mesmo 7%. Entretanto, nem todas as estradas desfrutavam de garantia de juros. Esta deveria ser aprovada pelo Poder Legislativo (federal, estadual ou municipal) (Almeida Jr, 1925: 59).

A garantia de juros concedida pelo Estado consistia numa contribuição anual que, somada à renda líquida da companhia, devia perfazer os 5% de lucro sobre o capital total realmente investido. O que significava garantir ao capital sua reprodução até este limite. (El-Kareh, 1982: 12)

Ou seja, as companhias tinham assegurado que seu investimento daria lucro mínimo de 5% sobre o capital investido, tornando este um negócio certo, no qual era impossível não ganhar. Entretanto, os juros eram pagos durante um período determinado, e deveriam ser reembolsados:

No regimen da garantia o governo garante os juros do capital que for empregado pelo concessionario até uma certa quantia, em papel ou em ouro, considerada média kilometrica. Nos ultimos vinte annos, a taxa adoptada foi sempre de 6%, e a média kilometrica 30 contos de réis. Todas as concessões recentes, que foram as mais importantes, tiveram garantia sobre o capital-ouro. Os juros pagos pelo governo são considerados adiantamentos, pelo que serão reembolsados, com excesso de renda liquida (geralmente com os excessos de 8%). Os juros garantidos são pagos durante um praso limitado (de 20 a 30 annos). (Silva, 1910: 94/95)

Este poderia parecer um negócio relativamente seguro para o governo, pois os capitais desembolsados seriam repostos a partir do momento em que a ferrovia, já construída e operacional, passasse a dar lucro. No entanto, as ferrovias brasileiras eram, salvo poucas e honrosas exceções, deficitárias, forçando a União ao desembolso constante de garantias. Em 1898, a situação tornou-se crítica, pois um terço do orçamento da União teve de ser reservado para a garantia de juros. Embora contrário à intervenção do Estado na economia, o governo Campos Sales foi assim levado à expropriação de doze companhias estrangeiras em 1901, tendo adquirido 13% do sistema ferroviário brasileiro com dinheiro emprestado em Londres. Quase todas as linhas compradas foram a seguir sublocadas, e Topik (1987: 113/14) considera que a União conseguiu uma economia real com as desapropriações.

Após 1873, não satisfeito com os resultados da política ferroviária da época, o governo instituiu uma subvenção extra, correspondente a uma certa quantia por quilômetro construído. O subsídio em questão contribuiu para ampliar o interesse europeu pelo investimento em nosso país. Como os contratos previam que os empreendimentos estrangeiros passariam, obrigatoriamente, para o governo após um prazo determinado (geralmente de 90 anos), a subvenção seria, pela lógica, um mero adiantamento de capital, já que este retornaria através de ferrovias equipadas e em funcionamento.

Como consequência, quanto maior a quilometragem, maior a subvenção, o que levou os construtores à decisão de ampliar indevidamente as linhas. Assim, tivemos ferrovias sinuosas, excessivamente extensas e que evitavam ao

máximo as chamadas “obras de arte”³ que as poderiam encarecer. Isso gerou estradas cheias de curvas, nas quais os trens circulavam de forma lenta, e onde a possibilidade de acidentes era potencializada.

A política de subvenção gerou problemas gravíssimos. Azevedo os define como “abusos e extravagâncias” que prejudicavam a União e o passageiro comum:

Das janelas dos trens, em certas ferrovias, costumavam distrair-se os passageiros, por desfastio, nas longas viagens, com essas aberrações com que se alongavam os traçados para aumentarem os proventos de auxílios oficiais. [...] Trechos numerosos da antiga Rêde Sul-Mineira, da Mogiana e da São Paulo-Rio Grande constituíam outros tantos frutos destes “malsinados processos” que só interessavam financeiramente a companhias ou a empreiteiros sem escrúpulos, a cuja ganância, se não fechava os olhos, não opunha o Estado um sistema de freios, por um controle mais eficaz das obras de abertura das ferrovias. [...] Mais dia, menos dia, teria o Estado de refazer os trechos, por meio de traçado novo. Mas que importavam estes desvios das condições técnicas? O essencial – construir a linha rapidamente e receber maior auxílio, fôra realizado... (Azevedo, s/d: 136/137)

Outro importante elemento a destacar refere-se à participação do Estado na construção de ferrovias durante a República Velha. Já durante o Império, a Coroa investira diretamente na aplicação de fundos públicos e compra de ações de algumas linhas. Assim, quando o regime se encerrou, o governo era proprietário e operador de 34% das linhas. Durante o período republicano, o Estado viu-se obrigado a desapropriar parte das ferrovias, arrendando-as em seguida. A União garantia privilégios, concessões e juros; entretanto, mesmo assim muitas vezes as empresas particulares abandonavam as linhas, obrigando o Estado a concluir os trabalhos de construção e de manutenção do funcionamento. Este “impulso empreendedor dos particulares e a intervenção salvadora do Estado” são constantes na história ferroviária do país (Azevedo, s/d: 136). Em certas linhas arrendadas, o Estado manteve controle apenas sobre as operações; já outras, como a importante Estrada de Ferro Central do Brasil (antiga Estrada de Ferro Dom Pedro II), foram mantidas sob controle direto total.

Até 1930, a participação do Estado como proprietário de ferrovias foi paulatinamente sendo incrementada, chegando a ser dono de dois terços da rede ferroviária do País e operando mais da metade. Após a Primeira Guerra

3 As obras de arte são aquelas obras mais detalhadas e complexas em uma construção de Estrada de Ferro e, conseqüentemente, mais caras: “As obras d’arte, nas estradas de ferro, constam de boeiros, pontilhões, pontes, viaductos, passagens superiores, passagens inferiores, tunneis, galerias de abrigo contra-neve, contra a areia, etc.” (Picanço, 1892: 158/159).

Mundial, não somente o negócio ferroviário entrou em crise, devido aos aumentos das tarifas e à diminuição do comércio internacional, mas ainda os capitais estrangeiros passaram a preferir investimentos industriais e serviços de utilidade pública, considerados mais rentáveis que a viação férrea. Além disso, neste período, o Estado passou a ser menos receptivo ao capital estrangeiro, devido ao florescimento de um certo nacionalismo. O importante era proteger os fazendeiros com fretes mais baratos (Topik, 1987). Dessa maneira, o Estado passou à condição de proprietário de muitas ferrovias.

O incremento quilométrico dos caminhos de ferro sempre dependeu das crises e oscilações experimentadas pelo País, tais como a Guerra do Paraguai e o Encilhamento. Na primeira década do século XX, nota-se um crescimento notável das ferrovias, conforme se pode observar através da tabela a seguir:

Tabela 1 – Rede das Estradas de Ferro – Desenvolvimento anual da extensão em tráfego (1854-1912).

Ano	Extensão/km (inaugurada durante o ano)	Total em tráfego/km	Por 1.000km ² /metros
1854	14,500	14,500	1,67
1855	----	14,500	1,67
1856	1,690	16,190	1,86
[...]	[...]	[...]	[...]
1908	1.019,767	18.632,655	2.145,19
1909	608,323	19.240,978	2.215,23
1910	2.084,523	21.325,501	2.455,22
1911	961,404	22.286,905	2.565,91
1912	1.204,477	23.491,382	2.704,58

Fonte: Anuario Estatístico do Brazil, 1908-1912. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1917, v. II, p. 31.

As ferrovias brasileiras, em seus primórdios, tinham a função de servir como complemento para a navegação. Não formavam uma rede integrada, mas em geral ligavam um porto a uma região produtora, especialmente de itens de exportação, tais como café, açúcar, cacau, gado, erva-mate etc. (Monastirsky, 1997: 38/39). Arias Neto (In Ferreira e Delgado, 2003: 207) considera que a dinamização da economia cafeeira contribuiu para o processo de modernização do País, no qual se inclui a construção de ferrovias. Os capitais liberados pela abolição do tráfico negreiro foram direcionados especialmente à produção de café, que se expandiu pelo interior, sobretudo paulista e mineiro, gerando problemas no

escoamento da produção. A expansão das exportações levou a uma elevação da renda, que aumentou a capacidade de endividamento e importação do País.

Não é surpreendente, portanto, que as primeiras ferrovias se localizassem na zona cafeeira, cuja proximidade geográfica com o centro político do Império não pode ser desconsiderada. O produto principal a ser transportado por uma estrada de ferro era um dos principais fatores de seu sucesso econômico ou de sua derrocada:

Em toda região centro-sul são os interesses da cultura de exportação que definem o traçado e crescimento das ferrovias: são todas estradas do café, orientadas pela localização das lavouras e pelos roteiros que levam ao porto de embarque, assim como pelos interesses dos administradores, produtores e comerciantes do café. [...] Estabelece-se uma dicotomia entre as ferrovias paulistas [...] e as restantes do Brasil... Como regra geral, aquelas estradas que transportam grandes quantidades de café são prósperas e aquelas que transportam pequenas quantidades têm receita líquida baixa ou déficits. (Lanna, 2002: 15)

Neste contexto, a elite nacional controlava a produção agrícola direta, enquanto o capital externo controlava a infraestrutura do comércio exportador, preponderando no capital que detinha ferrovias, portos, armazéns e bancos.

Outro tipo de caminhos de ferro eram aqueles que possuíam um caráter de penetração, cuja motivação econômica somava-se à estratégica. Enquanto as linhas industriais deveriam desenvolver a produção, sobretudo a agrícola, as linhas férreas estratégicas tinham a função de se prolongar até as fronteiras, provendo segurança contra o inimigo externo (D'Oliveira, 1912: 39/40), ou mesmo prevenindo possíveis tentativas separatistas no interior do País (Abreu e Lima Jr, 1914: 7). Frequentemente, os traçados das ferrovias aproveitavam-se de antigos caminhos de penetração, tais como trilhas de índios, veredas de bandeirantes e estradas de tropas.

Apesar dos inúmeros planos de viação cujo objetivo era centralizar e organizar o crescimento dos meios de transporte em geral, nenhum deles foi fielmente cumprido, ocasionando um crescimento dispersivo e pouco integrado.⁴ Além das características geográficas e de uma série de questões políticas,

4 Durante o Império, foram elaborados vários planos de coordenação da viação nacional, nos quais a férrea tinha grande destaque. O primeiro deles foi elaborado pelo Eng. João Ramos de Queirós, em 1874. Neste mesmo ano, surgiu ainda o Plano do Eng. André Rebouças; em 1881, Honório Bicalho apresentou sua contribuição ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Formulado por três engenheiros, o Plano Bulhões foi proposto em 1882. Após a Proclamação da República, nomeou-se uma comissão, que apresentou no ano de 1890 um Plano de Viação Federal; após este, houve ainda alguns projetos parciais. Ressalte-se

sempre muito presentes no momento de organização de uma concessão, contribuiu bastante para esta fragmentação o problema das bitolas.

Bitola é a distância existente entre as faces internas de duas filas de trilhos. A primeira ferrovia brasileira possuía bitola de 1,676m, entretanto não se tratava de um padrão. A utilização desta bitola serviu para descarte de material antigo utilizado na Inglaterra, pois o Parlamento Britânico havia definido, em 1846, que a bitola de 1,435 seria o modelo para aquele país (Setti, 2000: 7). Mais tarde, em 1907, a bitola de 1,435 ficou definida como padrão internacional pela Conferência de Berna, sendo hoje a adotada pela maioria dos países, embora sejam usados números distintos em alguns países europeus (Brina, 1983: 6). No Brasil do século XIX estabeleceu-se uma polêmica entre os “larguistas” e os “estreitistas”, que defendiam a bitola de 1,0m, chamada de “bitola estreita”. Como consequência, em nosso país existem nada menos que cinco diferentes medidas de bitolas, sendo que a preponderante é a bitola estreita.⁵ Esta foi a bitola utilizada pela EFSPRG em toda sua extensão (Centro Industrial do Brasil, 1909: 44). A diversidade de bitolas tornou-se mais um empecilho à integração:

Este erro histórico da diversidade de bitolas, com muitas discussões acadêmicas e nenhum esforço prático para a unificação, como ocorreu na mesma época em outros países, afeta até hoje o sistema ferroviário brasileiro, tirando-lhe considerável poder de competitividade, sobretudo na captação de transportes a maiores distâncias. (Setti, 2000: 7)

No Brasil, o principal ônus da expansão ferroviária acabou por recair sobre a União. Conquanto existissem vários tipos de vantagens possíveis, como vimos acima, cabia ao governo a escolha de um ou mais de um destes meios para cada caso, “[...] tendo em vista o interesse publico, o futuro provavel da empreza, a maior ou menor difficuldade de se levantar capitaes para ela e o pedido da concessão que por ventura lhe fôr feito” (Picanço, 1892: 34).

A CONCESSÃO DA EFSPRG: UM LONGO PERCURSO

Em dezembro de 1835, durante o período da Regência Una de Antônio Feijó, o Decreto n. 101 autorizou o governo a conceder os privilégios para cons-

que nenhum destes planos foi cumprido integralmente (Vianna, 1949: 190/191). Alguns detalhes sobre o Plano de Viação da República encontram-se em Lanna (2002: 23).

5 Citando dados referentes aos anos 1980, Brina coloca a seguinte divisão por bitolas: bitola de 1,60m – 3.444km; bitola de 1,435m – 194km; bitola de 1m – 26.694km; bitola de 0,76m – 202km; bitola de 0,60m – 16km. Total: 30.550km (1983: 7).

trução de um caminho de ferro que ligasse o Sudeste ao Sul.⁶ Esta preocupação, politicamente fundamental, assinalava um interesse estratégico em facilitar a ligação do centro do País com regiões de fronteira.

Contudo, foi apenas no apagar das luzes do Segundo Império, em 20 de dezembro de 1888, que o engenheiro João Teixeira Soares assinou um contrato referente à construção de uma ferrovia com tais características. Este instrumento referia-se ao reconhecimento e estudos de uma estrada de ferro que, partindo de Itararé, em São Paulo, alcançasse Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul. Esta ferrovia viria a ser a EFSPRG.

O nome do engenheiro envolvido não era casual: Teixeira Soares, então com quarenta anos, trabalhara em inúmeros projetos de expansão ferroviária do País e recentemente saíra consagrado da construção da Estrada de Ferro do Paraná em seu trecho entre Paranaguá e Curitiba, tendo entregado o trecho em fevereiro de 1885 (Masteck, s/d: 28). Este lhe rendeu notoriedade e uma comenda concedida pelo Imperador. Possuía excelentes relações com o governo imperial, tendo sido engenheiro da Estrada de Ferro D. Pedro II (atual Central do Brasil), diretor da Estrada de Ferro Cantagalo e um dos construtores da ligação ferroviária do Corcovado. Ao dirigir a proposta da criação de uma estrada do porte da EFSPRG, ligando o Centro do País ao distante Sul, Teixeira Soares emprestava ao projeto o peso de seu nome, que supostamente lhe facilitaria a captação de recursos, sobretudo junto aos países europeus.

Teixeira Soares chefio uma equipe, formada por engenheiros, técnicos, trabalhadores e médico, tendo realizado estudos de campo para a construção da EFSPRG. Publicados em 1889, no formato de *Relatório*, os estudos basearam-se em trabalhos de campo iniciados em 21 de janeiro de 1889, em Itararé, prosseguindo para o sul e atingindo Santa Maria da Boca do Monte em 26 de maio (Soares, 1889: V).

Com relação à região que corresponde à região contestada pelos estados de Santa Catarina e Paraná, o *Relatório* demonstra as extremas dificuldades de transporte e o fraco desenvolvimento da região, que justificariam uma maior atenção do governo. O trânsito era feito por picadões e maus caminhos, que

6 Através do Decreto n. 101 de 31 de dezembro de 1835, em seu artigo 1º: “O governo fica autorizado a conceder a uma ou mais companhias, que fizerem uma Estrada de Ferro da Capital do Rio de Janeiro para as de Minas Geraes, Rio Grande do Sul e Bahia, carta de privilégio exclusivo por espaço de 40 annos para o uso de carros para transporte de generos e de passageiros” (Brasil, 1913: 231). Este decreto representa a primeira tentativa oficial de fomentar a viação ferroviária no Brasil; entretanto não logrou atrair recursos naquele momento. Apenas em 1854, durante o segundo reinado, é que foi inaugurada a primeira ferrovia de nosso país.

estropiavam os animais e dificultavam o transporte das bagagens. Porém seu autor acreditava que

[...] atravessando ella [a ferrovia] em toda a sua extensão a parte de melhor clima do Imperio, corta varias zonas de grande fertilidade que poderiam abrigar em condições de muita prosperidade milhares de imigrantes; podendo-se hoje ter em gráo avançado de progresso uma região abençoada e possuirmos viação indispensavel para attender a necessidades estrategicas as mais imperiosas. (Soares, 1889: VIII / IX)

Resumidamente, os principais argumentos apresentados por Teixeira Soares e sua equipe a favor da construção da EFSPRG foram: 1) o clima, a hidrografia e as condições geográficas da região; 2) a potencialidade desta como polo de atração de imigrantes, possibilitando, dessa maneira, o progresso econômico; 3) a capacidade de geração de lucros através do transporte de passageiros e mercadorias; 4) a necessidade estratégica de uma estrada de ferro que ligasse o Centro do País ao Sul.

Este último argumento será de grande importância. De forma convincente, Teixeira Soares destaca que esta e outras linhas deveriam ser construídas para, dentre diversas tarefas, impedir que outros países povoassem a região, beneficiados pelo sistema hidrográfico existente (1889: 63).

Para finalidade de exposição do *Relatório* e também por finalidades técnicas, neste primeiro momento a EFSPRG foi dividida em três etapas, ou seções. A primeira delas iria do rio Itararé à cidade de Castro, no Paraná; a segunda iria de Castro ao rio Iguaçu (especificamente, Porto da União); e a terceira seção partiria do Iguaçu indo até o rio Uruguai.

Em 1901, o Decreto n. 3.947 modificou esta divisão. A linha-tronco foi definida em Linha Norte, partindo de Ponta Grossa em direção a São Paulo, e Linha Sul, de Ponta Grossa às margens do rio Uruguai, onde se entroncaria com a linha Santa Maria-Rio Uruguai (Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, 1931: 63).

Em 9 de novembro de 1889, através do Decreto n. 10.432, Teixeira Soares recebeu do governo imperial autorização para “construção, uso e gozo” da referida estrada de ferro. No dia 14 de novembro, o engenheiro assinou o contrato com o governo federal (Molitor, 1915). Apenas seis dias após a assinatura do decreto e um dia após a assinatura do contrato, entretanto, caía a Monarquia e com ela o compromisso entre as partes. Não se conhecem os bastidores de tal negociação,

mas o fato é que um persistente Teixeira Soares conseguiu, através do Decreto n. 305, de 7 de abril de 1890, um compromisso com o governo provisório em torno do mesmo objeto. Vejamos mais de perto estes mecanismos legais.

O Decreto n. 10.432 do governo imperial estabelecia uma garantia de juros de 6% durante 30 anos sobre o capital necessário para a construção da linha principal, desde que não excedesse o máximo de 37.000\$000; além disso, fazia cessão gratuita das terras devolutas que se encontravam ao longo das linhas, num total de 30km para cada lado. Esclarecendo os pontos da referida concessão, que se sujeitava ainda à aprovação do Poder Legislativo, seguiam-se cinquenta cláusulas, relativas a diversos aspectos, tais como os direitos da concessão, a organização da Companhia que iria explorar esta ferrovia, especificações técnicas que deveriam ser seguidas em sua construção, a fiscalização, as tarifas cobradas etc. Havia grande preocupação em torno dos prazos concedidos a Teixeira Soares. A empresa deveria ser organizada no máximo em um ano (Cláusula II), e os trabalhos deveriam começar em no máximo sessenta dias após a aprovação dos estudos finais e ser concluídos no máximo em cinco anos (Cláusula IV). As obras não poderiam ser interrompidas; caso o fossem, caducariam os privilégios e as garantias (Cláusula XXXV). Muitos eram os deveres atribuídos à companhia, inclusive o de transportar gratuitamente colonos, imigrantes, além de sementes e plantas enviadas a estes pelo governo, e ainda de malas do correio.

A questão da imigração recebeu destaque no Decreto Imperial. As Cláusulas 39 a 46 organizavam a colonização nas terras servidas por suas linhas férreas. Trata-se de um verdadeiro plano de colonização embutido na concessão da EFSPRG que, se realizado, teria modificado as condições históricas de colonização da zona servida pela ferrovia. Assim, a Companhia deveria estabelecer em terras demarcadas até dez mil famílias de agricultores nacionais e estrangeiros, no prazo máximo de quinze anos. Cada família teria direito a um lote de terras de dez hectares e uma casa construída. Enquanto tivessem seu sustento provido pela estrada de ferro, os colonos trabalhariam 15 dias por mês em seus lotes e os demais dias para a Companhia, mediante um salário acordado entre as partes. As despesas feitas pela empresa com os colonos seriam cobradas em prestações anuais ou semestrais, com uma taxa de 5% ao ano, concedendo-se um título provisório aos chefes de famílias que, com a quitação, seria substituído por um título definitivo. Caberia ainda à Companhia a construção de escolas e igrejas nos núcleos que ultrapassassem trinta ou mais famílias. O governo estabelecia ainda que 15% das famílias poderiam ser nacionais; as outras seriam compostas de imigrantes europeus ou das possessões portuguesas e espanholas que chegassem ao País por conta

própria ou por conta do governo. Nesse sentido, colocava a Cláusula XLIV, o único compromisso do governo seria o de encaminhar os imigrantes para as localidades, onde seriam recebidos pelos agentes dos contratantes.

Por um lado, Teixeira Soares arcava com uma grande responsabilidade, visto que teria que empreender esforços além da própria construção da ferrovia, ao comprometer-se com a colonização de tão vasta região; por outro, assegurava a mão de obra cuja carência já havia constatado ao fazer estudos e explorações na região.

Entretanto, o Decreto republicano n. 305, de 7 de abril de 1890, trouxe modificações à concessão original. Neste, o chefe do governo provisório declarava efetiva a concessão original feita a Teixeira Soares na parte em que aquela dependia da aprovação do Poder Legislativo,⁷ modificadas porém algumas cláusulas. Na Cláusula I, estabelecia-se que o capital garantido seria de trinta contos de réis por quilômetro da referida estrada. A Cláusula III reduzia para 15km de cada lado do eixo o limite da zona máxima de concessão de terrenos.⁸ Os prazos passaram a contar a partir da data de novação do contrato, conforme publicação no *Diário Oficial*. Relativamente às cláusulas que tratavam da colonização dos terrenos próximos à via férrea, a Cláusula IV estabelecia que “ficam de nenhum efeito”.

A partir da assinatura do contrato, houve uma série de dificuldades para a constituição de uma empresa que realizasse a construção da EFSPRG e para a captação de recursos. Estes foram buscados junto a empreendedores europeus. As dificuldades envolveram inclusive a crise econômica brasileira do final do século XIX. Após a constituição de duas outras empresas,⁹ que foram mal-sucedidas, apenas em dezembro de 1892 organizou-se a Sociedade Anônima São Paulo-Rio Grande, à qual foram transferidos a concessão, uso e gozo desta estrada de ferro e ramais através de decreto do ano seguinte (Exposição, 1895: 8/9).¹⁰ O contrato com o Tesouro Nacional foi feito no primeiro semestre de 1893, tendo os banqueiros assumido compromissos de negociação de títulos no valor de cem milhões de francos, em quatro séries. Entretanto, a

7 Ou seja, a concessão da EFSPRG não passou pela aprovação do Poder Legislativo, inexistente naquele momento do governo provisório, que agia discricionariamente a partir de decretos.

8 “Estabelecia o contrato, além de privilégios, a cessão gratuita de terrenos devolutos e nacionais e os compreendidos nas sesmarias e posses, exceto as indenizações que fossem de direito, em uma zona máxima de quinze quilômetros para cada lado das linhas, contanto que a área total não excedesse a que correspondia à média de nove quilômetros para cada lado de extensão total das referidas linhas” (Kroetz, 1985: 75). Esta condição já aparecera anteriormente no contrato celebrado entre Teixeira Soares e o governo imperial em 14 de novembro de 1889 (Molitor, 1915).

9 A Compagnie Chémins de Fer Sud-Ouest Brésiliens e a Companhia União Industrial dos Estados do Brasil.

10 Decreto n. 1386, de 6 de maio de 1893.

seguir o contrato com o governo foi anulado, devido à Revolta da Armada e à Revolução Federalista, e “[...] novas delongas vieram impedir que a companhia se utilizasse dos capitães que lhe eram destinados” (Plaisani, 1908: 144).

Ao que tudo indica, estes capitais só chegaram para a empresa em 1895, configurando a primeira série de debêntures, no valor 25 milhões de francos (EFSPRG, 1900: 7). Com tal numerário, a empresa construiu o primeiro trecho da ferrovia, com 132 quilômetros, entre Rebouças e Ponta Grossa, em direção ao norte, cuja solenidade de inauguração deu-se em 16 de dezembro de 1899 (Plaisani, 1908: 151). Na mesma data, houve ainda a abertura ao tráfego do trecho entre Ponta Grossa e Pirai, em direção ao sul, com a extensão total de 228,660km. Devido às dificuldades enfrentadas, a EFSPRG negociou com a Compagnie Chémins de Fer Sud-Ouest Brésiliens a incorporação por esta de parte da linha principal entre Cruz Alta e o rio Uruguai, ficando portanto a cargo daquela a linha principal, de Itararé ao rio Uruguai, incluindo o ramal de Guarapuava e sub-ramais. A empresa solicitou ainda uma série de alterações de traçado para a linha principal, aprovados pelo governo em 1895 e destacados pela exposição financeira da empresa em 1900.



Inauguração do primeiro trecho da EFSPRG, em dezembro de 1899.

Fonte: ABPF/PR

Partindo de Ponta Grossa, a linha principal foi dividida em Linha Norte, que se direcionava ao estado de São Paulo, e em Linha Sul, dirigida às barrancas do rio Uruguai.

A partir de sua estação central, na cidade de Ponta Grossa, a primeira [a linha de Itararé] toma duas direções opostas, adoptadas para a denominação dos trechos em trafego: linha

norte, no sentido de Itararé, e linha sul, no rumo Uruguai. (Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, 1909: 341)

No rio Uruguai, a linha deveria se entroncar com a *Compagnie Chémins de Fer Sud-Ouest Brésiliens* (Kroetz, 1985: 75), realizando-se os trabalhos de construção pelos dois sentidos.

A partir da análise da documentação, sou levada a acreditar que a Linha Sul não era seriamente considerada como uma possibilidade lucrativa. Enquanto a Linha Norte, sobretudo por sua proximidade com o mais rico estado da República, era vista como potencialmente lucrativa (apesar de todos os seus problemas de traçado), a Linha Sul ia percorrer uma região menos habitada, cujo principal produto de exportação (a erva-mate) sofria a concorrência dos vizinhos platinos. O argumento central, neste caso, sempre foi sua necessidade estratégica:

Devo lembrar que o trecho da União da Victoria ao Rio Uruguay, antes de attingir satisfactorio desenvolvimento, absorverá grande parte da receita dos melhores trechos. Mas a construção desta linha impunha-se pela necessidade de ligar os Estados do Sul, approximando-os da capital da República, e os respectivos trabalhos, por maiores que fossem os sacrificios, não deviam de modo algum ser adiados. (Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, 1909: 346)

O Decreto n. 3.947, de 7 de março de 1901, veio para consolidar diversas cláusulas anteriores, e passou a regular todas as relações da Companhia com o governo. Este decreto confirmou que a Companhia gozaria de privilegio por noventa anos e garantia de juros de 6% em ouro, ao ano, para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro que ligasse Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, além de conectar a capital da República com fronteiras da Argentina e do Paraguai. Confirmou ainda a cessão gratuita de quinze quilômetros para cada lado da linha. O decreto ainda dispunha sobre questões ligadas às negociações e aos pagamentos entre a Companhia e o governo (Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, 1931: 63/65).

A garantia de juros da EFSPRG era efetiva, livre de qualquer imposto, e seria paga a cada semestre, em 30 de junho e 31 de dezembro, durante 30 anos. Os juros de 6% ao ano seriam pagos enquanto durassem as construções, sobre as quantias depositadas pela Companhia junto aos agentes financeiros do Brasil em Londres, a contar das datas dos depósitos. As retiradas de tais depósitos seriam feitas por prestações, conforme as necessidades das construções, através de pedido feito ao Ministério da Agricultura com antecedência de 90 dias. Para o procedimento de retiradas, a empresa deveria comprovar a boa aplicação

das somas anteriormente solicitadas. Após a inauguração do tráfego, os juros seriam pagos através dos comprovantes de receita e despesa. As despesas de construção só seriam pagas até o limite máximo de 30:000\$000 (trinta contos de réis) em ouro por quilômetro (Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, 1931: 61). No momento em que os dividendos ultrapassassem 8%, o excedente deveria ser repartido igualmente entre o governo e a Companhia, cessando tal divisão quando fossem embolsados ao Estado os juros pagos (Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, 1931: 65).

A construção da ferrovia ocorreu de forma lenta nos anos subsequentes.

Os trabalhos apenas receberam amplo incremento a partir da aquisição da concessão da EFSPRG pela Brazil Railway Company (BRC), empresa americana constituída por capital sobretudo europeu. Criada pelo capitalista Percival Farquhar, a empresa abocanhou rapidamente uma ampla gama de concessões e negócios lucrativos em nosso país. Seu objetivo era constituir um amplo complexo ferroviário interconectado no Sul do Brasil, a ser estendido para grande parte da América do Sul (Gremaud, 1992: 126/127). Farquhar operou no Brasil desde 1904, tendo criado a BRC em 1906 como uma empresa *holding*.¹¹ A aquisição da EFSPRG mostrava-se fundamental para o sentido norte-sul de ligação dos caminhos de ferro.

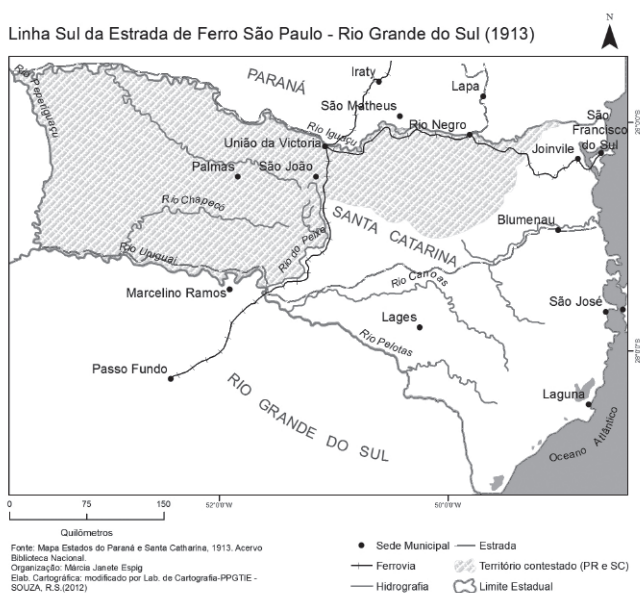
Em pouco tempo, a BRC tornou-se uma potência que ia muito além da construção e controle de ferrovias, juntando-se a este empreendimento empresas colonizadoras, extrativistas, portuárias, imobiliárias e pecuárias. Tratava-se de uma companhia internacionalizada, pois nenhuma de suas empresas estava em solo norte-americano, embora este fosse o fórum para ações e processos legais. Como frisa Lanna (2002: 65), enquanto os negócios estavam fisicamente no Brasil, os investidores lesados estavam na Europa.

O sistema econômico formado pela BRC cobria os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para entendermos a extensão mais tarde atingida pela Companhia, no ano de 1915, um levantamento constatou que os quatro estados mencionados possuíam 57% de seus caminhos de ferro explorados pela BRC. Nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a empresa gozava de um monopólio absoluto, enquanto em São Paulo controlava “apenas” um quarto das ferrovias (Molitor, 1915). Seriam, em todo o Brasil, mais de dez mil quilômetros de linhas, ou 40% do total brasileiro (Topik, 1987: 118). De São Paulo para o Sul, seu controle era praticamente completo.

11 Por definição, uma empresa *holding* controla outras empresas por meio de participação acionária.

Em 1906, a BRC iniciou o processo de aquisição de ações da EFSPRG, que foi completado em 1909. A partir de 1907, o processo de construção da ferrovia sofre um significativo incremento.

Ressalte-se, mesmo que brevemente, o fato de que a BRC e o nome de Farquhar passaram por manifestações nacionalistas de oposição. O amplo poderio econômico, associado ao poder político e às constantes negociatas e práticas corruptoras desempenhadas pelo grupo, geraram questionamentos por uma parcela das elites nacionais.



A CONSTRUÇÃO DA EFSPRG

A despeito de suas inúmeras falhas e defeitos, a construção da Linha Sul da EFSPRG foi uma obra monumental e envolveu um grande volume de mão de obra. Seu estudo aprofundado me faz pensar em uma divisão em três tempos ou fases, bem marcadas entre si. Primeiramente, um momento de dificuldades, no qual a construção, por uma série de motivos, evoluiu muito lentamente. Esta fase vai de 1899 a 1908, e envolve a construção de um trecho relativamente pequeno do tronco principal Sul. A segunda fase inicia-se com a nomeação do engenheiro italiano Aquiles Stenghel para os trabalhos, que começam a evoluir de maneira surpreendentemente rápida. Este é o auge da

construção, com a entrada em cena de milhares de turmeiros, e vai até janeiro de 1910. O terceiro momento é marcado pela diminuição progressiva do número de trabalhadores e sua retirada da região, e encerra-se com a chegada da linha às barrancas do rio Uruguai e com a construção da ponte provisória sobre este (dezembro de 1910). Tratarei a seguir de cada uma destas fases.

A EFSPRG tinha, como peculiaridade, o fato de que era construída em dois sentidos, norte e sul, tendo como ponto central a cidade de Ponta Grossa, no Paraná. Entretanto, o sentido sul ressentia-se de um maior encaminhamento. Em dezembro de 1899, como já destacado, havia sido aberto ao tráfego um trecho entre Ponta Grossa e Piraí, em direção ao sul (Centro Industrial do Brasil, 1909: 44), com a extensão total de 228,660km. Em dezembro de 1903, foi inaugurado outro trecho, entre as estações de Rio Azul e Dorizon, com 38,449km. Abril do ano seguinte foi a data da inauguração da linha férrea entre Dorizon e Paulo Frontin, estações da EFSPRG, com 20,768km. Em 26 de fevereiro de 1905, completou-se a linha entre a Estação de Paulo Frontin e a de União da Vitória, com 49,641km. A ponte provisória sobre o rio Iguaçu, em União da Vitória, foi concluída apenas em novembro de 1906, e a ponte metálica definitiva no ano seguinte, com 425 metros (Silva, 1933: 80/89). Embora os trabalhos não estivessem suspensos, o avanço anual era pífio e nem de perto atendia ao ritmo esperado pelo governo federal. Entre 1906 e 1907, o avanço da linha foi praticamente nulo. Neste período, os trabalhos seguiram de forma bastante irregular. Muitos foram os motivos alegados pela empresa junto ao governo.

O *Relatório* do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas referente a 1906 considerava que, enquanto o trecho de Jaguariahyva a Itararé (Linha Norte) estava bem adiantado, o segmento de Porto União a Taquaral Liso não avançava com muita presteza, devido à necessidade de uma revisão geral do traçado primitivo e também em consequência das dificuldades da topografia da zona (Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, 1907: 575). No ano seguinte, o governo federal já se mostrava mais crítico em relação aos atrasos da Linha Sul, pois a Companhia suspendera os trabalhos sob a alegação da necessidade de modificações técnicas do traçado, sem haver, contudo, justificado esta necessidade.

Assim, em dezembro de 1907, o governo celebrou com a Companhia um acordo no qual se estipulava que as obras deveriam estar concluídas em três anos:

O contracto da Estrada de Ferro São Paulo ao Rio Grande foi devidamente alterado, de accordo com a companhia, não só com o fim de fixar novos prazos para a conclusão das suas linhas, como tambem para o estabelecimento de

condições que assegurassem o cumprimento dessas obrigações, e de outras relativas à colonização da zona. Ficou, assim, marcado o prazo de tres annos, a terminar em 20 de junho de 1910, para que se ache entregue ao trafego toda a linha, desde Itararé até o rio Uruguay, já trafegada no trecho de Jaguariyva ao Porto União da Victoria. (Mensagem do Presidente da República, 1908: 36/37)

A fiscalização sobre os trabalhos e os gastos passaria a ser mais rigorosa; em contrapartida, o governo se comprometia a atender prontamente os pedidos do capital depositado (Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, 1908: 1011). Esta medida deveria resolver outro dos problemas arrolados pela Companhia, que se referia à dificuldade em levantar em Londres o capital para a construção.

Ao que tudo indica, esta providência teve um efeito positivo, já que após a assinatura do contrato houve melhoras no andamento dos trabalhos no trecho sul, abrindo-se ao tráfego o trecho entre União da Vitória e São João.

Um dos problemas enfrentados pela EFSPRG na construção da Linha Sul era a falta de mão de obra adequada aos trabalhos. A própria noção do que seria adequado incluía preconceitos contra a mão de obra nacional e especialmente contra os trabalhadores do interior contestado, os caboclos. O valor das diárias oferecido aos operários (4\$000 réis) era atraente, se comparado a outros, apesar da dureza dos trabalhos. O serviço não exigia qualificação prévia, mas muita força física e disposição. O trabalho não era apenas pesado, mas também perigoso. A movimentação de terras, muitas vezes, era feita com dinamite. O engenheiro Fry nos dá uma ideia deles:

O movimento de terra era feito “a muque”. Não existiam na obra nem escavadeiras mecânicas nem tratores, o material escavado era transportado em carrinhos de 2 rodas puxado por burros ou em “galeota”¹² empurrado por um ou dois operários. A escavação em rocha era demorada, pois as fendas feitas para pôr os explosivos eram feitas a custa de brocas seguradas por um homem enquanto dois outros camaradas batiam na broca com marrões¹³. (Apud Albuquerque, 1987: 19)

A escassez de mão de obra nos trabalhos de construção da Linha Sul foi um problema crônico desde seus primórdios. O simples oferecimento de salários

12 Palavra de origem italiana: “Carrocim constituído de uma caixa inclinável para carga e descarga, duas rodas e um varal central, e que se usa, puxado a braço, em trabalhos de terraplenagem manual, para transportar o material escavado” (Aurélio Século XXI).

13 “Grande martelo de ferro com que se quebram pedras; marra” (Aurélio Século XXI).

compensadores não parecia suficientemente atraente para que se atingisse o número necessário de turmeiros.

A nova direção assumiu a EFSPRG em 2 de janeiro de 1907. Em junho do mesmo ano, foi assinado um importante decreto que, entre outras questões, recolocava a colonização dos terrenos marginais à ferrovia, condição similar à que continha a concessão de 1889 e que fora expurgada em 1891:

Pela clausula VIII do decreto n. 6.533, de 20 de junho do anno findo, obrigou-se a companhia a promover a colonização das terras marginaes da estrada, o que, sem duvida, será um dos factores mais poderosos para o incremento desta importante via ferrea que atravessa, presentemente, vasta extensão de terras pouco povoadas e quasi incultas, comquanto disponham de riquezas naturaes de bom aproveitamento. (Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, 1908: 983)

Ao final de 1907, a Diretoria da BRC tinha em suas mãos três grandes problemas a resolver, referentes à EFSPRG: a aceleração da construção da Linha Sul, a carência de mão de obra em seus serviços (agravada pelos ataques indígenas em novembro daquele ano) e o compromisso com a colonização da região, determinada pelo Decreto n. 6.533 e detalhada pelo acordo celebrado entre a Companhia e o Ministério em dezembro de 1907. Os três problemas, como se percebe facilmente, estavam relacionados, e a empresa lutou para solucioná-los conjuntamente e da forma menos onerosa possível.

A chave do problema, sem dúvida, era a mão de obra. Algumas estratégias passaram a ser empregadas pela Companhia. Já comentei acima sobre os valores dos salários, considerados atraentes para a época. Havia ainda o deslocamento de trabalhadores da via permanente dos trechos já construídos da ferrovia, motivo de desagrado do engenheiro fiscal. Outra estratégia utilizada, e que rendeu críticas à empresa, foi o desvio de turmeiros da construção do ramal São Francisco da EFSPRG para o tronco principal. A questão era justamente a falta de homens, mas se vislumbrava uma saída:

Tem contribuido muito para esta pouco prospera situação dos trabalhos a falta de trabalhadores com que lucha a companhia. É de se esperar porém que, com a chegada de 2.000 trabalhadores que foram contractados na Europa, as obras progridam com mais actividade. (Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, 1908: 1015)

Estes esperados trabalhadores, caso tenham chegado nesta quantidade numérica, supostamente foram desviados para a linha-tronco.

A absorção de mão de obra para a construção da Linha Sul utilizou mais estratégias para atingir um volume suficiente. Salários, deslocamento irregular dos operários e paralisação dos serviços da São Francisco ainda não eram suficientes para proporcionar a rapidez necessária. Entraram em jogo, portanto, alguns aliciadores de mão de obra, para a mão de obra regional, nacional e de regiões coloniais, e a importação de trabalhadores estrangeiros, tarefa mais complexa, sem dúvida, mas que facilitava a realização do objetivo seguinte da Companhia: a colonização dos terrenos contíguos à ferrovia.

Ressalte-se, neste caso, um forte preconceito contra os trabalhadores nacionais. No início de 1908, os jornais do interior catarinense já comemoravam a aproximação das turmas e o desenvolvimento proporcionado. Festejava-se a possibilidade de colonização via EFSPRG. O papel atribuído ao caboclo morador da região era de contribuir para o progresso, mas não como mão de obra, e sim como produtor:

Ha muita afluencia de trabalhadores para a estrada de ferro; circula muito dinheiro, os lavradores fazem bastante negocio com mantimentos. Se Deus nos ajudar com uma boa colheita, entrará a opulencia nesta vasta região e o pobre sertanejo que até a presente data apenas vegetava, terá todos os recursos necessarios para um melhoramento material e intelectual. (O Trabalho, 3/3/1908)

No caso das colônias implantadas pela EFSPRG já se previa uma utilização prévia dos imigrantes nos trabalhos de construção da ferrovia. O Decreto n. 6.533, de junho de 1907, que definia providências para o povoamento das terras marginais ou próximas da ferrovia estabelecia em seu artigo 11 que

O serviço de localização, inclusive auxilios para o primeiro estabelecimento, correrá a expensas da Companhia, que deverá fornecer aos immigrants recém-chegados ferramentas e sementes, e *proporcionar-lhes, sempre que não houver inconveniente, trabalhos a salario na estrada* ou nas proximidades do lote, afim de se tornar facil a manutenção dos mesmos, fazendo-lhes, quando preciso, adiantamentos em generos alimenticios ou em moeda, até a primeira colheita. (EFSPRG, Decretos e contractos..., 1910: 250) [grifos meus]

Para aqueles que não se encontravam nas propriedades da Companhia, havia o esforço dos aliciadores de mão de obra que percorriam a região colonial

paranaense em busca de braços. Wanke (1993: 116) destaca este recrutamento junto às colônias. Alguns imigrantes levavam em conta a sazonalidade dos produtos agrícolas, trabalhando em tarefas remuneradas durante a entressafra e retornando à propriedade (onde deixavam a família) no momento das lides do campo. Os trabalhos de construção da EFSPRG afiguravam-se como um meio de ganho alternativo, com o qual se podia contar mesmo em tempos de má colheita.

Todas estas estratégias utilizadas pela EFSPRG para a obtenção de mão de obra alcançaram um resultado bastante rápido, segundo a documentação. Nos primeiros meses de 1908, teria havido um incremento de cinco mil trabalhadores (Sengès, 20 de abril de 1908). Informação semelhante sobressai do *Relatório* do Ministério referente a 1908, que comemora a melhoria da situação da Linha Sul e o volume do pessoal:

Removidas as causas que ocasionaram grande atraso aos trabalhos neste trecho, é justo mencionar a sua melhor situação geral, satisfactoria sobre todos os pontos de vista, si se attender ao curto prazo decorrente desde a nova organização. O pessoal, que difficilmente se obtinha até Novembro, cresceu avultadamente, a ponto de exceder de 5.000 pessoas. (Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, 1909: 352)

Um jornal do interior, comemorando a aproximação da ferrovia, destaca a presença de “Um exercito de 4.800 homens, entre eles, qual torre de Babilônia, todas as linguas, todas as cores e raças” (O Trabalho, 18/8/1908). O andamento da construção demonstra numericamente um bom avanço durante o ano de 1908. Tudo isso sugere um grande aumento da quantidade de trabalhadores, que, acredito, deve se aproximar do número mencionado:

Tabela 2 – Extensão (totais em quilômetros) Itararé ao Uruguai e ramais.

Ano	Em tráfego	Em construção
1906	416,852	345,220
1907	416,852	445,960
1908	567,663	313,524
1909	619,325	263,962
1910	883,131	----
1911	883,131	102,500
1912	883,131	102,500
1913	883,205	60,000

1914	883,205	60,000
1915	883,206	----
1916	883,206	----

Fonte: Estatísticas das Estradas de Ferro da União e das fiscalizadas pela União relativas aos anos de 1906 e 1916. Organizada pela autora.

Porém, aos poucos, ficou claro para a Companhia que captar a mão de obra não era sinônimo de mantê-la. Muitos trabalhadores se evadiram da construção, por variados motivos, mas, sobretudo, devido ao não cumprimento das promessas salariais, maus tratos impingidos ou péssimas condições de vida na região. O movimento de fuga, para alguns, teve início logo após sua chegada ao local dos trabalhos, e envolvia apelos às autoridades:

Os colonos contractados na Europa pela EFSPRG e que já estiveram em serviço naquella via-ferrea, começaram de abandonar o trabalho vindo para esta capital, em virtude de não ter a direcção da companhia, segundo declaram, cumprido com as clausulas contractadas. Na hospedaria de immigrants aqui, acham-se grandes turmas daquelles colonos que solicitam providencias para voltar á patria. O sr. consul austriaco foi até ao Porto da União da Victoria entender-se a respeito com a direcção da companhia. (Diário da Tarde, 4/5/1908)

Aos poucos, este quadro passou a repetir-se tragicamente, em vários casos narrados pelos jornais paranaenses. A fuga de trabalhadores foi um problema enfrentado pelo novo engenheiro chefe da construção: o italiano Aquiles Stenghel.

Quando Stenghel assumiu seu posto, em novembro de 1908, a Linha Sul possuía em tráfego cerca de 266km entre Ponta Grossa e União da Vitória e apenas 52km entre União da Vitória e São João. Havia um pequeno avanço da linha rumo a Calmon, porém não concluído. Era necessário percorrer ainda todo o Vale do Rio do Peixe, até alcançar as barrancas do rio Uruguai. O sistema de trabalho vigente durante a primeira fase da construção da Linha Sul precisou ser revisto, já que seu funcionamento mostrava-se ineficiente. Stenghel diminuiu o tamanho das empreitadas e aumentou o número de taifeiros.¹⁴ Isso proporcionou não apenas uma rapidez maior, mas também uma subtração do poder acumulado nestas figuras, concentrando-o em si próprio. Implementou

¹⁴ Os “taifeiros”, também conhecidos como “tarefeiros”, eram pequenos empreiteiros encarregados de comandar equipes de trabalho e que recebiam por tarefa concluída. Trabalhavam sobre trechos relativamente pequenos da ferrovia.

ainda uma revisão do traçado, que passou pela aprovação da alta direção da Companhia.

Outras providências tomadas pelo engenheiro italiano dirigiam-se mais propriamente ao dia a dia dos trabalhos. Uma delas se referia ao serviço de higiene e cuidados médicos; houve uma reestruturação dos serviços sanitários e uma maior infraestrutura de atendimento aos trabalhadores.

Segundo boa parte dos periódicos e da bibliografia, as providências práticas tomadas por Stenghel após novembro de 1908 teriam sido responsáveis pela captação de grande volume de mão de obra. Com certeza, o número de trabalhadores cresceu bastante após o início da administração do engenheiro italiano. A maior parte dos autores que trata da construção da estrada ou do Movimento do Contestado acredita em números entre 8 e 10 mil turmeiros. Acredito que o número máximo tenha se aproximado dos 7 mil operários em atividade.

Uma questão importante refere-se à origem dos turmeiros agregados ao trabalho durante a segunda fase da construção. As referências com as quais conto sugerem que Stenghel prosseguiu com uma política de absorção de mão de obra semelhante à que descrevi para a primeira fase, ou seja, trabalhadores nacionais do centro do País e da Região Sul e estrangeiros diretamente importados para os trabalhos ou aliciados nas colônias paranaenses. A diferença em relação à primeira fase é que os trabalhadores evadiram-se em número muito menor, o que me leva a supor que a reorganização empreendida pelo engenheiro teve de fato resultados positivos sobre os turmeiros.

Contudo, para esta fase as referências feitas em periódicos ao recrutamento de trabalhadores para a construção da Linha Sul são mais escassas do que na primeira fase. Durante a segunda fase da construção e durante a administração Stenghel, diminuíram as referências na documentação à importação direta de imigrantes para os trabalhos. Acredito que nesta fase tenha se ampliado a busca por trabalhadores nacionais e por estrangeiros já localizados nas colônias existentes.

Em 1909, o secretário de Obras Públicas e Colonização queixava-se da falta de critérios na escolha de imigrantes, já que estavam chegando ao estado pessoas não ligadas à lavouragem do solo e que pretendiam apenas aproveitar as vantagens oferecidas pelo serviço de imigração, largando-as logo após em busca de outras atividades. Durante 1910, assinalou-se uma forte praga de gafanhotos em algumas colônias, além do desconhecimento dos recém-chegados sobre

as culturas nacionais: “Devido a esses atrasos a colonia [de São Matheus] nos ultimos annos nada poude exportar, tendo os colonos procurado a subsistencia em trabalhos fóra da mesma” (Estado do Paraná, 1910: 25).

Em 1911, o Serviço de Povoamento do Paraná ressaltava que muitos colonos recém-chegados aos núcleos coloniais se retiravam devido à facilidade de colocação em trabalhos de construção de estradas de ferro e em extração de madeiras e erva-mate, pois havia grandes serrarias e barbaquás para beneficiamento inicial da erva-mate instaladas ao longo da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Esta oferecia trabalho remunerador com promessas empolgantes de bons salários, desviando os imigrantes dos núcleos coloniais, onde o trabalho rude da lavoura nos primeiros tempos era menos compensador. A empresa contava com aliciadores, que deslocavam braços para aqueles serviços (Relatorio Referente Ao Anno De 1912..., s/d: 5). Foi em novembro daquele ano (1911) que a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, subsidiária da BRC, iniciou suas atividades na região, explorando a madeira e desenvolvendo atividades de beneficiamento e exportação de erva-mate (Tompsonski, 2006: 18/19).

A terceira fase da construção da Linha Sul da EFSPRG foi marcada pela paulatina diminuição do volume de trabalho e do número de homens em serviço. A partir de fevereiro de 1910, decaíram não apenas o número de turmeiros contratados através dos taifeiros, mas também as horas trabalhadas. Neste período, os trabalhos mais duros, de limpeza do terreno, remoção de terras e abertura de caminhos, já se encontravam feitos. Restavam ainda as chamadas “obras de arte”, tais como pontes, bueiros, passagens, túneis etc., que exigiam uma mão de obra mais preparada e experiente. Não foi à toa que o número de trabalhadores diretamente contratados pela Companhia seguiu o ritmo oposto e cresceu bastante entre 1909 e 1910, passando de 475 a 838 homens.

A direção do trabalho continuou nas mãos de Aquiles Stenghel, que o levou até seu ápice. Nesta fase, muitos trechos foram sendo paulatinamente entregues ao tráfego. Até 1º de março de 1910, o tráfego atingia apenas a estação de Presidente Pena; neste dia, foi aberto até a estação de Rio das Pedras, a cerca de 90km daquela. Em 1º de setembro, abriu-se o tráfego até Herval e as estações correspondentes, seguindo-se, em 29 de outubro, a inauguração do trecho entre o Herval e a barranca do rio Pelotas, abrindo-se no mesmo dia o tráfego nas estações de Rio do Peixe, Capinzal e Uruguai. A linha construída entre Presidente Penna e a margem do rio Uruguai perfazia uma extensão de 263,804km, número impressionante especialmente se lembrarmos de que a linha até Presidente Penna havia sido inaugurada em abril de 1909.

Esta fase da construção não foi nada fácil para seu administrador. Além da pressão dos prazos, Stenghel enfrentou uma região bastante acidentada, propensa a acidentes durante os trabalhos. Somaram-se a estes fatores o imponderável problema das chuvas, que assolaram aquela zona em finais de fevereiro e início de março de 1910. Os prejuízos à ferrovia fizeram-se sentir:

Pessoas vindas da linha da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande informaram-nos que os danos produzidos pelas águas alcançaram enormes proporções. Varias pontes não puderam resistir aos choques das enchentes e foram levadas rio abaixo, além disso, tendo sido construída a linha em grande extensão, muito próxima ao rio do Peixe, em cujas margens segue, foi alcançada e em grande trecho destruída. (O Libertador, 09/3/1910)

As chuvas retornaram ainda em julho do mesmo ano, causando novamente estragos:

Tem havido nesses ultimos tempos, devido as abundantes chuvas, alguns desastres na Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, em construção nessa zona, motivando barreiros que desmoronam sobre a obra e descarrilhando a noite trens. (Vanguarda, 1/7/1910)

É de se supor que a conclusão dos trabalhos poderia ter ocorrido mais cedo, caso não tivessem ocorrido estas chuvas torrenciais. A imprensa previa a conclusão para agosto de 1910. De qualquer maneira, a chegada da linha às barrancas do rio Uruguai, em 29 de outubro, representou um grande feito, “[...] ficando o Estado do Rio Grande do Sul em comunicação por via ferrea continua com os de Santa Catharina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espirito Santo” (Mensagem do Presidente da República, 1911: 33). Finalmente, o governo federal poderia contar com uma linha estratégica, supostamente capaz de promover um eficaz deslocamento de tropas desde o centro do País até a região platina. Durante o primeiro trimestre de 1910, esta necessidade afigurava-se como urgente, devido a um estremecimento nas relações diplomáticas entre Brasil e Argentina, temendo-se sua evolução para um conflito armado (Thomé, 1983: 102).

A partir de outubro de 1910, quando o número de turmeiros já caíra bastante, faltavam apenas obras de acabamento ao longo do trecho Presidente Penna-Uruguai e a conclusão da ponte sobre o rio Uruguai. As obras de acabamento incluíam o alargamento de alguns aterros, ainda muito estreitos, a conclusão do

lastreamento da linha, das casas de turma e da linha telegráfica definitiva. Legalmente, a Companhia tinha autorização para montar pontes provisórias, feitas em madeira, e que no prazo de dez anos deveriam ser substituídas por pontes metálicas definitivas (Ministerio da Viação e Obras Publicas, 1911: 251), e esta foi a opção adotada para a importante ponte sobre o Uruguai. Esta tarefa recebeu a mão de obra de 450 a 500 operários, e foi produzida em 70 dias de árduo esforço. Inaugurada em 17 de dezembro de 1910, a ponte provisória permitiu finalmente a ligação direta entre o estado gaúcho e o centro do País. A alta administração da EFSPRG esteve presente ao evento, junto a alguns empregados das estradas, que “[...] assistiram a passagem triumphal da machina inaugural” (Diário da Tarde, 19/12/1910). Chegava-se, finalmente, ao desenlace do antigo sonho do Padre Feijó. Vinte e um anos após a concessão original a Teixeira Soares (que curiosamente não estivera na inauguração), concluía-se a ligação entre o Sul do País e o Centro, a um alto custo econômico e social.



Inauguração da ponte sobre o rio Uruguai. Fonte: ABPF/PR.

O destino destes milhares de turmeiros, dispensados dos trabalhos mais pesados durante 1910, deve ser pensando cuidadosamente. Algumas fontes apontam para possíveis e variáveis caminhos seguidos por estes homens. Existiam muitas opções disponíveis e uma pluralidade de escolhas envolvidas. Embora a historiografia afirme que estes homens permaneceram na região, engrossando o caldo social que desembocou no Movimento do Contestado, seria ingenuidade supor

que a opção de todos tenha sido a mesma. Além disso, o descarte dos turmeiros foi paulatina, após janeiro de 1910, e não imediata, em um momento preciso.

Dentre os possíveis destinos para este contingente humano, inclui-se o deslocamento para o trabalho em outras ferrovias (com destaque para o Ramal São Francisco da EFSPRG, que então necessitava de braços), a simples retirada da região, rumo a novos destinos (possivelmente promovida pela própria empresa, já que estes grupos representavam possíveis posseiros), e a compra ou posse da terra como intrusos na região (sendo esta última uma opção arriscada, devido à ação do Corpo de Segurança da Companhia).

Dentre os milhares de homens dispensados, havia pelo menos uma parte que já tinha direção certa: os imigrantes já localizados que haviam sido aliciados junto às colônias. Estes homens, em sua maioria, haviam deixado terras e plantação, via de regra sob os cuidados de esposa e filhos, para alcançar ganhos razoáveis em um curto espaço de tempo. Seu retorno já era esperado, e em geral estes homens dirigiam-se para colônias (sobretudo paranaenses) cujo acesso era relativamente fácil, através das estradas de ferro e de rodagem. Parece pouco provável que os turmeiros com este perfil tenham permanecido na região do Vale do Rio do Peixe, já que possuíam terras cultivadas e família à sua espera. Infelizmente, não conto com uma estimativa numérica para o volume de homens dentre os turmeiros que se encontrava nesta situação, mas acredito que se tratava de um grupo nada desprezível.

Assim, a participação de antigos trabalhadores da Linha Sul da EFSPRG no movimento do Contestado é uma informação a ser matizada. Através de Pinto Soares, importante cronista militar sobre a Guerra, temos a informação de que foram turmeiros do Ramal São Francisco que acabaram por aderir, devido ao tratamento desleal por parte da Companhia:

Em 1914, por se terem paralisado os trabalhos da Estrada de Ferro de São Francisco, foram dispensados mais de mil empregados, estrangeiros e nacionais, que, em sua grande maioria, pela falta de trabalho, aderiram à revolução! (Soares, 1920: 112)

Este milhar de homens descontentes, “estrangeiros e nacionais”, teria engrossado o conflito devido à falta de alternativas. Porém não podemos afirmar categoricamente que seja o mesmo público que, anos antes, havia trabalhado na construção da Linha Sul da EFSPRG.

LISTA DE FONTES

Jornais

Diário da Tarde, de Curitiba, de 16 de março de 1908 a 31 de dezembro de 1908; 2 de janeiro de 1909 a 31 de dezembro de 1909; 1 de janeiro de 1910 a 31 de dezembro de 1910.

O Libertador, de Campos Novos, de 9 de janeiro de 1910 a 9 de novembro de 1911.

Progresso, de Ponta Grossa, segundo semestre de 1909 e primeiro semestre de 1910.

O Trabalho, de Curitiba, de 21 de novembro de 1907 a 23 de dezembro de 1913.

Vanguarda, de Campos Novos, de 22 de dezembro de 1907 a 15 de abril de 1910.

Demais fontes

ABREU E LIMA JR., Francisco de. *O problema da viação férrea no Brasil*. 1914, datilografado.

ALMEIDA JR, Joaquim. *Methodo de construcção de estradas no Brazil*. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti, 1925. 1º vol.

BRAZIL. Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas. Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro. *Estatistica das Estradas de Ferro da União e das fiscalizadas pela União relativa ao anno de 1907*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

_____. Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas. Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro. *Estatistica das Estradas de Ferro da União e das fiscalizadas pela União relativa ao anno de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

_____. Ministerio da Viação e Obras Publicas. Inspectoria Federal das Estradas. *Estatistica das Estradas de Ferro da União e das fiscalizadas pela União relativa ao anno de 1910*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

_____. Ministerio da Viação e Obras Publicas. Inspectoria Federal das Estradas. *Estatistica das Estradas de Ferro da União e das fiscalizadas pela União relativa ao anno de 1911*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

_____. Ministerio da Viação e Obras Publicas. Inspectoria Federal das Estradas. *Estatistica das Estradas de Ferro da União e das fiscalizadas pela União relativa ao anno de 1912*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

_____. Ministerio da Viação e Obras Publicas. Inspectoria Federal das Estradas. *Estatistica das Estradas de Ferro da União e das fiscalizadas pela União relativa ao anno de 1913*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

_____. Ministerio da Viação e Obras Publicas. Inspectoria Federal das Estradas. *Estatistica das Estradas de Ferro da União e das fiscalizadas pela União relativa ao anno de 1914*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

_____. Ministerio da Viação e Obras Publicas. Inspectoria Federal das Estradas. *Estatistica das Estradas de Ferro da União e das fiscalizadas pela União relativa ao anno de 1915*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

_____. Ministerio da Viação e Obras Publicas. Inspectoria Federal das Estradas. *Estatistica das Estradas de Ferro da União e das fiscalizadas pela União relativa ao anno de 1916*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *O Brasil – Suas riquezas naturaes, suas industrias*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas M. Orosco & Cia, 1909. V. III.

COMPANHIA ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO-RIO GRANDE. *Occupação pela Revolução a 5 de outubro de 1930*. Rio de Janeiro: s/e, 1931.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Annuario Estatistico do Brazil*. 1908-1912. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1917. V. II.

ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO-RIO GRANDE. *Decretos e contractos regulando a construcção, uso e gozo de uma Estrada de Ferro em os estados de São Paulo, Parana, Santa Catharina et Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro [?]: Impressora Paranaense [?], 1910 [?].

D'OLIVEIRA, José Gonçalves. *Traçado das estradas de ferro no Brazil*. 2. ed. São Paulo : Casa Vanorden, 1912.

EFSPRG. *Exposição financeira e technica apresentada aos accionistas em maio de 1900*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1900.

ESTADO DO PARANÁ. Relatório apresentado ao Presidente do Estado pelo Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação em 31/dez./1909. Curityba: Typ. d' "A Republica", 1910.

EXPOSIÇÃO FINANCEIRA E TECHNICA SOBRE A EFSPRG, apresentada pela directoria aos senhores accionistas em maio de 1895. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895.

MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS. *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, Miguel Calmon Du Pin e Almeida no anno de 1907*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

_____. *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, Miguel Calmon Du Pin e Almeida no anno de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

_____. *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, Miguel Calmon Du Pin e Almeida no anno de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS. *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Viação e Obras Publicas, Dr. J. J. Seabra no anno de 1910*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.

MOLITOR, F. E. *Relatório sobre as propriedades da BRC*, submetido a Mr. W. Cameron Forbes. S/L, 20 de setembro de 1915. [dat.]

PAIVA, Alberto Randolpho. *Legislação Ferro-viaria Federal do Brazil*. Leis, decretos, regulamentos, instruções, avisos, portarias e outros actos, desde as primeiras iniciativas até 31 de dezembro de 1921. Rio de Janeiro: s/ed, 1922. V. VI (1889-1890).

PICANÇO, Francisco. *Diccionario de Estradas de Ferro, Sciencias e Artes Accessorias*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & Com., 1891, v. I.

_____. *Diccionario de Estradas de Ferro, Sciencias e Artes Accessorias*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & Com., 1892. V. II.

PLAISANI, Alcebiades Cezar. *Scenario Paranaense*. Descrição Geographica, Politica e Historica do estado do Paraná. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1908.

RELATORIO REFERENTE AO ANNO DE 1912 apresentado ao Sr. Dr. Silvino Vicente de Faria, diretor do Serviço de Povoamento, pelo Eng. Manoel Francisco Ferreira Correia. Curitiba: Oficinas de Artes Gráficas de A. Guimarães & Filho, s/d.

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente da Republica Affonso Augusto Moreira Penna*. Rio de Janeiro: s/ed, 1908.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente da República Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca*. Rio de Janeiro: s/ed, 1911.

SILVA, Cleto da. *Apontamentos históricos de União da Vitória, 1769-1933*. União da Vitória: Ed. do Autor, 1933.

SILVA, Clodomiro Pereira da. *O problema da viação no Brasil*. São Paulo: Typ. Levi, 1910.

SOARES, J. O. Pinto. *Subsídios para a história – O Contestado*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920. V. I.

SOARES, João Teixeira. *Relatório dos Estudos da Estrada de Ferro de São Paulo – Rio Grande*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

Referências

- ALBUQUERQUE, Mário Marcondes. *Contestado: distorções e controvérsias*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.
- AZEVEDO, Fernando de. *Um trem corre para o oeste: estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d.
- BENÉVOLO, Ademar. *Introdução à história ferroviária do Brasil*. Estudo social, político e histórico. Recife: Edições Folha da Tarde, 1953.
- BRINA, Helvécio Lapertosa. *Estradas de ferro: via permanente*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1983.
- CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Contestado: espaço do camponês, tempo da propriedade privada*. Florianópolis: Fundação Boiteux Ed., 2003.
- EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha branca de mãe preta: a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II (1855-1865)*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- ESPIG, Márcia Janete. *Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (1908-1915)*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2011.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio Século XXI*. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GREMAUD, Amaury Patrick. *O Brasil e o fluxo internacional de capitais, 1870-1930 – o caso da Brazil Railway Co*. São Paulo: USP, 1992. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 1992.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- _____. *A Era do Capital (1848-1875)*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- KROETZ, Lando. *As estradas de ferro de Santa Catarina 1910-1960*. Curitiba: UFPR, 1975. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 1975.
- _____. *As estradas de ferro do Paraná (1880-1940)*. São Paulo: USP, 1985. Tese (Doutorado em História Econômica), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade de São Paulo, 1985.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Ferrovias, cidades, trabalhadores (1870-1920)*. São Paulo: USP, 2002. Tese (Livre Docência em História da Arquitetura), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2002.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

MASTECK, Roberto. *O empreendedor Teixeira Soares*. Rebouças: Ed. Helvética, s/d.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. *Cidade e ferrovia: a mitificação do pátio central da RFFSA em PG*. Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Geografia. Centro de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974a.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *La "Guerre Sainte" au Brésil: Le mouvement messianique du "Contestado"*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1957.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social (a guerra sertaneja do Contestado - 1912-1916)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SETTI, João Bosco. História do trem. In: CASTELLO BRANCO, José Eduardo Sabóia; FERREIRA, Ronaldo (eds.). *Tratado de estradas de ferro: material rodante*. Rio de Janeiro: Reflexus Estúdio de produção gráfica, 2000, p. 3-19.

THOMÉ, Nilson. *Trem de ferro: história da ferrovia no Contestado*. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. *"O pessoal da Lumber!" Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910-1929*. Florianópolis: UFSC, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

TOPIK, Steven. *A presença do Estado na Economia Política do Brasil - de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1987.

VALENTINI, Delmir José. *Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na Região do Contestado (1906-1916)*. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: PUCRS, 2009.

VIANNA, Hélio. *História da Viação Brasileira*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1949.

WANKE, Eno Teodoro. *A saga dos imigrantes (de como eles, em busca de felicidade, mudaram de pátria e o que fizeram pelo Brasil)*. Rio de Janeiro: Edições Plaquette, 1993.

A INSTALAÇÃO E A ATUAÇÃO DA LUMBER

Delmir José Valentini¹

O ano de 1910 deixou um rastro de dúvidas, incertezas e expectativas na Região do Contestado. A terceira e definitiva sentença do Supremo Tribunal Federal havia declarado a região disputada entre os Estados de Santa Catarina e Paraná pertencente aos catarinenses, mas, depois de tantas tentativas, pendências litigiosas e pretensões de jurisdição sobre estas terras, seria este o capítulo final de tão longo e dispendioso litígio? Também foi o ano da inauguração da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, cuja construção gerou entusiasmo, principalmente por parte das autoridades², que anunciaram perspectivas de riquezas e progresso, e então seria a Região do Contestado o novo centro de construção de riquezas permanentes para o país?

No ano de 1911, veio a seca da taquara e correram boatos do retorno do Monge João Maria, que teria voltado para aconselhar e anunciar a proximidade de um tempo melhor. Também foi o ano em que a Southern Brazil Lumber & Colonization Company, subsidiária da Brazil Railway Company, iniciou as suas atividades industriais madeireiras na Região do Contestado. A exploração da exuberante riqueza natural da Floresta Ombrófila Mista traria riquezas aos antigos habitantes da região?

1 Professor adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Chapecó/ SC.

2 Através do Decreto n. 6.455, de 16 de abril de 1907, o Ministro Miguel Calmon, da pasta de Indústria, Viação e Obras Públicas (ligada à pasta dos Negócios de Agricultura e Comércio), expediu o Regulamento de Povoamento do Solo Brasileiro. No relatório de 1908, o Ministro interpretava os fins do regulamento, dizendo que era preciso visar especialmente à “introdução de imigrantes agricultores que se proponham estabelecer-se no País, criando centros permanentes de trabalho, de riquezas” (Programa Farquhar).

O Memorial do Ministério Público e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, por ocasião do centenário do início da Guerra do Contestado, promoveram este Seminário Nacional: 100 Anos da Guerra do Contestado, procurando oportunizar “um espaço de debates com a comunidade acadêmica, com membros do Ministério Público e a sociedade em geral, sobre este fato que marcou indelevelmente a história social catarinense e brasileira”. Atendendo ao convite para participar nesta mesa de debates sobre a Ferrovia, madeiras e empreendimentos econômicos na Região do Contestado, apresentamos um texto destacando a instalação e as atividades da Southern Brazil Lumber & Colonization Company na Região do Contestado, que atuou de 1911 até 1940 antes de ser incorporada ao patrimônio nacional e também marcou de forma indelevel a história social e econômica catarinense e brasileira. Marcas que foram percebidas imediatamente pela população sertaneja que vivia na Região do Contestado nas primeiras décadas do século XX.

A construção da ferrovia que cortou as terras contestadas foi destacada pela colega Marcia Espig; abordaremos as atividades madeiras da Southern Brazil Lumber & Colonization Company, que denominaremos apenas de Lumber e que fazia parte do mesmo grupo. A fundamentação deste texto vem de estudos relacionados a pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, através de fontes documentais do arquivo particular de Romário José Borelli com relatórios de atividades, dezenas de comunicações, planos de venda dos lotes rurais das propriedades incorporadas, relações nominativas de terrenos medidos, demarcados e divididos para o requerimento de compra pelos posseiros em terras devolutas, o movimento do escritório em São Francisco, a aquisição de pinhais, a descrição patrimonial de diversas fazendas, a descrição dos quadros de organização dos trabalhadores nas categorias, atribuições e mistérios e um resumo histórico da empresa antes da incorporação. Três livros grandes (40cm x 60cm), relativos a pagamentos da Southern Brazil Lumber & Colonization Company, onde estão nominados os trabalhadores com os respectivos vencimentos, *Unclaimed Hages* – 1910 de registros de ordenados não reclamados, começando em 1914, todos os meses dos anos seguintes até o último registro do início da década de 1940, e centenas de documentos avulsos. No Resumo do Programa Farquhar, onde estão descritas as empresas do grupo, as subsidiárias, as linhas ferroviárias no Brasil e no exterior, os portos, os aspectos administrativos, as projeções e as perspectivas quanto aos investimentos. No Programa Farquhar, foi possível contato com diversos documentos sobre a Brazil Railway Company como a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e as empresas subsidiárias, organizadas com

o propósito de fomentar o desenvolvimento das regiões atravessadas pelas suas linhas. Este Resumo faz parte do acervo do Arquivo Histórico do Rio de Janeiro. Documentos do Arquivo Municipal de Canoinhas. Por último, o Memorial da Southern Brazil Lumber & Colonization Company, publicado em 1933 pelo advogado Marcelino J. Nogueira Júnior, cedido pelo pesquisador Onofre Berton, também disponível no acervo do Apesc (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina) e depoimentos orais.

A SOUTHERN BRAZIL LUMBER & COLONIZATION COMPANY

Através do Decreto n. 7.426, de 27 de maio de 1909, o Presidente da República, Affonso Augusto Moreira Penna, e o Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon du Pin e Almeida, concederam autorização para a Southern Brazil Lumber Company a fim de funcionar na República, com os devidos estatutos apresentados, mediante a condição de cumprir a legislação em vigor. À substituição do nome Southern Brazil Lumber Company para Southern Brazil Lumber & Colonization Company, não são esclarecidos devidamente os motivos, apenas, a partir de 1913, sempre que foi citada em documentos oficiais, aparece o nome Southern Brazil Lumber & Colonization Company ou simplesmente Lumber, como igualmente passaremos a chamar.

Na mudança do nome da Companhia, o acréscimo da palavra *colonização* (*colonization*) ao de *madeira* (*lumber*) parece ter acontecido por razões óbvias, já que grandes áreas de terra foram adquiridas para fins de exploração madeireira e, conseqüentemente, poderiam ser revendidas aos colonos pela mesma empresa sem precisar recorrer a outra subsidiária do mesmo grupo. Fernando Tokarski descreveu quando ocorreu a autorização de funcionamento (já instalada e atuando) ou a simples mudança da denominação da Southern Brazil Lumber & Colonization Company:

Em 4 de abril de 1913, uma procuração substabelecida ao advogado Marcelino José Nogueira Junior, de Curitiba, requeria o legal funcionamento da Southern Brazil Lumber & Colonization Company em Três Barras/SC. A mesma procuração havia sido encaminhada pelo advogado Frank John Egan, radicado em São Paulo, que recebeu em Paris a procuração do Vice-Presidente da Southern Brazil Lumber & Colonization Company, para que requeresse ao Governo brasileiro o legal funcionamento da empresa no Brasil. O documento também determinava que Egan representasse a

empresa em quaisquer outras ações, negócios ou assuntos de interesse da Lumber. (Tokarski, 2002)

Instalada no centro de vastíssimo pinheiral, na margem esquerda do rio Negro, entre os rios São João e Canoinhas, a Lumber começou a ser construída em 1909 e foi concluída no final do ano de 1911. Como em todas as demais subsidiárias da Brazil Railway Company, profissionais experientes foram incumbidos da execução do projeto.

A montagem da grande serraria e a exploração das florestas ficou sob responsabilidade de Hiram Smith, especialista de reconhecida competência e que, pouco tempo antes, instalara serviços similares por conta da Northwestern Railroad Company, empresa da qual F. S. Pearson era o Presidente. Planejada para ser uma empresa com alto grau de mecanização e de grandes rendimentos, as máquinas do gigante “colosso mecânico” vieram dos Estados Unidos, de navio, até o Porto de São Francisco. Deste porto, só foram trazidas até Três Barras no ano de 1910, quando o ramal ferroviário, que entroncava com a São Paulo-Rio Grande, em Porto União, alcançou a localidade de Saltinho do Canivete (Programa Farquhar. Southern Brazil Lumber & Colonization Company, p. 10-11).

As terras onde Hiram Smith dirigiu a instalação da Lumber foram compradas da família de Benvindo Pacheco, que já estava instalada lá desde 1889, e tinha adquirido a área por concessão, como herdeiros de José Teixeira Cordeiro e Lucas Cordeiro: “Essas terras eram uma extensa área inexplorada quando os sertanistas começaram a percorrê-la, e vão denominando acidentes geográficos: Bugre, Pardos, Tigre, Duas Barras, que mais tarde passa a se chamar de Três Barras” (Monte Carlo do Rosário, s/d, p. 6). Três Barras pertencia, pois, à Província do Paraná.

Reginald Lloyd (1913) escreveu que a serraria erigida em Três Barras começou a funcionar em 22 de novembro de 1911 e tinha capacidade para serrar mais de 200 mil pés de madeira por dia. Além da grande madeireira de Três Barras, outras menores foram sendo construídas na região. Enquanto o grande engenho de serrar de Três Barras foi considerado a segunda maior madeireira do mundo, as demais serrarias menores, que foram sendo construídas e que pertenciam ao mesmo grupo, fizeram parte do grande complexo extrativo madeireiro.

O local da instalação da Lumber era apropriado: segundo Lloyd, “560.000 acres de terra, densamente cobertos de pinheirais”. O lucrativo comércio madeireiro já tinha endereço:

Para a madeira, além dos mercados nacionais, há boa procura em Buenos Aires, sem falar na possibilidade de exportação para a Europa. Cálculos baseados sobre resultados já obtidos dão um lucro líquido de 90.000 libras para o ano de 1912 e 160.000 libras para 1913. Os lucros tendem ainda a aumentar com o desenvolvimento do negócio. O Brasil importa grande quantidade de madeira, sem falar que a Argentina e o Uruguai importam dos Estados Unidos mais de 80.000 francos de madeira por ano, fato que mostra que a Southern Brazil Lumber & Colonization Company logo encontrará saída para sua produção. (Lloyd, 1913, p. 240)

Ao descrever a quantidade de terras adquiridas para a construção da madeireira, Maurício Vinhas de Queiroz e Reginald Lloyd divergem quanto a isso. Para Vinhas de Queiroz a Companhia “comprou 180 mil hectares ao sul dos rios Negro e Iguaçu, próximo a Canoinhas, ao preço de 15 mil-réis ao hectare” (Queiroz, 1981, p. 75). Já para Lloyd, a “Southern Brazil Lumber & Colonization Company, de quem a Brazil Railway Company possuía todas as ações (...). Adquiriu uma grande área de 220.000 hectares de terras cobertas de florestas de pinheiros, nas proximidades de Três Barras, na linha do rio Iguaçu, da S. Paulo-Rio Grande, entre União da Vitória e o porto de São Francisco” (Lloyd, 1913, p. 240).

Mesmo havendo divergência da quantidade exata da área de terras onde a Lumber se instalou, existe unanimidade de que se tratava de uma gigante reserva de pinheiros que garantiu a matéria-prima para uma porção de anos. Os registros de contratos de arrendamento de terras para a exploração das araucárias, localizados nos cartórios da região, ilustram que, após o esgotamento das áreas compradas, a empresa partiu para outras, geralmente comprando o direito da retirada da madeira.

Com a abundância de matéria-prima e com o mercado garantido, a Brazil Railway, através da Lumber, investiu nas eficientes tecnologias para a industrialização madeireira, contratou os especialistas nas funções técnicas, e um grande número de imigrantes foi empregado como operários da gigante madeireira. A qualidade era buscada através das experiências e das melhorias constantes, desde a forma mecanizada de se recolher a matéria-prima das matas até o empilhamento e o carregamento do produto. Em 1911, foram construídos fornos de secagem de madeira serrada com bons resultados: “Um problema da maior importância para a madeira do Sul do Brasil, a secagem do pinho do Paraná, foi resolvido depois de importantes experiências” (Lloyd, 1913, p. 220).

A ideia de uma cadeia lucrativa ficou evidente nas descrições de Lloyd (1913), quando afirmou que a “Brazil Railway Company tirará grandes lucros desta empresa com a madeira, sem falar que o transporte da madeira da Lumber de 300 a 1.500km constituirá considerável aumento no tráfego ferroviário” – tudo isso reforça, pois, as ideias constantes no Programa Farquhar; além disso, os lucros emergiriam de várias fontes. Mais do que nunca, tudo foi planejado para funcionar de modo sincronizado.

ESCRITÓRIOS E DEPÓSITOS DA LUMBER NO BRASIL MERIDIONAL

O escritório central da Lumber destacava-se das demais construções na “cidade-empresa norte-americana” por seu porte imponente de vigorosa edificação, construído com paredes duplas, com sistema de aquecimento interno, com luxo e conforto em todas as suas dependências.

Nos dias de pagamento, as longas filas começavam na janelinha de madeira com espessura de duas polegadas e estendiam-se pátio afora. O escritório era o local que abrigava os dirigentes norte-americanos e os demais funcionários administrativos. Do escritório de Três Barras, seguia a papelada e os demais documentos para outros escritórios espalhados pelo País e no exterior. Jucy Varela,³ antigo funcionário do escritório da Lumber, conta que todos os relatórios eram escritos em três línguas: português, inglês e francês (Depoimento de Jucy Varela).

É possível comprovar a veracidade do depoimento, observando-se o relatório da Southern Brazil Lumber & Colonization Company do ano de 1917, onde constam como despesas gerais os custos de administração e os escritórios em Londres, Paris e Nova Iorque, além de São Paulo e Três Barras (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório de Custo e Despesa, ano de 1917, p. 10).

Além de escritórios, existiam também depósitos espalhados no Sul do País e nos países vizinhos, onde eventualmente a madeira, os móveis e o material de reposição eram guardados. Além da sede em Três Barras, no mesmo relatório de 1917 constam escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Paranaguá, Buenos Aires e Montevideú. A maior necessidade de depósitos estava nos portos – porta de entrada, de saída e de muita circulação de mercadorias.

3 Jucy Varela trabalhou no escritório da Lumber. Foi entrevistado em Itapema, Santa Catarina, no ano de 2004, e em Caçador, no ano de 2007.

As propriedades da Empresa no Estado de São Paulo encontravam-se na zona urbana da capital, situadas na avenida Higienópolis, rua da Mooca, rua Marina Crespi e rua Orville Derby, abrangendo a área total de 0,6309 hectares⁴.

A propriedade da avenida Higienópolis, n. 698, era constituída de um terreno de 2.000m² (20m x 100m), onde se achava edificada uma residência de alvenaria de tijolo no centro de terreno, com dois pavimentos e com porão em nível inferior ao da rua; tudo era de bom acabamento, dividido no primeiro pavimento em *hall*, escritório, três salas, copa, cozinha e varanda. No segundo pavimento, havia quatro quartos, varanda, banheiro e depósito. Contava ainda com uma garagem de 22,30m² retirada do corpo da casa.

Na rua da Mooca, estavam os n. 2.182 e 2.214; na rua Marina Crespi, os n. 61 e 77; na rua Orville Derby, o n. 82. Apesar de distintas, estas propriedades achavam-se reunidas em três blocos, destinados à exploração industrial e residencial. Um bloco tinha a área de 2.111,20m², achando-se ali construídos os prédios de n. 2.128 da rua Mooca e os de n. 61 e 67 da rua Marina Crespi, estes destinados à exploração industrial, com uma área de 735m² e 538,20m² de área construída.

No segundo bloco, com área de 676m², encontrava-se uma residência estilo palacete com três pavimentos, abrangendo uma área de 240m². No primeiro pavimento, estavam as salas e os quartos; no segundo, varandas, *hall*, três salas, quartos, banheiro, copa e cozinha; no terceiro pavimento, um amplo sótão. A garagem, construída independente, contava com 36m².

No terceiro bloco, estava a edificação da rua Orville Derby, n. 82, onde, em uma área de 1.522m², se achava uma construção velha, de um só pavimento, forrada e assoalhada, dividida em duas salas, cozinha e quarto, com a área de 61,70m².

Os atuais limites entre Paraná e Santa Catarina não são os mesmos do momento da instalação da Lumber. Três Barras, onde foi instalada a maior madeireira, na época, pertencia ao Paraná. Somente a partir de 1916, depois de um acordo entre os dois Estados, é que Três Barras passou a pertencer a Santa Catarina. Para a descrição do patrimônio da Lumber no Estado do Paraná, optamos por deixar Três Barras junto com as outras serrarias menores, todas no Estado de Santa Catarina. No Paraná, o patrimônio da Lumber montava a

4 A maioria dos dados aqui apresentados foram extraídos do Arquivo Particular de Romário José Borelli (Edital de Concorrência de Venda dos Bens da Lumber publicado no *Diário Oficial* pelo Presidente da Comissão, Sr. Hortêncio de Alcântara Filho).

2.514,207m², distribuídos em três sedes: Guarapuava, com 2.170,7880 hectares; Jaguariaíva, com 343,0250 hectares; e Paranaguá, com 0,2141 hectares.

Guarapuava era a denominação de uma grande propriedade territorial (897 alqueires), distante 36km de Prudentópolis e 56km de Guarapuava. Com área de terra regularmente acidentada, constituía-se de terras de pastagem, razão da construção de uma casa destinada ao encarregado.

Em Jaguariaíva ou também conhecida como Fazenda Barra Mansa, existiam os seguintes lotes e proporções⁵:

Número do lote	Medida de cada lote	Área total
Lotes 28, 29 e 30	480.000m ² cada	1.452.000m ²
Lote 59		744.050m ²
Lote 71		242.000m ²
Lote 78		484.000m ²
Lote 81		508.200m ²
TOTAL GERAL		3.430.250m ²

Na cidade de Paranaguá, havia dois lotes urbanos sob os n. 734 e 735, concedidos pela municipalidade. O lote n. 734 media 28m de largura e 62m de comprimento; localizava-se no Boulevard Serzedelo, esquina com a rua Julio Costa; o lote 735 media 15m de largura e 27m de comprimento e localizava-se na rua Barão de Amazonas.

Além do valioso patrimônio nos Estados do Paraná e São Paulo, em Santa Catarina localizava-se o centro de produção madeireira e de distribuição para vendas no País e no estrangeiro. Além da gigante estrutura de Três Barras, ainda existiam engenhos menores nas localidades de Valões, Paciência e Felipe Schmidt (...) inclusive, lotes urbanos e rurais.

No relatório das operações da Companhia do mês de abril de 1917⁶, aparece a propriedade de Valões com terrenos de Moças, Cruzes, Rio Preto e Escada. Juntos perfaziam uma área de 21.600 alqueires, com a linha ferroviária Porto União-São Francisco, cruzando dentro dessa propriedade em uma extensão de mais de 50km. Segundo o relatório, existia um bilhão de pés de madeira em toras para serrar com uma boa porcentagem de imbuia, de grande

5 A área total dos lotes era constituída, em sua grande parte, por belas pastagens, servida de estradas de rodagem, próxima do ramal de Paranapanema da Rede Viação Paraná-Santa Catarina. Fonte: Arquivo particular de Romário José Borelli.

6 Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. *Relatórios Mensais*, abril de 1917.

valor. Além da boa perspectiva de lucros com a madeira, constava no referido relatório que “o solo é muito fértil, e nas proximidades do rio Iguaçu não há lugar melhor para a locação de uma próspera colônia”. Ficava clara, pois, a intenção da retirada imediata da madeira e da posterior venda das terras para os colonos. A previsão da retirada de toda a madeira estava estimada em vinte anos e os resultados comerciais eram promissores, “devido à excelência da qualidade de pinho e imbuia na propriedade e à grande quantidade dos mesmos, derivaremos um lucro extraordinariamente grande de operações ali” (Relatório da Southern Brazil Lumber & Colonization Company ao Presidente da Brazil Railway Company, abril de 1917).

Dentro dos limites da propriedade de Valões, encontrava-se Escada, uma área de 1.993,6 alqueires que a Lumber comprou diretamente do Dr. Affonso de Camargo, que foi advogado da Companhia e que atendia a todos os negócios de terrenos. Durante a Guerra do Contestado, esta área foi invadida pelos sertanejos, e pertencia ao Estado do Paraná; após o acordo de limites, passou a pertencer a Santa Catarina, e os posseiros “conceberam a ideia de estabelecer uma vila e colônia na nossa boa propriedade”.

A vila, que contava com mais de 500 moradores com muitas casas construídas, passou para a administração da Companhia, que recebeu “100% do preço original, além da direção da vila, e poderemos usá-la à nossa vantagem quando iniciarmos as operações ali”. Consta ainda no relatório a possível dificuldade nas negociações com os “intrusos”, porém a tranquilidade do diretor atesta que: “eu julgo que, quando começarmos a usar esta propriedade e darmos emprego e serviço a esta gente, poderemos mais facilmente manejá-los. Entretanto, esperamos ter muitas dificuldades nesta zona e já estamos nos preparando para tal” (Relatório da Southern Brazil Lumber & Colonization Company ao Presidente da Brazil Railway Company, abril de 1917).

Deve-se observar que a carência de documentação e as vagas referências impedem uma descrição mais detalhada destes empreendimentos menores, ligados a Três Barras. Além da propriedade de Valões e Escada, em proporções, a Fazenda São Roque é a mais expressiva e também foi comprada de Affonso Camargo. Foi possível encontrar os seguintes registros de oito propriedades adquiridas na instalação da Lumber, especificamente entre os anos de 1909 a 1912, embora a grande maioria tenha sido registrada apenas no ano de 1921:

Propriedade	Data de aquisição	Data de registro	Área
Campo das Moças	10/2/1912	21/12/1921	20.525.500 m2

Valões	7/6/1912		295.905.260 m2
Campo da Escada			48.231.212 m2
Bugre	12/2/1910	21/12/1921	20.377.350 m2
Ligeiro	10/2/1910	21/12/1921	20.385.625 m2
Ribeirão	10/2/1910	18/10/1910	20.400.375 m2
Invernada	10/2/1910	21/12/1921	20.403.375 m2
Cordeiros	10/2/1910	21/12/1921	20.399.375 m2
Jesus	10/2/1910	20/12/1921	20.405.950 m2
Rio Preto	27/7/1909		20.347.000 m2
Cruzes	7/7/1909	21/12/1921	15.840.900 m2
TOTAL GERAL		523.221.922 m2	

Fonte: Nogueira Junior, 1933.

Na soma total das 11 propriedades descritas acima, tem-se 523.221.922m² de terra para a exploração industrial e comercial da madeira e, em seguida, para o início da colonização. Todas as propriedades territoriais citadas acima encontravam-se nos municípios de Canoinhas e Porto União. É importante destacar que, além das propriedades territoriais, existiam os escritórios de outros estados e países, os vapores *Porto Velho* e *Três Barras*, e as propriedades: Fazenda São Roque de Calmon, Daniel & Teixeira, Pacheco, Três Barras, Jaguariahya, Barra Grande, Morungava, Paranaguá, Poço Grande e São Francisco (Relatório, 1920).

O epicentro de todo o processo de exploração comercial madeireira e de maior patrimônio da Brazil Railway Company através da subsidiária Lumber localizava-se em Santa Catarina, na região em que hoje está localizado o Município de Três Barras, em uma área que abrangia aproximadamente 200 mil hectares de valioso patrimônio distribuído em construções, em propriedades territoriais com reservas florestais e em instalações industriais. Neste sentido, a Lumber constituiu-se num gigante complexo madeireiro mundial, pois abrangia desde propriedades e estabelecimentos menores no interior de Santa Catarina e do Paraná e escritórios e centros de vendas no Brasil e no exterior.

No relatório das operações da Companhia do mês de abril de 1917, o Diretor Jayme Bishop descreveu detalhadamente as operações de um engenho de serrar ou “serraria B” de Cachoeirinha, no Estado do Paraná, cujas vendas eram feitas conjuntamente com as demais, através do escritório central de Três Barras. Afirmava que a serraria de Cachoeirinha “serra uma média de trinta mil pés diariamente, ou seja, oitocentos mil pés por mês”, fato que confirma as

grandes dimensões do complexo extrativo madeireiro articulado pela Lumber (Relatório, 1917).

Em 17 de março de 1949, foi aberto um edital de concorrência, publicado no *Diário Oficial da União*, colocando à venda o patrimônio da Lumber Incorporada pelo valor de CR\$ 50.000.000,00. Em 22 de setembro de 1950, o *Diário Oficial* publicou proposta de aquisição dos bens da antiga Southern Brazil Lumber & Colonization Company Incorporada. A empresa “Cia. de Madeiras del Alto Paraná” propunha a aquisição da Lumber de Três Barras pelo preço de CR\$ 40.050.000,00, ficando também responsável pelos encargos resultantes da Legislação Trabalhista e referentes ao pessoal e às respectivas indenizações ocorrentes (Arquivo Particular de Romário José Borelli).

Depois de um ano da proposta da empresa adquirente, a escritura ainda não havia sido realizada. A Lumber ficou paralisada um tempo e mais de 400 operários foram dispensados – todos, com menos de dez anos de trabalho na referida empresa. Permaneceram aqueles que tinham mais tempo de serviço, preenchendo os quadros indispensáveis ao funcionamento normal das oficinas e de toda a gigantesca engrenagem.

Seguiu-se um período de muitas reclamações e de ações na Justiça.⁷ A respeito do assunto, uma carta endereçada ao Presidente da República, em 15 de outubro de 1951, propunha a formação de uma Sociedade Anônima com a União, onde os servidores (todos com mais de dez anos de serviço, alguns trabalhando desde o início da sua construção, em 1909) passariam a ser acionistas, transformando em capital-ações os seus direitos de estabilidade (parte do capital-ações seria formada pelas ações ordinárias e parte pelas ações preferenciais). A parte técnica da administração seria eleita entre os servidores e a União teria como representante um diretor com funções de fiscalização geral sobre todas as atividades.

Os servidores relatavam a preocupação com o futuro, os serviços paralisados, a maioria dos operários com parques ou sem nenhum recurso e o maquinário se deteriorando sem funcionamento. Faziam críticas e revelavam “profunda mágoa” quando observavam que os bens dos Estados do Paraná e São Paulo foram vendidos através de edital de concorrência, contudo a empresa que havia comprado tais bens revendeu-os a um preço 300% mais elevado do que o preço da proposta aceita pela Superintendência.

7 Inúmeros processos dessa natureza encontram-se no Arquivo Público Municipal de Canoinhas.

Revelavam também que os novos proprietários da “Fazenda São Roque” (Calmon) estavam embarcando centenas de vagões de madeira serrada, aproveitando a bonança dos mercados compradores e auferindo lucros “ciclóticos”, quando o resultado econômico em Três Barras (serraria, fábrica de caixas, fábrica de esquadrias) apresentava déficits regulares todos os meses (Arquivo particular de Romário José Borelli).

Depois da grande madeireira de Três Barras, localizava-se em Calmon o segundo maior patrimônio em terras catarinenses, que abrangia uma área de cerca de 16.000 alqueires de terra, com reservas florestais estimadas em mais de 300.000 árvores, instalações (serrarias) para industrializar madeiras e desvio ferroviário.

A Fazenda São Roque também foi posta à venda na publicação do Decreto n. 253, de 18 de fevereiro de 1948, e foi adquirida pelas empresas “Pinho e Terras Ltda” e “Indústria Gropp S/A”. Foi adquirida de “porteiras fechadas” pelo preço de Cr\$ 8.550.000,00, e foi escriturada no dia 1º de dezembro de 1950 (Arquivo particular de Romário José Borelli).

Ainda em Santa Catarina, na cidade portuária de São Francisco, junto ao pátio da estação ferroviária, a empresa possuía uma área de 15.515m² e, nas proximidades, outra com 73.204m², perfazendo um total de 88.719m². Neste local, encontrava-se um grande depósito para embarque de madeira, uma casa residencial e uma construção que servia de escritório.

RESULTADOS COMERCIAIS DA LUMBER

Estimativas da quantidade de madeira que a Lumber explorou comercialmente na Região do Contestado, desde a sua instalação até o ano em que foi nacionalizada, dão conta do beneficiamento de milhões de árvores, porém é difícil precisar a quantidade, o destino e os lucros auferidos dessa exploração. Um documento importante (constando o ano, a produção, o custo e o lucro) foi localizado no Arquivo particular de Romário José Borelli e permite análises e conclusões sobre os números apresentados. Os resultados comerciais, que aparecem nos balanços, mostram a contabilidade somente a partir do ano de 1916; ainda, encontra-se no quadro, disposto em ordem pelo ano, pela produção em pés cúbicos, com os custos e com os lucros verificados, segundo os registros nos arquivos disponíveis⁸:

8 Arquivo particular de Romário José Borelli – Relatórios dos trabalhos da Southern Brazil Lumber & Colonization Company (incorporada) encaminhados ao superintendente das Empresas Incorporadas ao

Ano	Produção em pés cúbicos	Custo por mil pés cúbicos	Lucro verificado
1916	31.382.502	41\$131	591:407\$709
1917	32.802.194	46\$297	1.072:652\$296
1918	29.157.703	46\$497	1.703:368\$894
1919	27.808.301	57\$521	1.834:456\$275
1920	27.411.599	63\$674	1.105:742\$002
1921	25.229.401	72\$046	1:524\$695
1922	20.137.601	75\$740	268:138\$101
1923	23.826.242	77\$571	629:631\$529
1924	22.072.132	83\$399	2.095:141\$594
1925	13.851.509	121\$109	1.509:483\$214
1926	4.797.264	154\$587	-
1927	15.528.628	148\$877	-
1928	21.217.752	127\$948	304:212\$384
1929	17.385.199	118\$991	1.219:000\$807
1930	17.130.989	133\$012	-
1931	20.186.021	129\$881	-
1932	19.958.154	112\$868	-
1933	21.637.571	106\$933	355:480\$442
1934	17.998.805	111\$600	590:007\$345
1935	18.689.606	122\$106	344:845\$354
1936	25.679.677	122\$767	1.188:914\$776
1937	27.227.351	124\$223	2.985:224\$608
1938	24.260.129	136\$563	2.188:263\$864
1939	22.887.825	136\$528	326:263\$749

Fonte: Resumo histórico da Companhia Lumber Incorporada. Relatório de trabalhos. Arquivo particular de Romário José Borelli.

A inexistência de registros dos primeiros anos de funcionamento (da conclusão da sua instalação no final do ano de 1911 até 1916 – existe somente a descrição de Lloyd, que aponta lucros ainda nos anos de 1912 e 1913), a própria lógica dos custos elevados e o tempo gasto para a construção de empreendimento de tamanha envergadura em pleno Sertão Catarinense supõem que, neste primeiro período, os lucros não obtiveram tanta expressão, e a fase de

abertura do mercado exterior tenha alcançado êxito a partir de 1916, quando, nos dez anos que se seguiram, a serraria produziu um montante de 598.300m³ de madeira serrada com o consequente lucro de 10.811.546\$309.

Com a serraria estruturada e em pleno funcionamento até o segundo semestre de 1925, esgotaram-se as reservas de pinheirais nativos nas proximidades de Três Barras. Até esta data, a serraria de Três Barras auferiu um lucro de 10.811.546\$309. É importante lembrar que, nesta mesma década (de 1916 até 1926), foram feitos investimentos em estrutura na Fazenda São Roque em Calmon, em engenhos de erva-mate e até mesmo em pequenos engenhos de serrar, como nas localidades de Presidente Penna, Mattos da Costa, Valões e F. Schmidt (Três Barras).

Cabe referir que a necessidade de mudança de toda a maquinaria direcionou a nova etapa de exploração para as margens do rio São João, aumentando significativamente os gastos e a necessidade de se firmar um contrato com a Rede Viação Paraná-Santa Catarina, para poder se utilizar a ferrovia em um desvio entre as proximidades do rio São João e Três Barras; exigia-se, deste modo, uma taxa para reembolso da Rede e o encarregado do desvio e dos trens (Arquivo particular de Romário José Borelli).

A exploração nesta nova área começou nas proximidades do desvio, subindo o rio São João, e o aumento das despesas foi visível na contabilidade por dois anos seguidos, quando, pela primeira vez, aparecem prejuízos, sendo de 1.046:604\$248, no ano de 1926, e de 715:723\$090, em 1927. Cabe ressaltar que os prejuízos destes dois anos seguidos não se devem apenas ao elevado custo da exploração nos primeiros anos, mas também à superprodução de pinho dos anos de 1925 e 1926.

Os altos custos motivaram longos estudos no sentido de encurtar as distâncias, e a solução foi a construção de uma ferrovia particular, ligando o engenho central de Três Barras diretamente com a zona de exploração. Com a mudança, foi possível a exploração dos pinheirais da margem direita do curso superior do rio São João, estendendo-se mais para leste, onde existiam pinheirais de primeira ordem. Voltaram, pois, os lucros em 1928 e 1929, totalizando nestes dois anos 1.523:213\$191 (Arquivo particular de Romário José Borelli).

Nos três anos que se seguiram, novos prejuízos são registrados (1.730:945\$255), com possível conexão nos resultados das demais serrarias e engenhos de erva-mate, porque o mercado crescente de fábrica de caixas no

País consumia cerca de 3 mil vagões de pinho para caixas de laranja por ano, por exemplo. O fato é que, de 1935 até 1939, os lucros foram crescentes, diminuindo apenas no último ano. É necessário referir a mudança das operações para outro setor, o do rio Canoinhas. Em 1939, foi cortado o saldo de pinheiros da Estiva, simultaneamente com os pinheiros do Alto do Canoinhas (Arquivo particular de Romário José Borelli).

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, encerraram-se as exportações da Lumber para a Europa. Os negócios despencaram e a continuidade do conflito mundial com a ocupação da França, onde a Lumber tinha um importante escritório de vendas, foi determinante para o fim das atividades madeireiras do grupo. No ano de 1940, foi assinado pelo governo brasileiro o decreto que nacionalizou a Lumber.

NACIONALIZAÇÃO DA LUMBER

Em 8 de março de 1940, através do Decreto-lei n. 2.073, assinado pelo Presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, e ratificado pelo Decreto-lei n. 2436, de 22 de julho do mesmo ano, a Brazil Railway Company e suas subsidiárias, incluindo a Southern Brazil Lumber & Colonization Company, instalada em Três Barras, foram incorporadas ao patrimônio nacional. Segundo Tokarski (2002), “a dívida deixada pelas empresas era, em valores da época, de Cr\$ 152 milhões e 983 mil”.

Após a incorporação ao patrimônio nacional, o relatório dos quatro anos seguintes apresentou um lucro de Cr\$ 13.344.162,64, resultante da venda de madeira, principalmente para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, no Brasil, e Buenos Aires, na Argentina, lucros que eram reforçados pela venda de laminados e, principalmente, pelas terras descritas como lotes rurais e urbanos em todas as propriedades encampadas.

Nos relatórios da Diretoria, enviados para a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, constam as receitas e as despesas nos períodos após a incorporação. Lá estão registradas as maiores receitas provenientes de lucros obtidos com armazéns em Três Barras, Carijós, Rio da Serra e Calmon, o arrendamento de propriedades em diversos locais, o caminhão, a extração de areia, os produtos vendidos como alcatrão e carvão vegetal, as entradas e contribuições de sócios do cinema de Três Barras, a receita do hospital e da farmácia, os serviços de carpintaria e de marcenaria, os

produtos de destilaria e de petróleo de São Mateus no Paraná e, sem dúvida, as maiores receitas provenientes da venda de madeira, de caixas de madeira, de laminados e de lotes rurais e urbanos.

Entre as despesas, estão os impostos, a fiscalização, os seguros, o combate contra os incêndios, as reservas para a depreciação da madeira, os impostos de indústrias e profissões, as despesas de administração, de transporte, de almoxarifado e de matérias-primas, as comissões de vendas de terra e de madeira, as despesas com pesquisas e, principalmente, os salários de um grande número de trabalhadores, executores das mais variadas tarefas e ofícios. A complexidade pode ser percebida ao se analisar as ações trabalhistas movidas por antigos operários contra a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União.⁹

Depois de nacionalizada ou incorporada, a Lumber ainda atuou por algum tempo, explorando madeira adquirida de particulares. Um levantamento dos contratos feitos com fazendeiros e registrados no Cartório de Paz de Curitiba¹⁰ revela dados dos negócios que envolviam milhões de árvores em áreas de terra onde primeiro era explorada industrialmente a madeira e, depois, as terras comercializadas ou regularizadas as posses.

A partir do início do ano de 1938, aparecem os tratados de escritura pública de arrendamento, assinados pelo procurador da Southern Brazil Lumber & Colonization Company, João Pacheco Sobrinho, da Vila de Três Barras, que percorria a região, comprando o direito de extração de pinho, de imbuia, de cedro e de outras madeiras para a exploração industrial e comercial. Diversas condições eram estabelecidas nos contratos, entre outras, as árvores cortadas deveriam medir 1m acima do solo ao serem derrubadas; além disso, o valor estabelecido era de 3\$000 (três mil réis) cada uma, e seriam marcadas na presença de ambas as partes; ainda, o prazo de retirada ficava estabelecido em dez anos, podendo ser prorrogados por mais dez.

9 Na década de 1950, tramitaram várias ações trabalhistas que se encontram no Arquivo Público de Canoinhas. Em um deles, Victorino Genezio Ferreira e outros cem trabalhadores reclamam indenização e salários devidos, já que não foram efetuados a partir da encampação pelo Ministério da Guerra e todos eram antigos funcionários da extinta Lumber. Em outro processo, Ernesto Oliver Bishop e outros 72 antigos funcionários reclamam gratificações não pagas, definitivamente incorporadas aos salários que vinham sendo pagos há 15 anos. Ainda existem outras que reclamam indenização e salários atrasados, equiparação de salário conforme função exercida, aumento de salário, alegação de demissão em situação de estabilidade, entre outros.

10 Arquivo do Cartório de Paz de Curitiba (na época, município de ampla abrangência na região, inclusive de grande parte das terras da Lumber; deste município se desmembraram, mais tarde, Porto União, Caçador e Campos Novos), com registros de Hercílio Moreira da Silva, que foi oficial do Cartório de Títulos e Documentos de 1911 a 1951.

Ao assinarem os documentos do arrendamento, o procurador também reservava o direito da Lumber de ainda construir linhas, caminhos, estradas de rodagem, de vias férreas, sem condições de indenizar se isso causasse qualquer dano ao terreno. Podia também tirar lenha, nó de pinho e dormentes do terreno arrendado e, ainda, o direito de sublocar a quem lhe conviesse, pois o direito do contrato continuava valendo, mesmo em caso de transmissão do terreno por qualquer título (Cartório de Curitibaanos, Escritura para a Extração de Madeira).

Na Vila de Lebon Régis, distrito da Comarca de Curitibaanos, no ano de 1942, foram registrados contratos para o custeio de legislação de posse entre a Lumber Incorporada (através do procurador João Pacheco Sobrinho) e ocupantes de fazendas localizadas nas redondezas da referida Vila, na época, pertencentes ao Município de Curitibaanos.¹¹

Os contratos de custeio de legislação de posse tinham por objetivo a legalização das terras com a emissão dos títulos definitivos aos ocupantes, custeados pela Lumber, que, em contrapartida, exploraria as madeiras existentes na propriedade. Várias cláusulas e condições eram lavradas nos contratos, entre outras, as mais significantes: a Lumber provia o custeio “de todos os serviços e trabalhos judiciais e extrajudiciais concernentes à legislação das ditas áreas situadas” nos mencionados lugares, inclusive os advogados para os serviços profissionais, até “o custeio de quanto o mais for necessário para que sejam levados até seus ulteriores termos o respectivo processo de concessão e consequente extração dos títulos definitivos que invistam os outorgantes do direito de propriedade aquelas glebas de suas posses”.

Os ocupantes das terras (outorgantes) “se obrigam a entregar ou fornecer à Lumber (outorgada) documentos, dados, rol de testemunhas, com as quais se possam esclarecer e comprovar as áreas a serem adquiridas do Estado, segundo considerem suas posses”. Com a emissão do título definitivo concedido aos outorgantes sobre as áreas de posse, as despesas e os emolumentos devidos já estarão pagos e “procederá, em seguida, a conta para a verificação da cota que caberá a cada um dos outorgantes”. Este rateio incluía todas as despesas dos respectivos autos de legitimação, desde “advogados e outras despesas” (Cartório de Lebon Régis, Escritura de Contrato para Custeio de Legislação e Posse).

“O rateio” das despesas era estabelecido na cláusula quarta, em que o “reembolso” da Lumber era garantido através de levantamento feito por “pessoas

11 Cópias de documentos de cartórios pertencentes ao pesquisador José Roberto Zenedo de Florianópolis, onde constam cinco contratos para custeio de legislação e posse, escrituras de arrendamento e escrituras de compra e venda de glebas de terra, todas de áreas próximas a Lebon Régis, Comarca de Curitibaanos.

de confiança” que procediam à contagem de árvores de “pinho, imbuías, cedros e outras essências que convenham” na gleba titulada. Quando o número de árvores existentes na gleba não fosse suficiente para cobrir as despesas previstas no contrato, os outorgantes deveriam saldar as dívidas “em moeda corrente, dentro de 90 dias, contados da data do serviço, por carta, que lhe for dirigida” pela Lumber. Em caso de saldo credor, o contrato estabelecia que a Lumber, no mesmo prazo, pagaria os valores conforme previsto no contrato. Os prazos para a retirada das árvores de cada gleba titulada eram de dez anos, contados da data da transcrição do título de domínio expedido pelo Governo do Estado, “correspondente a cada área, no Cartório do Registro de Imóveis, da Comarca de sua situação, podendo ser prorrogado pelo tempo que convir à outorgada (Lumber Incorporada), mediante aviso desta, por carta, aos outorgantes” (Cartório de Lebon Régis, Escritura de Contrato para Custeio de Legislação e Posse).

Ainda, a Lumber Incorporada estabelecia uma cláusula, reservando-se o direito de construir “arranchamentos provisórios para seus trabalhadores, assim como carreadores, caminhos ou estradas de rodagem ou de ferro e por eles transitar livremente sem que os outorgantes possam opor qualquer embaraço a esses atos e serviços ou obter qualquer indenização por eles, além do preço”. O tabelião procedia à leitura diante das partes e de testemunhas que “reciprocamente aceitavam e assinavam”.

Pelos registros existentes encontrados nos cartórios da região, foi possível destacar os contratos de arrendamento para retirar madeiras de terras já tituladas ou mesmo contratos para o custeio de legislação com a garantia da retirada das madeiras após a tramitação do processo de legalização das posses. A respeito disso, alguns chamam a atenção pela quantidade de terra e pela localização. Em dez contratos registrados no Cartório de Curitiba, na década entre 1942 e 1952, a soma total das áreas contratadas pela Lumber Incorporada, para a retirada da madeira, perfaz a quantia de 21.558.230,43 (vinte e um milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, duzentos e trinta metros e quarenta e três decímetros quadrados de terra).

As imensas áreas de terra que envolviam os contratos de arrendamento para a retirada da madeira ficavam nas localidades denominadas Caçadorzinho, Timbó, Santa Maria, São Sebastião, Serra do Espigão e, principalmente, no distrito de Caraguatá. Qualquer cálculo para precisar a quantidade de madeira retirada destas terras fica vago, pelas peculiaridades de cada mata, pela sua maior ou menor densidade e pela incidência de araucárias ou de outras essências industrializáveis. Uma ideia vaga pode ser extraída ao se analisar um

único contrato, assinado em 1944, entre uma madeireira da região e a Lumber Incorporada: já haviam sido retiradas milhares de árvores no diâmetro exigido pela Lumber, porém o contrato ainda indicava que restava uma soma de mais de 80 mil árvores para serem retiradas e industrializadas (Cartório de Curitiba, Escritura para Extração de Madeira).

A EXPLORAÇÃO MADEIREIRA DA LUMBER COMPANY INCORPORADA

A História da exploração madeireira em Santa Catarina mantém estreita relação com a História da Lumber e da colonização, sendo possível algumas inferências quanto ao período em que a empresa atuou nas terras contestadas. Entre 1900 e 1910, observa-se uma atividade crescente, passando de 189:094\$210 para 626:402\$911. Neste período, aproximadamente, 3% da receita catarinense advinham da madeira (Almeida, 1979).

Com a instalação da Lumber, é grande o aumento da produção e da exportação, elevando os índices, com algumas variáveis em determinados momentos (diminuiu durante a Primeira Guerra Mundial e no contexto da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929), sendo possível reconhecer a expansão e a importância econômica nos anos que antecedem à sua nacionalização, chegando, a partir de 1932, a um crescimento vertiginoso. Os índices do período (1910 a 1930) elevam-se, pois, a mais de 8%.

Um importante documento encontrado no Arquivo particular de Romário José Borelli foi escrito pelo contabilista em 25 de março de 1945 e destacava o estoque de madeiras, os problemas com o transporte e, principalmente, a emissão das guias de autorização do Instituto Nacional do Pinho. A situação do estoque de madeira, na época, era a seguinte:

Madeira serrada no estoque	1.200 vagões
Caixas prontas no estoque	18 vagões
Pedidos de caixa a executar	70 vagões
Pedidos de resserrados e beneficiados a executar	43 vagões
Pedidos de madeira bruta em carteira	1.542 vagões
Vagões para madeira bruta requisitados	1.138 vagões
Vagões a requisitar para os pedidos de madeira bruta	404 vagões

Na soma total, eram necessários 4.415 vagões para dar vazão à produção existente até então. Eram necessárias 404 guias para requisitar os vagões necessários para o transporte da madeira dos pedidos em carteira. Recebendo mensalmente 43 guias, das quais pelo menos 8 eram reservadas para os pedidos de madeira de Buenos Aires, somente em abril de 1946 haveria a possibilidade de aceitar novos pedidos de madeira ou de destinar algumas das guias para o beneficiamento com forros, tacos e caixas (Arquivo Particular de Romário José Borelli).

A situação exposta pelo contabilista retratava as reduções sucessivas da quota de produção autorizada pelo INP (Instituto Nacional do Pinho), que impossibilitava a venda da madeira, devido à falta de transporte. Aquele relatava que era possível aumentar a produção para 100 ou mais vagões mensais, contudo, a madeira ficaria no estoque sem possibilidade de ser embarcada, sujeita à deteriorização.

A solução para o caso, apontada no referido documento, era o aumento da cota de produção autorizada, que poderia ser fornecida pelo INP e “resolveria tudo: a situação crítica criada pela alta do custo da produção apressaria o embarque dos pedidos em carteira e daria margem para deixarmos uns vagões mensais para a fábrica de caixas”. Continuava o referido contabilista, afirmando que “nos anos da maior queda dos preços da madeira, o lucro obtido na venda foi, muitas vezes, maior do que o obtido das vendas dos armazéns, da exploração das propriedades”. Após a limitação das cotas, a situação ficou cada vez pior. O descontrole vinha, pois, de diversos fatores, pois a produção boa e barata dependia da qualidade das toras cortadas e do controle das despesas de produção. O preço de venda, vantajoso, estava preso à situação do mercado e à habilidade dos vendedores. O custo da produção e o preço de venda – os dois fatores da economia – ficavam fora do controle (Arquivo particular de Romário José Borelli).

No mesmo documento, há dados interessantes sobre a capacidade produtiva e sobre o aproveitamento da madeireira Lumber, naquele contexto, já incorporada. Assim, a capacidade da serraria de três Barras era superior a 200 vagões de madeira serrada por mês; pelas estatísticas, verificava-se uma produção anual de 3 mil vagões; a média geral superava 200 vagões mensais. Destes dados advém a possibilidade de se calcular, aproximadamente, a quantidade de madeira extraída e beneficiada pela Lumber Incorporada.

Antes do ano de 1939, o INP não restringia as autorizações para o transporte de madeira ou as guias que acompanhavam a carga. Era possível aumentar a produção conforme os pedidos e otimizar as vendas de acordo com os valores de mercado, ou seja, quanto melhor os preços no mercado, maior

a produção. Os custos oscilavam de acordo com a finalidade da coleta e do transporte de toras do mato para a serraria, que representavam a maior parte das despesas de produção. Portanto, era possível acelerar a produção quando o mercado demandava mais produtos e o preço fosse vantajoso.

A partir de 1940, a produção ficou sujeita à quota estabelecida pelo INP, que atribuiu, a princípio, a quantia de 172,3 vagões, sem limitar a produção de madeira de lei, que foi de 25 vagões mensais aproximadamente. Em setembro de 1940, a quota ficou reduzida para 129 vagões, e depois, em março de 1943, a madeira de lei ficou incluída na quota do pinho. Em julho de 1943, veio mais uma redução para 84 vagões. Em setembro de 1944, não houve quota alguma, e, a partir de outubro de 1944, começou a vigorar a quota de 42 vagões. A diretoria da Empresa reduzia o volume da produção de acordo com as imposições do INP; além disso, pleiteou sob diversas justificativas o aumento da quota, todavia, não foi, no entanto, bem-sucedida em relação a isso (Arquivo particular de Romário José Borelli).

A redução da produção para o nível da quota de 42 vagões mensais causou um sensível aumento do custo, e a continuação do regime reduzido das cotas resultava em grandes prejuízos. O movimento da serraria ficou reduzido a 20% da sua capacidade normal de trabalho e a fábrica de caixas chegou à paralisação (Arquivo particular de Romário José Borelli).

Cabe referir que se torna possível entender tal situação, tomando-se os dados da produção a partir de 1936, por custo e por quantidade:

Ano	Produção	Custo por mil pés cúbicos
1936	25.752.377	Cr\$ 122,77
1937	27.227.351	Cr\$ 124,22
1938	24.260.129	Cr\$ 136,56
1939	22.887.825	Cr\$ 136,53
1940	19.600.624	Cr\$ 153,49
1941	18.524.982	Cr\$ 150,51
1942	17.567.781	Cr\$ 198,58
1943	17.029.252	Cr\$ 220,05
1944	13.160.904	Cr\$ 309,93
1945 - janeiro	665.613	Cr\$ 590,93
1945 - fevereiro	488.471	Cr\$ 842,88

Fonte: Resumo histórico da Companhia Lumber Incorporada. Relatório de trabalhos. Arquivo particular de Romário José Borelli.

O custo da madeira no estoque, em 28 de fevereiro de 1945, foi de Cr\$ 311,97 por 1.000 m², que correspondia às seguintes importâncias para a madeira embarcada:

	Pinho	Imbuia	Pinho 4 ^a
Vagão em Três Barras	315,00	315,00	125,00
Vagão São Francisco	410,00	490,00	230,00
São Francisco	465,00	545,00	275,00
Rio ou Santos	690,00	805,00	500,00
Recife	915,00	1.030,00	725,00
Vagão Barra Funda	620,00	735,00	425,00

Fonte: Resumo histórico da Companhia Lumber Incorporada. Relatório de trabalhos. Arquivo particular de Romário José Borelli.

Além dos detalhes da produção e dos custos da madeira, os relatórios apontam outras despesas como a comissão dos vendedores, que era de 3%; os impostos de vendas e de consignações, de 1,4% sobre o valor da respectiva fatura; o desconto para o pagamento à vista de 3%; as taxas do INP e outras despesas como a cobrança, as despesas de Administração e de seguros da empresa, e que faziam os preços oscilar entre CR\$ 125.000,00 e CR\$ 130.000,00 mensais. Como continuou em vigor o regime da quota de 43 vagões mensais, o custo do estoque em 30 de junho de 1945 era de CR\$ 365,00, aproximadamente, e, em dezembro de 1945, atingiu CR\$ 425,00.

Dos pedidos, a executar, alguns realizados em anos anteriores, quando o preço do custo da produção era mais baixo, aqueles são destacados com inexistência de lucro e dariam prejuízos caso fossem executados. A insistência, na solução proposta pelo documento, era o aumento dos vagões e o imediato aumento da produção autorizada, que traria a solução do problema, pois, além do “alívio econômico”, não seria necessário cancelar os pedidos já recebidos. Desse modo, o aumento do volume de produção automaticamente reduziria o custo da produção e diminuiria o custo de estocagem.

Caso fosse autorizado o aumento da produção, ainda ficaria pendente o problema da matéria-prima, já previsto e discutido no relatório da Diretoria do ano de 1941. A solução deste último problema passava pela construção de ramais ferroviários e pela instalação de estrutura de funcionamento para toda a empresa. Trilhos deveriam, pois, ser estendidos nos rumos do alto da Serra do Espigão, onde se registrou a existência de cerca de 8 mil árvores nos

terrenos de M. Brandenburgo; 15 mil árvores no Toldo de Cima; eram, desta forma, 23 mil árvores ao todo, que, ao ser destinada uma parte de toras para a fábrica de laminados, dariam cerca de 20 milhões de madeiras serradas. Caso o INP aumentasse a quota de produção autorizada para 85 vagões, ou seja, para 1 milhão mensais, isso representaria mais vinte meses de produção.

Como apontam os documentos, a Lumber Incorporada continuou atuando na exploração madeireira, embora em ritmo cadenciado, diminuindo até parar completamente, quando todo o patrimônio foi vendido. Nos últimos tempos de atuação, a Lumber Incorporada foi diminuindo as atividades, por diversas razões, entre outras, que podemos apontar: a diminuição das florestas intactas de excelente qualidade para a indústria; os altos custos da infraestrutura com extensão dos trilhos para dentro das matas virgens, do mesmo modo que foi feito nas proximidades da cidade-empresa norte-americana de Três Barras; os mercados externos e internos, antes abertos e lucrativos, com uma rede de subsidiárias da Brazil Railway Company, depois de 1939, ficaram sujeitos às circunstâncias da Segunda Guerra Mundial; as limitações impostas pela legislação, que atuou na contenção do avanço predatório sobre a floresta ombrófila mista. Depois do INP, veio o IBDF e, recentemente, o Ibama. Na atualidade, a pauta recorrente dos órgãos governamentais e das incontáveis organizações não governamentais são as questões ambientais.

Depois da Lumber, surgiram outras serrarias em toda a Região do Contestado. Um grande volume de madeira serrada foi industrializado na referida região e escoado, principalmente, para o centro do País. Com efeito, o comércio de madeira dos emergentes centros urbanos do Brasil Meridional foi servido, principalmente, com a madeira das araucárias daquela região.

Em estudo recente, Cláudio R. Silveira (2005) destacou a história da indústria da madeira da Serra Catarinense da década de 1940 até 2005 e registrou a importância desta atividade, entre outras, na construção de Brasília. Mais do que nunca, qualquer abordagem sobre a História do Contestado passa por um estudo aprofundado do contexto vivenciado anteriormente e pela compreensão das transformações que estavam acontecendo na região, mas que alcançavam proporções mundiais. Não há dúvida de que a instalação e a atuação da Lumber (1911 a 1939), da Lumber Incorporada (1940 a 1952), colonizadoras e complexo extrativo na Região do Contestado foram fatores decisivos na deflagração da crise que levou à luta armada.

A EXTINÇÃO DA LUMBER INCORPORADA E A CRIAÇÃO DO CAMPO DE INSTRUÇÕES DO EXÉRCITO

Em virtude da concorrência pública, autorizada pela Lei n. 250, de 18 de fevereiro de 1948, a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional procedeu à alienação dos bens do acervo da Southern Brazil Lumber & Colonization Company, incorporada ao Patrimônio Nacional, a um consórcio de firmas licitantes.

A Lumber foi incorporada ao Patrimônio Nacional pelo Decreto Lei n. 2073, de 8 de março de 1940, e pelo Decreto-lei n. 2436, de 22 de julho do referido ano. O Artigo 6º do Decreto n. 2436 criou uma Comissão de Levantamento e Avaliação, composta por vários membros¹² que, entre outras incumbências, transferiu os bens da Southern Brazil Lumber & Colonization Company para o Ministério da Guerra.

Em julho de 1952, o referido Ministério recebeu dos representantes da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional os bens da extinta Lumber com a seguinte ressalva:

Desses bens deverá ser posteriormente permutado pelo Ministério da Guerra com o Governo do Estado de Santa Catarina, em troca de áreas correspondentes, as seguintes glebas:

a) Corredeira do Cipó, Ilha do Canivete, Canivete Rio da Ponte e Toldo de Cima, glebas essas correspondentes da propriedade denominada “Três Barras”;

b) o remanescente da propriedade territorial de “Valões” (...) inclusive os lotes urbanos e rurais nos povoados de “Valões”, Paciência e Felipe Schmidt, em Santa Catarina. (...) Também se transfere para o Ministério da Guerra, a fim de ser ulteriormente permutado por área correspondente com o Governo do Estado de Santa Catarina, o remanescente da gleba n. 8 (...) situado em São Francisco do Sul, Santa Catarina...” (Arquivo Público de Canoinhas – Reclamação

12 Na reunião realizada na sala da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, no Edifício “A Noite”, na Praça Mauá, n. 7, no Rio de Janeiro, estiveram presentes: André Carrazzoni – Superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional; Cel. Sady Martins Viana – representante do Ministério da Guerra; Marcos Konder Reis – representante do Estado de Santa Catarina; Alberto Dalcanalle – representante dos adquirentes do Acervo da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e ainda os representantes da Comissão de Levantamento e Avaliação do Patrimônio da Lumber: Hortêncio de Alcântara Filho, Ary O’Leary Paes Leme, Álvaro Caldas e Olympio Florez (Arquivo Público de Canoinhas).

Com a encampação por parte do Ministério da Guerra, foi criado o Campo Militar de Instruções Marechal Hermes, de Três Barras. Segundo o documento citado acima, o “Ministério da Guerra, de longa data, vinha pretendendo obter o acervo da Lumber, situado em Três Barras, para nele instalar o aquartelamento das tropas e seções anexas (...) para a formação de um grande campo de manobras” (Arquivo Público de Canoinhas).

Através de um termo de entrega e de recebimento, o representante da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional passou os bens para o representante da Quinta Região Militar, Coronel Nelson Cruz. A relação apresenta 109 páginas, descrevendo minuciosamente os bens que foram passados para a responsabilidade do Exército. Do patrimônio arquitetônico, existem referências ao armazém, ao almoxarifado e à farmácia, “com estoques existentes nos mesmos, importam, respectivamente em CR\$ 497.716,10 (quatrocentos e noventa e sete mil, setecentos e dezesseis cruzeiros e dez centavos)”. A soma segue, acrescentando bens móveis e imóveis até alcançar a quantia de “CR\$ 31.532.516,20 (trinta e um milhões, quinhentos e trinta e dois mil, quinhentos e dezesseis cruzeiros e vinte centavos)”. Corresponde, pois, à soma geral dos referidos bens, agora sob os cuidados do Exército (Revista *Os Pioneiros*, ano 1, n. 1, 1986).

Após décadas de funcionamento como sede do complexo industrial madeireiro e colonizador, ligando Três Barras com outros escritórios em Nova Iorque, Londres, Paris, São Paulo, Rio de Janeiro, Montevidéu e Buenos Aires, de 1952 até hoje, funciona, no mesmo prédio, o comando do Campo de Instrução Marechal Hermes, vinculado ao Exército brasileiro.

A Lumber, com efeito, era parte do passado. Neste sentido, as antigas instalações industriais cederam lugar ao campo das manobras militares. Os operários, por sua vez, na maioria descendentes de imigrantes poloneses, ucranianos e dirigentes ingleses, espalharam-se pela região. Restaram, assim, as memórias e os acontecimentos de quatro décadas da história marcante do gigante complexo madeireiro da Região do Contestado.

13 A transferência dos bens de Três Barras, Felipe Schmidt e São Francisco, situados em Santa Catarina, para o Ministério da Guerra, de acordo com a escolha feita pela 5ª Região Militar, foi autorizada pelo Presidente da República em despacho do dia 22 de agosto de 1952 e publicado no *Diário Oficial* n. 195, de 23 de agosto de 1952, tendo sido assinado, em 2 de setembro, o Termo de Transferência dos bens e, em 11 de setembro, o Termo de Entrega.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A edificação de uma *company town* ou cidade-empresa¹⁴ na Região do Contestado transformou completamente o modo de vida dos antigos moradores da região e provocou profundas mudanças sociais, culturais e principalmente econômicas. A chegada e a atuação de trabalhadores europeus e norte-americanos criaram um novo modo de organização. Os trabalhos passavam pelo crivo atento dos dirigentes (principalmente norte-americanos) que organizaram o seu modo e o seu estilo de trabalho e de vida (*american way of life*), com as instalações industriais, escritório, armazém, escolas, hospital e até cinema.

No ano em que a Lumber começou a funcionar, as comemorações do dia 4 de julho sinalizaram os novos tempos. Sob a bandeira norte-americana desfraldada, autoridades e jornalistas assistiam “aos divertimentos e solenidades com que seria comemorada a data que relembra um dos mais memoráveis fatos da História política do mundo” (*Folha da Tarde*, 1912). A serviço do referido jornal, um repórter viajou no trem que conduziu o engenheiro Quellenec¹⁵ e sua esposa, além de figuras ilustres do cenário político, como Affonso Camargo¹⁶, Vice-Presidente do Estado, Niepce da Silva, Secretário de Obras Públicas, e Edmundo de Oliveira, representando o Ministro da Viação, para participarem das comemorações do dia 4 de julho em Três Barras. Além de descrever a viagem, registros importantes sobre a cidade-empresa norte-americana foram realizados pelo repórter.

Admirado com os festejos, o referido jornalista destacou que “por toda a parte via-se flutuar a bandeira estrelada”. Ao observar a indústria madeireira, frisou que “essas instalações, pela maneira porque foram feitas e pela nação formidável que representam, constituem, incontestavelmente, uma dessas manifestações da atividade norte-americana, a que, certamente, não nos achamos aqui habitual”. Destacou o colosso mecânico e a potência instalada, ao declarar que, “para se ter uma ideia do potencial industrial da serraria, basta dizer que

14 Segundo Charles Gauld, “é aquela que se origina de núcleo urbano construído por empresas de grande porte para viabilizar seus projetos de implantação e desenvolvimento” (Gauld, 2006, p. 204-205). São vários os exemplos de cidades brasileiras que nasceram dessa forma. Por iniciativa de Percival Farquhar, podem ser citadas Porto Velho, no Norte do País, e Três Barras, no Sul, onde foi instalada a Southern Brazil Lumber & Colonization Company.

15 Edouard Quellenec, engenheiro que trabalhou no Canal de Suez, foi nomeado engenheiro-chefe na construção dos molhes no Porto de Rio Grande (Gauld, 2005, p. 236).

16 Mais tarde, dois participantes desta viagem tiveram séria divergência. Niepce da Silva criticou a atuação de Affonso Camargo por seus negócios com a Lumber e a sua condição de advogado “oficial” da Companhia norte-americana. Camargo defendeu-se com um discurso, publicado no *Diário de Curitiba* no dia 21 de fevereiro de 1914, explicando a sua condição de “advogado das Companhias South Brazilian e Lumber Company”, argumentando sobre as suas atividades profissionais.

diariamente são ali serrados cerca de trezentos metros cúbicos de madeira. O serviço é todo feito mecanicamente (*Folha da Tarde*, 1912).

Com o início dos trabalhos da Lumber em Três Barras, a cidade-empresa norte-americana impôs um ritmo de vida bem distinto do período que antecedeu à chegada da Brazil Railway Company à Região do Contestado. Tudo se transformou profundamente, e os novos tempos, anunciados com a chegada do progresso, não possuíam o mesmo significado para os moradores aqui estabelecidos de longa data.

Segundo a *Folha da Tarde* de Curitiba, em sua edição de 1912, existiam, trabalhando nas instalações madeireiras de Três Barras, cerca de 800 trabalhadores, e o salário médio era de \$ 8.000. Outro jornal, já no final da era Lumber, na Região do Contestado, apresenta números diversos:

Na época em que realizava as suas instalações, sem excluir as linhas férreas de penetração nas florestas, a Lumber tinha a seu serviço 2.000 operários, número que, como era natural, foi decrescendo até reduzir-se ao de que ela hoje efetivamente precisa, mas que ainda orça por 600 ou 700, circunstâncias que, por si só, a coloca em primeiro plano no rol das indústrias do nosso Planalto (O Comércio, 1936).

Os livros de registro de funcionários apontam que no ano de 1912 aproximadamente 400 funcionários já trabalhavam na madeireira de Três Barras, aumentando para 655 em 1915. Existem registros que confirmam que a serraria de Três Barras ficou parada entre agosto de 1914 e junho de 1915. A crise foi contornada com grandes vendas para a Argentina, no ano de 1916, segundo Diacon, de US\$ 166.500 (Diacon, 2002, p. 51).

Para manter a ordem e o trabalho neste ambiente de grupos étnicos tão diversificado, a companhia mantinha um grupo de seguranças que “apaziguava” sob o comando dos dirigentes. Em 1912, traços da disciplina na cidade-empresa norte-americana foram elencados no jornal: “O local é muito bem policiado, graças à energia férrea do Sr. Ira Smith, que não só mantém um pessoal destinado exclusivamente ao policiamento como também não consente a venda de aguardentes e outras bebidas ordinárias” (*Folha da Tarde*, 1912). O corpo de segurança da Lumber conseguiu rechaçar o ataque dos caboclos rebeldes à grande serraria de Três Barras em setembro de 1914.

Mudando o foco da narrativa para o lado oposto dos protagonistas da Lumber, encontramos os moradores que viviam na Região do Contestado no

contexto da instalação da Lumber e o início da crise que levou à luta armada. No ano de 1911, os sertanejos enfrentaram a seca da taquara, mas os fatores externos foram decisivos, pois neste mesmo ano a ferrovia São Paulo-Rio Grande já havia iniciado o tráfego, e o processo de colonização ganhou impulso quando o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, expediu o título de revalidação de concessão para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande dos seguintes locais: área de 371.908.795m² na Colônia Rio Uruguai; área de 40.399 hectares e 5.495m² no Lageado Leãozinho, também próximo de Cruzeiro, mais tarde Limeira e hoje Joaçaba; na Colônia Rio Capinzal, a Companhia São Paulo-Rio Grande já havia iniciado a divisão dos lotes e a localização dos imigrantes (Silva, 1983, p. 80).

Subindo o Vale do Rio do Peixe, no Meio-Oeste Catarinense, nas áreas amplas que abrangiam terras dos atuais municípios catarinenses de Videira e Caçador, estabeleceram-se, também, colônias e fazendas, como Bom Retiro, que depois se subdividiu em várias glebas. É interessante frisar que nesta área foi o Estado de Santa Catarina, através da Diretoria de Viação, Terras e Obras Públicas, que expediu o Termo de Reconhecimento de Direito e Aprovação de Medições das Terras Devolutas, como na área de 28.405 hectares e 9.103m² de terras devolutas nos lugares de Rio Caçador, Rio das Antas e Rio das Pedras (Silva, 1983, p. 81).

Não foi coincidência, no mesmo ano de 1911, também ocorrerem os primeiros despejos de antigos moradores da Região do Contestado, expulsos das proximidades da ferrovia, cujas terras agora pertenciam à Brazil Railway Company (Vinhas de Queiroz, 1981). Era gente que há quase um século povoara esses campos devolutos e de repente foi surpreendida com a notícia da venda ou do arrendamento a terceiros, que, armados do título de propriedade, não tardam a procurar desalojá-los como intrusos (Jornal *A Tribuna* – Curitiba, 5/11/1914).

A atuação da Lumber abriu espaço para os colonos que desembarcaram ao longo das estações da ferrovia São Paulo-Rio Grande e se internaram nas terras novas para o cultivo de cereais e para a criação de animais – isso provocou a ira dos caboclos, que partiram para a desforra. Os desentendimentos com os antigos moradores da região e os ataques às estações, à madeireira e à colônia de imigrantes da Lumber são reconhecidos a partir de três episódios cruciais do conflito, gerados pela atuação da Brazil Railway Company. No dia 6 de setembro de 1914, o alvo dos sertanejos rebeldes foi a própria Lumber, quando a Estação de Calmon foi queimada. A filial da madeireira norte-americana foi alvo de saque e depois incêndio. Herculano D'Assumpção registrou que, na

porta de uma venda, escrito a lápis, ficou um bilhete onde os sertanejos reclamavam do Governo que “toca os filhos brasileiros dos terreno que pertence à Nação e vende para o estrangeiro (...) Nois não tem direito de terras tudo é para as gentes da Oropa” (D’Assumpção, 1917, p. 245).

Os ataques às estações ferroviárias da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, o incêndio da madeireira de Calmon e o ataque aos colonos instalados pela Lumber levaram o Diretor da Companhia a exigir do Governo brasileiro garantias individuais e também para as propriedades. Dessa forma, não tardou a chegada de um terço do Exército republicano brasileiro (Bernardet, 1979, p. 113) com atuação ostensiva e até com o uso de aeroplanos para combater os sertanejos revoltados. Os gastos com a guerra foram astronômicos, e isso provocou um genocídio com a morte de, aproximadamente, 8 mil brasileiros, em sua grande maioria, caboclos pobres que viviam na Região do Contestado.

As concessões feitas para a Brazil Railway Company, que também obteve o direito de explorar as terras compreendidas na faixa de 15km de cada lado da ferrovia, justificavam a desapropriação de moradores estabelecidos nestas terras desde tempos remotos (Gauld, 2005, p. 354). A extração industrial madeireira e os problemas gerados com o fim das obras de assentamento dos trilhos somaram-se ao fanatismo religioso e ao profundo descontentamento dos caboclos devido à alteração de seu sistema de vida e são fundamentais no desencadeamento da Guerra do Contestado (1912-1916). Uma somatória de fatores levou à crise que resultou na luta armada.

O desbaratamento total das cidades santas, o final da Guerra do Contestado, o cerco para impedir novos ajuntamentos e a assinatura do acordo entre Santa Catarina e Paraná no dia 20 de outubro de 1916, que determinou os limites para jurisdição de cada estado litigante, colocou colonos e caboclos no mesmo chão, com forte atuação das companhias colonizadoras na instalação dos núcleos coloniais e no acesso à terra por meio de pagamentos e de legalizações de propriedades em cartórios públicos.

Com efeito, a trajetória da Lumber está diretamente ligada ao processo de industrialização e de urbanização da sociedade brasileira. Neste sentido, a demanda por madeira exerceu forte pressão sobre a floresta das coníferas; grande parte da madeira destinada à construção de centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, mais tarde, partiu da exploração comercial em larga escala, tendo iniciado com a Lumber. No plano externo, o mercado da madeira expandiu-se com as exportações, principalmente pelo Porto de São

Francisco do Sul, de onde o pinho brasileiro da Região do Contestado ganhou mercados e, por muito tempo, manteve-se como carro-chefe das madeiras de exportação brasileira.

Da primitiva área de mais de 200.000km² no Sul do Brasil, coberta de araucárias do início do século XX, em aproximadamente um século, encontramos nos mesmos locais apenas 3% da cobertura original – isso ilustra que o desaparecimento de tão vasta e rica floresta procedeu a um processo rápido de transformação ambiental que merece atenta observação por parte dos governantes e da sociedade. As atividades de reflorestamento somente vão aparecer, anos mais tarde, como alternativa econômica e como disponibilidade de matéria-prima para a indústria madeireira.

Após 1916, os caboclos continuaram com dificuldades para ter acesso àquilo que tinham anteriormente à chegada da ferrovia. De acordo com Paulo Pinheiro Machado, ao findar a Guerra do Contestado, o General Setembrino de Carvalho trocou telegramas com os governadores de Santa Catarina e do Paraná, sugerindo o estabelecimento dos sertanejos prisioneiros em colônias na própria região. O General recebeu da Inspetoria Federal de Povoamento do Solo (Ministério da Agricultura) a informação de que “não existem terras disponíveis, sendo as colônias existentes organizadas para a recepção de imigrantes europeus” (Machado, 2004: 324).

Hoje, em alguns municípios da Região do Contestado, encontramos os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). A assistência aos moradores da região só chegou em pleno século XX e, mesmo assim, depois do trauma da Guerra que vitimou milhares de sertanejos pobres e analfabetos, condição que, em parte, ainda não se assegura que é totalmente passado. O Município de Timbó Grande, Santa Catarina, cuja abrangência envolve o local do antigo Reduto de Santa Maria, encontra-se na última posição do *ranking* dos municípios catarinenses (293), segundo o IDH do ano 2000. Outros municípios vizinhos, também palco de antigas cidades santas, encontram-se em situação idêntica, chamando a atenção os baixos índices, principalmente nos itens de renda *per capita*, índice de educação e índice de esperança de vida (ONU – GeoEcon/IDHSC).

Não há como estudar a Guerra do Contestado sem um olhar atento aos aspectos econômicos e, principalmente, à atuação da Lumber Company. Impossível entender o atual contexto social sem visitar o passado histórico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rufino Porfírio. *Um aspecto da economia de Santa Catarina: a indústria ervateira*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1979.
- BERNARDET, Jean Claude. *Guerra camponesa no Contestado*. São Paulo: Global, 1979.
- BORELLI, Romário José. *O Contestado*. Curitiba: Orion Editora, 2006.
- CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra – 1915*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.
- CARVALHO, Miguel. *O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: UFSC, 2006.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 183-194, jun. de 2002.
- D’ALESSIO, Vito. *Claro Jansson: o fotógrafo viajante*. São Paulo: Diaeto Latin American Documentary, 2003.
- D’ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *A campanha do Contestado*. V. 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- DIACON, Todd A. *Millenarian vision, capitalist reality – Brazil’s Contestado Rebellion, 1912-1916*. Fourth printing. Durham and London: Duke University Press, 2002.
- ESPIG, Marcia Janete. *Personagens do Contestado: os turmeiros da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (1908-1915)*. Pelotas: Editora da Universidade/ UFPeL, 2011.
- GAULD, Charles A. *Farquhar, o ultimo titã: um empreendedor americano na América Latina*. Trad. de Eliana Nogueira do Vale. São Paulo: Editora de Cultura, 2005.
- LLOYD, Reginald. *Twentieth-century impressions of Brazil*. Londres: Lloyd, 1913.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- MONTE CARLO DO ROSÁRIO, Lourival. *História de Três Barras*. Três Barras/ SC: s/d.

NODARI, Renato. *Estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Causas e consequências de sua construção em território catarinense – 1900-1940*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre: 1999.

NOGUEIRA JUNIOR, Marcelino J. *Memorial da Southern Brazil Lumber & Colonization Company*. Interventoria Federal de Santa Catarina, Papelaria Universal, 1933.

PIAZZA, Walter Fernando et alii. *O Contestado*. Rio de Janeiro: Editora Index Ltda, 1988.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do Ceom* (Centro de Organização da Memória Sociocultural do Oeste), Chapecó, n. 7, p. 73-110, 1991.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.

SILVA, Rosângela Cavalazzi da. *Terras públicas e particulares: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo sobre a Brazil Railway Company no meio-oeste catarinense)*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 1983.

TOKARSKI, Fernando. *Cronografia do Contestado – apontamentos históricos da Região do Contestado e do Sul do Paraná*. Florianópolis: Ioescc, 2002.

VALENTINI, Delmir José. *Da cidade santa à corte celeste: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado*. 3. ed. Caçador: UnC, 2003.

_____. *Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na Região do Contestado: 1906-1916*. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2009.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social (a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. O comércio da madeira e a atuação da Brazil Railway Company no Sul do Brasil. Portos, Rotas e Comércio. *Anais do V Simpósio Nacional dos Professores de História*. São Paulo, 1971.

Fontes e acervos pesquisados

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Resumo do Programa Farquhar ao organizar a Brazil Railway Company, feito e oferecido por Charles A. Gauld, Rio de Janeiro, 1942.

Programa Farquhar: empresas subsidiárias, organizadas com o propósito de fomentar o desenvolvimento das regiões atravessadas pelas suas linhas e que todas foram incorporadas com capitais fornecidos pela Brazil Railway Company

(Southern Brazil Lumber Company, Southern Brazil Colonization Company, Brazil Land, Cattle and Packing Company);

Arquivo Particular de Romário José Borelli, Curitiba, Paraná

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), Florianópolis SC.

Arquivo Histórico Municipal de Canoinhas (AHMC).

Biblioteca Pública do Estado do Paraná (Jornais *A Folha da Tarde* e *A Tribuna*)

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (*Jornal O Comércio* – Porto União)

Resumo histórico da empresa antes da incorporação (Documento de 304 p.).

Revista *Os Pioneiros*. Três Barras, SC. Ano I, n. 1, setembro 1986.

Documentário: *Araucária, Memória em Extinção*. Direção Sylvio Back. Produção: UFPR-Curitiba, 1984. Fita de vídeo (29 minutos), VHS, son., color.



Dimensões

jurídicas

A QUESTÃO DE LIMITES E AS DIMENSÕES JURÍDICAS DO CONTESTADO

Aluizio Blasi¹

Sejam as minhas primeiras palavras de aplauso às entidades que promovem este seminário nacional – em homenagem à passagem do centésimo aniversário da Guerra do Contestado. Cito-as, nominalmente, para que permaneça indelével na memória da historiografia nacional a ocorrência insofismavelmente marcante:

Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, pelo Memorial do Ministério Público de Santa Catarina (vinculado ao CEAF – Centro de Estudos e Apoio Funcional), com apoio de entidades também destacadas: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de História e Geografia Militar do Brasil; Universidade de São Paulo (Diversitas); Instituto Histórico e Geográfico do Paraná; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de Santa Catarina; Fundação Catarinense de Cultura; Universidade do Oeste de Santa Catarina e Centro Universitário Unilasalle/RS.

O enunciado destes órgãos, verdadeiros celeiros da expressão cultural brasileira em geral e, especificamente, daqueles vinculados à História, são aqui

¹ Advogado, juiz do Tribunal Regional Eleitoral (1970-1974); presidente da OAB/SC (1977/1978); desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; sócio emérito do IHGSC.

referidos com o maior respeito, não somente pelo que eles representam como entidades culturais, mas principalmente pelo interesse científico na divulgação dos fatos históricos de relevo maior de cunho nacional, estadual ou municipal.

Meus senhores.

Conforme comunicação/convite por mim recebida das entidades promotoras do evento para dele participar como palestrante, intervindo no âmbito da mesa-redonda “Dimensões jurídicas do Contestado”, procurarei, no limite de minhas forças, suprir o encargo honroso, não com o brilho, por certo, dos meus ilustres companheiros de mesa.

O tema é vasto e pouco analisado pelos historiadores na profundidade que o assunto merece, pois, além da vinculação que tem com a questão de limites, embora indiretamente, os efeitos jurídicos derivados desta célebre pendência judiciária tiveram reflexos, diretos e indiretos, na eclosão do movimento conhecido como Guerra do Contestado.

Como efeitos diretos, no campo do direito civil, se sobrelevam principalmente as concessões de terras feitas na região – dita do Contestado –, ora pelo Estado do Paraná, ora pelo Estado de Santa Catarina, a particulares, visando ao processo de colonização, acrescido, também, dos direitos concedidos à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, terras devolutas em 1889.

Como efeitos indiretos, se podem elevar dois aspectos:

- a) a batalha do Irani;
- b) o Processo de Execução da “Questão de Limites” entre os Estados de Santa Catarina e do Paraná.

Tais aspectos serão a seguir analisados, de maneira superficial, é verdade, face ao tempo limitado para cada intervenção, mas com a intenção de dar algum subsídio para a análise das dimensões jurídicas do Contestado.

EFEITOS JURÍDICOS DIRETOS

A colonização do Oeste de Santa Catarina foi marcada por largos momentos de incertezas e dificuldades, nascidas, principalmente, pela disputa do espaço geográfico a partir da margem direita do rio do Peixe até a fronteira com a Argentina (oeste) e das barrancas do rio Uruguai, ao sul, até o norte, com o rio Iguaçu.

Disputas essas mantidas com a Argentina, que pretendia alargar suas fronteiras até o rio Chapecó, e, posteriormente, entre as então Províncias de Santa Catarina e Paraná, estendendo-se já no regime republicano entre os estados de iguais nomes.

Não se analisam aqui os variados lances desta histórica disputa, quer sob o aspecto político social ou, ainda, o militar, cada qual de importância real na afirmação das fronteiras interestaduais.

Aflora-se aqui tão somente o aspecto “jurídico” decorrente de concessões de terras feitas a particulares na região – dita do Contestado –, ora pelo Estado do Paraná, ora pelo Estado de Santa Catarina, com finalidades diversas, sobressaindo a iniciativa colonizadora da região.

De tais concessões nasceram direitos, não raros trazidos às barras dos tribunais, visando dirimir controvérsias, principalmente pela legitimidade e a legalidade ou não de ditas concessões, à vista da origem dos títulos concessivos de terras.

Historicamente, foi somente a partir da homologação do “Acordo” (1917) entre os Estados de Santa Catarina e do Paraná que houve a definição jurídica das respectivas competências para as concessões de terras, agora nos limites jurisdicionais de cada estado.

Mas a definição dos efeitos jurídicos ainda persistiram, minorados é verdade, mas as suas sequelas não deixaram de suscitar dúvidas, sendo, não raro, chamado o Judiciário a dirimir as controvérsias surgidas.

A propósito, Nilson Thomé², incansável pesquisador dos fatos da história do Contestado, tem nos legado valiosos subsídios sobre os mais variados assuntos referentes ao caso e chama a atenção para o fato de que a história não tem dado relevo à construção da Ferrovia do Contestado. Em seu livro *Trem de ferro* ensina: “Por isso, recuperando uma injustiça, observa com acuidade que os trilhos... foram o fio condutor da História do Oeste Catarinense, a ela vinculando-se intimamente” (Thomé, 1980: 145-147).

Refere o autor que essa vinculação decorre do início do processo de colonização, ditada pela concessão de terras feitas à companhia encarregada da sua construção (não só das terras próximas aos trilhos), mostrando, também, a influência na colonização das terras situadas às margens do rio Uruguai e de seu afluente Irani.

2 THOMÉ, Nilson. *Trem de ferro – A ferrovia do Contestado*. Caçador: Universal, 1980, 156 p., p. 146-147.

Analisa o autor o aspecto jurídico em questão, trazendo, inclusive, fato concreto, como exemplo da controvérsia jurídica relacionada com o “registro” de posses de terras, na região contestada:

No ano de 1893, quando os governos do Paraná e Santa Catarina foram comunicados de que a futura ferrovia de Itararé a Santa Maria atravessaria o território contestado pelos dois Estados, cruzando o rio Uruguai na altura do passo de Goio-Em ou no Estreitolinho, moradores da região trataram de legalizar a posse de suas terras, diante da possível expectativa de as perderem para a ferrovia. Foi o caso de Josué Joaquim de Moraes, que obteve do Estado do Paraná o título de propriedade de 395.425.000 m² de terras, às margens do Rio Irani, hoje município de Chapecó. Esta gleba foi passando de mãos em mãos até chegar, em 1919, à Empresa Colonizadora LUCE, ROSA e CIA LTDA.

Esta companhia que estava colonizando praticamente toda a região do Alto Uruguai, tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina, repartiu (sic) a área em lotes coloniais e passou a revendê-los a colonos, a maioria dos quais do vizinho Estado, que passaram a ocupar os 16.340 alqueires. (grifamos) (Thomé, 1980: 145-147).

Do universo de tal loteamento e nele tendo origem, diversas ações judiciais foram propostas, com vistas a resolver controvérsias, não somente relacionadas com os títulos originários da propriedade, como também em ações de divisões e demarcações, como faz certo os Autos da Apelação Cível n. 22.365, oriunda da Comarca de Chapecó, julgada por Acórdão de 7 de outubro de 1986.

Nesta ação, foram juntados os “Mapas” originais do loteamento efetuado pela Cia. Luce, Rosa e Cia. Ltda., como também as plantas do loteamento efetuado por sucessores de Luce, Rosa, as quais, vendidas a terceiros, de mão em mão, com áreas certas e determinadas, com divisas precisas e perfeitamente demarcadas as colônias, tiveram sempre, desde 1919 ou antes, respeitados, o que vale dizer definitivamente legitimadas as suas propriedades.

Por sua vez, Paulo Pinheiro Machado³, ao tratar da “política de terras em Santa Catarina”, salienta a situação crítica nas jurisdições contestadas pelo Paraná, oriundas da “indefinição das respectivas jurisdições estaduais”, que acentuavam os aspectos violentos que “revestiam” a luta pela posse de terras.

3 MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado – A formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004, p. 138-152.

O autor, nessa obra, nos dá, em boa síntese, notícias judiciosas sobre o tormentoso problema da “posse” de terras devolutas na região dita do Contestado, em geral, e, especificamente, sobre a contribuição para este estado de coisas, agravando ainda mais a situação no planalto catarinense, foi a introdução no cenário geográfico da Ferrovia Itararé-Santa Maria (RS), cortando de norte a sul o território disputado pelas Províncias (após pelos Estados) de Santa Catarina e Paraná, margeando o rio do Peixe, por sua margem esquerda, concluída em 1910, e o Ramal União da Vitória-São Francisco do Sul, concluído em 1913.

Não será aqui um local adequado para uma análise dos fatos históricos sociais, políticos, econômicos e outros, vinculados a tal concessão, pois foge da temática deferida a esta mesa-redonda.

Todavia, como salientado anteriormente, os fatos históricos constantes da “Questão de Limites” intentada em 1900 pelo Estado de Santa Catarina contra o Estado do Paraná, a fim de que pelo Supremo Tribunal fosse Declarada a sua jurisdição territorial, foram de real valia para as reiteradas decisões do STF, ao recorrer de fato e de direito à pretensão deduzida pelo Estado-Autor.

Dentre outros aspectos, constantemente alinhavados como concausa da “Guerra do Contestado”, forçosamente teremos que abordar a “questão de limites” entre os Estados de Santa Catarina e do Paraná, senão como “causa direta”, pelo menos e inofismavelmente como “causa indireta”, na eclosão do movimento conhecido como Guerra do Contestado.

QUESTÃO DE LIMITES

Delmir José Valentini⁴, com real acuidade, em sua Dissertação de Mestrado, ao tratar do assunto, adverte sobre as preocupações relativas às fronteiras do sul do Brasil, causadas não só aos governantes, mas também e principalmente às populações das áreas em disputa no âmbito internacional com o país vizinho e, também, os limites interestaduais.

Analisa e descreve o citado autor como sendo quatro as frentes de ocupações e povoamento da região, antes do tempo dos redutos, dentre outras, como as mais importantes:

- 1 – fixação de moradores com a fundação de Lages, que em 1860 transformou-se em vila;

4 VALENTINI, Delmir José. *Da Cidade Santa à Corte Celeste*. Caçador: Ed. UnC, 1998, p. 30-31.

2 – ocupação, depois de Lages, de Guarapuava;

3 – imigrações de colonos europeus, intensificadas com a construção da ferrovia;

4 – ocupação por parte dos elementos vindos do Rio Grande do Sul, em dois momentos: durante a Guerra dos Farrapos e a Revolução Federalista.

Não nos interessa descer em pormenores sobre tais fatos, mas simplesmente afirmar que a questão de limites entre Santa Catarina e São Paulo e, depois com o Paraná, não foi inaugurada com a propositura da ação judicial em 1900, mas vinha de longa data.

Afirma Conselheiro Mafrá⁵ que, já em 1844, os dois Presidentes – de Santa Catarina e São Paulo –, concordaram em submeter ao Parlamento a questão relativamente aos Campos de Palmas, atendendo ser essa a única divisa em conflito. Em 1846, nova representação foi feita pela Assembleia Provincial Catarinense, e, então, a Comissão de Estatística da Assembleia Nacional emite Parecer n. 77, de 1º de Agosto, cujo “preâmbulo” é o seguinte:

A comissão de Estatística a quem foi a presente representação provincial de Santa Catarina, pedindo a esta augusta Câmara a fixação dos limites entre as Províncias do mesmo nome e a de São Paulo, a fim de cessarem os conflitos originados entre ambas, por motivo do terreno intitulado Campos de Palmas, cuja posse e jurisdição se disputarão...

Concluindo por apresentar projeto de Resolução, para que fossem designados dois engenheiros para investigar os melhores limites naturais entre as duas Províncias, e, enquanto não concluída a investigação, cada Província ficará com a “...jurisdição sobre os terrenos de que estão de posse, e sem efeito as disposições em contrário”.

Tal proposta foi afastada pela Província Catarinense, pois que conhecia, por documento que lhe foi oferecido, a manifestação do General Andréa que se referia ter a Província de Santa Catarina limite ao “sul” com o rio Pelotas, ao “Norte” com o rio Iguaçu; ao “oeste” com o Corrientes e ao “leste” o oceano Atlântico.

Tais fatos foram subsídios de importância histórica, discutidos na Ação Inaugurada em 1900, perante o Supremo Tribunal Federal, com a finalidade de ser “declarado” o limite catarinense com o agora Estado do Paraná.

5 CONSELHEIRO MAFRA. *Exposição*, p. 406, 410, 413, 414.

Sem outras considerações sobre a “questão” a respeito dos limites entre Santa Catarina e Paraná, definitivamente julgado o mérito em 1910 ao apreciar, pela terceira vez, Recurso interposto pelo Estado do Paraná. O V Acórdão aguardava a providência complementar relacionada com a Execução necessária do julgado pelo STF, ainda que, segundo depoimento do ilustre Osvaldo Cabral⁶: “...a decisão da alta corte judiciária era criticada abertamente pela imprensa paranaense na insinuação de desrespeito às suas determinações”.

Reinava, por isso mesmo, um clima de, se não hostilidade entre as populações de ambos os estados litigantes, pelo menos de preocupação, não raro, como enfatizou Guido Wilmar Sassi⁷ em *Geração do Deserto*, que:

Um dia, um catarinense apanha, pelo crime de ser catarinense, e logo no dia seguinte, apanha de novo, pelo mesmo crime, de não ser mais. Isto porque as fronteiras não são fixas. Um dia muda pra cá, e outro pra lá. Esta terra do contestado está virando uma terra sem lei e sem dono. (Sassi, 1964: 12)

A simbologia utilizada pelo autor contida na preciosa obra da literatura catarinense, espelhava uma realidade concreta, eis que seria necessário se procedesse à Execução do Acórdão do STF, a fim de que fossem fixadas definitivamente as fronteiras com o Estado do Paraná, para pôr fim às mudanças de “pra cá e outro pra lá” e terminar com o *status quo* e tornar a “zona do contestado” uma terra “com lei e com dono”.

DA EXECUÇÃO DO ACÓRDÃO

Falecido o ilustre patrono do Estado de Santa Catarina – Conselheiro Manoel da Silva Mafra, sucedeu-o na defesa dos interesses do Estado de Santa Catarina na momentosa “questão” o não menos ilustre causídico Visconde de Ouro Preto, que iniciou o processo de Execução, no ano de 1911, processo executório esse a que estariam reservadas sérias e longas discussões.

Por interessar ao tema objeto desta mesa-redonda, embora de forma sintética, se aborde a matéria, considerando que, em nosso sentir, o retardamento desse feito executório teve, se não relação direta, pelo menos e inofis-

6 CABRAL, O. Rodrigues. *João Maria. Interpretação da Campanha do Contestado*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1960, p. 12.

7 SASSI, Guido V. *Geração do Deserto*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964, p. 12.

mavelmente relação indireta para a eclosão do movimento dito “Guerra do Contestado”, como adiante se demonstrará.

Iniciou o processo executório nos mesmos moldes de precedente jurisprudencial relacionado com a definição dos limites entre Mato Grosso e Amazonas⁸, quando pelo Estado de Santa Catarina foi requerida a expedição de Mandado Executório, conforme se verifica da mesma revista⁹ para a citação do Estado do Paraná, bem assim para nomear “árbitros” e alegar o que tivesse a bem de seus direitos.

O primeiro entrave à execução estaria prestes a ocorrer. O então patrono do Estado exequente, agora o eminente Dr. Eptácio Pessoa¹⁰ – futuro Presidente da República –, em suas alegações finais, datadas de 15 de novembro de 1915, esclarece que: “O juiz seccional do Paraná, a quem fora expedida essa ordem, deixou de cumpri-la, sendo o fato trazido por uma Carta Testemunhável ao conhecimento do Supremo Tribunal”.

Ao tomar conhecimento do fato, por acórdão datado de 3 de agosto de 1911, julgou o objeto da Carta Testemunhável (Acórdão n. 1.400), ordenando que o juiz devolvesse ao relator “...com a respectiva citação e qualquer oposição, o mandado por elle expedido para intimar o governo do Estado do Paraná do início da execução e do mais que conta do mesmo mandado”.¹¹

(Parêntesis necessário.) Processo Criminal deflagrado contra o juiz seccional do Paraná, por Crime de Desobediência, instaurado pela Procuradoria Geral da República, pelas peculiaridades jurídicas que nele ocorreram, resultou na paralisação do Processo de Execução da “Questão de Limites” entre Santa Catarina e Paraná, pelas naturais razões de defesa opostas pelo réu, que dissertou sobre os motivos pelos quais recebeu como “Carta Precatória” o Mandado Executório expedido pelo ministro relator, argumentou que no processamento como Carta Precatória, segundo procedimento processual vigente à época, sentia-se competente para apreciar e julgar o caso ora sob sua jurisdição.

Ocorre que o Estado do Paraná, entre outros argumentos encartados em sua defesa produzida perante o Juízo Federal do Paraná, e para sua apreciação, levantou, entre outras razões, suscitou a tese de “incompetência do ministro relator” para presidir os atos de Execução do V Acórdão exequendo, porquanto

8 Revista *O Direito*, v. 74, p. 56-61.

9 Op. cit., v. 112, p. 574-579.

10 PESSOA, Dr. Eptácio. *Alegações finais em favor do Estado de Santa Catarina*, datado de 16/11/1915, p. 57.

11 Op. cit., p. 32.

entendia o Estado do Paraná que o relator, ao proferir o seu “voto”, encerrava a sua competência jurisdicional, não podendo, portanto, promover *per se* os atos processuais executórios.

Aceitou o dr. juiz de Direito do Paraná as considerações contidas na defesa do Paraná, quando não poderia apreciá-las por ser uma Ordem de Execução e não um Pedido para promover os atos de jurisdição que promoveu.

A ação criminal tramitou por período de tempo suficiente perante o Supremo Tribunal Federal, e este por Acórdão julgou improcedente, por maioria de votos, a ação contra o Juiz Federal, Acórdão de 4 de janeiro de 1913, e de consequente, com reflexo na área cível, houve a necessidade de reiniciar o processo executório. (Fecha-se o parêntesis.)

O que teria acontecido durante esse tempo em que tramitavam o Processo de Execução e o Processo Criminal contra o Juiz de Direito do Paraná, em região dita “contestada” entre os estados limítrofes – Santa Catarina e Paraná?

Dois fatos históricos ocorreram na região, isto é:

- a) a conclusão da implantação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, gerando direitos e obrigações relevantes; e
- b) o aparecimento na Região do Taquaruçu, em 6 de agosto de 1912, da figura do Monge José Maria.

Tais fatos estão estritamente relacionados com as “causas” resultantes da assim chamada “Guerra do Contestado”.

Sobre o item “A” assegura Delmir José Valentini¹² a existência de interesses geopolíticos sobre a região que justificaram a construção da ferrovia e que a região fosse colonizada, pois “interessava ao governo brasileiro promover a ocupação das terras devolutas e também seria uma forma de garantia de sua posse”, e esta colonização, segundo Nilson Thomé¹³, se fazia com o estabelecimento de imigrantes estrangeiros em área dita estratégica. Verbis “Teixeira Soares aventou a possibilidade de implantar uma ferrovia colonizadora, isto é, assentaria os trilhos e promoveria a colonização nos terrenos marginais, garantindo assim movimento de transporte para a estrada e atendendo aos anseios imperiais de promover a ocupação de terras incultas”.

12 VALENTINI, Delmir José, op. cit., p. 43-44.

13 THOMÉ, Nilson, op. cit., p. 51-52.

Fartas têm sido as referências aos atos do governo relativos à implantação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, a começar pelo Decreto n. 10.432, de 9 de novembro de 1889, origem ainda no Império, e que concedeu “atendendo ao que Me requereu o Engenheiro João Teixeira Soares,

Hei por bem conceder à Companhia que o mesmo organizar, privilégio para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo das margens do Itararé, na Província de S. Paulo, vá terminar na Província do Rio Grande do Sul, com dois ramais... Hei por bem, outrossim, não só conceder à referida Companhia a garantia de juros... mas também fazer-lhe cessão gratuita das terras devolutas em uma zona máxima de trinta quilômetros para cada lado do eixo de linhas de que se trata.¹⁴

Dispôs ainda o Decreto em comento a fim de se tornarem efetivos os “mencionados favores” na parte referente aos juros e “Terras devolutas” e, ainda, subordinado à observância das cláusulas de contrato, baixadas com o mesmo Decreto.

O “Contrato” a que se refere o Decreto data de 14 de novembro de 1889, celebrado entre o governo imperial e “Engenheiro João Teixeira Soares”,

“...para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro que partindo das margens do Itararé, na Província de São Paulo, vai terminar em Santa Maria da Boca do Monte, na Província do Rio Grande do Sul, com diversos ramais.”¹⁵

O contrato foi assinado pelo “Ministro e Secretário” da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por parte do governo imperial (grifamos) e o Engenheiro João Teixeira Soares, e tinha como objetivo a construção da estrada de ferro, e, como contraprestação a garantia de concessão de juros de 6% “... durante 30 (trinta) anos, para o capital que for necessário à construção da linha principal, até o máximo de 37.000:000\$000 (trinta e sete mil contos), mas também fazer-lhe a cessão gratuita das terras devolutas em uma zona máxima de trinta quilômetros para cada lado do eixo das linhas de que se trata.” (grifamos)

Os direitos e obrigações das partes contratantes estão articulados em 50 (cinquenta) cláusulas, vinculadas não somente ao aspecto técnico a ser observado pelo contratado na construção da Ferrovia, mas, também, aquelas relacionadas à “colonização” das terras cedidas, como se observa na redação contida nas cláusulas XXXIX e seguintes, quando determina que “...em terras

14 Terras Devolutas concedidas à Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande – Edição de 1913, p. 197/217.

15 Idem, p. 197-198.

convenientemente marcadas e divididas em lotes, até 10.000 famílias de agricultores nacionais e estrangeiros, sob pena de poder ser declarado caduco o contrato” (cláusula XXXIX), e na cláusula XL, o direito de que cada família tenha “...um lote de 10 hectares no mínimo...”

Vê-se, de conseguinte, a preocupação das partes no processo de colonização de uma vasta extensão do território nacional, colonização esta que não se atinha tão somente no território catarinense, mas abrangia também as terras situadas no Paraná e no Rio Grande do Sul, eis que o contrato abrangia a linha férrea a ser construída entre o rio Itararé e a cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Como os benefícios concedidos ao Contratado necessitavam de aprovação do Poder Legislativo “...na parte que se refere à garantia de juros e cessão das terras devolutas...”, assim foi procedida – já e agora sob o Regime Republicano – pelo Decreto n. 305, de 7/4/1890, assinado pelo “Chefe do Governo Provisório – Marechal Deodoro da Fonseca”, no qual foi declarada “...efectiva a concessão feita pelo referido Decreto à Companhia que o Engenheiro João Teixeira Soares organizara para aquele fim...” e, em decorrência, foi assinado, na mesma data, Termo de Novação entre as mesmas partes, com alusão expressa ao Decreto n. 305.¹⁶

João Teixeira Soares, detentor da concessão para a construção da linha férrea em comento, estava autorizado a constituir ou “organizar” companhia para aquele fim, como expresso no Decreto n. 305 – 7/4/1840:

Foi, em virtude da autorização legal, pelo Engenheiro João Teixeira Soares, incorporada à “Compagnie des Chemins de Fer Sud Ouest Brasiiliens”, em Bruxelas e em 29 de julho de 1890, e autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto n. 919, de 24 de outubro de 1890.¹⁷

Esse pequeno histórico situa claramente a preocupação do governo central, que, a par da construção da linha férrea São Paulo-Rio Grande, era de desbravar e colonizar a extensa área de terras devolutas cortadas pelo traçado da Estrada de Ferro, estabelecendo contratualmente obrigações e direitos recíprocos vinculados a tão expressivo aspecto social e humano.

Teria, nessa imensa faixa de terras, à época, algum pioneiro que tivesse “Posse” efetiva e permanente de alguma área nas ditas terras devolutas? Ou que a “Posse” se efetivou a partir do início da construção da Estrada de Ferro?

16 Ibid., p. 218.

17 Ibid., p. 218.

O assunto foi objeto de interpelação à Empresa Construtora, pelo Chefe do “12º Distrito da Fiscalização da Rede de Viação Férrea” – Alberto Gaston Sengés – por ofício de n. 6, de 19 de fevereiro de 1912, expressando no item 3 do seu ofício estar aquela Chefia “...convencida de que a concessão de terrenos devolutos e nacionais foi feita para a Companhia promover a sua colonização, ...e neste caso, a meu ver, não poder a Companhia utilizá-los à sua vontade, como pretende”.¹⁸

Sobre o assunto, apresentou a Companhia longa resposta afirmando ter pleno domínio sobre as terras, embora solúvel, no caso de não utilizá-las no prazo de 50 anos, e, assim o direito de gozar e dispor das referidas terras “como bem entender, por serem estes os direitos constitutivos do pleno domínio, que sem eles não poderá existir”, pelo Ofício de 11 de outubro de 1912.¹⁹

Não satisfeita a “Fiscalização” com os argumentos apresentados pela Companhia, solicitava novas e específicas informações em 19 itens, quase todos eles relacionados à localização de colonos nas terras devolutas, número de famílias (item 6º) e se na demarcação foram “respeitados os direitos dos moradores encravados (posse) nas terras devolutas?”²⁰.

A 15 de novembro de 1913, responde às ponderações feitas pela Fiscalização²¹ a Companhia em documento que denominou de “Segunda Exposição da Companhia” respondeu às perguntas feitas pela “Fiscalização”, relevando aqui se enfatizar os argumentos contidos nos itens 80/87, salientando-se o que consta nos itens 83 e seguintes, relacionados com “Compensação de terras cedidas a outrem” (83), “Respeito dos direitos alheios” (84), “Invasores prejudiciais” (85), “Proteção a trabalhadores honestos” (86) e, finalmente, “A organização da planta geral das Terras” (87), anexando o “gráfico” sobre a localização e áreas com “Títulos Expedidos”, com “Títulos a Expedir” com propriedades “com Medições em Andamento” e, finalmente, de propriedades a “Permutar com o Estado do Paraná” (fotocópia em anexo).

Ainda sobre o assunto, observa-se que sobre a “titulação” de terras pela Companhia, o Estado de Santa Catarina fez alienação de terras nessa zona de concessão à Companhia, e, por isso mesmo, submeteu à apreciação do governo federal as razões de sua dúvida, “no intuito de resolver o caso de acordo com os compromissos do governo federal e os interesses do Estado.”²²

18 Ibid., p. 6-8.

19 Ibid., p. 11-53.

20 Ibid., p. 62-63.

21 Ibid., p. 67-153.

22 Ibid., p. 164.

Tal controvérsia foi dirimida através de Parecer do Consultor Geral da República, Dr. Rodrigo Octávio, no sentido de estar a Companhia S. Paulo-Rio Grande “...no pleno direito de reclamar as terras devolutas a que se refere a sua concessão originária de 1899 ...e nesse sentido deve-se responder ao officio do honrado Governador de Santa Catarina...”

Por outro lado, a ilustre professora e historiadora Holga Maria Siveiro Brancher, em seu ensaio sobre Capinzal, afirma que no período entre 1910 e 1930 as terras capinzalenses “eram praticamente inexploradas. Mas é bem verdade que a ferrovia abriu novas perspectivas e favoreceu a ocupação dessas terras.”²³

Assegura ainda a festejada autora que “O processo de ocupação das terras em Capinzal tem início de forma mais sistemática, a partir de 1914.

Verifica-se, portanto, que as terras em Capinzal foram adquiridas da Cia. São Paulo-Rio Grande ou por atos de posse (legitimadas, conta Holga Maria S. Brancher, haver “...um proprietário que vindo do Rio Grande do Sul, comprou da ferrovia uma vasta área de 20km de extensão ao longo da ferrovia”.

Esta digressão foi feita para análise de que a ocupação das terras devolutas cedidas à Companhia não se circunscreveu tão somente pelos “posseiros” ditos espoliados em seus direitos. Pode até ter havido atos de cruel insídia, mas desses atos pontuais generalizar a questão do “Contestado” como originada pela tomada de posição dos “posseiros” sem particularizar onde exerciam suas posses – certa e localizada – é admitir-se, como verdadeiro, fato controverso.

Observa Antônio Pichetti²⁴, em seu livro *Guerras e Fronteiras do Sul*, com total propriedade que a luta no Contestado “desenrolou-se tendo de um lado pessoas de várias etnias, com preponderância de caboclos, mas incluídos alguns de origem alemã, polonesa e italiana, aumentados significativamente por antigos trabalhadores da estrada de ferro recém-construída entre Porto União e Marcelino Ramos”. Note-se que o ilustre autor não fala e nem se refere a posseiros ou ocupantes de terras, fato que pode também ter existido, mas sem a expressividade pretendida pela historiografia sobre o evento.

Este, em linhas muito gerais, constitui fato histórico de real importância, para a compreensão do ocorrido na região serrana, como antes prevíamos.

23 BRANCHER, H. M. S. *Capinzal. Fronteiras socioeconômicas: um diagnóstico municipal – 1910-1980*, p. 55-56.

24 PICHETTI, Antônio. *Guerras e Fronteiras do Sul*. Edição do Autor, 2004, p. 69.

Aborda-se, doravante, em linhas gerais, o outro fato, também importante, na análise sob o aspecto jurídico do Contestado, isto é, as consequências do aparecimento do Monge José Maria, em agosto de 1912, no lugar denominado “Taquaruçu”, município de Curitiba, e sua retirada para o Irani, em meados de outubro do mesmo ano.

Farta tem sido a literatura histórica sobre o fato “aparecimento” do Monge José Maria em Taquaruçu, como também a sua retirada para o Irani.

Teria sido a perspectiva de uma luta armada que se travaria com a Força Policial de Santa Catarina, alertada sobre a pretensão de restaurar a “Monarquia” nos sertões catarinenses? Teria sido temor a essa luta? Teria sido, sob aspecto político-jurídico, a sua ida para o Irani para garantir a “Posse” do terreno objeto de Ação Judicial trânsita em julgado e em fase de execução?

Se tal fato fosse verdadeiro, como poderia, politicamente, o governo catarinense se valer dos “serviços” de um paranaense para garantir a “posse” catarinense? Como poderia a Força Pública do Paraná “expulsar” um paranaense, como era a origem do Monge José Maria, sob tal alegação?

O fato histórico é que houve efetivamente o já renomado e conhecido “Combate do Irani” entre a Força Pública do Estado do Paraná, sob comando do Coronel João Gualberto e os homens de José Maria, e neste entrevero foram mortos ambos os chefes – João Gualberto e José Maria.

Tal fato está inscrito nos anais da história como ocorrido na madrugada do dia 22/23 de outubro de 1912.

É fato incontroverso também registrado como verdadeiro que o Monge José Maria havia previsto a sua morte, mas que voltaria para chefiar o “exército encantado de São Sebastião”, premonição admitida por seus seguidores como “verdade” absoluta, pois o fanatismo faz ver e sentir sintomas físicos ou psicológicos que transcendem a razão.

Tais componentes estarão bem presentes quando, em 1914, através de uma “vidente”, a presença do Monge José Maria se materializou e determinou que estaria descendo à frente do seu exército para continuação de sua missão, e, portanto, deveriam retornar ao “Taquaruçu para o início da nova peregrinação terrena”.

Ocorre, todavia, que nesta mesma época, ou melhor, anteriormente ao “Combate do Irani”, perante o Supremo Tribunal Federal, em 10/1/1911, o Estado de Santa Catarina havia requerido a Execução do V. Acórdão que julgou

definitivamente a Questão de Limites proposta pelo Estado de Santa Catarina, com a finalidade de definição de seus limites territorial e jurisdicional, contra o Estado do Paraná.

Tal fato teve, como não poderia deixar de ser, repercussão significativa entre ambos os estados, como reflexos, se não diretos, pelo menos indiretos para a deflagração do conflito armado, não contra o Paraná, mas contra os “fanáticos” e as forças governistas, agora também incluídas as forças do Exército Nacional.

Expliquemos o fato.

Por petição datada de 24/4/1911, o Estado de Santa Catarina requereu perante o STF a Execução do V. Acórdão, “...passada em julgado, condenando o Paraná a respeitar as divisas que confina contra o Suplicante”, postulada especificamente a expedição de Ordem ao Juiz Seccional do Estado vencido para que faça intimar o respectivo governo, do início da “aludida execução”, além de outras providências. No dia 26 do mesmo mês e ano, pelo Ministro André Cavalcanti, foi deferido o pedido e, em consequência, ordenou ao Senhor Doutor Juiz Seccional do Estado do Paraná que determine todas as diligências.

A “Ordem” ao Juiz Seccional do Paraná, expedida pela Secretaria do STF a 6/5/1911 ao Magistrado de 1º Grau, foram “conclusos” os Autos da “Ordem” em 26 do mesmo mês e ano, e a 29 determinava o Magistrado o cumprimento da Ordem, com a “observação” seguinte:

“A citação deve ser feita ao Presidente do Estado e pela forma do artigo cento e noventa e um do Decreto número oitocentos e quarenta e oito de onze de outubro de mil oitocentos e noventa. Coritiba, vinte e sete, cinco – novecentos e onze. Carvalho”

A 30 de maio de 1911, por Certidão passada pelo Escrivão do Juízo da Seccional do Paraná, consta haver

...hoje, às quatro horas da tarde, intimado em sua própria pessoa, o Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado, do conteúdo do Mandado de folhas duas, que todo lhe foi lido e bem ciente ficou. Apresentei contrafé, que aceitou. O referido é verdade e dou fé. Coritiba 30 de maio de mil novecentos e onze, junto a petição com despacho e procuração enfrente, do que faço este termo. Eu, Raul Plaisant, o escrivão, o escrevi.

Extreme de qualquer dúvida, portanto, que o Exmo. Sr. Presidente do Estado do Paraná, no dia 30 de maio de 1911, foi “intimado” (sic) por Mandado, para todos os fins e efeitos do Processo de Execução do V. Acórdão que tramitava no STF.

É deveras, se não curiosa, pelo menos estranho, o fato de ter o Estado do Paraná, no mesmo dia em que foi efetuada a sua “citação”, atravessar petição, na qual dá denominação de “Mandado-Precatório” vindo do STF e expedido pelo Ministro André Cavalcanti, por querer

...do mesmo haver vista para embargos”, juntando por isso mesmo e necessária PROCURAÇÃO, esta, coincidentemente, lavrada no mesmo dia 30 de maio de 1911 no Livro n. 52, fls. 173, do 1º Tabelião de Curitiba – José Bonifácio de Almeida Pimpão, “no Palácio do Governo Estadual, onde eu Tabelião a chamado fui vindo...” com poderes especiais e limitados para o fim de – perante o Juiz Federal nesta secção opor embargos ao mandado ou precatória... na execução iniciada da sentença proferida na ação que dos Estados contendem perante o Supremo Tribunal.

No mesmo dia 31/5/1911, foram entregues os Autos com o Despacho do MM. Juiz, datado do mesmo dia 31/5/1911. No mesmo dia e mês, foi aberta “vista” dos autos ao Procurador do Estado do Paraná. No mesmo dia 31/5/1911, por “Cota” foram oferecidos “os embargos à precatória em papel separado”. No mesmo dia, foram “juntados os “Embargos” opostos pelo Estado do Paraná, que tinha como objetivo a declaração de nulidade...” e sem efeito algum a citação “effectuada”, dentre as quais a arguição da incompetência do Ministro Relator do STF “...expedir qualquer acto ou ordem, como a intimação impugnada”.

Não se fez esta digressão com a finalidade de exaltar a rapidez na tramitação do processo de citação pura e simples do Paraná, para a execução do V. Acórdão. A intenção foi e é, exclusivamente, demonstrar, como expressão da verdade histórica, que ao tempo em que ocorreu o “Combate de Irani”, por iniciativa do Estado do Paraná, “já se promovia os atos para executar o direito reconhecido pelo Estado de Santa Catarina”. Esclarece-se que todas as referências aos fatos aqui salientados foram extraídas dos Autos do Processo Crime instaurado perante o STF, pelo Procurador-Geral da República, “contra o Dr. João Baptista da Costa Carvalho Filho, Juiz Federal na Secção do Paraná”, em 1º de abril de 1912, e julgado definitivamente em 22 de janeiro de 1913, não interessando aqui a procedência ou improcedência da denúncia. O fato é que nesse período foi, por motivos óbvios, paralisado o processo de Execução

iniciado em 1911, como já referido, e requerida a sua continuidade em 1915, fato que terá breve comentário oportunamente.

Não se põe em dúvida que o Monge José Maria havia deixado Taquaraçu face aos incidentes relacionados e admitidos historicamente.

Aqui ficou salientado que o Estado do Paraná, em 30/5/1911, foi intimado por Mandado cuja decisão aceitou a “preliminar” da incompetência do Ministro Relator para promover os atos de execução, e restou, portanto, “suspensa a execução”. Isso pouca relevância tem para o fato histórico. Todavia alcança relevância jurídica se atentarmos para o fato incontestável de que o Estado do Paraná havia sido “citado” para a execução – e, com base nessa citação, não lhe caberia tomar a iniciativa que tomou, iniciando um lamentável confronto que o Estado Catarinense não tinha nada a ver, mas com isso reflexos contundentes tiveram no desenrolar dos acontecimentos futuros.

João Gualberto, por certo, embora o alto cargo que ocupava na administração pública do Paraná, não tomou a iniciativa de expulsar o Monge José Maria e seus seguidores da área, que de direito e por pronunciamento do Supremo Tribunal era pertencente e de jurisdição catarinense. Seu superior na administração estadual conhecia muito bem toda a questão – fase de conhecimento e de execução.

A 4 de agosto de 1915, renovou o Estado de Santa Catarina a citação do Paraná, à vista do incidente criminal antes referido, cuja decisão teve reflexos no âmbito do Processo Civil.

O Paraná, pelos Advogados U. de Amaral e Sancho de Barros Pimentel, opõe embargos à execução, e, em suas razões finais, acolitados juridicamente, por pareceres de Rui Barbosa e Clovis Bevilacqua, que “O E. T. é incompetente para conhecer sobre os limites dos Estados”, e, assim incompetente quando não há limites entre os Estados, e por isso o processo é nulo.

Estava nesse pé a situação, quando foi politicamente realizado o Acordo, sob a tutela do Presidente Venceslau Braz, entre os dois Estados, que causou à época e ainda hoje, embora mais atenuados, ressentimentos entre as populações de ambos os Estados.

Conclusões:

1. a saída de José Maria e seus 12 Pares de França de Taquaraçu, em 1912, com destino ao Irani, decorreu exclusivamente da pressão po-

licial catarinense ao sitiar o Reduto de Taquaraçu, o que demonstra, de certa forma, a decisão do Monge de não enfrentamento, eis que a história salienta que o mesmo e seus seguidores “retiraram-se” para o Irani;

2. a citação do Estado do Paraná, para a Execução do V. Acórdão do Supremo Tribunal Federal, ocorreu no dia 30/5/1911, portanto, em 1912 (outubro – data do combate do Irani, 22/23), já havia sido estabelecido o procedimento executório;
3. a “expulsão” do Monge José Maria e seus seguidores, sob pretexto de que ali se haviam alojado para garantir a posse do Estado de Santa Catarina, por dois motivos não justificariam a violência praticada por soldados do Paraná, sob o comando do Coronel João Gualberto:
 - a. era José Maria paranaense de nascimento, seria um contrasenso dar qual missão – missão que jamais existiu – justamente a um elemento com tal antepassado;
 - b. se acaso não tivesse ocorrido o Combate do Irani, onde se sacrificaram tantas vidas, teria havido a “Guerra do Contestado”?
4. somente em 1914 deu-se o primeiro combate entre as forças militares e os “jagunços” “fanáticos” ou crentes, ou nome que se queira dar aos mesmos, em renhido combate, como dá ciência o General José Vieira da Rosa, em seu excelente Livro ontem lançado nesta Capital, 2 (dois) anos após o “Combate do Irani” e, ainda mais, quando o Estado do Paraná, já havia sido citado para a execução do V Acórdão do Supremo Tribunal Federal – Trânsito em julgado, formal e materialmente.

Deixo estas premissas para que possam ter análise mais profunda dos historiadores, ou não, mas que, honestamente, se trouxe à consideração desta mesa-redonda, em homenagem ao centenário do “Combate do Irani”, o qual, se não foi o pivô direto da “Guerra do Contestado”, foi contudo elemento indireto na eclosão do movimento, cujos aspectos sociais, políticos, religiosos, econômicos e jurídicos têm sido objeto de análises reiteradas de eminentes cultores da História, aos quais, nesta oportunidade, prestamos nossas mais cálidas homenagens.

LITÍGIO JUDICIAL E CONFLITO ARMADO

Paulo Roberto Hapner¹

O intuito deste trabalho não é de revisão de conceitos, porém, como estudo acadêmico, não pode deixar de inspecionar os fatos e os argumentos jurídicos, políticos e históricos que se ligam ao episódio. Conquanto parcialmente crítico, não se propõe a revisar nenhuma decisão judicial e nem tampouco lastimar possíveis distorções ou eventuais erros judiciários vislumbrados à época e que, felizmente, restaram sepultados com o acordo de 20 de outubro de 1916, assinado pelo Presidente Dr. Affonso de Camargo e pelo Governador Coronel Felipe Schmidt.

Extinta a ação, recolhidas ao arquivo as aspirações contidas na ação e na contestação, nenhuma pendência territorial merece incitação neste momento. Como se verá, da porfia forense pouco ficou, porquanto, historicamente, preponderou o ambiente tomado pelo fanatismo religioso trabalhado pelos Monges João Maria e José Maria; o cenário das riquezas naturais decorrentes da exploração da erva-mate e da madeira (Lumber); a revolta, causada pela concessão a empresa estrangeira (Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens – 1890 – Teixeira Soares; depois, Companhia Industrial dos Estados do Brazil – 1891; Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande – 1895; Estrada de Ferro de Itararé ao Rio Uruguay – 1900; Compagnie Auxiliare e finalmente Brazil Railway Company – Percival Farquhar) dos direitos de exploração da faixa de 15km de terra de cada lado da ferrovia São Paulo-Rio Grande, construída

1 Desembargador do TJ/PR e membro efetivo do IHGPR.

nas cercanias do rio do Peixe; o banditismo que grassava livremente em toda a área, inclusive com ex-maragatos da Revolução Federalista de 1894; por último, as operações militares da 2ª Brigada Estratégica, comandadas por Setembrino de Carvalho, que terminou com as ações de banditismo e de revolta popular disseminada em toda a área, evitando assim ressurgir o episódio de Canudos.

Assim como a palavra guerra, o vocábulo “contestado” tem sua origem etimológica amarrada ao direito e, por óbvio, à palavra latina *contestari*, que, na lição de De Plácido e Silva, possui sentidos bem divergentes, qual seja: a) quer significar a “atestação, testemunho, confirmação”; ou b) quer significar “protestação ou contradita” (*Vocabulário Jurídico*, Vol. I, Forense, 1963, 1ª edição, p. 424).

Prevaleceu, na hipótese, a terminologia jurídica empregada para contradizer, implicando isso a recusa posta pelo Estado do Paraná em relação à pretensão manifestada por Santa Catarina, perante o Supremo Tribunal Federal no ano de 1901, na Ação Originária n. 7 e que teve como Relator o Ministro André Cavalcanti.

Na verdade, o episódio do contestado, para seu completo conhecimento, depende de uma visão multifária, que passa, obrigatória e primordialmente, pelo estudo histórico específico geral da região e da formação das províncias litigantes, do exame geográfico do território em disputa, bem como dos sítios dos combates.

O objeto do litígio era uma área de cerca de 48.000km² de terras situadas no planalto serrano catarinense, tendo por limites: ao norte, os rios Negro e Iguaçu; ao sul, os rios Canoas e Uruguai; a leste, a Serra Geral; e a oeste, a fronteira do Brasil com a Argentina, conforme laudo arbitral do Presidente Cleveland.

Dentro desta área maior, pode ser delimitada a área de conflito ou região dos combates, qual seja, cerca de 10.000km², situados no território anteriormente citado, tendo por limite, a oeste, a Estrada de Ferro ou a serra da Taquara Verde e o rio do Peixe, muito aquém dos rios Chopim e Chapecó, onde iniciava a delimitação da chamada Questão de Palmas ou das Missões.

Além do fato jurídico (ação originária – 1900), a solução da célebre Questão de Palmas (1894) e a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (1905), com suas implicações comerciais e antropológicas, incrementou o desenvolvimento da grave desordem.

Os historiadores, em geral, pouco se referem à questão jurídica do acontecimento, sendo que um dos mais festejados (Pedro Calmon) ressalta apenas o messianismo e o banditismo (aliados a interesses políticos menores) como sendo os principais ingredientes do conflito (*História do Brasil – Século XX*, p. 2205/2209).

Muito contribui para isso, de um lado, a lamentada e exaltada morte do Coronel João Gualberto Gomes Sá Filho, Comandante do Regimento de Segurança do Estado do Paraná, ocorrida nos Campos do Irani, em 22 de outubro de 1912 e, de outro, a derrota judicial suportada pelo nosso Estado, que somente restou diminuída pelo Acordo de 1916, sob os auspícios do Presidente Venceslau Brás.

A controvérsia sobre os limites territoriais entre as duas províncias tem origem no Alvará de 9 de setembro de 1820, quando a Vila de Lages e todo o seu termo foram desanexados da Província de São Paulo e incorporados à Província de Santa Catarina. Esta província, segundo o Padre Manuel Aires de Casal, também era um “desmembramento da de São Paulo, assim considerada depois da união da de S. Vicente com a de Santo Amaro (capitanias), compreendia a ilha que lhe dá o nome, e um terreno de 60 léguas norte-sul no continente vizinho contadas do rio Saí, que a separa daqueloutra ao norte, até o Mampituba, onde confina pelo sul com a de S. Pedro. Ao poente tem as mesmas províncias, servindo-lhes de limites os cabeços da cordilheira, que corre ao longo do mar. Sua maior largura não excede a 20 léguas. Ocupa o beira-mar da maior porção da capitania de Santo Amaro, e jaz entre os 25°50' e os 29 e 20 de latitude austral” (*Corografia Brasílica* – 1817, Edições Cultura, 2ª edição, 1945, p. 124).

A partir desse alvará, bem como noutro de 12 de fevereiro de 1821, Santa Catarina passou a entender que o termo de Lages abrangia todo o sertão, indo “até os espanhóis”. Dessa opinião discordara primeiro São Paulo, depois o Paraná, quando elevado à categoria de Província, em 1853.

Em 1878, fato pitoresco ocorreu com o juiz de direito Bento Fernandes de Barros. A população de São Francisco protestou contra sua nomeação porque, anteriormente, ele publicara um trabalho intitulado *Limites entre o Paraná e Santa Catarina* favorável ao Paraná. A hostilidade manifestada contra o magistrado “foi ao ponto de não encontrar casa para alugar, comerciante que lhe quisesse vender, nem escola para que lhe recebessem os filhos” (in *História do Supremo Tribunal Federal*, Leda Boechat Rodrigues, Tomo II/1899-1910, p. 126).

Neste particular, é de ressaltar que os paulistas e depois os paranaenses sempre mantiveram a posse das terras situadas entre os rios Iguaçu e Uruguai “até os espanhóis”, permitindo que o Presidente Cleveland pronunciasse o veredicto favorável ao Brasil, conforme sustentação do Barão do Rio Branco, na célebre questão de Palmas, impropriamente chamada de Missões, com base no princípio do “*uti possidetis*”.

Destarte, é bom que se abra um parêntesis, a fim de demonstrar que, à luz do direito, a posição do Paraná jamais foi infundada ou caprichosa.

A fundação de Lages foi ordenada pelo Governo de Portugal, no reinado de D. José I – o Reformador –, sendo Ministro do Reino o grande estadista Márquez de Pombal, para acautelar a posse da Metrópole sobre os territórios à margem do rio Paraná. Por este motivo, em 4 de fevereiro de 1765, foi restabelecida a autonomia da Capitania de São Paulo e nomeado para seu Governador D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Matheus). Empossado em 23 de julho do mesmo ano, o Morgado de Matheus, como medida de ordem, mandou fortificar Santos e fundar povoações de São Luiz de Guaratuba, na enseada do mesmo nome, e de Lages, na paragem assim denominada.

Em 1767, o Capitão-Mor Antonio Corrêa Pinto construiu a Igreja-Matriz de Lages e, de outro lado, estendeu os limites da povoação de Guaratuba até o rio São Francisco, surgindo daí as primeiras divergências lindeiras entre São Paulo e Santa Catarina, localizadas tão somente no litoral, obviamente porque, quanto ao sertão, Lages continuava pertencendo a São Paulo. Desanexada a comarca de Curitiba e formada a Província do Paraná, a par das riquezas recebidas, herdou-se a vetusta questão de limites com Santa Catarina.

Outro ingrediente da maior importância não pode ser esquecido – é a célebre Questão de Palmas, impropriamente denominada pelos argentinos de Questão das Missões. É que esta última se vincula mais às missões jesuíticas, que não existiam na área disputada, ou talvez à “*Província de Misiones*”, pretendendo, talvez, que o território estivesse dentro daquela província. Entretanto, o vocábulo Palmas representa melhor a região, notadamente porque se trata da localidade mais antiga, conhecida como Campos de Palmas.

É forçoso estabelecer que anteriormente à solução do arbitramento pronunciado pelo Presidente Grover Cleveland, consoante laudo favorável ao Brasil, de 6 de fevereiro de 1894, a controvérsia não tinha a mesma importância. Isso porque os cerca de 32.000km² situados a oeste dos rios Chapecó e Chopim, até os rios Peperi-Guaçu e Santo Antonio, eram objeto da disputa internacional e, em face disso, uma pretensão abstrata não poderia sustentar uma polêmica interna. Obviamente, após tornar-se reconhecidamente território brasileiro, robustecidas ficaram as ambições de Santa Catarina em fazer prevalecer sua aspiração tida por expansionista pelos paranaenses.

Pois bem, a elevação da 5ª Comarca (9ª ou 10ª) e a criação da Província do Paraná, em 19 de dezembro de 1853, propiciou, no ano de 1854, mais

precisamente no dia 26 de julho, a edição da Lei n. 2, pela qual se estabeleceu a Divisão Judiciária da nova província. Além das Comarcas de Curitiba e Paranaguá, foi criada a Comarca de Castro (3^a), formada pelos Municípios de Castro e Guarapuava (no qual se incluía a Freguesia de Palmas).

Em 1859, no dia 2 de março, foi criada a 4^a Comarca da Província – Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, compreendendo a freguesia de Palmas e Colônia Tereza (esta, situada no sertão do Ivaí e fundada por João Maurício Faivre, antes da separação da província). No mesmo ano, por meio do decreto de 16 de novembro, mandou-se instalar as duas colônias militares do Chapecó e do Chopim, que, por óbvio, se situavam dentro do território da Província do Paraná, pois estavam subordinadas a Palmas, na área religiosa, política, administrativa e militar.

Aliás, um dos argumentos utilizados por um dos senadores do Paraná, na época, foi de que, acolhida a tese dos catarinenses, ele não poderia representar o Estado porque grande parte de seus votos eram oriundos daquela região que alegavam pertencer a Santa Catarina e, se dele retirados, por certo, alterariam o resultado das urnas e ele não poderia estar sentado na Câmara Alta da República.

De qualquer forma, a jurisdição paranaense na região era exercida; os títulos de domínio expedidos eram respeitados; a proteção policial era fornecida pelas tropas paranaenses; os tributos eram recolhidos aos cofres do Paraná; e o amparo religioso era concedido pela Igreja de Palmas, inobstante o messianismo surgido que jamais se alastrou além do rio do Peixe. Ficara ele restrito às lindes da área territorial compreendida por Lages e pelas Freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Curitiba e de São João dos Campos Novos

Basta ver o desmembramento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Curitiba, efetivado pela Lei Provincial n. 535, de 22 de março de 1864, e a criação do Município de Curitiba, incluindo Campos Novos (elevação do Distrito) feito em 11 de junho de 1869, pela Lei n. 625, segundo o qual esta unidade tinha os seguintes limites: a leste, a Estrada das Tropas, desde o passo do rio Canoas; ao norte, o rio Canoinhas, desde seu passo na Estrada das Tropas até a foz no rio Negro, deste até o rio Iguaçu, por este abaixo até a foz do rio Timbó; a oeste, com Campos Novos, desde as nascentes do rio Timbó, em linha até alcançar as nascentes do rio Taquaruçu, por este abaixo até o rio Marombas e por este até sua foz no rio Canoas; e, ao sul, com Lages, pelo rio Canoas, no trecho entre a foz do rio Marombas e a Estrada das Tropas.

A Freguesia de São João dos Campos Novos, criada como Distrito de Lages em 1854, restou incorporada a Curitibanos, como se viu acima (Lei Provincial n. 625, de 11 de junho de 1869). Em 1881, o Distrito de Campos Novos foi elevado a Município, e seu território tinha os seguintes limites: com o Paraná, a linha era “das cabeceiras do rio Cachoeira, daí seguindo o mesmo rumo sul/norte, até o rio do Peixe, o Rio do Peixemo rumo sul/norte, ao Pao de Lages, em 1854 e restou incorporada a Curitibanos, como se veio acimadas Trioasdo confrontando nesta linha com o Municíom o Municdo nesta linha pio de Porto União; descendo por esse rio até sua barra no rio Uruguai”; com o Rio Grande do Sul, a linha divisória com o rio Uruguai até sua confluência com o rio Canoas, e daí, subindo o rio Canoas, agora fazendo fronteira com o Município de Lages “até o ponto de partida [dos limites com Curitibanos], que é na confluência com o rio Marombas”.

Entretanto, conforme ficou posteriormente reconhecido no acordo de 1916, respeitou-se a jurisdição paranaense, que era exercida desde a criação e instalação da província. Depois de pertencer a Guarapuava, com o desmembramento ocorrido em 2 de março de 1859 (criação da 4ª Comarca da Província – Nossa Senhora de Belém de Guarapuava), a partir de 16 de abril de 1880, com a edição da Lei n. 586, o território situado ao sul da montanha escura que parecia uma nuvem preta (Ibituruna, no linguajar indígena) passou à outra jurisdição, com a elevação do termo de Palmas à categoria de Comarca, com as mesmas divisas do termo.

Soluções políticas foram tentadas. Durante o Império, os deputados de Santa Catarina haviam apresentado projetos visando resolver a questão, todavia, sempre houve oposição por parte dos parlamentares paranaenses. Em 1896, havia, na região de Rio Negro, tropas dos dois Estados preparadas para uma luta que seria de sérias consequências. Diante disso, as bancadas estaduais tentaram um acordo, sendo escolhido como árbitro o Dr. Manuel Vitorino Pereira (Vice-presidente da República). Uma das cláusulas deste acordo era que a sentença arbitral deveria ser homologada pelo Supremo Tribunal Federal. Este, porém, ouvido previamente, afirmou que não tinha competência para referendar sentenças não judiciais. No fim deste ano de 1896, precisamente no dia 1º de dezembro, editou-se a Lei n. 216, que elevou Rio Negro à categoria de Cidade (em 1870, no Império, já havia sido elevada a Município).

Desse modo, as tentativas políticas conciliatórias perante o Congresso Nacional foram frustradas, não só diante da originária postura dos parlamentares paranaenses que não admitiam a perda territorial de sua província,

conforme se vislumbrava nas propostas apresentadas, bem como pela alegada incompetência do Pretório Excelso para homologar laudo arbitral.

A lide propriamente dita, calcada sobre a questão de limites, erigida como fato jurídico principal da pretensão, teve início em 1900 quando Manoel da Silva Mafra, nomeado pelo Doutor Hercílio Pedro da Luz (entre 1894-1896), representando o Estado de Santa Catarina, protocolou a Ação Originária n. 7 objetivando condenar o Estado do Paraná a reconhecer os limites legais entre os dois Estados e a restituir os territórios pertencentes ao Estado autor, dos quais está indevidamente de posse além desses limites.

Manoel da Silva Mafra era natural da capital de Santa Catarina, nascido em 12 de outubro de 1831, e bacharelou-se em Direito na Faculdade de São Paulo, no ano de 1855. Voltou ao seu Estado e, cumprido o quadriênio indispensável para ingressar na magistratura, foi nomeado Juiz de Direito em Pernambuco, Paraná (onde também foi Chefe de Polícia), Minas e por fim em Niterói, onde foi Juiz da Provedoria.

Foi, ainda, Presidente do Espírito Santo (1878-1879), Deputado Geral de 1881 a 1885 e Ministro da Justiça no Gabinete de Marinho de Campos (1882).

Proclamada a República, foi Presidente do Tribunal Civil e Criminal do Distrito Federal, aposentando-se como membro desse tribunal. Abriu então banca de advogado, que se tornou famosa, pela sua reconhecida competência e de jurisconsulto ilustre, falecendo em março de 1908.

Alegava o autor, nos 75 artigos de sua petição inicial, fundada principalmente em fatos históricos, que desde a Constituição do Império, conforme seu art. 2º, a capitania geral de Santa Catarina se limitava ao sul com a de São Pedro do Rio Grande do Sul pelos rios Mampituba, Pelotas e Uruguai; ao norte com a de São Paulo pelos rios Sahy-Guassu, Negro, Curitiba ou Iguaçu, e a oeste pelo rio Santo Antonio, afluente do Uruguai (engano, pois o rio Santo Antonio deságua no rio Iguaçu; o que deságua no rio Uruguai é o rio Peperi-Guaçu). O caderno processual contendo mais de 250 folhas foi formado pela petição inicial, acompanhada de 48 documentos e dois mapas.

Estudemos, agora, a propositura da ação perante o Supremo Tribunal Federal, a composição do órgão jurisdicional e a sua competência que fora questionada.

A proclamação da República trouxe ao país uma nova Constituição (1891), e a Lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, no seu art. 87, autorizava o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil a baixar decretos em diversos assuntos.

Por esta via, ou seja, através do Decreto n. 3.084, de 5 de novembro de 1898 (10º da República, presidente Prudente J. de Moraes Barros), foi aprovada a Consolidação das Leis referentes à Justiça Federal, preparada pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores Amaro Cavalcanti.

Neste decreto, o Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da República e com jurisdição sobre todo o território nacional, composto de 15 juizes nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Senado, dentre os cidadãos de notável saber jurídico e reputação, que tivessem os requisitos necessários para senador.

De acordo com o art. 9º, alínea “g”, competia ao Tribunal julgar e processar originária e privativamente: as causas e conflitos entre a União e os Estados, ou entre estes. No respectivo Regimento Interno, dentre as atribuições do Tribunal, estava repetido que lhe competia processar e julgar originária e privativamente as causas e os conflitos entre a União e os Estados, ou entre estes uns com os outros, segundo art. 59 alínea “c”, da Constituição. As sessões eram realizadas nas quartas-feiras e nos sábados, com inícios às 11h30, e tinham a duração máxima de quatro (4) horas (art. 29 do RISTF).

Os processos se dividiam por classe, e havia um livro especial para distribuição das causas e dos conflitos entre a União e os Estados, ou entre estes uns com os outros, litígios e reclamações entre nações estrangeiras e a União e os Estados, e homologações de sentenças estrangeiras (art. 37, § 3º e 38). Feita a distribuição, em audiência pública, cada ministro tinha sessenta (60) dias para estudar a causa, a qual sempre tinha dois (2) revisores (Art. 49/50 do RISTF).

No caso de conflito entre Estados, segundo o art. 89 do RISTF, cabia ao Ministro relator: a) ordenar citações, notificações e intimações legalmente requeridas; b) dar vista para a contestação; c) assinar os termos e dilações legais; d) receber ou não a exceção de incompetência do juízo; e) processar as questões incidentes; f) admitir provas; g) proceder ou mandar proceder aos exames, vistas, inquirições e mais diligências, ou deprecá-las, conforme for de direito e requisitado na forma legal; h) mandar ouvir o procurador geral da República, sempre que foi necessário, e, em todo caso, depois das alegações das partes.

Na sessão de julgamento, feito o relatório, num primeiro momento, ouviam-se os três (3) ministros revisores e daí se passava à discussão da causa (art. 90).

Proposta a ação, à época, era o Estado do Paraná governado por Francisco Xavier da Silva (25/2/1900-25/2/1904), e na sequência, pelo Doutor Vicente

Machado da Silva Lima (25/2/1904-3/3/1907) e, logo após citado, entregou a defesa de seus interesses ao Conselheiro Joaquim da Costa Barradas, o qual se serviu do valioso concurso de outro grande jurisconsulto, Conselheiro Carlos Augusto de Carvalho, ao qual coube confeccionar e coligir documentos e mapas que instruíram a defesa do Estado do Paraná.

Joaquim da Costa Barradas nasceu no Maranhão, em 18 de fevereiro de 1833, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife em 1856. Exerceu a magistratura e, após o quadriênio legal, habilitou-se ao cargo de Juiz de Direito, sendo nomeado, em 1864, para a comarca de Turiaçu, e, depois de nove anos de judicatura no interior do Maranhão, foi nomeado Juiz da 2ª Vara Cível da capital da província, onde tinha sido Chefe de Polícia (1872), chegando a Vice-Presidente da mesma Província em 1874. Em 25 de abril de 1885, foi nomeado Desembargador da Relação de Goiás, porém essa nomeação foi tornada sem efeito e, em 31 de outubro de 1885, assumiu a mesma função na Relação de São Luís do Maranhão. Foi Governador do Ceará de 9/4/1886 até 21/9/1886 e do Pará, onde assumiu o poder em 6 de outubro de 1887. Com o advento da República, foi um dos 15 Ministros nomeados pelo Marechal Deodoro da Fonseca para compor o Supremo Tribunal Federal, em 1890. Faleceu em 30 de janeiro de 1908, na cidade do Rio de Janeiro.

A contestação ofertada pelo Estado do Paraná sustentava ser infundada a pretensão do autor de ser infundada a pretensa cidade do Rio de Janeiro. mo Tribunal Federal, em 1890. , como faziam certo a história e a legislação colonial e do império; que, se tratando de uma reivindicação, era indispensável exibirem-se os títulos de domínio; que a posse de São Paulo e do Paraná na região pretendida pelo autor é antiquíssima, como se verifica pelo exame dos fatos históricos; que não se deve pôr de lado um princípio superior que domina todos os fatos da vida nacional, pelo qual o Brasil sempre pugnou e consagrou em suas questões internacionais de limites, ao qual deve a solução pacífica da questão das Missões – o *uti possidetis*; que com este critério, único que permite uma solução justa e razoável, não sofre dúvida que, tendo São Paulo tido sempre posse jurídica do território que o autor disputa, esta posse e por conseguinte o domínio do mesmo território pertence hoje ao Paraná, como sucessor daquele; que esta posse deve ser exclusivamente consultada nesta disputa sobre limites, e foi apoiada nela que o Decreto n. 3.378, de 16 de janeiro de 1865, resolveu provisoriamente as dúvidas, dando ao autor a região a oeste do rio Marombas, desde a sua vertente até o rio Canoas e por este até o Uruguai.

Foi suscitada uma preliminar acerca da incompetência do STF para decidir as questões sobre limites de Estados entre si, diante da expressa e privativa competência do Congresso Nacional, por força do art. 34, n. 10, da Constituição da União. Esta opinião era esposada pelos Ministros Ribeiro de Almeida e Pindahyba de Mattos.

Em outra vertente, o Ministro H. do Espírito Santo sustentava que o processo e julgamento da causa era exorbitante das atribuições do Poder Judiciário, não se devendo entender a disposição genérica do art. 59, n. I, letra c, da Constituição Federal, de modo a nulificar a autonomia dos Estados e as garantias de que a cercou o art. 4º. Sob tal argumentação, fundado na máxima importância atribuída à autonomia e integridade dos Estados, entendia sua Excelência que só os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se, para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, mediante aquiescência das respectivas Assembleias legislativas em duas sessões sucessivas e aprovação do Congresso Nacional.

Dizia ele, textualmente: “Fixar novos limites entre os Estados contendo-res de modo a operar desmembramento de território de um deles, como me parecer ser a hipótese dos autos, é tarefa completamente alheia à missão do Poder Judiciário Federal”.

“Consequentemente, sem golpear nossas instituições políticas, sem dilatar as fronteiras de sua jurisdição, não poderia este tribunal decidir a pretensão do Estado de Santa Catarina sobre parte do território do Paraná, porquanto redundaria necessariamente essa pretensão em subdivisão ou desmembramento do território de um Estado para anexá-lo a outro; competência exclusiva e absoluta dos próprios Estados, mediante aquiescência das respectivas Assembleias legislativas, nos termos do citado art. 4º da Constituição. E, a não ser assim, a que ficará reduzida a autonomia dos Estados e a integridade de territórios, tendo o Poder Judiciário a faculdade de alterar-lhe os limites, desmembrá-los, subdividi-los?”

Todavia, a preliminar não vingou e restou admitida a competência jurisdicional do STF.

Acontecia isso no dia 6 de julho de 1904, quando o Supremo Tribunal Federal sob a presidência do Ministro Aquino e Castro, cumpriu este ritual, sendo o relatório feito pelo Ministro André Cavalcanti. Discutida a causa, prevaleceu o voto do relator dando pela procedência da ação. Com ele votaram os Ministros Piza e Almeida, Manoel Murtinho, Oliveira Ribeiro, Godofredo

Cunha, Antonio Pires de Albuquerque. Restaram vencidos os Ministros Ribeiro de Almeida, Pindahyba de Mattos, Macedo Soares e H. do Espírito Santo. Constou a presença de Eptácio Pessoa.

Contra esta decisão foram opostos embargos, preparados pelo patrono da causa paranaense, Conselheiro Barradas, valendo-se de memória organizada pelo advogado Manoel Coelho Rodrigues (Filho) e outra por Romário Martins, servindo-se dos estudos feitos e dos mapas e documentos coligidos pelo então falecido Conselheiro Carlos Augusto de Carvalho. Foram compilados também os excelentes estudos de Ermelino de Leão, os opúsculos de Zacarias de Góes, Bento de Barros e Adolpho Lamenha, entre outros quantos escreveram com proficiência sobre o assunto. A data provável deste recurso é 15 de março de 1905.

Foi o mesmo contra-arrazoado pelo advogado Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto e, veio a ser rejeitado, por maioria, em 24 de dezembro de 1909.

Nesta sessão, que durou cerca de cinco horas, conforme escreve o Senador Alencar Guimarães, ouviu-se “a palavra ardente, convencida e entusiástica de Ubaldino do Amaral, o vigor de sua argumentação jurídica, discutindo a questão em seus variados aspectos, desde a irregular composição do Tribunal, objeto de preliminar levantada pelo Juiz Godofredo Cunha e rejeitada por maioria, incompetência da Justiça Federal para conhecer da matéria, impropriedade da ação proposta, valor dos documentos até a demonstração, iniludível de sua posse, a sua peroração, eloquente e impressionante, lágrimas nos olhos, feita em nome de cem mil paranaenses que imploravam a graça de não serem arrancados ao berço querido, de nada valerem afinal” (in *Questão de Limites, Actos e Factos*, Ed. Oficinas d’O Estado, 1916, p. 20).

O Estado do Paraná era governado por Carlos Cavalcanti, que teve sua casa apedrejada, fato acontecido também nas residências de Cândido de Abreu e do Senador Alencar Guimarães.

A questão jurídica permaneceu estacionada, sem solução por falta de instrumentos apropriados para execução da sentença.

Nesta época, contudo, a situação fática na região se alterara com a inauguração da Estrada de Ferro em 1905 e com o início das atividades da Lumber Southern Corporation, no mesmo período, explorando as terras que se situavam às margens da ferrovia, com serrarias em Calmon e Três Barras.

Encerradas as atividades de construção da ferrovia, milhares de empregados permaneceram na região, na qual já existiam alguns antigos maragatos homiziados naquelas plagas desde 1894 (Revolução Federalista). Nenhuma assistência religiosa era prestada aos poucos habitantes daquele território, que, abandonado pelas autoridades constituídas, não possuía eficiente jurisdição administrativa ou judiciária. A oeste do rio do Peixe, a única cidade com foro de comarca era Palmas e mais ao sul a Colônia de Chapecó; ao norte, o maior núcleo populacional era Porto União da Vitória, erguida às margens do rio Iguaçu; e a leste, apenas existiam as cidades de Lages, Curitiba, Campos Novos e São Bento do Sul. A par disso, por falta de assistência médica ou farmacêutica, bem como religiosa e espiritual, surgiram os profetas e curandeiros, chamados de monges, que gratuitamente atendiam a população necessitada desses préstimos. Ausente qualquer jurisdição e inexistindo proteção policial, alastrou-se o banditismo, com todas suas funestas consequências. Após a morte do monge José Maria (na verdade, Miguel Lucena Boaventura, que seria desertor do Exército, pois servira no Batalhão Ferroviário que abria a estrada Guarapuava-Foz do Iguaçu e era conhecido das autoridades de Palmas por um crime lá cometido), diversos líderes que aguardavam a sua ressurreição se valiam de videntes para anunciar sua volta para formar o Exército Sebastianista, bem como restaurar a monarquia, o que desagradava o governo central da República, comandado por veteranos da triste campanha narrada por Euclides da Cunha nos Sertões.

As frustradas tentativas de manutenção da ordem pelas forças públicas estaduais; a morte de Matos Costa; o episódio do Combate do Banhado Grande, no Irani, em 22 de outubro de 1912, com a morte do Capitão João Gualberto e do Monge José Maria, bem como a dos 10 policiais e 11 fanáticos, estes sepultados conjuntamente na Cova dos 21; tudo isso acabou engrossando a lista de argumentos que agravaram a conjuntura sertaneja local a partir desses episódios. A insurreição passou a ser vista pelo governo republicano de Hermes da Fonseca como Canudos do Sul, onde predominava o messianismo e o banditismo, conforme narrativa de Pedro Calmon. Inicia-se, assim, a célebre Guerra do Contestado, com o destacamento do General de Brigada Fernando Setembrino de Carvalho para restabelecer a ordem na região. Assumiu ele o comando da Circunscrição Militar e da Brigada Estratégica encarregada de pacificar o território de aproximadamente 48.000km².

Logo depois do Combate do Irani (22/10/1912), onde pereceu o Capitão João Gualberto Gomes Sá Filho, comissionado no posto de Coronel face se encontrar no Comando do Regimento de Segurança do Estado do Paraná,

seguir-se uma ação militar com o destacamento de uma coluna comandada pelo Coronel Basílio Pyrrho, que percorreu, sem sucesso, aquelas matas à procura dos chamados fanáticos, responsáveis pela morte do militar e de dez praças da Força Pública do Paraná.

Os fanáticos ou jagunços eram também conhecidos por “pelados”, daí a expressão “Guerra dos Peludos contra os Pelados”. O vocábulo “pelados” decorre do fato de eles rasparem as cabeças, provavelmente por motivo de higiene (infestação de piolhos), segundo alguns escritores. Peludos eram os soldados e os vaqueanos (empregados ou contratados pelos fazendeiros).

Segundo propalado pelos fanáticos, o Monge José Maria, morto na mesma ocasião (22/10/1912), ressuscitaria depois de um ano e voltaria comandando o Exército de São Sebastião para salvá-los da opressão.

Durante este período, inaugurado em Taquaruçu, com Miguel Lucena Boaventura no papel de José Maria (pseudoirmão e sucessor do Monge João Maria), os acampamentos ou redutos eram controlados por três comandos: a) do acampamento (direção-geral); b) da forma – responsável pela organização militar; e c) da reza – encarregado da atividade religiosa.

Para proteção do Chefe do Quadro Santo existia uma guarda de honra denominada “Doze Pares de França”, cópia dos cavaleiros de Carlos Magno.

Passado um ano da morte do “Monge José Maria”, Euzébio Ferreira dos Santos (Zébinho) recebeu o aviso de sua volta através de visões de sua neta e, no início de dezembro de 1913, com fé redobrada, reorganizou o Reduto de Taquaruçu, numa aglomeração de aproximadamente mil pessoas, acampadas em barracas, ranchos e casebres, fazendo ressurgir o fanatismo.

Fortemente ligados pelos laços da ré e da religiosidade cabocla, combatidos pelas forças legais, não tardaram a se manifestar em favor da monarquia, fato que causou preocupação ao governo, em face da catastrófica experiência de Canudos, quando as forças legais enfrentaram os seguidores do anacoreta sombrio.

Diante do quadro de anarquia e impotência das polícias estaduais, seguindo as instruções do Presidente da República (Marechal Hermes da Fonseca), no final do ano de 1913, o General Abreu organizou um destacamento para reconhecimento do terreno, tendo por foco o reduto de Taquaruçu (situado às margens do rio do mesmo nome, afluente do rio Marombas). Para cumprir essa missão foram destacados o Capitão Adalberto de Menezes com 100 ho-

mens do 6º RI e o Capitão Espiridião de Almeida com 60 do 5º RI, aos quais se juntariam cerca de 50 praças da Força Pública de Santa Catarina, transferidas de Florianópolis para Curitibaanos.

As operações foram iniciadas em janeiro de 1914, sob o comando do Tenente-coronel Aleluia Pires, à frente de uma coluna de 750 homens (54º de Caçadores, 4º, 5º e 6º RI). Em 8 de fevereiro de 1914, ocorreu o ataque e o aniquilamento de Taquaruçu, com cerca de 100 mortos, inclusive mulheres e crianças, em face do fogo da artilharia.

Os jagunços (aproximadamente 400 pessoas) reagruparam-se em Caraguatá, inspirados pelo mesmo Monge José Maria. Neste novo reduto vaticinava a “virgem” Maria Rosa, filha de Eliazinho Miguel dos Santos, e foi proclamado o Imperador Constitucional da Monarquia Sul Brasileira – Manoel Alves de Assunção Rocha, cognominado de Don Alves Rocha, dando-se a conhecer uma Carta Aberta à Nação, que fora manuscrita ainda em Taquaruçu.

Para o governo central, sem sombra de dúvidas, se instalara, em plena selva, uma verdadeira guerrilha sertaneja. O Exército, porém, não se adaptara a esse tipo de luta. Insistia em utilizar os métodos clássicos de guerrear, impróprios para as circunstâncias e para tais inimigos. Ao contrário das tropas regulares, tinham eles pleno conhecimento do terreno e dispersavam-se e agrupavam-se com extrema facilidade em pontos previamente designados.

Além disso, iniciava-se o outono, quando as temperaturas declinam rapidamente. Dentro desse cenário, nas faldas da serra do Espigão, entre os rios do Peixe e Caçador, sob o comando do Tenente-coronel José Gameiro, em substituição ao Tenente-coronel Aleluia Pires (ficou doente), iniciou-se o frustrado ataque a Caraguatá. No episódio morreram o Capitão Alves Pinto, o Tenente Belísio e 26 sargentos, cabos e soldados.

A tropa, entretanto, não retornou aos quartéis, permanecendo acantonada próximo à Estação de Calmon, da estrada de ferro, composta pelos soldados dos Capitães Nestor Sezefredo dos Passos, Vieira da Rosa e Matos Costa e dos Tenentes Stemberg, Caldas Sobrinho, Facó, Horácio Cotrim, Franco de Souza e Januário.

Diante do insucesso de Caraguatá, entre abril e maio de 1914, foi escolhido para comandar a tropa o General Carlos Frederico de Mesquita, veterano da campanha de Canudos, que teve seu efetivo aumentado para 1.700 homens. Comandava ele na ocasião a 4ª Brigada Estratégica de São Gabriel/RS, quando

foi nomeado Comandante da 4ª Expedição da Guerra do Contestado no Vale do Rio do Peixe, em Santa Catarina.

Contudo, se do lado do Exército houve essa precaução, os fanáticos também se mostraram prudentes, e, sob orientação da vidente Maria Rosa, cerca de 3.000 brigadeiros, 2.000 mulheres e 500 crianças mudaram-se para um local estrategicamente melhor situado e mais guarnecido chamado Pedras Brancas, perto das cabeceiras do rio Paciência, na serra dos Vieiras, distante 40 quilômetros de Canoinhas.

Designado para comandar a repressão no Vale do Rio do Peixe, mais precisamente na região de Caraguatá, em 28 de maio de 1914 deu por encerrada sua missão e ordenou a retirada para Porto União, voltando para o Rio Grande do Sul. Dias antes, provavelmente entre os dias 16 e 18 de maio, no local denominado Santo Antonio, havia enfrentado um bando de fanáticos, onde pereceram cerca de dez jagunços. Morreram também o Sargento Ivo, um cabo, um soldado e um vaqueano. Depois desse embate, voltaram até a estação de Poço Preto e tomaram o trem para Porto União. Entendeu o General Mesquita que se tratava de uma disputa política, responsabilizando os governadores dos dois Estados pela anarquia reinante.

O governo, entretanto, para proteção da estrada de ferro e das atividades econômicas daquele rincão, manteve pequena unidade sediada em Porto União comandada pelo Capitão João Teixeira de Matos Costa, que procurou encontrar uma solução pacífica para o conflito, negociando com os líderes rebeldes e buscando apoio entre políticos de Curitiba e do Rio de Janeiro.

No dia 5 de setembro de 1914, chefiados por Benevenuto ou Veduto Baiano, em companhia do terrível Chiquinho (Francisco Alonso de Souza), um grupo de 300 rebeldes fortemente armados assaltaram e incendiaram a estação de Calmon e a serraria da Lumber, matando todos os seus funcionários, bem como um telegrafista e um guarda-chaves da ferrovia. Nesse dia, a serraria, a estação ferroviária, as casas dos operários e os escritórios da Brazil Railway foram incendiados. Os fugitivos desse ataque chegaram a Porto União, famintos e esfarrapados dois dias depois, devido à mata virgem da época. No dia seguinte, 6 de setembro, deu-se o ataque à Vila de São João dos Pobres (atualmente Matos Costa). A vila foi arrasada e os moradores foram trucidados.

Nesse dia (6/9), atendendo ao telegrama de Bob Helling da Lumber, comunicando o ataque do dia anterior, o Capitão Matos Costa, com sua tropa

de cerca de 60 soldados, se dirige para Calmon. No trajeto, após desembarcar do trem que os conduzia e tentado parlamentar com os jagunços, recebeu um tiro de Winchester de Benevenuto Baiano. Todos foram mortos e trucidados pelos fanáticos, aumentando o pânico recentemente instalado naquelas paragens.

Quase concomitantemente, no dia 26 de agosto, ocorreu a nomeação do General Setembrino de Carvalho para exercer o comando da 11ª Região Militar, com sede em Curitiba.

Abra-se aqui um rápido parêntesis para dizer algumas palavras sobre o cidadão Fernando Setembrino de Carvalho. Na primavera e no verão de 1913, estava ele no Ceará, como sucessor do Coronel José Faustino, no Comando da 4ª Região Militar. Na época, eclodira a célebre sedição de Juazeiro, que tinha como líderes o Padre Cícero Romão Baptista e o Doutor Floro Bartolomeu, além dos Senhores João Brígido dos Santos, Doutor Aurélio Lavor e Doutor Antonio Pinto Nogueira Acioli. Formavam o chamado Partido Unionista e tinham como objetivo a derrubada do Presidente do Estado do Ceará – Coronel Marcos Franco Rabelo, que possuía prestígio apenas em Fortaleza.

Em face dos acontecimentos, em 9 de março de 1914, o Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, decretou estado de sítio no Ceará, porque o governo estadual estava desprovido de meios eficazes para fazer cessar a situação de anarquia, restabelecer a ordem e assegurar as garantias constitucionais. Em síntese, estava impotente para conter os revoltosos, motivo pelo qual foi nomeado como Interventor no Ceará o Inspetor da 4ª Região Militar Coronel Setembrino de Carvalho, no dia 14 de março de 1914.

A nomeação ocorreu às 14h18 e a comunicação imediata permitiu que fosse ele empossado no mesmo dia, às 15h, intimando o Presidente Franco Rabelo para deixar o governo, o que aconteceu às 15h do dia seguinte.

Durante a interventoria, nomeou para Secretário de Fazenda o Doutor Hermínio Barroso; para Secretário de Justiça o Desembargador João Firmino Dantas; Secretário do Interior o Doutor José Lino da Justa; Chefe de Polícia o Doutor José de Borba Vasconcelos; e como Intendente de Fortaleza o Coronel Casimiro Montenegro.

Restabelecida a ordem, o Interventor baixou o Decreto n. 1, no dia 31 de março, fixando a data de 15 de maio de 1914 para eleição do Presidente e dos 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes do Estado e Deputados à Assembleia Legislativa.

Nessa eleição foi escolhido o Coronel Benjamim Liberato Barroso para Presidente do Estado e para Vice-Presidentes os Senhores Padre Cícero Romão Batista, Doutor Aurélio Lavor e Coronel Gustavo Augusto Lima.

No dia 24 de junho de 1914, o Interventor passou a Presidência do Estado ao eleito, Coronel Benjamim Liberato Barroso, que concluiu o tumultuado quadriênio iniciado em 1912.

Já como General de Brigada, em 26 de agosto de 1914, por decreto, foi nomeado Inspetor Permanente da 11ª Região Militar, interinamente e, em 8 de setembro de 1914, através do Aviso n. 695, recebeu a especial incumbência de “reprimir os desordeiros que nos estados do Paraná e Santa Catarina atentarem contra as autoridades federal e local”.

Embarcou no dia 9 de setembro, e no dia 11 do mesmo mês recebeu o comando da Inspetoria Militar do Coronel Almada, Comandante do 2º Regimento que respondia por ela interinamente em face da exoneração do General Alberto de Abreu. O cadáver do Capitão Matos Costa ainda não tinha sido encontrado.

Diante desse cenário, começou a ser montado o plano de campanha, em sua fase preparativa, com o destacamento de diversas unidades do Exército, desde Niterói até o Rio Grande do Sul, para reforçar a Brigada Estratégica. Além de serem reforçados alguns centros populosos mais importantes, começou a ser planejado o cerco militar, formando-se as linhas exteriores do norte (Coronel Onofre Ribeiro), oeste (Coronel Eduardo Sócrates), leste (Coronel Julio Cesar) e sul (Coronel Stillac Leal).

Em dezembro de 1914, o comando começou a percorrer as linhas exteriores e fazer, pessoalmente, o reconhecimento do terreno, verificando as exatas proporções dos acidentes topográficos e das dificuldades práticas de sua empreitada.

Foram encetadas tentativas de pacificação e, em face da manifesta superioridade de forças, diversas famílias saídas dos aldeamentos procuravam os acampamentos, declarando haver cada vez maior miséria e desânimo da parte dos redutários, denunciando assim uma tendência à deposição das armas.

Apesar disso, foi efetivada a ação militar chamada grande ofensiva, com o movimento conjunto dos destacamentos, conformando um plano de ataque muito bem elaborado. Foram necessárias algumas reparações da linha São Francisco, tendo havido insucesso da Coluna Sul e da aviação, com a queda do avião pilotado pelo Tenente Kirk nas cercanias da cabeceira do rio Jangada.

Finalmente, nos meses de fevereiro e março de 1915, quando foram neutralizados os redutos de Piedade, Santo Antonio, Timbozinho, Caçador, Aleixo e Cova da Morte, e com a tomada de Santa Maria no início de abril, onde se notabilizou o cearense Capitão Tertuliano de Albuquerque Potiguara, foram dadas por encerradas as ações militares no território conflagrado. Terminada a grande expedição, as unidades recolheram-se aos quartéis.

Concluída a tarefa militar em 1915, na sequência, por intervenção do Presidente da República, Wenceslau Braz, ajustou-se o Acordo de 1916, fixando-se novos limites entre os dois Estados, os quais são respeitados até hoje.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Mário Marcondes de. *Pelos caminhos do Sul: história e sociologia do desenvolvimento sulino*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1978.

GERSON, Brasil. *Pequena história dos fanáticos do Contestado*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação (Os Cadernos de cultura, 83), 1955.

GUIMARÃES, Alencar. *Questão de limites: Paraná-Santa Catarina. Atos e fatos*. Curitiba: Oficinas de O Estado, 1916.

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1995. (Coleção Farol do Saber)

RODRIGUES, Lêda Boechat. *História do Supremo Tribunal Federal. Tomo II (1899-1910 – Defesa do federalismo)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 126 sgs.

THOMÉ, Nilson. *A política no Contestado: do curral da fazenda ao pátio da fábrica. Caçador: UnC/Museu do Contestado, 2002*.

Território contestado – cerca de 48.000km² de terras, situadas no planalto serrano catarinense, tendo por limites: ao norte, os rios Negro e Iguaçu; ao sul, os rios Canoas e Uruguai; a leste, a Serra Geral; e a oeste, a fronteira do Brasil com a Argentina, conforme laudo arbitral do Presidente Cleveland.

Área de conflito ou região dos combates do Contestado – cerca de 10.000km², situados no território anteriormente citado, tendo por limite, a oeste, a Estrada de Ferro ou a serra da Taquara Verde e o rio do Peixe, muito aquém dos rios Chopim e Chapecó, onde iniciava a delimitação da chamada Questão de Palmas ou das Missões.

A “CONTESTAÇÃO” TERMINOU; MAS... E A CONTROVÉRSIA?

Elisio Eduardo Marques¹“

O que ocorrer com a terra recaíra sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida: ele é simplesmente um de seus fios. Tudo que fizer ao tecido fará a si mesmo.” (Chefe Seattle, In: Kaiser, 1987))

Em 17 de junho de 1723, no Governo Rodrigo Cesar de Menezes da capitania de São Paulo, foi criada a Comarca de Paranaguá, limitada com Santa Catarina através dos rios Negro e Iguassu. Em 1812, tornou-se Comarca de Paranaguá e Curitiba (Tokarski, 2002: 127).

Em 1º de junho de 1629, o bandeirante Antonio Raposo Tavares, com uma tropa de 3 mil portugueses e 900 caboclos, destruiu doze aldeias indígenas no Vale do Iguaçu e retornou a São Paulo, onde vendeu vinte mil índios (Tokarski, 2002: 101).

Agostinho Ermelino de Leão, em 1904, escreveu *A secular pendência: Paraná-Santa Catarina*.

¹ Juiz de Direito aposentado. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

A QUESTÃO DO CONTESTADO

A questão da Contestado estendeu-se ao longo da segunda metade do século XVIII e de todo o século XIX e envolveu querelas de natureza jurídica, administrativa, geográfica, fiscal, política e histórica, sendo que raramente ocorreram confrontos armados entre catarinenses, paulistas, curitibanos e, depois de agosto de 1853, paranaenses.

A GUERRA DO CONTESTADO

Costuma-se denominar “Guerra do Contestado” a série de iniciativas políticas e administrativas entre inicialmente as províncias e posteriormente os estados do Paraná e Santa Catarina sobre questões de limites. A região do Contestado entrou no século XX sob acirrada disputa entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, e, histórica e geograficamente, podemos entendê-la melhor dividindo-a em quatro setores:

O Setor Setentrional compreendia, em linha horizontal, as terras abaixo dos rios Negro e Iguaçu, até alcançar ao sul as serras de Espigão e da Taquara Verde, envolvendo as Vilas de Rio Negro, Três Barras, Canoinhas, Vila Nova do Timbó e Porto União da Vitória, mais os campos de São João, onde correm as águas dos rios Canoinhas, Paciência, Timbó e Jangada.

O Setor Oriental compreendia, em linha vertical, a parte do rio Negro em direção ao sul, ladeando o oeste da Serra Geral até a raiz da Serra do Espigão, envolvendo as colônias de São Lourenço, Itainópolis, Papanduva, Iracema e Moema, a Encruzilhada, os campos da Estiva mais as terras Lageadinho, e, em cima da Serra, Campo Alto e parte dos campos do Coriscos “Santa Cecília”.

O Setor Meridional, abaixo da Serra do Espigão, envolvia parte dos campos do Corisco, os campos de Curitibanos e Campos Novos, na parte entre os rios Canoas e Marombas até o rio do Peixe, envolvendo as Vilas de Curitibanos e de Campos Novos.

O Setor Ocidental, muito mais amplo que os demais, envolvia os campos de Palma de Cima, de Campo Ere e de Palmas de Baixo, tendo a Serra da Taquara Verde e o rio do Peixe a leste, alcançando ao sul as barrancas do rio Uruguai e a oeste a fronteira com Santa Catarina. Todos estes setores eram ocupados primeiro por paulistas, depois por curitibanos e, por fim, por paranaenses. Ainda enquanto

província, antes, portanto, de 1900, o Paraná perdeu para Santa Catarina a área de colonização que implantara no setor setentrional entre a encruzilhada e São Bento (hoje São Bento do Sul, Campo Alegre e Rio Negrinho), bem como área de criação de gado entre os rios Marombas e do Peixe (Curitibanos e Campos Novos), esta última que desbravara a partir de Guarapuava e de Palmas.

Explorando oficialmente 190 léguas do sertão do território contestado, entre setembro de 1882 e março de 1884, o major Jaques Ourique, que representou os interesses do Paraná na Comissão Mista, sugeriu que no interior os limites entre o Paraná e Santa Catarina fossem desde as nascentes do rio Negro, por este abaixo até sua foz no rio Iguaçu, e por este até encontrar na margem esquerda, a foz do rio Jangada, subindo por este até o ponto mais próximo da cabeceira do rio do Peixe, ao qual se uniria por linha reta, descendo pelo rio do Peixe até encontrar o rio Uruguai. Por essa linha sugerida, os campos de São João e a Vila de Porto União da Vitória ficariam para Santa Catarina, e os campos de Palmas, para o Paraná. Já a Vila de Rio Negro seria dividida pelo meio, conforme o curso do rio desse nome, passando para Santa Catarina a área de colonização que era de Rio Negro, desta vila até a Serra do Espigão, ao sul.

Em 1887, o major Ourique mudou sua proposta original propondo a substituição do rio do Peixe pelo rio Timbó, com o que Porto União da Vitória também ficaria para o Paraná. Joaquim da Costa Barradas, ao concluir o memorial por parte do Paraná na ação originária de reivindicação sobre limites territoriais entre os Estados do Paraná e Santa Catarina protocolado em 1902 no Supremo Tribunal Federal – STF, apresentou a defesa paranaense na questão levantada pelo governo de Santa Catarina. Entre as alegações, mencionou fatos da ocupação histórica de todo o território contestado pelo Paraná, destacando as atividades dos municípios.

O DIREITO NO CONTESTADO

Pode-se, fazendo tábula rasa, dizer que, *stricto sensu* da questão jurídica do Contestado, foram rigorosamente contestados dois princípios populares do direito:

- “O direito não socorre a quem dorme.”
- “Mais vale um mau acordo do que uma boa demanda.”

Parece choro de perdedor, mas no imbróglgio jurídico estavam certos e afinados com a Constituição, as Leis e o regimento interno do Excelso Pretório os dois votos divergentes e o juiz a quem foi dada a carta de ordem não executada.

Ressalta-se que, antes de iniciado o procedimento judicial na instância superior, houve tentativa de arbitramento, em 1886, sobre questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, chegando a ser indicado como árbitro o vice-presidente da República. Se aceito este caminho, ter-se-iam evitado dissabores e derramamento de sangue.

A CAMPANHA DO CONTESTADO

A intervenção da União através do exército deu-se por solicitação dos governos estaduais (previamente combinada).

Autores como José Robson de Arruda e Nelson Pillatti (*Toda a História*, Editora Ática, 2002, p. 76), e Maria Onilce Ferreira Amarante, em *Guerra do Contestado 1912-1916*, situam o início da Guerra do Contestado na batalha do Irani, em 1912. Como cultor da história total, em livre manifestação do pensamento, permito-me tergiversar que houve excesso na repressão, que deveria ser, no dizer de Aureliano Pinto de Moura, simples retorsão às mortes de João Gualberto e Matos Costa, para arrolarmos apenas “cadáveres ilustres”. A propósito, cita-se a obra do professor Fernando Tokarski (*Cronografia do Contestado*, 2002) e transcreve-se trecho do artigo do historiador Milton Ivan Heller do *Boletim LXIII do IHGPR*.

GUERRA CAMPONESA DO CONTESTADO

“O Contestado foi o cenário de uma guerra camponesa entre 1912 e 1916, porque teve peculiaridades que só existiram ali. Uma área disputada desde o século anterior por espanhóis e portugueses, brasileiros e argentinos, catarinenses e paranaenses por suas terras férteis, imensas reservas florestais e seu clima temperado. Sem governo definido – o que só aconteceria em outubro de 1916 com acordo de limites Paraná-Santa Catarina –, sem escolas, sem hospitais, sem padres, o Contestado tornou-se uma terra de ninguém. Questúnculas entre vizinhos, a disputa de um trato de terra e divergências entre os mandões políticos eram resolvidos a bala, como do *far west* norte-americano. Dezenas de milhares de habitantes

analfabetos viviam entregues a própria sorte, e o território tornou-se refúgio de foragidos da justiça de outros estados, remanescentes derrotados da Revolução Federalista que recebiam ser degolados dos pampas gaúchos e também os perseguidos pelas oligarquias locais. Gente que não podia recorrer à proteção das autoridades públicas, sujeita a toda sorte de violências, arbitrariedades e riscos.”

Mais adiante:

“O segundo choque de modernidade seria a criação de uma corrente intensiva de imigrantes europeus, tidos como elementos civilizados empreendedores e progressistas contrapondo-se aos nossos caboclos apontados como indolentes, escravos da miséria e da ignorância. O instrumento para viabilizar estas mudanças seria a construção de uma ferrovia, a São Paulo-Rio Grande, que cortaria o Contestado de ponta a ponta e ligaria o centro ao sul do País, o que até então só era possível por via marítima ou através do intenso comércio de tropeiros, sujeitos a constantes assaltos de bandos armados”.

Mais adiante, trecho final:

“Gente primitiva e analfabeta, dirigida por puxadores de terço, que se reuniu em pobres e toscas capelas, levantadas em geral pelo bodegueiro vendedor de cachaça e comprador de erva-mate, de que maneira poderiam reagir? Reagiram e escreveram uma epopeia com um surpreendente poder de suportar milhares de soldados bem nutridos e bem municiados. Ainda hoje se pergunta como aquela massa de camponeses pobres e desamparados, em geral conformados com a própria miséria em que viviam, puderam fazer das fraquezas forças, arrogantes e destemidos, criando uma disciplina de guerrilha, uma organização de retaguarda e a estrutura de uma nação em guerra. Sustentaram duros combates durante anos em Irani, Taquaruçu, Caraguatá, Timbó, Salseiro, Corisco, Tapera, Richard e Santa Maria. Muitos tombarão deste calvário em defesa dos direitos de gente esfarrapada faminta e desesperada. Centenas, que não tinham mais forças para lutar e haviam resistido aos combates, à fome e às doenças, seriam sumariamente degolados ou fuzilados. Impossível enumerar as crianças, os idosos e as mulheres mortos em uma guerra que não provocaram e não tinham para onde fugir. Os padres só tinham palavras para condenar os fanáticos e confraternizavam com os oficiais comandantes das tropas de repressão. A república dos coronéis venceria os seguidores do monge José Maria. Viva a República”.

A campanha do Contestado, que começou como “guerra de guerrilhas” e culminou como guerra de extermínio, só tem similar no século passado, em

nossa história, com o levante do Araguaia dos “anos de chumbo”! A propósito, em 19 de janeiro de 1918, o presidente Wenceslau Braz decretou anistia aos que se envolveram na Guerra do Contestado (Tokarski, 2002, p. 31)

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelsson. *Toda a História - História Geral e História do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

ATA da conferência de União da Vitória, entre os governos estaduais de Santa Catarina e Paraná. Curitiba: Oficial

BARRADAS, Joaquim da Costa. *Acção originária de reivindicação sobre limites territoriais entre os Estados do Paraná e Santa Catarina ao Supremo Tribunal Federal: memorial por parte do Paraná 1902*. Rio de Janeiro: Olympio Campos, 1902.

_____. *Questão de limites entre os Estados do Paraná e de Santa Catharina: embargos ao accordão*. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Olympio de Campos, 1904 [fotocópia encadernada em capa dura preta].

BARROS, Bento Fernandes de. *Esclarecimentos sobre a questão de limites entre os Estados do Paraná e de Santa Catharina*. Curytiba: Typ. da Livraria Economica, 1902. [fotocópia em folhas soltas].

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Acção originaria de reivindicação sobre limites territoriaes entre os Estados do Paraná e Santa Catharina: memorial por parte do Paraná*. Curytiba: Impressora Paranaense, 1902.

CARNEIRO, David Antonio da Silva; NASCIMENTO, Noel; BUCHMANN, Ernani. Notícias do Contestado. In: *Helena*, v. 1, n. 0, jun. 2012.

CLETO, Josaphat Porto Lona. O estado das missões e sua efêmera existência. Curitiba: Cavalcanti, 1978. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, v. 34. 1.308 p.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. *O desmoronamento do mundo jagunço*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1986.

FRAGA, Nilson Cesar (org.). *Contestado: território silenciado*. Florianópolis: Insular, 2009.

HAPNER, Paulo Roberto. Guerra do Contestado: questão de limites entre Estados. In: *Toga e Literatura*, n. 1, ago. 2008.

HELLER, Milton Ivan. Guerra camponesa do Contestado. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*, v. 63, 2011, p. 48-53.

KAISER, R. “A Fifth Gospel, Almost”. Chief Seattle’s Speech(es): American

Origins and European Reception. In *Indians and Europe: An Interdisciplinary Collections of Essays*, edited by C. F. Feest, p. 505-526. Rader Verlag, Aachen. 1987.

LEÃO, Agostinho Ermelino de. *A secular pendência: Paraná-Santa Catarina*. Curitiba: Econômica, 1904.

_____. *Contestado: resumo do voto do Sr. Ministro Pedro Lessa*. Curitiba: C. Schulz, 1910.

MAFRA, Manoel da Silva. *Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catharina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná: submetida, por acordo de ambos os Estados, à decisão arbitral*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

MARTINS, Romário. *Santa Catarina versus Paraná*. Curitiba: Cavalcanti, 1974. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná*, v. 23, 3.804 p.

_____. *Limites a Suéste: artigos publicados n'A República, de Curytiba, sobre a questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catharina*. Curytiba: Typographia da Livraria Econômica, 1901.

_____. *Questão de limites: Paraná-Santa Catarina*. Curitiba: República, 1902.

MEDEIROS, Marcia A. de F.; MARCHIORATO, Silvia Marize. *Transcrição de documentos do Contestado PR-SC: 1855,1856,1876 a 1880*. Curitiba: SEC, 1992.

MEIRINHO, Bruno Cesar Deschamps. *A Terra vista do espaço. Breve ensaio sobre o Contestado e as modernas relações do homem com a natureza*. In: *Contestado: território silenciado*. Florianópolis: Insular, 2009, 5.262 p.

MOCELLIN, Renato. *Os guerrilheiros do Contestado*. São Paulo: Brasil, 1989.

NASCIMENTO, Noel. *A grande Guerra Camponesa*. Curitiba: Oficial, 2002. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*, v. 52, 4.071 p.

_____. *O Império sul-brasileiro*. Curitiba: Torre de Papel, 2002. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*, v. 53, 4.127 p.

_____. *A Revolução do Brasil*. 2. ed. Curitiba: Instituto Memória, 2008.

NEUNDORF, Alexandro. *A questão de limites e a questão identitária no Paraná: história e imprensa na construção do acontecimento*. IX Encontro Estadual de História. Anais. Porto Alegre. 2008.

O CONTEXTO DO CONTESTADO: questão de limites e guerra camponesa. Fascículo da coleção: *Gazeta do Povo*, História do Paraná: formação territorial, n. 4, 2003.

PARANÁ, Sebastião. *Discurso sobre a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina*. Curitiba: Econômica, 1904.

PARANÁ-SANTA CATHARINA: discussão exhaustiva da controvérsia, opinião dos principais órgãos de publicidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1909. [fotocópia encadernada em capa dura preta].

PARANÁ. O Contestado, 1913. In: *Boletim do Arquivo do Paraná*, v. 10, n. 16. Curitiba: DAMI, 1985, 2.685 p.

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado, III: a grande ofensiva*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

PINTO, Rui Cavallin. Bento Fernandes de Barros e o Contestado. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*, v. 63, 2011. p. 54-60.

RODRIGUES, Manoel Coelho. *Questão de limites pró Paraná: refutação do voto Pedro Lessa*. Curitiba: Typographia d'A República, 1911. OR-981.

ROMERO, Sylvio. A união do Paraná e Santa Catharina. Curitiba: Mundial, 1917. In: *Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná*, v. 1, n. 1.

ROSA FILHO, João Alves da. *A polícia militar do Paraná na campanha do Contestado*. Curitiba: Associação da Vila Militar da PMPR, 1998.

_____. Associação da Vila Militar da PMPR. *Combate do Irani*. 2. ed. Curitiba: Associação da Vila Militar da PMPR, 1999.

SANTOS, Ayrton Ricardo dos. Fronteiras que nos unem: os limites entre Santa Catarina e Paraná. Curitiba: Litero-Técnica, 1989. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, v. 46, 1.820 p.

SANTOS, Sílvio Coelho dos (org.). *O Contestado na historiografia e na literatura*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras (ACL), 2008.

SILVA, Cleto da. *Acordo do Paraná e Santa Catarina: o Contestado diante das carabinas*. Curitiba: Globo, 1920.

SOUZA, Marechal Antonio de Albuquerque. *Comissão de demarcação de limites Paraná-Santa Catarina: relatório da Comissão*. Rio de Janeiro, 1920.

THOMÉ, Nilson. *Uma nova história para o Contestado*. Caçador/SC: Universidade do Contestado, 2004.

_____. 165º aniversário da revolução Farroupilha no Contestado: liberdade, igualdade, humanidade, 1838 a março 2003. Curitiba: Oficial, 2003. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*, v. 54, 4.283 p.

TOKARSKI, Fernando. *Cronografia do Contestado – apontamentos históricos da região do Contestado e Sul do Paraná*. Florianópolis: IOESC, 2002.

TONON, Eloy. *As cidades de Porto União da Vitória no contexto do movimento do Contestado*. União da Vitória, PR: FAFIUV, 2008, p. 151-174.

VASCONCELLOS, Zacarias Goes e. *Questão de limites entre a província do Paraná e a de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Correio da Tarde, 1837.

_____. *Relatório do presidente da Província do Paraná na abertura da Assembleia Legislativa Provincial*, em 15 de julho de 1854.

O Exército e as

Forças Estaduais

O EXÉRCITO BRASILEIRO E A INSURREIÇÃO DO CONTESTADO

Aureliano Pinto de Moura¹

INTRODUÇÃO

Cem anos passaram desde a insurreição do Contestado, irrompida em 13 de outubro de 1916. Passado um século, ainda se mantém em uma penumbra polêmica. Um assunto pouco conhecido, pouco pesquisado e pouco difundido.

Atribuído, quase sempre, à disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina, sem dar relevância às verdadeiras causas do conflito, que se mantêm nas sombras da nossa História. São raros, nas livrarias, os livros sobre o assunto. Nos livros didáticos, pouco dizem sobre o assunto e, na maioria das vezes, nem referência fazem em suas páginas.

Pesquisando o assunto e analisando os fatos registrados, podemos dizer que a questão lindeira não era a preocupação da grande maioria dos sertanejos moradores da região. Estes estavam envolvidos em sua sobrevivência e sofrendo em sua pobreza, esquecidos pelas autoridades competentes e excluídos de uma sociedade semifeudal, dominada pelos “coronéis” e políticos pouco preocupados com os sertanejos. Os caboclos apenas lutavam pela sobrevivência.

¹ General de Divisão. Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Presidente da Comissão Brasileira de História Militar (CIHM).

Enquanto isso, a religião se contaminava pela influência dos diversos “monges”, “benzedeiros”, “rezadores”, “mandraqueiros”, já que os sacerdotes não eram frequentes no território contestado.

A insurreição do Contestado foi uma insurreição de cunho social e político, em uma comunidade impregnada por um messianismo rústico rural. Com reflexos no comportamento dos sertanejos, sob a influência dos “monges”.

Paraná e Santa Catarina nunca chegaram a um confronto bélico em sua disputa territorial. Nunca foi demarcada uma linha de contato, com suas tropas de segurança em posição. As suas divergências foram tratadas através da Justiça, terminando o impasse através da arbitragem, sugerida por Carlos Cavalcanti, governador do Paraná.

No decorrer dos acontecimentos, a insurreição cabocla transformou-se em hordas lideradas por bandidos. Criminosos que saqueavam, incendiavam e matavam sob qualquer pretexto, impregnados pelas promessas do “monge” José Maria, que lhes dava esperanças de um futuro melhor, que seria realidade ao retorno de São Sebastião, com o seu “exército encantado”, que desceria do céu para salvá-los.

Os caboclos nada mais foram do que massa de manobra nas mãos de espertalhões e políticos mal-intencionados.

A insurreição do Contestado não está ligada aos movimentos insurrecionais sob a influência das *Trovas de Bandarra* (século XVI, 1530 e 1540), obra escrita por Gonçaleanes Bandarra. Um sapateiro português, anunciando o “...retorno de D. Sebastião, rei de Portugal desaparecido na Batalha de Alcácer-Kibir (1578), para resgatar as glórias do Império Português e salvar a Terra Santa”. Crença trazida para o Brasil pelos cristãos-novos migrados para Pernambuco no início do século XIX, conforme descrito por Maria Pereira Isaura de Queiroz.

É comum certos leitores do assunto compararem Canudos com a insurreição ocorrida no planalto catarinense, em 1912-1916. Ambas as insurreições são marcantes em nossa História.

Mas o episódio do Contestado foi muito mais violento, mais marcante e abrangente daquele que ocorreu no sertão baiano, no final do século XIX. Não foram a mesma novela em palcos diferentes. O Contestado não foi narrado ou cantado, em prosa e verso, conforme o ocorrido em Canudos, pois lhe faltou um Euclides da Cunha. Não tem sido divulgado como merece.

O Contestado, em realidade, foi uma insurreição, política e social, de cunho messiânico rústico rural. Não foi um movimento revolucionário, não foi uma guerra visando ao retorno da monarquia.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

No decorrer dos séculos: a história do Contestado teve início com a *Capitulação da Partição do mar Oceano*, em 7 de agosto de 1494, em Tordesilhas, até hoje com sua demarcação discutível.

Em 1534, D. João III dividiu o Brasil em Capitanias Hereditárias, cujas linhas lindeiras não são muito claras. A concessão não diz sequer em que ponto exato começava ou acabava a linha demarcatória (Vicente Tapajós).

Em 1720, a Capitania de São Paulo se separou de Minas Gerais, ficando os seus limites de Parati, ao norte, até a costa sul, no rio da Prata.

Em 1723, criou-se a Comarca de Paranaguá, com a sua Ouvidoria sujeita a São Paulo. Seu território chegava até as barrancas dos rios Pelotas e Uruguai; e a leste, com Santa Catarina, pela Serra Geral.

Em 1725, Paranaguá, com ouvidor próprio, passou a ser um centro de poder, que ia de Iguape e Cananeia, ao norte, até o Prata, ao sul.

Em 1738, foi criado o “Governo Militar” na ilha de Santa Catarina, desmembrada de São Paulo, sendo anexada ao Rio de Janeiro, centralizando a defesa da costa sul, sob um único comando. Santa Catarina desligava-se do planalto, passando a ser o núcleo da futura Província de Santa Catarina.

Em 1771, o Morgado de Matheus criou Lages, sob protesto catarinense. No ano seguinte, passou à condição de vila, como N. S. dos Prazeres de Lages.

No século XIX, o território catarinense tinha sua linha lindeira na Serra Geral. Mas por alvará de D. João VI, de 9 setembro de 1820, a vila de Lages foi reincorporada a Santa Catarina, por estar distante de São Paulo.

Em 1822, com a Independência, na Corte, a proximidade de São Paulo com o Rio Grande do Sul não era bem vista, por suas tendências liberais. Havia necessidade em criar uma província tampão, que viria a ser o Paraná, em 19 dezembro de 1853. Por proposta do visconde de Caravelas, a Comarca de Curitiba foi elevada a Província, mantendo sua “extensão e limites (...) da referida Comarca (de Curitiba)”.

Em 1852, em um golpe de mão, a Comarca de Curitiba perdeu Iguape e Cananea aos paulistas. E, segundo Naroziak (*Histórias do Paraná*), até hoje não teriam sido demarcadas as linhas de fronteira entre o Paraná e São Paulo.

Em 1865, o limite oeste entre as duas províncias passou a ser nos rios Marombas e Canoas.

Em 1879, Cansanção Sinimbu levou a fronteira oeste para o rio do Peixe, permitindo que Santa Catarina levasse a sua jurisdição até o rio Canoinhas e ao vale do Timbó, com o Imperador D. Pedro II fazendo-se de cego, surdo e mudo.

Em 1889, proclamada a República, ambos os estados passaram a pressionar o Congresso Nacional e o Poder Judiciário em busca de uma solução definitiva para o impasse. O que só veio a ocorrer em 1916, após sangrenta insurreição e a arbitragem de Venceslau Brás, então Presidente da República.

A REGIÃO CONTESTADA (48.000KM²)

A região contestada foi disputada por Paraná e Santa Catarina, desde os tempos coloniais. A invasão do território sob jurisdição paranaense, em 1912, pelos jagunços de José Maria fez reacender divergências históricas, um tanto esquecidas.

No século XVIII, ao se estabelecerem as primeiras fazendas, algumas já com seus títulos de sesmarias expedidos por São Paulo, muitos dos campos já estavam ocupados por grandes propriedades, nas regiões de Lages e Curitibaanos.

As primeiras áreas ocupadas foram pastagens naturais, mais valiosas. Os espaços sujos, com muitas árvores e arbustos, foram sendo ocupados por pequenos posseiros, que produziam campos derrubando as matas.

As melhores terras, no planalto central e a noroeste de Curitibaanos, passaram a ser ocupadas em 1870, fazendo surgir grandes fazendas.

Ao nordeste e ao centro da área contestada, crescia a grilagem da terra pelos criadores, com a atuação da Brazil Railway e da Lumber.

No século XX, as fazendas, sem cercas, permitiam ao gado entrar nos faxinais, nos matos, destruindo as lavouras de pequenos posseiros, provocando a prepotência dos criadores sobre os lavradores, dos “coronéis” sobre os sertanejos, fazendo surgir os conflitos entre lavradores e criadores. Isso tudo

resultando em expulsões de posseiros à revelia da justiça. As disputas eram resolvidas pela violência.

O DESNÍVEL SOCIAL

Já no século XIX, estava presente um diferencial entre sitiantes e fazendeiros, sendo que estes moravam em suas terras, mas no inverno recolhiam-se às suas casas nas vilas e cidades, época em que os condutores para o norte começaram a migrar também para o litoral, com Campos Novos ligando-se com Blumenau, via Rio do Sul. Os tropeiros mantinham a ligação do planalto com o litoral, tendo à sua disposição o cavalo para muda, prato de comida e pouso.

Os tropeiros eram, algumas vezes, grandes criadores, com seus agregados e peões, mas muitos deles não passavam de assalariados, descendo a serra para levar porcos, gado, couro e fumo. No retorno transportavam ferramentas, sal, açúcar, farinha, açúcar e outros artigos.

No vilarejo de Santa Cecília, vaqueanos prestavam segurança aos tropeiros, contra bandidos ou bugres. Os próprios tropeiros eram, muitas vezes, bandidos. Serviço esse que os vaqueanos vão prestar também por ocasião das expedições e tropas empenhadas contra os “fanáticos”.

Os vínculos entre fazendeiros, peões e agregados não eram iguais em todos os lugares. Em certas regiões, os agregados e os peões tinham a possibilidade de buscar sua independência ou apossar-se de algumas terras para sua lavoura e sua criação.

A ZONA DE OPERAÇÕES

Limites: ao norte pelos rios Negro e Iguaçu; ao sul pelos rios Pelotas e Uruguai; ao oeste, o rio do Peixe, e a leste, a Serra Geral e os rios Marombas e Canoas.

O terreno: difícil, para operações militares, pelos muitos rios, região de serras e matas densas, favorecendo as emboscadas. Muitos rios perenes de difícil transposição, nem sempre com pontes ou balsas. Paralelo ao rio do Peixe, uma estrada de ferro, ligando Porto União a Marcelino Ramos.

Clima: temperado frio, com chuvas frequentes, agravando-se nos períodos de chuvas prolongadas, quando os caminhos tornavam-se difíceis e pesados para os deslocamentos de tropa. Região sujeita a geadas frequentes no inverno e neve, com a temperatura chegando a -13°C.

Os redutos: a cidade santa contava com seu quadro santo, onde se realizavam as rezas, as distribuições de tarefas ou o julgamento e a execução de quem caísse em desgraça, momento em que se destacavam as lideranças.

Algumas vezes eram requisitados pelos chefes dos redutos e obrigados a trabalhar para a comunidade. Só se residia nos redutos mediante permissão e compromisso do “chefete”, do líder.

Entre os insurretos não havia uma liderança única. Cada reduto possuía o seu líder, e, quando necessário, reuniam-se para realizar uma operação ou defender um reduto, em comum.

O “messianismo” foi ganhando dimensão à proporção que a questão da terra veio à tona, enquanto os “coronéis” redistribuíam as terras a seu bel-prazer. Somando-se a isso tudo, um ingrediente perturbador: o término da ferrovia, quando uma parte dos trabalhadores demitidos não tinha como retornar às suas origens, sendo levados a engrossar os efetivos de jagunços.

O ADVERSÁRIO

Os insurretos: foram homens valentes e decididos a enfrentar os adversários com determinação, procurando sobreviver ao combate e usando da violência para se fazer respeitar. Com o tempo, foram adquirindo conhecimento para explorar bem o terreno, acompanhar o movimento da tropa e as técnicas do combate.

Os “coronéis”, fazendeiros cercados de agregados e peões para a lida diária nas fazendas, que por vezes acumulavam a lida diária com a segurança do patrão.

Operários da ferrovia: ao serem demitidos da construtora da ferrovia, não tendo como retornar às suas origens, aderiram à insurreição.

O Monge José Maria de Agostinho (chefe fanático): surge em Campos Novos em 1910, ocupando o espaço deixado por João Maria Marcaf. Fora soldado do Exército e desertor na Força de Segurança do Paraná, ou vice-versa (fatos ainda discutíveis).

Em 1912, ao mudar-se para Taquaruçu, envolveu-se com políticos locais, posicionando-se ao lado do “coronel” Henrique Paes de Almeida, desafeto do “coronel” Francisco de Albuquerque, Intendente de Curitiba, que denunciou o “monge” como monarquista.

Sua ação não se estendia a toda a região do Contestado. Militarizou seus seguidores. Eram fugitivos da justiça, desertores, suplentes de delegado (Bonifácio Papudo), oficial da Guarda Nacional (Aleixo), fazendeiros, negociantes, suplente de promotor (Tavares), facínora (Adeodato), combatente da Revolução de 1893 (Castellano), além dos “mobilizados”, não voluntários.

Militarizou a Irmandade Cabocla, criou os redutos e prometia uma vida melhor em uma “cidade santa” que seria conquistada com a chegada do “exército encantado” sob o comando de São Sebastião.

José Maria teria estado preso por estupro e não gozava de bom conceito em algumas localidades por onde passara. Criou os redutos a “Irmandade Santa”, o “Piquete Chucro”, os “Bombeiros” e os “Doze Pares”.

AS LIDERANÇAS CABOCLAS

As lideranças caboclas, após os combates de Taquaruçu, já em Caraguatá, foram dando lugar aos mais valentes, aos mais violentos, aos bandidos, tornando-se os integrantes da Irmandade mais adestrados ao combate.

Os redutos foram sendo transformados em valhacouto de bandidos, foragidos da lei. Dentre eles destacaram-se:

Antonio Tavares Junior: ex-suplente de promotor, em Canoinhas, reuniu-se com seu bando de jagunços, com o pretexto de se opor ao laudo do Supremo Tribunal Federal, na questão de limites. Em realidade, era chefe de bando de caboclos, e os tratava como se fossem peões, dando vazão aos seus instintos bestiais com mulheres que viessem a cair em suas garras. Dedicava-se mais ao banditismo.

Henrique Wolland (Alemãozinho): fotógrafo ambulante, ex-prisioneiro de Aleixo, “chefete” de fanáticos em ataques a povoações então paranaenses, atuava como “agente-duplo”. Foi chefe de reduto.

Bonfácio Papudo: suplente de delegado de polícia, chefe de reduto, chefiou um antro de facínoras e hostilizou muitas vezes as tropas em Canoinhas.

Aleixo Gonçalves: capitão da guarda nacional e chefe de reduto.

Conrado Gober: capitão da guarda nacional, ex-empregado da estrada de ferro de Santa Catarina, chefe de reduto.

Adeodato: bandido por natureza, liderança na fase final do Contestado, assumindo o comando da briga, impondo uma rígida e violenta disciplina. Um facínora, não só em relação aos prisioneiros, aos que não colaborassem, ou com os próprios jagunços. Famoso pela crueldade. Chefe de reduto, assassinou Alonso, em disputa de liderança.

Venuto Baiano: ex-marinheiro (da Armada), instrutor militar em determinadas áreas da região. Um dos comandantes da briga e chefe de reduto. Foi executado pelos pares.

Agostinho Saraiva Pires Castelhana: estrangeiro, veterano da Revolução de 1893. Sua atuação era dirigida ao roubo, ao saque. Chefiava um grupo de malfeitores e foi morto por populares em uma investida contra Lages (Miranda, 1987).

Em relação às lideranças no Contestado, não há como separar as lideranças religiosas das profanas. Todos os comandantes de briga sempre mantiveram suas ligações com “sonhos e visões”. O próprio Adeodato tinha sempre ao seu lado o “monge Pai Velho” (Maneco).

Por necessidade de sobrevivência dos seguidores de José Maria, as lideranças com alguma experiência militar passaram a usufruir de maior prestígio, de maior poder.

DISTORÇÕES DA HISTÓRIA

Maragatos e pica-paus

No final do século passado, o planalto catarinense foi envolvido pela Revolução Federalista, com as colunas de maragatos de Gumercindo Saraiva e sua perseguição pela Divisão Norte, do General Lima e do Senador Pinheiro Machado.

O confronto entre maragatos e pica-paus foi desde o Rio Grande do Sul, atravessando Santa Catarina e chegando a Curitiba, com vistas a depor o marechal Floriano Peixoto.

Muitos federalistas gaúchos e paranaenses se refugiaram no planalto catarinense, depois de derrotados, quando contribuíram para o adestramento de caboclos no uso das armas e na arte da degola.

Mas certos autores exageram a contribuição dos comandados de Gumerindo prestado aos insurretos do Contestado, pois a guerra era outra.

A insurreição do Contestado

Nestes 100 anos da insurreição do Contestado, a sua história veio sendo contada por quem pesquisou, por aqueles que leem, pelos que distorcem o que leem ou pelos que procuram chegar perto da verdade histórica. Há os que descrevem o “politicamente correto”, atendo-se aos seus princípios ideológicos, e os que distorcem os fatos por puro regionalismo.

Na procura da verdade histórica, faz-se necessário saber separar o joio do trigo, procurar fontes primárias e uma historiografia de credibilidade.

Em relação ao Contestado, torna-se importante a documentação existente no Arquivo Histórico do Exército. Consultar as Ordens do Dia, dos comandantes das tropas empenhadas, além das Memórias (17 de dezembro de 1923) e do Relatório de Setembrino de Carvalho (Miranda, 1987).

Ao abordar o tema, é importante procurar chegar o mais próximo da verdade histórica, desmistificando elogios às lideranças rebeldes ou mesmo às militares, assim como evitar enaltecer os conhecimentos bélicos dos jagunços, voltados para operações de pseudoguerrilha. A guerrilha tem suas regras, suas características, sua doutrina, exige aprestamento específico e efetivo compatível com o grupo guerrilheiro a enfrentar.

Seria um exagero atribuir ao “monge” José Maria a culpa toda do que ocorreu no planalto catarinense. Apenas quis o destino que viesse a morrer no combate do Irani, o estopim da insurreição, aceso pelo açoitamento do Regimento de Segurança Pública do Paraná.

É um exagero colocar o Exército Brasileiro, ou os militares, como “forças da repressão” ou algo parecido. O Exército participou das ações de segurança por determinação do Poder Civil, do Comandante em Chefe das Forças Arma-

das, o Presidente da República. O Exército lá não foi por sua própria vontade, ao contrário, a participação do Exército na pacificação da região não era bem vista por muitos militares.

O que nos choca é cultuarem exageradamente os jagunços, os bandidos, como se fossem “...heróis injustiçados da história brasileira!; elogiar os bandos de desordeiros e os jagunços que saqueavam, incendiavam, fuzilavam e torturavam”.

É só lembrar Castellano, um uruguaio, que com a sua horda de bandidos destruiu Curitiba, incendiando a cidade, saqueando os prédios e casas, durante três dias. O cartório local foi saqueado e queimado, os documentos ali encontrados; homens foram fuzilados, esfaqueados ou degolados, e mulheres, estupradas.

Este é um relato da historiadora Zelia Lemos, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, em seu trabalho “O Contestado das Placas”, publicado no jornal *A Semana*, da cidade de Curitiba, em 21 de fevereiro de 1987. Seu tio, Alfredo de Oliveira Lemos, viveu esse episódio, e seus apontamentos serviram para Maurício Vinhas de Queiroz documentar sua tese de mestrado, intitulada “Messianismo e conflito social – A Guerra do Contestado, 1912-1916” (Albuquerque, 1987).

CRIANDO O ESTOPIM

Os desentendimentos levaram o “coronel” Francisco de Albuquerque, superintendente de Curitiba, a solicitar ao Presidente catarinense a presença da Polícia de Segurança Pública do Estado, na expectativa de um suposto e eminente *movimento monarquista*, envolvendo o “monge” José Maria, seu desafeto.

Alertado sobre o deslocamento de tropa estadual para a região de Curitiba, José Maria levantou acampamento e seguiu para o oeste, acompanhado por seus seguidores, cerca de 340 pessoas. Visava abrigar-se no faxinal do Irani, território de jurisdição paranaense, onde possuía amigos.

Por sua vez, o governo catarinense comunicou os acontecimentos e providências ao governo federal e ao General Ferreira de Abreu, comandante da 11ª Inspetoria Militar, em Curitiba, tendo os chefes de polícia de ambos os estados acertado os procedimentos de comum acordo. A preocupação não era com as fronteiras, mas sim com o grupo armado.

Expedição – Coronel Álvaro Pereira Franco – 12 de setembro de 1912

Por ordem direta de Hermes da Fonseca, o Ministro da Guerra, General Vespasiano de Albuquerque, determinou ao General Ferreira de Abreu, da 11ª Inspetoria Militar, a tomar as providências visando à segurança da região de Palmas.

Em 23 de setembro, partiu de Curitiba um destacamento do 14º Regimento de Cavalaria, sob o comando do Tenente-Coronel Pereira Franco, com 85 soldados, reforçado por uma Seção de Metralhadoras (50 homens), seguindo para a estação de Rio Caçador, visando impedir a passagem de José Maria e sua horda para terras paranaenses.

Em 10 de outubro, enquanto o Tenente-Coronel Pereira Franco conferenciava com o Dr. Salvio Gonzaga, em Erval, uma légua ao sul, José Maria transpunha o rio do Peixe, aos magotes, uma légua abaixo de Caçador, acampando em Catanduva, já em território paranaense. Daí prosseguiu para a fazenda de Fabrício das Neves, no Irani, onde permaneceu acampado (Moura, 2003: 68).

ACENDENDO O ESTOPIM

Expedição – Coronel João Gualberto – 13 de outubro de 1912

A chegada do bando armado de José Maria em terras paranaenses fez o Presidente Carlos Cavalcanti mandar organizar uma expedição com destino a Palmas, visando à segurança da região (repetindo Canudos).

Para comandar a expedição, foi designado o Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, capitão de Engenharia do Exército, comissionado Coronel Comandante da Força de Segurança Pública do Paraná. Para alguns autores, João Gualberto teria pleiteado o comando da expedição.

Em 13 de outubro, embarcou com sua tropa de 265 homens, do Regimento de Segurança Pública do Paraná, seguindo por ferrovia para União da Vitória, via Ponta Grossa. Seguiu acompanhado do Desembargador Vieira Cavalcanti, Chefe de Polícia do Paraná, desembarcando no dia seguinte em União da Vitória. Quatro dias depois, prosseguiu para Belo Horizonte de Palmas, onde o esperava Domingos Soares, deputado e prefeito de Palmas, e mais algumas outras autoridades locais.

Contrariando Vieira Cavalcanti, por teimosia, João Gualberto resolveu seguir na direção do Irani, com 50 soldados escolhidos. Chegaram exaustos à Fazenda da Roseira, pois não era essa a sua missão, além do que João Gualberto desconhecia o terreno a seguir e o efetivo dos jagunços.

João Gualberto dialogou com alguns “coronéis” locais, que procuravam uma saída conciliatória. Chegaram a pedir a João Gualberto para não atacar o acampamento do “monge”, Pois José Maria comprometera-se a deixar a região dentro de 48 horas. Seu objetivo era Curitibanos. O “monge” apenas desejava falar com Domingos Soares e com Vieira Cavalcanti, conforme carta, por ele remetida.

Em resposta, João Gualberto remeteu uma intimação ao “monge”, para que se rendesse.

O que chamava a atenção é José Maria saber das presenças de Domingos Soares e Vieira Cavalcanti na região, assim como da presença de tropa em Belo Horizonte de Palmas.

Às 2 horas da manhã do dia 22, para surpresa de todos, João Gualberto selecionou 50 (ou 73) soldados e ordenou que se aprestassem para o deslocamento, pois às 3h15 partiriam em direção ao acampamento do “monge” (lembrando Moreira Cesar em Canudos).

A pequena tropa de João Gualberto deslocou-se por caminho desconhecido, em noite escura, com pouca visibilidade e sob intensa chuva. A escuridão dificultava o deslocamento, levando a tropa a acender suas lanternas, apitar ou dar toques de corneta, em total imprudência.

Domingos Soares e seus homens não acompanharam João Gualberto, logo abandonando a coluna. Alguns muares, com munição, fugiram à noite. Coincidência?

Ao clarear do dia, estavam próximos do acampamento dos jagunços. As avançadas dão o alarme, enquanto João Gualberto tentava recuperar sua metralhadora, que havia sido derrubada em um arroio, molhando as fitas de munição. Coincidência? Por que só uma metralhadora?

Sem menos se esperar, subitamente desencadeou-se um ataque, em massa, pelos jagunços, com o “monge” à frente. Após violento combate, corpo a corpo, José Maria foi morto pelo Sargento Joaquim Virgílio Rosa, quando avistado montado em um cavalo branco e desarmado. A debandada foi geral

de ambos os lados. João Gualberto morreu em combate corpo a corpo com um jagunço. Morreram 10 militares e 13 jagunços, tendo sido feridos 13 militares e 4 jagunços.

Os fuzis da tropa paranaense eram *Camblain*, na maioria descalibrados e com baioneta frouxa. Houve um início de pânico ao começar o corpo a corpo, com os soldados deixando seus armamentos no terreno.

Os soldados não eram adestrados para esse tipo de combate, não conheciam a esgrima de baioneta e estavam em grande inferioridade numérica (340 x 50). A repercussão do episódio foi grande e negativa, para a imprensa e para o Exército.

Os jagunços estavam armados de facões, ferrões de gado e *Winchesters*. Onde os teriam conseguido?

João Gualberto não cumpriu sua missão. Foi precipitado, imprudente, e subestimou o inimigo. Em 12 de outubro, a tropa por ele comandada foi destruída na entrada um banhado que dava acesso ao faxinal do Irani.

João Gualberto fracassou por conta da precipitação do emprego de uma tropa exausta, desorganizada, sem preparo para a missão e a imprudência no ataque ao monge. Diante dos fatos, Carlos Cavalcanti solicitou intervenção federal, tendo o Presidente da República determinado ao General Ferreira de Abreu, Comandante da 11ª Inspetoria, que prestasse todo o apoio necessário às forças estaduais empenhadas.

João Gualberto não cumprira a sua missão, e o Contestado explodiu em uma insurreição por todo o planalto catarinense (Moura, 2003: 71).

Os efetivos do Exército eram de 24.877 homens. Os efetivos não eram e não são suficientes para guarnecer nossas fronteiras e as necessidades para a defesa nacional de um país continental como o Brasil. A elite política não estava e não está preocupada com isso.

Políticos defendiam, e ainda defendem, a existência de um núcleo militar base, para atender uma situação crítica. A mobilização não se improvisa. O material de guerra tem seu tempo útil, e não é eterno. Nem sempre encontra-se disponível no comércio local, a nossa disposição. Depende-se sempre de improvisação.

No século XIX, a realidade militar foi exposta no início da Tríplice Aliança (1864), na Revolução Federalista (1893), em Canudos (1897), o que

ocorreu também, de certa forma, no Contestado (1912 a 1916) e iria acontecer na Segunda Guerra Mundial.

Em Canudos eram 6 mil homens. No Contestado, 4 mil, sendo ampliados para 7 mil. Se compararmos as zonas das operações, no Contestado a dificuldade era maior.

O EXÉRCITO BRASILEIRO

Alguns autores criticam o envio de tropas federais para a região do Contestado, após os insucessos e o desgaste das expedições em que se encontravam os soldados de segurança pública, empenhadas na pacificação da região, por determinação do Poder Civil.

Críticas eram feitas ao envio de tropa federal visando atuar contra os caboclos rebelados. Mas a realidade era atuar onde as forças estaduais não estivessem obtendo êxito. Militares criticavam por considerarem a insurreição missão para as Forças de Segurança Pública Estadual, pois se tratava de uma ação de polícia e não de uma operação militar, de defesa nacional.

As tropas que lá combateram o fizeram por determinação do Poder Civil, com o aval do Poder Legislativo, cumprindo ordem direta do Presidente da República, sempre procurando dar prioridade à solução pacífica, antes de partir para uma operação militar. Foi uma operação militar por decisão do Poder Civil.

Para realizar operação de contrainsurreição, torna-se necessária uma tropa adestrada para esse tipo de confronto. O efetivo deve ser calculado em relação ao número de insurretos presumivelmente existentes na zona de operações (20 X 1). Além do material bélico indispensável para o sucesso. E lembrar que operam em território nacional.

No início da insurreição, os rebelados não estavam adestrados em operações de guerrilha. Foram adquirindo conhecimento durante o combate, através da orientação dos “chefetes” já experimentados.

O que causa espécie foi o fato de algumas pessoas procurarem transformar os malfeitores e insurretos em mártires, heróis glorificados em praça pública, levando ao povo uma falsa versão dos acontecimentos. A maioria dos caboclos, iludidos, nada mais foram do que massa de manobra de malfeitores ou políticos mal-intencionados.

As reformas no Exército brasileiro

Proclamada a República, Deodoro da Fonseca decretou, em 16 de novembro de 1889, a reorganização do Exército. A Reforma Benjamin Constant só foi iniciada em abril de 1890 e jamais foi concluída. A Reforma Mallet, iniciada em 1898, logo após Canudos, nunca foi concluída. As reformas repetiam os vícios herdados do Império. O Exército tinha dificuldade de manter sua operacionalidade, por falta de material e pessoal.

Em 1891, criam-se os Distritos Militares, que só vieram a existir em 1908, 17 anos depois, mas só no papel. Só foram instalados quando o Contestado já estava por terminar, quando as brigadas foram transformadas em divisões (1915).

Em 1908, foram criadas 13 Inspetorias Militares, sendo em Curitiba a sede da 11ª Inspetoria Militar (Paraná e Santa Catarina), durando até 1915, quando foram substituídas pelas Regiões Militares, passando a 5ª Região Militar. Passaram a existir brigadas estratégicas de infantaria, de cavalaria e mista. Foi quando Hermes da Fonseca, Comandante da Vila Militar no Rio de Janeiro, realizou as primeiras manobras, em Santa Cruz, “a fim de aí colherem elementos que deveriam orientar a remodelação de nossas forças de terra”, manobras, até então, inéditas no País.

Posteriormente, como Ministro da Guerra (de 15 de novembro de 1906 a 17 de maio de 1908), Hermes da Fonseca enviou jovens oficiais para estagiarem no Exército Alemão, dando origem aos chamados “jovens turcos”, como ficaram conhecidos.

O episódio do Contestado encontrou o Exército em limitadas condições de emprego. Em um período de transição, pelo retorno dos “jovens turcos” e a criação da “Missão Indígena”, com intermináveis reformas militares. Enquanto estudavam a vinda de uma Missão Militar estrangeira, o que só veio a ocorrer após a Primeira Guerra Mundial.

Em 1910, seu efetivo do Exército era de 24.877 homens, insuficiente para defesa de nossas fronteiras. A cavalaria era de má qualidade e insuficiente; o armamento e o equipamento, longe de atenderem às necessidades; as viaturas, insuficientes.

O orçamento militar não atendia as necessidades mínimas do Exército. Seja para o dia a dia, seja para o reequipamento, adestramento ou a realidade de um combate.

A 2ª Brigada Estratégica no Contestado, comandada pelo General Setembrino de Carvalho, possuía 4 mil homens, e, atendendo a um pedido seu, 3 mil homens foram mandados em reforço. Considerando o tamanho da zona de operações, proporcionalmente, um efetivo menor do que em Canudos.

Em 1915, uma nova reforma transformou as brigadas em divisões de infantaria e cavalaria. Mudaram os uniformes (cáqui), mudaram as barracas (mudaram a cor e o tamanho) e os equipamentos foram sendo substituídos.

Os efetivos das divisões não sofreram acréscimos, e o armamento continuou o mesmo. Nada, ou quase nada, foi modificado. A Brigada passou a ser Divisão, quase só no papel.

A infantaria estava armada com espingardas *Mannlinchen* 6,5mm, substituídas por fuzis *Mauser* em 1891, e, em 1908, modelo brasileiro, 7mm e metralhadora. A artilharia era armada com canhões *Creusot* e *Krupp* 75.

Desde a criação do Exército do Príncipe, em 11 de fevereiro de 1822, por D. Pedro, Príncipe Regente do Brasil, o Exército nunca contou com um efetivo condizente para a defesa do nosso território. D. Pedro sonhava com um Exército de 30 mil homens, mas nunca o conseguiu.

Políticos, na Corte, defendiam, e ainda defendem, a existência de um núcleo militar básico, para atender a uma situação crítica, de emergência. Mas mobilização não se improvisa. Material de guerra tem tempo de uso útil. Não é eterno. Material bélico não se encontra disponível no comércio local, a nossa disposição. Vamos depender da disponibilidade de mercado e da improvisação.

No século XIX, a realidade militar no Império foi exposta no início da Tríplice Aliança (1864), na Revolução Federalista (1893), em Canudos (1897), e ocorreu também de certa forma no Contestado (1912 a 1916) e na organização da Força Expedicionária, na Segunda Guerra Mundial.

Em Canudos, eram 6 mil homens. No Contestado eram 4 mil homens, ampliados para 7 mil em 1914, por solicitação do General Setembrino de Carvalho. Comparando as duas zonas de operações, o Contestado contou com uma força menor do que em Canudos.

Alguns militares criticavam o envolvimento do Exército na operação, por considerarem a insurreição missão para as Forças de Segurança Pública estadual, e não missão para o Exército, pois se tratava de uma ação de polícia, de contrainsurreição localizada, e não uma revolução ou uma guerra civil.

As tropas que lá combateram o fizeram por determinação do Poder Civil, com o aval do Poder Legislativo, cumprindo ordem direta do Presidente da República, sempre com a prioridade de uma solução pacífica, antes de partir para o confronto bélico. A pacificação do Contestado foi uma operação militar, por decisão do Poder Civil.

Para operação de contrainsurreição, torna-se necessária uma tropa adestrada para atuar em uma operação de contraguerrilha, com um efetivo calculado em relação ao número presumível de insurretos existentes na zona de operações (20 soldados por insurreto presumível), além do material bélico compatível com o tipo de operação a ser realizada, e em função do terreno, do inimigo e dos meios disponíveis.

Lembrando que operavam em território nacional contra sertanejos insurretos e não em uma guerra civil.

Por sua vez, os rebelados não estavam adestrados em operações de guerrilha. Adquiriram conhecimento durante o combate, através de “chefetes” já experimentados, assim como pelo instinto de sobrevivência.

O que causa espécie foi o fato de pessoas transformarem malfeitores insurretos em mártires, heróis glorificados em praça pública, levando ao povo uma falsa versão dos acontecimentos, enquanto os caboclos, iludidos, nada mais foram do que massa de manobra de malfeitores ou políticos mal-intencionados. (Moura, 2003 :83)

Em 16 de novembro de 1889, Deodoro da Fonseca decretou a reorganização do Exército. Mas a Reforma Benjamin Constant só foi iniciada em abril de 1890 e jamais concluída. E a Reforma Mallet, iniciada em 1898, logo após Canudos, nunca foi concluída. As reformas republicanas repetiam os vícios herdados do Império.

Em 1891, foram criados sete Distritos Militares, que ficaram no papel até 1908. Após dezessete anos, foram instalados, quando o Contestado já estava em sua fase final, assim como as suas brigadas foram transformadas em divisões, apenas no papel.

Em 1908, foram criadas 13 Inspetorias Militares, sendo em Curitiba a sede da 11ª Inspetoria Militar (Paraná e Santa Catarina), durando até 1915, quando foram substituídas pelas Regiões Militares.

Nessa mesma época, 1908, surgem as brigadas estratégicas de Infantaria, Cavalaria e Mista, quando Hermes da Fonseca, Comandante da Vila Militar, no Rio de Janeiro, realizou as primeiras manobras em Santa Cruz, visando colher elementos visando à remodelação de Força Terrestre, manobras, até então, inéditas no País.

No início do século passado, jovens oficiais foram estagiar no Exército Alemão, dando origem aos chamados “jovens turcos”, ou “germanófilos”, como ficaram conhecidos. Com reflexos no Contestado.

A insurreição do Contestado encontrou o Exército em limitadas condições de emprego. Em período de transição, pela chegada dos “jovens turcos”, a criação da “Missão Indígena” e intermináveis reformas militares, enquanto estudavam a vinda de uma Missão Militar estrangeira. O que só veio a acontecer após a Primeira Guerra Mundial, com a vinda da Missão Francesa.

Em 1910, o efetivo do Exército era de 24.877 homens, insuficientes para a defesa nacional, com o efetivo, o armamento e o equipamento longe de atenderem às necessidades, assim como os meios de transporte, enquanto a elite política nacional não estava e não está preocupada com essa situação.

O orçamento militar não atendia às necessidades mínimas do Exército, seja para o dia a dia, seja para realidade em operações de combate.

A 2ª Brigada Estratégica, comandada pelo General Setembrino de Carvalho, no Contestado, possuía 4 mil homens, e, atendendo a um pedido seu, 3 mil foram mandados em reforço. Um efetivo proporcionalmente inferior ao de Canudos.

Em 1915, a nova reforma transformou as brigadas em divisões, mudaram os uniformes (cáqui), as barracas (mudaram a cor e o tamanho) e alguns equipamentos foram sendo substituídos.

Os efetivos das divisões não sofreram acréscimos e o armamento continuou o mesmo das brigadas. Quase nada foi modificado. A brigada passou a ser uma Divisão só no papel.

A Infantaria estava armada com espingardas *Mannlinchen* 6,5mm, substituídas por fuzis *Mauser* 1891, e *Mauser* 1908, modelo brasileiro, 7mm. A artilharia era armada com canhões *Creusot* e *Krupp* 75 (Magalhães, 1998).

AS EXPEDIÇÕES EM AÇÃO DE SEGURANÇA

Antes do envolvimento real do Exército, foram realizadas expedições, em ação de polícia, visando pacificar o planalto catarinense. Para isso participaram tropas de segurança dos dois estados, Paraná e Santa Catarina, e unidades do Exército.

Coronel Sebastião Basílio Pyrrho – 23 de outubro de 1912

Por ordem do Ministro da Guerra (General Vespasiano), a 11^a Inspetoria organizou uma expedição sob o comando do Coronel Pyrrho, comandante do 5º Regimento de Infantaria (Ponta Grossa). Recebendo um reforço do 14º Regimento de Cavalaria, da 2ª Companhia de Metralhadoras, e do 2º Grupo de Artilharia Montada, somavam ao todo cerca de mil homens.

Em 23 de outubro, iniciou reconhecimento pela região de Palmas, retornando para a sua sede após uma semana, sem nada encontrar. A maioria dos insurretos já havia retornado para Taquaruçu e alguns para Campos Novos, ou tomado outros destinos.

Enquanto isso, o 54º Batalhão de Caçadores (Florianópolis), sob o comando do Tenente-Coronel Duarte de Aleluia Pires, deslocou-se para Lages, retornando à base no momento em que o Coronel Pyrrho retornava para Ponta Grossa.

Durante mais de um ano não se falou mais em insurreição. Mas os insurretos continuavam atuando, nos vales do rio Timbó e Canoinhas, ao norte, e em Taquaruçu, ao sul. Nenhuma medida era tomada.

Em 7 de setembro de 1913, a 11ª Inspetoria Militar recebeu informação do governo catarinense de que 200 jagunços armados haviam retornado a Taquaruçu, sob a liderança do “monge” José Maria. Como podia ser, se o “monge” havia sido morto no Irani? Isso demonstra falha no serviço de informações da polícia catarinense (Moura, 2003: 84).

Capitão Esperidião José de Almeida – Dezembro de 1913 – Taquaruçu

Por ordem do Ministro da Guerra, seguiram para Taquaruçu uma companhia de Infantaria do 5º Regimento, de Ponta Grossa, sob o comando do

Capitão Espiridião de Almeida, com destino a Erval, e uma do 6º Regimento de Curitiba, sob o comando do Capitão Adalberto, com destino a Rio Caçador. Realizariam uma operação combinada com a tropa catarinense estacionada, em Curitiba. As operações não foram delegadas ao General da 11ª Inspetoria Militar.

Em 15 de dezembro, as tropas estavam no seu ponto de partida para o ataque a Taquaruçu. Ao mesmo tempo, o 54ª de Caçadores, sob o comando de Aleluia Pires, seguia para Canoinhas, e uma Companhia do 4º Regimento de Curitiba, para a vila do Timbó. Ambas ao norte da zona de operações.

No dia 22, a polícia catarinense apreendeu, em Curitiba, um farto carregamento de material bélico e de boca, destinada a Praxedes Gomes Damaceno, comerciante em Taquaruçu, com material destinado aos insurretos, vendidos por comerciantes dos dois estados.

No dia 26, a tropa do Capitão Adalberto reuniu-se a soldados da polícia catarinense, em Butiá Verde, visando um ataque no dia 29.

O Capitão Espiridião, abandonado pelos seus vaqueanos, retornou para Campos Novos, por desconhecer o terreno e não dispor de mapas.

O Capitão Adalberto (6º RI), sem comunicação, enfrentou os jagunços sozinho. Sem condições de se manter na posição, retraiu para Rio Caçador. Faltou planejamento, coordenação e falta de unidade de comando.

Em janeiro de 1914, surgiu um novo reduto: o de Caraguatá, com migrantes de Taquaruçu, momento em que lideranças messiânicas iniciaram a dar lugar aos *guerreiros*, aos mais valentes e agressivos. Aos bandidos. Os reais seguidores dos “monges” perdiam seu comando (Moura, 2003: 91).

Tenente-Coronel Aleluia Pires – 8 de fevereiro de 1914 – Taquaruçu

Em 8 fevereiro, foi organizada uma nova expedição, com base no 54º de Caçadores, sob o comando do Tenente-Coronel Aleluia Pires, reforçada por um esquadrão do 5º Regimento de Cavalaria, uma Seção de Artilharia de Montanha e uma Seção de Metralhadora, do Regimento de Segurança de catarinense. Essa tropa deveria se concentrar na região de Curitiba, Erval e Rio Caçador.

Os jagunços, através de seus “bombeiros”, tomavam conhecimento de todos os movimentos das tropas de Aleluia Pires. As tropas estavam concentradas em Espinilho, visando atacar Taquaruçu no dia 8 de fevereiro, após aguardar as negociações de Correia de Freitas (deputado do Paraná).

O General Ferreira de Abreu entulhava Aleluia Pires de mensagens, exigindo ação e chamando-o de covarde, mas a intenção de Aleluia Pires era conquistar o reduto pela fome, com o que não concordava o General Ferreira de Abreu.

Desencadeado o ataque por ordem do General Abreu, Aleluia Pires verificou que em Taquaruçu não havia viva alma. Os jagunços haviam migrado para Caraguatá. Não foram perseguidos por falta de meios. Marchando para Espinilho, a tropa chegou em estado de penúria.

Desconhecendo a situação, o General Ferreira de Abreu ordenou atacar Caraguatá, onde se encontrava Venuto Baiano, um dos mais violentos jagunços, enquanto as tropas do 54º BC estavam sem condições de prosseguir. Mas Ferreira de Abreu não queria explicações. Encontrando-se enfermo Aleluia Pires, foi substituído pelo Tenente-Coronel José C. Freire Gameiro, seu subcomandante (Moura, 2003: 95).

Tenente-Coronel José C. Freire Gameiro – 24 de fevereiro de 1914 – Caraguatá

No dia 24 de fevereiro, de Rio Caçador, Gameiro informou ter assumido o comando da tropa e que atacaria Caraguatá no dia 1º de março. A realidade era outra. A tropa estava desgastada, soldados estavam descalços, com uniformes rotos, com pouca munição para os canhões. Caindo em si, o Tenente-Coronel Gameiro solicitou ao General Ferreira de Abreu uma diretriz, mas a ordem foi atacar. Foram organizadas duas colunas:

1ª Coluna: com o 54º de Caçadores reforçado com uma Companhia do 5º de Infantaria, uma Seção de Metralhadoras e uma Seção de Artilharia;

2ª Coluna: com elementos dos 4º e 5º Regimentos de Infantaria reforçados por uma Seção de Metralhadora e um destacamento do Regimento de Segurança de Santa Catarina, permanecendo em reserva um destacamento do 14º de Cavalaria.

No dia 9, pela manhã, Gameiro desencadeou o ataque, com as colunas seguindo uma atrás da outra, em vez de investirem pelos flancos. Partiram guiados pelos “vaqueanos conhecedores da área”. Ao perceber que estavam em direção errada, Gameiro afastou os vaqueanos e retrocedeu até uma encruzilhada, onde seguiu por outro caminho.

Os jagunços inquietavam a tropa com tiros, visando obrigar os soldados a gastarem sua munição e os levar para um combate a arma branca, segundo informação de um prisioneiro. Gameiro parte para um ataque a baioneta, mato adentro, onde o corpo a corpo foi terrível. Uma grande tocaia havia sido organizada, mas o efeito não favoreceu a ninguém. Às 15h30, o fogo serena, com Gameiro retraindo para Perdizes, onde bivacou. E os jagunços desapareceram (Moura, 2003: 105).

General Carlos Frederico Mesquita – Santo Antônio – 1914

Tendo sido promovido a General de Divisão, Ferreira de Abreu permaneceu no comando da 11ª Inspeção. Em 16 de abril de 1914, passou o comando da 2ª Brigada ao General Carlos Frederico Mesquita (veterano de Canudos). De imediato, Mesquita seguiu para o Contestado, sem tempo para elaborar o seu planejamento.

Encontrou a tropa em precárias condições sob todos os aspectos. Segundo o General Mesquita, em seu relatório, a ânsia de saírem do estado de marasmo em que se encontravam demonstrava veladamente o pouco que faltava para uma revolta.

Faltavam efetivos, adestramento, equipamento e suprimento, com reflexos negativos relativos às operações em Taquaruçu e Caraguatá, e os recursos financeiros eram parcos. A Brigada contava com as mesmas tropas das expedições anteriores, recebendo apenas o 7º Regimento de Infantaria (Santa Maria/RS). Em sua primeira ordem do dia pôde ser constatada a falta de efetivos, e que seu Estado-Maior era constituído por dois primeiros-tenentes e três segundos-tenentes. Nem um oficial superior sequer. Contava como guias os vaqueanos do “coronel” Fabrício, homem totalmente inconfiável.

Os reforços solicitados e o apoio aéreo não foram atendidos. A força estadual catarinense, em péssimas condições físicas e de material, foi dispensada por não estarem em possibilidades de prosseguir em operações de combate.

Quando seguiu para o Contestado, o General Mesquita solicitou aviões e a 4ª Brigada Estratégica em reforço, no que não foi atendido. Foi contemplado

com 70 contos de reis, mas só lhe foram entregues 40 para atender às necessidades da tropa. Os outros 30 ficaram com o General Ferreira de Abreu, da 11ª Inspetoria, para atender “despesas importantes”.

A tropa disponível contava com cerca de 1.700 homens (ou 1.500), com um precário apoio de cavalaria e artilharia. Apesar dos insurretos já terem se retirado de Taquaruçu e Caraguatá, mesmo assim Mesquita ordenou arrasar Caraguatá (Moura, 2003: 111).

O General Mesquita tem sido acusado de abandono do teatro de operações sem autorização superior. Em realidade, só deixou a região após informar ao Ministro da sua decisão, conforme telegrama existente do Arquivo Histórico do Exército. A sua retirada, entretanto, foi interpretada pelos insurretos como uma ação protetora de José Maria (Moura, 2003: 113).

Em seu relato sobre a sua atuação, deixa bem claro o estado de penúria em que se encontravam as unidades da 2ª Brigada. O armamento estava desgastado, os recursos financeiros eram insuficientes para manter a tropa, sem meios de transporte e comunicações necessários e um apoio logístico mal organizado, assim como as suas solicitações nunca foram atendidas.

Quando o General Mesquita atuou sobre Santo Antonio, os seus defensores abandonaram o reduto, mas não houve perseguição por não haver condições para executá-la. Faltava munição, faltava comida e a tropa estava esfalfada.

A sua decisão foi deixar o Contestado e seguir para Curitiba, devidamente autorizado pela 11ª Inspetoria Militar (General Abreu) (Marcial, 1916).

O insucesso de Gameiro em Caraguatá levou à nomeação do General Frederico Mesquita para comandar a 2ª Brigada Estratégica, permanecendo o General Alberto Ferreira de Abreu no comando da 11ª Inspetoria Militar, ao mesmo tempo em que o 7º Regimento de Infantaria (Santa Maria/RS) se deslocava para Calmon.

No dia 16 de abril, o General Mesquita assumiu o comando da brigada em Calmon. Sua primeira providência foi mandar recolher as tropas catarinenses para Florianópolis, pois estavam totalmente sem condições de combate. Os soldados estavam exauridos, com falta de calçado e sem condições físicas para o prosseguimento. Enquanto isso, os jagunços deixavam Caraguatá, seguindo para Timbozinho, devido a uma epidemia surgida.

A tropa foi organizada em três colunas. A 1ª e a 2ª concentradas em Poço Preto, ao norte, no esforço principal, tendo como objetivo Santo Antonio e Tamanduá. Marchando por caminhos diferentes, as colunas fariam junção na ponte do rio Timbó. A 3ª Coluna partiria de Pardos, com a missão de arrasar Caraguatá, já abandonada pelos jagunços.

1ª Coluna: desencadear o ataque tendo como objetivo as guardas avançadas de Santo Antonio, ocupar o reduto e aí pernoitar. Mas no dia 18, às 14h, a coluna foi atacada pelos jagunços. No entrevero, extraviaram-se cargueiros e a coluna retraiu para Poço Preto, abandonando parte do material bélico.

Enquanto isso, a 3ª Coluna arrasava Caraguatá, mesmo abandonada pelos jagunços. Tamanduá não chegou a ser atacada, por ser distante de Santo Antonio. Diante do insucesso, o General Mesquita recolheu suas tropas em Calmon.

Em um rompante, Mesquita deu como terminada a sua missão alegando não ser a tropa apropriada para uma ação de polícia, retirando seus soldados. Deixou ficar apenas o 16º Batalhão de Infantaria, sob o comando do Capitão Matos Costa, sediado em Vila Nova do Timbó.

Para Alcebíades Miranda, Mesquita deixava a zona de operações por não ter sido atendido nas suas solicitações de reforço em homens e material. Em telegrama, existente no Arquivo Histórico do Exército, alega ao Ministro tratar-se de uma missão de segurança pública, no momento sem condições de obter sucesso.

As expedições, em realidade, só serviram para atizar os insurretos e convencê-los de que estavam “sob a proteção de Deus”. Nessa fase, não era mais a superstição e o fanatismo que os impeliam, e sim os interesses inconfessáveis no prosseguimento da luta, o que viria se confirmar, no final do episódio do Contestado, quando políticos voltaram a falar em criar o Estado das Missões (1917).

No final de agosto, o Contestado virara o caos. Com depredações, incêndios e ataques realizados pelos jagunços, Papanduva foi ocupada, Itaiópolis atacada, Rio Negro ameaçada, estações ferroviárias e fazendas foram incendiadas, assim como cartórios tiveram seus acervos destruídos.

Em tremenda ação de bandidos sanguinários, foram mortas 8º pessoas, em Calmon e São João. Assim como, em 5 de setembro, foi morto o major Matos Costa quando procurava dialogar com um grupo de jagunços.

Das forças do Exército em Caraguatá, em março de 1914, até o insucesso do General Mesquita de abril a junho de 1914 e a ofensiva rebelde, a região ficou sob o domínio dos insurretos, sob a liderança de Adeodato (dezembro de 1914 a janeiro de 1916), quando se travou a mais feroz resistência (Moura, 2003: 111).

OPERAÇÕES MILITARES – GENERAL SETEMBRINO DE CARVALHO

Antecedentes

Diante do desgaste ocasionado pelos insucessos diante dos insurretos, Hermes da Fonseca (então Presidente) determinou ao General Vespasiano G. de Albuquerque e Silva, Ministro da Guerra, que fosse organizada uma Grande Unidade em condições de pacificar o planalto catarinense. Repetia-se Canudos.

Ao regressar do Ceará, onde fora interventor, o General Fernando Setembrino de Carvalho passou a adido do Departamento da Guerra, à disposição do Ministro, General Vespasiano d’Albuquerque.

No final de 1914, em uma dessas visitas, o Ministro dirigiu-se ao amigo, declarando-lhe: “Preciso de um general para acabar de vez com os fanáticos do Contestado. Para isso, tenho você ou o Faro” (General Antônio Neto de Oliveira Faro, então comandante da Brigada de Infantaria do Rio de Janeiro); e explicou as suas razões. Diante das razões do seu amigo e Ministro, Setembrino de Carvalho retrucou: “Perfeitamente, Excelência, pode nomear-me”.

Ao Ministro da Guerra, o General não tivera tempo de transmitir o seu pensamento. Foi chamado, naquele mesmo dia pela manhã, a comparecer ao Palácio do Catete para uma reunião com o General Vespasiano d’Albuquerque e com o Marechal Hermes da Fonseca, então Presidente da República.

Iniciando a reunião, Hermes da Fonseca disse ter estranhado a carta do General ao Ministro do Interior. O General Setembrino de Carvalho passou, então, a relatar a reunião com o Senador Alencar Guimarães e seus correligionários, cujas afirmativas o haviam deixado muito preocupado. Diante dos fatos, declarou claramente ao presidente não aceitar a missão, se ampliada com objetivos políticos, pois “a missão de acabar com os fanáticos já seria muito difícil”. Ao declarar-se pronto para assumir o comando da 11ª Inspetoria da Região Militar, transmitia ao Marechal Hermes da Fonseca as suas preocupações em relação às tropas regionais, desprovidas de todos os recursos materiais

necessários para as operações e com o moral baixo, deixando muito a desejar. Desgastados estavam os efetivos pelos “desastres experimentados pela incapacidade dos chefes”.

Além das divergências lindeiras entre o Paraná e Santa Catarina – que rastejavam pelo judiciário –, a situação política paranaense fervilhava. A oposição ao Governador Carlos Cavalcanti viu a nomeação de Setembrino de Carvalho para o comando do 5º Distrito Militar como uma oportunidade para tirar vantagem política. Chegaram mesmo a convidá-lo para uma conversa particular, no Rio de Janeiro. Liderou esse grupo de oposição o Senador Alencar Guimarães, amigo de Pinheiro Machado.

O General Setembrino de Carvalho não estava disposto a aceitar o comando regional cumulativamente com os encargos políticos, como havia acontecido no Ceará. As palavras do senador não o sensibilizaram nem um pouco.

No dia seguinte ao encontro, o general dirigiu uma carta ao Ministro do Interior, Dr. Herculano de Freitas, dizendo-lhe não estar disposto a aceitar os encargos políticos, conforme era pretensão do governo federal. Pretendeu, com isso, evitar que o decreto da sua nomeação para comandante do 5º Distrito Militar incluísse dispositivos com incumbências políticas nos estados.

Após retornar da missão de pacificação no Ceará, no final de 1914, em uma de suas visitas ao General Vespasiano, o General Setembrino de Carvalho ouviu dele a determinação do Presidente: “...precisava de um general para acabar de vez com os fanáticos do Contestado”. E que sua escolha estaria entre ele, Setembrino, ou o General Oliveira Faro. Após ouvir as justificativas, Setembrino aceitou sua indicação para o Comando da 11ª Inspetoria de Região Militar e da 2ª Brigada Estratégica. Não aceitando as interventorias dos estados envolvidos no conflito, conforme o convite do Ministro do Interior.

Naquele momento, forte corrente militar criticava o envolvimento do Exército em operações puramente de segurança pública, uma ação de polícia, alegando-se estar o governo desvirtuando as atribuições do Exército.

Nomeado em 8 de setembro de 1914, já no dia seguinte Setembrino seguiu para Curitiba, assumindo o Comando da 11ª Inspetoria Militar e da 2ª Brigada Estratégica no dia 12. Foi recebido com desconfiança pelos políticos, pela imprensa e pela sociedade paranaense, que temiam uma intervenção militar no Estado, o que não houve.

Ao chegar ao Quartel-General, Setembrino de Carvalho já tinha conhecimento do que iria encontrar na 11ª Inspetoria Militar. A situação era crítica.

Os efetivos estavam incompletos, faltavam oficiais superiores, as tropas não eram adestradas para aquele tipo de combate e não havia muito empenho político para o problema.

Nesse momento, chegou ao local, para participar da reunião, o Ministro do Interior, que interpelou Setembrino de Carvalho pelos dizeres da sua carta, afirmando não aceitar missões políticas. “Não serei o general único para casos tais. O Exército tem outros generais...”, foram suas palavras.

Diante dos argumentos e da posição firme do General, o Ministro do Interior quis saber o que de fato ele desejava. Como resposta, ouviu de maneira clara e contundente: “Eu não quero nada”.

O General Setembrino voltou a argumentar e a dar as informações que possuía sobre a real situação do Contestado; concluindo, afirmou estar pronto para assumir o comando militar da área – tão somente o comando militar.

A decisão do Presidente da República foi nomear o General Setembrino de Carvalho comandante da 11ª Região Militar (antigo 5º Distrito Militar) nos termos seguintes: *...“resolvo nomear o General de Brigada Fernando Setembrino de Carvalho Inspetor permanente da 11ª Região Militar, interinamente, com a incumbência especial de reprimir os desordeiros que, nos Estados do Paraná e Santa Catarina, atentarem contra as autoridades federal e local”.*

“Para tornar efetiva essa incumbência, o referido General exercerá toda autoridade indispensável, de acordo com as disposições da Constituição, em vista da requisição dos governos de ambos os estados, os quais pediram, nos termos do artigo 6º, a intervenção da União para esse fim”.

Setembrino de Carvalho partiu para Curitiba em 9 de setembro de 1914, para assumir a Inspetoria da 11ª Região Militar, que abrangia os Estados do Paraná e de Santa Catarina. Assumiu seu cargo em 12 de setembro.

O ato de nomeação de Setembrino de Carvalho foi mal recebido pela imprensa e pela sociedade paranaense. Pelo Boletim do Departamento de Guerra, o General iria comandar a 11ª Região Militar apenas para tratar do “serviço especial de reprimir as desordens que, nos Estados do Paraná e Santa Catarina, atentarem contra as autoridades federal e local”.

Havia o receio, por parte do governador paranaense, de uma possível intervenção política em seu estado (Peixoto, 1995).

A manobra

Após estudo, juntamente com seus oficiais, Setembrino decidiu realizar uma operação de cerco. Para isso delimitou a zona de operações e guarneceu os seus pontos críticos, estruturando o apoio logístico e recolocando a ferrovia em funcionamento.

Delimitou a zona de operações e definiu as linhas demarcatórias para os seus limites, visando isolar os insurretos dentro do território em conflito.

As linhas foram:

LN = União da Vitória-Rio Negro

LS = Campos Novos-Lages-Curitibanos

LW = Ferrovia S. Paulo-Rio Grande

LE = Rio Negro-Itaiópolis-Papanduva

Antes de iniciar as operações, valeu-se de todos os meios possíveis, junto aos insurretos, para evitar derramamento de sangue. Chegou a apelar para D. Braga, bispo de Curitiba, procurando entendimento pacífico com os insurretos, sem que houvesse receptividade. Panfletos foram distribuídos, apelando pela paz, e convites para deixarem os redutos, armados ou não, e dirigirem-se para onde houvesse força militar. Teriam garantidos os seus meios de subsistência e receberiam terras para assentar-se, com títulos de propriedade legalizados. De nada adiantou. Para o início das operações contou com quase todas suas pretensões atendidas pelo Escalão Superior.

A concepção das operações.

A ideia era realizar a ocupação das principais localidades visando ao cerco, e, diminuindo gradativamente a linha de cerco, imobilizar os insurretos e deixá-los sem ação, quebrando a sua impetuosidade, submetendo-os pela fome ou pela ação da força das armas.

Após constituir o seu Estado-Maior e selecionar os seus comandantes, definiu seus objetivos. Em 18 de setembro, instalou seu Quartel-General em União da Vitória, onde deu posse ao seu Estado-Maior (3 capitães e 10 tenentes) e comandantes de unidades.

Nas primeiras Ordens do Dia, Setembrino definiu seu objetivo, delimitou sua zona de operações e baixou sua Ordem de Operações, desdobrando suas tropas para os locais determinados.

Na Ordem do Dia nº 2, de 18 de setembro, definiu a missão de cada unidade, estabelecendo as suas sedes e organizando as suas Colunas Móveis. Regulou os transportes, os diversos suprimentos, o apoio médico, o estado sanitário e a segurança dos acantonamentos.

Compondo o apoio logístico, organizou os seus armazéns de campanha, as formações sanitárias (à semelhança do Exército Francês), e definiu os hospitais fixos em apoio às operações, assim como estabeleceu um Relatório Diário a ser preenchido diariamente pelos seus comandantes, traduzindo a realidade dos fatos.

No dia 20 de novembro, conseguiu o restabelecimento do tráfego ferroviário, graças ao encontro do 51º Batalhão de Caçadores vindo do Rio Grande do Sul e o 57º saindo de União da Vitória em direção ao sul.

Enquanto isso, os rebeldes atuavam contra as cidades e povoados, como ocorreu com Itaiópolis, Moema, Iracema e Curitiba, que foi saqueada e teve o seu cartório incendiado. A retirada inesperada das tropas do General Mesquita foi interpretada pelos jagunços como uma “ação protetora de José Maria” e como fraqueza das forças militares.

Operações preliminares

Estabelecida a Ordem de Operações, foram organizadas quatro Colunas Móveis, com base em um Regimento de Infantaria, “...com o objetivo de descobrir o inimigo e exterminá-los”. De imediato, as organizações militares procuraram ocupar suas zonas de ação, de conformidade com pontos sensíveis predeterminados.

Coluna Norte: (Comandante o Coronel Júlio Cezar Gomes da Silva, logo substituído pelo Coronel Onofre Ribeiro) ocupou Rio Negro, Canoinhas e Bar-

reiros com a missão de conquistar Paciência, Salseiro e Canoinhas, contando com 1.663 homens e ficando responsável pela suas seguranças.

Coluna Oeste: (Comandante o Coronel Arthur Eduardo Sócrates) coube a esta coluna manter União da Vitória e ocupar São João, Calmon e Rio Caçador, e também proteger a ponte ferroviária sobre o rio Uruguai, frente a Marcelino Ramos, devendo manter o funcionamento da ferrovia, além de patrulhar o rio do Peixe em sua extensão para impedir a passagem de insurretos para território de jurisdição paranaense.

Coluna Leste: (Comandante o Coronel Júlio Cezar Gomes da Silva) a missão era ocupar Itaiópolis, Papanduva, Iracema e Moema, reforçada pelo Batalhão Tático, da Polícia de Segurança do Paraná, e atuar sobre os redutos de Josephino e Marcello, no Rio da Areia, além de atuar sobre os redutos de Aleixo e de Tavares, situados fora dos limites da zona de operações.

Coluna Sul: (Comandante o Coronel Estillac Leal) a esta coluna coube guarnecer Curitiba, Santa Cecília e dar segurança a Campos Novos e Passa Dois, com a missão de atacar Tamanduá e Santa Maria.

Da mesma forma, foram sendo instalados os armazéns de campanha em Rio Negro e União da Vitória, e mais tarde, um em Canoinhas, responsáveis pelo suprimento de todas as classes e regulados conforme a OD nº 5, de 22 de setembro, definindo, os valores das etapas, as tabelas de rações, os intervalos e níveis de segurança dos suprimentos e regulando a segurança no transporte. Parte das rações seria distribuída em enlatados, para dois dias, assim como foi regulado o suprimento de água e a dotação de munição. Os transportes seriam executados pela ferrovia e pelos Esquadrões de Trem. Os Serviços de Trens foram definidos com: “a hora precisa, nos pontos que lhes forem assinalados”, assim como regulada a sua segurança.

Nas Colunas Móveis (1º escalão), os cargueiros de suprimento seriam usados também para a evacuação de doentes e feridos, uma vez que as ambulâncias hipomóveis não foram distribuídas à 2ª Brigada no Contestado.

O Suprimento de Saúde, a evacuação médica e a hospitalização estavam reguladas pelas “Instruções de Padiroleiros e Manobras e em Campanha” nº 76 (1910) e o “Regulamento para Enfermeiros Militares” (1892).

Hospitais fixos foram instalados em União da Vitória, Rio Negro e Ponta Grossa, tendo o Hospital Militar de Curitiba como hospital de retaguarda. A

2ª Brigada passou a contar com uma Formação Sanitária Divisionária, à semelhança do Exército Francês.

Na Ordem do Dia nº 5 (15 de outubro), foram regulados os estacionamentos das tropas, considerando o conforto, a segurança e as condições sanitárias, em particular o suprimento de água.

AVIAÇÃO MILITAR – UMA TENTATIVA

A vasta extensão do território conflagrado, a precariedade das estradas e caminhos, a falta de cartas geográficas e uma cavalaria com dificuldade para realizar os seus reconhecimentos, pela topografia do terreno, pelas suas montadas exauridas, com o difícil acesso aos redutos dos jagunços, levaram Setembrino solicitar ao Ministro da Guerra o apoio de aviação militar, pedido já feito pelo General Mesquita, porém negado.

Atendendo ao pedido, o General Vespasiano designou o Tenente Aviador Ricardo Kirk e o piloto italiano Ernesto Darioli para seguirem rumo à zona de operações, onde iriam realizar o reconhecimento aéreo e auxiliar a artilharia na regulação dos seus tiros.

A ida dos aviadores para a região contestada foi uma novela, assim como a cessão dos aviões pelo Aeroclube do Rio de Janeiro causou atraso e prejuízo.

Foram mandados para a zona de operações, por ferroviária, cinco aviões. Dois do Aeroclube do Rio de Janeiro: um *Morane-Saulniers* (Le Rhone 80 HP), com autonomia de 7 horas de voo; e um *Bériot-sit* (Gnome 80 HP), com 6 horas de autonomia de voo. E dois *Marane-Saulier*, um *Para-sol* de 90 HP, e um *Blériot-sit*, biplano de 60 HP, pertencentes ao Ministério da Guerra. Dois incendiaram quando transportados por ferrovia e outro ficou avariado pelas fagulhas. Para atender as aeronaves foi construído um hangar em Porto União, para três aviões, e pistas de pouso em Porto União, Canoinhas e Rio Negro.

Dois meses depois, nada mais recebido, ambos os aviadores retornaram ao Rio de Janeiro, em busca de material (hélices suplementares, peças sobressalentes e bombas). Enquanto isso, o “chefete” Tavares debochava da presença de aviões na região, ameaçando derrubá-los.

Em 4 de janeiro de 1915, realizou-se o primeiro voo experimental de reconhecimento, voando a 2 mil metros de altitude. Partindo de Porto União,

sobrevoaram os rios Iguaçu e Timbó. Ao retornarem, os aviadores queixaram-se do frio. Não possuíam agasalhos. Além do que, faltavam as bombas que estavam sendo adaptadas na Fábrica de Realengo. Eram granadas de obuseiros 105 adaptadas para serem lançadas como bombas. O que jamais aconteceu.

Kirk e Darioli iniciaram os seus voos sobre o vale do Timbó, voando alto, para não serem atingidos pelos tiros dos jagunços. Assim, os pilotos não viram nada. Voaram em torno de União da Vitória e Rio Negro. Para orientá-los, lenhas queimadas, para fazer fumaça e guiá-los.

Em fevereiro de 1915, o General Setembrino determinou que fosse realizado o primeiro voo de reconhecimento e bombardeio sobre o reduto de Santa Maria. Avaliando a fragilidade dos aviões, analisando a missão e o roteiro a seguir, os aviadores concluíram que a operação seria de alto risco. Mesmo assim, decidiram realizá-la no dia 1º de março.

Dois campos de pouso foram preparados: um em Caçador e outro em Tapera do Claudino. Kirk voaria no *Para-sol*, de 90 HP, único capaz de lançar as granadas (General Setembrino), e Darioli voaria no *Iguaçu* ou *Guarani*. Tudo pronto na Tapera do Claudino, onde o 14ª Batalhão de Infantaria guardava as bombas e onde estavam os mecânicos para carregar o avião.

No dia 25, quando em voo de treinamento, em uma tentativa de aterragem, Kirk acidentou-se, danificando o *Para-sol*. Não haveria mais bombardeio, pois só aquele avião estava preparado para realizá-lo.

Em 1º de março, levantaram voo de Porto União dois aparelhos para realizarem operação de reconhecimento. O *Guarani* (50 HP – monoplano), pilotado por Darioli, e o *Iguaçu* (80 HP – monoplano), pilotado pelo Tenente Kirk.

Darioli, diante da difícil orientação pelo solo, o forte vento, com o motor falhando e forte nebulosidade, resolveu retornar a Porto União.

Às 16h, o subdelegado de Polícia da colônia General Carneiro (hoje município) informou a queda do *Iguaçu*, no km 42 da estrada de Palmas, tendo Kirk falecido ao ser transportado para Porto União, em uma carroça, por um agricultor (alemão). A queda teria sido causada por um choque da asa do avião contra a copa de um pinheiro, devido aos fortes ventos.

O fato não tira os méritos do Tenente Kirk. Apenas não lhe foram dados os equipamentos e os aviões de que ele necessitava. Eram aeroplanos de Aero-club e do Ministério da Guerra, adaptados, por Kirk, para missão de combate.

Várias tentativas fizeram o malogrado oficial e seu companheiro, civil Ernesto Darioli, para tirar proveito dos voos de seus aparelhos, mas, ou porque os mesmos fossem rudimentares ou pela pouca prática dos aviadores, difíceis se tornaram as observações, e, afinal, apenas uma exploração foi praticada, na região do rio Timbó, mas sem resultados apreciáveis.

A manobra de cerco

Pela OD de 9 de janeiro de 1915, foi dado início à operação de cerco, definindo as missões e os objetivos das Colunas Móveis. No dia 14, apresentou-se em Canoinhas Bonifácio Papudo, chefe de reduto na região de Canoinhas, acompanhado de seus homens. Assim como chegou a Papanduva o “chefete” de bando Henrique Wolland, o Alemãozinho, para render-se, acompanhado de 250 pessoas, afirmando que “...o fanatismo não passava de um puro banditismo”.

Importantes informações foram obtidas desse jagunço, referentes à localização e às condições de combate das hordas existentes na área, levando o General Setembrino a reformular a missão da Coluna Norte. No dia 16, reuniu seus comandantes para redefinir “o que, como e quando fazer”. Sua decisão final naquele momento foi realizar “uma operação de ação simultânea sobre Santa Maria, pressionando aos poucos até estabelecer o cerco sobre o reduto”. Em uma operação de martelo e bigorna. Assim sucedeu a operação:

Coluna Norte: missão: atacar o acampamento dos jagunços na margem esquerda do rio Timbozinho com dois destacamentos e ocupar a Vila Nova do Timbó à sua margem direita, Timbozinho. Recebida a missão, o Tenente-Coronel Onofre, no dia 26 de janeiro, organizou dois destacamentos, baixando as suas ordens de movimento em direção ao Timbozinho.

O 1º Destacamento: seguiu de ferrovia até Santa Leocádia e daí marchou até Vila Nova do Timbó, onde aguardou as tropas de Potyguara, que não demoraram a chegar. Em Poço Preto, Fabrício Vieira reuniu-se ao Destacamento.

O 2º Destacamento, sob o comando do Capitão Potyguara, recém-chegado à zona de operações, marchou na direção a Reichardt, onde deveria se reunir ao 1º Destacamento.

Foi marcha difícil e lenta através de caminho lamacento, sem pontes e com os animais ressentidos. Pouco antes de chegar à Vila Nova do Timbó, doze vaqueanos falharam na tentativa de levar a coluna a uma emboscada.

Não havendo como mantê-los presos, Potyguara ordenou o fuzilamento dos traidores.

No dia 1º de fevereiro, foi iniciado um reconhecimento da região e escolhido local para o acampamento. No final da tarde, havia sido detectada a presença do inimigo nos redutos de Santo Antonio e Timbozinho.

Na manhã do dia 4, a tropa entrou em Timbozinho, abandonada pelos jagunços e onde foram encontrados 3 mil cartuchos. Todas as casas, vazias, foram incendiadas.

Prosseguindo na sua marcha, ao chegar frente a Santo Antonio encontraram os jagunços entrincheirados. Mas, ao serem atacados pelos soldados de Potyguara, os jagunços, não resistindo, debandaram, deixando 164 mortos. Terminado o ataque, 1.200 casas foram queimadas.

A Coluna Norte, como um todo, prosseguiu a marcha na direção Reichardt, destruindo outros pequenos redutos encontrados já abandonados pelos jagunços. Ao chegar em Reichardt, acampou.

Da Coluna Sul, comandada por Estillac Leal, não se obtinha notícia desde o momento que se ouviu um toque, ao longe, que se supôs tratar-se da Coluna Sul avisando encontrar-se em Tapera, onde deveria estar aguardando a Coluna Norte. Como resposta, Potyguara mandara dar o toque de “Coluna Norte”, “Vitória”, seguido da ordem para destruir o restante das casas abandonadas.

Enquanto isso, as Colunas Oeste e Leste cumpriam as ordens recebidas.

A Coluna Oeste deu segurança e manteve a ferrovia em funcionamento, contando para isso com o 51º e o 57º BC.

A Coluna Leste, sob o comando do Coronel Júlio Cezar, tinha como missão acompanhar a Coluna Norte, mas não foi o que aconteceu. Ao detectar a presença de jagunços nas proximidades, percebeu a presença de TRE núcleos de jagunços, nas margens do rio da Areia, o que o levou a retrainir.

Guarnição da periferia

Serra do Espigão. A decisão foi atacar os redutos de Marcello, Aleixo, e Josephino, três famosos “chefetes” da região, e para isso foram organizados dois destacamentos.

Coube ao 1º Destacamento atacar Marcello, enquanto o 2º Destacamento atacaria os redutos de Aleixo e de Josephino. Os ataques ficaram marcados para o dia 6 de fevereiro de 1915, com o apoio logístico sob responsabilidade das respectivas bases. O Coronel Júlio Cezar marcharia junto ao 1º Destacamento.

Ataque ao reduto de Marcello

O 1º Destacamento, sob o comando do Major Pamplona, deveria atuar sobre o reduto de Marcello tendo como base o 13º Batalhão de Infantaria, reforçado de 100 vaqueanos.

No dia 5, as tropas do Major Pamplona iniciaram marcha de aproximação ao acampamento de Marcello, assim como o Coronel Júlio Cezar partia (5h) de Colônia Vieira com o 43º Batalhão, chegando à 9h no local de onde pretendia desembocar o ataque. Na hora prevista, o 43º Batalhão, reforçado por uma seção de metralhadoras, desencadeia um ataque de flanco e surpresa sobre o acampamento. Os sertanejos, surpresos, pouco se defenderam. Finda a refrega, ficaram 38 jagunços mortos e 40 feridos. A tropa perdeu apenas um soldado.

Ataque ao reduto de Josephino

O 2º Destacamento, comandado pelo Major Chananeco, levantou acampamento às 10h do dia 4 de fevereiro com o 28º Batalhão de Infantaria e alguns vaqueanos na vanguarda. Atrás seguiu o grosso, integrado pelo 30º Batalhão, uma seção de metralhadoras e uma seção de artilharia de montanha, com o 29º de Infantaria constituindo seu flanco-guarda.

Chegando à raiz da serra, o destacamento acampou e 40 homens partiram para o reconhecimento. Uma forte guarda avançada do inimigo encontrava-se em posição defensiva aproveitando o terreno e a vegetação.

O 29º Batalhão seguiu por uma picada, desbordando o inimigo, visando atacá-lo. Na manhã seguinte, surpreendidos, os jagunços bateram em retirada, enquanto o 29º Batalhão embrenhou-se pela mata. O grosso da tropa prosseguia marchando em direção à posição dos rebeldes, enquanto a 2ª Companhia seguia na vanguarda. Encontrando os rebeldes bem posicionados, a Coluna foi obrigada a conquistar o terreno palmo a palmo, até dar de frente com os

rebeldes mantendo a posição. A artilharia e a seção de metralhadoras foram levadas a desencadear um cerrado bombardeio.

Enquanto isso, o 29º Batalhão perdia-se pela mata levado por um vaqueano que alegava não conhecer o caminho. O Capitão Francelino, no comando, tomou a direção direta onde a guarda dos jagunços se encontrava entrincheirada, fixada pela artilharia, tomando de assalto o reduto.

Foram feitos 78 prisioneiros (inclusive Josephino) e encontrados 50 mortos, além de alguns feridos abrigados na mata.

Antecipando-se à ação de Chananeco, na madrugada do dia 5, o comandante da Coluna emprega subunidades dos 28º e 29º Batalhões, sob o comando do Capitão Francelino, e o 28º Batalhão realiza um ataque frontal ao reduto, em coordenação com o 29º em ataque secundário, que investe pela retaguarda dos jagunços, aproveitando a escuridão.

Francelino ocupa o acampamento dos jagunços, fazendo muitos prisioneiros. Ao se verem entre dois fogos, os jagunços se entregaram, junto com mulheres e crianças. Eram, ao todo, 158 pessoas.

A conquista do reduto de Aleixo

Em Colônia Vieira, o comandante da Coluna Leste fez um relato justificando o motivo que o levou a protelar o ataque sobre o reduto de Aleixo. Fazia-se necessário um melhor reconhecimento. Insinuando-se entre os jagunços, um vaqueano conseguiu retornar trazendo importantes informações. No reduto existiam cerca de 300 rebelados, bem posicionados no terreno. Seria difícil surpreendê-los.

O Coronel Júlio Cezar dividiu sua tropa em duas colunas: a 1ª Coluna sob comando do Major Pamplona, contando com o 43º de Infantaria, uma seção de metralhadoras e um grupo de vaqueanos. A Coluna deveria seguir para Campina do Pires, como força principal de ataque, e manter-se com seu flanco direito voltado para o rio da Areia; a 2ª Coluna, sob o comando do Major Chananeco, contava com o 10º Regimento de Infantaria, uma seção de metralhadoras e uma seção de artilharia de montanha. Deveria guarnecer a estrada de Stanislaw até o reduto de Aleixo, com sua artilharia em posição, em condições de atuar.

O reconhecimento realizado confirma uma boa posição de defesa das avançadas dos jagunços, ficando o ataque previsto para a manhã do dia 20 de fevereiro, pelas duas colunas, sob o comando direto do Coronel Júlio Cezar. Ao investir na posição, deram com o reduto já abandonado pelos rebeldes durante a noite. Para Alcebíades de Miranda, essas posições não seriam redutos, e sim acampamentos, temporários, com aldeamentos e defesas avançadas.

OPERAÇÕES DAS COLUNAS OESTE E SUL

Coluna Oeste

Com a missão dar segurança e manter a ferrovia em funcionamento com o 51º e o 57º BC, e dar suporte logístico quando necessário.

Impedir migração de sertanejos, do leste para o oeste, não deixando ultrapassarem o rio do Peixe.

Coluna Sul – o insucesso

Sob o comando do Coronel Estillac Leal, cabia à Coluna Sul o esforço principal. Enfrentaria um terreno muito difícil e pouco conhecido, com o apoio logístico distante e dificuldades nas comunicações. Sua missão era “ocupar Santa Maria e Tamanduá”.

Desde 29 de janeiro de 1915, a Coluna mantinha-se em Perdizes Grandes, contando com os 51º e 58º Batalhões de Caçadores, os 1º e 3º Esquadrões do 9º Regimento de Cavalaria (do Alegrete), uma seção de metralhadoras e um reforço de canhões de montanha e obuseiros, contando ainda com o 57º Batalhão de Caçadores, até então integrante da Coluna Oeste. Esse reforço era necessário, diante da presença de 2 mil jagunços, na região, conforme reconhecimento realizados.

Em consequência dos sucessos das Colunas Norte, Leste e Oeste, os insurretos passaram a procurar abrigo em Santa Maria, o último baluarte a ser conquistado.

A Coluna Sul concentrou-se em Perdizes Grandes. Para chegar a Santa Maria teria que enfrentar um terreno difícil e alagado pelas chuvas, retardando sua marcha.

Com seus vaqueanos alegando desconhecer o caminho, Estillac seguiu a direção que julgou ser a mais “provável localização do reduto” de Santa Maria.

Acompanhava a Coluna Sul o cartógrafo Walter Smid, conhecedor da região, que passou a servir de guia. Walter Smid tinha a sua família refém dos jagunços. Pairavam suspeitas quanto à sua lealdade, pois comandara um piquete de jagunços contra as tropas do General Mesquita, em Santo Antônio.

O terreno da região não favorecia o emprego de cavalaria, aspecto que levou Estillac mandar reconhecer o platô da Serra da Esperança, visando os caminhos para o reduto de Caçador (não a estação ferroviária), fundamental para atacar Santa Maria.

A Coluna Leste junta aos rios Timbozinho e Areia e a Coluna Norte em Santo Antonio. Enquanto a Coluna Sul (em 7 de fevereiro) (3 BC + 20 Cav + Mtr) em Tapera bivacava às margens do Rio Santa Maria, visando atacar o reduto no dia seguinte.

O 9º de Cavalaria em Cima da Serra reconhecia os caminhos para Perdizes Grandes, onde seriam instalados os depósitos e as reservas de munição, protegidos pelo destacamento do 57º de Caçadores. Estillac Leal acompanharia o grosso da tropa durante o ataque a Santa Maria.

A tropa marchava aliviada, com cada soldado levando apenas dois dias de ração e 120 cartuchos. No bivaque, uma reserva de dois dias de ração e o restante da munição.

Em 5 de fevereiro, instalou-se um hospital de sangue na igreja de São Sebastião, em Perdizes Grandes, com os pelotões de trem em ligação com os armazéns de Caçador e Perdizes Grandes.

No dia 7, a Coluna dividiu-se em dois destacamentos: o 1º Destacamento, à direita, contando com o 51º de Caçadores, mais uma seção de metralhadoras e o trem de combate, sob o Comando do Major Cyriaco, tendo como guia o vaqueano Julião Spantz, marchando pela estrada em direção a Santa Maria.

O 2º Destacamento, à esquerda, sob o comando direto de Estillac Leal, com o 57º e o 58º de Caçadores, duas seções de metralhadoras e o trem de combate, deslocando-se através da mata.

Ao amanhecer do dia 8, foi iniciada a marcha da tropa, com a 3ª Cia/57º de Caçadores estabelecendo contato com os rebeldes, enquanto o restante do

batalhão (57º BC) na vanguarda com a Coluna progredindo acossada pelo inimigo.

Às 8h45, intenso tiroteio sobre a vanguarda, com os jagunços entrincheirados em troncos de imbuia e pinheiro, na descida da serra. A ordem foi abrigar-se, com um pelotão dando proteção ao posto de socorro e aos cargueiros.

O inimigo não poupava munição, dominando a estrada percorrida pela tropa. Às 9h30, Estillac fez fogo com as suas metralhadoras sobre os jagunços entrincheirados e um aldeamento na encosta. Os jagunços resistiam protegidos pelo terreno.

O 57º e o 58º de Caçadores detidos, sem condições de prosseguir, com a situação da Coluna Sul tornando-se insustentável.

O ataque de 8 de fevereiro foi um insucesso, enfrentando um inimigo bem entrincheirado, em terreno hostil, dentro da mata virgem. Não havia como prosseguir no ataque. O que foi um baque para as tropas de Estillac Leal.

No dia 10 de fevereiro, Estillac informou a Setembrino não ter mais condições de manter a posição, e sua decisão era de retrain para Tapera.

Novo ataque a Santa Maria

Nesse momento, são extintas as brigadas estratégicas, transformando-as em Divisões. No Contestado, cria-se uma Divisão Provisória. Procurou-se atender a nova organização com um mínimo de complicação. Fez-se o que foi possível.

Após novo reconhecimento, na região de Santa Maria, Estillac Leal decidiu repetir o ataque, em 2 de março. Os vaqueanos, após reconhecimento, indicaram uma posição favorável para a artilharia bombardear um reduto, a 600m SW da guarda avançada dos jagunços. Um sítio um pouco ao norte do 51º de Caçadores, que favorecia o tiro indireto da artilharia.

A ideia era usar granadas de *trotil* para efeitos morais, durante a madrugada, para abalar a resistência e provocar o pânico no inimigo. O que facilitaria o avanço da tropa para a conquista do reduto. Para facilitar a manobra, Estillac pede o apoio aéreo. Desconhecia a morte do Tenente Kirk.

Estillac Leal reúne seus comandantes e decide retomar a ofensiva, desencadeando o ataque no dia seguinte. Os obuses em posição na tarde do dia

1º, iniciavam o bombardeio na madrugada do dia 2, com a infantaria iniciando o deslocamento às 4h, em direção ao reduto, com uma Seção do 2º Grupo de Artilharia de Montanha e alguns vaqueanos (Fabrício).

O 1º Destacamento (Tenente-Coronel Waldomiro – Comandante do 57º) partiria na frente, em direção à guarda principal, contra a qual faria uma demonstração de fogo com suas metralhadoras; e o 2º Destacamento (Capitão Sarmiento) seguiria o 1º, para posicionar sua Artilharia de Montanha visando bombardear o reduto.

A direção do ataque dependeria das circunstâncias. Em reserva ficariam duas companhias, uma do 51º de Caçadores e outra do 58º, permanecendo em Tapera, em condições de intervir, enquanto 50 homens do 14º Batalhão com uma seção de metralhadoras foram em direção à serra da Esperança para atacar a “Guarda dos Santos”.

Desencadeado o ataque a Santa Maria, às 2h30, simultaneamente pelos dois Destacamentos iniciando com o bombardeio de artilharia, sem conseguirem observar os resultados. Segundo prisioneiros, os tiros haviam caído dentro da mata, além do reduto, o que foi confirmado posteriormente pelos dados técnicos.

Às 5h30, após o fogo dos obuseiros, os destacamentos prosseguiram no terreno, sob alguns tiros de inquietação. Estillac Leal permanecia em Palhoça, com um pelotão do 57º de Caçadores.

A artilharia de montanha reiniciou às 8h, um fogo lento durante noventa minutos, sem produzir o efeito esperado. A posição era quase impraticável e a munição estava “úmida e abalada”. As peças já não tinham mais condições ideais de tiro. De imediato, Estillac mandou os obuseiros cerrarem junto à posição da artilharia de montanha, o que exigiu a abertura de picada para a passagem dos obuses. Esse só começara o fogo as 11h30, com a artilharia de montanha mudando de posição, para bombardear direto o reduto, forçando a retirada.

No início da tarde, Estillac procurava iniciar o ataque, mas as condições do terreno tornavam difícil avançar o 2º Destacamento, forçado a retrain, enquanto os jagunços se mantinham bem abrigados.

Às 15h, a tropa procedeu à retirada dos obuseiros da posição, e um novo reconhecimento foi ordenado, quando se percebeu que os jagunços haviam passado a se abrigar em acidentes naturais do terreno, preparando-se para uma emboscada. A posição inimiga não permitia enxergar ninguém.

O avanço apenas do 2º Destacamento pareceu temerário para o seu comandante, Tenente-Coronel Waldomiro, pois o risco de ser envolvido pelos jagunços era muito grande.

A posição da Coluna Sul estava vulnerável a um ataque noturno, de surpresa, o que fez Estillac Leal retrair toda a sua tropa para Tapera. Apenas duas companhias do 51º de Caçadores foram mandadas para Palhoça, como proteção ao retraimento, e o 9º de Cavalaria passou a cerrar a vigilância em torno de Santa Maria. Uma companhia passou a guardar uma picada no flanco direito.

No dia 24 de março, Setembrino de Carvalho determinou que a Coluna Sul, com 1.500 homens, realizasse uma ação secundária na direção de Santa Maria, procurando manter o sítio, através de continuada ação de sua artilharia, buscando contato com a Coluna Norte, em Vaca Branca. Nesse momento, Potyguara ultrapassava Tamanduá e avançava para o sul.

Rolos de fumaça foram observados na direção de Santa Maria, possivelmente indicando a presença da Coluna Norte, Potyguara tentando o contato com Estillac.

No dia seguinte, 2 de abril, Estillac desencadeou um ataque sem obter bom resultado, apesar do bom desempenho dos obuseiros. Suas perdas eram grandes, e mesmo assim Estillac manteve a posição, contrariando seus oficiais, inclinados a retrair. A situação tornava-se séria. Começava a faltar alimento e munição, mas o combate continuava.

Ao anoitecer, chegava junto à Coluna Norte a vanguarda de Estillac Leal sob o comando do Capitão Salvador Pinheiro, acompanhado de alguns vaqueanos. Logo atrás vinha o 14º Batalhão de Infantaria. O grosso da Coluna Sul mantinha-se no alto da serra, na região de Tapera, na expectativa do contato previsto com a Coluna Norte.

Por fim, Potyguara desloca-se na direção de Tapera, sendo recebido por Estillac, com o 51º Batalhão de Caçadores, em forma, prestando-lhe todas as honras. Um encontro amistoso.

Esta falta de coordenação entre as Colunas até hoje é motivo de discussões infundáveis.

Diante dos insucessos, o General Setembrino pediu permissão para ir ao Rio de Janeiro para conversar com o Ministro da Guerra, o que lhe foi negado, diante da situação reinante. Remeteu, então, um relato detalhando sobre o

que ocorrera na zona de operações, elogiando a sua artilharia e chamando a infantaria de “vacilante”, segundo o seu Relatório. Uma injustiça.

Sobre seus oficiais, em geral, afirmou que “...faltou espírito de sacrifício e coragem...” por parte de alguns deles. Aproveitou ainda para fazer críticas ao General Ferreira de Abreu, seu antecessor no Comando da 11ª Inspetoria Regional, pela “...mais absoluta miséria...” encontrada.

OS DESMANDOS E INSUCESSOS

A Coluna Sul, contando com quatro batalhões de infantaria, uma bateria de obuses, uma seção de artilharia de montanha, um regimento de cavalaria com 200 homens, quatro seções de metralhadoras, um esquadrão de cavalaria (do 2º e do 14º regimentos), mais os vaqueanos, não conseguiu vencer a guarda principal do reduto.

Estillac Leal atribuiu o fato “à frouxidão com que a maioria dos comandos conduziram as frações”. O moral da tropa deixava a desejar desde os insucessos de 8 de fevereiro, quando não conseguiram sobrepujar a guarda dos jagunços. Assim como o terreno era muito difícil.

Ao saber que iria receber reforço, Estillac Leal declarou que “não seriam caras novas que iriam mudar o quadro”. O que ocorria era o desânimo dos veteranos, com reflexos negativos para os recém-chegados.

Em março, os jagunços ainda resistiam. O comando não conseguia entender a situação. Mas era a presença do “chefete” Aleixo Gonçalves no reduto que fortalecera o moral dos jagunços. Santa Maria era quase todo o vale. Léguas e meia de ranchos e malocas ladeavam os caminhos, desde o riacho de São Miguel até as margens do rio Caçador.

O Estado-Maior da Coluna Sul não conseguia ocultar a dificuldade para conduzir o planejamento objetivando as futuras ações contra a tática de guerrilha empregadas pelos jagunços. Não havia uma linha de contato; o inimigo movimentava-se com frequência, procurando terreno mais favorável à defesa e à emboscada.

Os soldados do 58º de Caçadores, homens de beira do mar, vindos de Niterói, acostumados com o calor, criados longe das matas, instruídos para uma guerra convencional, enfrentavam dificuldades para se aclimatar e adaptar-

-se ao novo tipo de combate. Só com o tempo criaram a rusticidade desejada e necessária.

Ao descrever o ataque do dia 2 de março, Alcebíades de Miranda, em seu relato, mostra como a tropa, ou parte dela, não estava em condições desejáveis para aquele tipo de combate.

No amanhecer do dia 2, a tropa, sob o comando do Capitão Alcebíades de Miranda, demonstrou total instabilidade emocional diante do perigo. “Sendo trabalhoso conter os homens (...) que pareciam alucinados, inclusive oficial que detonava a sua parábélum para o ar.” Este oficial, logo depois, abandonou a sua posição, retirando-se para a retaguarda, alegando estar doente.

Às 16h, ao ser ordenada a retirada para Tapera, ouviu-se intenso tiroteio no interior da mata, o que levou o Capitão Alcebíades de Miranda a penetrá-la sozinho, visando controlar a situação. Ao retornar onde deixara seus homens, não mais os encontrou. O moral da tropa não ia muito bem. A situação da coluna era instável.

O GRANDE FINAL

Terminada a campanha, no dia 5 de abril, com a queda de Santa Maria, Setembrino de Carvalho considerou cumprida a sua missão, apesar das dificuldades ainda presentes. A região, em realidade, não estava pacificada.

No dia 15 de maio, foi dissolvida a Divisão Provisória e extinta a 11ª Inspetoria Militar, sendo substituída pela Circunscrição Militar do Paraná e Santa Catarina, sob a chefia do coronel Sebastião Pyrrho.

Em solenidade realizada no Palácio do Barão (do Cerro Azul), sede do Comando da Região Militar, Setembrino discursou na sacada e inaugurou uma placa de bronze alusiva à pacificação do Contestado. Placa essa arrancada pelos vitoriosos da Revolução de 1930.

Em realidade, a pacificação ainda não havia sido conquistada. Políticos atuavam na tentativa junto aos bandos remanescentes da criação do Estado das Missões. Pequenas hordas de jagunços ainda tiveram que ser combatidas. A pacificação ficou por conta do General Carlos Campos, novo Comandante da 5ª Região Militar.

Em 6 de janeiro de 1916, o Ministro da Guerra deu como encerradas as ações do Exército no Contestado, e em 20 de outubro foi assinado o acordo, pondo fim às disputas lindeiras entre o Paraná e Santa Catarina, assinado pelos seus governadores Filipe Schmidt (SC) e Affonso Alves de Camargo (PR).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclusões pessoais

É inegável que os caboclos do planalto catarinense foram protagonistas da história, ao longo da insurreição do Contestado. Na maior parte das vezes, não passaram de massa de manobra, sob o controle de bandidos, políticos e “coronéis”, com objetivos escusos.

Sem qualquer dúvida, podemos dizer que a insurreição teve uma origem política e social. A sociedade semifeudal da época era dominada pelos “coronéis”, sob a proteção de agregados e peões, com milhares de caboclos dispersos nos confins do sertão, sobrevivendo da erva-mate, do pinhão e com uma agricultura primitiva de subsistência. Eram os excluídos pela sociedade existente.

As autoridades competentes eram omissas e negligentes, e, pouco preocupadas com os sertanejos, quase nada ofereciam a eles. As suas preocupações estavam voltadas para as suas terras e para a política cartorial, assim como a maioria da Igreja estava mais preocupada em agradar as elites políticas.

O caboclo ignorante, supersticioso, miserável, esquecido pelas autoridades, abandonado pela sociedade, em seu desespero, fora buscar alguém que lhe acenasse com um pouco de esperança: os “monges”.

Os construtores da ferrovia São Paulo-Rio Grande, novos donos de terras, não tiveram um mínimo de consideração com os infelizes. Expulsaram os sertanejos das terras e trouxeram os imigrantes europeus e os assentaram ao longo da ferrovia. Os operários vindos de outras “plagas”, quando não mais interessavam, foram postos para fora sem a mínima consideração, levando os operários a se acercarem da Irmandade Cabocla. Caboclos, posseiros, operários passaram a constituir o “entulho humano” que passaram a constituir os “excluídos sem terra”. Entulho bem recebido por um mau caráter e embusteiro “monge”, desertor da polícia paranaense ou do exército.

Após várias expedições mal dimensionadas, mal armadas, mal equipadas, com soldados sem experiência de combate antiguerrilha, enfrentando não só os seguidores de José Maria, mas também autoridades locais e “coronéis” armados pelos poderes públicos ou através de um comércio clandestino, o Poder Civil decidiu empenhar tropas do Exército para pôr fim à desordem que campeava pelo planalto catarinense.

Com as tropas federais passando por um momento difícil em relação a efetivos, armamento e equipamento, verbas orçamentárias limitadas, enfrentando a opinião pública contrária, bem como a reação de oficiais do Exército contra o emprego da força em ação de polícia, o desempenho militar não foi dos melhores. Agravando a situação, as tropas tiveram que absorver uma reforma radical, com a extinção das brigadas estratégicas e a criação da divisão de exército, além de uma logística deixando a desejar.

O movimento, inicialmente de cunho social, transformou-se em uma insurreição dominada por bandidos sem causa e sem ideologia.

Carta de Setembrino de Carvalho ao Ministro da Guerra (13 de março de 1915)

“O Santa Maria não é propriamente um reducto, segundo a ideia que desperta esta palavra, mas um amontoado de povoações, que se estendem por larga curva de três léguas, cobrindo um claro nos vales das serras de Santa Maria e Caçador.” (Setembrino de Carvalho)

“...porque estas (colunas de ataque) estacaram, logo aos primeiros tiros. Retirou-se. A atitude vacilante da infantaria, empecendo, no mesmo sentido, quaisquer outras tentativas...” (Setembrino de Carvalho)

A operação não é original, nem nova. Segui, mutantis, levemente mutantis, os conselhos de Clausewitz. Mas as dificuldades estão nos serviços de abastecimento e sobretudo no jogo seguro das forças morais.

Quem acompanha com interesse a existência do exército e considera os seus últimos progressos, sente que atravessamos uma crise de comando.

Q falta de unidade é tão acentuada entre as armas combatentes, entre estas e os serviços auxiliares, que será impossível, numa guerra, obterem-se a sua ligação no combate.

“A parte de doente é uma larga porta aberta aos incapazes e aos fracos.”

“...é este espírito de sacrifício, que nobilita o oficial, transformando-o num foco de coragem que fascina e arrasta para frente, como energias desencadeadas” (Miranda, 1987).

Relatório do Capitão Potyguara (OD da Coluna nº 81 de 21 de março de 1915)

“Para mostrar a audácia e o inextinguível valor deste feito de armas, basta dizer que a minha coluna de ataque compunha-se de 500 combatentes, lutando em terreno descoberto, quando os nossos inimigos num total de mais de 2.000 homens armados e bem entrincheirados, por traz de colossais imbuías e pinheiros, dentro das matas, nos fuzilavam terrível e certamente...”

No grande acampamento acima referido arrasamos 1181 casas, ranchos de palha e igrejas.

Foi tal a impetuosidade do ataque dos bandidos e tão grande o numero delles, que chegaram a enrevellar com a nossa força em altos gritos de Degola! Matando nos primeiros encontros, picados a facão, 4 homens da minha vanguarda...

...a revanche não se fez esperar; os nossos bravos sedentos de vingança atiravam-se contra grupos de facínoras de facão e baioneta armada, e em poucos minutos, numa lucta titânica e heroica, viam-se grupos de cadáveres de jagunços, completamente desfeitos, pela ação terrível da baioneta e dos afiados facões dos nossos bravos.

“Pasma geral! À proporção que íamos com a máxima precaução, nos aposando das casas do antro dos bandidos, não se notava o menor signal de vida.

...em menos de 30 minutos o nosso acampamento era coberto de sinistro sibillar dos projéteis das Winchester, Comblain e Mauser...” (Miranda, 1987).

O suplício de Chicuta Tibres

“Ao ser preso, em Pauso Redondo, Maurílio Gomes, conhecido jagunço – um dos Pares de França –, sem o mínimo constrangimento, confirmou sua

atuação destacada no combate de Caraguatá.

(...) Após prestar valiosas informações de cunho militar, passou a relatar o suplício de Chicuta Tibres, velho deficiente físico, usuário de muletas, que durante algum tempo colaborara com a Irmandade, não por vontade própria, mas coagido pelos bandidos.

(...) Quando Chicuta Tibres nada mais possuía que pudesse servir aos jagunços, foi conduzido preso para Caraguatá, onde deveria passar a exercer atividades de curandeiro.

(...) Consultadas as virgens, o coitado do velho foi condenado à morte pelo suplício da estaca. Teve as suas mãos nas costas e as pernas nos tornozelos e foi deitado no chão. Deram-lhe um talho logo abaixo da borda da mandíbula e aí introduziram a ponta afiada de uma estaca que haviam colocada sobre o corpo. Feito isso foram levantando a estaca até a vertical, sendo devidamente fincada e fixada em um buraco previamente elaborado” (D’Assunção, 1917).

Envolvimento de autoridades

“...Demétrio Ramos (político catarinense) reuniu 600 homens... como faltou armamento, Anthero telegraphou bombasticamente ao governo do Estado (SC) que dias depois lhe remeteram 3 cunhetes e 130 carabinas Comblain, armamento esse que foi distribuído ao povo de Demétrio.

Nessa ocasião, o governo de Santa Catarina telegraphou aos negociantes (...) todos estabelecidos em Canoinhas, autorizando o fornecimento por sua conta, do necessário para a manutenção dos bandidos do facínora Demétrio Ramos.

Era substituto legalmente nomeado de Vieira (superintendente de Canoinhas) o actual chefe da malta, já então bandido, Antonio Tavares, e sub-commissário de polícia o seu igual Bonifácio José dos Santos, vulgo Bonifácio Papudo” (Alcebiades de Miranda,

“Se abrisse uma rigorosa devassa a respeito, se descobriria muita gente boa protegendo aos jagunços, embora com variadíssimos intuitos, figurando entre eles a politicagem.

...vemos a comadre Maria Rosa de Canoinhas, como importante intermediária dos negócios dos sertanejos, com Joinville, Rio Negro etc.

O general fez conduzir presos para Curitiba muitos desses negociantes acusados, inclusive Afonso de Sá Gomes, (...) que, além de ser autoridade, era também negociante, em Canoinhas, tendo anteriormente, até exercido o cargo de juiz de direito em Rio Negro, como suplente.

A essa hora precisa foi detonado o primeiro obus, seguindo-se-lhe mais de oitenta disparos de granadas de alto poder explosivo, espaçadamente. O espetáculo do bombardeio foi belíssimo, enchendo de conforto o coração dos tímidos. Os tiros, porém, eram dados quasi a esmo, pois não somente a direção da casaria como as distâncias haviam sido determinadas grosseiramente.

E a todas estas, o canhão não atirava mais; o silêncio era solene! Pedida a peça para hostilizar a guarda que deveríamos ter à frente, veio, mas o resultado foi nulo, porque a munição não prestava!

...sendo-me trabalhoso conter os homens da minha companhia, que pareciam alucinados, inclusive o oficial que detonou a sua Parabélum para o ar, como se as detonações tivessem o feito de serenar os nervos em vibração.

Oficial que comandava o pelotão, havia se retirado sem avisar, sendo substituído pelo Primeiro-Sargento Alcides... o subalterno havia abandonado o posto, sem motivo justificado. (...) alegara doença” (Alcebiades de Miranda)

REFERÊNCIAS

AFONSO, E. José. *O Contestado*. São Paulo: Ática, 1994.

ALBUQUERQUE, Mario Marcondes. *Contestado: distorções e controvérsias*. Curitiba: Estante Paranista, IGHEPr, 1987.

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado – a organização da Irmandade Cabocla*. Florianópolis: UFSC, 1995.

BALLANA, Pilati & col. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.

CABRAL, Osvaldo R. *A campanha do Contestado*. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CARNEIRO, David. *O Paraná na História Militar do Brasil*. Col. Farol do Saber. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

CARVALHO, F. Setembrino de. *A campanha do Contestado*. Discursos. Curitiba, 1915.

_____. *Relatório da campanha do Contestado*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.

_____. *Memórias*. Porto Alegre, 1923.

D'ASSUNÇÃO, Herculano T. *A campanha do Contestado – As operações do Sul*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1917.

DE SOUZA, Frederico Maré. *O Presidente Carlos Cavalcanti e a Revolta do Contestado*. Curitiba: Estante Paranista, IGHEPr, 1987.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Guerras Insurrecionais – (Canudos e Contestado)*. 3. ed. Rio de Janeiro: 1978.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

FIGUEIREDO, Lima. *Oeste Paranaense*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, Brasileira, v. 97, 1937.

FONTES, Arivaldo. O General Potyguara. In: *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, abril 1971.

FROTA, G. A. *História do Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. *Contestado*. Florianópolis: Index Ltda., 1987.

MACEDO CARVALHO, L. P. (coord.). *O Exército na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

MAGALHÃES, J. B. *A evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

MARCIAL, Crivelário. *Campanha do Contestado – Episódios e impressões – 1916*.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Col. Farol do Saber. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

MIRANDA, Alcebíades. *Contestado*. Estante Paranista. Curitiba: IHGPr, 1987.

MOURA, Aureliano Pinto de. *Contestado: a guerra cabocla*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado – A grande ofensiva*. Col. Faro do Saber. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

_____. *Campanha do Contestado – Raízes da Rebeldia*. Col. Farol do Saber. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 2003.

REGO MONTEIRO, J. C. *Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional,

1938.

ROSA FILHO, J. Alves da. *A campanha do Contestado*. Curitiba: AVM-PMPR, 2000.

SODRÉ, Lauro W. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981.

REVISTAS ESPECIALIZADAS

A Defesa Nacional: 1998 a 2006

Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil: 2000 a 2006

ORDENS DO DIA

General Setembrino de Carvalho: 1915 e 1916

Comandantes das Colunas Móveis: 1915 e 1916

BIBLIOTECAS E ARQUIVO

Biblioteca do Exército

Biblioteca do Clube Militar

Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Biblioteca do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Arquivo Histórico do Exército

A GUERRA DO CONTESTADO E A HISTÓRIA MILITAR BRASILEIRA

Rogério Rosa Rodrigues¹

Qual o lugar reservado à Guerra do Contestado na história da historiografia militar brasileira? Durante a grande ofensiva promovida pelo governo federal contra os rebeldes do Sul do Brasil (1914-1915), um terço do efetivo do Exército foi mobilizado. Essa intervenção ocorreu em momento singular da história da corporação e também do próprio País. Em termos nacionais, vivia-se uma reestruturação da política oligárquica, advinda das críticas e desilusões de uma república que não cumpriu as promessas e expectativas gestadas quando da derrubada da monarquia. Internacionalmente, o mundo enfrentava a Primeira Guerra Mundial. No interior da própria corporação militar, a luta pela modernização do Exército repercutia de forma acirrada, visto que, além da cruzada movida pelos editores da revista *A Defesa Nacional* (ADN), conhecidos como “jovens turcos”², teve início a campanha pela implementação do sorteio militar promovida pela Liga de Defesa Nacional.

1 Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

2 Os redatores dessa revista ficaram conhecidos como “jovens turcos”, designação pejorativa baseada na ação de jovens oficiais reformadores da Turquia que, no ano de 1908, derrubaram o domínio otomano e promoveram uma série de reformas na política turca. Frank MacCann (2007, p. 216-217) acredita que o sentido negativo que a designação possuía, ao ser atribuída aos redatores da revista militar, pode ser creditada ao sentido pejorativo que o termo “turco” possuía no Brasil, ao se referir genericamente a todos os imigrantes do Oriente Médio. Se a intenção inicial era dar aos oficiais reunidos na ADN um nome que os desqualificasse, o título “jovens turcos” acabou ganhando novo significado, ao ser aceito e incorporado pelos oficiais brasileiros. Isso se deve ao fato de que os turcos de lá, tal como os daqui, foram treinados de acordo com os ensinamentos militares germânicos, por meio de um estágio na Alemanha, país de organização militar considerada modelo.

Esses fatores seriam suficientes para destacar a importância do Contestado na historiografia militar. No entanto, isso não corresponde aos registros efetuados nas publicações da área. Excetuando-se as obras produzidas pelos *historiadores de farda*³ e publicadas imediatamente após o conflito, a experiência militar do Contestado ficou esquecida, ou então foi panfleteada como movimento de fanáticos ou mera repetição de Canudos. Apesar desse esquecimento, algumas iniciativas tímidas foram tomadas. Neste artigo, o foco não recairá sobre a vasta produção intelectual acumulada sobre o Contestado, mas tão somente nas abordagens que destacaram o aspecto militar. Para tanto, farei inicialmente uma breve explanação de como o movimento aparece na historiografia militar, para, em seguida, demonstrar o grande impacto que o conflito teve no Exército.

Em 1965, Nelson Werneck Sodré publicou *História militar do Brasil*⁴. O Contestado aparece no capítulo intitulado “O latifúndio contra o Exército”. Sodré faz uma breve referência à Guerra do Contestado. O autor persegue a hipótese de constituição de uma oficialidade rebelde no interior do Exército brasileiro. Eis como o autor sintetiza seu argumento: “pouco a pouco, as Forças Armadas vão se tornando [...] de instrumento inadequado do latifúndio em instrumento da burguesia em ascensão, participando das transformações em que esta participa, e até como de suas forças de vanguarda, até o Tenentismo, quando a fase se encerra” (Sodré, 1968: 232). É nesse contexto que a Guerra do Contestado aparece, ou seja, para denunciar o papel que o Estado brasileiro delegava ao Exército, para sufocar movimentos sociais “em áreas de predomínio de relações feudais” (Sodré, 1968: 194). O que Sodré pretendia com essa abordagem era mostrar as raízes de uma formação popular e democrática no Exército brasileiro⁵.

Malgrado as breves referências ao conflito no livro de Sodré, sua maior contribuição quanto à articulação do conflito com o momento da história militar brasileira está na reprodução de uma discussão, travada durante reunião no

3 Categoria criada por mim para se referir aos oficiais que lutaram na repressão ao conflito do Contestado e se dispuseram a redigir a história oficial do movimento. Para outros detalhes, ver Rogério Rosa Rodrigues (2008).

4 A fonte de informação de Sodré é a obra *Cangaceiros e fanáticos*, escrita por Rui Facó. Este livro foi publicado pela primeira vez em 1963, pela editora Civilização Brasileira. Versões iniciais de alguns capítulos circularam no final da década de 1950, em revistas especializadas no Brasil e na União Soviética (Cf. prólogo escrito pelo autor). O livro se tornou um clássico da interpretação sociológica sobre os movimentos sociais do interior do Brasil.

5 Seguindo a mesma trilha de Sodré, encontramos o trabalho de João Quartim de Moraes (1991) “Esquerda militar no Brasil”. O autor menciona o papel desempenhado pelos militares durante a Revolta da Chibata, as revoltas salvaçãoistas em Pernambuco, no Ceará, em Alagoas e na Paraíba, mas nada fala sobre a Guerra do Contestado.

Clube Militar do Rio de Janeiro, no contexto das revoltas tenentistas da década de 1920. O embate foi travado entre o Tenente Asdrúbal Gwaiier de Azevedo e dois oficiais que haviam tido papel de destaque no conflito do Sul do Brasil: Fernando Setembrino de Carvalho e Tertuliano Potiguara. Gwaiier acusa o primeiro de ter desviado verbas da guerra e o segundo por ter conduzido vários soldados a um ataque suicida à Vila de Santa Maria, que, malgrado o sucesso militar, deixou como saldo a morte de dezenas de soldados e milhares de rebeldes (Sodré, 1968: 202-208). A denúncia merece investigação mais apurada, todavia, o que nos interessa neste momento é destacar o quanto as operações do Contestado permaneceram vivas na memória militar. Observe-se, ainda, que foi resgatada, como elementos de luta por um jovem oficial ligado ao “tenentismo”, uma das mais relevantes experiências de contestação da ordem militar surgidas no interior do próprio Exército. O registro é coerente com a hipótese levantada por Sodré, qual seja, a existência de uma oficialidade rebelde no seio das Forças Armadas.

O livro *Nova História Militar Brasileira* (2004), organizado por Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay, reuniu dezessete ensaios sobre a história militar do Brasil. Os organizadores não se propuseram a dar conta de todos os episódios ocorridos nos mais de quinhentos anos de história do País, mas a apresentar uma amostra das pesquisas atuais desenvolvidas em instituições acadêmicas que tivessem os militares como objeto. Contudo, vale registrar a ausência das guerras de Canudos e do Contestado entre os títulos selecionados para compor a obra.

Recentemente, um oficial do Exército publicou livro sobre o Contestado. O General Aureliano Pinto de Moura fez um trabalho minucioso de reconstituição histórica do conflito. Para tanto, tomou como fonte os estudos clássicos realizados sobre o Contestado, entre os quais o de Dermeval Peixoto (1995), de Maurício Vinas de Queiroz (1981) e de Marli Auras (1997), e os complementou com pesquisas documentais efetuadas no Arquivo do Exército (RJ).

Ao analisar o aspecto social do conflito, Aureliano Pinto de Moura identifica três fases distintas: a) a do fanatismo (do Irani até Taquaruçu); b) a do banditismo (de Taquaruçu até Caraguatá); e c) a da politicagem (de Caraguatá, de Santa Maria e dos bandos separatistas) (Moura, 2003: 236). A conclusão do autor vai de encontro aos estudos desenvolvidos nas últimas décadas por pelo menos duas gerações de pesquisadores, com destaque para os trabalhos de Duglas Teixeira Monteiro (1974) e Paulo Pinheiro Machado (2004). Além disso, contraria até mesmo os autores por ele citados, como Queiroz (1981) e Auras (1997).

No entanto, é no aspecto militar que valeria destacar suas maiores contribuições. Moura preferiu focar a análise nas ações internas e acompanhar passo a passo os combates. A narrativa do General tomou como ponto de articulação as expedições militares oficiais encaminhadas para reprimir os chamados redutos do Irani, Taquaruçu, Caraguatá, Tamanduá e Santa Maria. Ao fim, concluiu: “A crua realidade era que o Exército não estava preparado para entrar em operações; imperou a improvisação” (Moura, 2003: 238). Acredito que essa análise merece ser mais bem dimensionada, visto que, ao articular a grandiosa expedição comandada por Fernando Setembrino de Carvalho com o contexto militar em nível nacional, é possível perceber que, além de muitos recursos, a campanha de guerra foi mobilizada a serviço do projeto de modernização do Exército. Quanto à relação da repressão ao conflito com o projeto de modernização, nada foi destacado pelo pesquisador.

Leila Capella é uma das poucas pesquisadoras a relacionar a Guerra do Contestado com a modernização do Exército. Em dissertação de Mestrado defendida em 1985, a autora analisou as matérias sobre o conflito publicadas em *A Defesa Nacional* (ADN) e destacou o papel desta revista na discussão travada pelos “jovens turcos” acerca da defesa nacional no Brasil.

Embora com foco na composição, formação e ideologias dos oficiais reunidos em torno da ADN, Capella dedicou um capítulo para analisar especificamente as matérias sobre o Contestado. Seu objetivo foi analisar de que forma os “jovens turcos” construíram a imagem de um inimigo interno que deveria ser combatido, e, além disso, se propôs a demonstrar como essa construção contribuiu para conferir maior legitimidade ao projeto de modernização militar. Segundo a autora, “A análise da Guerra do Contestado, do ponto de vista de *A Defesa Nacional*, nos permite ver de perto como os reformadores pensavam esses “inimigos” no justo momento em que atuavam” (Capella, 1985: 196). Ela também reconheceu que o conflito serviu de laboratório para as experiências dos reformadores:

A guerra civil apresentava pontos positivos para os “jovens turcos”: a possibilidade de testar os conhecimentos adquiridos nos estudos com mestres e manuais estrangeiros e, ainda, demonstrar a importância do Exército para a vida nacional, abrindo caminho, em consequência, para a obtenção de melhores fatias do orçamento federal. (Capella, 1985: 198)

Nesse trabalho pioneiro, Leila Capella articulou a modernização do Exército com a história social e política do Brasil na Primeira República sem negligenciar as várias frentes de luta na batalha pela profissionalização do Exército: de um lado, os “jovens turcos” e os membros da *Liga de Defesa Nacional*; de outro, os sargentos rebeldes da década de 1910 e os trabalhadores organizados de inspiração socialista e anarquista. No meio desse redemoinho, ela deu visibilidade às ideias dos “jovens turcos”, bem como contextualizou o momento com a luta pela implementação do sorteio militar, a Primeira Guerra Mundial e a Guerra do Contestado.

Mas Capella não é a única entre os pesquisadores a articular a Guerra do Contestado com a história militar brasileira. O historiador norte-americano Frank MacCann vê o conflito como uma das importantes experiências do Exército em sua luta pela profissionalização. Além disso, assinala que pelo menos três ministros da Guerra, de destacada atuação na história política do Brasil, foram veteranos do Contestado: Setembrino de Carvalho (1922-1926), Nestor Sezefredo dos Passos (1926-1930) e Henrique Batista Duffles Teixeira Lott (1954-1960).

MacCann identificou, ainda, um “jovem turco” entre os combatentes do Sul do Brasil: o Segundo-Tenente Mario Travassos, ao qual acrescentaríamos o nome do Primeiro-Tenente J. de Souza Reis Netto, um dos fundadores de ADN ao lado de Bertholdo Klinger e de Leitão de Carvalho. MacCann apontou, também, como combatentes no Contestado, dois oficiais que participariam, na década de 1920, do movimento tenentista: os Segundos-Tenentes Euclides Hermes da Fonseca, que comandou o forte de Copacabana em 1922, e Heitor Mendes Gonçalves. Em seu balanço sobre o papel da Guerra do Contestado na história militar brasileira, o autor conclui:

Na época da Revolução de 1930, havia 109 veteranos (15%) entre os 716 oficiais da ativa que foram comissionados a tempo de servir no Contestado. Nas décadas seguintes, no mínimo 26 (24%) chegaram ao generalato. Seis deles figuravam entre os 33 generais-de-divisão e generais-de-brigada em 1930. *Se a experiência do Contestado não esclareceu a oficialidade sobre as realidades e problemas do Brasil rural, é difícil imaginar o que poderia tê-lo feito.* (MacCann 2007: 212, grifo nosso)

Entretanto, tais números certamente oferecem índices a serem investigados, e essa é uma das grandes contribuições de Frank MacCann ao estabelecer

as conexões da revolta ocorrida no Sul com a história política e militar do Brasil. Nesse sentido, merece destaque, também, sua observação de que “O Contestado continuou a ser, por vários anos, um importante elemento da memória institucional do Exército” (MacCann, 2007: 212), lembrando que, durante a década de 1970, “quando o Exército estava às voltas com ações de guerrilha, o estudo do Contestado e de Canudos fazia parte da preparação exigida dos oficiais selecionados para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército” (MacCann, 2007: 213).

Embora esses estudos tenham apresentado importantes contribuições na tentativa de inserir a história do Contestado na história do Exército brasileiro, vale destacar que, em nenhum dos casos acima, o movimento rebelde foi o objeto central da análise. Ele apareceu como elemento que buscou dar visibilidade a hipóteses mais gerais sobre a história militar e social do País. Em minha tese de Doutorado, fiz movimento inverso: parti das tensões, discursos e arranjos provenientes do próprio Contestado para pensar sua articulação com o contexto militar, social e político nacional (Rodrigues, 2008). Um dos aspectos de inovação no trabalho diz respeito ao uso da fotografia da guerra como instrumento de divulgação dos ideais de modernização militar, assim como o detalhamento do papel do General Fernando Setembrino de Carvalho e dos historiadores de farda como mediadores da trama que buscou entrelaçar o conflito no Sul do Brasil com a modernização do Exército e com a própria construção da memória militar brasileira. Parte dessa argumentação tentarei desenvolver abaixo.

O CONFLITO NO SUL DO BRASIL

A organização de uma vultosa expedição militar contra os sertanejos do Sul do País foi uma das últimas iniciativas autoritárias do presidente e oficial militar Marechal Hermes da Fonseca. O ano de 1914 marcaria a grande ofensiva contra os fiéis de São Sebastião e João Maria, o fim do governo Hermes e o auge da campanha de modernização do Exército.

Em 1914, último ano do quadriênio presidencial, o País passava por grande crise política e econômica, tendo o Marechal governado sob estado de sítio de março a outubro, além de ter fechado jornais de oposição, decretado a prisão de jornalistas e intelectuais e ter enfrentado uma manifestação de estudantes contrários a sua política. Sua retirada do palco presidencial foi comemorada com manifestações nas ruas e discursos inflamados na imprensa.⁶

6 Uma tentativa de reabilitar a imagem de Hermes da Fonseca como político foi feita por Umberto Peregrino

É nesse contexto que a expedição militar de Setembrino de Carvalho ganha visibilidade. Ela foi organizada com um efetivo de pessoal que representava um terço dos homens do Exército e com os melhores recursos bélicos e estratégicos disponíveis à época. No primeiro semestre de 1914, Carvalho fora nomeado interventor no Ceará. A forma como conduziu a deposição do governador Franco Rabelo⁷ o notabilizou entre as autoridades políticas da época, em especial o presidente Hermes da Fonseca.

Antes de Setembrino de Carvalho, diversas expedições militares foram enviadas à região do Contestado. Eram elas, em sua maioria, carentes de recursos financeiros e humanos, por isso nem todas chegaram ao enfrentamento com os sertanejos, limitando-se a fazer reconhecimento das imediações ocupadas pelos fiéis.

Outra questão candente nas expedições que antecederam a de Setembrino de Carvalho diz respeito às incertezas sobre qual o procedimento a ser adotado em relação ao conflito e seus protagonistas. O comandante da 11ª Região Militar, sediada em Curitiba, General Alberto Ferreira de Abreu, acreditava que o problema envolvendo os fiéis de João Maria com coronéis locais era eminentemente político e deveria ser resolvido pelas polícias estaduais dos Estados do Paraná e de Santa Catarina⁸.

Isso não o impediu de disponibilizar aos governadores dos estados conflituosos diversas unidades do Exército que tinha sob seu comando. Porém, eram regimentos irregulares, pouco preparados disciplinar e tecnicamente, além de carentes de recursos básicos como mantimentos e fardamento.

A chegada do General Mesquita à região em abril de 1914 prometia reverter a situação. Ao assumir o comando das operações, este oficial veterano de Canudos solicitou ao Ministro da Guerra, General Vespasiano Albuquerque, recursos para equipar os homens e mover uma campanha com diligência. A negativa de recursos agravou a situação militar na região. A imprensa começou a noticiar as deserções e o descontentamento dos soldados com os soldos atra-

em capítulo intitulado “Homem sacrificado” (1968).

- 7 Trata-se da Revolta de Juazeiro, liderada por Padre Cícero, após a derrubada da oligarquia Acioli. O conflito teve início com a eleição do Coronel Franco Rabello, reconhecida pela Assembleia Legislativa do Ceará, mas contestada por destacadas lideranças políticas da região. Com o intuito de resolver o conflito, Hermes da Fonseca anulou todos os poderes políticos locais, ao decretar estado de sítio na região, e enviou Setembrino de Carvalho como interventor federal para restabelecer a ordem no Estado. Para outros detalhes do conflito, ver Ralph Della Cava, *Milagre em Juazeiro* (1977), e as *Memórias* de Fernando Setembrino de Carvalho (1950: 104-126).
- 8 A opinião desse oficial aparece claramente no relatório que enviou ao ministro da Guerra, na ocasião em que teve de entregar o comando da região militar a Setembrino de Carvalho. Esse documento foi transcrito literalmente por Carvalho, em relatório acerca da Guerra do Contestado, documento publicado em 1916.

sados. Estes, por sua vez, começaram a culpar o governo federal pela situação lastimável das tropas estacionadas no Contestado⁹. Tal repercussão motivou a contratação de um oficial experiente para assumir o comando das operações de repressão ao conflito. A escolha recaiu sobre um veterano da guerra de Canudos, General Carlos Frederico de Mesquita.

Passados dois meses na região, o gaúcho Frederico de Mesquita percebeu a complexidade do problema ali presente e deu por finalizadas as operações federais na região conflituosa antes mesmo que a decisão fosse autorizada oficialmente. Seu descontentamento é evidenciado no relatório entregue ao Ministro da Guerra:

De todo o movimento da Brigada dei sempre ciência em telegrama ao General de Divisão Alberto Ferreira de Abreu, Inspetor da XI Região Militar. Tendo cumprido minha missão, solicitei o regresso das Forças a quartéis por acharem estas extenuadas, sem roupas, e grande parte atacada de reumatismo e bronquite, devido ao passar mal com a estação invernososa que se aproximava, chegando o termômetro nesta região a zero grau. Solicitei também a minha exoneração, por ter concluído, como acima disse, a minha missão, não me competindo mais andar com forças federais à caça de bandidos, como capitão do mato do tempo da escravatura. Aos governos do Paraná e Santa Catarina competem, agora, com suas forças policiais, exterminar os bandidos que aparecerem, limpando, assim, a zona de elementos perniciosos. Em parte, a culpa é dos referidos governos, que descuram da instrução, deixando a ignorância campear livremente, chegando o fanatismo a constituir grupos, como o que acabo de aniquilar numa vitória inglória. (citado por Soares, 1931: 72)

Com a saída de Mesquita, o Capitão Matos da Costa assumiu o comando das operações. À sua disposição, um contingente de poucas centenas de soldados em situação lastimável. O atraso nos soldos era um dos problemas mais comuns. Sua morte, em agosto de 1914, precipitou a intervenção federal e a decisão de montar uma campanha grandiosa e definitiva para reprimir a rebeldia sertaneja. Uma soma considerável de recursos foi liberada, e Setembrino de Carvalho teve carta branca para resolver definitivamente a “questão dos fanáticos do Sul”, expressão comumente utilizada pela imprensa e pelas autoridades políticas e militares para se referir ao conflito do Contestado.

9 Para uma análise das condições das tropas, ver dissertação de Mestrado de Rogério Rosa Rodrigues (2001).

Antes de seguir para o *front*, Setembrino palestrou com o presidente da República e com os ministros do Interior, Herculano de Freitas, e da Guerra, Vespasiano de Albuquerque. A ideia inicial de Hermes da Fonseca era repetir no Sul a medida adotada no Ceará: anular os poderes políticos dos presidentes de Estado e nomear Setembrino de Carvalho interventor federal. A solução seria devidamente amparada pela Constituição Federal, tal como previsto no Artigo 6º:

O Governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo: 1) para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro; 2) para manter a forma republicana federativa; 3) para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados, à requisição dos respectivos governos; 4) para assegurar a execução das leis e sentenças federais. (Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891)¹⁰ Como o pedido de intervenção partiu dos presidentes dos Estados do Paraná e Santa Catarina, o governo federal possuía uma justificativa oficial para agir livremente. Apesar de legal, a possibilidade de intervenção política no Contestado não agradou a Setembrino de Carvalho. Em suas memórias, registrou que, ao saber da proposta, pensou em declinar do convite, pois a experiência como interventor no Ceará lhe trouxera muitos dissabores, além de desvirtuá-lo da formação e capacidade a que julgava pertencerem os oficiais militares. Com isso, lançou uma contraproposta às autoridades federais:

Escolhido para uma missão de guerra pelo titular competente, estou pronto a desempenhá-la. Precisarei de recursos para levá-la a bom termo. O Exército nada tem, e, no momento, faltam-lhe mesmo energias morais. Não me atemo-riza, todavia, este precário estado das tropas a comandar. Desde que Vossa Ex^a. me coloca tão à vontade com sua interrogação, peço vênica para melhor expressar meu pensamento, definindo claramente a atitude que deverei assumir: peço que o meu papel no Paraná e Santa Catarina deverá ser semelhante ao do Ministro da Guerra, Marechal Moura, quando ao Rio Grande do Sul foi dirigir as operações contra os revolucionários federalistas. Restringiu sua ação à esfera militar, guerreira. Alheio inteiramente à política e administração do Estado, exercidas conjuntamente pelo seu Presidente, Julio de Castilhos. Os Poderes Públicos do

10 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm. Acesso em: 19 fev. 2008.

Estado conservaram-se íntegros, sem interferências alheias. Assim, também, em relação aos dois Estados do Sul, assolados pelo fanatismo. Os governadores continuarão no exercício legal de seus mandatos, auxiliando-me no que se fizer *mister*, dever que lhes é imposto pelo fato de haverem solicitado à União intervenção nos moldes do artigo 6º da Constituição da República. (Carvalho, 1950: 130)

Ao frustrar os planos de um estado de sítio na região, Setembrino de Carvalho acreditava isentar sua atuação e, conseqüentemente, a ação do Exército, dos partidarismos políticos que sabia serem uma das causas do conflito no Sul do Brasil. Com isso, colocava a força terrestre acima dos interesses partidários, cuidando para que não fosse confundida com as forças policiais e para que os soldados não fossem vistos como jagunços a serviço dos “coronéis” locais.

Com essa proposta, Setembrino de Carvalho se alinhava a uma corrente de pensamento militar que separava ação política e carreira militar, a mesma defendida pelos oficiais empenhados na modernização do Exército, em especial os “jovens turcos”. A proposta escamoteava a intervenção política, dando-lhe um caráter estritamente militar. Ademais, nela, a corporação aparecia como moderadora da disputa estadual, o que pressionava os presidentes de Estado a cooperarem. Em outras palavras, a ideia era fazer a política se curvar ao Exército, e não o Exército confundir-se com a política.

No dia 26 de agosto, o Decreto de sua nomeação a comandante geral das operações militares no Contestado foi publicado nos seguintes termos:

Resolvo nomear o General de Brigada Fernando Setembrino de Carvalho inspetor permanente da 11ª Região Militar, interinamente, com a incumbência especial de reprimir os desordeiros que nos Estados do Paraná e Santa Catarina atentarem contra as autoridades federal e local. Para tornar praticamente efetiva essa incumbência, o referido General exercerá toda a autoridade indispensável, de acordo com as disposições da Constituição, em vista da requisição dos Governos de ambos os Estados, os quais pediram, nos termos do artigo 6º, a intervenção da União para esse fim. (Carvalho, 1950: 131)

A partir desse momento, estava iniciada a Campanha do Contestado. Esse foi o termo usado pelos oficiais da época e consagrado pelos historiadores de farda. O episódio marcaria a história militar brasileira, assim como a vida de milhares de sertanejos explorados nos sertões do País.

ESTRATÉGIAS E COMBATES: O CONTESTADO E A MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO

Setembrino de Carvalho chegou a Curitiba no dia 9 de setembro de 1914, verificou a situação das tropas estacionadas disponíveis, sondou o clima político nos dois estados em conflito e deu início à elaboração da estratégia que adotaria na região. O comandante tentou fazer da operação militar no Contestado um teste prático para oficiais que, em sua maioria, até então só conheciam batalhas simuladas em exercícios militares.

O General percebeu que faltava ao Exército um moderno regulamento que ordenasse as instruções das tropas em tempos de guerra. Tal carência levava os oficiais a redigirem os documentos militares à sua maneira. Como, nessa campanha, havia oficiais das mais diversas formações, as versões variavam de acordo com os respectivos conceitos. Setembrino de Carvalho ordenou a tradução de regulamentos franceses e alemães e os distribuiu para os comandantes. Vale lembrar que, entre os oficiais que compunham seu Estado-Maior, um fazia parte do grupo editorial da ADN.

Para os “jovens turcos”, a aplicação dos regulamentos firmados em clássicos da estratégia militar seria o diferencial da estratégia do Exército em relação àquelas utilizadas pelas chamadas populações semibárbaras, ou seja, pelos habitantes do interior do Brasil. De acordo com os redatores da ADN, “Para que, nessa luta, a vantagem fique do nosso lado, é preciso ajamos segundo os princípios táticos consignados nos nossos regulamentos – que compendiam a experiência militar de povos guerreiros, que com eles têm alcançado decisivas vitórias”.¹¹

Povos guerreiros, leia-se, doutrinas alemãs. Mas essa não era a posição de muitos dos oficiais presentes no *front*. Para os *historiadores de farda*, era preciso criar uma estratégia tipicamente brasileira. Um Exército profissional não seria, de acordo com esses oficiais, somente aquele forjado à imagem e semelhança do prussiano, mas o que tivesse capacidade de traçar suas próprias estratégias em função da realidade da terra brasileira e em atenção ao perfil dos seus combatentes e adversários. O Tenente Dermeval Peixoto foi um dos que criticou abertamente a profissionalização à europeia:

Não se pode pregar como meio único de consertar o Exército a introdução das doutrinas de além-mar, importadas em

11 ADN, n. 13, 10 out. 1914, p. 1.

doses exageradas. Absolutamente, não. Sem uma criteriosa adaptação preliminar, essas doutrinas são inaplicáveis em nosso território de guerra provável. Antes das traduções integrais, precisamos de uma tática inteiramente indígena, baseada na experiência do campo e nas necessidades inadiáveis da tropa; colhidos bons ensinamentos das guerrilhas e aproveitados com criterioso empenho e sem pretensões, os ardis táticos que praticam os cangaceiros em cansando-se com as modalidades do solo e com o trançado dos matagais; tendo em vista, por fim, as comunicações difícilíssimas sob todos os aspectos, o que não acontece com as nações onde, sequiosos, buscamos táticas. (Peixoto, 1995, v. 2, p. 29-30) A proposta desse oficial é de que se deveria nacionalizar a tática, melhorando o sistema de guerrilha do sertanejo brasileiro. Opinião compartilhada por J. Pinto Soares (1931), seu colega de farda e autor de diversas obras sobre o Contestado.

A crítica à importação de estratégias europeias é indicativa da resistência de alguns oficiais em relação às ordens de Setembrino de Carvalho. Ainda não estão devidamente explorados os casos de conflitos existentes nas ordens de comando durante a Guerra do Contestado, mas, pelas reclamações do comandante, é possível detectar sua existência e avaliar seus efeitos:

Domina ainda uma parte considerável de nossa oficialidade o preconceito estéril de que não se aplica, à nossa gente e às nossas guerras, a doutrina militar germânica ou francesa. Pretende-se orgulhosamente que haja uma estratégia e uma tática nacionais. E nesse ansiar presunçoso por uma emancipação espiritual absoluta, vamos ao ponto de esquecer que, na primeira como na última, há princípios gerais e irredutíveis, centralizando os processos efetivamente variáveis com a época, com o teatro da guerra, com o gênio particular de cada povo. (Carvalho, 1916: 137)

Como comandante, Carvalho fez dessa guerra uma das maiores operações militares já executadas pelo Exército em solo brasileiro. Todas as armas foram acionadas. O Serviço de Aviação, em caráter experimental na corporação, foi levado para o campo de batalha sob a condução do oficial Ricardo Kirk e do civil italiano Ernesto Darioli¹². Além disso, até mesmo a Marinha foi acionada, o que raramente tem sido mencionado pelos pesquisadores. Conforme os planos de Setembrino, a Marinha atuaria na fiscalização dos transportes

12 Uma análise minuciosa do serviço de aviação no Contestado foi feita por Nilson Thomé (1986) e mais recentemente por Claudio Passos Calaza (2007).

do rio Iguaçu, por onde eram transportados alimentos, armas e munições que abasteciam as vilas rebeldes. Um telegrama foi enviado ao Ministro da Guerra, nos seguintes termos:

Invoquei, neste sentido, o auxílio do Sr. Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino de Alencar, que mandou, prestes, apresentar-se-me o capitão Plínio Rocha, expedindo, sem tardança, para o porto de Paranaguá, o cruzador *República*, destinado a fornecer os elementos precisos à armação de pequenina frota. Todos e tais, porém, foram os empecilhos, que no fim de pouco tempo eu me via forçado a desistir da empresa, agradecendo, penhorado, ao ilustre almirante, o patriótico empenho que pusera em facilitar-me a difícil tarefa. (Carvalho, 1916: 46)

O telegrama era apenas uma comunicação, e não um pedido de autorização. Isso demonstra a autonomia desfrutada por Setembrino na condução da campanha de guerra. A mobilização de todas as armas do Exército, a experiência com a aviação militar e a parceria com a Marinha Brasileira. Tudo isso contra sertanejos rebeldes no interior do País. Se alguns pesquisadores levantam a questão sobre o suposto uso inadequado do conceito de guerra para a intervenção militar no Contestado, uma resposta possível é dada pelos planos estratégicos comprovados por este documento¹³. É verdade que a Marinha sequer atuou na repressão ao conflito, e que o uso da aviação foi desastroso em termos militares, no entanto, essas experiências não somente foram pensadas, como, em alguns casos, executadas no campo de batalha. Em outras palavras, elas fizeram parte do arsenal estratégico montado pelo comandante geral para combater cidadãos brasileiros no interior do País.

Levando a sério sua autonomia como comandante das operações militares no Contestado, Setembrino de Carvalho tentou mediar o conflito de limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina. Isso o indis pôs com o presidente catarinense, Felipe Schmidt, então Coronel do Exército. Este solicitou que Setembrino se concentrasse em seu papel militar, deixando os jogos políticos fora de seu raio de ação. O fato levou Carvalho a solicitar, oficialmente, sua demissão do cargo.

Não somente porque o cargo de inspetor permanente nesta região compete a um general de divisão, como também

13 O questionamento conceitual foi feito pelo General Aureliano Pinto de Moura. Para ele, “fica mais apropriado denominarmos *insurreição do Contestado*, pois não houve uma guerra, propriamente dita” (Moura, 2003:234).

porque, devido anormalidades nos Estados Paraná e Santa Catarina, acha-se aquela autoridade investida de poderes especiais para o restabelecimento da ordem nos referidos Estados, o exercício do cargo por um general de brigada no momento atual reveste-se da confiança nele depositada pelo governo da República, o que é ainda corroborada pela doutrina seguida na indicação ao comando superior em operações de guerra; em tais condições, unicamente por motivos de escrúpulos, venho respeitosamente depositar nas mãos do Exm^o. Sr. Presidente da República por intermédio de V. Ex^a. o pedido de demissão do cargo de Inspetor Interino desta região com que fui por decreto de 26 de agosto findo honrado pelo governo do Ex^{mo}. Sr. Marechal Hermes da Fonseca. Respeitáveis saudações. General Setembrino¹⁴.

Percebe-se, na citação acima, que pesava contra Setembrino de Carvalho o fato de não ser general de divisão, patente adequada para o comando de uma operação como a do Contestado¹⁵. De acordo com MacCann (2007), o posto de general de brigada que Setembrino ostentava fora concedido pelo presidente Hermes da Fonseca pouco antes de enviá-lo para resolver o conflito no Ceará, o que o colocava sob o fogo cerrado da imprensa de oposição e como alvo preferencial das críticas das elites catarinenses, que não viam nele autoridade suficiente para arbitrar a questão de limites com o Paraná.

A recusa do Ministro da Guerra em aceitar a demissão de Carvalho foi um sinal de que teria liberdade para levar adiante sua estratégia de guerra, no entanto, teve que recuar em relação à questão de limites, ou, melhor dizendo, em relação aos conflitos políticos de alto escalão.

Como dito acima, para levar adiante sua proposta, Setembrino de Carvalho teve sob seu comando o correspondente a um terço do efetivo do Exército da época. Frank MacCann informa que, no total, o comandante em chefe dispôs de exatos 6.408 homens, entre civis e militares (MacCann, 2007: 187). Entretanto, em fins de março de 1915, Carvalho solicitou ao Ministro da Guerra instruções para a retirada das tropas e apresentou os seguintes números: “tenho para mais de 6 mil homens o grande material a retirar do Contestado e quero executar metodicamente como aprendizagem para mim e oficiais do Estado-Maior”¹⁶.

14 Telegrama ao ministro da Guerra, 17 nov. 1914.

15 O Exército contava com três graus hierárquicos de generais: marechal, general de divisão e, em último lugar, general de brigada (Cf. Albuquerque, 1911: 191).

16 Telegrama ao Ministro da Guerra, 30 mar. 1915.

Esse número dizia respeito apenas aos militares, excluindo os 2 mil vaqueanos recrutados oficialmente com recursos públicos¹⁷. Portanto, seu efetivo era superior a 8 mil homens. Setembrino não chegou ao teatro de operações com esse grupo constituído. Entre setembro e outubro de 1914, tinha à sua disposição 4 mil militares. Esperava resolver logo o conflito e liberar seus homens para passar o Natal com a família, todavia, a resistência dos rebeldes foi maior que a esperada. Com isso, Carvalho foi obrigado a solicitar reforço de mais 2 mil homens entre oficiais e soldados. Eles chegaram à região entre dezembro de 1914 e janeiro de 1915.

A proveniência desses homens é difícil de precisar. É certo que os regimentos convocados por Setembrino de Carvalho nos primeiros meses de campanha eram provenientes do Rio de Janeiro, Niterói, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Ou seja, eram os mais modernos e bem equipados do País, além de composto por oficiais treinados conforme a lógica moderna de guerra. Diferentemente da primeira leva, a maior parte dos novos recrutados era proveniente da Região Nordeste do Brasil, principalmente de Alagoas, Paraíba, Bahia e Pernambuco, e estes foram convocados em caráter de emergência.

Fernando Setembrino de Carvalho teve que recuar em relação a arbitrar a questão de limites, no entanto, enquanto esteve no comando das operações militares no Contestado, fez alianças com lideranças políticas locais, defendeu os interesses da empresa norte-americana responsável pela construção da estrada de ferro e pela exploração de madeira na região, mandou erguer pontes, fez novas cartas geográficas, realizou várias manobras militares para provar a disciplina e o profissionalismo dos soldados, estabeleceu novos regulamentos militares. Isto é, fez exatamente o que não gostaria de ter feito: mergulhou o Exército na politicagem local, mais que isso, cumpriu o serviço sujo dos coronéis ao limpar a área e exterminar as lideranças rebeldes que ousaram enfrentar os desmandos dos coronéis. Não bastasse esse feito, ao incorporar os vaqueanos às forças oficiais do Exército, equipou seus jagunços com as mesmas armas disponibilizadas aos soldados da pátria. Armas que se tornaram propriedades dos coronéis, visto que, com a retirada do Exército federal em maio de 1915, nenhuma ação foi tomada no sentido de recolher os equipamentos comprados com dinheiro público e provenientes, em sua maioria, da Alemanha e da França.

Ao deixar o campo de batalha, em maio de 1915, Fernando Setembrino de Carvalho levaria consigo uma experiência que lhe garantiria um futuro

17 As folhas de pagamento dos serviços prestados por esses homens estão disponíveis no Arquivo do Exército no Rio de Janeiro, e foram analisadas por Rodrigues (2008).

promissor nas Forças Armadas brasileiras, escalando os mais altos postos da política militar no Brasil¹⁸. Para além dos louros individuais, a Campanha do Contestado foi fundamental para a própria história da corporação militar brasileira. As operações bélicas movidas contra os rebeldes de São João Maria nas fronteiras do Paraná com Santa Catarina serviram para reelaboração da memória militar, em especial para o papel que o Exército se atribuía no desenvolvimento político e social do País. O esforço em fazer tal conexão pode ser observado quando se articula a história do Exército com a intervenção no Contestado. Para isso, é preciso remontar ao projeto de modernização, bem como sua construção pelos principais protagonistas desse enredo: Hermes da Fonseca, os “jovens turcos” e a revista *A Defesa Nacional*.

RECUAR PARA AVANÇAR: MODERNIZAÇÃO MILITAR E POLÍTICA NACIONAL

A atuação política de Hermes da Fonseca marcou o período de efetiva campanha pela modernização do Exército brasileiro. O projeto, embora anterior à atuação do oficial na Presidência da República (1910-1914), ganhou novo ânimo a partir de sua gestão como Ministro da Guerra (1906-1909)¹⁹.

Atento às iniciativas militaristas movidas no Chile, Argentina, Bolívia e Peru, no sentido de renovar material e doutrinariamente suas Forças Armadas, Hermes da Fonseca estreitou as relações diplomáticas com a Alemanha com a intenção de adotar, no Brasil, o modelo de instrução militar daquele país²⁰. Entre as medidas adotadas, destacam-se o envio de oficiais brasileiros para receber instrução no exército alemão, a renovação da tecnologia bélica, a reforma e a construção de quartéis e escolas militares, a renovação da doutrina militar, a implementação da lei que estabelecia o sorteio militar universal para ingresso nas Forças Armadas e a consequente reorganização do Exército²¹.

18 Fernando Setembrino de Carvalho foi nomeado Inspetor dos Serviços Administrativos da Guerra, em 1916; promovido a general de divisão a 12 de janeiro de 1918 e a comandante da 4ª Região Militar com sede em Juiz de Fora/MG, em 1919. Entre 1922 e 1926, foi coroado com o cargo de Ministro da Guerra do Presidente Arthur Bernardes. Além disso, foi chefe do Estado-Maior do Exército em 1922 e promovido a marechal reformado a 10 de setembro de 1924 (Carvalho, 1950: 14-15).

19 Sobre o papel de Hermes da Fonseca no projeto de Modernização do Exército, merece destaque o livro do historiador de farda Umberto Peregrino (1968). Para Frank MacCann (2007), boa parte das propostas de Hermes da Fonseca para o Exército foi anteriormente elaborada por João Nepomuceno de Medeiros Mallet, Ministro da Guerra entre 1898 e 1902.

20 Uma análise específica sobre as relações do exército brasileiro com as forças armadas estrangeiras, em especial alemãs, francesas e norte-americanas, foi desenvolvida por Frank MacCann em “A influência estrangeira e o Exército brasileiro, 1905-1945”. In: *A Revolução de 30*. Seminário Internacional [199-].

21 A pauta da proposta de modernização militar no Brasil foi bem inventariada e analisada por José Murilo de

Como Ministro da Guerra, o sobrinho de Deodoro instituiu exercícios planejados com os oficiais no campo dos Cajueiros em Santa Cruz, Rio de Janeiro. Umberto Peregrino ressalta:

Pode-se avaliar o que isso representou para a oficialidade que saía de enferrujado marasmo profissional para aquela ebulição dos volumosos deslocamentos de tropa, dos acampamentos, de uso de novos equipamentos, das discussões táticas, do comando prático, palpável, efetivo. (Peregrino, 1968: 122)

Conforme os relatos da imprensa, transcritos por Peregrino, as ações causaram *frisson* nos habitantes do Rio de Janeiro: “enquanto duravam as manobras, os trens da Central corriam superlotados de famílias que iam visitar o acampamento dos Cajueiros” (Peregrino, 1968: 123). Os exercícios foram devidamente registrados pela tecnologia fotográfica e amplamente divulgados na imprensa da Capital do Brasil. Os jornalistas elogiavam a disciplina dos oficiais, o garbo de suas fardas e a modernidade da tecnologia bélica exposta ao público. Era uma campanha aberta em prol da modernização e também do nome de Hermes da Fonseca, que se ergueria como o mais forte candidato à Presidência da República na disputada Campanha Civilista de 1910.

Nesse empenho de divulgação de um Exército desejado, era a aproximação com o modelo militar germânico o que mais se destacava. Como resultado do sucesso da propaganda militar, Hermes da Fonseca conseguiu a aprovação da Lei n. 1860, em janeiro de 1908. Ela instituiu o sistema de sorteio nas Forças Armadas, em substituição ao ingresso voluntário²². O modelo germânico era tão exaltado que, em 1909, Hermes viajou à Alemanha e à França para conhecer de perto o modelo militar europeu e estabelecer parcerias com vistas a trazer uma missão militar europeia para treinar os oficiais brasileiros. No ano seguinte, enviava um grupo de 21 oficiais brasileiros para treinamento na Alemanha. Desse grupo, nasceu o “jovens turcos”²³.

Carvalho em *Forças Armadas de Política no Brasil* (2006) e por Manuel Domingos Neto em *Influência estrangeira e luta interna no Exército* (1980).

22 As resistências à implementação da lei do sorteio foi analisada de forma mais pontual por Peter Beattie em *Tributo de Sangue* (2009). Para uma apreciação das críticas à lei no momento da Guerra do Contestado, ver Rogério Rosa Rodrigues (2008).

23 De acordo com José Murilo de Carvalho (1974, p. 198), o envio de oficiais para a Alemanha, para receber treinamento militar, ocorreu por sugestão do ministro das Relações Exteriores, Rio Branco (1902-1912), sendo a primeira leva enviada em 1906; a segunda, em 1908; e a terceira e maior – composta de 22 oficiais do Exército –, em 1910. Leila Maria Corrêa Capella (1985, p. 48), por sua vez, afirma terem sido 21 oficiais enviados à Alemanha. Ela acrescenta que o estágio destes não fazia parte de um projeto elaborado pelo Ministério da Guerra, logo, o controle das atividades por lá desenvolvidas não era rigoroso. Alguns não conseguiram finalizar o estágio, sendo o domínio da língua uma das grandes barreiras.

Ao concluir o estágio em 1912, três oficiais – Parga Rodrigues, Bertholdo Klinger e Estevão Leitão de Carvalho – assumiram a iniciativa de fundar uma revista militar para divulgar os ensinamentos recebidos no exército germânico. Capella (1985: 49) afirma que a inspiração veio da *Militär Wochenblatt*, a mais conceituada revista militar da Alemanha. Assim nasceu *A Defesa Nacional*, em outubro de 1913.

Após um ano de lançamento, a ADN publicou, no seu primeiro editorial, uma matéria sobre a Guerra do Contestado. Nele, os Primeiros-Tenentes Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho e J. de Souza Reis fizeram uma análise dos desdobramentos militares do conflito que ocorria no Sul do Brasil e o compararam, do ponto de vista militar, à Guerra de Canudos: “os surtos sangrentos dos *fanáticos* vão se assemelhando à luta inglória de Canudos, onde uma grande parte do nosso Exército sucumbiu aos tiros certos dos *jagunços*”²⁴.

No mesmo editorial, os “jovens turcos” fizeram uma análise das causas que haviam levado à rebelião sertaneja e apontaram fatores como: fanatismo religioso, banditismo e espírito de vingança de alguns pequenos proprietários de terras “espoliados por concessões de seus territórios, feitas a mandões políticos pelos governantes dos dois estados”²⁵; em síntese, os oficiais viram o episódio, basicamente, como fruto da ignorância dos habitantes, mas culparam os governantes estaduais por terem abandonado seus povos, descuidando da instrução e do policiamento naquela região.

Apesar de lamentarem o rumo dos acontecimentos que abatiam diariamente a vida dos “soldados da pátria”, assim como a sorte de sertanejos que eles consideravam titeres das oligarquias locais, os redatores da revista destacaram que os incidentes exigiam uma medida enérgica. Sem um acordo de paz, os brasileiros deveriam ser tratados como inimigos: “a ação das forças militares assumirá assim, nitidamente, as características de *operações de guerra*, contra irmãos, é verdade, mas irmãos que, por seus atos, estão reduzidos à condição de *inimigos*”²⁶. Numa situação de guerra, afirmam os “jovens turcos”, não se poderia recuar, sob pena de desmoralização.

Como argumento favorável a uma ação firme e derradeira contra os fiéis de São João Maria, chamava-se a atenção para o papel diferenciado do Exército e da Polícia. Esta teria como função “prevenir para remediar, por isso é mais

24 ADN, n. 13, 10 out. 1914, p. 1, grifo do autor.

25 ADN, n. 13, 10 out. 1914, p. 1.

26 ADN, n. 13, 10 out. 1914, p. 1.

conciliatória, mais tímida e mais humilde”²⁷. A ação do Exército, por sua vez, é apresentada de forma diferente. Segundo os oficiais treinados na Alemanha, o seu papel é combater e, “enquanto o adversário não se entrega, só deve haver um pensamento entre os chefes e subordinados – *aniquilá-lo*”²⁸.

Por meio desses editoriais, as ações militares desenroladas nos limites do Paraná com Santa Catarina foram alistadas na fileira dos interesses de modernização do Exército brasileiro. Alguns aspectos dessa apropriação aparecem enunciados no editorial dos “jovens turcos”, tal como a construção de uma força rigorosa e coesa, pronta para guerrear e defender o Brasil contra os seus inimigos, fossem eles internos ou externos. Infere-se, também, das ideias presentes no texto, que era preciso resgatar a imagem do Exército brasileiro, sendo sua diferenciação das forças policiais um dos elementos centrais, pois estas, além de terem o papel de prevenir, eram vistas como associadas às forças ligadas ao poder oligárquico que comandava a política estadual. Associação que o Exército brasileiro gostaria de evitar em relação ao Exército.

Ainda, a propósito da guerra no Sul, o editorial reduzia as reivindicações dos sertanejos do Contestado ao descuido dos governantes, o que significava apresentá-los como passivos diante da história, espécie de turba guiada por espertalhões, fossem eles religiosos ou políticos. Acreditava-se que esses homens não tinham capacidade para pensar, planejar e buscar soluções para a situação de miséria e de exploração que os afligia diariamente.

A visão dos editorialistas não se diferenciava muito daquela que os coronéis da região tinham dos sertanejos: a de um grupo que necessitava ser guiado, e, se rebelde, aniquilado. A proposta inicial apresentada aos fiéis de João Maria era que depusessem as armas e se curvassem ao Estado, ao Exército e aos coronéis. Ao se recusarem, eles foram guindados ao *status* de “inimigos da Nação”. Esta designação não é menos capciosa que a de “fanáticos”, tradicionalmente atribuída aos sertanejos por compartilharem da crença em João Maria e em São Sebastião. O *outro*, ou seja, o inimigo, não tem cara; não tem consciência. Ele é apenas aquele que precisa ser aniquilado, o alvo para os disparos que instituiriam a ordem que o Exército proclamava defender.

Opinião semelhante aparece na matéria publicada pelo Segundo-Tenente Francisco de Paula Cidade. No artigo “Fanáticos: liame histórico”, o oficial aponta os aspectos que considera essenciais destacar nessa campanha de guerra.

27 ADN, n. 13, 10 out. 1914, p. 1.

28 ADN, n. 13, 10 out. 1914, p. 1, *grifo do autor*.

O texto é dividido em seis pontos, a saber: “o inimigo; as nossas dificuldades; os nossos efetivos; da eficiência; recursos que faltam e a brigada estratégica”²⁹. Para o “jovem turco”³⁰, o Contestado não se diferenciava de outros movimentos rebeldes da história do Brasil:

Amontoados sediciosos, desde Palmares, nos tempos coloniais teria em comum uma organização militar rudimentaríssima, e, em vez de unidades formadas de acordo com as necessidades administrativas ou táticas, apresentam-se em bandos, que valem antes pelo chefe que têm do que pela solidez de seus elementos.³¹ Contrapondo-se a esse tipo de organização, o Exército brasileiro deveria desenvolver uma ação previamente traçada e dispor não só de comandantes solidamente preparados, como também de soldados disciplinados e profissionais. Para Paula Cidade, essa campanha aparecia como uma possibilidade de aperfeiçoar as modernas estratégias militares e corrigir os erros e falhas ainda presentes na corporação. Sugere, por exemplo, a artilharia como a principal arma a ser utilizada no campo de batalha. O motivo alegado é estritamente militar: o fato de que “essa arma deixa muito a desejar entre nós!...”³². A adoção do fuzil alemão *Mauser*, em substituição ao *Comblain*, era outro motivo para a experimentação da artilharia. Paula Cidade asseverava, ainda, que não bastavam novas tecnologias bélicas, havia a necessidade de treinamento:

Achamo-nos, até certo ponto, na situação dos franceses de 1870, que dispunham de uma boa arma, mas que a usavam segundo uma técnica muito primitiva, em face de adversários servidos de um fuzil inferior, mas senhores da técnica do respectivo tiro. Não há oficial sabedor do seu ofício e – honesto – que seja capaz de afirmar que os nossos processos de tiro difiram hoje dos já adotados nos tempos da *Comblain*³³.

29 ADN, n. 13, 10 out. 1914, p. 12, *grifo do autor*.

30 Baseando-se nas memórias de Bertholdo Klinger, a historiadora Leila Capella (1985, p. 53) assinala: “O apelido de ‘jovens turcos’ estaria associado a todos aqueles que envidavam esforços no sentido da transformação e modernização do Exército: *germanófilos* seriam apenas aqueles que serviram no exército alemão. Segundo essa explicação, os ‘jovens turcos’ teriam antecedido cronologicamente aos *germanófilos*”. Diante desse esclarecimento é que incluímos Paula Cidade no grupo dos “jovens turcos”, muito embora saibamos que ele não fez parte de nenhuma das levas de oficiais enviados à Alemanha entre 1906 e 1910.

31 ADN, n. 13, 10 out. 1914, p. 12.

32 ADN, n. 13, 10 out. 1914, p. 12.

33 ADN, n. 13, 10 out. 1914, p. 12.

Além dos editoriais de Bertholdo Klinger e das matérias do Tenente Paula Cidade, a AND publicou um artigo de Mario Travassos³⁴ e o longo relatório de um dos mais afamados comandantes de atuação no Contestado, o Coronel Francisco Raul d'Estillac Leal³⁵. Seu nome ficou entrelaçado à Guerra do Contestado não apenas pelos artigos técnicos publicados em ADN, mas também devido ao empenho de um dos oficiais por ele comandando, o historiador de farda Herculano Teixeira d'Assumpção. Este foi o responsável pela composição do longo e polêmico panegírico das ações da Coluna Sul: unidade militar liderada por Leal e da qual fazia parte como secretário do comandante³⁶. Como é possível observar, as operações militares no Contestado foram atentamente analisadas pelos “jovens turcos” e entrelaçadas ao projeto de modernização militar, mas, além desse uso pragmático, houve também uma tentativa de articular a história do Exército com a história política nacional.

OS TEMPOS DA HISTÓRIA OU CONTESTADO E A HISTÓRIA MILITAR E POLÍTICA DO BRASIL

Como bem destacou Capella, a forma como a ADN tratou as ações militares do Contestado denuncia as estratégias utilizadas pelos oficiais modernizadores para delimitar sua função na defesa nacional; no entanto, eu acrescentaria que também foi fundamental para resgatar o papel dos militares na política brasileira. No discurso dos “jovens turcos”, é possível perceber um esforço em articular a memória do Exército brasileiro ao repertório da história política republicana em formação no limiar do século XX.

No Brasil, desde as últimas décadas do século XIX, registrava-se, entre os oficiais, uma autopercepção que os projetava como elementos superiores, em virtudes cívicas, ao conjunto da população nacional, o que legitimava uma aspiração a tutelar a política brasileira até a sociedade estar suficientemente amadurecida para seguir seus próprios rumos. Essa visão compartilhada, em grande parte, pelos oficiais de formação positivista, foi reelaborada pelos “jo-

34 Oficial que, nos anos 30, escolheria o Pico das Agulhas, no Estado do Rio de Janeiro, para figurar no brasão da Escola Militar (Cf. Castro, 2002: 44).

35 No *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB, 2001: 3028), o oficial tem o nome com grafia atualizada: Francisco Raul Estillac Leal. No entanto, para efeito de localização na documentação do Exército, recomenda-se manter o nome original, assim como o faz MacCann (2007). Vale ressaltar que Leal foi pai de dois oficiais militares que desempenhariam papel importante na História do Brasil: Newton Estillac Leal, que se notabilizaria como “tenente” e líder nacionalista militar nos anos 50, ministro da Guerra, de 1951 a 1952; e Zeno Estillac Leal, chefe do Estado-Maior do Exército, de 1956 a 1958.

36 A contratação de um historiógrafo para compor as forças de repressão oficial ao movimento do Contestado foi analisada por Rodrigues (2008).

vens turcos”, que perceberam que a corporação militar precisava se fortificar para obter peso nas disputas políticas que envolvessem projetos de nação.

Em um dos muitos editoriais, os “jovens turcos” chamavam a atenção para o que consideravam ser a verdadeira função do Exército: “O Exército, num país como o Brasil, não é somente o primeiro fator de transformação político-social, nem o principal elemento de defesa exterior: ele tem igualmente uma função educativa e organizadora a exercer na massa geral dos cidadãos”³⁷.

Com essa declaração, os oficiais se colocavam como os mediadores do futuro da Nação, papel que, acreditavam, lhes era destinado desde a participação do Exército na mudança do regime político em 1889. Era em nome dessa participação que apresentavam seu projeto de desenvolvimento nacional e reivindicavam as reformas institucionais, como a efetiva aplicação da lei do sorteio militar. Na visão dos oficiais, essa lei permitiria ao Exército selecionar os jovens mais saudáveis e mais bem preparados para defender a Nação, e ainda transformaria, progressivamente, todo cidadão em soldado. Se antes de chegar ao Exército os brasileiros recebessem nas escolas uma educação inspirada na caserna, o Brasil teria, conforme suas ideias, uma geração de patriotas prontos para defender o País.

Na luta travada pelos “jovens turcos”, a Guerra do Contestado aparece como uma vitrine capaz de dar maior visibilidade às suas propostas. Entretanto, a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ofereceria matéria-prima mais condizente com sua visão político-militar. A matéria do Tenente-Coronel Augusto Tasso Fragoso faz eco à expectativa dos modernizadores em aproveitar o conflito internacional para promover as reformas militares:

Agora que a guerra europeia repercutindo tão fundamente entre nós obriga os poderes públicos a cortes profundos nos orçamentos, é mais do que nunca oportuno pôr em execução o serviço militar obrigatório. (...) Meditem os nossos Congressistas sobre os fatos que se desenrolam no cenário europeu e encarem o futuro do Brasil como o vão fazendo as outras nações da América³⁸.

A situação mundial serviu de argumento para que os oficiais militares alertassem os políticos e a sociedade brasileira para a suposta iminência de um conflito armado no Sul do Brasil, principalmente com a Argentina. Com-

37 ADN, n. 1, 10 out. 1913, p. 1.

38 ADN n. 12, 10 set. 1914, p. 375-376.

parações sobre a situação das Forças Armadas dos demais países da América Latina, que haviam adotado o serviço militar obrigatório, mostravam como o Brasil estava atrasado em termos militares.

Segundo Alain Rouquié, o serviço militar obrigatório existia no Chile desde 1900, no Peru e na Argentina, a partir de 1901, no Equador, desde 1902, e na Bolívia foi inaugurado em 1907. Além disso, muitos desses países já haviam recebido missões militares europeias com a função de modernizar suas Forças Armadas (Rouquié, 1984: 117).

Apesar do destaque conferido à Primeira Guerra pelos tenentes reunidos em torno da revista militar, o Contestado não deixou de ser acompanhado com cautela pelos “jovens turcos”. Após a remodelação do Exército brasileiro feita por Hermes da Fonseca, em 1908, quando ministro da Guerra, esse seria o primeiro momento de uma ação previamente organizada. Embora nesse mesmo período intervenções militares tivessem ocorrido em diversos estados do País, como a já citada deposição do Governador do Ceará Franco Rabelo, uma ação militar de tão grande vulto, exigindo as mais altas energias e capacidade logística, só tinha ocorrido na Guerra de Canudos (1896/1897). A campanha do Contestado gerava, portanto, uma grande expectativa entre a oficialidade brasileira: em primeiro lugar, conseguir da população brasileira voto de confiança para efetiva modernização do Exército; em segundo, imortalizar os feitos militares na História do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Caetano M. de F. *Dicionário Técnico-militar de Terra*. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1911.

ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira d'. *A campanha do Contestado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 2 v., 1917/1918.

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue*. Exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009.

CALAZA, Cláudio Passos. *Aviação no Contestado: investigação e análise de um emprego militar inédito*. 2007. 181f. Dissertação (Mestrado em Ciências Aeroespaciais). Programa de Pós-Graduação UNIFA, Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2007.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. *As malhas de aço no tecido social: a revista A Defesa Nacional e o Serviço Militar Obrigatório*. 1985. 280f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

CARONE, Edgar. *A República Velha*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, 2 v.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Memórias: dados para a História do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950.

_____. *Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações de Guerra no Contestado*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrick (orgs.). *Nova História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 237-268.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Juazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DOMINGO NETO, Manuel. Influência estrangeira e luta interna no Exército, (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 43-70.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LAMARÃO, Sérgio. Liga de Defesa Nacional (LDN). In: DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. v. 3, p. 3112-3113.

MacCANN, Frank D. A influência estrangeira e o Exército brasileiro, 1905-1945. In: *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Brasília: UnB, [19--]. [Coleção Temas Brasileiros, v. 54].

_____. *A nação armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro*. Recife: Guararapes, 1982.

_____. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

MACHADO, Paulo Pinheiro; ESPIG, Márcia Janete. *A guerra santa revisitada*. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1974.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Siciliano, 1991.

MOURA, Aureliano Pinto. *Contestado: a guerra cabocla*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.

PEIXOTO, Dermeval. *A campanha do Contestado*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, 3 v. (Coleção Farol do Saber).

PEREGRINO, Umberto. *Euclides da Cunha e outros estudos*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. *Messianismo e conflito social*. A guerra sertaneja do Contestado. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Os sertões catarinenses*. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História Cultura, UFSC, Florianópolis, 2001.

_____. *Veredas de um grande sertão*. A Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro. 2008. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa Ômega, 1984.

SOARES, José Octaviano Pinto. *Guerra em sertões brasileiros*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

THOMÉ, Nilson. *A aviação militar no Contestado: réquiem para Kirk*. Caçador/SC: 1986.

A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ NO CONTESTADO

Janary Maranhão Bussmann¹

PARANÁ

O REGIMENTO DE SEGURANÇA NOS PRIMEIROS CONFLITOS

Cabe-me apresentar considerações sobre o papel desempenhado pelo Regimento de Segurança do Paraná, instituição que teve sua denominação alterada para a que hoje ostenta: Polícia Militar do Estado do Paraná. A exemplo do seu congênere no Estado de Santa Catarina, tinha, como tem até os dias de hoje, a responsabilidade legal pela manutenção da ordem pública.

Não pretendo aqui repetir as condicionantes do clima de ação então verificado e que, aproveitando o resumido entendimento externado pelo historiador Nilson Thomé, consistia em um conjunto sintetizado pelos historiadores regionais da atualidade a partir das definições de estudiosos como sendo uma “insurreição xucra” ou “guerra civil”, de religiosos como sendo uma “rebelião de fanáticos”, de sociólogos como um “conflito social”, de antropólogos como um “movimento messiânico”, de políticos como “tentativa de desestabilização das oligarquias”, de administradores públicos como uma “questão de limites”,

1 Coronel da Polícia Militar do Paraná e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

de militares (e acabamos de constatá-lo) como uma “campanha militar”, de socialistas como uma “luta pela terra”.

Embora se afirme que as ocorrências verificadas, sobretudo em terras catarinenses, a partir da margem esquerda do rio do Peixe e com maior intensidade no vale do rio Timbó, sejam desconhecidas do público em geral, não se deve deixar de destacar o alentado número de publicações abordando, de diferentes formas, quase a exaurir o tema geral, faltando apenas uma pena que tivesse o brilho do imortal Euclides da Cunha, isso sem desmerecer os tantos que manifestaram esmero e qualidade ao tratar de tão complexa questão.

Os governantes do Estado do Paraná, em especial os que ocuparam o cargo nos primórdios da República, tiveram inúmeras dificuldades para solucionar problemas inerentes à indefinição dos limites com o vizinho Estado do sudeste.

Do lado catarinense, o que subsidiava as decisões governamentais era a expectativa do cumprimento da sentença do Supremo Tribunal Federal, que assegurava ao Estado a garantia dos limites pleiteados.

Em todo caso, ambos os Estados priorizavam atenções quanto à titulação de imóveis e à instalação de barreiras fiscais, com alternâncias inquietadoras e desprezo à implementação de políticas públicas, sobretudo as de natureza social, de questões relacionadas com atenção à saúde pública e à educação, resultando no abandono das populações carentes, que, não tendo onde encontrar amparo oficial, se deixaram influenciar pelos portadores de mensagens místicas, replicadas a partir das sucessivas passagens dos monges João Maria de Agostini e João Maria de Jesus (Anastás Marcaf). A pacificação decorrente do término da Revolução Federalista fez com que inúmeros ex-combatentes se fixassem na região, num momento em que as autoridades catarinenses buscavam garantir consistência nas medidas de ocupar o território que logo mais passaria à sua efetiva jurisdição. Situações conflituosas ocorreram ao longo dos rios Negro e Iguaçu, em sua margem esquerda, motivando providências do governo paranaense.

Teve considerável repercussão a questão da ponte do rio São Lourenço, quando efetivos do Regimento de Segurança de Santa Catarina, sob o comando do Tenente Cotrim e do Regimento de Segurança do Paraná, sob o comando do Major Rollemberg, por muito pouco não se entreveraram, isso já em 1895.

A observância da Lei n. 3.368/65, questionada por Santa Catarina, de certa forma impôs ao Paraná especial atenção quanto ao seu território.

Não prosperando as tentativas de arbitramento, mais atritos ocorreram, exigindo a presença de forças policiais, como na invasão de terras nos campos de Palmas, ocorrida no início do ano de 1898, quando efetivo sob o comando do Alferes Cândido Cabonosa entraram em choque com grupo armado, o que resultou na morte do Sargento Manoel do Prado Galvão e na captura de invasores e feridos, tendo sido interpretado como ação policial de rotina.

No ano de 1900, a movimentação de forças e a sucessão de reclamações oficiais, que eram frequentes em paragens semipovoadas afetas aos municípios de Palmas e de Rio Negro, passou a ocorrer também no município de União da Vitória, na iminente chegada dos trilhos da ferrovia, efetivada em 1906.

Bandos armados, circulando principalmente entre os rios Paciência e Timbó, passaram a cometer tropelias e a pretender posse de terras. Nessa região, abrigavam-se foragidos da justiça e perseguidos políticos do recente movimento federalista.

Denúncia do fazendeiro José Bueno de Camargo, apresentada a autoridade policial de União da Vitória em 29 de agosto de 1900, motivou a missão a cargo do Alferes Estevam Alves de Lima, do Regimento de Segurança do Paraná. Os líderes das desordens, Francisco “Cristo” e Álvaro Madalena, com pessoal muito bem armado, realizando invasões de terras e rapinagem, não relutaram em enfrentar os milicianos, o que resultou na morte do Cabo Galdino Alves de Paula, e exigiu reforços, solicitados pelo Alferes Estevam, com a consequente fuga dos desordeiros, posteriormente relacionados com iniciativa de representantes de Santa Catarina, sempre com base no pretenso argumento do “*uti-possidetis*”, com o objetivo de dar cobertura à ação a ser protocolada no Supremo Tribunal Federal a 6 de outubro de 1900.

O governo catarinense protestou quanto à ação da escolta do Alferes Estevam Alves de Lima, atribuindo à tropa arbitrariedade e violência, em inquestionável invasão ao território daquele Estado.

Inquérito levado a cabo pelo Capitão Manuel Ribeiro de Campos, por designação do Presidente do Estado do Paraná, Xavier da Silva, evidenciou a correção do comandante da escolta no episódio.

A reconhecida lentidão para a apreciação das ações propostas, mesmo levando em conta a complexidade dos feitos, acabou por resultar na sentença da Suprema Corte Federal, proferida a 6 de julho de 1904, dando ganho de causa a Santa Catarina.

Enquanto se verificavam as proposições de embargos, estava a vigor e assim permaneceu até a assinatura do acordo, em 1916, a seguinte demarcação de divisa: “o rio Sai-guaçu, até as nascentes do rio Negro, este até a confluência do rio Preto; o rio Preto até as nascentes – serra do Mar, serra do Espigão, até as nascentes do rio do Peixe e por este rio até a sua confluência no rio Uruguai”.

No Natal de 1905, quebrando a paz enganosa, ocorreu a invasão do povoado de Valões, sob o comando de Demétrio Ramos, antigo combatente maragato que se fixara na região, juntamente com alguns companheiros, por orientação do Monge João Maria.

Essa invasão resultou na morte de alguns sertanejos ligados a Joaquim Felix Valões.

Demétrio fez com que sobre um dos cadáveres, abandonado insepulto, ficasse a advertência “para servir de exemplo aos paranaenses”, ficando aí claro o seu comprometimento com alguma orientação proveniente de autoridades catarinenses.

Alertadas foram as autoridades de União da Vitória, inclusive o juiz de Direito da comarca, Dr. João Moraes Machado, que, munido de precatória expedida pelo governo do Rio Grande do Sul, a reclamar a captura de Demétrio Ramos por crimes cometidos naquele Estado, se fez acompanhar de componentes do Regimento de Segurança do Paraná destacados na região. Para agilizar o feito, seguiram no vapor *Cruzeiro* até a Vila Nova do Timbó, onde procedeu à prisão de familiares de Demétrio e a apreensão de cartas comprometedoras relacionadas com a questão lindeira, envolvendo políticos de Canoinhas e de Curitiba.

O próprio presidente do Estado, Vicente Machado, deslocou-se até União da Vitória por via fluvial, na tentativa de acalmar os ânimos.

Novamente, o governo catarinense requereu intervenção federal na região, o que motivou manifestações em Curitiba, ocasião em que Lamenha Lins, em memorável comício realizado na praça Tiradentes, proferiu a muito aplaudida frase “o governo catarinense pretende nivelar as vitoriosas baionetas do Exército Nacional à faca do bandido Demétrio Ramos”.

Atendido o pleito catarinense, o governo federal designou o 37º Batalhão de Infantaria, sob o comando do Capitão Ignácio Gomes da Costa, para patrulhar a região entre Timbó e Canoinhas, sendo mais tarde substituído pelo Capitão Duarte de Aleluia Pires.

Vale aqui repetir o afirmado pelo historiador Fredericindo Marés de Souza: “A impunidade, favorecida pelo sertão, pela contenda de limites e pelos politiqueiros – os coronéis de fazenda –, mais do que o tão propalado analfabetismo e fanatismo dos sertanejos, mais do que a injustiça na distribuição de terras, tão comum no Brasil, desde os tempos das capitânicas, encorajaria o surto de criminosos e bandoleiros, até a explosão da Guerra do Contestado, cujos prenúncios despontavam de longa data”.

Continuaram a ocorrer distúrbios ao longo da linha divisória, sendo o mais relevante o ocorrido em setembro de 1909, quando Aleixo Gonçalves de Lima, capitão da Guarda Nacional e, como Demétrio Ramos, antigo maragato, com um grupo de 500 homens e auxiliado pela polícia catarinense, traspôs o rio Preto para, na barreira paranaense ali sediada, impedir a cobrança de impostos. Destacamento do Regimento de Segurança do Paraná foi então deslocado, visando a garantir o funcionamento da barreira, sendo ali mantida uma guarnição.

A imprensa noticiava com frequência os incidentes verificados e ocorrências correlacionadas, ao mesmo tempo em que o governo paranaense se via às voltas com a constante movimentação de efetivos para atender essa ou aquela demanda para a manutenção da ordem pública.

A construção da ferrovia em direção ao sul, com a inauguração do trecho de União da Vitória ao Taquaral Liso, em 1909, que teve a presença do Presidente da República Afonso Pena, agora sob a responsabilidade da Brasil Railway (desde 1907), foi acelerada para atender o prazo limite previsto nos contratos.

Achiles Stenghel, engenheiro norte-americano, encarregado das obras, promoveu a contratação de operários, cujo efetivo chegou a 8 mil homens, procedentes de vários pontos do País, muitos deles de reputação duvidosa, sob a responsabilidade de empreiteiros.

Atrasos nos pagamentos motivaram descontentamento e desordem a exigir providências da empresa, que constituiu a Guarda de Segurança, que, além das missões de manutenção da ordem ao longo dos trechos em obras, notabilizou-se pelas ações de expulsão de posseiros na faixa de domínio.

Estes, sem perspectivas, passaram a se organizar nos diversos “redutos”.

O descaso dos empreiteiros em relação aos operários oriundos de outras regiões, sobretudo do nordeste, do Rio de Janeiro e de outros pontos, veio a contribuir para o aumento das populações já desassistidas, uma vez que, concluídas as obras, nada lhes foi propiciado para que pudessem retornar a seus pagos.

A referência que encontraram foi o legado dos monges, gerando interpretações míticas a se revelar com maior intensidade no poder de cura, nas rezas, nos grupamentos ou redutos, onde nos “quadros santos” ocorria uma certa organização, com a orientação dos portadores de mensagens fantasiosas, inspiradas em sonhos e visões, propagadas por intermediadores deste ou daquele monge, surgindo então as virgens e os meninos que se alternaram até o final do conflito, dentre os quais citamos Teodora, Maria Rosa, Joaquim, além de outros, lembrados nos importantes trabalhos de historiadores que abordaram o assunto.

Convém lembrar, da mesma forma, o incansável trabalho dos religiosos, sobretudo dos franciscanos, em que desponta a figura do Frei Rogério Neuhaus, buscando assentar conteúdos evangelizadores mais consonantes com a doutrina cristã.

Mas as distorções interpretativas, agravadas com a desorientação da população, acabaram por levar a situações de irreparável confronto, acentuada que foi a rebeldia pelos fatores já intensamente explorados pelas diferentes formas de abordagem do tema. Os projetos de colonização ao longo do eixo da ferrovia, provocando o aporte de diversos interessados, atraídos pelas vantagens propiciadas, resultou em mais um fator de descontentamento a afetar os antigos posseiros e os desempregados oriundos da conclusão das obras.

Oportunidade perdida pelo poder público para assegurar alguma garantia aos desassistidos, seja por alguma forma de assentamento fundiário, seja pela inexistência de ações voltadas para a saúde e a educação, tudo a contribuir para a ampliação do clima de revolta.

A “OPERAÇÃO IRANI”

Miguel Lucena de Boaventura, que alguns historiadores identificam como sendo desertor do Regimento de Segurança do Paraná, o que carece de fundamento devido à inexistência de registros comprobatórios, tendo sido, isto sim, soldado do exército, alistado num batalhão encarregado de estudos visando à construção da estrada que deveria ligar Guarapuava a Foz do Iguaçu, do qual teria desertado, fato que está ainda por esclarecer, passou a andejar pelos sertões, incorporando e desenvolvendo práticas atribuídas aos monges João Maria (d’Agostini e de Jesus).

Personagem central do episódio que passou a ser o marco cronológico do início da tragédia que viria a enlutar a região, ainda que precedido de período

de paz, quebrado a partir do assassinato do comerciante e devoto Praxedes Gomes Damasceno, José Maria angariou, durante a sua relativamente breve passagem pelo cenário em efervescência, a adesão do povo desamparado, valendo ressaltar, como referência, a criação do que poderia ser denominada “farmácia popular”, na região de Taquaruçu, onde se valia da proteção de Henrique Almeida, fazendeiro e político, adversário do prepotente Coronel Albuquerque, intendente de Curitiba, o qual, ligado ao prestigioso lageano, Governador Vidal Ramos, fez as graves denúncias dos ajuntamentos populares em torno do monge, que teria coroado imperador o fazendeiro Rocha Alves, em maldosa interpretação de habituais festas religiosas.

Destaque-se, ainda, o prestígio angariado por José Maria, que, das leituras da *História de Carlos Magno e os Doze Pares de França*, motivou-se a organizar um séquito de 24 companheiros, montados em cavalos brancos, a acompanhá-lo nas ocasiões oportunas.

São conhecidas as referências aos acontecimentos na relativamente breve sequência cronológica, destacando o envio de efetivo policial sob o comando do Capitão Januário Cortes, do Regimento de Segurança de Santa Catarina, tendo à frente o Desembargador Sálvio Gonzaga, para a região de Taquaruçu, com a finalidade de dispersar os ajuntamentos em torno do monge, enquanto que força federal, sob o comando do Major Álvaro Pedreira Franco, se ocupava da proteção das estações ferroviárias, basicamente Rio Caçador e Erval.

Ciente do risco que corria, o monge buscou abrigo transpondo o rio do Peixe, em direção a Catanduvas, e, em seguida, fixando-se em Irani, onde dispunha de conhecimento e proteção por parte dos moradores mais notórios, dentre os quais o grupo de Fabrício das Neves e de Miguel Fragoso.

Seu séquito, que de início era composto de aproximadamente 40 partidários, foi engrossado com o fluxo de caboclos ansiosos por ouvi-lo e por receber a atenção espiritual e cuidados em relação à saúde.

As notícias chegadas a Curitiba foram interpretadas como sendo a presença de José Maria aos campos do Irani uma iniciativa do governo catarinense para assegurar o controle da região, então administrada pelo Paraná.

De pronto, foi mobilizado o efetivo do Regimento de Segurança, comandado pelo Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, com orientação para organizar a defesa de Palmas, pretensamente ameaçada pela noticiada invasão.

A exemplo da providência verificada em relação a Taquaruçu, acompanhou o efetivo policial o Desembargador Vieira Cavalcanti.

A força comandada por João Gualberto partiu de Curitiba no final da tarde de 13 de outubro de 1912, composta por 158 homens, entre oficiais e praças, com mais 17 cavalos e 5 muares, embarcados em composição ferroviária, com destino a Porto União da Vitória, via Ponta Grossa, chegando ao destino na noite do dia seguinte, após cansativa viagem.

Do diário de marcha é possível destacar os principais aspectos da expedição, sendo interessantes as medidas tomadas pelo comandante no sentido de guarnecer União da Vitória, designando o capitão Chrisanto José de Almeida para as providências inerentes.

João Gualberto expediu instruções ao efetivo que ficara em Curitiba, determinando ao Capitão Veriato de Paula Xavier que buscasse angariar voluntários para suprir a defasagem de pessoal.

No início da tarde do dia 15 de outubro, a tropa deixou União da Vitória para acampar às margens do rio Espingarda, após marcha forçada.

O Tenente João Busse, com piquete de cavalaria, seguiu adiante para organizar as providências relativas à alimentação e ao pernoite. No dia seguinte, sob torrencial chuva, nova marcha forçada foi levada a efeito, desta vez percorrendo mais de 40km, para acampar no Passo da Galinha (hoje General Carneiro).

Houve, na ocasião, determinação para que a força sob o comando do Alferes Ângelo de Mello Palhares fosse deslocada de Palmas para Xanxerê, com a finalidade de reforçar a segurança daquela distante vila.

A 17, nova marcha forçada, para estacionamento em Belo Horizonte de Palmas, de onde foram expedidos telegramas ao presidente do Estado dando conta das excelentes condições da tropa e informando da sua intenção de seguir de imediato até os campos do Irani, a fim de cumprir com sua missão.

Em Horizonte, o Coronel João Gualberto estabeleceu contato com Domingos Soares, coronel da Guarda Nacional, fazendeiro, deputado estadual e conhecedor dos moradores da região.

Este informou ao comandante das condições do monge em Irani.

João Gualberto designou então um grupo de reconhecimento, sob o comando do Tenente Busse, composto de mais um oficial, dois sargentos, um

cabo (Manoel Olavo Trigueiro, encarregado das cordas destinadas a amarrar prisioneiros capturados), cinco anseçadas e onze soldados.

Junto com o piquete, seguiram o Coronel Domingos Soares e o civil Vargas, mais os tropeiros João Luiz, Francisco Fernandes e Roque, conhecedores das trilhas e caminhos a percorrer, num eixo que corresponderia aproximadamente à atual BR-153.

Também seguiu junto com esta tropa o Comissário Domingos Nascimento, encarregado das informações a serem repassadas ao Desembargador Vieira Cavalcanti, enquanto Busse transmitiria aquilo de que tomasse conhecimento diretamente ao Coronel João Gualberto.

O teor desses informes seria feito por estafetas, uma vez que somente entre as cidades e vilas é que havia a possibilidade de uso do telégrafo.

Foi no decorrer dessa marcha que o piquete deparou com os caboclos João Varela e José Júlio Farrapo, os quais informaram ser portadores de pleito do Monge José Maria para conferenciar com Domingos Soares, uma vez que já tinha conhecimento da movimentação do Regimento de Segurança.

Acampados na localidade de Alegrete, a onze léguas de Irani, o Tenente João Busse enviou longa mensagem ao Coronel João Gualberto com informações preocupantes, destacando que “o monge diz conhecer o doutor chefe de polícia e declara que deseja resolver pacificamente este fato; que não passa tudo isso de uma intriga que ele, monge, teve com o coronel Albuquerque, de Curitiba, mas que absolutamente não quer hostilizar o Paraná, que nenhum mal lhe fez”.

Enquanto isso, o efetivo do Regimento de Segurança que se encontrava acampado em Horizonte iniciou o deslocamento até a Fazenda Felipe Bueno, onde ocorreria o desentendimento com o chefe de polícia em relação à destinação da tropa.

Na manhã de 19 de outubro, o comandante convocou o Capitão José de Souza Miranda, o qual se decidiu por acompanhar o chefe, com a adesão do Tenente Dentista Júlio Antonio Xavier e dos Alferes Joaquim Antonio de Moraes Sarmiento e Libindo Francisco Borges.

Embora contrariando a decisão do desembargador chefe de polícia, João Gualberto colocou a tropa em forma e, postando-se à sua frente, disse: Aqueles que quiserem me acompanhar ao Irani, deem um passo em frente!

Mesmo tendo esclarecido que a marcha seria forçada e que iriam, inclusive, passar fome e outras necessidades, todos irromperam em exclamações de adesão.

João Gualberto fez a sua opção, escolhendo as praças que julgava suficientes para desalojar os fanáticos.

As peripécias e os desencontros a seguir verificados prenunciaram o final da aventura.

Hoje em dia, com o uso dos ensinamentos verificados a partir do conhecimento do elementar *Método de Raciocínio Tático*, o desenlace seria outro.

Ocorre que a determinação do comandante foi inabalável.

Mesmo com a constante troca de informações, com os alertas claramente especificados, a marcha prosseguiu, observando-se no seu decorrer inclusive treinamentos para o emprego da metralhadora Maxim, arma na qual eram depositadas as expectativas de sucesso do comandante. A descrição pormenorizada dos acontecimentos foi objeto de metucioso trabalho de pesquisa levado a efeito pelo historiador João Alves da Rosa Filho, em sua obra denominada *Combate do Irani*, publicado pela Associação da Vila Militar no ano de 1998.

Rosa Filho, que também foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, fez uso dos registros disponíveis nos arquivos da Polícia Militar do Paraná, cotejados com bibliografia então disponível, além da consulta aos jornais da época.

Sendo o episódio o marco referencial dos acontecimentos que se seguiram, a partir do final do ano de 1913, portanto a completar o centenário no próximo dia 22 de outubro, destacamo-lo pela sucessão de decisões equivocadas e que, não obstante, trouxeram a paz à margem direita do rio do Peixe, suscitando, contudo, o desenvolver do germe da revolta que ainda estava por eclodir no coração do Contestado, agora em terras efetivamente administradas por Santa Catarina, excetuados os conflitos verificados em Itaiópolis e Papanduva e as ameaças a Três Barras, a exigir ações do Regimento de Segurança do Paraná, por se tratarem de áreas sob a administração do Estado do Paraná até o desfecho da questão de limites.

O BATALHÃO TÁTICO

As ocorrências verificadas a partir do final do ano de 1913 fizeram com que, a 3 de dezembro daquele ano, fosse designado um contingente sob o comando do Tenente João König para reforçar a defesa de Timbó.

No dia 18, mais três forças foram deslocadas para Rio do Peixe, Porto União da Vitória e Rio Negro, comandadas respectivamente pelos Alferes Deocleciano Gomes de Miranda, José Busse e Ângelo de Mello Palhares.

A agitação recomeçou com maior intensidade, exigindo, sob apelo do governo catarinense, tropas federais devidamente aparelhadas, sem contudo conseguir debelar as ações rebeldes, agora com o concurso de um número cada vez mais atuante de bandidos e criminosos, a organizar os redutos e a aprimorar táticas de combate que obstavam o sucesso das forças legais. Assim ocorreu em Taquaruçu e Caraguatá, resultando na providência do governo federal ao designar a expedição comandada pelo General Carlos Frederico de Mesquita. Após a destruição do reduto de Santo Antônio, o General deu por finda sua missão, dissolvendo a expedição e mencionando no seu relatório: "Solicitei também a minha exoneração, por ter concluído a minha missão, não me competindo mais andar com forças federaes à caça de bandidos, como capitão do mato do tempo da escravatura. Aos governos do Paraná e Santa Catarina compete, agora, com suas forças policiaes, exterminar os bandidos que aparecerem, limpando, assim, a zona de elementos perniciosos. Em parte, a culpa é dos referidos governos, que descaram da instrução, deixando a ignorância campear livremente, chegando o fanatismo a constituir grupos como o que acabo de aniquilar numa vitória inglória".

A retirada das forças federais fez com que crescesse no meio dos rebeldes a ideia de invencibilidade e aumentasse a sua ousadia.

Alastrando-se ameaçadoramente, tomaram as localidades de Papanduva e de Itaiópolis, ameaçando, em seguida, Rio Negro.

Atacaram a localidade de Santa Leocádia, onde foram enfrentados pela determinação do Cabo PM Euzébio Carvalho de Oliveira.

Semelhando uma conjuração vastíssima, atacaram e destruíram, na mesma ocasião, as estações de Calmon, onde incendiaram a serraria da Lumber ali existente e de São João, na ferrovia São Paulo-Rio Grande.

O Capitão Mattos Costa, um dos idealistas pacificadores, ao dirigir-se para atender às ocorrências verificadas ao longo da via férrea, foi emboscado e morto, juntamente com alguns de seus comandados.

Uma reação urgente impunha-se. Os governos de Santa Catarina, a 22 de agosto de 1914, e do Paraná, a 29 do mesmo mês, requereram, então, a inter-

venção federal, justificando a impossibilidade de enfrentamento dos rebelados devido à insuficiência de recursos humanos e materiais.

Diante das notícias alarmantes, o governo do Paraná determinou a partida imediata de tropas para Rio Negro, sob o comando do Major Benjamim Augusto Lage.

Este retomou a localidade de Itaiópolis e, após alguns entreveros, recebeu o reforço da presença do comandante-geral, Coronel Fabriciano do Rego Barros, que passou a coordenar as ações, sobretudo organizando o deslocamento de efetivos para outros pontos da região conflagrada.

A 9 de setembro de 1914, telegrama do Governador Afonso Camargo determinava o estacionamento das forças em Itaiópolis, no aguardo da chegada do General Setembrino de Carvalho, designado para a intervenção na área.

O General Setembrino decidiu organizar as forças sob seu comando segundo a orientação cardeal (Colunas Norte, Sul, Leste e Oeste), visando a completar o cerco aos focos rebeldes.

O governador do Paraná criou, então, o Batalhão Tático, devidamente estruturado conforme quadro elaborado pelo Estado-Maior da Região Militar, colocando-o sob o comando do Major Lage.

Este Batalhão foi integrado às tropas do Exército, incorporando-se à Coluna Leste, comandada pelo Coronel Júlio César Gomes da Silva, baseada em Rio Negro e sem qualquer vinculação com as autoridades do Paraná.

Foi a única tropa estadual com acesso a toda a zona contestada pelos dois Estados, inobstante enérgicos protestos do governo catarinense.

Dentre as missões que lhe foram confiadas, coube-lhe o policiamento dos confins da Linha Leste, sobretudo nas passagens cortadas pelo rio Itajaí, tendo igualmente ocupado a Colônia Vieira, guarnecendo pontos ao longo do rio São José, sempre visando ao controle da circulação de bandoleiros acossados pela Coluna Leste.

Procedeu, também, à retomada de Papanduva por determinação do comando-geral de operações.

As ações levadas a efeito pelas colunas organizadas pelo General Setembrino levaram à completa derrocada das hostes rebeldes, em muitos casos com a participação de integrantes do Batalhão Tático.

A 8 de fevereiro, a Coluna Sul penetrava no Vale de Santa Maria. Da vila de Reichardt, por ordem do comandante da Coluna Norte, o Capitão Tertuliano Potyguara partiu em direção ao rio Caçador, arrasando tudo o que encontrava pelo caminho, apesar de sofrer consideráveis baixas.

Foi nessa escalada que, num confronto, morreu a virgem guerreira Maria Rosa, na travessia daquele rio. O ataque final ao reduto de Santa Maria contou com efetivos das Colunas Norte e Sul.

A Coluna Leste participou do assalto definitivo, e uma fração da tropa policial-militar comandada pelo Alferes José Busse foi integrada ao contingente dirigido pelo Tenente Heitor Mendes Gonçalves, com a finalidade de proceder a reconhecimentos de itinerário.

O Governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt, em mais de uma ocasião apresentou ao General Setembrino denúncia de excessos cometidos pelo Regimento de Segurança, o que foi refutado pelo comandante, embora aquele governante persistisse em tentar macular o desempenho dos comandados do Major Benjamim Lage.

Com o término das operações, o General Setembrino de Carvalho propôs ao Ministro da Guerra a permanência de efetivos destinados a garantir os centros populosos e combater eventual recrudescimento da rebeldia.

Coube ao Batalhão Tático guarnecer Três Barras, Papanduva e a Ponte do Fermino, sobre o rio Canoinhas. O Alferes José Pereira de Moraes ocupou-se de Três Barras, no comando do destacamento e no exercício do cargo de delegado de polícia; o Capitão Heitor de Alencar Guimarães e o Tenente Adeodato de Carvalho, como delegados de polícia respectivamente em Papanduva e Itaiópolis. Benjamim Lage, promovido ao posto de tenente-coronel, recebeu, por ocasião da dissolução do Batalhão Tático, telegrama pessoal do General Setembrino: “Sr. TenCel Lage. Recebi com todos os camaradas que convosco regressaram do Contestado minhas efusivas congratulações pela volta a vossa parada depois de haverdes por atos de patriotismo e valor bem merecido da Pátria. Saudações cordiais (a)Gen Setembrino”.

Assim como no registro dos episódios relacionados com a Batalha do Irani, descrição pormenorizada dos acontecimentos foi objeto de metucioso trabalho de pesquisa levado a efeito pelo historiador João Alves da Rosa Filho, em seu caderno denominado *Campanha do Contestado*, publicado pela Associação da Vila Militar, também no ano de 1998.

Rosa Filho, como já foi afirmado anteriormente, foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, tendo usado registros disponíveis nos arquivos da Polícia Militar do Paraná.

Procedemos, como pode ser constatado, a uma pequena apreciação de diferentes obras que discorreram sobre o conflito, destacando aquelas que com mais propriedade abordam a participação do Regimento de Segurança do Paraná.

COMENTÁRIOS FINAIS

Devo, por ser oportuno, relatar a iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, de realizar uma viagem aos pontos balizadores dos eventos verificados entre 1900 e 1917. Historiadores e pesquisadores compuseram a comitiva, que visitou o Museu Histórico do Contestado, em Caçador, o contexto do Combate do Irani, compreendendo o Museu, o Cemitério, a sepultura do Monge José Maria, o Banhado Grande e a Vala dos 21, seguindo após para Porto União, onde visitaram a Universidade do Contestado e o Parque Monge João Maria. Seguiram ainda rumo a Três Barras, onde visitaram as instalações do Centro de Instrução Marechal Hermes e do Museu situado na antiga estação ferroviária. A viagem finalizou com a passagem por Rio Negro e Mafra, onde apreciaram a artística representação dos principais cenários do conflito, na sede local da Universidade do Contestado. Foi uma proveitosa oportunidade de conhecer uma região onde ainda hoje perduram influências da religiosidade legada pela passagem dos monges.

Muitos historiadores e pesquisadores costumam ressaltar o descaso atribuído aos governantes do Paraná, em relação aos milicianos sacrificados na inglória missão, cujo ápice ocorreu a 22 de outubro de 1912, quando, na sequência do combate, foi resgatado o cadáver do pranteado comandante do Regimento de Segurança do Paraná, Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, e recuperada a fatídica metralhadora Maxim, hoje exposta no Museu da Polícia Militar, situado na Academia Policial Militar do Guatupê, em São José dos Pinhais. Tombaram no combate do Irani os seguintes milicianos: Segundo Sargento Joaquim Virgílio da Rosa, Segundo Sargento Luiz Pinto de Macedo, Cabo Marciliano Gonçalves Cordeiro, Cabo Abel de Jesus Marques, Anspeçada João Benedito Pereira da Silva e soldados Romão dos Santos, Afonso Amâncio de Oliveira, João Abló e João Moraes.

Segundo informações que obtivemos quando da recente visita que fizemos ao local, alguns moradores, movidos por sentimentos piedosos ou mesmo por preocupações sanitárias, procederam à inumação dos cadáveres já em decomposição no local hoje conhecido como Vala dos 21, onde também foram incorporados outros cadáveres encontrados nas cercanias e então identificados como sendo de Miguel Vidal, Manuel Francisco, Domiciano Melo, Valeriano Gomes, João da Cruz, Francisco Gomes, José Quirino, França de Campos, Marceliano Domingues, Emídio Pedro, Salvador Vidal e Guilherme Santos. Estas informações foram prestadas em carta de um sobrevivente à sua mulher, que ficara em Taquaruçu e foi encontrada pelo chefe de polícia de Santa Catarina, quando, regressando de Campos Novos, passou pelo antigo arraial dos fanáticos. Esses mortos seriam componentes dos Pares de França, uma vez que eram desconhecidos dos moradores de Irani e teriam vindo com o Monge José Maria. Sabe-se ainda que, a 18 de fevereiro de 1913, uma equipe de peritos chefiada pelo Doutor Alfredo de Assis Gonçalves, procurador da justiça do Paraná, dirigiu-se ao sítio onde foram jogados os corpos, local esse indicado pelo Inspetor Policial Gabriel das Neves. Aberta a cova, foram exumados nove cadáveres que, pelo adiantado estado de putrefação, não puderam ser identificados, sabendo-se apenas que eram os milicianos devido à farda, todos mutilados, sendo a causa da morte da maioria determinada por ferimentos produzidos por instrumentos cortantes e contundentes, principalmente no crânio. Feita a necrópsia, os corpos foram recolocados na mesma cova e definitivamente abandonados. O Museu da Polícia Militar possui cópia do *Laudo de Exumação e Autópsia*.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Mário Marcondes de. *Contestado: distorções e controvérsias*. Curitiba: Litero-Técnica, 1987.

BORGES, Átila José. *Peludos x Pelados – A Guerra do Contestado*. Curitiba: Entre Nuvens e Estrelas, 2004.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

_____. *João Maria: interpretação da campanha do Contestado*. São Paulo: Nacional, 1960.

CARNEIRO, Davi. *O Paraná na História Militar do Brasil*. Curitiba: Tipografia João Haupt & Cia, 1942.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. *Desmoronamento do mundo jagunço*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1986.

D' ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *A campanha do Contestado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917, v. I.

_____. *A campanha do Contestado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918, v. II.

DILL, Teresa Machado da Silva. *Contestado – Historiografia e Literatura*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2004.

FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. *Contestado*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1987.

MIRANDA, Alcebiades. *Contestado*. Curitiba: Littero-Técnica, 1987.

NASCIMENTO, Noel. *Casa Verde*. São Paulo: Martins Editora, 1963.

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado – I – Raízes da rebeldia*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

_____. *Campanha do Contestado – II – O cerco e a retirada*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

_____. *Campanha do Contestado – III – A grande ofensiva*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social*. São Paulo: Ática, 1981.

ROSA FILHO, João Alves da. *Campanha do Irani*. Curitiba: Associação da Vila Militar, 1998.

_____. *Campanha do Contestado*. Curitiba: Associação da Vila Militar, 1998.

SILVA, Cleto da. *Apontamentos históricos de União da Vitória: 1768-1933*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

SOUZA, Fredericindo Marés de. *O Presidente Carlos Cavalcanti e a Revolta do Contestado*. Curitiba: Littero-Técnica, 1987.

TESSER, Rosa Maria. *O Contestado – A história que o Brasil não conhece*. Florianópolis: Edição da autora, 2005.

THOMÉ, Nilson. *Trem de ferro – São João Maria na história do Contestado*. Caçador: Universidade do Contestado, 1997.

_____. *Trem de Ferro – A ferrovia no Contestado*. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

VALENTINI, Delmir José. *Da Cidade Santa à Corte Celeste*. Caçador: Universidade do Contestado, 2000.



Memória,

patrimônio

e legado

UM TERRITÓRIO DE INVISIBILIDADE E MISÉRIA: CEM ANOS DA MAIOR GUERRA CAMPONESA DA AMÉRICA DO SUL

Nilson Cesar Fraga¹

Como explicar que gente tão humilde, tão pobre, tão ignorante, tão primitiva tenha enfrentado forças tão poderosas e durante quase quatro anos sua resistência e seu protesto? Resistência e protesto que, sabiam, teriam fim e que não poderiam prevalecer, nem lhes garantir uma vitória. As páginas de audácia, coragem, malícia, habilidade, sangue-frio, fraternidade, destemor aos obstáculos, improvisação nas vicissitudes, transformando o frágil em forte, o rígido em flexível, preparando suas próprias armas, instituindo seus hospitais de sangue, sua disciplina na guerrilha, sua organização de retaguarda e de abastecimento, enfim, toda a estrutura de uma nação em guerra. Tudo isso desperta a curiosidade, o espírito de pesquisa, a investigação mesma.

Osny Duarte Pereira (1966)

A epígrafe que abre este refletir sobre os 100 anos do início da Guerra do Contestado foi publicada no cinquentenário do final desta, em que o grande jurista Osny Duarte Pereira, com a alma e os ossos impregnados de sua genética

¹ Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrado e Doutorado - PROPGEO - UEL. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrado e Doutorado - PPGG/UFPR.

contestadense, deixa para este centenário um retrato dos mais completos e reais sobre o homem e a mulher do Contestado, pois os caboclos e as caboclas que foram calcinados pelas bocas dos canhões da velha república do diabo, como eles bem diziam, deixaram para o Brasil uma lição de vida, por meio de uma rede de solidariedade, audácia, inteligência e utopia, alvacenta e intátil aos olhos de milhões de brasileiros, que, um século depois, não a conhecem. Mesmo silenciado pelo tempo e pela história oficial desta república, Osny Duarte Pereira, um brasileiro nascido no Contestado, não é um desses intelectuais apolíticos roídos pelos vermes do silêncio; ele nos traz, cinquenta anos depois, um olhar atual e estarrecedor da grandiosidade erguida pelos caboclos e caboclas nos sertões da amortalhada floresta de araucárias. Cem anos depois, o Contestado ainda é guerra, os tambores acabam de rufar.

Passados 100 anos do início da maior guerra civil camponesa brasileira, como entender os altos índices de miséria na região onde se teve o desenrolar dela? Tal assertiva se baseia – e é visível – nos dados públicos emitidos por órgãos federais e estaduais, que traçam “um retrato regional” e revelam que tanto a população urbana quanto a rural apresentam baixos índices de qualidade de vida, se comparada com outras regiões desenvolvidas de Santa Catarina e do Paraná. É notório que essa região já estava abaixo dos padrões de desenvolvimento regional na época da Guerra do Contestado, mas, 100 anos depois, passando por todos os processos de desenvolvimento observados nos estados em tela, ela não conseguiu acompanhar o padrão de riqueza das demais regiões. Este subdesenvolvimento teria origem no desenrolar da Guerra do Contestado ou estaria associado à concentração histórica da riqueza nas mãos de pequenos grupos e de famílias influentes, como os coronéis da terra do passado ou os empresários da indústria madeireira e ervateira das cidades que compõem essa região geográfica na atualidade? Quem são os miseráveis desta região: os que descendem do caboclo originário daquela terra ou os que descendem de grupos europeus que chegaram depois?

Cem anos depois, as políticas públicas catarinenses não conseguiram incorporar socioeconomicamente o Planalto Norte catarinense. Seria fruto da influência curitibana ou da distância geográfica que separa essa região de Florianópolis? A relação território-rede marcada pelo distanciamento de uma capital e a proximidade de outra explica “o abandono” infraestruturalmente regional? A questão territorial, cultural e econômica explica o subdesenvolvimento da região do Planalto Norte catarinense?

Para uma melhor compreensão da Guerra do Contestado, ocorrida no início do século XX e que foi definidora dos territórios atuais de Santa Catarina e do Paraná, além de constituir aquelas denominadas regiões do Contestado Catarinense e Sul Paranaense, apoiou-se este autor teoricamente em Fraga (2005, 2006, 2009, 2010 e 2011), para quem a Guerra do Contestado foi uma das maiores guerras civis do continente americano, porque o genocídio de milhares de camponeses pobres foi sua principal marca. A Guerra do Contestado é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural, sejam de ordem religiosa. Esses elementos são os responsáveis pela atual formação territorial das cidades envolvidas no conflito.

No que se refere ao processo de ocupação regional, faz-se importante mencionar que a referida região marcada pelos conflitos de 1912-1916 ainda é trabalhada como “sertão inculto”. Lobato Corrêa (1997) menciona que “do RS, SC e PR vieram foragidos da justiça, que encontraram naquele sertão excelente refúgio, transformando-o num ‘perfeito valhacouto de bandido’”.

INTRODUZINDO CONCEITUALMENTE: AS INTERCONEXÕES NO(S) TERRITÓRIO(S)

No que concerne às redes e aos territórios como possibilidade metodológica de análise de uma dada realidade, buscou-se em Milton Santos² a interconexão dos seres humanos, com suas firmas, instituições, meio ambiente natural e infraestruturas como elementos do espaço. Dessa forma, o autor afirma:

As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e ideias. As instituições por seu turno produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. As infraestruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos etc. (Santos, 1985, p. 6)

Sob tal perspectiva, “uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras levam a mudanças espaciais” (Santos, 1985, p. 16). No que tange ao espaço sobre a dinâmica das políticas públicas, pode-se dizer que ele é a força da produção, apenas um produto instrumental do Estado, pois

2 Santos, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

fornece a estrutura espacial para o exercício do seu poder, como se verifica em Gottdiener (1997), quando ainda possibilita pensar no desenvolvimento socioespacial enquanto produto da ação tanto dos setores privados como do próprio estado.³ É sob tal concepção de ligações possíveis que, na geografia, o uso do termo redes geográficas foi utilizado historicamente, mas especialmente para a designação de redes urbanas, muito influenciadas pela Teoria dos Lugares Centrais, de Walter Christaller, elaborada em 1933. Na atualidade, já se discutem diversos tipos de redes numa perspectiva não positivista.⁴

No que se refere ao entendimento da rede de hierarquias, sobretudo numa rede de lugares de distribuição viária, não abrindo mão da existência de crescentes e diversificados conjuntos de usos para o conceito, o sentido empregado para pensar as variantes de entendimento da região do Contestado e, principalmente, a linha da divisa⁵, sob uma perspectiva geográfica, para melhor compreender a dinâmica das relações dos conjuntos de atividades que formam o território em questão, a rede pode ser apreendida como uma forma de organização socioespacial pela sua expressão, tendo em vista a condição de racionalidade técnica, econômica informacional e normativa, sem abrir mão da conectividade sociopolítica e cultural construída ao longo da história regional.⁶

A abordagem analítica da complexidade envolvendo rede, território e organização se faz importante na medida em que possibilita o entendimento da organização espacial, quando da distribuição de bens, principalmente no período entre os anos marcados pelo conflito armado do Contestado e na atualidade das relações socioeconômica e política sobre a linha da divisa interestadual. Porém, não se desconsidera que tais caminhos formadores da rede de sistemas viários no Contestado possuem, inclusive, traçado anterior ao tropeirismo, pois anteriormente havia o lendário Peabiru e outros, que não vêm ao caso aprofundar neste momento.

3 Gottdiener, M. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

4 O positivismo teve na geografia um predomínio absoluto até a década de 1970, quando houve uma forte penetração do marxismo.

5 Constituem-se como os limites entre o Paraná e Santa Catarina. Ficou conhecida no início do século XX como Linha Wenceslau Braz e também será usada aqui como Linha da Divisa. Não se caracteriza como elemento forte de análise, mas como marco gerador e separador dos estados que regerão as políticas estaduais a partir do fim da guerra e do acordo de limites.

6 A concepção de rede e sua conexão na socioespacialidade, na discussão estabelecida, baseia-se nos trabalhos de Dias, L. C. O conceito de rede: emergência e organização. In: Lobato Corrêa, R.; Castro, I. E. de; e Gomes, P. C. C. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 141-162; Lobato Corrêa, R. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997; e Santos, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996. Mediante tal exposição à possibilidade conceitual de rede, no sentido trabalhado aqui, se caracteriza numa noção de complexos socioespaciais.

Acredita-se que a rede envolvente do Contestado é marcada por um sistema comercial de privilégios que ultrapassa a compra da erva-mate coletada no interior da região contestada, mas que é a base de um mundo vivido de relações⁷, que se mantém até o século XXI, mantendo-se o Contestado unido a uma rede de múltiplos e complexos interesses entre os dois estados em questão.

Tal rede poderia ser sistematicamente marcada pela criatividade social de relações, tanto no período da guerra como nos dias atuais. As estratégias desse processo histórico podem ser analisadas por intermédio de leituras, tais como Villasante (2002)⁸, e a não percepção da mesma, ou seja, o obliterar das marcas sobre o mundo vivido no passado e no presente, de Trivinho (1998)⁹, cujo conjunto de trabalhos permite aprofundar as redes e o mundo socialmente vivido – aqui mais as redes social e cultural das relações em sociedade do que a dos fluxos de mercadorias por caminhos diversos.

Não existe a possibilidade de uma análise puramente marcada por uma abordagem clássica de rede de interconexões física, política e de infraestrutura, pois no Contestado a rede se dá, acima de tudo, pela dinâmica social da construção histórica daquele espaço enquanto territorialidade. Aqui, o viés da territorialidade se dá no interior da fronteira da complexidade étnica num critério selecionador, quando atingiu os direitos daqueles que, por ocupação e usufruto, já haviam conquistado a terra.

Essa questão não se faz simples; pelo contrário, tem demandado enorme esforço de cientistas sociais e antropólogos para a identificarem e a compreenderem nas suas singularidades históricas. No conjunto de estudos de grupos sociais urbanos, envolvendo minorias e poder, Rolnik (1989) apresenta a perspectiva da história urbana como o que se tem hoje na região do Contestado e seus remanescentes caboclos, a existência de territórios nas periferias das cidades e as diversas redes de sociabilidade entre esses grupos e as violências que ressitua os problemas enfrentados, em que, sem dúvidas, fortalecem vínculos e instituem práticas que instauram uma certa segurança necessária.¹⁰

7 Sobre tais aspectos de abordagem, Rochefort, M. *Redes e sistemas: ensaiando sobre o urbano e a região*. São Paulo: Hucitec, 1998, permite maior entendimento para as análises e suas complexidades.

8 Villasante, T. R. *Redes e alternativas: estratégias e estilos criativos na complexidade social*. Petrópolis: Vozes, 2002.

9 Trivinho, E. *Redes: obliterações no fim do século*. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 1998. Importante mencionar, ainda, Scherer-Warren, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

10 Rolnik, R. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). In: *Estudos afro-asiáticos*. Rio de Janeiro: Publicação do CEAA/Faculdade Cândido Mendes, n. 17, 1989.

Sobre a complexidade exposta, e considerando o fato de estarem sendo analisadas as redes viárias do Contestado, não se pode perder a perspectiva da amplitude da rede em si, pois a urbana é fruto do caminhar científico na construção de seus conceitos para um foco da mesma. Nesse sentido, Lobato Corrêa (2004, p. 66) esclarece que:

Reflexo, meio e condição social, a rede urbana é parte integrante da sociedade e de sua dinâmica, incorporando e agindo sobre as suas contradições, conflitos e negociações. Nesse sentido é que se espera que as diferenças econômicas, políticas, sociais, demográficas e culturais vão se traduzir em diferenças estruturais entre redes urbanas. Há uma variedade de redes, e uma conexão com diversos tipos de sociedades pode ser estabelecida por via do conceito de formação espacial, conforme de modo técnico (...).

Em conformidade com a perspectiva dada por Lobato Corrêa (2004), antes de se analisarem as três redes históricas da região do Contestado (tropeira, ferroviária e rodoviária), faz-se necessário ainda caracterizar a funcionalidade da rede no conjunto da sua estrutura, considerando as análises procedidas.

Seguindo tal lógica de análise, a região do Contestado se estabeleceria como centro de suas próprias redes, quando verificadas a hierarquia e a espacialização produtiva, como no caso de Caçador e sua indústria madeireira, seguida de produção de tomates para abastecimento do Centro-Sul; Três Barras, sede de importante indústria de beneficiamento de madeira produzida por meio do *plantation* de pinus que atinge a escala regional; Canoinhas, caracterizada no processo madeireiro e na erva-mate, entre outros. Estas se caracterizam por funções especializadas na produção, revelando uma rede urbana que não segue basicamente os modelos christallerianos, que dão privilégios às hierarquias urbanas.¹¹ Aqui se remonta à discussão teórica inicialmente feita sobre as escalas das redes, quando se verificou que o Contestado tanto – e sempre – esteve na escala global como territorial/nacional quanto como na local – a sua rede.

Sobre tal argumentação, Lobato Corrêa (2004, p. 75-76) esclarece que pequenas cidades se tornaram lugares centrais de pequenas hinterlândias,

11 Segundo a proposição geral de Christaller, a diferenciação entre as localidades centrais traduz-se, em uma região homogênea e desenvolvida economicamente, em uma nítida hierarquia definida simultaneamente pelo conjunto de bens e serviços oferecidos pelos estabelecimentos do setor terciário e pela atuação espacial destes. Essa hierarquia caracteriza-se pela existência de níveis estratificados de localidades centrais, nos quais os centros de um mesmo nível hierárquico oferecem um conjunto semelhante de bens e serviços e atuam sobre áreas semelhantes no que diz respeito à dimensão territorial e ao volume de população. Os mecanismos fundamentais que atuam gerando essa hierarquia de centros é, de um lado, o alcance espacial máximo e, de outro, o alcance espacial mínimo (...) (Lobato Corrêa, 1997, p. 41).

diferentes em termos demográficos, produtivos e de renda. Foram as transformações no campo que alteraram o padrão desses pequenos lugares centrais ao longo dos caminhos dos quais evoluíram. O autor menciona que o “estudo das pequenas cidades é, em realidade, de fundamental importância para a compreensão do urbano em seu escalão inferior. Nesses estudos, outros tipos de pequenos centros aparecerão”¹².

As argumentações sobre redes anteriormente apresentadas contrapõem, em parte considerável, o debate contemporâneo sobre elas, pois para a região do Contestado se busca caracterizar a existência do poder dos estados envolvidos no enfraquecimento das relações regionais postas na linha da divisa – fato que se discutirá mais adiante, neste trabalho. Mas, na concepção de Castells (1999, p. 497), “redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de existência, poder, cultura”¹³, visão que não pode ser aceita integralmente na análise envolvendo o objeto dessa pesquisa, pois o poder é o elemento marcante na Linha Wenceslau Braz, e a concepção disseminada nos estudos de rede de Castells, no Brasil, esvazia o debate político das diferenciações regionais.

A região do Contestado é marcada, principalmente, por uma dinâmica histórica de formação e, ao mesmo tempo, possui claramente uma linha que a divide, a mencionada.

Um dos argumentos possíveis para questionar-se a uniformização da leitura da rede pura e simplesmente se dá na lógica do próprio território. Nesse caso, Andrade (1995, p. 19) esclarece que:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Mantendo o olhar sobre a perspectiva do território por meio de Andrade (1995), a formação de um território se dá com as pessoas que nele vivem

12 Lobato Corrêa, R. Redes urbanas: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. In: *Cidades*. Grupo de Estudos Urbanos – GEU. Presidente Prudente: Ed. da Unesp, v. 1, n. 1, p. 65-78, 2004.

13 Castells, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

uma consciência de participação e pertencimento, promovendo o sentido da territorialidade.

O próprio ritmo de penetração, ocupação e territorialização (num contexto geral) é marcado por inovações e avanços na área da engenharia e comunicações de forma geral. O século XIX foi o período caracterizado pela consolidação e sistematização de inovações que influenciaram a organização do espaço por meio de investimento de infraestrutura, iniciado basicamente pelas linhas férreas diminuidoras do tempo e do próprio espaço, na medida em que fez aumentar a velocidade da circulação de bens, mercadorias, informações e pessoas.

Na própria lógica da análise do território, faz-se necessária discussão de região, na medida em que a rede em si parte de uma dinâmica regional. Nesse sentido, Rochefort (1998) busca estabelecer, na relação do homem no espaço, as formas de organização com critérios de delimitação, numa noção de homogeneidade para a definição de região. Assim, Rochefort (1998, p. 61-62) menciona que:

(...) em certas partes do espaço de um país são ainda as condições do meio físico que marcam mais nitidamente o conjunto da paisagem e, por consequência, delimitam a região (...) é quase sempre uma combinação dos fatores topográficos, climáticos e biogeográficos que permitiria definir um conjunto homogêneo do ponto de vista das condições naturais. Às vezes ao contrário, é toda a história da influência progressiva do homem sobre o espaço (modo de recorte do espaço agrícola em função das formas de apropriação, modo de desenvolvimento do *habitat* rural ou urbano) que constitui o fator principal de unidade da paisagem numa certa porção do espaço: trata-se então de região histórica (...).

Geralmente essas marcas são proporcionadas pelas condições espaciais e temporais, fato que contraria muitos autores que negam o espaço, devido ao encurtamento das distâncias e consequente perda de valor estratégico da localização geográfica. No que tange à organização, a intensificação da circulação que interage com as novas formas organizacionais de produção imprime simultaneamente desordem e ordem sob uma perspectiva geográfica de análise (Fraga, 2007).

Santos (2000), pensando numa perspectiva geográfica, comenta que o termo emerge como aceleração contemporânea, determinante na forma de olhar uma

dada realidade que vai da análise tradicional da região à análise da rede. Já para Moreira (1996, p. 1), a região é um olhar sobre o espaço lento, enquanto a rede vem a ser o olhar sobre o espaço móvel e integrado, e conclui dizendo que a forma como a geografia arruma a organização da vida social dos homens, hoje, é a rede.

No que tange à perspectiva materialista do território, encarando-o como uma realidade efetivamente existente, de caráter ontológico e não apenas um instrumento de análise, no sentido epistemológico, deve-se considerar que isso não é um contrassenso, quando pensado enquanto “concepção idealista de território”, em função da carga de materialidade que nele parece estar “naturalmente” incorporada. Rogério Haesbaert (2004, p. 42) comenta que mesmo entre geógrafos se encontram aqueles que defendem o território definido, em primeiro lugar, pela “consciência”, ou pelo “valor” territorial, no sentido simbólico. Isso se deve ao fato de que território, desde a origem, tem uma conotação ligada ao espaço físico, à terra (Haesbaert, 2004, p. 43).

O TERRITÓRIO SECULAR DO CONTESTADO: INTERCONEXÕES EM REDES TERRITORIAIS

Considerando a rede sobre o território, uma estrutura de interconexões e interações, conforme visualizado entre as correntes mencionadas, passa-se à abordagem analítica das três redes envolvidas historicamente na região do Contestado, como espaço periférico, porém não desprovido historicamente de intervenções públicas, na temporalidade delas: antes, durante e depois da Guerra do Contestado. O mapa 1 permite visualizar o território em questão.

No estudo sobre as mudanças e permanências na rede viária do Contestado, chega-se a uma abrangente leitura analítica sobre a formação territorial do sul do Brasil, por meio do entendimento de que o espaço possui uma relatividade semelhante ao tempo. No espaço do Contestado se tem uma ordem de coexistências, assim como o tempo na formação regional foi marcado por uma ordem de sucessões, mas tais ordens existem juntas, nas coisas em si, considerando que o tempo é local.

No que tange aos resultados esperados ou objetivados, a rede é a permanência mais evidente na região do Contestado. A rede tropeira ainda é percorrida quando se adentra o interior regional, muitas vezes coberta pelo asfalto, como na BR-280, na BR-116 e na SC-302, ou pelos caminhos que interligam pequenas comunidades, que são os mesmos utilizados pela dinâmica

tropeira, que ligava e unia as pessoas e escoava sua produção nos séculos XVIII, XIX e início do XX. A rede ferroviária, desde implantada, permanece a mesma, com insignificantes modificações, a maioria representada pela mudança administrativa – da Rede Ferroviária Federal S. A. passando para a América Latina Logística – ALL.



Fonte: IBGE, Carta do Brasil ao Milionésimo, meio digital, 2003.
QUEIROZ, M. V., 1981.

Organizado por Nogaroli, M.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
ÁREA CONTESTADA
PALCO DA GUERRA

Mapa 1

As investigações demonstraram historicamente que a região viveu todos os processos de consolidação territorial portuguesa, formando-se e participando do complexo processo. Após e durante todo o período imperial, o Contestado viveu certa autonomia com liberdade, sem ser incomodado pela administração e política de então. Com o advento da República, o Contestado “livre e autônomo” passou a dividir interesses com o governo central e a entrada do capital externo, principalmente a concessão de terras para a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande.

O Contestado foi centro de uma rede histórica de passagem. Das tropas que iam do Rio Grande do Sul para o Sudeste, dos trens que ligavam o Sudeste ao Rio Grande do Sul, chegando às rodovias que ligam o Rio Grande do Sul ao restante do Brasil. Essa terra de passagem gerou as permanências históricas e as mudanças de infraestrutura.

Parte considerável dos resultados das investigações aponta para uma evolução socioeconômica mais marcante nos últimos 90 anos e permeada pelas redes de circulação de riqueza – as viárias. Porém não nega o papel importante da economia tropeira, da erva-mate, das varas de porcos que abasteciam Curitiba, Joinville, Blumenau, Lages e outras cidades e vilas da época associadas aos elementos da natureza regional, no caso os campos intercalados com floresta de *Araucaria angustifolia* e ervais e dos faxinais como porções territoriais de produção socializada.

Sobre as mudanças observadas, cabe ressaltar que elas se deram principalmente no território, entendido como o de fluxos livres internamente, do período colonial e imperial, e o rompimento deste com a federalização republicana, que passa a mudar os rumos socioeconômicos, cobrando impostos sobre produção (mate e gado), concedendo terras, criando infraestruturas novas (ferrovias e rodovias) e delimitando as terras da região do Contestado com o acordo imposto em 1916.

O poder fica claramente marcado pela divisão territorial e estabelecimento da Linha Wenceslau Braz, que impôs uma mudança na vida regional. Nesse sentido, a mudança mais clara, quando se refere apenas à Guerra do Contestado, foi a permanência de toda a zona de guerra dentro dos limites atuais de Santa Catarina e uma pequena mancha territorial do lado paranaense, bem tênue, nos territórios municipais de General Carneiro, Rio Negro e União da Vitória.

O tratado de limites de 1916 se constitui como um dos atos mais arbitrários da história republicana, obedecendo a critérios e interesses dos três chefes

de Estado de então: Venceslau Brás (presidente da República), Affonso Camargo (governador do Paraná) e Felipe Schmidt (governador de Santa Catarina). O tratado por eles assinado no Palácio do Catete é representativo do poder centralizador demonstrado nesta pesquisa, pois sua validade é questionável quando se considera a determinação legal do Supremo Tribunal Federal (Fraga, 2006).

Este trabalho aponta para uma investigação futura, de cunho constitucional, seguindo os critérios teórico-metodológicos que nortearam a tríade de entendimento do poder, do território e da rede, na perspectiva integradora que foi discutida, para a legalidade dos limites impostos pelo poder executivo de então, passando por cima da determinação da corte máxima de Justiça da época, pois o Contestado permanece contestável no sentido legal – sendo mais uma permanência verificada.

As pesquisas permitem considerar a região do Contestado como uma região cultural, historicamente estabelecida pelas redes culturais que estabeleceram a formação territorial com uma identidade própria. Mesmo que os mecanismos administrativos estaduais tenham criado nomenclaturas diferenciadas para a região, como Oeste, Meio-Oeste ou Coração catarinense (do lado de Santa Catarina), e no Paraná como Sudoeste, Sudeste e Sul, a população que habita a região do Contestado em Santa Catarina consegue se enxergar como habitante do Contestado.

Isso se deve ao fato já mencionado de a área das batalhas da Guerra do Contestado ter ficado em território catarinense, onde muitas são as marcas históricas que dão identidade à população, como as numerosas placas referenciais dos combates, fontes d'água, cruzeiros e grutas do monge, o Banhado Grande do Irani, a Universidade do Contestado com papel fundamental cultural de manutenção da história e cultura regional e das políticas de estado, mais marcantes no decorrer das administrações de Esperidião Amim.

No lado paranaense, o Contestado e sua complexidade se mantiveram e se mantêm escondidos, e são pouco difundidos, na formação cultural do estado. A Guerra do Contestado não é “trabalhada” pelo estado como elemento cultural identificador de pertencimento, apenas em raros casos pela Secretaria de Cultura. A educação no estado não explicita o tema como política educacional e formadora.

As investigações apontam a região do Contestado como uma “ilha” de identidade cultural que sofreu mudanças temporais, mas que permanecem territorialmente.

As redes historicamente trabalhadas nesta pesquisa apontam para a proposição de sua manutenção e elucidação social, no intuito da manutenção da identidade cultural, que dá marca a um povo no território, diferenciando-o e fazendo-o existir no contexto de uma República Federativa de território enorme e de múltiplas e complexas culturas.

Há que se considerar ainda a necessidade de potencializar as redes históricas e mantidas sobre a região do Contestado, para a manutenção e o entendimento da população no conjunto da história nacional e suas melhorias no sentido do desenvolvimento regional, propiciando geração de trabalho, renda e riqueza, além do rompimento da miséria marcante em muitos municípios do Contestado, principalmente em Timbó Grande, Calmon e Matos Costa.

O asfaltamento da SC-302, um antigo caminho tropeiro, abriu perspectivas de desenvolvimento municipal para as últimas duas citadas anteriormente, enquanto Timbó Grande se encontra no centro de um caminho tropeiro e vê a possibilidade de desenvolver-se com um acesso asfáltico à BR-116, ou mesmo à BR-280, para escoar sua produção de pinus, que também é um elemento norteador do subdesenvolvimento e da miséria da sua população, que vive com o pior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no Estado de Santa Catarina.

Nas cidades do Planalto e do Meio-oeste catarinense, o Contestado virou nome de universidade – que passou por uma luta política de poder, acabando com parte dela neste início de século –, assim como nome de gráfica, bares, lojas, mercearias, hotéis, pousadas etc. Placas nas rodovias informam que o viajante está no Vale do Contestado. Em Caçador, o governo municipal mantém um museu dedicado ao conflito numa réplica da estação ferroviária de madeira da cidade, sendo este o melhor e mais completo museu sobre a região e a Guerra do Contestado. Mesmo com estes elementos na paisagem regional, as memórias da guerra ainda deixam encabulados os descendentes dos rebeldes (Nossa; Júnior, 2012).

Desde o fim do conflito, famílias caboclas procuram negar envolvimento nos combates. A discriminação social marcou as gerações do pós-guerra. Em Fraiburgo, município dominado politicamente e economicamente por descendentes de europeus, os caboclos estão isolados no interior. Para chegar às suas casas, é preciso percorrer estradas margeadas por grandes plantações de maçãs. A pobreza das famílias caboclas é camuflada pelos bons índices de desenvolvimento humano registrados no município. Vivem

na região onde existiu o reduto de Taquaruçu onze famílias de sobrenome Palhano. Elas mantêm culturas de subsistência e trabalham em frentes temporárias nas plantações de maçãs. Ainda hoje, muitos avaliam que falar da guerra é um risco para quem necessita do emprego nas fruticulturas. As casas de madeira dos Palhanos estão a cerca de dois quilômetros do local exato do antigo reduto. A construção de madeira e coberta de telhas foi construída pelo agricultor Atair Meirelles Cruz, de 65 anos, para acomodar as crianças das famílias dos sítios da região. Lindamir, a professora, morreu de enfarte. Por ordem das autoridades de Timbó Grande, os estudantes foram transferidos para outra escola, a 20 quilômetros. Um ônibus faz o transporte. Os pais e as crianças reclamam das condições do carro e da distância e da estrada mal conservada. O espaço da antiga escolinha passou a ser utilizado pelo pastor Manoel, de Timbó Grande, que todas as quartas realiza celebrações. (Nossa; Júnior, 2012)

Na região da Guerra do Contestado, a infraestrutura, que deveria ser obrigação do estado, é pífia. “A falta de escolas atrapalha os sonhos das crianças do Contestado. Numa região em que a única opção de trabalho são as plantações de pinus – onde só homens são empregados –, Priscila do Nascimento, 10 anos, de Porto União, e Caroline de Paula, 7 anos, de Calmon, pretendem ser professoras. Os pais delas ganham pouco mais de um salário mínimo. Já Marcos Manoel dos Anjos, 9 anos, de Lebon Régis, quer ser delegado – influência do avô, que foi auxiliar de um delegado da cidade. O sonho deles dificilmente será realizado” (Nossa; Júnior, 2012).

Após a tomada e a destruição de Santa Maria, oficiais do Exército relataram ter incendiado milhares de casas e povoados “infestados” de jagunços. Num telegrama a Manoel Onofre, o capitão Leopoldo Itacoatiara de Senna, em 15 de fevereiro de 1915, afirmou que a ação de incendiar as casas era uma represália aos jagunços. “Como legítima reprezália, fui incendiando todas as casas encontradas nessas regiões dignas, sem duvida, de ser habitadas por homens inteligentes, laboriosos e fortes”, relatou o capitão, em seu acampamento na vila de Canoinhas. Um relatório escrito por Hermínio Castelo Branco, chefe da polícia militar na Linha Norte, de 25 de abril de 1915, incluído no acervo de documentos do Contestado do Exército, admitiu o problema da falta de educação. “O meu cargo e minha função eram mais de observação e de análise do que de

violência, visto tratar-se de uma zona habitada por gente sem educação e analfabeta. Eis aí o ponto luminoso de todo o contestado – a ignorância. Uma zona regularmente habitada numa área de cerca de 30 léguas quadradas; nem uma escola, nem um livro!” Castelo Branco faz críticas à “ambição” dos governos do Paraná e de Santa Catarina pelas terras do Contestado. “Zona fértil, zona poderosa, zona exuberante, zona cheia de vida. A natureza como um chuveiro de ouro derramando sobre esta grande extensão do território nacional excita o egoísmo e ambição dos dois Estados”, escreve. “A grande questão aqui no Contestado onde o Exército Nacional foi atirado como o ‘bode expiatório’ não é da linha divisória nem do estragado. O que se discute é a herva-matte – o pinheiral – a madeira de lei, a fertilidade e a riqueza do terreno; fosse o Contestado um terreno estéril, nada havia.” (Nossa; Júnior, 2012)

A região outrora contestada, e que viveu quatro longos anos de guerra civil camponesa, vive hoje composta por grande parcela da população na pobreza e na miséria. Os plantios de pinus, principal fonte de renda da atualidade no Contestado, ocuparam o espaço das matas dos pinhais, das centenárias araucárias usadas como pontos de referência dos rebeldes e seus descendentes. As estradas do Contestado continuam de terra e cascalho, inclusive as de acesso a cidades, como Frei Rogério. Às margens delas, as plantações de pinus são homogêneas, com árvores plantadas em áreas divididas em blocos, crescendo na mesma altura nos terrenos baixos, nos morros e nos pés de serras elevadas (Nossa; Júnior, 2012). A região está se transformando lenta, ou, rapidamente, num grande deserto verde, e, onde antes se plantava a roça e a pequena lavoura para venda e subsistência, se veem as propriedades abandonadas e dominadas por este alienígena – o pinus.

A imensa citação que segue demonstra muito bem a situação e a perspectiva de vida e de futuro para os milhares de homens e mulheres que vivem no Contestado atual:

O Contestado virou um labirinto verde, desafiando os caboclos e suas tentativas de guardar as memórias de família e de comunidade. As porteiras de aço das companhias produtoras de *pinus* predominam, bloqueando caminhos seculares ainda do tempo dos viajantes e tropeiros, que percorriam trilhas do Planalto Catarinense, com seus muros, fazendo o percurso das estâncias do Rio Grande do Sul à tradicional feira de bois de Sorocaba, vila da então

capitania e depois província de São Paulo. Três homens trabalham numa plantação de *pinus* à beira da rodovia SC-302, que liga as cidades catarinenses de Caçador e Lebon Régis. O mais novo, Marcelo Vieira, de 18 anos, usa *piercing* e brincos nas orelhas. A camisa colorida e a calça jeans justa estão desgastadas. Marcelo é engatador de cabo, amarra as toras de madeira de cerca de 25 metros de altura em cabos de aço que vão ser puxados por um trator. “Trabalho de 8 às 6”, conta, numa pausa no serviço. “Se o caboclo pegar bem, consegue tirar R\$ 800 por mês.” Marcelo trabalhava na colheita de maçã e tomate em Fraiburgo, uma próspera cidade da região, juntamente com os pais Ana Clair e Ladir Vieira, netos de revoltosos do Contestado. Foi no antigo trabalho que Marcelo conheceu Rosélia, 18 anos, com quem vive numa pequena casa em Lebon Régis. “Só Deus proverá. Procuramos sempre uma vida melhor. Enquanto não achamos, nós continuamos aqui.” Ele estudou até a oitava série, foi quando resolveu colocar *piercing*, para revolta do pai. “O velho teve de aceitar. Quando a gente quer uma coisa, não adianta os outros reclamarem”, diz. Avalia que, agora, não dá mais para “virar”, voltar à escola. Marcelo diz que, na região, o futebol e os bailes sertanejos são opções de diversão nos finais de semana. “Gosto de um sertanejo velho. Gosto de tudo um pouco do sertanejo. O importante é variar, dá mais gosto.” Em qualquer frente de trabalho nas plantações de *pinus* pode haver congestionamento de memórias de guerra. Quem dirige o caminhão no serviço de Marcelo é Claudinei Cardoso dos Santos, 30 anos, neto de Vergilino, um rebelde exilado da Revolução Gaúcha de 1923, uma continuidade tardia da Revolução Federalista, que pôs em combate opositores políticos do Rio Grande do Sul. “Meu avô veio com tropa para cá”, conta Claudinei. “Na viagem, se alimentava de pinhão e de farinha dada pelos colonos que encontrava”, completa. “Dizia sempre que era homem da força, não se falava da paz ou da guerra.” Claudinei diz que fatura R\$ 800 por mês pelo trabalho. Além de dirigir trator, ajuda a serrar a madeira em toras de 2,4 metros. “Aqui é só quebra-galho. Sou agricultor, trabalho no plantio de pêssego e uva”, relata. Ele mora com o pai, Ari, agricultor em Tangará, cidade a 70 quilômetros. Geonir Martins, 46, o mais velho do grupo, é o responsável pela motosserra. Pai de quatro filhos, trabalha há dez anos no corte de *pinus*. O trabalho rende um salário médio de R\$ 1 mil. O filho mais velho, Wilson, de 25 anos, marca *pinus* – escolhe as pequenas árvores que vão ser retiradas do campo para dar espaço a

espécies mais desenvolvidas – numa outra plantação. Geonir diz que uma equipe de três homens consegue derrubar até 30 árvores adultas por dia. O avô materno de Geonir, Aparício Batista, vivia num reduto rebelde no tempo da Guerra do Contestado. “Ele venceu quando conseguiu escapar das balas”, avalia. “Meu avô contava que escapou de uma rajada ao se esconder atrás de uma imbuia. Um amigo dele caiu morto.” Ao relatar as histórias narradas pelo avô, Geonir diz que o Exército não chegava para “conversar”, como descreve o capitão Figueroa em relatório. “As tropas ficavam em cima dos morros atirando, atirando. Meu Deus do céu, que sofrimento”, diz o derrubador de *pinus*. O avô Aparício era descendente de alemães, conta o neto. Depois da guerra, Aparício tomou posse de uma propriedade de 200 alqueires. Com nove filhos, vivia do plantio de milho, arroz, feijão e batata. Antes de morrer, nos anos 1980, durante uma crise no setor da agricultura, vendeu a terra. Os filhos e netos trabalham em pequenos sítios e nos plantios de *pinus* e tomate. (Nossa; Júnior, 2012)

A região do Contestado é um Nordeste brasileiro, na sua porção mais pobre, encravado numa pseudoeuropa brasileira, com níveis de pobreza muito equivalentes. As cidades onde ocorreram os mais violentos conflitos e combates entre militares e caboclos apresentam índices de desenvolvimento semelhantes aos dos grotões nordestinos – seriam os grotões de miserabilidade planaltinos catarinense e paranaense.

Dos sete mil moradores de Timbó Grande, município em que ocorreu a batalha final de Santa Maria, 44,2% são pobres ou indigentes. Em Calmon, cidade de três mil habitantes, o percentual é ainda maior, 46,8%. Na capital, Florianópolis, o número de pessoas pobres e indigentes é de 7,9%. Em Timbó Grande, 39% das famílias têm renda *per capita* de até meio salário mínimo, segundo dados do Censo 2010. A média em Santa Catarina é de 13,21%. A desigualdade tem acompanhado o avanço da indústria de *pinus* no município. Desde que surgiram as plantações no território do município, no começo dos anos 1990, a disparidade entre classes aumentou. A participação dos 20% mais pobres na renda caiu de 2% em 1991 para 0,9% em 2000. A mortalidade infantil em Timbó Grande apresenta números superiores aos registrados em média no estado. De cada mil crianças que nascem no município, 28 morrem antes de completar um ano, de acordo com o Ministério da Saúde.

Em Santa Catarina, são 12 crianças mortas para cada mil. No município de Timbó, o índice de crianças nascidas de mães adolescentes é de 37,7%, um percentual considerado elevado pelos especialistas. **Ilha da pobreza.** Pela análise dos números de repasses de verbas públicas, a região do Contestado deverá continuar uma ilha de pobreza no Sul do Brasil. Ao longo de 2011, o governo federal priorizou nas suas ações de melhoria dos índices de desenvolvimento humano nas grandes cidades e nos municípios médios e pequenos do Vale do Itajaí, do Sul e do Extremo Oeste de Santa Catarina, onde o percentual de miséria não passa de um dígito. Já os municípios do Contestado, que registram mais de 40% da população na faixa de indigência e pobreza, foram relegados a segundo plano. (Nossa; Júnior, 2012)

Segundo os levantamentos feitos por Nossa & Júnior (2012), nos últimos doze meses, a capital catarinense, Florianópolis, com 421 mil habitantes, recebeu R\$ 224,5 milhões dos cofres de Brasília, o que representa R\$ 533,00 por morador. Em Timbó Grande, onde ocorreu a maior e mais violenta batalha do Contestado, cidade de 7,1 mil habitantes, o governo repassou R\$ 431 mil – R\$ 60,00 por pessoa, oito vezes menos que o gasto com o morador da capital. Os números foram obtidos a partir de uma comparação de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e do Censo 2010, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os valores são referentes, especialmente, a repasses para projetos sociais, como o Território da Cidadania, fundos de saúde e ações de segurança pública, urbanização e melhoria de vida de crianças e jovens.

Em 2011, Timbó Grande recebeu do governo federal menos, por exemplo, que Ouro Verde. A cidadela do oeste catarinense, de 2,2 mil habitantes, ganhou seis vezes mais, R\$ 1,8 milhão, o que representa R\$ 855 por morador. A situação é melhor também em cidades do sul catarinense do mesmo porte que Timbó. Praia Grande, cidade de 7,2 mil habitantes, recebeu do governo R\$ 2,7 milhões, isto é, R\$ 379 por pessoa residente na cidade. Santa Cecília, outra cidade do Contestado, a situação ainda é pior. Com 15 mil habitantes, o município recebeu neste ano R\$ 878 mil. O governo federal gastou R\$ 55 por cada morador da cidade. Esse valor representa quase três vezes menos que o investido em outros municípios do Contestado, como Calmon e Lebon Régis – cidades que também receberam menos, em proporção, que Florianópolis. Calmon, com 3,3

mil moradores, recebeu R\$ 436 mil (R\$ 132 por pessoa) e Lebon Régis, cidade de 11 mil habitantes, R\$ 1,1 milhão (R\$ 104 por morador).

Em síntese, a região do Contestado se caracteriza como um enorme bolsão de miséria em Santa Catarina, o que não é diferente na parte que coube ao Paraná depois da “partilha” do território no acordo de 1916, que “colocou fim” a uma guerra genocida de pobres não brancos – a Guerra do Contestado. A guerra foi maldita, ceifou milhares de vidas camponesas por interesses do capital e dos coronéis da época, gerando, 100 anos depois do seu início, um território maldito, marcado pela maldição das políticas públicas ineficientes, corruptas e de interesses de pequenos grupos que dominam a região, em todas as escalas.

CONCLUINDO: 100 ANOS DO CONTESTADO EM GUERRA

A região do Contestado vive historicamente a complexidade e os paradoxos mostrados neste trabalho. Qualquer proposta que venha ser elaborada no futuro, para romper o subdesenvolvimento regional, necessita considerar os fatores da sua identidade cultural, dando razão e manutenção à sua existência no conjunto da União Nacional.

Passados 100 anos do início da maior guerra civil camponesa brasileira, faz-se necessário entender os altos índices de miséria na região onde ela aconteceu. Tal assertiva se baseia nos dados públicos – que são visíveis – emitidos por órgãos federais e estaduais, que traçam “um retrato regional” e que revelam que tanto a população urbana quanto a rural apresentam baixos índices de qualidade de vida, se comparada com a de outras regiões de Santa Catarina e do Paraná.

Cem anos depois, as políticas dos estados em questão não conseguiram incorporar socioeconomicamente a região da Guerra do Contestado, pois há um misto de incompetência dos dois estados e, inclusive, do governo federal, no que se refere às políticas públicas de inserção dos municípios que compõem a região.

Para entender isso, procedeu-se à recuperação de informações atinentes à referida guerra sobre os municípios que compõem a região do Contestado, por meio de uma análise da formação socioespacial secular e o próprio crescimento urbano. Tais fatos são evidenciados pelos elementos propostos para as reflexões acerca de uma abordagem histórica sobre os acontecimentos da primeira década do século XX.

Buscando compreender os baixos índices sociais que marcam os municípios da região da Guerra do Contestado e seus reflexos sobre a qualidade de vida no território em questão, foi feito levantamento junto aos órgãos públicos que divulgam os dados sobre população e qualidade de vida dos brasileiros. No caso, aqui, se deu destaque para as capitais catarinense e paranaense e alguns municípios que estão na ex-zona de guerra do início do século passado, só para se ter uma ideia da situação atual, neste centenário marcado por invisibilidades e misérias para os que lá vivem. Índices que podem ser evidenciados nos levantamentos de acordo com as tabelas a seguir. O índice de miséria do Estado de Santa Catarina é o segundo menor do País, ou seja, 3,67% vivem com menos de R\$ 127,00.

Tabela 1 – Dados de alguns municípios de Santa Catarina.

CIDADES	POPULAÇÃO ABSOLUTA	ÍNDICE DE POBREZA
Florianópolis	421.203	4,4%
Mafra	52.912	30%
Três Barras	18.129	39,86%
Bela Vista do Toldo	6.004	22,49%
Timbó Grande	7.167	44,2%
Irineópolis	10.448	26,29%
Canoinhas	52.765	32,22%
Matos Costa	2.839	33,25%
Lebon Régis	12.331	43,9%
Calmon	3.387	46,8%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – CENSO 2010.

Já no Estado do Paraná, o índice de miséria é o terceiro menor do país, sendo que 8,29% vivem com menos de R\$ 127,00.

Tabela 2 – Dados de alguns municípios do Paraná.

CIDADES	POPULAÇÃO ABSOLUTA	ÍNDICE DE POBREZA
Curitiba	1.746.896	4,5%
Antônio Olinto	7.339	47,58%
General Carneiro	13.661	32,91%
Paula Freitas	5.403	33,40%

Paulo Frontin	6.911	29,75%
Porto Vitória	3.991	28,29%
Rio Negro	31.090	19,22%
São Mateus do Sul	41.026	31,04%
União da Vitória	52,176	18,41

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – CENSO 2010 e IPARDES, 2010.

A pesquisa em questão discutiu, também, o poder exercido pelos mais diversos segmentos sociais que envolvem as relações sociopolíticoambientais no contexto da Guerra do Contestado, considerando que ela aconteceu numa região estabelecida entre os poderes políticos curitibanos e florianopolitanos, tendo o primeiro maior interferência na análise, em virtude de uma possível rede comercial na época da guerra.

Esta região, no período conflagrado, era chamada de “sertão inculto”. Passou por um amplo processo de desenvolvimento econômico, transformando a área numa porção de destaque no contexto sulista; porém, as condições sociais e ambientais são marcadas por grandes disparidades, havendo problemas de toda ordem. Os destaques econômicos ficam evidenciados, nos dias atuais, pelos *plantations* de pínus e, conseqüentemente, uma indústria de celulose (papel, papelão e derivados), seguidos pela pecuária, agricultura e relativa industrialização vinculada aos segmentos mencionados, que são, também, responsáveis por parte do grande número de miseráveis que subsistem na região.

Outros que ali penetraram tinham sido expulsos das zonas onde se processava a colonização, e, neste caso, o melhor exemplo é fornecido pelo Vale do Rio do Peixe, na década de 1910, quando a ferrovia que atravessava o vale colonizou as terras marginais aos trilhos, já ocupadas por uma população luso-brasileira.

Para analisar a relação homem-natureza, tão marcante durante o período da contestação das terras entre Paraná e Santa Catarina, denota-se que cada sociedade está historicamente estruturada em padrões específicos de relacionamento com o ambiente físico e condiciona disposições espaciais das atividades produtivas ou da organização socioespacial, sem descartar as implicações sociopolíticoadministrativas do fenômeno guerra civil *versus* sociedade civil organizada *versus* interesses políticos dominantes *versus* meio físico e os reflexos sobre o espaço geográfico estabelecidos pelos elementos da guerra em si – não excluindo as diversas formas de pensar a palavra guerra.

A Guerra do Contestado é uma lição ao Brasil, um país que não a conhece, mas que poderia aprender com suas redes de solidariedade, justiça e determinação. As mesmas análises permitiram observar que a região da Guerra do Contestado, nos dois estados, se caracteriza como pobre social e infraestruturalmente; porém, do lado catarinense, há um número maior de cidades desenvolvidas, com razoável parque industrial e geração de emprego, inclusive com uma população relativamente maior.

Com isso pode-se afirmar, em meio a tantos problemas levantados, que o estado catarinense foi mais competente no que concerne à integração da região a uma dinâmica socioeconômica voltada aos interesses de manutenção do território, assim como uma bem-sucedida catarinização em toda a Linha Wenceslau Braz. Mas não significa dizer que a paranização não tenha acontecido; apenas os investimentos foram menores para fazer a região se integrar à lógica da capital estadual, que está mais próxima da divisa. Enquanto Florianópolis fica em média a 300km dos limites das ex-terras contestadas, Curitiba está a pouco mais de 100km.

Não se abre mão de mencionar que a Guerra do Contestado se constitui como um dos momentos mais importantes da formação territorial do sul do Brasil, mesmo com forte diferenciação. Soma-se aos grandes movimentos revolucionários que marcaram a vida civil, política e militar, juntamente com a Guerra Civil (conhecida como Revolução Federalista), a República Catarinense (ou Juliana) e a Revolução Farroupilha, por exemplo.

Em síntese e retornando aos olhares conclusivos anteriormente tratados, a região do Contestado se caracteriza como um enorme bolsão de miséria em Santa Catarina, o que não é diferente na parte que coube ao Paraná depois da “partilha” do território, no acordo de 1916, que “colocou fim” numa guerra genocida de pobres não brancos – a Guerra do Contestado. A guerra foi maldita, ceifou milhares de vidas camponesas por interesses do capital e dos coronéis da época, gerando, 100 anos depois do seu início, um território maldito, marcado pela maldição das políticas públicas ineficientes, corruptas e de interesses de pequenos grupos que dominam a região, em todas as escalas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. Formação territorial do Brasil. In: BECKER, B. K. et al. (orgs.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 163-164.

CAPRA, F. *Teia da vida*. São Paulo: Cultrix Ltda., 1996.

- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CRISTOFOLETTI, A. *Geomorfologia fluvial*. São Paulo: Edgard Blücher, 1972.
- DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- FRAGA, N. C. *Território, região, poder e rede: olhares e possibilidades conceituais de aproximação*. Curitiba: Relações Internacionais no Mundo Atual, a. VII, n. 7, p. 9-32, 2007.
- _____. *Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil*. (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento.) Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná, 2006.
- _____. (org.). *Guerra do Contestado, 100 anos do Contestado em Guerra*. Florianópolis, Ed. Insular, 2012.
- _____. Território e silêncio. Contributos reflexivos entre o empírico e o teórico. In: FRAGA, N. C. (org.). *Territórios e fronteiras: (re)arranjos e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2011.
- _____. *Vale da morte: o Contestado visto e sentido*. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná. Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2010.
- _____. (org.). *Contestado, o território silenciado*. Florianópolis, Ed. Insular, 2009.
- _____. *Contestado: a grande guerra civil brasileira*. In: REZENDE, C. J.; TRICHES, I. *Paraná, espaço e memória – Diversos olhares histórico-geográficos*. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005, p. 228-255.
- GOMES, P. C. C. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LOBATO CORRÊA, R. *Redes urbanas: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado*. In: *Cidades*. Grupo de Estudos Urbanos – GEU. Presidente Prudente: Ed. da Unesp, v. 1, n. 1, 2004, p. 65-78.
- _____. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- MOREIRA, I. *Geografia nova: o espaço mundial*. São Paulo: Ática, 1996.
- NOSSA, L.; JÚNIOR, C. Discriminação social marca geração pós-guerra. In: *Meninos do Contestado*, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em: <<http://topicos.estadao.com.br/contestado>>.
- _____. Embora a região tenha monumentos e muitos estabelecimentos com o nome Contestado, famílias caboclas procuram negar envolvimento nos com-

bates. In: *Meninos do Contestado*, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em: <<http://topicos.estadao.com.br/contestado>>.

_____. Um sonho difícil de realizar. In: *Meninos do Contestado*, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em: <<http://topicos.estadao.com.br/contestado>>.

_____. Falta de escolas atrapalha os sonhos das crianças do Contestado; analfabetismo já era crítica por parte dos militares. In: *Meninos do Contestado*, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em: <<http://topicos.estadao.com.br/contestado>>.

_____. Esquecida, região ainda vive em clima de miséria. In: *Meninos do Contestado*, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em: <<http://topicos.estadao.com.br/contestado>>.

_____. Um século depois, municípios do Contestado ainda têm os piores índices sociais. In: *Meninos do Contestado*, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em: <<http://topicos.estadao.com.br/contestado>>.

_____. Contestado, a Região Nordeste de Santa Catarina. In: *Meninos do Contestado*, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em: <<http://topicos.estadao.com.br/contestado>>.

_____. Nascida da crença de um monge andarilho, a região amarga índices de desenvolvimento semelhantes aos dos grotões nordestinos. In: *Meninos do Contestado*, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em: <<http://topicos.estadao.com.br/contestado>>.

PEREIRA, Osny Duarte. O cinquentenário da guerra sertaneja do Contestado, Paraná-Santa Catarina. *Revista Civilização Brasileira*, ano 1, n. 9-10, set./nov. 1966, p. 235-246.

ROCHEFORT, M. *Redes e sistemas: ensaiando sobre o urbano e a região*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Publicação do CEAA/Faculdade Cândido Mendes, n. 17, 1989.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA JUNIOR, J. G. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TRIVINHO, E. *Redes: obliterações no fim do século*. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 1998.

ACERVO DOCUMENTAL DO IHGSC SOBRE O CONTESTADO

Augusto César Zeferino¹

Contestado é, hoje, tema obrigatório das instituições maiores voltadas aos estudos históricos e áreas afins, em especial dos Institutos Históricos e Geográficos.

Estudiosos têm se debruçado sobre o tema desde há muito, e no corrente ano, reforçado pela passagem do centenário de sua manifestação, vemos que os esforços de compreensão de suas particularidades atraíram dezenas de pesquisadores Brasil afora.

As contribuições têm sido das mais variadas, incluindo profundos estudos pautados em esforços científicos da mais alta competência, filmes, teatro, música etc., todos contribuindo de alguma forma com o avanço do conhecimento sobre o tema Contestado.

Dúvidas? Muitas das que existiam permanecem, e outras mais aparecem!

Inúmeros eventos vêm ocorrendo no país, como aqueles já realizados nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Neste último aconteceu, de 1 a 3 de agosto próximo passado, o Seminário Nacional do Centenário do Contestado, realizado em parceria pelo IHGSC e o MP/SC. Dentre os palestrantes presentes àquele evento, muitos estão presentes no evento que hoje se inicia, fruto da parceria IHGB e IGHMB.

¹ PhD in Geography – University of Wisconsin, professor titular aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina e presidente do IHGSC.

O resultado geral tem sido da mais alta qualidade, e a ciência tem se saído vitoriosa, tendo as instituições transferido à sociedade o que há de mais importante em cumprimento de seus objetivos primeiros.

Destarte, este tem sido um período de novas e inúmeras publicações sobre o evento Contestado, premiando a sociedade com grandes escritos elucidativos de um embate que até hoje carrega uma enorme carga emocional por aqueles que habitam a terra das araucárias, da locomotiva, da erva-mate, do caboclo, das forças militares e do messianismo. Milhares foram os envolvidos na chamada “Guerra do Contestado”, a maioria sem voz, porém.

Na efervescência dos ânimos daqueles que participaram ativamente do teatro das operações, seja por vontade própria, seja por seguimento a funções delegadas, muitas contribuições impressas deixaram registros importantíssimos para o futuro, que, para nós, é o *hoje*. Tais produtos da guerra se materializaram na forma de escritos, de mapas, de fotografias.

Escritos se deram na forma de jornais, depoimentos, documentos cartorários, documentos administrativos e correspondências – todos dizendo algo que passou inicialmente como corriqueiro, mas que, com o tempo, veio provar ser de alto significado para aqueles que pesquisam esse momento tão dramático e de tanto significado para a formação territorial e social da identidade de um povo, espacialmente inserido, hoje, principalmente em terras catarinenses.

Documentos se espalharam pela Nação, e se espera, naturalmente, que grande parte deles esteja acomodada em velhas gavetas de instituições e residências catarinenses, soe ser Santa Catarina o palco mais representativo do conflito.

Destarte, 100 anos já se passaram, e o tempo se encarregou de tecer a trama da destruição do conjunto dos testemunhos presenciais e documentais daquele espólio.

Sobraram-nos as migalhas que conseguimos amealhar nos escombros da guerra.

O IHGSC, fundado em 7 de setembro de 1896, teve como seu idealizador José Arthur Boiteux, idealizador, também, da casa que hoje abriga a instituição.

Nasceu para fortalecer os estudos históricos, geográficos e áreas afins do estado e um ano depois de o governo catarinense haver ingressado no Supremo Tribunal Federal com uma ação para definir os verdadeiros limites com o

Estado do Paraná. Santa Catarina reivindicava, então, seus direitos pela efetiva posse do território estabelecido em 1738, quando da definição dos limites da Capitania de Santa Catarina. Para tanto, o governo estadual designou o secretário do Instituto à época, José Boiteux, para realizar pesquisas em Portugal e levantar os documentos necessários para instrumentar o processo. Os sucessos da meritória missão repercutiram na vitória da causa catarinense, reconhecida em três decisões da Suprema Corte da Nação.

Tendo José Arthur Boiteux tido uma intensa e profícua participação tanto na vida do IHGSC quanto nas iniciativas sobre a questão dos limites, se esperava que, de seu acervo, de posse do IHGSC, surgissem contribuições inéditas sobre o evento do Contestado. Esse cidadão, da mais notória categoria, teve, porém, muitas outras atribuições na vida política e administrativa de Santa Catarina. Vimos aí uma possível explicação do porquê da ausência de contribuições maiores.

Na verdade, o escrito mais abrangente existente sobre o Contestado produzido por sócios do IHGSC que viveram quando da ocorrência do mesmo é aquele de José Vieira da Rosa. Seu escrito, cujos direitos autorais pertencem ao IHGSC, foi lançado, em parceria com o MP/SC, quando do evento realizado em Florianópolis, em agosto do corrente ano. Essa contribuição estava bem visível ao IHGSC, pois fazia parte de doação recente por parte da família daquele autor e ex-sócio da instituição.

Outros, nem tanto, pois são trabalhos acessíveis a todos através de outras bibliotecas ou mesmo casas publicadoras.

Quando me propus a falar acerca do “acervo documental do IHGSC sobre o Contestado”, não tinha ideia do que encontraria, mas tal decisão me obrigaria, de uma vez, a percorrer as velhas estantes e gavetas da biblioteca na tentativa de encontrar alguma contribuição e, assim, aprender sobre o seu verdadeiro valor.

Não houve surpresas – o acervo é extremamente modesto no sentido de alguma documentação que viesse contribuir sobremaneira para compreender a história e a geografia daquele conflito.

Filme, nenhum.

Mapas, somente aqueles reproduzidos como cópias de originais guardados em outras instituições.

Algumas poucas fotografias lá estavam compondo o material herdado de José Arthur Boiteux. Cenas que retratam personagens daquele movimento que se perfilam diante da câmara e mostram seus rostos para a posteridade, e falam, por si, do compromisso orgulhosamente assumido diante da causa.

Aparecem recortes de jornais que contemplam as notícias correntes então, mas suas mensagens estão em muitos outros arquivos. Nada de exclusivo.

Há, ainda, depoimentos, documentos cartorários e administrativos, e correspondências, mas na sua grande maioria referentes à questão dos limites de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. Pouco, muito pouco com a questão dos limites com o Paraná, e quase nada sobre o Contestado como tal.

Isso nos coloca algumas questões:

- Como pode o IHGSC, tendo naquele momento entre seus sócios a concentração da plêiade de intelectuais do Estado de Santa Catarina, não ter a guarda de documentos originais, ou mesmo uma coleção de seus documentos mais importantes, mesmo na condição de cópias?

- Como que José Arthur Boiteux, intelectual extremamente envolvido com tudo o que ocorria no estado, secretário-geral e presidente do IHGSC em diversas ocasiões, não deixou em seu acervo, hoje de posse do IHGSC, material de relevância sobre o conflito em tela? Talvez o tivesse deixado, mas, se o fez, o material desapareceu por razões diversas e até aqui não identificadas.

Mesmo com tantas limitações, passaremos agora a apreciar alguns respingos documentais que a história nos legou e que fazem parte do acervo deixado por José Arthur Boiteux, em posse do IHGSC.

Primeiro temos a carta original de Henrique Boiteux endereçada a Gustavo Richard, então governador do Estado de Santa Catarina, datada de 8 de janeiro de 1910, e escrita a partir de Newcastle on Tyne, no norte da Inglaterra. O texto se refere às felicitações pela sentença dada pelo Supremo Tribunal Federal em relação à questão dos limites e sugere o nome de Silva Mafra para a vila sede do município de Rio Preto, em homenagem ao Comandante Mafra.

A carta (cópia) do General Setembrino de Carvalho, escrita em 8 de outubro de 1914, a partir de Curitiba, endereçada ao Coronel Felipe Schmidt, então governador do Estado de Santa Catarina, diz das “suas preocupações e propostas para desempenhar a missão que havia lhe sido incumbida pelo go-

verno da República, em relação à administração dos problemas do Contestado, no intuito de levar a uma solução definitiva”.

Percebe-se, na referida carta, que o General Setembrino de Carvalho, a par da sua condição de representante do governo federal, deixa transparecer preocupação, legítima, sobre possível mudança de rota na obediência do Paraná em relação à decisão final do Supremo, alertando Felipe Schmidt sobre o fato e dizendo de suas preocupações, supondo temor de que as coisas pudessem reaquecer caso não se consolidasse de vez o que havia sido decidido no Supremo.

Temos, também, a carta original, escrita e assinada por três amigos de José Arthur Boiteux – Adolpho Konder, Saturnino Luz e Tibúrcio de Freitas –, datada de 20 de outubro de 1917 e escrita a partir do Rio de Janeiro, onde os três viviam. Nela os autores dizem das manifestações, satisfação e aplausos da comunidade catarinense residente na capital do País. Solicitam, ainda, ao Dr. José Arthur Boiteux, que faça o especial obséquio de, em conjunto com os Senhores Dr. Antônio Wanderley Navarro Pereira Lins e Manoel dos Santos Lustosa, constitua Comissão para entrega de mensagem de congratulações ao Exmo. Sr. Governador do Estado Coronel Felipe Schmidt (mensagem encaminhada via o Senhor Apolinário Marques Brandão, Comandante do vapor *Laguna*).

Na esteira dos raros registros deixados como documentos impressos, temos uma coleção da transcrição de 68 mensagens telegráficas trocadas entre o General Setembrino de Carvalho e o Cel. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina, num curto período de tempo – de 26 de setembro a 6 de novembro de 1914. José Arthur Boiteux as copiou, e são essas cópias que fazem parte do acervo do IHGSC.

Muitas outras mensagens devem ter sido trocadas, principalmente posteriores às aqui relacionadas, já que o General Setembrino assumira a missão em Curitiba em setembro de 1914.

De Felipe Schmidt foram 41 mensagens, e de Setembrino de Carvalho, 25, ocorrendo num total de 66 – às vezes mais de uma mensagem por dia. Foi uma intensa troca de informações, que incluíam pedidos de urgente socorro a vilas sendo tomadas pelos revoltosos. Tratando-se mutuamente com o devido respeito e elegância, os dois personagens trocavam ideias objetivas voltadas ao atendimento mútuo de demandas das ações a serem encetadas no campo de batalha e no político também.

**Quadro dos telegramas trocados entre o General Setembrino de Carvalho
(Curitiba) e o Senador Felipe Schmidt (Florianópolis)**

Nº	TELEGRAMAS ENVIADOS PELO GENERAL SETEMBRINO DE CARVALHO			TELEGRAMAS ENVIADOS PELO SENADOR/GOVERNADOR FELIPE SCHMIDT		
-	DATA	HORÁRIO	TEMA	DATA	HORÁRIO	TEMA
1				25/9/1914	0h30min	
2	26/9/1914	0h40min	Nº 611			
3				26/9/1914		
4				27/9/1914		
5	27/9/1914	19h30min	Nº 653			
6				28/9/1914	9h	
7	28/9/1914	17h40min	Nº 680			
8				28/9/1914	21h	
9	29/9/1914	15h20min	Nº 715			
10				29/9/1914		
11	29/9/1914	18h45min	Nº 728			
12	29/9/1914	17h35min	Nº 723			
13	29/9/1914	18h00min	Nº 726			
14				30/9/1914		
15				30/9/1914		
16	1/10/1914	1h45min	Nº 766			
17				1/10/1914		
18	1/10/1914	1h55min	Nº 771			
19				2/10/1914		
20	3/10/1914	18h	Nº 75			
21				3/10/1914		
22				5/10/1914		
23				7/10/1914		
24				8/10/1914		
25				8/10/1914		
26				8/10/1914		
27	8/10/1914	14h30min	Nº 181			
28				9/10/1914		
29				9/10/1914		
30	10/10/1914	17h40min	Nº 227			
31				11/10/1914		
32				11/10/1914		
33	12/10/1914	16h00min	Nº 209			
34				12/10/1914		
35				13/10/1914		
36	13/10/1914	16h10min	Nº 298			

37				15/10/1914		
38				16/10/1914		
39	16/10/1914	16h30min	Nº 387			
40				17/10/1914		
41				20/10/1914		
42				18/10/1914		
43	18/10/1914	14h28min	Nº 434			
44	19/10/1914	12h20min	Nº 446			
45				19/10/1914		
46				21/10/1914		
47	21/10/1914	12h38min	Nº 526			
48				23/10/1914		
49	23/10/1914	17h50min	Nº 609			
50				24/10/1914		
51				26/10/1914		
52				26/10/1914		
53	27/10/1914	15h50min	Nº 710			
54				27/10/1914		
55				27/10/1914		
56	29/10/1914	16h45min	Nº 799			
57	29/10/1914	15h40min	Nº 796			
58				30/10/1914		
59				1/11/1914		
60				2/11/1914		
61				2/11/1914		
62	4/11/1914	4h16min	Nº 139			
63	5/11/1914	16h30min	Nº 174			
64	6/11/1914	13h40min	Nº 195			
65				6/11/1914		
66				6/11/1914		

Observação: o General Setembrino de Carvalho assumiu como Inspetor Permanente da 11ª Região Militar, em Curitiba, em 11 de setembro de 1914.

Este é o acervo mais significativo, apesar de modesto, do que ficou no IHGSC. É uma confissão de reconhecimento de nossa pobreza documental de um dos mais importantes eventos ocorridos no País no século passado.

Finalizamos dizendo que o limitado acervo ligado ao Contestado/questão dos limites SC/PR, presente no IHGSC, nos leva a considerar iniciativa de, já no próximo ano acadêmico, envidar esforços para, a partir de contatos com diversas instituições e pesquisadores/colecionadores, localizar e amealhar documentos originais e/ou cópias destes com o objetivo de criar um conjunto

sistematizado de informações que venham garantir uma base documental digna de uma instituição que esteve presente na história de Santa Catarina durante o evento do Contestado, mas que não guardou a sua memória em termos de documentação.

AS MEMÓRIAS DO GENERAL JOSÉ VIEIRA DA ROSA COMO FONTE PARA O ESTUDO DO CONTESTADO

Gunter Axt¹

As memórias do General José Vieira da Rosa aparecem originalmente como introdução ao seu volumoso estudo intitulado *Corografia do Estado de Santa Catarina*, manuscrito em cinco volumes e com mais de mil páginas que está sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina. A edição desse trecho de cerca de 100 páginas datilografadas foi possível graças a um convênio firmado entre a Procuradoria-Geral de Justiça e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

O título dialoga com a *Corografia Catarinense*, do Governador João Alberto de Miranda Ribeiro (Laytano, 1959), escrita em 1797, mas somente publicada em 1959, e com a célebre *Corografia Brasília* (1976), de autoria do Padre Manuel Aires de Casal, de 1817, considerado o primeiro livro editado no Brasil. O termo, oriundo do grego, hoje pouco empregado, foi encampado pelo latim com o sentido de descrição histórico-geográfica de um país ou de uma região. Diferentemente de Aires de Casal, que pretendia uma narrativa descritiva, desprovida de avaliações críticas, e escrevera seu livro sem jamais realizar viagens de estudo e de observação, Vieira da Rosa emite uma série de julgamentos, sobretudo no seu esboço introdutório, propondo um esforço descritivo amparado em conhecimento de campo.

1 Doutor em História Social USP, pós-doutor CPDOC/FGV, professor colaborador do Diversitas/USP, consultor do Ministério Público de Santa Catarina.

José Vieira da Rosa nasceu em São José, Santa Catarina, em 1º de setembro de 1869. Perdeu o pai, capitão da Guarda Nacional, em 1875. Sentou praça em fevereiro de 1887 na Companhia de Infantaria de Santa Catarina, cursando nos anos seguintes a Escola Militar do Rio Grande do Sul e a Escola Militar do Rio de Janeiro. Em 1893, foi comissionado em alferes pelo Comando do 5º Distrito Militar, por ordem do Ministro da Guerra, e tomou parte nos combates travados no Sul de Santa Catarina durante a Revolução Federalista. Casou-se em 1894, com Julia Barbara Weber. Em 1909, foi nomeado para a Chefia da “Carta Itinerante de Santa Catarina”, sendo designado ainda Inspetor dos Índios no ano seguinte. Em 1914, seguiu com o 54º Batalhão de Caçadores para a região do Contestado, tomando parte nos combates de Taquaruçu e Caraguatá. Então capitão, como um dos poucos oficiais do Exército a conhecer o sertão catarinense, além de estar familiarizado com a política local, Vieira da Rosa foi escolhido negociador para Curitibaanos (Machado, 2004: 312). Em abril de 1915, foi designado pelo General Setembrino de Carvalho, comandante das operações, para “efetuar perseguição aos fugitivos em todas as direções” (Moura, 2003: 221), de forma a “limpar” a região da presença dos rebeldes. Nos anos 1920, Vieira da Rosa chegou a envolver-se no episódio da Reação Republicana, no Rio Grande do Sul, e no Movimento de 1924, sendo aprisionado após se ferir em um acidente de automóvel na estrada para Curitibaanos. Em 1930, mudou-se para o Rio de Janeiro. Já em rota de colisão com a poderosa família Ramos, de Lages, acabou à margem da conspiração que caldeou a Revolução de 3 de Outubro. Em 1935, aderiu à Ação Integralista Brasileira. Em 1945, já com 76 anos, chefiou, a pedido do Marechal Rondon, a expedição ao Tapirapé, afluente do Araguaia, na zona do Roncador. Em 1947, candidatou-se ao Senado pelo PRP, não se elegendo. Faleceu no Rio de Janeiro em 1957 (Rosa, 2012: 23-52).

INSPIRAÇÃO E COMPROMISSOS TEÓRICOS

Militar responsável pela elaboração da Carta Itinerária de Santa Catarina e um aficionado por cinegética, a geografia e a caça são os temas centrais de sua obra. Há farta descrição dos cursos dos rios, da toponímia, do relevo, da vegetação, do comportamento dos animais silvestres, relatos pormenorizados do estado e traçado das estradas de rodagem e um bom apanhado de aquarelas de sua autoria, representando a fauna e a flora características da região.

José Vieira da Rosa começou a redigi-la antes mesmo da Campanha do Contestado, finalizando seu portentoso estudo em 1940, quando o submeteu à apreciação do IX Congresso de Geografia. Recebeu um parecer elogioso de Walter Spalding, recomendando uma publicação que jamais se consumou, nem mesmo sob a forma de artigos na revista da Sociedade Geográfica. Crítica e acrimoniosa em relação a muitos conterrâneos e contemporâneos seus, dentre militares e políticos, a começar pela poderosa família Ramos, que Vieira da Rosa desanca sem piedade, publicá-la deve ter parecido aos homens da época uma provocação, uma fonte de problemas. Antes disso, contudo, Rosa lograra a edição de artigos. Em 1917, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, publicara um artigo sobre a marcha da Divisão do Centro até Tubarão, durante a Revolução de 1893. Outro surgira pouco depois, tematizando o Contestado (1918). Seus relatos principiam com sua participação na Revolução de 1893 e terminam às vésperas da Revolução de 1930.

Vieira da Rosa redige em grande medida animado pela ideia de que a História é um tribunal que julgará no futuro os homens e fatos do passado. Muito de seu texto tem, assim, tom de denúncia e desabafo. Nesse diapasão, abraça a mística do herói. Para o General, Anita Garibaldi é o personagem que melhor preenche tais pré-requisitos: é a heroína que precisa ser conhecida e imitada.

A História Militar desponta como o fio condutor da narrativa. A temporalidade, portanto, para Vieira da Rosa, se mede pela sucessão de eventos marciais. Opiniático, porém, desvia-se vez ou outra dessa rota, tecendo considerações sobre aspectos socioeconômicos e culturais. Afinal, seu projeto era mais ambicioso do que o de bosquejos castrenses.

O texto carrega razoável dose de autoelogio. Ao escrevê-lo, o General Rosinha, como era conhecido em razão de sua baixa estatura, dialogava implicitamente com desafetos e críticos, motivo pelo qual se municia de encômios e ordens do dia que documentam com destaque o seu próprio desempenho, alvo, mais tarde, de opróbrios. Disso não decorre sentimento puramente narcisista, pois se derrama também em louvores a companheiros de farda que reputa valorosos. Em contrapartida, não se peja em apodar todos quantos desmerece, sem medir palavras e em acento não raro rancoroso e figadal.

Logo nas primeiras páginas, exala espírito bairrista, dedicando várias linhas a promover um elogio da colonização açoriana do litoral catarinense. A posição era recorrente entre intelectuais da época, como indicam os tra-

balhos de Alfredo Varela (1897), Alcides Cruz (1906), João Borges Fortes (1932), Alcides Lima (1935), Walter Spalding (1953), Dante de Laytano (1978) e Guilhermino César (1964). Todos concordam em retratar o açoriano como exemplo de moralidade inquebrantável, obediência à fé, honradez, bravura, sobriedade, dedicação mourejada ao trabalho, hospitalidade, doçura e criatividade. Faziam coro à obra seminal de Gilberto Freyre, que, no seu *Casa Grande & Senzala*, de 1933, produziu um apaixonado e articulado elogio da colonização portuguesa.

Em que pese o vezo algo idealista de algumas dessas formulações, engajavam-se claramente numa espécie de movimento de reação aos preconceitos pseudocientíficos que então apostavam na condenação das chances de sucesso dos povos ibéricos. Comparava-se a trajetória histórica estado-unidense e a brasileira, por exemplo, para se concluir residir a desgraça do Brasil subdesenvolvido no império de uma mestiçagem supostamente deletéria e na ausência de colonização anglo-saxã. Aqui, arrogância elitista, racismo e determinismo geográfico se combinavam para negar ao Brasil, aos mestiços e aos lusodescendentes chances de sucesso. Vieira da Rosa, a propósito, festeja sem vacilo a miscigenação brasileira, enfatizando, porém, a *assimilação* do negro e do índio ao branco.

Tal qual propôs Jacinto Antônio de Mattos em *Colonização do Estado de Santa Catarina. Dados históricos e estatísticos (1640-1916)* (1917), Vieira da Rosa atribui a estagnação econômica de Florianópolis, região de “clima incomparável e de riquezas extraordinárias nos três reinos naturais”, ao abandono e à espoliação da Metrópole. Colocava assim o encantamento pela tradição açoriana bem acima do modelo de dominação lusa, ao qual reservava suas críticas.

Nesse tom, segue as pegadas do General João Borges Fortes, cuja conhecida obra sobre a colonização açórica no Sul do Brasil lamenta estar o progresso material apagando a memória de sua herança. Apaixonado, Vieira da Rosa precipita-se em idealização do passado, assumindo atitude escapista e contrária à modernidade. Seu texto, assim, partilha nota melancólica semelhante à de Câmara Cascudo, célebre estudioso dos mitos e lendas populares potiguaras. Isto é, o progresso e a modernidade, em sua concepção, destruiriam a autenticidade da cultura e os valores mais sóbrios dos povos.

Não obstante, se nacionalista e entusiasta da colonização açórica, Vieira da Rosa nem por isso esconde contradições. Ao tratar do caráter brasileiro,

atribui-lhe imprevidência e passividade: “o brasileiro é um dorminhoco. Dorme sobre louros, dorme sobre tudo”, sentencia macambúzio.

Seu libelo antimodernista por vezes claudica. Perfeitamente sintonizado com o repúdio ao universo da política, típico do pensamento autoritário que vicejou nas primeiras décadas do século XX em autores tais como Alberto Torres e Oliveira Vianna, seu texto revela passagens que falam de uma Humanidade que muda de rótulos, mas conserva sempre seu moral apodrecido. Então, quando fala da política, nem mesmo o passado avoengo pode ser invocado como modelo de virtudes.

Com efeito, o movimento tenentista dos anos 1920, ao qual Vieira da Rosa se vincularia, alimentava-se do idealismo de uma mocidade fardada que esgrimia a urgência da moralização dos costumes políticos, desfraldando o estandarte do soldado cidadão, isto é, interveniente na vida política da Nação. Em que pese o apelo desse brado, era tênue o compromisso real dos tenentistas para com a democracia. Via de regra, estavam convencidos de ser o campo da política hegemonizado pelas elites corruptas e carcomidas, enquanto entendiam que as classes populares, pela sua passividade congênita, nada fariam. Eis por que a via revolucionária se afigurava tão prestigiada entre eles. Muitos não escondiam o desejo de suprimir as instituições liberais de representação (Fausto, 1997).

REVOLUÇÃO FEDERALISTA

As narrativas de Vieira da Rosa iniciam-se pelos sucessos de 1893, quando explodiu no Rio Grande do Sul uma guerra civil que conflagrou três estados da Federação, promoveu um governo paralelo na então cidade do Desterro (hoje Florianópolis) e se estendeu por quase três anos. Ali, jogou-se o futuro da República recém-proclamada no Brasil. Os opositores do regime de Julio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, e Floriano Peixoto, na Capital Federal, queriam a volta de garantias liberais que vigiam no Império. Muitos defendiam o retorno do sistema parlamentarista de governo, e havia mesmo quem propugnasse a restauração monárquica. Todos se insurgiam contra o clima persecutório que se instalara nos primeiros anos da República, especialmente no Rio Grande do Sul, onde o minoritário Partido Republicano impunha seu domínio a ferro e fogo.

Então jovem alferes comissionado, Vieira da Rosa integrou a Divisão do Centro, sob o comando do temível General Arthur Oscar de Andrade Guimarães, que, em 1897, arrasaria o povoado de Canudos, no sertão baiano, pondo fim, de forma sangrenta, a um levante popular que em muito se assemelhou ao Contestado. Por ironia da história, Arthur Oscar, ao destruir o vilarejo e degolar os prisioneiros, vingaria o Coronel Moreira César, morto na terceira e frustrada expedição militar a Canudos, o mesmo, enfim, que se notabilizara pelo macabro massacre dos prisioneiros revolucionários na fortaleza de Anhatomirim, no litoral de Florianópolis, quando muitos federalistas catarinenses foram impiedosamente justicados, ao ser retomada a Capital para o controle legalista. Homem de disciplina férrea, talvez seja sintomático que Vieira da Rosa incense o General Arthur Oscar, o qual, no comando da Divisão do Centro, notabilizou-se pela rigidez, que o levou, por exemplo, a mandar açoitar, ou pranchear, por vezes até a morte, soldados acusados de deserção, mesmo quando esta era motivada pelo desespero da fome, como ilustram as memórias do Sargento José Carvalho Lima (1906).

A memória do capítulo da guerra civil de 1893-1895 que se desenrolou no litoral sul de Santa Catarina pôde chegar aos nossos dias, como sublinha Coralio Cabeda (2000), graças aos testemunhos de Carvalho Lima e de Vieira da Rosa. Em novembro de 1893, a Divisão do Centro chegou à cidade de Torres, na divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com a missão de interceptar a penetração das Colunas de Gumerindo Saraiva e do General Salgado pelo território de Santa Catarina. Ainda em Torres se deu a junção com um destacamento comandado pelo Major Firmino Lopes Rêgo, que viera do Rio de Janeiro para organizar a defesa de Santa Catarina, acompanhado de um contingente do 22º Batalhão de Infantaria e de um pelotão de cavalaria. Entre os oficiais que o acompanhavam estava o então Alferes José Vieira da Rosa. Mas, com a capitulação do Governo no Desterro ante a esquadra rebelada, o Major Firmino ficou isolado no litoral sul, motivo pelo qual se uniu a Arthur Oscar em Torres. Juntos, marcharam para Tubarão, onde se deixaram permanecer por algumas semanas, obstando o avanço dos revolucionários, que ficaram em Laguna. No artigo de 1917, Vieira da Rosa disse ter ficado mal impressionado com os gaúchos comandados por Arthur Oscar, por quem, também, não ocultou, então, a pouca simpatia.

PARTICIPAÇÃO NO CONTESTADO

Mas é no relato dos sucessos da campanha do Contestado que emerge o melhor de suas memórias.

Vieira da Rosa responsabiliza as solertes oligarquias pela tragédia que se desenrolou no remoto Oeste catarinense. Sustenta, inclusive, que o massacre poderia ter sido evitado. Para ele, o conflito adquiriu tais proporções por conta da intolerância e do fanatismo, não apenas dos caboclos, mas, sobretudo, de parte das elites urbanas. Vieira da Rosa revela aqui, inclusive, traços de anticlericalismo. Para ele, em nada diferia o fanatismo de um caboclo do daquele de um padre católico.

Vieira da Rosa, com efeito, declara adesão à Maçonaria, que, em Santa Catarina, efetivamente chocou-se com a Igreja. Em todo o caso, não deixava de ser corajosa a tomada de posição, sobretudo em um estado conhecido pelo forte apego à doutrina cristã e onde os padres, em especial, figuravam como autoridades respeitadíssimas nas comunidades.

Vieira da Rosa promove certo desagravo aos caboclos. Diz que seu fanatismo, pacífico no início, tornou-se criminoso em reação às perseguições injustas contra eles movidas. Embora ignorantes, os caboclos de Vieira da Rosa não eram subversivos, como se quis na época. Claro estaria que mal sabiam diferenciar república de monarquia. Eram pessoas pobres e abandonadas agarrando-se a crenças que lhes ofereciam alento, tentando sobreviver em um ambiente francamente hostil. E coloca o dedo em outra ferida, investindo contra as indecorosas concessões de terras que estariam espoliando os posseiros brasileiros em benefício do estrangeiro recém-chegado. Mas se refere genericamente o problema da colonização estrangeira, Vieira da Rosa não faz referências à Brazilian Lumber e à companhia concessionária da ferrovia Rio Grande a São Paulo, cuja ação esteve no coração das causas que deflagraram o conflito.

Naqueles tempos, com efeito, militares e engenheiros positivistas estiveram entre os poucos que questionaram o avanço do processo colonizatório no Noroeste gaúcho e Oeste catarinense, operado à custa do desalojamento das populações autóctones ali fixadas há séculos. Para que se tenha uma ideia, em 1931, ninguém menos do que o incensado “Pai dos Pobres”, Getúlio Dornelles Vargas, já à frente do Governo Provisório como líder máximo da vitoriosa Revolução de 1930, acertou-se com o cônsul alemão no Brasil para a constru-

ção de um porto de mar em Torres, constituindo-se o pagamento pelas obras, além de uma concessão de exploração dos serviços por 40 anos, uma concessão de um milhão de hectares na zona serrana gaúcha para uma companhia de colonização teuta que expulsaria assim cerca de 70 mil posseiros, gerando, se concretizada, uma convulsão social sem precedentes (Axt, 2011).

Outros testemunhos permitem captar a complexidade social que permeou os levantes na Região Oeste do Sul do Brasil. Uma consulta ao diário de Ângelo Dourado (1977), *Voluntários do martírio*, revela a adesão de contingentes populares à Coluna Gumercindo Saraiva, que em dado momento, durante a Revolução de 1893, chegou a contar com cerca de 6 mil homens, seguidos por cerca de até 2 mil mulheres e crianças. Essa massa de gente se deslocando por três diferentes estados da Federação sugere um fenômeno social complexo. Dourado, assim como Prestes Guimarães, oferece indícios de que os bugres, posseiros e ervateiros da Serra incorporaram-se às colunas revolucionárias. Pobres e analfabetos, esses indivíduos deixaram-nos poucos registros de suas visões de mundo, como sublinha Lourdes Ardenghi (2003). Porém, se relacionarmos este momento com o Contestado e com a emergência de lideranças populares em 1923, tais como Leonel Rocha, percebe-se uma recorrência, cuja explicação pode justamente residir na resposta dessas populações marginalizadas à expulsão – em decorrência do processo de colonização do Oeste, seja por meio da construção de linhas férreas, da chegada de imigrantes europeus ou da formação de novos latifúndios – das terras que ocupavam. Aliás, o então Major Leonel Rocha já figurava na Revolução de 1893, incorporado à Coluna Prestes Guimarães e contribuindo na comunicação com a Coluna Gumercindo Saraiva.

Vieira da Rosa despreza os fazendeiros da região, que se comportariam de forma pusilânime, ostentando poderes de verdadeiros senhores feudais. Princípio de todo incompatível com o caboclo, que guardaria de seus ancestrais indígenas o amor pela liberdade. E foi além: “eu sou pelo caboclo”, afirma com convicção, “sei-o muito superior a muitos habitantes da cidade no que concerne à moralidade, à hospitalidade, à robustez psíquica e à riqueza de costumes”.

Aqui, Vieira da Rosa filia-se à tradição inaugurada por Euclides da Cunha (2001). No monumental *Os Sertões*, de 1902, sobre a Guerra de Canudos, Euclides traça um perfil generoso e altivo do caboclo sertanejo: depositário fiel da essência da alma brasileira, em oposição à elite urbano-litorânea que vivia de costas para o seu próprio país, macaqueando as últimas modas de

Paris. A oposição entre sertão e litoral, povo e elite, autenticidade e frivolidade constituiu-se, desde Euclides da Cunha, num dos mais poderosos ferramentais interpretativos da brasilidade, bastando registrar que é ela que está na origem da justificativa pela interiorização da Capital Federal e a construção de Brasília, nos anos 1950.

CONTESTADO E OLIGARQUIAS CORONELISTAS – A POLÍTICA EM CURITIBANOS

Vieira da Rosa dedica-se a comentar mais amiúde a situação política local de Curitiba, que alimentou a eclosão do conflito. Responsável pela negociação do acordo que logrou a renúncia do Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque da Superintendência de Curitiba, posto que ocupava desde 1902, quando vencera uma renhida eleição na base do bico de pena, derrotando o Coronel Henrique Paes de Almeida. Henrique vencera a eleição nas urnas, mas Albuquerque revertera o resultado no Legislativo estadual, para o qual recorrera, graças ao apoio de Vidal Ramos, que se elegia para o Governo. Desde então, Albuquerque contava com o apoio da influente família Ramos, de Lages (Machado, 2004: 194), com a qual, aliás, Vieira da Rosa diverge figadalmente em suas memórias.

Para Vieira da Rosa, contudo, Albuquerque era um “chefe de prestígio”, homem “a quem nunca faltou honradez e coragem”, “inteligente e sério”, que foi solertemente traído por Henrique de Almeida, filho do Coronel Henrique de Almeida, falecido logo após a derrota nas eleições, e João Sampaio. Foi Henriquinho quem, para Vieira da Rosa, atraiu os “fanáticos” para as cercanias de Curitiba, a fim de engrossar a oposição a Albuquerque. Henrique, assim, aos olhos de Vieira da Rosa, seria o instigador da luta. Já no artigo anterior, publicado na revista *Terra Viva* (1918), Vieira da Rosa denunciava que Henriquinho estava o tempo inteiro em contato com os “jagunços”, obrando inclusive no sentido de trair as forças policiais que subiram à região.

Em 1913, a oposição foi reforçada pela adesão de João Sampaio. Vieira da Rosa confirma a versão de que Albuquerque era amante de sua esposa, aduzindo: “dizia-se lá, não sei se com razão ou sem razão, com o consentimento do marido”: “comborço consciente”, arremata mais adiante, sem meias palavras. Essas questões de honra, como se sabe, no Oeste catarinense eram levadas muito a sério. Segundo relatos de promotores de justiça, até o início dos anos

1980 era quase impossível lograr-se a condenação pelo júri de um réu acusado de matar a esposa supostamente adúltera.

Para Vieira, Sampaio, que até então “tinha adoração por Albuquerque, imitando-o em tudo”, fora instigado por “falsos amigos” a mandar o genro, “um tal José Knoll”, a dar um tiro em Albuquerque, “começando assim a propaganda de descrédito (...) que mirava o desprestígio político de Albuquerque em proveito de Henrique Rupp Jr. e Henrique de Almeida”, este, “conselheiro de Sampaio e quem sabe lá se mais alguma coisa”..., insinua o General. Rupp era promotor público e advogado, filho do superintendente do município de Campos Novos. A partir daí, Albuquerque teria reagido contra os Sampaio, valendo-se da pressão policial, o que seria naturalmente compreensível, segundo Vieira da Rosa, que se refere a 600 homens bem armados que teriam almejado linchá-lo, mas silencia sobre o julgamento de Marcos Sampaio, irmão caçula de João, que matou um guarda quando reagiu ao ser hostilizado por cinco policiais. Vieira da Rosa também não menciona outros opositores de Albuquerque, como o Frei franciscano Gaspar Flesch e o fabricante de gasosa Paulino Pereira (Machado, 2004: 196). Albuquerque, que também era maçom, como Vieira da Rosa, entrara em choque com religiosos locais por permitir que um maçom os atacasse pelas páginas do jornal *O Trabalho*, de sua propriedade (Moura, 2003: 88).

Vieira da Rosa também isenta Albuquerque da responsabilidade pela morte do comerciante Praxedes Gomes Damasceno, que fora a Curitiba recluir-se de uma carga de mercadorias apreendida pelo Coronel Albuquerque, a pretexto de haver armas e munições: “Albuquerque (...) aproximou-se de Praxedes com o propósito de aconselhá-lo, como seu amigo e compadre. Para isso levantou o braço desarmado para dar-lhe o abraço de boa vinda, muito usado em toda a Região serrana, mas Praxedes, excitado pelo fanatismo e por injunções de Henriquinho de Almeida, desviou o corpo do abraço e sacou de um revólver. Nesta ocasião, rompeu o fogo que feriu gravemente Praxedes, parecendo milagre não ter sido Albuquerque também ferido. Mais dois jagunços foram mortos, fugindo os outros covardemente, abandonando seu heroico chefe”. Assim, para Vieira da Rosa, Praxedes estaria envenenado por Henriquinho e contaminado pela “fanatismo”, tendo o tiroteio sido precipitado pelo próprio Praxedes, que mal interpretou o gesto amistoso de Albuquerque, sacando um revólver. Na versão de Rupp Jr., tudo não teria passado de uma emboscada armada previamente por Albuquerque (Machado, 2004: 218).

Paulo Pinheiro Machado nota que em 1915, após a destruição do reduto de Santa Maria, quando o próprio Vieira da Rosa sugeriu ao General Setembrino de Carvalho o afastamento de Ferreira Albuquerque, o Coronel precipitara-se no isolamento, pois o novo governador, Felipe Schmidt, aliado de Lauro Müller, era de estirpe política diferente de Vidal Ramos. O Exército, além disso, estava tentando atrair o grupo “moderado” dos “fanáticos”, que se identificava parcialmente com Henriquinho de Almeida. Vieira da Rosa não faz referência em suas memórias ao Coronel Marcos Gonçalves de Farias, que ele próprio indicou para sucessor de Albuquerque, por ter bom trânsito em todas as facções e por ser então o Presidente do Conselho Municipal. Para Pinheiro Machado, a tentativa de recomposição oligárquica costurada por Vieira da Rosa foi pouco duradoura, pois lideranças “fanáticas moderadas” continuaram vivendo nos redutos, e a fissura entre Almeida e Albuquerque prosseguiu, com o último sendo assassinado por adversários em dezembro de 1917 e o primeiro sendo executado em 1932 (Machado, 2004: 310-14).

O EXÉRCITO NO CONTESTADO

Com os companheiros de farda, Vieira da Rosa é duro. Cotejando o Contestado com Canudos e com a revolta dos Mucker, na década de 1870, no interior de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, denuncia a inépcia das Forças Armadas, a covardia de certos chefes militares e o despreparo profissional. O Contestado, dispara, escancarou que os ensinamentos colhidos nos conflitos anteriores não se enraizaram, e o que se viu foi ignorância com relação à topografia da região e notável incapacidade de sufocar uma revolta de caboclos mal armados. Militares aferrados a conhecimentos teóricos, importados da Europa, totalmente ignorantes da realidade do ínvio sertão, onde viceja a guerra de movimento, de guerrilhas, de emboscadas, porque, como sublinha, “no mato a mobilidade é o nervo da guerra”.

Em suas investidas contra as mazelas castrenses, Vieira da Rosa cuidou de poupar a soldadesca. Denuncia a arrogância de alguns comandantes, que submeteram os praças a desumanas marchas forçadas por terrenos inóspitos e sem equipamento e logística adequados: “nenhum chefe de bom senso fadaria uma tropa destinada a combater”. Responsabiliza os comandantes pelo despreparo dos soldados. Registra ainda que o povo não perdoou o recrutamento forçado dos tempos da Guerra do Paraguai, motivo pelo qual não nutria confiança pelo Exército.

Tal percepção é coerente com outros testemunhos das revoltas e insurreições havidas no Sul do Brasil entre fins do século XIX e princípios do século XX. Em seus *Diários da Revolução de 1893*, o General Joca Tavares e seu irmão Francisco não faziam juízo edificante do desempenho dos oficiais do Exército e da Armada imperiais – Wandenkolk, Custódio de Mello, Salgado e Piragibe – ao lado dos revoltosos, no que eram acompanhados pelo Conselheiro Gaspar Martins e pelo Almirante Saldanha da Gama. Erros e vacilações decorrentes da falta de têmpera, da arrogância e da ignorância com relação ao meio se sucederam. É reveladora do choque cultural entre oficiais das forças regulares e civis militarizados uma frase do General Luís Alves Leite de Oliveira Salgado, reproduzida nos *Diários* de Joca, dita em maio de 1893, logo após a promoção de Gumerindo Saraiva a General, em reconhecimento pela qualidade do desempenho militar: ao ser convidado por Gumerindo para formar uma única e poderosa coluna rebelde, o que talvez tivesse mudado os rumos da Revolução, Salgado respondeu “que não era nenhum aventureiro para andar gauchando pelas estâncias”, numa clara referência ao desprezo elitista pela guerra de movimento, que era, enfim, a única possível naquele meio.

Os problemas de logística apontados por Vieira da Rosa eram recorrentes. Município precário, abastecimento deficiente, carência de tudo. Durante a Revolução de 1893, como registra Coralio Cabeda em *Nossas guerras*, a temerária invasão de Santa Catarina pela Divisão do Norte sem planejamento mais detido só não resultou em tragédia maior porque seguia no encalço de um inimigo – a Coluna Gumerindo Saraiva – que amargava condições logísticas ainda mais tóxicas. Naqueles sertões catarinenses, sob chuvas inclementes e atravessando região desprovida de gado, cujo abate aplacaria a fome de muitos, houve quem comesse, como testemunha Albino José Ferreira Coutinho, “pedaços de couro seco amolecidos na água fervendo”, então conhecido como “guisado de manêador”. Padecimentos similares estão descritos nas memórias do médico Ângelo Dourado, engajado na Coluna Gumerindo Saraiva, e do Sargento José Carvalho Lima. Dourado indica que a carniça, o pinhão, o palmito e o milho de algum roçado humilde serviam para enganar o estômago na incursão pelos ermos. Já Carvalho Lima, descrevendo a precipitada retirada da Divisão do Centro, comandada por Arthur Oscar, por Araranguá, em novembro de 1893, por terreno árido e calcinado, testemunha que muitos soldados aplacavam o desespero da sede com a própria urina! Como aponta Cabeda, trinta anos depois, quando a Brigada Militar gaúcha voltaria a incursionar pelo Oeste catarinense para dar combate aos militares rebeldes sob o comando de Isidoro Dias Lopes e Luís

Carlos Prestes, que se adunavam em Foz do Iguaçu, no Paraná, repetir-se-iam agruras semelhantes àquelas da Revolução Federalista.

Vieira da Rosa elogia o desempenho do 54º Batalhão de Caçadores, o que já fizera no artigo anteriormente publicado (1918)², bem como reconhece a honradez de seu comandante, o Tenente-Coronel Duarte Aleluia Pires, muito embora este não tivesse o dom de agradar. Tal reserva, assegura, se deveria ao fato de ser um ex-federalista comandando uma tropa que majoritariamente havia lutado ao lado de Floriano Peixoto em 1893. Apenas o Capitão Nestor Passos, também ex-federalista, privaria de seu afeto. Já o comandante do 5º Distrito Militar, General Alberto Ferreira de Abreu, lhe parece um homem faccioso, pró-Paraná, a quem pouco importava maltratar um batalhão de barrigas-verdes em uma marcha extenuante e desnecessária do Estreito a Lages, onde a população local, aliás, teria recebido os soldados com frieza.

Sobre o primeiro ataque, frustrado, a Taquaruçu, concebido pelo Major Lebon Regis, Secretário-Geral do Governo catarinense, e aprovado pelo General Alberto Ferreira Abreu, que previa a investida contra o reduto com três colunas convergindo sobre o objetivo, Vieira da Rosa disse ser medíocre: “mas, se tivesse sido bem executado, podia não dar um desastre. Medíocre porque, sendo Taquaruçu uma pequena vila num basto pinhal e numa bacia de recepção pluvial, precisava um cerco completo. Quatro são os caminhos da mata que ali vão ter (...). A posição não era tática, pois a povoação estava num vale dominado pelas coxilhas nemorosas por três lados e pelo samambaial bem cerrado dos Vicente. A seiscentos metros longe desse samambaial, o reduto ficava bem visível e dominado, mas... digamos com franqueza, o medo que o atacante tinha ao jagunço tornava essa minúscula Sedan inexpugnável”.

Vieira da Rosa não poupa críticas ao Capitão Adalberto de Menezes, comandante da Coluna Norte. Foi erro tático e militar expor a vanguarda sem comunicação com as outras colunas, assim como levar o comboio de munição junto com a vanguarda denotaria “supina ignorância dos princípios mais rudimentares de segurança”, material este ainda por cima transportado por tropa de muares que nunca tinham ouvido barulho de combate e que, assim, fugiram aos corcovados, espalhando-se pelos pinhais, diante dos primeiros estampidos. “Poltrão e cachaceiro”, dispara Vieira da Rosa contra Adalberto.

2 “O 54º de Caçadores foi a unidade que mais trabalhou, palmilhando quase 3 mil quilômetros de estradas, foi o primeiro que esteve em sério contato com o inimigo, que o bateu sempre e foi, afinal, o que lhe deu o último golpe, e no entanto não corre mundo a fama de seus feitos.”

A admiração que nutria por Aleluia não se estendeu ao seu sucessor no comando, o Tenente-Coronel José Capitulino Freire Gameiro. Para Vieira da Rosa, foi um erro permanecer por um mês com a tropa estacionada em Caçador, onde, além de tudo, eram os soldados presa fácil de emboscadas, o que não teria sucedido naquele momento porque os caboclos ainda não haviam chegado ao grau de ousadia que alcançariam posteriormente. Rosa reputou-o medroso, inepto, parlapatão e pusilânime.

Do malogrado Capitão Matos Costa, Rosa disse sem dúvida se tratar de sujeito valente, mas ambicioso, desatento ao serviço de campanha, despreparado e ignorante da psicologia do caboclo. Seu desempenho na Canhada Funda foi particularmente criticado, numa perspectiva diferente da do Tenente Edgard Facó (Moura, 2003: 103). O carimbo de inepto também sobra para o malfadado Capitão Francisco Alves Pinto, que comandava o 4º Regimento de Infantaria. Com respeito ao Capitão Nestor Passos (cujo desempenho teria sido considerado decepcionante no Taquaruçu), elogia a conduta no combate de Caraguatá, ressaltando, contudo, não lhe ter afeição e criticando atitudes posteriores ao conflito do Contestado, que teriam corroído sua credibilidade em todo o Exército.

No combate de Caraguatá, Rosa nota que alguns oponentes travestiam-se de mulher. Estratégia de disfarce dos caboclos, explica, sabedores por intermédio de um espiã infiltrado na tropa de que um boletim recomendava absoluto respeito por mulheres, velhos e crianças. Muito embora os soldados, segundo Rosa, revelassem no geral conduta digna e humanitária com este respeito, a recomendação seria “asnática e nociva”, pois a portabilidade das armas de fogo nivelara as forças: um Schmitt ou uma Winchester poderia ser apontado por uma mulher, um velho ou um menino...

Na única passagem em que relata a morte de mulheres e crianças, descreve 12 cadáveres de mulheres mortas a facão depositados às margens de um arroio em Passo Ruim, quando a companhia que comandava patrulhava a região de Butiá Verde. Os responsáveis, conclui, seriam os próprios “jagunços insurretos”, que se puseram a matar a própria gente naquela fase da luta.

No artigo publicado na revista *Terra Viva*, em 1918, Vieira da Rosa é mais detalhista e explícito com relação aos crimes cuja responsabilidade atribui aos insurretos. Para ele, então, apenas o seu líder da última fase, Adeodato, teria matado 645 pessoas, fosse para impor a autoridade, fosse em decorrência de

disputas internas. Nos piquetes do Exército, aduz, andavam parentes de vítimas da fúria de Adeodato ou de Olegário, dentre outros.

Sobre o desastre das forças de repressão aos insurretos no Caraguatá, Rosa registra que, além de os soldados estarem mal alimentados, muitos erros foram cometidos, tais como a marcha de duas unidades pela mata que se comunicavam a toque de corneta, “denunciando a presença ao jagunço arteiro, robusto e valente”; ou, ainda, a instalação de um posto de socorro na primeira linha, sem que se tivesse feito um reconhecimento da mata circundante, o que teria recomendado uma força de defesa no flanco e um valado para afastar chances de ataques surpresa, como de fato aconteceu; não se bivacou e não se reconheceu o terreno previamente, como em Taquaruçu; deixou-se o acampamento na retaguarda em Perdizes Grandes, com todos os suprimentos, mal guarnecido (Rosa exalta a ação da cavalaria do Tenente José Nunes Sardenberg, que repeliu ataque dos caboclos); a retirada da Canhada Funda para Perdizes pereceu mais uma fuga, o que fortaleceu o ânimo do inimigo, já convencido da proteção divina; por fim, a marcha entre Perdizes e Cachoeirinha extenuou feridos, que expiraram, como o Capitão Pinto.

Depois do Caraguatá, Vieira da Rosa acompanhou a oficialidade que abandonou Gameiro no Campo do Pardo, retornando para Florianópolis. Não participou, portanto, da luta travada na bacia do Canoinhas.

Sobre a polêmica solicitação de exoneração do General Carlos Frederico de Mesquita, que deu por terminado o conflito depois da destruição de Caraguatá e Santo Antônio, Rosa acredita ter-se tratado de reação à politicagem, que consumira em benefício de obras no Paraná grande parte dos recursos originalmente previstos para a campanha.

Vieira da Rosa explica ter assumido o comando da 1ª Companhia do 54º Batalhão de Caçadores a pedido do Ministro da Guerra, pois depois dos insucessos de Canhada Funda a oficialidade se dispersou e o posto antes coibido era agora desprezado. Nessa condição, seguiu para Lages e, depois, para Curitiba.

Sobre o General de Brigada Fernando Setembrino de Carvalho, designado para comandar a nova etapa do conflito, Rosa disse se tratar de militar de gabinete, nada talhado para uma guerra de caboclos.

Quanto ao seu polêmico desempenho na fase final do conflito, Vieira da Rosa relata ter tentado ajudar cerca de 2 mil pessoas que passaram pelo

seu acampamento em estado lastimável, muitos feridos, açodados por moscas e mutucas, flagelados pela fome. E assegura: “Meus soldados, com três anos de campanha, nordestinos e catarinenses, portaram-se altruisticamente, dando ao jagunço comida e roupa, e tomando sob sua proteção os pequenos órfãos”. Não faz referências mais detidas ao seu trabalho como “pacificador” da região. Auxiliado por uns 500 vaqueanos e por parte da força policial de Santa Catarina, Vieira da Rosa teria promovido uma violência seletiva, uma verdadeira caçada às lideranças intermediárias do Contestado. O Governador Felipe Schmidt refere a eliminação de 150 indivíduos, mas, para Paulo Pinheiro Machado, é difícil precisar o número de mortos nesta fase do conflito (Machado, 2004: 322).

O texto apresenta belas descrições da paisagem no Oeste catarinense, em especial da região de Lajes e Curitibaanos, onde então se estendiam vastíssimos pinhais e imbuiais. Há, também, referências interessantes aos costumes dos caboclos, tais como a dieta baseada em leite dormido em guampa com farinha de milho do monjolo – máquina tradicional, movida a água, composta de uma haste de madeira suspensa, que suporta numa das extremidades um pau de pilão sobre um cocho, produzindo uma farinha de qualidade espessa. Ou, ainda, o uso de pólvora negra (feita à base de enxofre, nitrato de potássio e carvão vegetal) pelos serranos, cujos cavalos raramente eram ferrados.

Após o término do conflito do Contestado, Vieira da Rosa concluiu sua comissão junto à Carta Itinerária de Santa Catarina com vivo aborrecimento. Já, então, acumulava desafetos. Teve negados pedidos de financiamento ao Ministro da Guerra, tornando-se então crítico feroz do General Setembrino de Carvalho, com quem convivera na Campanha do Contestado.

TENENTISMO

A modernização e a profissionalização do Exército brasileiro tomariam algum impulso com a chegada da Missão Militar Francesa, em 1919, parceira na organização das primeiras manobras militares do Saicã, no Rio Grande do Sul, em 1922, evento do qual Vieira da Rosa tomou parte.

Em 1921, estalou a chamada Reação Republicana, nome pelo qual ficou conhecida a chapa de oposição, apoiada pelos Estados da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, lançada contra o candidato à Presidência

da República Arthur Bernardes, apoiado por Minas Gerais e São Paulo, os dois estados mais poderosos e populosos da Federação. A cisão evidenciou a instabilidade do regime oligárquico, expondo contradições cada vez mais gritantes. A par dos problemas de representação política, num modelo viciado pelo cortejo de fraudes eleitorais e corrupção, oligarquias dissidentes sentiam-se prejudicadas pela política econômica que privilegiava o equilíbrio das finanças e protegia prioritariamente o setor cafeeiro.

A vitória de Bernardes em 1922 trouxe intranquilidade aos quartéis, sobretudo após o rumoroso episódio das Cartas Falsas – documentos epistolares fraudados e vazados à imprensa nos quais Bernardes criticaria as Forças Armadas. Mas o movimento de rebeldia acabou sendo obstado pelo recuo do líder gaúcho, Borges de Medeiros, que passou a temer a aliança dos opositoristas de seu estado com o presidente recém-eleito. Com efeito, em 1923 rebentou no Rio Grande do Sul a revolta assisista, que se insurgia contra uma nova reeleição de Borges ao Governo do estado. A rebelião contou com apoio velado das forças federais lá estacionadas.

Vieira da Rosa, que então estava no Rio Grande do Sul, testemunha em suas memórias ter se reunido entre os entusiastas da Reação Republicana, sendo, entretanto, colhido pela retirada estratégica de Borges de Medeiros. O malogro do movimento, ao que tudo indica, precipitou seu pedido de aposentadoria e seu retorno para Florianópolis.

Quando, em 1924, rebentou o movimento em São Paulo, capitaneado pelo General Isidoro Dias Lopes, conhecido como “Segundo 5 de Julho”, o segundo levante tenentista, Vieira da Rosa aderiu aos revoltosos. Mais uma vez, a reabilitação dos hábitos políticos era a bandeira desfraldada. Já contava o movimento também com apoio crescente entre as classes médias urbanas. Os rebeldes controlaram a cidade de São Paulo por 23 dias, forçando a saída do presidente do estado e atraindo feroz bombardeio lançado pelas forças legalistas, que utilizaram inclusive aviões.

Sem poderio militar equivalente ao das forças federais, superiores estas na artilharia e dispondo da aviação, os rebeldes retiraram-se para o interior, associando-se em Foz do Iguaçu, no Paraná, à célebre Coluna comandada por Luís Carlos Prestes, que se mobilizara no Rio Grande do Sul. O País incendiava-se. Vieira da Rosa rumou para o Oeste, com a missão de sublevá-lo, pois conhecia a zona como a palma da mão. Mas seus planos foram obstados por um acidente de automóvel e pela prisão.

Os revolucionários de 1924 a 1926, derrotados e anatematizados pelo regime da época, foram anistiados pela vitoriosa Revolução de 3 de Outubro de 1930. Vieira da Rosa, entretanto, esteve entre aqueles militares que, embora sintonizados com as ideias tenentistas, acabaram voltando-se contra a Revolução de 1930, por discordarem dos rumos tomados e se sentirem traídos. Com efeito, no momento em que a dinastia Ramos emergia em Santa Catarina como a principal força política associada à Revolução, Vieira da Rosa conflitara-se severamente com Vidal e Nereu Ramos. Dali em diante, seu ostracismo político estaria conformedo.

REFERÊNCIAS

ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis. Lutas e resistência no Norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2003.

AXT, Gunter. *Gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Porto Alegre: Ed. Paiol, 2011.

BARCELOS, Rubens. *Estudos rio-grandenses*. Porto Alegre: Globo, 1955.

CABEDA, Coralio Bragança Pardo. A Brigada Portugal e a Divisão do Centro em operações no Litoral (1893/94). *Revista do IHGRGS* n° 135. Porto Alegre: 2000.

CABEDA, Coralio Bragança Pardo; MEIRA, Antônio Gonçalves. *Nossas guerras. Considerações históricas dos seus recursos*. Porto Alegre: Edigal, 2009.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasília ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1976.

CESAR, Guilhermino. Raízes históricas do Rio Grande do Sul. In: *Rio Grande do Sul. Terra e Povo*. Porto Alegre: Globo, 1964.

CRUZ, Alcides. *Vida de Raphael Pinto Bandeira*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Americana, 1906.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio. Narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1977.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FORTES, Gen. João Borges. *Casaes*. Rio de Janeiro: Ed. do Centenário Farroupilha, 1932.

GUIMARÃES, Antônio Ferreira Prestes. *A Revolução Federalista em cima da Serra. Diário de campanha*. Porto Alegre: Ed. Martins Livreiro, 1987.

GRABOWSKI, Francisco. *Memórias da revolução brasileira de 1893-1894*, s/ed., s/d.

KUJAWA, Henrique Aniceto. *Cultura e religiosidade cabocla. Movimento dos monges barbudos no Rio Grande do Sul – 1938*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2001.

LAYTANO, Dante de. *Arquipélago dos Açores*. Porto Alegre: EST, 1978.

_____. Corografia de Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 245, 1959, p. 158-9.

LIMA, Alcides. *História popular do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1935.

LIMA, José Carvalho. *Narrativas militares da Revolução no Rio Grande do Sul. Período de 1893 a 1895*. Belém do Pará: Typografia da Casa Editora Pinto Barbosa, 1906.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

MATTOS, Jacinto Antônio de. *Colonização do Estado de Santa Catarina. Dados históricos e estatísticos (1640-1916)*. Florianópolis: Tipografia d'O Dia, 1917.

MEIRINHO, Jali. *República e oligarquias. Subsídios para a história catarinense. 1889-1930*. Florianópolis: Insular, 1997.

MOURA, Aureliano Pinto de. *Contestado: a guerra cabocla*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.

MURICY, Gen. José Cândido da Silva. *A Revolução de 1893 nos Estados de Santa Catarina e Paraná (memórias)*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2ª ed., 1946.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, Lêda Boechat. *História do Supremo Tribunal Federal*. 4 v. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1991.

ROSA, José Vieira da. Combate dos Conventos. Marcha da Divisão do Centro até Tubarão (subsídios para a história). *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. 1º e 2º trimestres de 1917. Florianópolis.

_____. Reminiscências da História do Contestado. Subsídio para a História. *Revista Terra Livre*. Florianópolis, 1918.

_____. *Memórias: participação na Guerra do Contestado*. AXT, Gunter; SANCHES, Helen C. C.; ZEFERINO, Augusto C. (orgs.). Florianópolis: Procuradoria-Geral de Justiça de Santa Catarina, 2012.

SPALDING, Walter. *Gênese do Brasil-Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1953.

TAVARES, Francisco da Silva; TAVARES, Joca. *Diários da Revolução de 1893*. AXT, Gunter; CABEDA, Coralio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul/ PGJ, 2004.

VALENTINI, Delmir; ESPIG, Márcia Janete; PINHEIRO MACHADO, Paulo (orgs.). *Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária – UFPEL, 2012.

VARELLA, Alfredo. *Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica*. Porto Alegre: Echenique, 1897.

COMO FILMAR O CONTESTADO DURANTE A DITADURA MILITAR

Sylvio Back¹

A Guerra dos Pelados (1971)² era um filme intimorato naquela quadra de chumbo e brasa que consumia a alma do País. Vinha na contramão do cinema brasileiro de então, que coincidia com o auge da repressão militar patrocinada pela ditadura Médici (1969-1974). Uma obra carregada de premonição, repleta de fantasmas institucionais da nacionalidade, batendo direto no fulcro do nosso passado, onde se vislumbra as origens da miséria brasileira em todos os tempos – a crônica e viciosa questão da terra.

Sob a capa de um catolicismo rupestre, cimento que mantinha unos milhares de caboclos, a posse e a usurpação da terra não se escamoteavam, como também não o sonho separatista de se criar uma “Monarquia Sul-Brasileira”. E por ela se sacrificaram mulheres, crianças e homens de todas as idades, latitudes, categorias sociais e etnias, todos se submetendo a uma implacável disciplina litúrgica dentro de suas cidadelas “santas”, o que acabava por fanatizá-los. Dali para ações e investidas terroristas na região foi um pulo, elevando o patamar da tragédia a níveis nunca vistos no campo brasileiro.

1 Sylvio Back, cineasta, poeta, roteirista e escritor, autor de 38 filmes (12 longas-metragens) e de 21 livros (roteiros, poesia e ensaios). Em lançamento nacional, *O Contestado – Restos Mortais*; em finalização, o documentário de longa metragem *O Universo Graciliano*; em preparo, a ficção *A Angústia*, baseada no romance de Graciliano Ramos.

2 Filme exibido no I Simpósio sobre o Centenário do Contestado, seguido de debates com o autor.



Cena do filme A Guerra de Pelados

Quem planta e trabalha a gleba (“A terra é como a mãe, depois que se perde, o valor aparece”), dela é simbolicamente seu titular. Mote atraente para quem era expulso de seu chão à força com a chegada de empresas estrangeiras e a implantação do capitalismo na região. A sabedoria bebida junto aos índios, que sempre vivenciaram o que é ter seu horizonte surrupiado e o azimute de seus mortos espalhado aos sete ventos, tinha seu custo.

Mesmo para quem jamais tenha lido *Geração do deserto*, de Guido Wilmar Sassi, livro que inspirou o roteiro do filme, ao incorporar o visual e o testemunho da região contestada sessenta anos depois, *A Guerra dos Pelados* acabou extrapolando a ficção e “inventou” uma nova “guerra camponesa”. Começando por adiantar uns e atrasar outros acontecimentos, situa a ação em 1913/14 no “reduto” de Taquaruçu.

Sem nenhuma coincidência, a produção do filme localizou-se em alguns dos sítios históricos do Contestado nos municípios de Caçador, Calmon e Matos Costa, em pleno planalto catarinense. Portanto, em cima de antigos e reformados latifúndios e espaços de grilagem, herdeiros de um passado então crepitante.

Procurando passar ao largo de situações cronológicas ditadas pela obra de Sassi e atendo-se mais ao “clima” e ao “memorial resistente”, o filme sublinhava a força motriz subterrânea do movimento insurrecional, a da luta pelo

direito à terra. Era o que os “pelados” propunham, ora de forma política clara e inelutável, ora ficava subentendido no próprio misticismo que escorava a reação de quatro anos enfrentando canhões *Krupp* com espadas de madeira.

Houve uma guerra encenada à frente das câmaras, e uma guerra à vera atrás das câmaras. Antes e durante as filmagens de dois meses, em pleno inverno de 1970, vingou tamanha bateria de incidentes que a meio caminho do fim eu estava decidido a parar e desembarcar de um sonho de muitos anos. Nem sei mais como resisti, contornei ou enfrentei a tudo e a todos, dentro e fora do filme.

Ainda na fase de pré-produção, isto é, enquanto se armavam a infraestrutura e as condições materiais que iriam sustentar a visibilidade/oralidade das cenas e dos diálogos imaginados e escritos, fui intempestivamente intimado a submeter o roteiro à censura da 5ª Região Militar, sediada em Curitiba. Depois de dias de espera, o Exército exarou um estranho *nihil obstat* “verbal” endereçado não a mim ou à produção do filme, mas à Polícia Federal, então dirigida por um oficial das Forças Armadas, cujo nome, felizmente, não me lembro mais...

A evidente manobra era então para eximir o Exército de um eventual vexame caso o constrangimento ilegal viesse a público (pela Constituição então vigente, um filme só era submetido à censura depois de pronto, mas ditadura é ditadura...). Tudo sem rastros. Na Polícia Federal, fui “mimoseado” com perguntas e insinuações as mais esdrúxulas. Havia até uma que, digamos, fazia certo sentido: a dois meses do AI-5 (1968) – beneficiado por um *habeas corpus* –, eu fora excluído de um Inquérito Policial Militar que apurava “delito de opinião” entre uma trintena de jornalistas paranaenses dedurados por seus colegas de redação. O coronel censor insistia que eu dissesse que inconfessáveis motivos me haviam levado a “mexer neste vespeiro, que é o Contestado, logo agora” (*sic*).

Era esse o pedágio que eu estava pagando pelo auxílio logístico (imprescindível), que só existia numa guarnição militar, então solicitado às Forças Armadas. Só era factível encenar o que previa o roteiro tendo à disposição munição de festim, armamento (fuzis e canhões da época ainda funcionando) e cobertura profissional de sargentos-armeiros para prover a manutenção e a guarda de todo um razoável arsenal de campanha. A princípio, houve sinal verde (sem trocadilho...), o que me soou como uma régia retribuição por ter-me “curvado” ante a estúpida censura prévia. Ela, na verdade e na prática, não produziu sequelas alguma – porque o coronel censor candidamente admitiu sua incapacidade para “ler” o roteiro, deixando-o tal e qual.

Quando já me encontrava com uma equipe paulista e um elenco nacional em Caçador, no vale do rio do Peixe, a mais de 300 quilômetros da Capital paranaense (700km de São Paulo), pronto para o primeiro *tour de manivelle*, veio uma comunicação seca e peremptória de que tudo o que fora apalavrado era letra morta. Não demorou, atitude idêntica tomou a Polícia Militar de Santa Catarina, que iria colocar à nossa disposição parte de contingente local como extras fazendo o “papel” das tropas do Governo.

Ainda, numa caravana suicida, dirigimo-nos todos, atores e técnicos, para Curitiba, na doce ilusão de conseguir demover o general-comandante de sua inesperada decisão, ele que, pessoalmente, autorizara a cessão do equipamento bélico solicitado. Nem fomos recebidos, que dirá alvo de justificativas ou explicações.

Mas logo soubemos que a negativa albergava duas vertentes plausíveis que acabaram confluindo: 1) o Exército temia pelos rumos que o roteiro, apesar de “censurado” (teoricamente), poderia tomar quando as cenas fossem materializadas em celuloide; e 2) o País entrara em estado de prontidão porque as Forças Armadas haviam detectado a guerrilha do capitão Lamarca na região de Registro, à beira da rodovia BR-116 (que liga São Paulo a Curitiba e ao Sul).

E nós que queríamos apenas fazer um filme... Um filme com tiros e morteiros que de uma hora para outra ficara “belicamente” inerte. Não tínhamos uma arma sequer, muito menos canhões (tão somente uma metralhadora de museu, autêntica de 1910, “inadvertidamente” emprestada pela PM do Paraná, muito cinematográfica, por sinal...).

Foi uma operação inacreditável, essa de tocar o projeto a qualquer custo e sacrifício, o mesmo entusiasmo que congregara a todos no projeto de filmar um inaudito levante popular em plena castração ditatorial. Tema-tabu, seu mito estava acima de nós.

Aos poucos e com paciência, porém, um civil aqui e outro acolá emprestando *Winchesters* e revólveres, a caboclada espontaneamente desovando dezenas de enrustidas carabinas e espingardas, armas brancas e munição, a produção de *A Guerra dos Pelados* pôde organizar seu “exército” regular. Felizmente, já havíamos alugado as fardas do exército da época que o roteiro exigia, trazidas de São Paulo – espólio autêntico pertencente a um colecionador.

Quanto à indumentária dos pelados, foi bem mais fácil: como os próprios sertanejos interpretavam a si mesmos, a roupa rota do presente acabava se confun-

dindo à roupa rota dos seus antepassados. Não poucas vezes ouvi da caboclada me confessando que se sentia na pele de algum avô ou parente morto nos entrelagos com “a força” (genérico para Polícia Militar e Exército). Um inescapável atavismo que as circunstâncias trouxeram à tona e puderam revelar à câmara rostos antológicos e atuações memoráveis. Portanto, nem tudo estava perdido.

Ponto de honra: faltavam apenas os canhões. Carpinteiros contratados, em uma semana, fabricaram quatro exemplares de madeira (com rodado de carroça) – cópias fiéis de congêneres utilizados em combate conforme iconografia de 1914 à mão. Para fazê-los “funcionar”, atulhava-se sua boca de bosta de gado ou cavalo, adicionava-se talco industrial e pólvora, e, através da faísca de uma espoleta, provocava-se formidável explosão que lançava excremento (e seu respectivo “perfume”...) e imitação de fumaça pelos ares. Na fase de sonorização do filme, acoplamos o som de canhões da Guerra da Secessão norte-americana, e os nossos soavam melhor (...) do que se os canhões fossem os próprios, originais do Contestado. Os fotogramas do filme são indesmentíveis.

Para os alvos acertados, mais de cem quilos de dinamite substituíram os efeitos da detonação das balas que só existiam na trilha sonora. Um oportuno lance da imaginação para um filme que parece uma superprodução e que em 1970 custou apenas 450 mil cruzeiros (orçamento médio para filme brasileiro de então; hoje não seria factível por menos de US\$ 3 milhões).

Quando pensamos que, “exibindo” defronte às câmaras o nosso “Exército Brancaleone catarina”, as agruras diminuiriam – o clima das filmagens era gravado quase diariamente por denúncias de militares à paisana infiltrados entre as centenas de anônimos figurantes, à procura de informações. A delegacia de polícia de Caçador ameaçava fichar todos os extras, atores e nossa equipe como “comunista”, logo após um jornal local, em tom de “falsa” brincadeira (na verdade, fora uma alcaguetagem cifrada), ter anunciado em manchete (reproduzida pela rádio da cidade) que produtores de cinema, sob o pretexto de estarem filmando, acobertavam treino de guerra de guerrilha. Dentre as dezenas de explosões imitando queda de balas de canhão, uma – ocorrida na travessia de um riacho –, ferindo dois atores, alimentou as suspeitas.

No mesmo diapasão de baixo-astral, e pela total ausência de militares especialistas, a improvisação de emboscadas, escaramuças e as lutas corpo a corpo, características de uma guerra de guerrilhas como foi o Contestado, sempre deixava enorme rescaldo de involuntários feridos e ofendidos. E todos acabavam baixando no hospital de emergência para as dores do nosso infortúnio...

A “guerra” fora do alcance da objetiva não raro competiu com a de “mentirinha” à frente das câmaras. Mas, uma vez findas as filmagens, todos festejamos a “vitória”, pois o filme estava na lata! – como se diz no jargão do cinema, o que significa que os maiores riscos ficaram para trás. Assim transcorreram aqueles terríveis, porém inesquecíveis, cem dias entre preparação e rodagem propriamente dita de *A Guerra dos Pelados*. E sua travessia só foi possível graças à obsessão e ao destemor que mobilizaram desde o anônimo figurante à enorme equipe técnica e às dezenas de atores. Nos momentos de maior cerco institucional, cujos reflexos eram imediatamente sentidos na hora de dar visibilidade ao imaginado, todos os meus colaboradores, próximos ou distantes, entenderam que, ao resgatar um episódio maldito da história do Brasil, o preço seria alto. Ninguém desertou...

E não foi por acaso que a censura da ditadura Médici soube com argúcia acertar exatamente os diálogos com a cena em que aparece a palavra-chave “terra”, como sinônimo, para os rebeldes, de propriedade, liberdade e poder. Por causa disso, em 1971, às vésperas de sua estreia nacional, o filme pernoitou em Brasília por mais de seis meses: os censores se dividiam entre proibi-lo pura e simplesmente ou liberá-lo com cortes. Esses argumentavam que, afinal, “uma andorinha (leia-se, o filme) não faz verão” (leia-se, algum tipo de surdo agito). Que o longa-metragem apenas sofresse cortes lapidares. E pronto!

Impotentes, ficamos em São Paulo – os coprodutores, Antonio Polo Galante e Alfredo Palácios, e eu, que também produzia o filme através de financiamento bancário – com nostalgia de quando a censura era exercida pela polícia e alguns “bons” cruzeiros resolviam impasses de ordem política e moral... Agora todo cuidado era pouco.

A partir da década de 1970, a censura passou (como, aliás, continuou até o final da ditadura, inclusive fortalecida, basta ver os atentados contra o filme *Je Vous Salue, Marie*, de Jean-Luc Godard, e a música “Merda”, de Caetano Veloso) às mãos de “gente letrada”. Eram intelectuais ou que tais, militares, leigos e religiosos, supostos especialistas em Marx, Lênin, Mao, Fidel, “Teologia da Libertação”, *mass media*, isto é, em teorias, modelos e técnicas de “evangelização” das chamadas “ditaduras de esquerda”. O ideário fascista do almirante Penna Boto e do papa Pio XII ainda nem havia desencarnado e já mudara de lado...

Depois de um silêncio atroz, só quebrado por notícias oficiosas, aliás, as mais lúgubres, fomos, ansiosos, ler o verso do certificado de censura. Eram três cortes cirúrgicos na imagem e no som: o primeiro mandando extirpar

cena em que um “coronel” surra na bunda desnuda dois “pelados” com vara de marmelo (enquadração que, por sua aura esteticamente simbólica, acabou impondo o mote visual do cartaz do filme, de autoria do premiado arquiteto e *designer* catarinense Manoel Coelho).

No segundo e no terceiro cortes, ali, sim, flagra-se uma leitura político-ideológica direta na jugular das intenções, atenções e pretensões de *A Guerra dos Pelados*. Era imposta a ablação de cenas-chave em que os fanáticos, sob o comando do seu líder, Adeodato, invadem a serraria da Southern Lumber and Colonization Company: em meio à destruição do escritório, e enquanto os demais rebeldes destroem o local, Vitorino (Zózimo Bulbul) descobre documentos que podem ser títulos de propriedade ou contratos de compra e venda de madeira, e começa a gritar (rasgando-os um a um): “Chega de pobreza! Chega de pobreza! Fora co’s gringo! A terra é nossa! A terra é nossa! Vingança!”. Sem comentários.

O MEMORIAL DO CONTESTADO: MEMÓRIA E CIDADANIA NO IRANI

Vicente Telles¹

Ao receber o honroso convite do Dr. Gunter Axt, ponderei, fazendo-lhe ver minha condição de rábula da história. Tão dura, tão áspera, tão injuriosa palavra é um não, pensei. Antes de proferi-la, porém, Sua Excelência, dotado de uma demolidora diplomacia, persuadiu-me e aqui estou, ainda sem entender se por condescendência ou por equívoco, mormente diante das celebridades ilustradoras deste evento pátrio de tão nobre significado para Santa Catarina e para o Brasil.

Para expressar o meu sentimento, diante de tão alto significado, valho-me das palavras de Frédéric Chopin, autor da maior erudição sonora do romantismo universal, que assim nos adverte: “Não há cidadania sem memória e não há memória sem arte. A arte é o espelho da pátria. País que não preserva suas raízes culturais jamais verá a imagem da sua própria alma”.

Sob a sua batuta, Dr. Gunter, espero que nossos instrumentos musicais estejam afinados pelo mesmo diapasão para a execução da sinfonia histórica que nos traz a este patriótico seminário. Que a sonoridade emanada dessa sinfonia preserve em nossas almas as raízes culturais ocultas no âmago da história, requisito indispensável para que as gerações do futuro possam contemplar a imagem da sua própria alma, que tem o seu âmago numa guerra jamais sonhada e muito menos desejada pelos filhos nativos deste solo. Infelizmente,

1 Cancioneiro e folclorista. Fundador do Museu Histórico do Contestado, em Irani.

uma guerra entre irmãos, a maioria originários da mesma estratificação social. Guerra, senhores, que sacudiu o Oeste catarinense, exaurindo os cofres da República e as próprias Forças Armadas.

Neste palco, antecederam-me as figuras ilustres do meu querido Paraná: o Dr. Elisio Marques e o Coronel Janary Maranhão Bussmann, membros do Instituto Histórico e Geográfico e, respectivamente, juiz de direito e coronel da Reserva da Polícia paranaense. Tenho por ambos um sentimento de penhorada gratidão pela generosidade e fidalguia com que visitaram recentemente o Irani, cenário que serviu de palco para o primeiro espetáculo macabro do Contestado, visando saciar a sede de sangue da politicalha de então, de ambos os lados.

Além deles, também, deste palco, derramou luzes iluminadoras das cavernas, omitidas, do Contestado, esta glória da literatura catarinense, Paulo Ramos Derengoski. Não menos notável, a figura da investigação acadêmica, autor de relevantes obras, o Prof. Paulo Pinheiro Machado, o qual, apesar do nome, identifica-se com os oprimidos do Contestado... [risos]. Percebo na expressão da sua fisionomia lampejos de orgulho pátrio, talvez pelo reconhecimento que hoje temos de que seu tio, embora distante, não foi o carrasco que tanto se pintou na voz das oposições... [risos da plateia]

Permitam-me, senhores, na condição de rábula, expressar minha opinião cabocla, pois que sou, também, a voz do sangue. Meus senhores: todo o brilho emanado das erudições verbais que por aqui desfilaram trataram dos anéis. Aliás, a história só fala neles, em detrimento dos dedos.

O que faz a grandeza da pátria não é o numerário, nem a terra, mas o caráter, a cultura, o civismo e o amor que brotam do coração de cada um de seus filhos. Eu me pergunto: de que valem os anéis sem os dedos? Eis por que busco, como posso, com o que tenho e onde estou, o reconhecimento do sacrifício das multidões sem identidade, vivendo à margem da contabilidade oficial, multidões que, pela efetiva presença física no território, invocada que foi no questionamento da pendência internacional com a Argentina, teria sido fundamental para a vitória brasileira, glorificando, mais uma vez, o reverenciado Rio Branco, cuja pena fez mais pela ampliação territorial de nossa pátria que todos os canhões da Guerra do Paraguai.

No que concerne às minhas ações, por uma questão elementar de justiça e a bem da verdade, permitam-me expressar nesta ocasião o meu sentimento

de gratidão ao Governador Espiridião Amin, aqui presente, cujo entusiasmo pela causa, na condição de protagonista oficial, quando no governo do Estado, encampou a ideia viva da popularização do Contestado, antes limitado aos baús das elites. Foi sob seu comando que levamos mais de vinte quadros cênicos a céu aberto, em várias cidades, com desfiles em forma de aula viva para as comunidades incautas, cujo impacto, incluindo o folclore, repercutiu em nível estadual e até nacional. Daí a razão, talvez, por que estou aqui. As alternâncias governamentais geram indiferenças para alguns e descaso para outros. Mesmo assim, tal ausência de sensibilidade não impediu que muitas comunidades mantivessem o mesmo ardor, a mesma chama cívica catarinense despertada nas escolas, através de professores que desfraldam, com altivez, a bandeira símbolo sertanejo em prol de um sentimento identificador de nossa terra, a exemplo do gaúcho, com o 20 de Setembro. É gratificante constatar que o êxito cívico se revela com maior intensidade no jovem, no adolescente e na criança. O fluxo escolar, que recebo no espaço do Memorial do Contestado, em minha própria residência, no Sítio Histórico do Contestado, onde transmitimos o nutriente cívico extraído do ventre da história, a cada dia toma maior vulto. São professores de todos os níveis, movidos pelo sentimento pátrio, mais acentuadamente na alma feminina, que aplica em suas escolas a versão histórica que oferecemos por meio de conscientização, utilizando-nos das músicas históricas contidas em nosso CD acompanhado de um livreto. Antes, porém, demonstramos, ensaiamos e orientamos, repassando para as escolas essa bagagem. Modesta, é verdade, mas de eficácia comprovada, na medida em que se aplica. É por meio da interação através da música, da encenação, teatralizações, canto e coreografia, simulação de combate com facão de pau, de sorte a envolver toda a classe, que se opera a eficácia do “teatro sem cobertura, dramaturgia sem literatura e ator sem papel”. É assim, senhores, que enfatizamos aos mestres a importância dessa dinâmica em favor da juventude que amanhã estará em nosso lugar no comando dos destinos da pátria. Somente ela absorve com entusiasmo, pureza de coração e amor pátrio os exemplos de bravura, coragem, inventividade e pertinácia extraídas da história visando contribuir para enriquecer o caráter cívico, ético e moral, indispensáveis na formação e na coesão de um povo.

Já se disse que a ausência de indignação contra o mal é prenúncio de morte do cidadão. O estímulo à indignação contra o mal desperta a solidariedade ao bem. Esta, por sua vez, gera a fraternidade, sem a qual não há coesão. Sem coesão, diz Olavo Bilac, não há pátria.

Os exemplos geradores de indignação são citados mas não enfatizados nos livros. Um deles é o do exemplo heroico de Matos Costa, que, assumindo o comando de uma unidade militar em Timbozinho, buscou conhecer a realidade pelas quais os caboclos lutavam. Despiu-se da farda, raspou a cabeça, colocou chapéu com fita branca, veste cabocla e, acompanhado de alguns nativos amigos seus que o veneravam pelo seu modo afável no trato para com eles, percorreu vários redutos auscultando e sentindo a veracidade dos clamores, decorrentes das barbáries praticadas pelos “coronéis” de mato contra inocentes. Na sindicância que promoveu, dentre outras escabrosas aberrações, duas delas provocam indignação: a da venda de lotes de terras aos próprios posseiros, pagos com o suor vertido na colheita da erva-mate, cujo ritual consistia no desganche, sapeco, secagem, trituração e transporte do carijó ao local determinado, levados no próprio lombo. Na véspera de remir o pagamento dos lotes, os escravagistas chamavam o Exército para expulsar as vítimas da terra enganosamente vendida. A outra foi a derrama de dinheiro falso, o qual, quando rejeitado, era imposto o recebimento à mão armada pelos larápios. Buscando descobrir a origem do dinheiro, conseguiu por intermédio de Gabriel, irmão de Filinha, que era sobrinha e amante do “coronel de mato” Manoel Fabrício Vieira, com a qual fez “amizade” e através dela obteve a Nota Fiscal de compra da Máquina de Fabricar dinheiro, adquirida em São Paulo, por um tal de João Fagundes, em nome do “coronel”. A mesma foi anexada à sindicância e levada em mãos ao Ministro da Guerra, General Vespasiano de Albuquerque Guimarães. Fabrício Vieira, ex-lugar-tenente de Pinheiro Machado na Revolução Federalista de 93, no Rio Grande do Sul, era um estrategista. Aproveitando-se da ausência do capitão que fora ter com seu Ministro na capital da República, não hesitou em infiltrar capangas no sertão com a missão de insuflar os nativos para incendiar a madeireira norte-americana em Calmon. Destilara veneno também contra o capitão, objetivando tirar-lhe a vida. Chico Alonso e seu grupo desempenharam a missão duplamente criminoso. Em 5 de setembro, promoveram o incêndio. No dia seguinte, como era seu dever, Matos Costa dirigiu-se com 60 soldados, dos quais 42 desceram com ele do trem. Ao aproximarem-se da antiga Estação São João dos Pobres, hoje Matos Costa, confiando na amizade dos caboclos, descera, desarmado, no exato ponto em que estava armada a tocaia que o trucidou. O fato teve repercussão internacional e atingiu o objetivo do “coronel” Fabrício – abafar o escândalo contido no teor da sindicância, além de consumir, também, a vingança pessoal movido pelo ódio sanguinário que nutria ao capitão...

Ainda não gravada, acrescento, a seguir, um verso da música que compusemos em honra ao capitão Matos Costa:

“MATOS COSTA HERÓI SOLDADO / DENUNCIOU A CORRUPÇÃO / ERA ARQUIVO E FOI QUEIMADO / SEU MARTÍRIO POR AMOR HUMANITÁRIO / BEM MERECE UM SANTUÁRIO NO ALTAR DO CONTESTADO / MOCIDADE EXUBERANTE E VARONIL / SÓ O PERFIL DE MATOS COSTA PRA REDIMIR O BRASIL” ...

É este um dos cantos absorvidos com entusiasmo pelos professores e alunos que fluem ao nosso encontro.

Cumpre salientar outro exemplo que nos indigna: é sabido que o General Setembrino de Carvalho, o Napoleão da Guerra do Contestado, antes de ser nomeado para esta missão, fora interventor, com muito brilho, no Estado do Ceará. Havia, por conseguinte, medo nas cúpulas políticas de Santa Catarina e do Paraná de que a sua presença no comando das forças oficiais, num segundo momento, seria de que ele viesse a ser interventor federal no Contestado. Tal prevenção fica evidenciada no seguinte diálogo: Setembrino, antes do ataque final ao vale de Santa Maria, tentando evitar o genocídio, buscou apoio do governador Filipe Schmidt para dialogar pessoalmente com os líderes revoltosos. Do encontro, ouviu esta resposta: “...não vejo num homem armado condições éticas e diplomáticas para tratar de um assunto que é da exclusividade política”. O general despedira-se com estas palavras: “Também não vejo por que um medíocre general, de um medíocre exército, não pode se ocupar de um medíocre problema para o qual basta um pouco de boa vontade e uma pequena dose de patriotismo”. Daí nasceu o massacre. Tal menção figura na página 140 do livro do nosso ínclito General Aureliano Pinto Moura, o mesmo que ontem à noite transformou este auditório num campo de batalha verbal com o jornalista e documentarista carinhosamente chamado de Canga (risos da plateia). Posteriormente, conversando com o General, no hotel, Sua Excelência lembrou que este fato é mencionado em sua obra. Outro militar, o Coronel da Aeronáutica Átila José Borges, radicado em Curitiba, no livro *Pelados X Peludos*, afirma haver constatado que na reunião promovida por Percival Farquhar com seu *staff*, no Rio de Janeiro, para dar ciência do convênio que fizera com o governo brasileiro para realizar a construção da estrada de ferro que corta a região do Contestado, ocorreu uma estranha resposta à pergunta que lhe formularam no momento em que enfatizava a exuberância econômica em favor da sua empresa. Mencionou, como moeda de pagamento, o volume de madeiras nobres, prontas para o

abate e exportação para EUA e Europa, além das terras a serem loteadas e vendidas exclusivamente para europeus. Alguém levantou a mão e disse: “Parece-me que esse patrimônio veio todo de graça!!!”. Ao que respondeu Percival: “Não, não, não veio de graça. Ao contrário, tive grandes dispêndios com parte dos deputados para aprovar o projeto”. Por tudo isso, Dr. Gunter, deixo meu apelo para que, se este evento não servir para acender a chama que deve aquecer a alma da nossa juventude, que possa produzir, pelo menos, uma faísca. É de uma faísca que nasce um incêndio!

A nossa indignação é alimentada, também, pela chacina do Iguaçu, onde 40 vaqueanos do “coronel” Vieira Fabrício foram designados por Setembrino para impedir transporte fluvial suspeito de conter armas, munição e gente inimiga em ponto estratégico do rio Iguaçu. Para vigiar os vaqueanos, foram designados dois sargentos. Os vaqueanos, ao identificarem um grupo rival deles próprios, que passavam numa barca indo para o trabalho, valendo-se da missão armada que ostentavam no momento, colocaram em fila e promoveram a degola de 17 inocentes. Um sargento, cobrindo o rosto com a gola do capote, teria pronunciado: “Isso é uma vergonha” – nada fazendo além disso!!! O escândalo e a indignação, inclusive no General Setembrino, repercutiram na imprensa de Curitiba. A sindicância, como sempre, amenizou a barbárie, sob pretexto de resistência à prisão. Na palestra que fiz na UnC de Canoinhas, recentemente, ao cantar um hino alusivo ao centenário onde diz “O CENTENÁRIO TRAZ À LUZ – IRANI, TAQUARUÇU, SANTA MARIA E A CHACINA DO IGUAÇU”, fiquei pasmo ante a ignorância dos acadêmicos. Ninguém sabia o significado, até que alguém residente na localidade chamada 17 questionou...

Quando se conta isso [voz embargada], percebo que as pessoas ficam revoltadas. Vejo que a literatura histórica não dá ênfase a essas atrocidades. Enfatiza os anéis, em detrimento dos dedos. Ora, a exemplo do gaúcho que nutre a chama farrapa inspirado nos exemplos de bravura, lágrima e sangue de seus verdadeiros heróis, precisamos, igualmente, criar um sentimento, primeiramente de indignação contra o mal, para que este promova a solidariedade, da qual emana a fraternidade, e esta à coesão. Repetimos: sem coesão não há pátria.

Alguém já ouviu falar sobre a operação limpeza? As parcas alusões são acariciadas com palavras suaves e fugazes. Quando as Forças Federais saíram da região, de volta para os quartéis, teve início a mais nefasta de todas as barbáries humanas que ensanguentaram o solo do Contestado: a eliminação dos “bandidos”!!! O extermínio dos remanescentes ficou a cargo dos governos

estaduais. Daí surgiu a chamada “operação limpeza”, que consistia na caça dos remanescentes caboclos e execução sumária. Para o macabro ritual da execução reuniam os membros da família. Com o dedo em riste em uma das mãos e a faca afiada na outra, colocados os membros da família um ao lado do outro, iam alertando: “Quem abrir a boca sobre o que vocês vão ver, vai passar pela mesma degola”. Ali mesmo em Canoinhas, coberto hoje pelas edificações de alvenaria, um monstro chamado Pedro Ruivo era incumbido da eliminação dos que se entregavam às Forças Armadas. Dentre as cenas de barbárie, a dos 81, que, colocados em fila à sombra de uma imbuia, com a maior naturalidade dava início ao horror sanguinário. Antecipo-me na resposta da pergunta que muitos já me fizeram e ainda baila na cabeça de alguém: de onde se originou esta informação? Ora, senhores, foi na década de 80, impulsionado pelo apoio do Governador Amin, que percorri antigos redutos buscando contatar remanescentes idosos, principalmente no de Taquaruçu, facho que ateou fogo na guerra. Ali acampeei. Constatei que o trauma decorrente da “operação limpeza” ainda queimava suas lembranças como ferro quente na pele. Quando tocava no assunto, as fisionomias mudavam de cor, trocando o brilho já opaco dos olhos e do rosto por uma expressão cadavérica, parecendo defuntos vivos reencarnados pela dor. A todas as perguntas a resposta era uma só: “Não sei”. Muitos não falavam, apenas sacudiam a cabeça negativamente. Havia ali um boteco no qual muitos se reuniam para tomar cachaça. A ele incorporei-me. Além de tomar cachaça com eles, tocava sanfona, executando músicas da história. Após projetar *slides* dos eventos realizados no Irani com desfiles cênicos e alegorias caboclas formados por Quadros Cênicos: – os 3 Monges – o quadro das Virgens – dos 12 Pares de França – do Frei Rogério – da Confraria do Menino Deus – Maria Rosa e Chica Pelega (estas ainda vivas em suas memórias) – e outros, pois eram mais de 20 quadros, partiu deles o empenho em favor de uma promoção igual no exato local e dia do massacre, 8 de fevereiro. Com anuência e aplauso do Governador Amin, a iniciativa, repetida por três anos consecutivos, atraiu gente de toda a região, a última em conjunto com a Pastoral da Terra, com participação de 18 líderes, inclusive padres, que avaliaram a presença de 20 mil pessoas. Havia curiosidade popular, visto tratar-se de um desfile inédito, narrado por alto-falante, em forma de aula, a céu aberto, no exato local do massacre, utilizando-nos das músicas históricas que compusemos, exaltando os feitos heroicos dos que não tiveram vez e nem voz na história. É fácil agora compreender como obtive as informações pretendidas, bem como a história chegou ao povo.

Ainda na década de 30, meu avô paterno abrigava em sua fazenda, interior do Irani, as escoltas, nome que se dava ao grupo policial deslocado para execução da “operação limpeza”. Naquela região, a polícia era recebida com todas as honras e tratada com os requintes da burguesia campeira, uma vez que ali estava para prender remanescentes que incomodavam e ameaçavam a paz “coronelística”. Lembro que aquelas terras foram doadas ao meu avô, que as requereu, pessoalmente, vindo em lombo de cavalo de Irani a Florianópolis, para legalizá-las, assim me contaram. Ele, na época, apesar de analfabeto, era intendente, daí as facilidades. Eis, portanto, uma prova das terras em favor dos amigos dos governos em detrimento das massas escorraçadas. Meu avô, que fora contemplado pelas benesses dos homens do poder, na terra, não teve a mesma sorte com os do céu. Ao designar peões para conduzir os policiais ao esconderijo caboclo, do qual fazia parte meu avô materno, não se dava conta de que eles (peões e procurados) eram todos farinha do mesmo saco. Isto é, da mesma estratificação social. A fidelidade deles era mais forte aos seus irmãos de origem do que ao patrão. Dessa forma, orientavam os sertanejos para tomarem rumos contrários aos indicados para a polícia. Quando esta ia embora, sem sucesso, os caboclos efetuavam ataques à fazenda. O alvo era meu avô, que, para salvar a pele, teve que fugir para Palmas, no Paraná, onde mais tarde veio a falecer, pobre por dentro e por fora. Dele restou o Sítio Histórico onde resido, terra árida que ninguém quis, senão meu pai. Daí, talvez, a inexplicável providência em favor da tarefa que desenvolvo, convicta e febrilmente. Na antiga fazenda conheci, ao vivo, dois marcos e marcas dos meus ancestrais. Um deles, a chamada Lagoa da Mula Morta, local em que meu pai e mais três irmãos foram vítimas de uma tocaia. Com exceção da mula, ninguém morreu. Apenas tio Gerônimo, o mais velho dos irmãos, teve uma orelha furada por bala e abrigou até a morte um estanho na coxa.

O segundo foi o de uma tia de minha mãe, Ana Cordeiro, a qual do alto dos seus 104 anos de idade, ali residente, isto é, próximo à Lagoa, nos momentos de lucidez, falando de si para si mesmo, assustava quem a ouvia: ...“a gente não podia comer carne de porco porque eles só comiam defunto” ... “todo dia aparecia dentro de casa um cachorro com uma cabeça de gente na boca, uma mão, um pedaço de perna” ... “da sanga não dava pra beber água”...

Quem já ouviu falar dos nordestinos aliciados e convidados para trabalhar na estrada de ferro sob promessas mirabolantes de enriquecimento, inclusive detentos, a quem prometiam o regresso para suas terras de origem, livres das penas e ricos? Além de malnutridos, mal-instalados, mal-vestidos e

sob os rigores inverniais do sul, foram submetidos ao regime escravocrata. Os que se rebelavam eram degolados e jogados no rio do Peixe. Eu me questiono: a exemplo de hoje, em que vemos incautos agricultores jovens saírem de suas lavouras buscando a cidade? Na época não teria acontecido o mesmo? E como limpar a cidade da inconveniência de pessoas desqualificadas para o trabalho na metrópole, dormindo nas calçadas, sujando o paraíso das elites?

Um engenheiro da época chegou a afirmar, em um livro, livro este que desapareceu, que, “se pudesse juntar o sangue dos cadáveres que ele viu boiando nas águas do rio do Peixe, as mesmas correriam rubras por semanas consecutivas”. Vejam que ele falou semanas e não dias. O livro de Osvaldo Cabral registra tal afirmação em letras minúsculas no final de uma página, assim me disseram, embora eu tenha lido, há muito tempo, no livro acima mencionado, já consumido. Recentemente, estive em minha casa um jornalista oriundo do Rio Grande do Norte, hoje radicado em Lages, questionando o assunto. Afirmou não ter encontrado vestígios que habitualmente os nortezinhos deixam por onde passam, a não ser uma rede encontrada em uma das casas da região, ao que respondi: “Mais uma prova de que mataram todos!!!”.

Persegue-me um insistente questionamento sobre estes cem anos de silêncio, de descaso, de ausência de atitude a exemplo da chamada “COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE”, que investiga e busca dar uma resposta às famílias dos desaparecidos. Será que o pudor cívico catarinense não se sente também nesta obrigação com relação à viabilidade de um estudo focado no perfil dos seus verdadeiros heróis? Onde está o respeito, o sentimento de gratidão por aqueles que nos legaram esta terra pela efetiva presença física no território e receberam como recompensa o genocídio? Ora, senhores, se o exemplo do sangue derramado numa guerra fratricida, vertido da fibra dos mártires deste solo, não entra na formação cívica, ética e moral das gerações, que sentido tem o aprendizado limitado à fria informação, na maioria focada nas ações das forças oficiais? O ensino, nas escolas, é extraído dos livros, e há mais livro de livro do que da história. Muitos deles se contradizem. É o que ouço da maioria dos professores de história, a favor do despertar cívico por meio da reflexão focada no sangue dos mártires do Contestado. Trabalho, por exemplo, com os antecedentes do Contestado, as causas determinantes da guerra, suas dimensões, seus efeitos sinistros e felizes, e como esta cultura poderá contribuir para com o turismo sustentável. Segundo afirma uma pesquisa mencionada pelo juiz aposentado Dr. Aulo Sanford de Vasconcellos, quando da elaboração do seu maravilhoso romance sobre Chica Pelega, “com um terço

dos dispêndios absorvido pela guerra, daria para implantar educação e justiça social na área conflagrada; daria para comprar metade da Ilha de Florianópolis e, ainda, alavancar, já no início do século, o progresso da incipiente República na região”. Dentre os questionamentos, invocamos a pendência internacional com a Argentina, que, vencida, ficou em paz. O Brasil, vitorioso, ganhou a questão e fez uma guerra? Como justificar que, diante de tanta terra devoluta e pouco povoada, não reassentaram os posseiros? Hoje, a situação é inversa e o que se faz? Como se justifica haver gasto fortunas para matar quem não devia e esvaziar o que precisava ser preenchido? Eu ainda me questiono: a terra cobiçada pelos nossos dois estados não pertencia ao Brasil? Como se justifica o não cumprimento das três sentenças emitidas pela Suprema Corte, em favor de Santa Catarina, colocando em risco vidas humanas que foram descartadas como dedos arrancados em favor dos anéis? Em favor das vidas humanas, nenhum dos dois estados foi capaz de renunciar a sua cobiça ou dividi-la sem guerra? Eis, senhores, o que atrai alunos e professores no sentido de buscar uma contribuição histórica e eficaz na formação das gerações despidas de orgulho nutrido pela sua aldeia. Dentre outros, são estes exemplos insuspeitos que utilizo com o propósito de despertar a indignação contra o mal e promover a solidariedade ao bem, enfatizando que uma guerra não pode germinar numa consciência bem formada, e uma saga só pode ser vitoriosa quando o lado vencido puder contar, também, o seu lado.

Projetarei algumas fotos exemplificando e comprovando nossas ações junto à comunidade e fora dela, mobilizando jovens, adultos e crianças visando conscientizá-los com os meios imateriais e materiais de que dispomos.



Sala de palestras no Memorial do Contestado.

Aí está a sala de alvenaria, revestida de bambu, abrigando símbolos identificadores da história: nó de pinho, em cuja resistência não penetram nem balas, significa a resistência cabocla contra a belicosa opressão.



Símbolos do Contestado.

O chapéu de couro do cangaço, os nordestinos já mencionados nesta exposição oral; a bandeira branca provida de uma cruz verde era a real bandeira oficial sertaneja que desfralda seu anseio de paz e o verde da esperança, acoplado, naturalmente, à indignação contra a devassa do seu *habitat*; o gorro de Jaguatirica, que aqui exibo, identifica os Monges, e sem dúvida é o primeiro símbolo original identificador de Santa Catarina; o facão de guamirim, obra artesanal cabocla que surgia na falta do facão de ferro paraguaio, fabricado em Blumenau. Enfim, devo dizer que nos utilizamos dos símbolos para ilustrar a oralidade e amparados na afirmação do Padre Antônio Vieira: “As palavras entram pelos ouvidos e as obras pelos olhos. Nossa alma se rende muito mais pelo que vê do que pelo que ouve”. Queiram conferir no telão as fotos que mostram o espaço no qual recebemos as caravanas estudantis. Aqui a camisa chinesa ornada com as cores de Santa Catarina, universalizando a história do Contestado e estabelecendo um paralelo entre Mao Tsé-Tung, que resgatou a cultura chinesa, com Zé Maria – que tinha o mesmo propósito – “QUEM TEM MÓI, QUEM NÃO TEM MÓI TAMBÉM, E NO FIM TODOS FICARÃO IGUAIS”, cada um no seu tempo e no seu universo. O primeiro teve o mesmo

impulso cívico e humanitário do Monge Zé Maria. Resgatou a cultura milenar chinesa, base da transformação na potência hoje conhecida. O segundo, movido pelo mesmo espírito de justiça, mataram.....



Reconstituição no exato local do combate do irani com alunos.

Nesta foto, exemplificamos a reconstituição do combate do Irani, encenado em sala, bem assim a encenação do desespero das famílias ao identificarem seus entes amados mortos. Todos saem de lá chorando. É para isso mesmo, para que flua o sentimento de solidariedade e desperte a convicção de que a guerra não pode germinar numa consciência bem formada. Palavras, apenas, não são metais que se fundem. Sentimentos, sim. O Contestado, por ter sido uma história omitida e os heróis anônimos, por muitos tratados como bandidos, sufocando o sentimento de cunho humanitário e patriótico, haja vista o exemplo da “operação limpeza”, não vemos outra forma de contribuir com a formação que preconizamos. A razão não deve excluir o sentimento. Sem ele perderemos a nossa condição de seres humanos. Os símbolos, a história real das vítimas, a conscientização de que aqueles que foram enterrados como bandidos ressuscitam como heróis, formam hoje um respeitável contingente de jovens em nossa região, movidos civicamente pelo pulsar, não do sangue que corre humanamente nas veias, mas pelo que palpita divinamente no coração, solidário ao sacrifício do injustiçado.



Monumento reverenciado pela romaria da terra e da água - setembro de 2011.

Aí uma imagem da romaria da terra, realizada em setembro do ano passado, por ocasião do aniversário do município do Irani, no Sítio Histórico, onde resido. Nesse local, na década de 80, embalado pela dinâmica presença do Governador Esperidião Amin, levantamos o povo do Contestado, dando início à popularização desta versão e arrancando do anonimato a epopeia. Ora, quem faz a história é o povo. Onde não há povo, não há força. Sem ele também não há resgate. Movido pela lembrança da mobilização do Contestado de então, a pastoral da terra realizou ali o seu evento de 2011. Na oportunidade, invocando a realidade histórica, alertamos o nobre povo presente sobre a indispensável necessidade de mantermos a vibração cívica, para que naquele local a chama não morra, nem o fogo se apague...

Este é o símbolo que representa mãos emergindo da terra, segurando a cruz de Cristo e recebendo balas. Este, hoje conhecido em todo o Brasil, deveria ser o verdadeiro símbolo oficial adotado por Santa Catarina, caso não sejam mais sugestivos o gorro de Jaguatirica, o chapéu de fita branca ou o facão de pau. Este glorioso monumento, fruto da persistência do Governador Amin, nasceu de acalorados debates entre historiadores, artistas plásticos, folcloristas, críticos de arte e o próprio Governador, todos movidos pelo desejo de enaltecer nossa história e pela imperiosa necessidade de promover a identidade do Contestado, quiçá, catarinense.

Esse marco, com dizeres da lavra do próprio Governador Amin, semeado que foi em mais de vinte redutos exaltando a bravura nativa, a bravura do sertanejo que lutou por um ideal de justiça, enquanto que os soldados obedeciam

a ordens. No Irani, ela é preservada e reverenciada com sentimento pátrio. Já em outros locais históricos de maior relevância, alguns foram vandalizados, como é o caso de Curitiba e de Lebon Régis. Este município, como bem enfatizou o Prof. Paulo Pinheiro Machado, deveria ostentar o nome de Maria Rosa, a líder guerreira – messiânica e comandante de Caraguatá, em lugar do nome do Secretário de Segurança da época.



Anfiteatro obras interrompidas e vítimas de vandalismo, gestão da municipalidade

Eis o anfiteatro, segundo a maquete. Uma ilha artificial cujas águas representam o cerco de Santa Maria pelos quatro pontos cardeais, dentro de um antigo banhado, esgotado para formar um lago. Vejam a depredação a que este local está submetido. Os governos foram se sucedendo, alternando-se, e esse belo projeto acabou abandonado, como sói acontecer no Brasil: o que um semeia, o outro joga sal para nada mais nascer, prova esta de uma das três pragas que infelicizam nossa pátria: mentira, corrupção e desperdício.



Anfiteatro obras interrompidas e vítimas de vandalismo, gestão da municipalidade

Vejam, senhores, essa inscrição: “Hipócritas! Filhos do sistema!”. São manifestações de jovens alunos e professores que nos visitam e deixam, felizmente deixam, algo materializado expressando sua indignação.

A sepultura do monge... Nesta outra imagem, crianças reconstituindo o combate do Irani... vivenciando a tragédia.



Vicente Telles em frente ao túmulo do monge José Maria de Castro Agostinho, em Irani - SC". Fonte: "Blog Fragmentos do Tempo

E, para finalizar, quero contar que, antes do combate, o monge, coagido, não tinha outra opção a não ser resistir. Ele falou para seus seguidores: “Vocês querem entregar-se, fugir ou resistir?”. O clamor foi unânime: “RESISTIR!”. Em seguida, disse: “Irei na frente, morrerei no primeiro combate, levarei comigo meu inimigo e daqui a um ano ressuscito”. Todas as profecias se cumpriram. “Só morrem as causas pelas quais ninguém morre.” Por isso estamos aqui. Diz Rui Barbosa que a coragem de matar é do bandido, é do assassino, do facínora, do tirano. Já a coragem de morrer é do soldado, do missionário, do juiz, do advogado, do promotor. Nisso está subentendido que esta coragem é também do homem humilde, simples e rude, quando agredido na sua honra e na dignidade da sua família. Terminado o alarido da batalha e os estampidos das garruchas, as mulheres que estavam confinadas nos seus ranchos saíram na direção do fatídico local... “Mulheres, vocês agora são atrizes do teatro sem cobertura, da dramaturgia sem literatura e do ator sem papel. Vocês agora são atrizes! Tomem as dores daquelas esposas e mães”. Antes de adentrarem o trágico cenário, ajoelharam-se. Fortes na fé, clamaram aos céus. Receberam como resposta o cheiro da pólvora queimada saída da boca das garruchas,

misturada com o cheiro do sangue quente que vertia, do peito de seus entes amados. O cenário deixado pela fúria dos contentores era traumático. Junto à metralhadora, o corpo esfaqueado do bravo coronel. Não distante, o corpo do monge furado a balas. Perto dele, um soldado, sem pernas, estrebuchava; um outro com o ventre aberto a facão, e acolá um infeliz jazia sem cabeça e parte do ombro. Pela relva se espalhavam os corpos dos soldados e dos caboclos; o sangue encharcava moribundos em seus últimos espasmos. Foi nesse cenário que as mulheres, perambulando entre cadáveres, eram arrebatadas pelo impacto da identificação dos corpos de seus entes queridos e emitiam um grito, um ganido, um agudo clamor aos céus, que se fazia ouvir acima do coarçar dos sapos do banhado grande do Irani. Acima dos gritos dos órfãos, que naquele momento corriam em desespero entre corpos, em busca de abrigo nos braços de suas mães. Sei que extrapolei o tempo, movido pela emoção deste momento. Agradeço ao Dr. Axt pela condescendência. Por fim, peço licença para, rapidamente, expressar a dor de viúvas e órfãos ao som desta gaitinha de botão...

(Tocando gaita)

No primeiro fragmento sonoro, o grito de dor, desespero, inconformidade, revolta.

Este segundo fragmento expressa a vingança, o sentimento de incontida revolta contra a injustiça praticada.

Na sequência, elas, impotentes para vingar, choravam.

Agora, exauridas pelo choro, ressecadas pelas lágrimas, elas soluçavam.

Finalmente – Do soluço, o silêncio, e do silêncio a busca de consolação em Deus, abrigo de todas as dores: A ORAÇÃO!

Eram rezas entrecortadas por soluços, que expulsavam de suas entranhas a sombra da morte e faziam renascer no solo vermelho pelo sangue de seus homens.

Um pequeno foco de luz, a luz que representa um dia que ainda não clareou.

A luz de uma vitória que ainda não veio.

CONTESTADO, MEMÓRIA E IDENTIDADE REGIONAL

Esperidião Amin Helou Filho¹

Boa noite a todos. Quero, em primeiro lugar, agradecer a honra de poder participar de um evento tão importante e tão marcante. Não pude assistir às apresentações, aos debates e aos trabalhos do primeiro dia, 2 de agosto, ou seja, de ontem. Mas recebi o relatório razoavelmente circunstanciado de quase tudo o que foi dito. Tomei-opara me prevenir e não ser tão repetitivo, pois a paixão que dedico ao tema facilmente me leva a ser prolixo. Quero cumprimentar a pessoa do prezado Procurador [Antenor] Chinato [Ribeiro], que representa o Ministério Público de Santa Catarina, pela iniciativa deste evento. Este seminário e os seus desdobramentos, certamente, conformarão a expressão da defesa da cidadania de maneira singular para o nosso Ministério Público Catarinense. Porque o tema tem a ver legitimamente com a cidadania, e é evidente que a participação do nosso Instituto Histórico Geográfico, como salientou o Dr. Lio Marin no primeiro dia, a mais antiga instituição cultural de Santa Catarina, engrandece o encontro. Isso foi dito e lembrado pelo Dr. Lio Marin no evento de abertura deste seminário. Podemos acrescentar que todos os participantes dão a este seminário uma dimensão muito especial. Pude assistir às apresentações de hoje à tarde, mas não vou me ater a elas, nesta que deveria ser uma conferência. Como já salientei, tomei o cuidado de conhecer o que foi dito. Por isso vou procurar ser sintético, mas promessa de político é sempre muito complicada. E vou destinar alguns minutos das doze horas que eu reservei para conversar

1 Ex-Governador de SC, Deputado Federal.

com vocês (risos), ou melhor, vou reservar exatamente quatro minutos, mais sete minutos à arte. Então, se o nosso sonoplasta corta os primeiros quatro minutos, terminando ou não terminando a música, o problema é do Vicente Telles. Devo a minha iniciação no tema Contestado a alguns incidentes que devem ser aqui lembrados. Não aprendi na escola nada sobre o Contestado, e fiz duas faculdades. Devo a primeira notícia a um personagem que tem que ser valorizado neste momento: Antônio Pichetti. Só os mais antigos sabem quem é, e só os muito antigos sabem que ele participou na TV Coligada, nos anos 60 pra 70, de um programa chamado *O Céu É o Limite*. Como tantos outros, respondia perguntas sobre o Contestado. Os mais antigos sabem que, se fosse possível resgatar o acervo desse programa, a nossa Fundação Catarinense de Cultura faria muito bem. Deve estar em algum depósito da TV Coligadas, hoje RBS. Devo ao Vicente Telles, e é essa dívida que o corrompe e por isso ele é generoso em relação a mim, porque ele tem culpa e responsabilidade nessa minha iniciação. Em 1979, assisti à primeira apresentação em campo aberto do que seria o combate do Irani. Depois disso, consegui uma condução, e alunos do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina, no ano de 1980, foram assistir à segunda edição. Fui também. Foi assim que me inseri como um percebejo nessa manta enrodilhada e complexa, nessa rede complexa. Depois disso, tivemos um cineasta, eu falava com o Sylvio Back que está aí, o Canga (Sérgio Rubim) e o Jurandir, isto é, os cineastas – “com e sem nota fiscal”. Nunca vou me esquecer de outro cineasta, depois de ter falado com Eduardo Coutinho, de *Cabra Marcado para Morrer*, com que conversei sobre o tema. Registro também o que me disse Arnaldo Jabor depois de ouvir a pergunta “Por que não se consegue fazer um filme sobre o Contestado que atraia o público?”. A resposta: “Porque o tema é muito complexo”. O nosso Paulo Ramos Derengoski, aqui presente, sabe que o assunto é muito complexo; não é uma coisa só. Não é fácil alinhar começo, meio e fim para uma história. Mal comparando, podemos dizer que não dá para concluir um processo judicial se você não tiver começo, meio e fim. Peço, então, para ouvirmos quatro minutos da música “O combate do Irani”, do amigo Vicente Telles. Infelizmente, ele não vai cantar, mas vai escutar. (Música) A apresentação seguinte é uma síntese do “Oratório do Contestado”, de autoria do saudoso mestre José Acácio Santana. É uma pena que eu não tenha aqui o vídeo da apresentação do “Oratório do Contestado”, feita em novembro de 84, com 250 vozes, no teatro do CIC (Centro Integrado de Cultura). Mas a letra desse oratório é extraordinariamente oportuna. Vale a pena refletir sobre ela. A parte final é o “sal” deste seminário. Vamos ouvir três estrofes do começo e seis do final. (Música) Quero ler a primeira estrofe, que

considero muito pertinente a este seminário: “Não conteste o que foi Contestado, sem saber a causa e a razão. Sertanejo viu-se despojado dos seus bens e sua plantação. A mão do historiador deixou de registrar a ação do explorador que veio exterminar, injusta e sem razão, a vida no sertão, em luta desleal, com apoio oficial”. E o final: “Tanto sangue derramado, Ó Senhor, não seja em vão, que ele inspire ao nosso Estado a justiça e a união!”. E a última estrofe: “Não conteste o Contestado sem saber sua razão; da riqueza deste Estado justa seja a divisão”. Considero que essa pequena incursão no campo da música acrescenta uma componente muito emocionante a este encontro. Sou aqui apenas o locutor, o apresentador. Cabe-me, a título de encerramento, assinalar três aspectos que esse seminário suscita, três novas histórias ou três desdobramentos de uma antiga história não contada suficientemente.

Primeiro, comentava com o Professor Nereu do Vale Pereira, é sorte termos jovens participando deste esforço. Não sou tão descrente com os jovens como o Vicente falou que é. Acho que cada um de nós acaba dando a sua contribuição, mas eu não tenho dúvida de que, com a tecnologia de que se dispõe hoje, as pesquisas se multiplicarão, a academia vai ser enriquecida cada vez mais por dissertações, teses, propostas de política pública. Ou seja, teremos não apenas resgate do que ficou para trás, mas a utilização do passado e de suas lições para se formular proposição melhor para o futuro.

Nesse sentido, eu gostaria de deixar assinalado, e o Dr. Chinato conhece isso bem, que o governo de Santa Catarina editou, em janeiro de 2002, a Lei Estadual número 12.220, que foi objeto da minha dissertação de mestrado em 2005, que visa reduzir as diferenças regionais e locais com base no IDH. Não fala diretamente do Contestado, mas se for observado o mapa referido na lei, praticamente todos os pequenos municípios do Contestado têm seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) abaixo da média do Estado. Exceção deve ser feita para Catanduvas, município beneficiado pelo fato de ser a terra natal do Dr. Chinato. (Risos) Portanto, a lei mencionada contempla uma política pública para compensar, isto é, corrigir diferenças, sendo ali relacionadas 52 medidas de política pública para diminuir as diferenças. Claro que essa lei tem que ser aprimorada, à medida que seus objetivos sejam implementados. E isso, eu penso, pode ser uma missão do Ministério Público, ou seja, cobrar a avaliação e a persecução dos objetivos dessa lei. A seus objetivos podemos acrescentar, hoje, indicadores de sustentabilidade. Acho que esse é o futuro do Ministério Público e é o futuro dos Tribunais de Contas. Avaliar políticas públicas, notificar os casos de descumprimento que nem sempre decorrerão da

inércia, pois podem decorrer da circunstância alheia à vontade humana. Mas isso é o segundo legado, o primeiro legado é a juventude estar participando. Portanto, o assunto não vai morrer, pelo contrário, vai ser aprimorado, porque os jovens, além de talento, dispõem de mais recursos tecnológicos do que nós. Fico imaginando, já comentei isso com o Professor Nereu e com o Presidente Zeferino, como é que o Conselheiro Mafra escreveu petição jurídica e histórica na questão dos limites. Vocês imaginam onde é que ele achou, sim, onde é que ele foi procurar os livros para escrever 891 páginas da petição que deu à sua luta no STF em favor do nosso estado? E os advogados do Paraná? Barradas e Rui Barbosa, imaginem, que dificuldades de consulta enfrentaram. Indo adiante, reconheçamos que hoje é mais fácil viajar para o Novo México do que em 1850-1860, quando para lá viajou João Maria D'Agostini, o primeiro dos monges. Confiemos, pois, que a evolução dessa participação do Ministério Público resulte em uma ação prática. O estado já dispõe de leis, políticas públicas já foram desenhadas, já foram transformadas em lei. Portanto, dá para fiscalizar e cobrar em nome da cidadania.

E, finalmente, em nome do que deve ser preservado, em respeito aos depoimentos do Professor Pinheiro Machado e da Dra. Andréa, bem como à presença do Dr. Altair Wagner, desejo salientar que, na busca de preservar o episódio, utilizamos os marcos de ardósia (ou folhelho), nem sempre bem recebidos e nem sempre conservados. Foi uma tentativa, penso que válida, há 30 anos. O conteúdo do que neles está escrito deve ser mais bem discutido, convenhamos. É boa a ideia de ter novos marcos, novos museus, museu de território, ou seja, preservação *in loco*. Turismo religioso, turismo de guerra ou turismo histórico são formas modernas de focalizar esse episódio de nossa história. Este seminário e o centenário celebram o início de um episódio muito complexo, como frisamos. Preciso, pois, concluir esta minha fala de maneira racional, mesmo que o tema me emocione e me fascine. Não tentei nem tento ser imparcial; tomei partido por entender que, mais uma vez, não se contou a história dos derrotados. É o que estamos tentando resgatar, com muita paixão e alguma ciência. Acho que é muito importante que nós tenhamos cada vez mais paixão pela coisa, sentimento pela causa, e ciência para transformá-la em algo duradouro como política de estado. E como sentimento de estado. Com símbolos, sim, porque o ser humano é fascinado por símbolos. Um dos símbolos do Contestado é a cruz. É um bom começo. Quando eu estava pensando em ser jesuíta, estava convencido de que a Igreja sempre sobreviveria por causa dos três grandes instrumentos: a cruz que é o símbolo, o meio de comunicação que é o sino e a informação que é fruto da confissão. E os seus supostos segredos.

Os símbolos, portanto, devem ser valorizados no resgate desse tema, mesmo em abordagens acadêmicas. Essa recomendação vale para o Combate do Irani, em cujo sítio está fincado um belíssimo símbolo.

Quero cumprimentar a todos que puderam participar nestes três dias. Parabéns pela controvérsia. Seria frustrante se chégássemos aqui e ouvíssemos uma só versão sobre o Contestado. Isso seria sepultar o Contestado; tem que haver controvérsia! Tem que haver “lado”, tem que haver paixão, sentimento. E eu acho que esse grande objetivo foi conquistado graças à participação de tantas instituições e de vocês. E de todos nós. Foi alcançado, e disso nós podemos ter certeza já. Parabéns. Que Deus nos ajude a todos, que ajude ao resgate do Contestado e a mim não desampare. Muito Obrigado. Em tempo: aqui ninguém falou bem de Percival Farquhar; ninguém nele enxerga méritos. Gostaria, para fazer uma espécie de contraponto a essa perigosa unanimidade, de citar o livro *Farquhar, o último titã: um empreendedor americano na América Latina*, de Charles A. Gauld. Elio Gaspari, a respeito de Farquhar, diz: “foi o maior empresário de serviços públicos da história nacional. Em negócios de hoje, ele seria o controlador ou grande acionista da Light, da Eletropaulo, Embratel, Telefônica e Telemar. Isso e mais a Vale do Rio Doce, a Acesita, os metrô do Rio e de São Paulo, dez ferrovias e um porto. Suas PPPs (parcerias público-privadas) contribuíram para a explosão da revolta sertaneja do Contestado (três mil mortos) e para a mortandade da Madeira-Mamoré...”. Portanto, opiniões sobre esse fenômeno empresarial despertam outras controvérsias. Agora, repito, para valer: muito obrigado.

